

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MARCELO DE SOUZA MARQUES**

**INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE OS  
COLETIVOS CULTURAIS E O ESTADO NO ESPÍRITO SANTO**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**Marcelo de Souza Marques**

**Interações socioestatais: mútua constituição entre os Coletivos Culturais e o Estado no  
Espírito Santo**

Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Marx.

Coorientadora: Profa. Dra. Euzeneia Carlos.

Porto Alegre

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

Carlos André Bulhões Mendes

**VICE-REITORA**

Patricia Pranke

**DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Hélio Ricardo do Couto Alves

**VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Alex Niche Teixeira

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Letícia Maria Schabbach

**COORDENADOR SUBSTITUTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

**FICHA CATALOGRÁFICA**

CIP - Catalogação na Publicação

Marques, Marcelo de Souza  
Interações socioestatais: mútua constituição entre os Coletivos Culturais e o Estado no Espírito Santo / Marcelo de Souza Marques. -- 2022.  
361 f.  
Orientadora: Vanessa Marx.  
  
Coorientadora: Euzeneia Carlos.  
  
Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.  
  
1. Estado. 2. Sociedade civil. 3. Mútua constituição. 4. Coletivos culturais. I. Marx, Vanessa, orient. II. Carlos, Euzeneia, coorient. III. Título.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Marcelo de Souza Marques

### **INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE OS COLETIVOS CULTURAIS E O ESTADO NO ESPÍRITO SANTO**

Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Marx.

Coorientadora: Profa. Dra. Euzeneia Carlos.

Porto Alegre, dia 29 de julho de 2022

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Dra. Vanessa Marx – Orientadora  
UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

Professora Dra. Euzeneia Carlos – Coorientadora  
UFES – Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais

---

Professor Dr. Daniel de Mendonça  
UFPel – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva  
UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

Professora Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn  
UNICAMP – Professora Titular

## AGRADECIMENTOS

A espiritualidade, de onde busco ordem e equilíbrio interno em meio ao caos do Real, tem tornado amenos os desafios em momentos de crescimento, (auto)conhecimento e renovação. Sou grato a Deus, fonte de refugio das fraquezas desse ser miseravelmente jogado no mundo e perdido em sua liberdade caótica.

Aos meus pais, Ivo de Assis Marques e Maria Catarina de Souza Marques, e ao meu irmão, Marcos de Souza Marques, agradeço pelo amor, incentivo e por darem-me as condições que sempre precisei para continuar nessa caminhada. Sem eles, os desafios até aqui teriam sido intransponíveis.

Agradeço à Dra. Vanessa Marx. Primeiro, por aceitar a parceria com um “forasteiro”. Sou grato, também, pela consideração, respeito e liberdade ao longo de todo o processo. Sua efetiva presença foi decisiva para o desenvolvimento de inúmeras reflexões.

De igual forma, agradeço à Dra. Euzeneia Carlos, pelo importante trabalho de coorientação, e aos colegas do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD – UFES). Nossas conversas, debates e orientações em muito me auxiliaram no desenvolvimento da tese. Nesse mesmo sentido, agradeço ao Dr. Marcelo Kunrath, aos colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE – UFRGS), à Dra Soraya Cortes e ao Me. Deivison Souza Cruz pelas orientações durante o processo de desenvolvimento do projeto de pesquisa ao longo do primeiro semestre.

Aos meus colegas de turma, sou grato pela parceria, pelos momentos de troca de experiência e pelas inúmeras conversas em meio aos momentos de ansiedade. De forma especial, expresse meu agradecimento à Carolina de Oliveira e Silva Cyrino, Dianine Censon Lopes, Alejandro Maldonado Firmín, Guillermo Omar Orsi, Harlon Romariz Rabelo Santos, Igor Thiago Silva de Sousa e Lucas Voigt. Igualmente, agradeço ao Antonio Carlos Rocha de Sousa, Claudio Marcio Coelho, Adriano Monteiro, à Amanda Brommonschenkel e ao Erlon Jose Pachal por todo apoio, auxílio e atenção durante a pesquisa.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS – UFRGS) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro, o que permitiu a dedicação integral à pesquisa e viabilizou a participação em eventos científicos.

## RESUMO

A presente tese se localiza no recente debate sobre as interações socioestatais em contextos democráticos. Embora em desenvolvimento pelo menos desde início dos anos 1980 nos Estados Unidos e na Europa, esta agenda de pesquisa, no Brasil, pode ser percebida como um esforço em construção ao longo das duas últimas décadas. Especialmente no contexto nacional, percebemos que os recentes estudos têm mobilizado diferentes perspectivas e tradições intelectuais, indicando novos caminhos na construção de uma abordagem de caráter relacional contra leituras essencialistas e dicotômicas. A partir deste debate, nosso objetivo geral consiste na análise das interações entre Estado e sociedade civil em torno da construção e implementação de políticas públicas, e como esses agenciamentos coproduzem organizações societárias e instituições. De forma específica, buscamos um enfoque de mútua constituição que nos permitisse (1) identificar os mecanismos desse processo, (2) bem como analisar como as interações se transformam ao longo do tempo (3) e como os agentes societários e a instituição se constituíram mutuamente. Ao trazeremos o problema e o objetivo geral para o contexto da pesquisa, nossos esforços se voltaram para a compreensão sobre como as interações entre o Estado e os coletivos culturais, no Espírito Santo, coproduziram instituições (e.g. mudanças nas estruturas estatais e nas políticas públicas culturais) e organizações societárias, especificamente a emergência de novos coletivos e o fomento e criação de redes de coletivos a partir da interação com a esfera estatal. Nosso foco de análise se atentou à agência dos coletivos e do Estado nas interações em torno do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), uma política pública ativa entre os anos de 2009 e 2013. Para isso, estruturamos uma proposta de pesquisa intensiva de levantamento, fazendo uso das técnicas de *survey*, pesquisa documental em fontes primárias e secundárias e entrevistas em profundidade. Ao avançarmos na análise das interações socioestatais por meio de uma perspectiva ontoepistemológica da mútua constituição, sustentamos que as esferas estatal e societária não são fenômenos que simplesmente se relacionam e provocam efeitos mútuos, são, de outra forma, fenômenos mutuamente constitutivos.

**Palavras-chave:** Estado. Sociedade civil. Mútua constituição. Coletivos culturais.

## ABSTRACT

This thesis is connected to the recent debate on socio-state interactions in democratic contexts. Although this debate has been under development at least since the early 1980s in the United States and Europe, in the Brazilian research agenda it can only be seen as an effort over the last two decades. Especially in the national context, we realize that recent studies have mobilized different perspectives and intellectual traditions, indicating new paths in the construction of a relational approach against essentialist and dichotomous readings. Based on this, our general objective is to analyze the interactions between the State and civil society around the construction and implementation of public policies, and how these agencies co-produce societal organizations and institutions. Specifically, we sought an approach of mutual constitution that would allow us to (1) identify the mechanisms of this process, (2) analyze how interactions change over time (3) and understand how societal agents and the institution were mutually constituted. By bringing the problem and the general objective to the context of the research, our efforts were focused on understanding how the interactions between the State and cultural collectives, in Espírito Santo, co-produced institutions (e.g. changes in State structures and cultural public policies) and societal organizations, especially considering the emergence of new cultural collectives and the promotion and creation of networks in interaction with the State sphere. Our analysis was focused on the agency and interaction of cultural collectives and the State around the Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), a public policy active between 2009 and 2013. For this, we structured an intensive research proposal, making use of survey techniques, documental research in primary and secondary sources and in-depth interviews. Moving forward in the analysis of socio-state interactions through an ontoepistemological perspective of mutual constitution, we argue that the State and societal spheres are not phenomena that simply relate to each other and cause mutual effects. They are, in another way, mutually constitutive phenomena.

**Keywords:** State. Civil society. Mutual constitution. Cultural collectives.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Número de Conselhos e de Secretarias Municipais de Cultura exclusivas – Brasil – 2006 a 2018 .....	142
<b>Gráfico 2</b>	Crescimento do PIB brasileiro e do PIB local (2003-2008) .....	181
<b>Gráfico 3</b>	Evolução da despesa por função cultura no Espírito Santo de 2004 a 2009 (em milhões de R\$) .....	181
<b>Gráfico 4</b>	Registro do significante “coletivos” e demandas dos coletivos nas Atas de Reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019) .....	241
<b>Gráfico 5</b>	Distribuição dos coletivos por Mesorregiões .....	245
<b>Gráfico 6</b>	Ano de criação dos coletivos por período (1983-2019) .....	253
<b>Gráfico 7</b>	Criação e relação com o PRCJ .....	255
<b>Gráfico 8</b>	Escala de importância das redes sociais para ação/mobilização do coletivo .....	280
<b>Gráfico 9</b>	Distribuição dos projetos contemplados nos Editais PRCJ – RMGV e demais municípios .....	357
<b>Gráfico 10</b>	Distribuição percentual de valores de projetos contemplados – RMGV ....	358



## LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

<b>Imagem 1</b>	Linguagens artístico-culturais – Coletivos Culturais no ES.....	163
<b>Imagem 2</b>	Múltiplas agendas – Coletivos Culturais no ES.....	165
<b>Imagem 3</b>	Governos local e nacional (2003-2019) – Ministério da Cultura, Parceria Estado-Sincades e o Programa Rede Cultural.....	176
<b>Imagem 4</b>	Divisão Regional do Espírito Santo.....	183
<b>Figura 1</b>	Modelo dos cinco Cs.....	187
<b>Imagem 5</b>	Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória.....	217
<b>Imagem 6</b>	Estrutura da Formação Agente Cultura Jovem.....	222
<b>Imagem 7</b>	Procedimento de categorização.....	264

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Múltiplas agendas – Coletivos Culturais no ES.....	166
<b>Quadro 2</b>	Modalidade de editais do PRCJ por objetivos e públicos (2009-2012).....	218
<b>Quadro 3</b>	Termos de busca, ano, ata/reunião e número de ocorrência – Atas de reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019).....	237
<b>Quadro 4</b>	Quantitativo de registro de termos de pesquisa agregados – Atas de Reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019).....	238
<b>Quadro 5</b>	Casos discrepantes em relação ao número de membros.....	245
<b>Quadro 6</b>	Tipologias das Ações Estratégicas dos Coletivos.....	273
<b>Quadro 7</b>	Construção da Tipologia das Ações Estratégicas dos Coletivos Culturais..	356

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	O antes e o depois do processo de criação do SNC 100.....	134
<b>Tabela 2</b>	Municípios, total e porcentagem com Conselho Municipal de Cultura por regiões – 2006 a 2018.....	135
<b>Tabela 3</b>	Municípios, total e porcentagem com Fundo Municipal de Cultura por regiões – 2006, 2014 e 2018.....	137
<b>Tabela 4</b>	Municípios, total e porcentagem com Secretaria de Cultura exclusiva por regiões – 2006, 2009, 2012, 2014 e 2018.....	138
<b>Tabela 5</b>	Distribuição por Municípios e Regiões do total de coletivos levantados....	243
<b>Tabela 6</b>	Número de membros por faixas.....	244
<b>Tabela 7</b>	Formas predominantes de captação de recursos financeiros.....	247
<b>Tabela 8</b>	O coletivo já captou recursos financeiros, via editais ou outros mecanismos, junto a alguma das instituições a seguir (multidimensional).	248
<b>Tabela 9</b>	Organização Estrutural (CNPJ, Sede e Estatuto) .....	254
<b>Tabela 10</b>	Organização Estrutural.....	254
<b>Tabela 11</b>	Tipos de documentos na ausência de Estatuto.....	254
<b>Tabela 12</b>	Âmbito de atuação dos coletivos.....	255
<b>Tabela 13</b>	Âmbito de atuação dos coletivos (respostas agregadas).....	255
<b>Tabela 14</b>	Estruturas organizacionais internas dos coletivos.....	257
<b>Tabela 15</b>	Tipos de estruturas organizacionais internas dos coletivos (N <sub>=32</sub> ).....	258
<b>Tabela 16</b>	Tipos de estruturas organizacionais internas dos coletivos (N <sub>PRCJ=23</sub> ).....	259
<b>Tabela 17</b>	Número de membros, interação com o PRCJ e nível de formalização interna.....	259
<b>Tabela 18</b>	Ano de criação dos coletivos e nível de formalização interna.....	261
<b>Tabela 19</b>	Processos internos de tomada de decisões dos coletivos.....	263
<b>Tabela 20</b>	Tipos de processos internos de tomada de decisões do coletivo.....	265
<b>Tabela 21</b>	Nível de formalização interna e tipos de processos internos de tomada de decisões (unidimensional).....	265
<b>Tabela 22</b>	Número de membros por faixas e processo de tomada de decisões (multidimensional).....	266
<b>Tabela 23</b>	Total de coletivos com tipo específico de Ação Estratégica.....	274
<b>Tabela 24</b>	Total de coletivos com dois tipos específicos de Ação Estratégica.....	274
<b>Tabela 25</b>	Tipologia das Ações Estratégicas.....	274
<b>Tabela 26</b>	Mecanismos utilizados pelos coletivos como forma de mobilização e divulgação.....	278

<b>Tabela 27</b>	Mecanismos utilizados pelos coletivos como forma de mobilização e divulgação de suas ações (respostas agrupadas).....	279
<b>Tabela 28</b>	Ações conjuntas/colaborativas dos coletivos e setores de interação.....	281
<b>Tabela 29</b>	Experiências e Espaços de Participação Institucional ( $N_{\text{total}}=55$ ).....	282
<b>Tabela 30</b>	Formas de ação para encaminhamento de reivindicações e proposições.....	284
<b>Tabela 31</b>	Experiências de Atuação Institucional dos Ativistas ( $N=32$ ).....	286
<b>Tabela 32</b>	Experiências de Atuação Institucional dos Ativistas ( $N_{\text{PRCJ}}=22$ ).....	285
<b>Tabela 33</b>	Quantidade de contemplações por edital/ano.....	354
<b>Tabela 34</b>	Total de Investimentos Editais PRCJ 2010-2012.....	352
<b>Tabela 35</b>	Editais Programa Rede Cultura Jovem por municípios, número de contemplados por edital/ano e total de investimento.....	353
<b>Tabela 36</b>	Distribuição do total de projetos contemplados por edital/ano e por valor.	354

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXO

<b>APÊNDICE A</b>	Questionário de levantamento.....	324
<b>APÊNDICE B</b>	Perfil básico dos Coletivos.....	335
<b>APÊNDICE C</b>	Perfil dos entrevistados.....	343
<b>APÊNDICE D</b>	Roteiro de Entrevista com o Gestor.....	345
<b>APÊNDICE E</b>	Questionário de Levantamento Inicial com Ativistas – Programa Rede Cultura Jovem e coletivos.....	351
<b>APÊNDICE F</b>	Modalidades e total de Investimento dos Editais PRCJ 2010-2012.....	350
<b>APÊNDICE G</b>	Parte II da Construção da Tipologia das Ações Estratégicas dos Coletivos Culturais.....	356
<b>ANEXO</b>	Municípios com Pontos de Cultura – Brasil – 2014.....	360

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AER</b>	Abordagem Estratégico-Relacional
<b>ANPOCS</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
<b>CC's</b>	Coletivos culturais
<b>CEC</b>	Conselho Estadual de Cultura
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Cultura
<b>CNC</b>	Conselho Nacional de Cultura
<b>CNPC</b>	Conselho Nacional de Política Cultural
<b>CU</b>	Coletivos Unidos
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>ES-2025</b>	Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025
<b>FACJ</b>	Formação Agente Cultura Jovem
<b>FED</b>	Fora do Eixo
<b>FUNCULTURA</b>	Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>IBGES</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IJSN</b>	Instituto Jones dos Santos Neves
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IR</b>	Imposto de Renda
<b>MAC</b>	Mostra Capixaba de Audiovisual
<b>MAES</b>	Museu de Arte do Espírito Santo
<b>MBL</b>	Movimento Brasil Livre
<b>MCA's</b>	Mostra Capixaba de Audiovisual
<b>MEI</b>	Microempreendedor Individual
<b>MINC</b>	Ministério da Cultura
<b>MUNIC</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>ONG's</b>	Organizações Não Governamentais
<b>OSCIPE's</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PDCC</b>	Desenvolvimento da Cultura Capixaba
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNC</b>	Plano Nacional de Cultura
<b>PRCJ</b>	Programa Rede Cultura Jovem
<b>PSBD</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RLC</b>	Receita Corrente Líquida
<b>RMGV</b>	Região Metropolitana da Grande Vitória
<b>SEDES</b>	Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo
<b>SBS</b>	Sociedade Brasileira de Sociologia
<b>SECULT</b>	Secretaria do Estado da Cultura
<b>SINCADES</b>	Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo

<b>SINDIFER</b>	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo
<b>SNC</b>	Sistema Nacional de Cultura
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TJES</b>	Tribunal de Justiça do Estado
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA .....	18
1.2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	28
1.3 ESTRUTURA DA TESE .....	35
<b>Parte I</b>	
ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO RELACIONAL	
<b>2 PERSPECTIVA DE MÚTUA CONSTITUIÇÃO: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO RELACIONAL.....</b>	<b>42</b>
2.1 DELINEANDO A ABORDAGEM DA MÚTUA CONSTITUIÇÃO: PÓS-FUNDACIONALISMO E CONTINGÊNCIA .....	44
2.1.1 Pós-fundacionalismo e contingência na leitura da AER sobre o Estado.....	48
2.1.2 Pós-fundacionalismo e contingência na leitura da Perspectivada Polis sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil .....	53
2.2 PENSAR RELACIONALMENTE: O ESTADO COMO <i>AGENTE</i> E COMO <i>CAMPO</i> ..	62
2.2.1 Críticas às abordagens centradas na sociedade.....	66
2.2.2 Críticas às abordagens centradas no Estado .....	69
2.3 AUTONOMIA, MUDANÇA INSTITUCIONAL E A AÇÃO DOS AGENTES: NAS TRILHAS DE UMA (RE)LEITURA RELACIONAL .....	72
2.3.1 Mudança gradual e a ação dos agentes .....	74
2.3.2 Oportunidades política e a ação dos agentes .....	79
2.4 CONSIDERAÇÕES .....	83
<b>3 PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS (CONCEITUAIS): A MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL .....</b>	<b>84</b>
3.1 PERSPECTIVA DA SOCIEDADE CIVIL: O RESSURGIMENTO DO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL .....	85
3.1.1 Mundo da vida e sociedade civil .....	86
3.1.2 Disjunção entre o mundo da vida e as lógicas de mediação sistêmica: a normatividade do estatuto político da sociedade civil .....	88
3.2 PENSAR RELACIONALMENTE: APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A DESPOLITIZAÇÃO, O OTIMISMO NORMATIVO E O RELACIONISMO.....	94
3.3 PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DO ENVOLVIMENTO CRÍTICO COM AS INSTITUIÇÕES .....	105
3.3.1 Envolvimento crítico com as instituições: uma ação estratégico-reflexiva multiposicionada .....	107
3.4 CONSIDERAÇÕES .....	112



## Parte II

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E OS COLETIVOS CULTURAIS NO BRASIL

<b>4 REORIENTAÇÕES, AVANÇOS E AMBIGUIDADES NA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA (2002-2016): UM OLHAR RELACIONAL.....</b>	<b>115</b>
4.1 ANTECEDENTES: AVANÇOS E AMBIGUIDADES NA (IN)AÇÃO DO ESTADO.....	116
4.1.1 A década (quase) perdida de 1990.....	<b>118</b>
4.2. DESLOCAMENTO ESTRUTURAL: REFORMULAÇÕES, INOVAÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO DE MUDANÇAS DOS MECANISMOS ESTRATÉGICO-SELETIVOS NA GESTÃO CULTURAL NOS ANOS 2000 .....	122
<b>4.2.1 Governo Dilma: uma breve consideração .....</b>	<b>129</b>
4.3 DESLOCAMENTOS: CONSELHOS, FUNDOS, ÓRGÃOS GESTORES ESPECÍFICOS E OS SIGNIFICADOS DO CULTURA VIVA .....	134
4.4 CONSIDERAÇÕES .....	146
<b>5 OS COLETIVOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE RELACIONAL ACERCA DA NOVIDADE EM CENA .....</b>	<b>148</b>
5.1 NAS TRILHAS DA NOVIDADE: PENSAR RELACIONALMENTE.....	152
5.2 CONTEXTO ESTRATÉGICO-RELACIONAL DE EMERGÊNCIA DA PRIMEIRA ONDA COLETIVA (1960-1970).....	154
5.3 CONTEXTO ESTRATÉGICO-RELACIONAL DE EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS DOS ANOS 1980-1990 .....	158
5.4 AS NOVIDADES DOS COLETIVOS DOS ANOS 2000.....	160
5.5 CONSIDERAÇÕES .....	172

## Parte III

### POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E OS COLETIVOS CULTURAIS NO ESPÍRITO SANTO

<b>6 A POLÍTICA CULTURAL NO ESPÍRITO SANTO (2003-2016): PRINCÍPIOS, ORIENTAÇÕES, AMBIGUIDADES E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS .....</b>	<b>174</b>
6.1 O “PRIMEIRO TEMPO” DA POLÍTICA CULTURAL (2003-2008): A CULTURA ENQUANTO ELEMENTO ESTRATÉGICO .....	175
<b>6.1.1 A inscrição da política cultural e sua função estratégica no contexto desenvolvimentista-gerencial .....</b>	<b>177</b>
<b>6.1.2 As bases da política cultural e o planejamento estratégico.....</b>	<b>185</b>
6.2 O “SEGUNDO TEMPO” DA POLÍTICA CULTURAL (2009-2016): O TENSIONAMENTO DAS INTERAÇÕES NO CONTEXTO CAPIXABA.....	190
<b>6.2.1 O contexto estratégico-relacional: as relações entre o Estado, o mercado e os coletivos .....</b>	<b>191</b>
6.3 CONSIDERAÇÕES .....	201
<b>7 PROGRAMA REDE CULTURA JOVEM: PRINCÍPIOS, EIXOS, AÇÕES E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS .....</b>	<b>203</b>
7.1 PRINCÍPIOS, EIXOS E AÇÕES ESTRUTURANTES: UMA ANÁLISE DO PRCJ ....	205
<b>7.1.1 Os sentidos dos princípios norteadores do PRCJ .....</b>	<b>206</b>

7.2 AÇÕES DO PRCJ: FOMENTO E FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO ...	214
<b>7.2.1 Eixo Comunicação e Difusão .....</b>	<b>227</b>
7.3 INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE OS COLETIVOS CULTURAIS E O ESTADO.....	230
7.4 CONSIDERAÇÕES .....	239
<b>8 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL E AS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: AS EXPERIÊNCIAS DOS COLETIVOS CULTURAIS NO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>241</b>
8.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA FINANCEIRA, ANO DE CRIAÇÃO E INTERAÇÃO .....	242
<b>8.1.1 Número de membros e autodenominação como coletivo .....</b>	<b>244</b>
<b>8.1.2 Interações em torno da estrutura financeira .....</b>	<b>246</b>
<b>8.1.3 Ano de criação, emergência dos coletivos e interação com o PRCJ.....</b>	<b>249</b>
8.2 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL DOS COLETIVOS.....	252
<b>8.2.1 Estrutura interna e âmbito de atuação.....</b>	<b>253</b>
<b>8.2.2 Formalização interna .....</b>	<b>255</b>
<b>8.2.3 Processos e experiências de tomada de decisões .....</b>	<b>261</b>
<b>8.2.4 A questão da liderança .....</b>	<b>266</b>
8.3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E DE INTERAÇÃO COM O ESTADO.....	272
<b>8.3.1 Tipologia das ações estratégicas .....</b>	<b>272</b>
<b>8.3.2 Estratégias de mobilização dos coletivos .....</b>	<b>275</b>
<b>8.3.3 Ação e interações com o Estado.....</b>	<b>281</b>
8.4 CONSIDERAÇÕES .....	285
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>292</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>300</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>324</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>335</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>343</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>345</b>
<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>349</b>
<b>APÊNDICE F .....</b>	<b>350</b>
<b>APÊNDICE G .....</b>	<b>356</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>360</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente tese se localiza no recente debate sobre as interações socioestatais, particularmente quanto ao debate brasileiro. De forma geral, as reflexões teóricas e análises empíricas dessa abordagem têm (I) discutido a autonomia das organizações societárias, (re)pensando criticamente a categoria autonomia para além da ideia de não relação com o Estado; (II) analisado as diferentes organizações societárias e seus repertórios, visando romper com concepções essencialistas que as compreendem como experiências extrainstitucionais e/ou puramente conflitivas em relação à esfera estatal; (III) refletido sobre as mudanças institucionais a partir de uma concepção relacional das estruturas institucionais e societárias; (IV) bem como indicado novas direções teórico-analíticas respeitante ao conceito de sociedade civil, tendo por objetivo conferir maior precisão à análise empírica sobre as interações entre as organizações societárias e o Estado.

Embora em desenvolvimento pelo menos desde início dos anos 1980 nos Estados Unidos e na Europa<sup>1</sup>, esta agenda de pesquisa, no Brasil, pode ser percebida como um esforço em construção ao longo das duas últimas décadas, com crescimento acentuado a partir de 2010. Especialmente no contexto nacional, os estudos sobre as interações socioestatais têm mobilizado diferentes perspectivas, tradições intelectuais e indicado novos caminhos na construção de uma abordagem de caráter relacional contra leituras essencialistas e dicotômicas<sup>2</sup>. Encontramos argumentos relacionais, por exemplo, mobilizados a partir da sociologia configuracional elisiana, contra perspectivas analíticas essencialistas sobre a relação entre o desenvolvimento da sociedade civil e a construção democrática, destacando que a sociedade civil é um espaço marcado pela diversidade de valores, inclusive não democráticos (Cf. SILVA, 2006). Identificamos, também, estudos que têm enfatizado as interações a partir de diálogos críticos com perspectivas teóricas fronteiriças, seja com relação ao conceito de sociedade civil (Cf. GURZA LAVALLE, 1999; 2003; 2011; GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015), seja respeitante às teorias sobre movimentos sociais (Cf. ABERS; VON BÜLLOW, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2015;

---

<sup>1</sup> Podemos elencar os esforços dos teóricos institucionalistas, como Theda Skocpol, Peter Evans e Joel Migdal, a Abordagem Estratégico-Relacional, desenvolvida por Jessop a partir do marxismo poulantziano, e a construção das (novas) sociologias relacionais, como em Mustafa Emirbayer e Pierpaolo Donati.

<sup>2</sup> Considerando apenas as coletâneas mais recentes, podemos conferir Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), Gurza Lavalle (2011), Carlos, Oliveira e Romão (2014), Scherer-Warren e Lüchamann (2015), Pires, Lotta e Oliveira (2018) e Gurza Lavalle *et al.* (2019).

ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). Outros, por fim, dialogando diretamente com ou a partir da tradição histórico-institucional, estão a analisar a construção de domínios de agência e os processos de encaixes institucionais, fazendo avançar as reflexões teóricas, metodológicas e análises empíricas sobre a presença e a participação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas (Cf. GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; ACHARYA, 2004; CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017; GURZA LAVALLE *et al.*, 2019a).

Embora estes estudos não possam ser percebidos como uma abordagem unificada, pois, ainda que dialoguem entre si, partem de perspectivas teórico-analíticas distintas e apresentam problemáticas mais ou menos específicas, ao perceberem as esferas societária e institucional como fenômenos que se inter-relacionam, estão a assumir aspectos da relacionalidade do social como parte de suas perspectivas ontológicas, epistemológicas e/ou metodológicas. É a relacionalidade, como sustentaremos, que permite pensar em termos de mútua constituição entre Estado e sociedade.

Para avançarmos nesse sentido, deslocamos o foco teórico-analítico sobre as relações *entre* as esferas societária e institucional, uma perspectiva parcialmente relacional (relacionismo), para uma perspectiva que buscasse compreendê-las *como* relação, o que estamos a denominar de “relacionalidade”. Esse deslocamento foi concebido a partir de uma concepção ontológica relacional e estratificada da realidade derivada do enfoque realista crítico, especialmente presente em Jessop, o que nos permitiu perceber que, a despeito de suas realidades estruturais independentes (objetos reais) e de suas ações relativamente autônomas (dotadas de poderes causais tendenciais-gerativos), as esferas societária e institucional se atualizam/realizam mutuamente<sup>3</sup>.

A partir desse enfoque relacional, apresentamos a seguinte problemática de pesquisa: como as interações entre agentes societários e a esfera estatal, no processo de construção e implementação de uma política pública, por exemplo, constituem mutuamente instituições e

---

<sup>3</sup> Como destaca Sayer (2000, p. 09, acréscimos nossos), “o realismo crítico distingue não apenas entre o mundo e a nossa experiência do mesmo, mas entre o real, o actual e o empírico”. O *real* se refere ao domínio dos objetos, “às suas estruturas internas e aos seus poderes causais (...), isto é, capacidade de se comportarem de formas particulares e tendências causais [poderes causais tendenciais-gerativos] ou poderes passivos, isto é, susceptibilidade a certas formas de mudança”. As esferas institucional e societária podem ser pensadas enquanto “objetos reais” nesse exato sentido. O *atua/realizado*, se refere “ao que acontece se e quando estes poderes [causais] são ativados, àquilo que estes poderes fazem e ao que ocorre quando eles o são [atualizados/realizados]”. Vale destacar que esse processo nem sempre é observável pelos sujeitos, o que não significa que não ocorra. Já o empírico é o domínio da experiência dos atores em relação ao real ou ao actual/realizado. Como destacam Fairclough, Jessop e Sayer (2016, p. 47), “embora as mudanças no nível do realizado (*e.g.* debates políticos) possam mudar a natureza dos objetos (*e.g.* instituições políticas), o último não se reduz ao primeiro (...) e têm uma autonomia relativa como objetos reais, mesmo quando não são realizados”.

organizações societárias? Diante dessa questão central, nosso objetivo geral consistiu-se na análise das interações entre Estado e sociedade civil em torno da construção e implementação de políticas públicas e como esses agenciamentos coproduzem organizações societárias e instituições. De forma específica, buscamos um enfoque de mútua constituição que nos permitisse (1) identificar os mecanismos desse processo, (2) bem como analisar como as interações se transformam ao longo do tempo (3) e como os agentes societários e a instituição se constituíram mutuamente.

Ao trazermos o problema e o objetivo geral para o contexto da pesquisa, nossos esforços se voltaram à compreensão sobre como as interações entre o Estado e os coletivos culturais, no Espírito Santo, coproduziram instituições (*e.g.* mudanças nas estruturas estatais e nas políticas públicas culturais) e organizações societárias, especificamente a emergência de novos coletivos e o fomento e a criação de redes de coletivos a partir da interação com a esfera estatal. Nosso foco de análise se atentou à agência dos coletivos culturais e do Estado nas interações em torno do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), uma política pública do Governo do Estado, ativa entre os anos de 2009 e 2013, que, como destacaremos ao longo do estudo, teve um papel relevante nas estratégias estatais no setor cultural e no processo de articulação e criação de redes dos coletivos, configurando um contexto de incentivo às iniciativas juvenis coletivas no campo artístico-cultural.

Os objetivos específicos de pesquisa consistiram (1) na análise dos mecanismos construídos no e que sustentaram o processo de implementação do PRCJ; (2) na análise da transformação das interações socioestatais ao longo do tempo; (3) e na análise da mútua constituição, considerando a mútua “atualização/realização” dessas interações sobre o processo de criação, articulação e mobilização de repertórios de ação e organização dos coletivos culturais, o que denominamos de “efeitos institucionais”, e os processos de deslocamentos estruturais nas políticas culturais, como nas políticas de captação de recursos, nas quais observamos a elaboração de editais específicos para coletivos, bem como na estrutura discursiva do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e na administração estatal, especialmente na Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), com a inserção e a sedimentação de significantes e significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais coletivistas.

Consideramos como hipótese de pesquisa que as interações entre os agentes societários e a esfera estatal em torno do processo de construção e implementação do PRCJ foram fundamentais tanto para a emergência e articulação de novos coletivos culturais e para

a criação de redes de coletivos quanto para um processo de mudança institucional, o que também envolveu uma mudança no discurso institucional à medida que o significante *coletivos*, e os significados que este representa em termos de experiência organizacional, espaço de trabalho e socialização, foi inserido e institucionalizado no discurso estatal, fazendo parte das discussões e ações do Estado. Esse processo configura o que estamos a denominar de “mútua aprendizagem”. Ademais, sustentamos que essa relação promoveu facilitações para a ação multiposicionada de ativistas de coletivos no interior da SECULT, seja durante a experiência do PRCJ, seja nos anos posteriores ao Programa.

Para refletirmos e analisarmos as esferas societária e institucional *como* relação, e para respondermos aos objetivos da pesquisa, foi necessário concebermos uma abordagem sociopolítica que considerasse o social como um fenômeno radicalmente relacional e estratificado (nível ontológico). Essa consideração ontológica nos exige, ainda nesta introdução, dois esclarecimentos iniciais.

1. O primeiro é sobre a relacionalidade do social. Organizamos a nossa reflexão a partir de três pontos diretamente correlacionados, quais sejam: (I) o social, na qualidade de estruturas relacionais, não é passível de determinação nem é meramente artefactual; (II) sua realidade objetal, por um lado, não dita os conteúdos do conhecimento científico sobre si, ainda que essa realidade seja sequencialmente verificada, o que representaria uma espécie de “ditadura do objeto” operada por uma leitura positivista lógico-planificada<sup>4</sup>; (III) e, por outro, a realidade objetal não depende do conhecimento produzido sobre si<sup>5</sup>.

A primeira observação aceita que a objetividade/objetualidade do social, como “objeto real”, indica a dotação de estruturas que não dependem inteiramente da ação e interpretação humana (intransitividade). É nesse sentido que Collier (1994, p. 6, acréscimos nossos) destaca que a objetividade indica que “aquilo que é o conhecido pode ser real independentemente se não for conhecido [objeto do conhecimento]. Algo pode ser real sem ser conhecido”.

---

<sup>4</sup> Contra o positivismo lógico, é preciso considerar que (i) o conhecimento científico não deriva da observação pura, pois depende de quadros conceituais historicamente disponíveis que atuam como espécie de codificadores do conhecimento; (ii) a observação sequenciada de eventos (causalidade como conjunção constante) não esgota a realidade, pois, não sendo planificada, nem todos os mecanismos são observáveis ou observáveis em um determinado momento; (iii) a redução do conhecimento à experiência observacional do objeto, sem a devida atenção aos mecanismos e seus poderes potenciais, pode levar à reificação ou ao voluntarismo analítico.

<sup>5</sup> A partir do realismo crítico bhaskarniano e contra uma espécie de “ditadura do conhecimento” sobre a realidade, compartilhamos o realismo ontológico que advoga que a realidade não depende inteiramente do conhecimento (intransitividade) e recusamos o realismo epistemológico em proveito de um relativismo epistemológico (transitividade), pois a ontologia não pode estar subordinada à epistemologia – são níveis diferentes. Isso indica que (i) nenhum conhecimento esgota o domínio ontológico, pois seus mecanismos antecedem e independem do conhecimento sobre si (epistemologias) e que, portanto, (ii) o conhecimento científico é social e historicamente construído (Cf. COLLIER, 1994; SAYER, 2000; HAMLIN, 2000).

A segunda observação destaca que a realidade social “inclui o próprio conhecimento e, nesse sentido, não pode ser considerada como existindo independentemente de pelo menos um conhecimento prévio” (SAYER, 2000, p. 8). Ou seja, existem quadros conceituais historicamente construídos que orientam a observação científica (relativismo epistêmico – transitividade). Esses quadros, que são elementos de intermediação necessários para o discernimento da realidade, tendem a ir além das simples aparências sobre a observação imediata do objeto (realismo empiricista<sup>6</sup>).

É nesse sentido que a terceira observação indica que, embora o conhecimento esteja diretamente presente na intermediação da expressão da realidade, ele não a determina. Não há uma relação identitária direta entre sujeito/conhecimento e objeto do conhecimento. É nesse exato sentido que Sayer (2000, p. 8) argumenta que “quando as teorias mudam (dimensão transitiva), isto não significa que aquilo com o que elas lidam (dimensão intransitiva) necessariamente muda também”.

Essas observações iniciais nos permitem argumentar, a partir de Fairclough, Jessop e Sayer (2016, p. 54), que um enfoque de tradição realista crítica e, portanto, relacional acerca da configuração do social<sup>7</sup>, deve considerar a “complexa relação dialética que está implicada na emergência, reprodução e transformação das estruturas sociais a partir das ações sociais e da influência recíproca dessas estruturas emergentes nas ações sociais em curso”. Esse argumento encontra suas bases na concepção transformativa do social presente no realismo crítico bhaskarniano, evidenciando a imbricação entre agência e estrutura (Cf. SAYER, 2000; HAMLIN, 2000<sup>8</sup>).

Em termos epistemológicos, derivamos dessa leitura a compreensão de que os objetos sociais (instituições, relações etc.) são fenômenos emergentes da relacionalidade do social, resultantes de complexas interações sujeitos-estruturas espaçotemporalmente inscritas. Sendo

---

<sup>6</sup> Este é o caso de Josué, narrado pela tradição judaico-cristã. Durante a guerra dos israelitas contra os reis amorreus, em Gibeon, Josué pediu a seu Deus que o sol e a lua parassem sobre a terra. Sua súplica, que pode ser compreendida como estando baseada em um realismo empiricista, guiava-se pela ilusão oriunda da observação imediata do sistema solar. Contra isso, temos o argumento da “contrafenomenalidade” do realismo crítico: “o conhecimento da estrutura profunda de algo pode não apenas ir além, e não apenas explicar, mas também contradizer as aparências (...) sem a contradição entre aparência e realidade, a Ciência seria redundante e poderíamos nos orientar pelas aparências” (COLLIER, 1994, p. 7).

<sup>7</sup> Desde as suas bases, em Bhaskar, o realismo crítico apresenta uma concepção relacional da sociedade (HAMLIN, 2000). Autores como Giddens, Archer e Jessop, por exemplo, têm desenvolvido perspectivas particulares dessa tradição. Estamos mais próximos dos esforços de Jessop que propriamente de Bhaskar.

<sup>8</sup> Como destaca Hamlin (2000), diferentes autores a mobilizam na busca por tentativas específicas de síntese entre agência e estrutura. Esse também será um esforço da tese ao considerarmos a Abordagem Estratégico-Relacional, em Jessop, que é uma perspectiva particular do realismo crítico (Cf. JESSOP, 2005), e as raízes societárias do fenômeno institucional a partir de diálogos com Houtzager (2004).

emergentes, esses objetos não podem ser reduzidos às propriedades intrínsecas ou à ação dos sujeitos. O Estado Moderno, por exemplo, tem suas próprias propriedades estruturais dotadas de poderes causais tendenciais (capacidade gerativa) e suscetibilidades causais (susceptibilidade a certas formas de mudança). Porém, sua objetualidade espaçotemporalmente inscrita é radicalmente relacional, envolvendo relações entre grupos sociais, fatores culturais, econômicos e administrativos.

Nesses termos, o Estado não é nem o resultado de um agregado de propriedades intrínsecas, nem algo destituído de propriedades estruturais próprias, o que aboliria qualquer possibilidade de uma autonomia relativa (poderes causais tendenciais-gerativos). O Estado, como veremos, é um *agente* dotado de poderes causais tendenciais e, simultaneamente, um *campo* resultante da condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, o que envolve disputas em relação à organização institucional do governo, aos significados sobre o Estado (*polity*), aos conteúdos da política (*politics*) e à ação política (*policies*) junto à sociedade (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982; 1991a; 2006; 2007; 2017).

Esses poderes causais tendenciais não indicam, portanto, poder em si, mas a possibilidade de “atuação/realização”. Essa atualização deve ser explicada considerando a concepção transformativa do social e o fato de que as relações entre sujeitos (interações sociais) não são inteiramente independentes, tampouco indiferentes, ao contexto no qual se deparam e com o qual interagem e atuam. A realidade estrutural, ainda que nem sempre diretamente observável, mostra-se mais claramente quando e se seus poderes causais são de fato “atualizados/realizados” (eficácia causal-gerativa) – percebemos isso quando nos atentamos para os efeitos institucionais. Não se trata de um poder em si porque a agência humana se faz presente na “atualização/realização” dos poderes causais da estrutura (JESSOP, 2005), ainda que este processo não seja redutível aos agentes (CURRY, 2000).

Essas considerações nos ajudam a perceber a possibilidade e os limites do sujeito como fator central da atividade social. Estamos a considerar que o sujeito não pode nem ser reduzido a mero intermediário das estruturas, nem elevado à qualidade de supersujeitos em relação às mesmas, como se estas fossem meros produtos de sua atividade. Como Donati (2019, p. 140) nos auxilia a refletir, um esquema teórico-analítico sujeitos-estruturas *como* relação tende a reivindicar um sujeito sociológico estratégico e relacionalmente reflexivo, “que volta a si mesmo ao colocar-se em relação com o contexto social”, ciente de que o



social, já constituído<sup>9</sup>, não é um reflexo perfeito da ação dos sujeitos. Indicamos, portanto, uma dupla recusa: a recusa do sujeito como o elemento referencial do social (“Super-Sujeito”) e a recusa da abolição do sujeito diante da reprodução sistêmica, o que o tornaria um mero componente da estrutura.

Ainda com Donati, percebemos que, por um lado, e isso é importante para a nossa abordagem, o sujeito não se resume a um Ser-sociedade, o qual simplesmente reproduz e é reproduzido pelas funcionalidades sistêmicas, como uma espécie de função ou produto da estrutura. A radicalização dessa leitura nos levaria à abolição do sujeito, o que seria uma falácia epistemológica. Por outro lado, como desta o autor, na qualidade de Ser-relacional, reflexivo também em relação às estruturas sociais com as quais *é* relação, o sujeito não é o “Sujeito” dos fatores que fundamentam por si só a dinâmica social. Como destaca Donati (2019, p. 21), o “ser humano, que gera sociabilidade em sua relação de ser, continua a ser a ‘medida’ da sociedade não porque pode determinar a realidade social como deseja”, conferindo às instituições sociais uma dimensão “demasiadamente humana”, no sentido de serem compreendidas e explicadas a partir de elementos que possam ser atribuídos exclusivamente ao “sujeito/humano”, mas porque é parte constitutiva e constituinte dela.

Com essa observação, podemos indicar que o social, *como* relação, está para além de uma realidade construída pela estrita ação dos sujeitos (uma crítica ao individualismo metodológico e ao construtivismo<sup>10</sup>). Os sujeitos, em um só tempo, são constituídos no social e constitutivos do social. Nesses termos, toda agência estará *sempre já* em relação, envolvendo um ponto de vista interno dos sujeitos (subjetivo-reflexivo) e um ponto de vista externo, que incidirá sobre as orientações dos sujeitos (dimensão estratégica). Como abordaremos no segundo capítulo, essa leitura nos ajudará a refletir sobre a ação multiposicionada dos sujeitos a partir do envolvimento crítico com as instituições.

Em um nível epistemológico, isso significa que a análise relacional não deve se pautar em critérios observacionais fundamentados em causalidades diretas, e sim na *relação*, nos mecanismos relacionais espaçotemporalmente inscritos que tendem a operar de forma simultânea e sobredeterminada<sup>11</sup>. Em um nível metodológico, isso exige atenção à complexa

---

<sup>9</sup> Como destaca Bhaskar (*apud* Hamlin, 2000, s/p), sendo um objeto real, que antecede e sucede o sujeito, “qualquer práxis humana concreta ou, se se quiser, ato de objetivação, só pode modificá-la (...). A sociedade encontra-se em relação com os indivíduos, portanto, como algo que eles nunca fazem, mas que existe somente em virtude de sua atividade”.

<sup>10</sup> Conferir o debate entre Bhaskar e Laclau (CURRY, 2000).

<sup>11</sup> O conceito de sobredeterminação, desenvolvido por Althusser a partir da psicanálise freudiana, é resgatado pelo realismo crítico baskarniano para “capturar a determinação múltipla de eventos e fenômenos e sistemas

trama agência-estrutura em um determinado contexto estratégico-relacional, o que também exige atenção com relação aos mecanismos que nos ajudam a compreender a produção de mudanças, isto é, “de como eles operam, e da descoberta de se eles foram ativados e sob que condições” (SAYER, 2000, p. 13).

Em suma, essa percepção da relacionalidade nos leva à recusa da compreensão das esferas societária e estatal como entidades ensimesmadas: Estado e sociedade não são fenômenos que simplesmente se relacionam, e sim fenômenos relacionais mutuamente constitutivos. A diferença fundamental entre essas duas leituras é que a primeira (o estudo das relações *entre* os fenômenos) se esbarra em uma perspectiva parcialmente relacional (relacionismo). Essa abordagem tende a nos mover em direção a uma compreensão relacional limitada aos efeitos decorrentes das relações entre fenômenos já constituídos, permitindo-nos apenas argumentar sobre a influência/incidência mútua. Já a segunda perspectiva (o estudo dos fenômenos *como* relações), ao contrário, indica-nos uma ontoepistemologia radicalmente relacional (relacionalidade), permitindo-nos pensar teoricamente em termos de mútua constituição. Ao percebermos o Estado e a sociedade civil por meio dessa segunda perspectiva, estamos a assumi-los como estruturas relacionais. Isso significa buscar algo além de uma simples diferenciação funcional respeitante às dimensões societária e institucional. Na presente análise, a separação entre esfera societária e estatal se limitará a uma função metodológica.

2. O segundo ponto a ser esclarecido se refere à contingencialidade do social. Destacamos que o social é relacional (ontologia), resta-nos, agora, informar como estamos a perceber esse caráter relacional sem incorrer em um relativismo epistemológico excessivo.

A admissão da relacionalidade não nos permite antecipar nenhuma necessidade de padrão relacional preexistente para pensarmos os fenômenos socialmente construídos, ainda que possamos distingui-los (*e.g.* Estado, família, religião etc.). Isso implica que não podemos dizer muito sobre como as relações e as relações de relações se estruturam espaçotemporalmente e geram efeitos emergentes, a não ser analisando os mecanismos que contingencialmente estruturam as diferentes configurações socioestatais.

O que sabemos antecipadamente, no plano da reflexão teórica, é que “a mudança social consiste na ‘emergência’ de realidades sociais cujo motor são sujeitos (individuais ou

---

abertos [o social]” (CURRY, 2000, p. 102). O conceito diz respeito à impossibilidade de totalização do social, derivando a compreensão de que não há nem uma causa única, nem uma causalidade como sequência de eventos (conjunção constante) que seja suficiente para explicar o social. Ou seja, não há um elemento organizador do social, mas a sobredeterminação de mecanismos gerativos-causais (Cf. MENDONÇA, 2014; MARQUES, 2020).

coletivos) que estão em relação entre si dentro de um contexto determinado” (DONATI, 1993, p. 34<sup>12</sup>), ainda que os resultados, como sustentamos anteriormente, não sejam uma clara e tão somente expressão das ações dos sujeitos. Com isso, queremos informar que estamos a assumir a relacionalidade como referência do social, compreendendo que os seus desdobramentos evidenciam a contingência inerente à estruturalidade social.

Nesses termos, a admissão da contingência como elemento inerente à realidade social não significa uma admissão *tout court* da contingência mesma como fundamento último do social, como uma espécie de contingência absoluta que abole qualquer tipo de causalidade. Distanciamos-nos desse argumento por dois motivos.

O primeiro é uma decorrência da aceitação da crítica epistemológica pós-fundacionalista, a qual nos auxilia a deter o relativismo e, simultaneamente, o determinismo e a reificação das propriedades estruturais. Como temos discutido (GRAEFF; NASCIMENTO; MARQUES, 2019; MARQUES, 2020), o pós-fundacionalismo fornece elementos que nos permitem considerar a relacionalidade sem cair no estabelecimento de fundamentos últimos na análise da realidade social (fundacionalismo), tampouco na aceitação da ausência radical de fundamentos que cumpram contingencialmente a função de estabilização/ordem do jogo estrutural (antifundacionalismo).

Como discutiremos no primeiro capítulo, a primeira leitura, compreendida como fundacionalista (aceitação/presença de fundamentos últimos capazes de determinar o social), expressa uma perspectiva epistemológica que se baseia no conceito de crenças básicas ou fundamentos estáveis para a construção do conhecimento e da própria realidade. Nessa leitura, o conhecimento (ou a verdade) é concebido como uma estrutura que se ergue a partir de um ponto referencial, de uma estrutura básica, central e imutável<sup>13</sup>.

Mobilizamos essa leitura para destacarmos o conceito de sociedade civil da tradição habermasiana – tema do segundo capítulo – e sua tendência em atribuí-lo um estatuto político teórico-normativo na qualidade de fundamento último (*ipsis litteris* autolimitação, sociedade civil como sinônimo de democracia, ação exclusivamente pela noção da política de influência). Como discutiremos, esse estatuto não pode ser compreendido como um conjunto de elementos passíveis de dedução teórica que são mobilizados para análise sobre o que é e como se constitui a sociedade civil, mas como um problema de natureza empírica (Cf. GURZA LAVALLE, 2011; GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015).

---

<sup>12</sup> Essa assertiva não desconsidera a ação não humana e eventos críticos, como catástrofes, epidemias etc.

<sup>13</sup> Por exemplo, Deus, na tradição judaico-cristã, e o homem, no antropocentrismo.

O pós-fundacionalismo, por sua vez, opera a partir de um duplo deslocamento epistemológico: ao mesmo tempo que desconstrói a existência de fundamentos estáveis/imutáveis à estrutura, também desconstrói o exato movimento oposto, o antifundacionalismo. No antifundacionalismo, o argumento é estruturado no sentido de indicar a invalidação de toda possibilidade de estabelecimento de fundamentos ao jogo estrutural, uma espécie de radicalidade líquida do social que aceita a impossibilidade de totalização diante da complexidade e da abundância de fundamentos possíveis/alternativos. A crítica pós-fundacionalista, ao contrário, não nega a possibilidade da presença de fundamentos, mas sim a impossibilidade de uma presença definitiva, estável e estabilizadora da complexidade e contingencialidade do social. Essa crítica mantém a noção de fundamento, mas na qualidade de fundamentos contingentes ou fundamentos ausentes – a noção de ausência deve ser compreendida como a não presença definitiva (Cf. MARCHART, 2009; MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016; GRAEFF; NASCIMENTO; MARQUES, 2019).

Essa leitura nos é pertinente uma vez que permite pensar a relacionalidade e a contingencialidade como pressupostos gerais da realidade social, sem implicar uma determinação da relacionalidade no plano ôntico, ou seja, o social é relacional, mas nada podemos dizer aprioristicamente sobre como se estruturarão as relações. Isso porque ao nos fornecer uma explicação não essencialista para o problema do fechamento da abertura estrutural, levando a um distanciamento tanto de um estruturalismo clássico (estrutura centrada) como de uma leitura pós-modernista (impossibilidade radical de fundamentos), permite-nos discutir a contingência sem cair na contingência absoluta ou em um relativismo ontológico e epistemológico excessivo.

O segundo motivo pelo qual nos distanciamos do argumento da contingência absoluta e, conseqüentemente, da recusa da abolição de qualquer tipo de causalidade, se refere ao fato de que a contingência não significa não causado (Cf. SAYER, 2000, pp. 12-18). Como destaca Donati (2019, p. 16), a admissão da relacionalidade do social significa “assumir que a relação tem sua ‘raiz’ não-contingente, enquanto se desdobra na contingência”. O que o autor está a argumentar, e isso encontra estreita relação com o que pretendemos, é que não é a contingência que produz ou permite as relações, é a relacionalidade do social que nos permite perceber a contingência da realidade social.

A causalidade pensada nos termos da relacionalidade aceita que “somente a relação em si mesma é *necessária*, enquanto seu desdobramento [ôntico] reflete a efetiva contingência

do mundo social” (DONATI, 2019, p. 17, grifo do autor; acréscimo nosso). Encontramos o mesmo sentido em Sayer (2000, p. 25), ao destacar que “uma abordagem realista pressupõe sistemas abertos e um modelo de causação segundo o qual os resultados da ativação de mecanismos (*e.g.* programas de prevenção ao crime) sempre dependem de contextos específicos (...)”, contextos relacionalmente constituídos. Assim, compreendemos, com Sayer, que uma adequada compreensão relacional exige a atenção sobre como atores, ações e contextos articulam-se: “Nós precisamos conhecer não apenas quais eram as estratégias principais dos atores, mas o que no contexto possibilitou o sucesso ou fracasso das mesmas” (SAYER, 2000, p. 29-30). Uma resposta adequada deve considerar a relação agência-estrutura e os mecanismos presentes nessa relação.

## 1.2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

A construção metodológica exige que ressaltamos algumas preocupações ontológicas e epistemológicas que justificaram o tipo de pesquisa e orientaram a construção e o emprego dos métodos de investigação (instrumentais metodológicos). Primeiramente, vale frisar que ao enfocarmos a mútua constituição, excluimos o voluntarismo e a reificação da análise.

Essa dupla exclusão epistemológica, em proveito de uma concepção relacional de agência e estrutura, seguida da introdução do elemento espaço-temporalidade e de uma racionalidade reflexivo-estratégica para se pensar a ação dos sujeitos, indica que uma explicação que se pretenda relacional deve ser adequada “tanto em termos de inteligibilidade motivacional (isto é, seu significado social para os atores) quanto de produção, pela interação contingente, de processos causais em condições específicas” (JESSOP, 2005, p. 44).

Nesse sentido, a exclusão do voluntarismo e da reificação, em proveito da relacionalidade, exige uma dimensão compreensiva/hermenêutica<sup>14</sup>. O logos hermenêutico está presente, por exemplo, ao definirmos o Estado como o resultado contingencial da condensação institucional e *discursivamente* mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, o que envolve disputas em relação à organização institucional do governo e aos *significados* sobre o Estado (*polity*), aos conteúdos da política (*politics*) e à ação política (*policies*) junto à sociedade

---

<sup>14</sup> A dimensão hermenêutica está presente no realismo crítico desde a sua base, em Bhaskar (Cf. HAMLIN, 2000). Abordagens recentes parecem reivindicar maior atenção a esse elemento com a introdução da análise do discurso, como podemos observar em Sayer (2000), Jessop (2005) e em Fairclough, Jessop e Sayer (2016).

(POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982; 1991a; 2006; 2007; 2017). Essa definição indica que o Estado também representa uma função semiótica, isto é, a produção e a disputa de significados que envolvem, por exemplo, suas funções junto ao tecido social. Analisá-las não pode ser senão um esforço compreensivo/interpretativo.

É nesse sentido que podemos afirmar que os fenômenos sociais são significativos. Seus significados, discursivamente sedimentados, passam a ser constitutivos das estruturas. É a partir dessa perspectiva que Fairclough, Jessop e Sayer (2016) compreendem que a explicação causal (*erklären*) e a compreensão interpretativa (*verstehen*) não devem estar dissociadas, tampouco que sejam antitéticas. Ao contrário, devem ser mobilizadas e compreendidas como uma explicação de fenômenos em cadeias causais mais amplas, contextualmente inscritas e significativas, no sentido da produção de sentidos.

Na presente pesquisa, por exemplo, ao voltarmos para a organização, mobilização, ação e interação dos coletivos culturais, buscamos analisá-los a partir de relações *com* outros fenômenos no mundo, como partidos políticos, sindicatos, ONG's e o Estado, destacando a significação de uma *posição diferencial* em relação a essas outras experiências organizacionais – objeto do quarto capítulo. Mas todo esse processo encontra-se em um contexto estratégico-relacional especial. Assim, apesar de suas particularidades estrutural-discursivas, recusamos qualquer voluntarismo e/ou reificação expressa na ideia de um “novíssimo fenômeno social” cuja emergência seria supostamente espontânea.

Cumpramos também destacar que estamos a compreender as estruturas pela ideia de *necessidades contingentes*. Em termos metodológicos, isso significa que ao invés de procurarmos pelas conjunções constantes, o que indicaria uma busca pela relação de sucessão entre causas e efeitos, cujos esforços de pesquisa indicariam que seria desejável e/ou suficiente analisar a sequência de eventos ao longo do tempo para comprovar a veracidade do conhecimento (Pesquisa Extensiva<sup>15</sup>), buscamos, ao contrário, descobrir as condições necessariamente contingenciais na análise do fenômeno, o que indica a procura por mecanismos relacionais espaço-temporalmente estruturados (Pesquisa Intensiva<sup>16</sup>).

---

<sup>15</sup> Pesquisas Extensivas procuraram analisar a extensão de certos fenômenos e seus padrões, preocupando-se, sobretudo, com as relações quantitativas entre variáveis (SAYER, 2000). Seus métodos buscam regularidades, partindo da compreensão de que podem indicar relações significativas: “pesquisas extensivas nos dizem coisas a respeito da extensão ou dimensões quantitativas de certas propriedades e relações, mas estas últimas não são, necessariamente, relações causais, e seu valor explicativo é mínimo (...), não são explicações em termos de mecanismos, mas apenas descrições quantitativas de associações formais (e não substanciais)” (*Ibid.*, p. 24).

<sup>16</sup> Ao contrário das Pesquisas Extensivas, que acabam ignorando ou não conferindo a devida atenção aos mecanismos causais, as Pesquisas Intensivas, ao partirem da preocupação em entender “o que faz certas coisas ocorrerem em casos específicos ou, de maneira mais etnográfica, que tipo de universo de significado existe em

A base desse argumento é a rejeição da visão de sucessão causal verificada pela experiência na análise dos objetos/fenômenos sociais (percepção/verificação da regularidade/sequencialidade). Ao contrário desta perspectiva, compreendemos que não podemos reduzir o conhecimento científico sobre o social a partir de uma concepção sucessionista. Em primeiro lugar, porque esse movimento tende a ignorar as propriedades emergentes dos fenômenos. Por exemplo, quando analisamos uma estrutura (*e.g.* Estado, família, organizações da sociedade civil etc.), não podemos limitar a explicação pela ideia de causalidade direta ( $A+B = C$ ) ou sucessiva ( $A+A+A = D$ ), pois há mecanismos operantes que nem sempre são observáveis em um determinado momento. Em segundo lugar, como propriedades emergentes, os objetos/fenômenos sociais não são redutíveis aos elementos internamente combinados e em interação.

Em suma, a busca por uma causação através da verificação de regularidades diretas ou ocorrências repetidas torna-se equivocada quando se considera a realidade dos objetos (dimensão do real), as propriedades emergentes e as condições nas quais ocorrem/são observáveis. Ao contrário do que ocorre em um sistema fechado, em que o “objeto possuidor de poder causal em questão seja estável (...) [e] as condições externas nas quais o objeto esteja situado sejam constantes” (SAYER, 2000, p. 14, acréscimo nosso), no mundo social, marcado pela contingência, pelos mecanismos relacionais, essas condições não ocorrem espontaneamente.

A partir desse enquadramento, a construção e mobilização dos nossos instrumentos de coleta de dados não se basearam nem na busca pela identificação de causalidades diretas, nem por generalizações de tipo probabilísticas inerentes aos estudos amostrais, ainda que tenhamos utilizado recursos metodológicos e *softwares* estatísticos (NVivo e SPSS) no processo de análise de documentos, especificamente um total de 134 atas de reunião do Conselho Estadual de Cultura – reuniões realizadas entre os anos de 2008 e 2020 –, na análise de uma série de documentos sobre o Programa Rede Cultura Jovem e na análise do questionário dos 55 coletivos culturais levantados no contexto espírito-santense (Apêndice A – Questionário de Levantamento). Ao mobilizarmos uma estrutura qualitativa-intensiva, visamos construir explicações de tipo analíticas cujo objetivo, como destaca Yin (2015), pode ser o fornecimento de elementos capazes de permitirem a generalização/confrontações de teorias

---

uma situação particular” (SAYER, 2000, p. 24), voltam-se para a explicação causal, para os mecanismos operantes e como são/estão estruturados, buscando, dessa forma, “determinar relações substanciais de conexão e situar a sua prática em contextos mais amplos, iluminando, assim, relações parte-todo” (*Ibid.* p. 25). Devido à sua natureza, normalmente as Pesquisas Intensivas focam um número reduzido de casos.

por parte do pesquisador e/ou a expansão de um conjunto particular de resultados de um fenômeno ainda pouco estudado para outras situações concretas e/ou a algum tratamento teórico mais abrangente, podendo contribuir para futuras pesquisas, inclusive estudos comparativos.

Embora a opção por uma proposta qualitativo-intensiva tenha estruturado a pesquisa desde o início do doutoramento, foi necessário modificar o método no decorrer da pesquisa. Durante os dois primeiros anos, já contando com as atividades exploratórias do campo, realizadas entre os meses de novembro de 2018 e março de 2019, a pesquisa encontrava-se estruturada em duas etapas. A primeira consistia em uma pesquisa de levantamento inicial, contando com entrevistas em profundidade com ativistas e gestores locais e a aplicação do referido questionário junto aos coletivos. A segunda etapa envolvia a seleção e o estudo aprofundado das unidades de análise que comporiam o quadro do Estudo de Caso a ser desenvolvido. No entanto, devido à pandemia, que começou a afetar o país no dia 26 de fevereiro de 2020 (primeiro caso registrado), o contexto social e político foi radicalmente modificado, levando-nos a reestruturar a proposta inicial.

Além das implicações inerentes à pandemia, como o necessário distanciamento social para a contenção da propagação da COVID-19, o campo político, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal), passou a discutir a elaboração de políticas públicas emergenciais para o setor cultural. O principal mecanismo nesse sentido foi a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020<sup>17</sup>), a qual dispõe sobre ações destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020<sup>18</sup>. Esse dispositivo institucional, conforme foi possível observar, tem impactado os processos articulatórios dos coletivos culturais e dos ativistas, considerando que os Executivos locais passaram a elaborar editais públicos emergenciais.

No processo de reestruturação metodológica, iniciado no mês de junho de 2020, percebemos que a alternativa mais viável – do ponto de vista temporal, do acesso aos sujeitos da pesquisa (ativistas e coletivos) e do fenômeno em análise (os coletivos e as interações com o Estado) – seria o método de Estudo de Levantamento por meio da aplicação do questionário

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>18</sup> Em acordo com o que determina o art. 2º da referida Lei, a União repassou aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.



semiestruturado. Do ponto de vista temporal, estávamos na segunda metade do doutoramento, justamente na atividade de campo pós-observações e levantamentos iniciais (entrevistas com ativistas), e, transcorridos cerca de quatro meses desde o início da pandemia, não poderíamos contar com a possibilidade do seu fim imediato. Com relação ao acesso aos sujeitos, qualquer interação presencial mostrou-se inviável no contexto pandêmico, sobretudo ao longo do ano de 2020, estendendo-se até meados de 2021, inviabilizando a observação direta junto aos coletivos.

Respeitante ao fenômeno em análise, especialmente a “novidade” comumente atribuída aos coletivos do ponto de vista dos repertórios organizacionais, formas de ação e tipos de relações com o Estado, um Estudo de Levantamento se mostrou promissor por ser capaz de fornecer dados intensivos, a partir de um contexto específico, sobre esse fenômeno ainda pouco estudado. Por fim, vale destacar que a proposta do levantamento também levou em consideração a inexistência de dados sobre os coletivos culturais no Espírito Santo. A falta de registros oficiais sobre o quantitativo e a localização dos coletivos inviabiliza qualquer estudo de amostragem probabilística.

Com base nessas considerações, estruturamos uma triangulação a partir de diferentes procedimentos de coleta de dados que se mostraram viáveis no contexto de pandemia, nomeadamente: (I) aplicação de questionário online, (II) entrevista em profundidade – as primeiras entrevistas, realizadas entre os anos 2018 e 2019, foram presenciais –, (III) revisão bibliográfica e (IV) análise de documentos primários<sup>19</sup>, especificamente as atas de reunião do Coletivos Unidos (CU)<sup>20</sup>, atas de reunião do Conselho Estadual de Cultura (2009-2020) e documentos do Programa Rede Cultural Jovem (PRCJ).

O emprego e a triangulação desses diferentes procedimentos foram pensados em termos de “linhas convergentes de investigação” ou “convergência analítica” (Cf. YIN, 2015) – ao mobilizarmos diferentes teorias (até mesmo de tradições intelectuais divergentes), aproximando-as a partir da abordagem relacional, também operamos por meio de uma “triangulação teórica”. Mais do que uma simples complementação analítica, em que os(as) pesquisadores(as) mobilizam recursos pensados e estruturados separadamente e que, juntos, estruturam a análise, a convergência analítica se aplica a uma clara orientação

---

<sup>19</sup> Os dados documentais primários resultam da análise de documentos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, tais como relatórios de gestão, documentos oficiais, cartas e material jornalístico.

<sup>20</sup> O CU foi criado em 2013. Como destacado em sua página no Facebook, era um “movimento de integração dos coletivos atuantes na cena da Grande Vitória e demais interessados”. Esse “coletivo de coletivos” mantém disponível o que denominam de “Ata Infinita”, onde constam todas as ações do grupo.

ontoepestemológica de pesquisa, cuja mobilização de diferentes métodos e/ou procedimentos metodológicos está diretamente relacionada à explicação do fenômeno pesquisado, normalmente envolvendo aspectos espaço-temporais e uma variação maior de aspectos comportamentais do fenômeno (Cf. YIN, 2015).

Para levar a cabo a proposta, estruturamos uma estratégia de triangulação a partir de três etapas, quais sejam:

- ETAPA I ( $E_{p1}$ )

A Etapa I ( $E_{p1}$ ) foi direcionada para a pesquisa sobre os coletivos e sobre as políticas públicas culturais no Brasil e no Espírito Santo, especialmente sobre o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ). Nossos objetivos consistiram no levantamento bibliográfico e documental de dados sobre (I) o processo de institucionalização das políticas públicas culturais no Brasil pós-democratização; (II) dados referente aos coletivos, em geral, e coletivos culturais, em particular; (III) e sobre os coletivos culturais e as políticas públicas culturais no Espírito Santo, entre os anos de 1990 e 2016. Para isso, recorreremos ao SciELO e ao Google Scholar, bem como a livros, trabalhos de conclusão de curso e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, especificamente nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Também consultamos pesquisas realizadas por órgãos governamentais, especialmente a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pesquisas realizadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), instituto de pesquisa do Espírito Santo. Além dessas fontes, também analisamos documentos obtidos junto aos coletivos, ativistas e à Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT).

- ETAPA II ( $E_{p2}$ )

A Etapa II ( $E_{p2}$ ) consistiu na aplicação de questionário semiestruturado com os coletivos. O objetivo foi realizar um levantamento que permitisse analisar a estrutura organizacional, as formas de ação e interação dos coletivos culturais com o Estado (Apêndice A – Questionário de Levantamento).

Iniciamos os contatos a partir de uma relação de coletivos e ativistas, com seus respectivos e-mails e números de telefone, que participaram do “#2 Reviravolta Coletiva<sup>21</sup>”. Essa relação foi repassada pelo coletivo Assédio Coletivo para fins exclusivos de pesquisa. De posse dessas informações, iniciamos os contatos por telefone e/ou e-mail. No entanto, percebemos que (I) a maioria dos coletivos não se encontram mais em atuação, (II) muitos ativistas já não atuavam nos coletivos, (III) os números de telefone e endereços de e-mails não eram mais os mesmos. Ainda assim, conseguimos, dentre os mais de 170 coletivos que participaram do referido evento, contato com cerca de 30 sujeitos. Desta listagem inicial, apenas 9 coletivos participaram da pesquisa respondendo ao questionário.

A partir desses contatos iniciais, estruturamos uma proposta metodológica de *snowball*, visando alcançar uma possível rede de ativistas e coletivos. Nesse processo, fomos adicionados por uma ativista a um grupo de WhatsApp com mais de 200 pessoas – entre ativistas, produtores culturais, empresários e gestores do setor cultural local. Trata-se de um grupo que, ainda hoje, discute a implementação da Lei Aldir Blanc e as políticas públicas culturais no estado. Ao final de 4 meses de aplicação do questionário, conseguimos a participação de 55 coletivos (Apêndice B – Perfil Básico dos Coletivos).

- ETAPA III (E<sub>p3</sub>)

A Etapa III (E<sub>p3</sub>), realizada concomitantemente à E<sub>p2</sub>, voltou-se à identificação de atores estratégicos e ativistas para a realização de entrevista em profundidade sobre o PRCJ e as experiências de interações socioestatais em torno do referido Programa. Por atores estratégicos, consideramos os agentes do Estado (gestores, burocratas etc.) que trabalharam diretamente com o PRCJ. Ao todo, foram entrevistados 6 sujeitos, sendo 5 ativistas e 1 gestor (Apêndice C – Perfil dos Entrevistados; Apêndice D – Roteiro de Entrevista com o Gestor; Apêndice E – Questionário de Levantamento Inicial com Ativistas – Programa Rede Cultura Jovem e coletivos). Vale também destacar que fizemos uso de um questionário aplicado entre os anos de 2015 e 2017 junto a 4 ativistas que atuaram diretamente a partir do interior da estrutura do Programa (Apêndice E – Questionário de Levantamento Inicial com Ativistas – Programa Rede Cultura Jovem e coletivos). Esse questionário fora elaborado durante a

---

<sup>21</sup> Evento colaborativo realizado em 2013 com o objetivo promover a articulação dos coletivos, dar visibilidade às produções artístico-culturais dos grupos e compartilhar experiências e modos de produção. Para uma leitura detida sobre o evento, conferir Brommonschenkel (2014).

construção do projeto de pesquisa. Com as entrevistas, buscamos compreender (I) o contexto de emergência dos primeiros coletivos da virada dos anos 1990 para os anos 2000 e o contexto imediatamente anterior ao PRCJ (2003 a 2008), (II) as experiências em torno da criação e implementação do PRCJ (2009-2013), (III) as interações (conflito e cooperação) com o Estado no contexto dos anos 2012 a 2015 e (IV) as experiências atuais dos coletivos culturais.

### 1.3 ESTRUTURA DA TESE

A tese foi estruturada em três partes. A primeira, de caráter teórico-reflexivo, é constituída pelos dois primeiros capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Perspectiva de mútua constituição: elementos para uma compreensão”, nossos esforços se concentraram na reflexão sobre as interações entre as esferas estatal e societária, destacando uma abordagem relacional sobre o Estado. Para isso, iniciamos o capítulo destacando a crítica pós-fundacionalista e a contingência na construção de um olhar científico que nos auxilie na refutação de argumentos isolacionistas e essencialistas para pensarmos relacionalmente. Na sequência, mobilizamos duas tradições intelectuais distintas, evidenciando suas possíveis contribuições (e limitações) para os nossos objetivos, quais sejam: a Perspectiva da Polis, uma tradição intelectual que se desenvolveu no seio do institucionalismo histórico, sobretudo a partir da tradição norte-americana dos anos 1990, com destaque para as contribuições de Skocpol<sup>22</sup>, e a Abordagem Estratégico-Relacional (AER) em Jessop, cujos primeiros contornos, datados do início da década de 1980, emergiram do interior da tradição marxista sobre a Teoria do Estado, especialmente em Poulantzas, mantendo diálogos críticos com o institucionalismo, com a teoria da regulação e, em alguma medida, com as abordagens pós-estruturalista e pós-marxista<sup>23</sup>.

Em uma primeira aproximação entre essas tradições, cujo entrelaçamento, na presente tese, é realizado a partir da identificação de uma ontologia relacional presente em ambas as abordagens, podemos destacar que a Perspectiva da Polis, certamente a corrente teórico-

<sup>22</sup> Especialmente após o deslocamento da abordagem *State-Centered* (SKOCPOL, 1984 [1979]) para a *Polity-Centered Approach* (SKOCPOL, 1996).

<sup>23</sup> A AER não é, em si, uma construção de Jessop. Primeiramente, como destaca o próprio autor (JESSOP, 2006), embora as ideias estivessem presentes em seus trabalhos anteriores, foram Bertramsen, Thomsen e Torfing (1991) que cunharam o termo ao analisarem suas contribuições para o debate sobre a teoria do Estado. Como também sublinha, autores como Marx, Gramsci, Poulantzas e Foucault já pensavam a partir de mecanismos estratégico-relacionais. No entanto, a AER, ao contrário da tradição marxista, vai além da análise entre o capital e as classes: envolve uma discussão sociológica mais ampla, sobre agência e estrutura.

analítica mais facilmente encontrada nos estudos recentemente publicados no Brasil orientados pelo pressuposto da mútua constituição<sup>24</sup>. Essa perspectiva emergiu e tem se desenvolvido como uma abordagem dotada de um caráter relacional, colocando no centro de suas análises as ligações estruturais em torno de arranjos institucionais que ajudam a analisar as interações entre o Estado e os agentes societários. Como destacaremos ao longo do estudo, sobretudo no segundo capítulo, a Perspectiva da Polis fornece importantes argumentos para pensarmos a sociedade civil de forma não essencialista, bem como para analisarmos a criação de vínculos entre esta e o Estado sem cairmos em argumentos deterministas – como a discussão sobre a perda de autonomia e a ideia de cooptação dos agentes societários no momento em que interagem cooperativamente com a esfera institucional. Veremos, também, como muitos de seus argumentos encontram correspondência na AER. Isso ocorre porque, como estamos a sustentar, embora oriundas de tradições distintas e mesmo divergentes, ambas – Perspectiva da Polis e AER – compartilham aspectos ontológicos e epistemológicos: a relacionalidade, a contingência, a leitura realista crítica (em alguma medida) e, ainda em menor evidência, a crítica pós-fundacionalista.

Com relação à AER, uma primeira observação a ser destacada é a necessidade de se pensar a esfera estatal para além das abordagens estadocêntricas. A partir de um enfoque relacional e realista crítico, a AER compreende o Estado simultaneamente como *campo* e como *agente*. A primeira dimensão indica um campo estratégico-relacional seletivamente estruturado, isto é, não como um simples contexto da ação dos agentes, mas como um terreno institucional assimétrico, policêntrico, atravessado por contradições e dotado de certa autonomia – o que também se encontra na Perspectiva da Polis. A segunda dimensão informa que a agência é seletivamente orientada, considerando a condensação institucional e discursiva das forças políticas e como ocorre a “atualização/realização” dos seus poderes causais. Isso significa que as estruturas não têm poder em si (autonomia absoluta) – o poder é “atualizado/realizado” (autonomia relativa). Assim ocorrendo, podem afetar e moldar as organizações societárias. Com isso, queremos informar que também devemos considerar a mútua “atualização/realização” (efeitos institucionais e efeitos de deslocamentos) como fenômenos emergentes (Cf. JESSOP, 2008; 2009; SAYER, 2000; FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016).

---

<sup>24</sup> Entre os estudos que destacam objetivamente o argumento da mútua constituição, embora carentes de uma adequada atenção ontológica e teórica, podemos elencar Houtzager (2004), Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004), Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2011), Gurza Lavalle (2011), Gurza Lavalle e Szwako (2015), Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017), Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor e Szwako (2019b) e Carlos (2019).

No segundo capítulo, os esforços se direcionaram à reflexão sobre os limites teóricos do conceito de sociedade civil na Perspectiva da Sociedade Civil<sup>25</sup>. Para isso, retomamos alguns pontos elementares da retomada do conceito a partir de Habermas (1997) e Cohen e Arato (2001) para, na sequência, realizarmos alguns apontamentos críticos a partir da ideia de negação do *político* (despolitização), do otimismo (associação normativa entre sociedade civil e democracia) e do relacionismo (leitura parcialmente relacional; mútua incidência/efeitos mútuos). Na terceira seção do capítulo, o objetivo consistiu na apresentação de possíveis contribuições para a discussão sobre a ação dos agentes societários para além das fronteiras conceituais entre esfera institucional e societária, destacando um tipo de racionalidade reflexivo-estratégica na ação política multiposicionada, isto é, na ação política simultaneamente dentro e fora da esfera institucional, e como este conceito pode contribuir para a crítica à ideia de “influência da sociedade civil”, bem como para a explicação das interações societas do ponto de vista relacional.

Como buscamos sustentar, as ligações entre a sociedade civil e a esfera estatal denotam um padrão de interação insuficientemente tematizado pelas ideias da “política de influência” e/ou “autolimitação” presentes na e defendidas pela Perspectiva da Sociedade Civil. Além disso, essa perspectiva teórico-analítica acaba estabelecendo fundamentos últimos em sua reflexão sobre o que seria e como agiria (ou deveria agir) o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nos termos que nos interessam de forma central, essa leitura acaba imprimindo na sociedade civil um estatuto político normativo (fundamento) que, como destaca Gurza Lavalle (2011), só pode ser verificado considerando os contextos estratégico-relacionais, o que necessariamente nos leva tanto a considerar a contingencialidade no processo de constituição da sociedade civil e de suas interações com o Estado, como a desconsiderar qualquer essência necessariamente democrática da sociedade civil. Por fim, essa discussão teórica também nos é relevante porque estamos a considerar os coletivos culturais como organizações da sociedade civil e, como destacaremos, a emergência dessas experiências organizacionais devem ser analisadas a partir das interações com o Estado e da

---

<sup>25</sup> Como destacam Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004, pp. 259; 265-266; 307-308), apesar de haver diferentes preocupações normativas e teóricas em torno do conceito de sociedade civil, tais como em Keane (1992), Cohen e Arato (2001) e Habermas (1997), só para mencionarmos alguns dos principais intelectuais desta literatura, há elementos comuns que nos permitem pensá-los a partir do interior de uma mesma perspectiva, a Perspectiva da Sociedade Civil. Entre eles, (i) o modelo tripartite, que introduz distinções normativas entre o Estado, o mercado e mundo da vida; (ii) a ênfase na autonomia como princípio fundante das organizações societárias; (iii) a sociedade civil como fonte de impulsos democráticos e dotada de melhor racionalidade e capacidade administrativa em contraposição ao Estado; e (iv) a pouca diferenciação analítica entre os atores da sociedade civil. Discutiremos detidamente essa abordagem no segundo capítulo.

diferenciação relacional com outras organizações civis, como ONG's, organizações de movimentos sociais e organizações políticas, elaborando o que estamos a denominar de *posições diferenciais*.

A segunda parte da tese, de caráter descritivo-analítico, é constituída pelos terceiro e quarto capítulos. O objetivo é informar o contexto estratégico-relacional das políticas públicas culturais nos anos 2000 e os coletivos culturais no Brasil.

No terceiro capítulo, analisamos as (re)orientações, os avanços e as ambiguidades na trajetória de institucionalização da política cultural no Brasil entre os anos de 1980 e 2015. Nosso objetivo, com esse percurso, não foi realizar uma análise aprofundada das políticas públicas culturais do e no processo de democratização ou da gestão nos anos 2000, mas destacar, a partir de uma leitura relacional, algumas das principais mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos do Estado nesse setor, o que também nos ajudou a compreender as políticas culturais no Espírito Santo entre os anos de 2003 e 2015.

Com essa retomada, além de informarmos sobre quais as interações socioestatais se constituem no processo de construção e implementação de uma política pública, bem como essas interações se transformaram ao longo do tempo – elementos centrais dos dois primeiros objetivos específicos de pesquisa –, também mobilizamos a perspectiva de mútua constituição para uma melhor compreensão das mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos do Estado, observando como esses incidiram sobre a experiência institucional que se configurou no contexto dos anos 2000. Com isso, buscamos sustentar o argumento de que esse período representou um momento de maior facilitação ao processo de institucionalização de novas demandas e agendas políticas, bem como de promoção de mudanças estruturais, o que favoreceu a emergência e a maior articulação em rede dos coletivos culturais contemporâneos.

No quarto capítulo, intitulado “Os coletivos culturais contemporâneos no Brasil: uma análise relacional acerca da novidade em cena”, enfocamos a discussão sobre a entrada dos coletivos como um “novo sujeito político” no contexto brasileiro, sobretudo no debate sobre mobilização, ativismo político e organizações da sociedade civil. O ponto estruturante da análise reside nos processos de ressignificação de repertórios organizacionais e de ação e na estruturação, a partir do ano de 2013, de um discurso de “crítica à política tradicional”. Na construção desse discurso, os sujeitos passaram a demarcar uma *posição diferencial* em relação a certas lógicas organizacionais – lógicas de participação e de socialização de organizações políticas históricas, como partidos políticos, ONG's e mesmo organizações de movimentos sociais, vistas como estruturas rígidas, com alto grau de formalização, centradas

nas lideranças e verticalizadas. Nesse processo, essas experiências tidas como clássicas ou tradicionais passam a exercer a função de *exterior constitutivo* para os sujeitos no processo de identificação discursiva enquanto “sujeitos coletivos” (STATEN, 1984; HALL, 2000; 2011).

Como discutiremos, concordamos com a literatura em relação ao fato de que os coletivos apresentam características próprias quando comparados a outras organizações societárias contemporâneas. Entretanto, a ideia de “novo” deve ser problematizada. Por “novo”, ou melhor, por novidade, entendemos o processo de apropriação e ressignificação de repertórios organizacionais e de ação mais claramente perceptíveis a partir do ciclo de protestos ocorrido entre 2013 e 2016. Desde então, os coletivos, em geral, têm evidenciado não apenas novas estratégias, performances e repertórios nas mobilizações, como, igualmente, novos significados ao debate político-organizacional estruturados em torno de um discurso de “crítica à política tradicional”. Contra a ideia de um “novíssimo sujeito coletivo” e buscando um olhar processual-relacional, analisamos as emergências dos coletivos no campo cultural nos anos 1960-1970 (“primeira onda coletiva), nos anos 1980-1990 (“segunda onda coletiva”) e entre finais dos anos 1990 até o presente momento (“terceira onda coletiva”). Como veremos, os coletivos são uma novidade na medida em que (re)surgem nos anos 2000, resgatando repertórios e estruturando novas experiências.

Por fim, a terceira parte da tese, constituída pelos três últimos capítulos, apresenta o contexto das políticas públicas culturais no Espírito Santo e das relações dos coletivos culturais com o Estado ao longo dos anos 2000, destacando o Programa Rede Cultural Jovem (PRCJ).

No quinto capítulo, intitulado “A política cultural no Espírito Santo (2003-2016): princípios, orientações, ambiguidades e interações socioestatais”, analisamos duas dimensões das políticas públicas culturais no Espírito Santo. Iniciamos com a análise da inscrição da cultura e da política cultural nas ações estatais, problematizando os princípios e as orientações que nortearam normativamente as ações do Estado no setor cultural. Para isso, localizamos e analisamos esses elementos no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, também conhecido como ES-2025 (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006), e no relatório Cultura Presente, política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010 (SECULT, s/d).

Como destacamos na primeira parte do capítulo, a análise desses elementos indicam que no plano normativo a cultura fora tratada, centralmente, como um elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, quase sempre pensada no interior de relações entre o Estado e a esfera econômica. Esses elementos são importantes para uma melhor



compreensão da relação criada no ano de 2008, e sustentada até o ano de 2015, entre o Estado e o mercado na figura do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo (SINCADES). Inclusive, foi a partir dessa relação que surgiu o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ).

Na segunda parte do capítulo, enfocamos o contexto estratégico-relacional dos anos de 2009 a 2015, destacando as interações conflitivas e cooperativas em torno da relação entre o Estado, o Instituto de Ação Social e Cultural Sincades – um “braço social” do SINCADES criado para atuação sociocultural – e os ativistas e coletivos. Por meio dessa análise, percebemos a construção do PRCJ, os conflitos e os motivos que levaram ao fim da relação entre o Estado e o SINCADES em torno do Programa. Além disso, a análise desse contexto foi fundamental para uma primeira reflexão sobre o PRCJ, o que permitiu uma melhor compreensão sobre os tipos de interações socioestatais que potencializaram a construção dessa política e o destaque do PRCJ como um agente incubador cujas ações potencializaram a criação e articulação de novos coletivos culturais.

No sexto capítulo, intitulado “Programa Rede Cultura Jovem: princípios, eixos, ações e interações socioestatais”, apresentamos e analisamos novos dados que nos permitiram uma melhor compressão do que foi o PRCJ, sobretudo em termos de conceitos e orientações da ação. Entender esses elementos nos ajudou a compreender as capacidades do programa em estruturar relações com segmentos artístico-culturais juvenis em um contexto mais amplo de críticas às políticas culturais, sobretudo à estrutura da parceria entre as esferas estatal e econômica. Vale também destacar que a descrição e a análise dos princípios e dos eixos estruturantes do PRCJ se justificam diante do escasso histórico de documentação oficial acessível, bem como do reduzido número de análises.

Diante disso, buscamos aprofundar as reflexões sobre a hipótese de pesquisa e sobre o primeiro e o terceiro objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: (I) analisar os mecanismos construídos no e que sustentaram o processo de implementação do PRCJ e (II) analisar como as interações se transformam ao longo do tempo. Além desses, também conseguimos alcançar o terceiro objetivo, mais especificamente a análise sobre os processos de deslocamentos estruturais compreendidos a partir da sedimentação do significativo *coletivos* e seus significados em termos de experiências organizacionais e de ação no discurso oficial (Discurso Estatal).

No sétimo e último capítulo, cujo título é “Dimensão organizacional e as interações socioestatais: as experiências dos coletivos culturais no Espírito Santo”, analisamos as

experiências dos coletivos no atual contexto espírito-santense, considerando tanto os 55 coletivos culturais levantados como os 23 casos que estruturaram relações com o PRCJ. Tendo em vista o caráter de novidade da agenda de pesquisa, ainda que os coletivos não sejam um fenômeno inerente ao momento presente, o capítulo também apresenta contribuições ao debate sobre os coletivos em geral, sobretudo no que diz respeito à análise da dimensão organizacional, tendo em conta a formalização e os processos de tomada de decisões internas, a análise das lógicas de mobilização e ação, bem como das interações com o Estado.

## **2 PERSPECTIVA DE MÚTUA CONSTITUIÇÃO: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO RELACIONAL**

O objetivo deste e do próximo capítulo, os quais constituem o núcleo teórico da tese, é refletir sobre as interações entre as esferas institucional e societária por meio de uma perspectiva que se pretende radicalmente relacional. Neste capítulo, em especial, apresentaremos as bases do que estamos a denominar de “perspectiva de mútua constituição” para discutirmos o Estado, as mudanças institucionais e a agência dos sujeitos societários em relação às instituições.

Para avançamos nesse sentido, ao longo do capítulo e em especial na primeira seção, ressaltaremos a contingência e a ausência de fundamentos últimos na compreensão do social para pensarmos a mútua constituição. Essa construção do “olhar científico” sobre as interações entre as esferas institucional e societária requer outra observação inicial: a distinção da perspectiva de mútua constituição (relacionalidade) em relação ao argumento limitado à mútua incidência ou aos efeitos mútuos (relacionismo).

Esse movimento é necessário porque, embora o argumento da mútua incidência corretamente destaque os efeitos mútuos dos agenciamentos sobre a ação e sobre a forma de organização dos elementos em um processo marcado por constante interação, não deixa de ser, também, uma compreensão limitada sobre a relacionalidade. O argumento da mútua incidência não leva às últimas consequências a relacionalidade (ontologia social) e suas implicações analítico-empíricas, limitando-se à análise dos efeitos da ação de um elemento sobre o outro, e não a coconstituição. A mútua constituição, ao contrário, assume a relacionalidade como a dimensão ontológica da ordem social para pensar a sociedade não como “um espaço ‘contendo’ relações, ou uma arena em que as relações se (re)produzem. [A sociedade] é, antes, o tecido próprio das relações” (DONATI, 2015, p. 87, acréscimo nosso).

Nesses termos, para a perspectiva da mútua constituição, não é possível pensar o Estado fora ou acima da sociedade, bem como a sociedade e suas instituições como resultado espontâneo das interações societárias de forma voluntarista. A forma como estamos a estruturar a análise implica diferentes deslocamentos de ordens teórico-analíticas que dizem respeito tanto à compreensão da realidade social (relacionalidade dos fenômenos no mundo como dimensão ontológica) quanto à construção científica (epistemologia relacional) voltada à análise das interações socioestatais (*e.g.* autonomia, cooptação, mudança institucional, mútua incidência, forma de ativismo, construção de políticas públicas etc.).

Para avançarmos nesta direção, iniciaremos o capítulo aprofundando a discussão sobre a contingência e a crítica pós-fundacionalista. A partir dessa primeira reflexão – e da tentativa de construção de diálogos entre a Abordagem Estratégico-Relacional (AER), em Jessop, e a Perspectiva da Polis, a partir de suas bases em Skocpol e, sobretudo, das contribuições de Houtzager<sup>26</sup> –, sustentaremos a ausência de um fundamento último que possa garantir uma estabilidade na compreensão do Estado e da sociedade, cujas explicações se iniciariam e esgotariam em si mesmos, ou de uma determinação normativa sobre o padrão de interação entre ambos. Esta reflexão será fundamental para, na sequência do capítulo, pensarmos o Estado como uma *relação social* (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982; 1991a; 2006; 2007; 2017), bem como as ligações estruturais e estratégicas entre o Estado e a sociedade civil.

Na sequência dessa discussão, refletiremos sobre um duplo deslocamento teórico-analítico para pensar a relação Estado-e-sociedade, a saber: (I) a necessária ruptura com a concepção do Estado como uma “Coisa-instrumento” a serviço das classes, para analisá-lo como um *campo* estratégico seletivamente estruturado, e (II) o distanciamento de uma leitura estrutural-funcionalista, a qual tende a analisar o Estado e suas instituições como um “Sujeito” estruturalmente autônomo, para discuti-lo como *agente*. Essas reflexões nos ajudarão a analisar as mudanças institucionais e a relação dos sujeitos *com* (interação) e *sobre* as instituições (*atuação/realização* – possibilidade de forjarem mudanças).

Por fim, partindo dessas discussões, na terceira seção destacaremos a necessidade de operarmos a partir da consideração do *político* e da *política* para pensarmos a “autonomia determinada do Estado” e a mudança institucional para além de uma leitura restrita às instituições (JESSOP, 1991b; BERTRAMSEN, 1991). O objetivo é ressaltar tanto as raízes institucionais da ação coletiva (HOUTZAGER, 2004) como as raízes societárias do fenômeno institucional e, por conseguinte, das mudanças institucionais, considerando as contradições sociais e as disputas de poder que atravessam e constituem o seu aparato.

---

<sup>26</sup> Embora suas bases estejam localizadas em Skocpol, mas também em Evans, Tilly e Migdal, compreendemos que a Perspectiva da Polis, a partir de Houtzager, não seja um sinônimo de *Polity-Centered Approach*. Como destaca Houtzager (2004, pp. 15; 31-35, destaque do autor; acréscimo nosso), a Perspectiva da Polis “aproxima-se das perspectivas centradas na *polis* [traduzida como *polity*, no sentido de corpo político] de Theda Skocpol e Charles Tilly, e das diferentes linhagens do institucionalismo comparado, incluindo aquela proposta por Evans (...). Ela é um primo próximo da estrutura de trabalho que Skocpol desdobra em sua interpretação sobre a política social dos Estados Unidos (...)”. Ainda que seja possível argumentar que esta abordagem não esteja plenamente desenvolvida ou devidamente destacada como uma estrutura analítica especial, seus argumentos se fazem presentes em diferentes estudos voltados às interações socioestatais. Na literatura brasileira, alguns esforços avançam no sentido de destacar uma estrutura teórico-analítica própria, como Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004) e Gurza Lavalle (2011).

## 2.1 DELINEANDO A ABORDAGEM DA MÚTUA CONSTITUIÇÃO: PÓS-FUNDACIONALISMO E CONTINGÊNCIA

*“Estado e sociedade não existem separados na vida real; eles devem ser analisados em termos de inter-relação”.*

René Bertramsen

Afirmar que o Estado e a sociedade não existem separadamente e que, portanto, devem ser analisados em termos de inter-relação, significa aceitar a ausência de um fundamento último na compreensão do Estado e da sociedade. Ao contrário de um pensamento fundacionalista, que assegura tal existência como forma de justificação, definição e determinação em última instância do jogo estrutural, o argumento que sustenta a assertiva de Bertramsen (1991) se limita à possibilidade de estabelecimento de fundamentos contingências a partir das inter-relações entre as esferas institucional e societária. Este argumento sublinha, portanto, que a forma institucional, o poder estatal e as fronteiras do Estado em relação à sociedade são de natureza contingencial e politicamente estruturados. Esta forma de compreensão da relação Estado-e-sociedade, como a compreendemos e buscaremos sustentá-la, está balizada por uma epistemologia pós-fundacionalista sobrevista, mas nem sempre discutida, no argumento relacional da literatura sobre as interações socioestatais.

O ponto de partida do pós-fundacionalismo é a crítica ao pensamento fundacional, uma longa tradição filosófica e epistemológica que surge da busca por uma explicação que sustente e fundamente a origem das coisas ou, em outras palavras, que permita compreender o centro que sustenta o social. Como argumentamos em outro momento (GRAEFF; NASCIMENTO; MARQUES, 2019), esse princípio básico se origina e esgota em si mesmo, servindo de argumento ou legitimação para a existência dos conhecimentos dele derivados. Assim, a crença básica (fundamento) é autojustificada e, de forma arbitrária, é a partir dela que serão desenvolvidos e legitimados os demais conhecimentos sobre os objetos no mundo. Desta forma:

(...) todo o conhecimento científico ocidental, originado da filosofia metafísica, estaria edificado sobre uma crença em um fundamento último que garantiria e justificaria o conhecimento posterior. Desta forma, o saber seria justificado através da remissão a estes princípios básicos válidos. Esta remissão, ou regresso, significa, em última análise, que sempre haverá um conhecimento anterior que justificará o conhecimento posteriormente desenvolvido e, da mesma forma, este conhecimento dependerá de uma crença anterior a ela que a justifique. Assim, se a crença A está justificada pela crença B, a crença B depende da justificação obtida na crença C e,

igualmente, a crença C se justifica na crença D, seguindo, assim, de forma infinita (GRAEFF; NASCIMENTO; MARQUES, 2019, p. 584).

Esse critério de remissão é falho tanto de um ponto de vista da justificação científica, discutida a partir da possibilidade de verificação e superação/refutação da explicação<sup>27</sup>, como por indicar uma causalidade sustentada pela observação sequenciada de eventos (conjunção constante) sem qualquer atenção aos mecanismos relacionais e aos fenômenos emergentes. A questão que surge é: como compreender a possibilidade de limitação da remissão, como forma “estabilizar” a abertura do jogo estrutural, recusando o pensamento fundacional?

Será no pós-fundacionalismo que encontraremos a saída epistemológica para o problema. Contra a tradição fundacional<sup>28</sup>, a crítica pós-fundacionalista sustenta a impossibilidade ontológica do estabelecimento de fundamento último que esgote o processo de estruturação/fechamento do jogo estrutural. Isso, contudo, não significa uma negação final da noção de fundamento. Uma recusa dessa natureza atestaria a invalidação epistêmica de toda possibilidade de estabelecimento de fundamentos à estrutura, o que seria uma falácia epistemológica que nos inseriria no registro antifundacionalista.

Contrariamente ao antifundacionalismo, o pós-fundacionalismo não nega a possibilidade de fundamentos, mas opera a partir do enfraquecimento do *status* ontológico da noção de fundamento – no modo como este é concebido pela tradição fundacionalista. Esse debilitamento ontológico apenas indica a impossibilidade de um fundamento último que defina e determine o jogo estrutural (MARCHART, 2009). Todavia, cumpre destacar que essa impossibilidade não é explicada por uma suposta impossibilidade empírica que, diante de uma pluralidade de fundamentos possíveis, torna impossível a sua concretude. Transpondo a discussão para a análise social, a impossibilidade de estabelecimento de um fundamento último não é justificada pela multiplicidade de possíveis fundamentos em um contexto de crescente diferenciação e complexificação social. Trata-se, antes, de um argumento estrutural.

Seguindo o pensamento pós-estruturalista derridiano, que nos ajuda a melhor delinear o pós-fundacionalismo (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014; MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016; MARQUES, 2020), a impossibilidade de estabelecimento de um fundamento não deve ser compreendida a partir da ideia de excesso de sentidos presentes no social, sentidos que estariam ansiosos para se sedimentarem como o fundamento

---

<sup>27</sup> Referimo-nos ao critério de falseabilidade em Popper (2013).

<sup>28</sup> Como destacam Graeff, Nascimento e Marques (2019), o fundacionalismo representa uma tradição filosófica e epistêmica extensa, abrangendo diferentes orientações. Não se trata de uma “escola” ou de uma tradição unificada.

determinante. Ao contrário dessa forma de análise, o foco é a noção de falta/ausência de um centro estável sobre o qual poderiam se sedimentar os fundamentos em disputa. É a falta de um centro estável, portanto, e não a existência de uma diversidade de possíveis fundamentos que impossibilita o estabelecimento de um fundamento determinante (totalização). Ou seja, estamos diante de uma concepção que aceita a ideia de estrutura descentrada. Não havendo um centro estável, a sedimentação será sempre parcialmente bem-sucedida e, portanto, relativamente aberta à agência. Nesses termos, a não totalização é explicada da seguinte forma:

(...) não mais sob o conceito de finitude como assignação à empiricidade, mas sob o conceito de *jogo*. Se então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, lhe falta algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições (DERRIDA, 2002, p. 244-245, grifos do autor).

O que Derrida está a nos dizer é que a noção da falta/ausência destaca, ao mesmo tempo, a inexistência de um centro fundante, isto é, de um centro estável da origem do jogo estrutural, e a necessidade de estabelecimento de alguma ordem, de algum fundamento, ainda que esse seja um fundamento ausente, sendo e não sendo fundamento, sendo e não sendo centro – a não existência de um centro não significa, portanto, a ausência radical de centro. O centro da estrutura, na abordagem derridiana, que também sustenta o argumento pós-fundacionalista, deve ser entendido em termos de *função* – uma função organizativa da estrutura, mas sempre falha do ponto de vista da totalização:

(...) o centro encerra também o jogo que abre e torna possível. Enquanto centro, é o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem, aliás, ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos sempre permaneceu *interditada* (e emprego propositalmente esta palavra). Sempre se pensou que o centro, por definição único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade. Eis por que, para um pensamento clássico da estrutura, o centro pode ser dito, paradoxalmente, *na* estrutura e *fora da* estrutura. Está no centro da totalidade, e, contudo, dado que o centro não lhe pertence, a totalidade *tem o seu centro noutra lugar*. O centro não é o centro. O conceito de estrutura centrada – embora represente a própria coerência, a condição da *episteme* como filosofia ou como ciência – é contraditoriamente coerente. E como sempre, a coerência na contradição exprime a força de um desejo. O conceito de estrutura centrada é com efeito o conceito de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado

no jogo, de ser como ser logo de início no jogo (DERRIDA, 2002, p. 230-231, grifos do autor).

Não se trata, portanto, nem da possibilidade de um fundamento último, nem da completa inexistência de fundamentos. O pós-fundacionalismo não nega o princípio de fundamento, mas busca subverter as premissas das perspectivas fundacionalistas (fundamento último, determinação em última instância etc.) sem cair na mera inversão da noção de fundamento final, que seria a recusa radical da possibilidade de estabelecimento de fundamentos (antifundacionalismo). Em suma, a impossibilidade ontológica de um centro fundante indica a possibilidade de estabelecimentos de fundamentos contingenciais que cumpram a função de centro.

Com o pós-fundacionalismo, aceitamos que não é possível determinar os estatutos políticos do Estado e da sociedade civil, pois são frutos de relações contingenciais e, portanto, devem ser compreendidos a partir dos mecanismos relacionais espaço-temporalmente inscritos. Essa perspectiva nos ajuda a discutir, por exemplo, que (I) a autonomia do Estado não se origina nem se esgota no próprio Estado, pois encontra correlação com a sociedade (raízes societárias das instituições); (II) que o Estado não é um Sujeito suprassocietal, ainda que goze de certa autonomia; (III) que o poder do Estado não é um “espaço vazio” a ser preenchido por alguma particularidade voluntarista, pois é uma estrutura relacional; (IV) que o Estado não funda a sociedade; (V) que a sociedade não é o elemento último fundante do Estado, pois resultam de relações de mútua constituição; (VI) que a sociedade civil não pode ser compreendida deslocada do seu contexto estratégico-relacional e que seus fundamentos (estatuto político) não podem ser garantidos aprioristicamente.

Para darmos mais um passo no sentido da mútua constituição, vejamos, na sequência, como a AER e a Perspectiva da Polis, duas tradições intelectuais distintas, porém operantes através de um “olhar relacional”, nos auxiliam na busca por uma adequada compreensão sobre o Estado e a sociedade. Nossa leitura dessas tradições seguirá os argumentos aqui apresentados sobre a crítica pós-fundacionalista e a contingência, que será mais bem explorada nas seções seguintes.



### 2.1.1 Pós-fundacionalismo e contingência na leitura da AER sobre o Estado

*“Essa abordagem reconhece diferentes padrões de condensação [Estado como uma condensação institucionalmente mediada], correspondendo à dominância de diferentes princípios de societização (econômico, militar, religioso, “racial”, etc.) e, portanto, pode ser usada muito além de sua estrutura teórica marxista inicial”<sup>29</sup>.*

Bob Jessop.

Partindo do paradoxo parte-todo focado por Jessop (2017, pp. 104-106; 138-140), compreendemos que o Estado é, ao mesmo tempo, elemento constituinte da e um elemento constituído pela sociedade. Isso indica que ainda que tenha certa autonomia enquanto objeto real – apresentando, portanto, lógicas mais ou menos especiais – e que suas ações incidem sobre a sociedade de forma geral, o Estado não é uma realidade institucional deslocada das relações sociais. A resolução desse paradoxo fica mais clara quando nos atentamos à relação entre o *político*, entendido como o plano das lutas sociais presentes em uma dada formação social, e a *política*, percebida como o plano das estruturas que, ao condensarem as contradições sociais e agirem junto ao tecido social, moldam e, direta ou indiretamente, são por elas moldadas.

A AER nos fornece pelo menos três argumentos básicos que nos ajudam nessa análise. (1) Embora o conjunto institucional tenha recursos próprios e poderes distintos em relação a outras organizações societárias, o Estado, sendo também elemento constituído e constituinte da sociedade, depende de uma série de recursos materiais e simbólicos de diferentes instituições, tais como a família, a religião, os costumes étnicos e a economia, dentre outros; (2) Como destaca Jessop (1982, p. 376), ainda que as estruturas estatais possam impactar de forma diferenciada as capacidades dos diferentes agentes societários de “perseguirem interesses e estratégias particulares em contextos específicos por meio do seu controle sobre e/ou acesso (in)direto a essas capacidades estatais”, criando, por exemplo, restrições e/ou facilitações no processo de institucionalização de demandas e agendas políticas, a efetividade dessas capacidades não é um fato em si, pois elas “dependem das ligações com forças e poderes que existem e operam além dos limites formais do Estado” (JESSOP, 1982, p. 376).

---

<sup>29</sup> A abordagem desenvolvida por Jessop vai além do clássico debate dualista entre agência e estrutura e da dialética marxista. Jessop analisa o acoplamento mútuo e a complexa coevolução estrutura-agência, enfatizando a relacionalidade diferencial espaço-temporal na análise da estrutura e agência.

(3) Desta forma, a própria natureza e a extensão da realização das capacidades estatais mantêm ligações com as relações estruturais estabelecidas com as instituições societárias. Por exemplo, ligações estratégicas (*strategic ties*) “entre políticos e funcionários do Estado e outras forças políticas e da complexa rede de interdependências estruturais e redes estratégicas que ligam o sistema estatal ao seu ambiente social mais amplo” (JESSOP, 1982, p. 376-377). O resultado pode ser a inserção e a sedimentação de significantes e significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais societárias no interior do discurso institucional<sup>30</sup>.

Esse “retorno relacional do Estado”, na AER, representa um passo além de destacar a importância das instituições e capacidades estatais de se inserirem e produzirem efeitos sobre a sociedade. A partir dessa abordagem, compreendemos que “trazer o Estado de volta” significa, antes, trazer novamente a relação entre o *político* e a *política* ao debate e perceber como ambos se coproduzem. Jessop nos ajuda nesse sentido ao destacar que à AER cabe examinar:

(...) como um determinado aparato estatal pode privilegiar alguns atores, algumas identidades, algumas estratégias, alguns horizontes espaciais e temporais, e algumas ações sobre outras, bem como os meios, se houver, através dos quais os atores políticos (individuais e/ou coletivo) consideram esse privilégio diferencial ao escolher um curso de ação a partir da análise do “contexto estratégico”. O que implica explorar as maneiras pelas quais o Estado, como um conjunto de instituições, tem um impacto específico e diferenciado na capacidade de várias forças políticas de perseguirem interesses e estratégias particulares por meio do acesso e controle de determinadas capacidades estatais – elas mesmas dependentes de seus efeitos nas ligações com forças e poderes além do Estado. A AER também estuda variações nessas capacidades, sua organização e exercício, e enfatiza como a natureza relacional do poder do Estado [diretamente relacionadas à esfera societária] tem efeitos sobre as capacidades estatais de projetar seu poder em esferas sociais bem além de suas próprias fronteiras institucionais (JESSOP, 2009, p. 378, acréscimo nosso).

Desses argumentos também se depreende que o Estado é uma necessidade contingente, o que significa que não existe um fundamento último que possa indicar sua existência, sua fonte originária de poder, tampouco sua natureza *a priori*, que seja fora da relação Estado-e-sociedade:

---

<sup>30</sup> Esse argumento também é discutido por Szwako e Gurza Lavalle (2019) a partir do conceito de “capacidades estatais cognitivas”. Conforme os autores, as dinâmicas de interação socioestatal podem gerar um processo de institucionalização de categorias, ideias e ideais dos movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil, incidindo sobre as capacidades de ação do Estado via políticas públicas. No mesmo sentido do nosso argumento, a institucionalização, para os autores, “ocorre mediante processos históricos de interação entre atores organizados e instituições administrativas e políticas do Estado e que, uma vez em andamento, ela altera a um só tempo a atuação dos atores sociais e as capacidades estatais, alargando seus repertórios e, em alguma medida, potencializando-lhes o alcance” (SZWAKO; GURZA LAVALLE, 2019, p. 416). Nesse exato sentido, identificamos nesse processo uma “mútua aprendizagem” – o que discutiremos ao longo da tese.

(...) “necessidade contingente” indica tanto a determinação causal de fato (necessidade) de eventos e fenômenos quanto sua determinabilidade *ex ante* (contingência). Em outras palavras, eventos e fenômenos são o produto da interação não-necessária entre diferentes cadeias causais para produzir um resultado definido que primeiro se tornou necessário através da articulação contingente de várias cadeias causais (...).

Além disso, se existirem “necessidades contingentes”, para explicá-las adequadamente é necessário combinar conceitos, suposições e princípios de análise de diferentes domínios teóricos e vinculá-los a um *explanandum* teoricamente definido (...).

“Necessidade contingente” indica certas propriedades do fenômeno “real concreto” e explora suas implicações ontológicas, epistemológicas, metodológicas e substantivas (JESSOP, 2008, pp. 229; 230; 232, grifos do autor).

Argumentar nestes termos não significa, vale destacar, uma virada pré-moderna (no sentido de uma nova fusão Estado-na-sociedade) nem uma leitura pós-modernista de dissolução do Estado como uma espécie de simples “convenção comunicativa” entre os indivíduos. O Estado não é nem uma coisa ou sujeito dotado de substância em si mesmo, nem uma simples convenção social. Em um nível conceitual (uma primeira definição), o Estado é uma relação contingencialmente construída a partir de relações-de-relações, de relações entre agentes societários-em-relação. Seu caráter *necessário*, por essa leitura, não é dado, e, como já destacou Mann (1992 [1984]), dizer que o monopólio da produção normativa obrigatória é a principal base da necessidade do Estado não resolve satisfatoriamente o problema da origem e do poder do Estado. Devemos partir de uma perspectiva radicalmente relacional para, analiticamente, percebermos as propriedades do fenômeno concreto real: o Estado-sendo-Estado, o Estado com o qual nos relacionamos a todo instante, atravessado por contradições e dotado de mecanismos estratégico-seletivos que orientam a sua agência.

A separação entre Estado e sociedade, fruto do projeto político moderno, como já destacado por Lefort (1988), marcou a problematização da desfundamentação do social em relação a uma unidade fundante do poder: o rei e a monarquia como fundamentos do social nos Antigos Regimes europeus, a relação entre o Estado e a Igreja como fonte de justificação política e social etc. Todavia, isso não significou o início de uma experiência de ausência radical de fundamentos. Não é pelo fato de o Estado moderno não ser o centro fundante do poder nas sociedades democráticas contemporâneas, que ele não seja, em última instância, uma comunidade simbólica que representa a unidade de racionalização política, econômica e cultural da sociedade, tampouco uma realidade abstrata, uma convenção. O Estado não é uma coisa nem outra porque ele não é nem uma unidade homogênea, nem um Sujeito racionalizante e neutro que, pairando acima e fora da sociedade, é capaz de promover uma

completa integração/control social, seja através de complexas estruturas normativo-disciplinares de controle, seja por meio da construção de amplos consensos em torno do bem comum (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982).

Ao contrário dessas abordagens, compreendemos o Estado como uma *relação social*. Nesses termos, o seu poder e suas capacidades, ou a origem do poder do Estado, é também relacional. Como uma *relação social*, o Estado, em seu sentido mais geral, passa a ser compreendido como o resultado contingencial (não necessário) da condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, o que envolve disputas em relação à organização institucional do governo e aos significados sobre o Estado<sup>31</sup> (*polity*), aos conteúdos da política (*politics*) e à ação política (*policies*) junto à sociedade (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982; 1991a; 2006; 2007; 2017).

Essa definição indica que o Estado tende a comprimir uma *função* estrutural especial nas sociedades democráticas contemporâneas – na qualidade de espaço e mecanismo de dominação política –, por meio da produção de normativas obrigatórias e, em alguma medida, do equilíbrio desigual de antagonismos (não de integração ou completo controle): o Estado preenche estratégica e seletivamente a *função* operativa de fator de organização institucional entre as forças políticas em tensão numa determinada formação social. Isso não significa uma absorção de toda a estrutura societária, sobrando aos agentes societários apenas estratégias de contrapoder, tampouco que sua ação esteja orientada por uma função determinada (*e.g.* Estado como estrutura que age em defesa dos interesses das classes dominantes). Como não há qualquer fundamento que determine o caráter relacional do social (uma impossibilidade ontológica), será a forma como essa condensação se constituirá que dará os contornos da realidade do Estado – nada pode determinar esse processo, pois ele é contingencial.

Uma rápida nota se faz necessária. Utilizamos várias vezes o termo *mediação* para fazer referência ao Estado. Por mediação, entendemos o aparato estatal não como espaço de neutralidade e equilíbrio harmonioso entre as forças políticas em uma determinada sociedade (agente mediador de conflitos), mas como um complexo institucional policêntrico, estrutural e discursivamente seletivo que “oferece chances desiguais a diferentes forças dentro e fora do Estado para agirem com diferentes finalidades políticas” (JESSOP, 1991a, p. 93). Sua *função*

---

<sup>31</sup> O Estado também representa uma função semiótica, isto é, a produção de significados que envolve, por exemplo, os seus “papéis”: o Estado deve ou não intervir na economia? O Estado deve ou não promover políticas sociais e identitárias? O Estado deve ou não criar políticas de inclusão de certos grupos sociais? Esses sentidos são discursivamente disputados por diferentes projetos políticos.

estrutural especial (mediação), portanto, é radicalmente política, contingencial, estratégica, discursiva e seletivamente construída a partir da forma como as relações entre as forças políticas em tensão (*o político*) se condensam no interior do aparato estatal (*a política*):

Nunca se chega a um ponto em que, em um território determinado, o Estado esteja finalmente construído e a partir do qual funciona, por assim dizer, no piloto automático, de acordo com suas leis próprias, fixas, definidas e inevitáveis. Tampouco, sendo menos exigente, se chega a um momento em que um único projeto de Estado se torne suficientemente hegemônico que todos os administradores estatais se limitem a aplicar um modelo algorítmico de suas funções e interesses como membros de uma classe dirigente diferenciada. O que se pode afirmar com certeza do Estado, como e em que medida isso pode ser feito, depende do resultado contingente e provisório dos conflitos para a realização de “projetos estatais” mais ou menos específicos (JESSOP, 2017, p. 137, grifo do autor).

A recusa de um caráter determinadamente, e o destaque para a explicação relacional na análise do Estado, se justificam devido à complexidade polimórfica e policontextual do Estado<sup>32</sup>. O que Jessop busca destacar, e isso é fundamental para a nossa análise, é o argumento de que não é possível, nem salutar, seja para uma adequada explicação sobre o Estado moderno, seja para a leitura da mudança social, determinar um caráter fundante do Estado, ainda que, em um determinado contexto ou em um determinado setor, se sobressaia um traço mais ou menos específico.

Como discutiremos mais adiante, pensar a partir deste registro exige escapar tanto das abordagens centradas no Estado, as quais tendem a percebê-lo como um “Sujeito” radicalmente autônomo e uma instância neutra e racionalizante da sociedade, quanto das abordagens centradas na sociedade. Essas últimas, em especial, cambiam entre (I) uma compreensão do Estado como um instrumento de poder da classe dominante (burguesia), portanto uma unidade em si, fechada exclusivamente em torno dos interesses sociais, políticos e econômicos da burguesia, (II) e uma leitura do Estado como um instrumento aberto às diferentes clivagens sociais em conflito na sociedade, portanto uma arena, um “espaço vazio” a ser preenchido e gerido por alguma particularidade voluntarista.

Recusamos tanto as abordagens estadocêntricas como as sociocêntricas porque ambas destacam uma relação de externalidade – ou relacionista – entre Estado e sociedade, sendo que, na verdade, são estruturas relacionais mutuamente constitutivas. Como destaca Jessop (2009, p. 371), o pensar relacionalmente o Estado é onde não apenas “muitos dos problemas

---

<sup>32</sup> Essa complexidade é o que reflete as diferentes ênfases sobre o Estado: “o despotismo burocrático (Wittfogel, 1957), a autoridade tecnocrática (Bentham, 1970), um Estado étnico ou racial (Goldberg, 2002), um Estado de apartheid (baseado na separação étnica, Price, 1991), um Estado patriarcal (o patriarcado em geral, MacKinnon, 1989; Brown, 1992) ou um Estado ético-político (Gramsci, 1971)” (JESSOP, 2017, p. 85).

não resolvidos da teoria do Estado são localizados”, como local em que se localiza muito dos limites instituídos pelas abordagens relacionistas correntes, exigindo um esforço pluriteórico e a busca por convergências críticas. Este é o nosso desafio, construir uma articulação ontológica, teórica e metodológica coerente para uma análise relacional.

### **2.1.2 Pós-fundacionalismo e contingência na leitura da Perspectiva da Polis sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil**

Os argumentos relacionais, pós-fundacionais e contingenciais também estruturam a Perspectiva da Polis. Isso fica evidente quando os autores argumentam que “as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição” (HOUTZAGER; GURZA LAVALLE; ACHARYA, 2004, p. 261). Nesses termos, não há margens para determinações na explicação das interações socioestatais. Vejamos como esta tradição constrói esse argumento desde a sua principal base, o “enfoque centrado na organização política” (*Polity-Centered Approach*) em Skocpol (1996<sup>33</sup>).

Nessa abordagem, ao contrário de seus estudos anteriores voltados à agenda *Bringing the State Back In* (Cf. EVANS; RUESCHEMEYER; SKOCPOL, 1985), cuja análise ainda concebia as organizações estatais e as elites como elementos analíticos centrais, dotados de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação aos agentes societários e, portanto, de uma abordagem ainda centrada no Estado<sup>34</sup>, Skocpol aprimorou o argumento sobre as ações e as mudanças institucionais, destacando que a análise necessitava perceber os processos políticos e “identificar os grupos ativos na política, os recursos que estes podem aportar na estruturação de alianças ou em conflitos mútuos”, buscando compreender, também, como as

<sup>33</sup> Trata-se do clássico livro “Protecting Soldiers and Mother. The Political Origins of Social Policy in the United States”, originalmente publicado em 1992. Estamos a trabalhar com a versão em espanhol, publicada em 1996.

<sup>34</sup> Em 2007, na ocasião do recebimento do Prêmio Johan Skytte em Ciência Política, Skocpol fez um levantamento de suas agendas de pesquisa. Ao comentar a agenda *Bringing the State Back In*, enfatizou que os objetivos consistiam em tratar a política e a formulação de políticas públicas não como reflexo direto, um subproduto, da dinâmica social, cultural e/ou econômica. Buscava, portanto, romper com uma tradição teórica que estamos a denominar de “centrada na sociedade”. Ao propor essa mudança, algo que perpassa todas as suas contribuições, Skocpol buscou uma melhor conceituação das estruturas e capacidades estatais “para explicar mais adequadamente como os Estados são formados e reorganizados e para explorar, em diferentes cenários, como afetam as sociedades por meio de suas intervenções – ou abstenções – e por meio de suas relações com grupos sociais (SKOCPOL, 2008, p. 110). Embora argumente que o projeto *Bringing the State Back In* foi mal caracterizado, pois, ao contrário de uma abordagem centrada no Estado, como destacam os críticos, buscava defender uma “abordagem totalmente relacional” (*Ibid*, p. 111), o centralismo analítico nas organizações estatais manteve-se como o pilar de sua estrutura teórico-analítica: o caráter relacional é sempre na direção do Estado para a sociedade (relacionismo). Faremos a crítica a essa perspectiva, bem como avançaremos sobre a ideia de autonomia, na sequência do capítulo.

“mudanças nas configurações institucionais das organizações políticas nacionais proporcionam vantagens a algumas estratégias e perspectivas ideológicas e impedem outras” (SKOCPOL, 1996, pp. 50; 51). Com esse movimento teórico, analítico e metodológico, Skocpol obteve maior êxito no deslocamento de uma abordagem *State-Centered* para a *Polity-Centered Approach*. Isso a permitiu tecer críticas pertinentes a diferentes abordagens essencialistas, deterministas e demasiadamente culturalistas (abordagens centradas na sociedade) na análise da origem e desenvolvimento/mudança das políticas de seguridade social nos Estados Unidos e do processo de organização social, especialmente das mulheres/mães, a partir de suas relações com a esfera política.

A despeito da persistência da explicação a partir das estruturas institucionais na análise do processo de “encaixe” das demandas sociais, tais como disposições institucionais, instituições governamentais, regras eleitorais, partidos políticos e as políticas públicas anteriores (*path dependence*), bem como para a explicação do processo de organização das mulheres em associações (Cf. SKOCPOL, 1996, pp. 54; 67; 92; 95-98; 683-687), as inovações promovidas por Skocpol indubitavelmente permitiram uma leitura mais relacional. Com isso, forneceu à tradição histórico-institucional novas e importantes ferramentas analíticas e metodológicas para se pensar as interações socioestatais e as mudanças políticas.

Assim, além de se atentar às conjunturas críticas, isto é, mudanças abruptas provocadas por elementos exógenos à estrutura (*e.g.* guerras, revoluções, crises econômicas agudas etc<sup>35</sup>), muitos analistas, não apenas aqueles formalmente vinculados à referida tradição teórico-analítica, passaram a analisar as mudanças conjunturais considerando, igualmente, os elementos endógenos à estrutura e às mudanças graduais. Com isso, gradativamente, passou-se a dar ainda mais atenção às táticas e aos interesses (ação reflexivo-estratégica) dos funcionários de carreira e políticos eleitos, bem como à consideração das instituições como estando imersas em seus contextos político, social e cultural (dimensão relacional).

---

<sup>35</sup> Essas eram as preocupações centrais da “segunda fase” histórico-institucional. Na “primeira fase”, as análises se voltavam para os processos de formação e institucionalização dos Estados e mercados modernos. Dentre outros, destacam-se Weber, Veblen, Schumpeter, Polanyi e Barrington Moore Jr. A “segunda fase” compreende o período entre os anos 1960 e 1980, com destaque para autores com Skocpol, Pierson, Tilly e Peter Hall. Neste período, a atenção se voltava centralmente às interações entre Estado, classes sociais e mercado nas sociedades capitalistas por meio de uma perspectiva histórica comparada focada nas grandes estruturas (comparações entre Estados nacionais) e na “dependência de trajetória” (*path dependence*). Já na “terceira fase”, inaugurada nos anos 1990, o foco passou a ser as interações envolvendo esfera estatal e societária, as mudanças institucionais graduais (e não mais exclusivamente nas “conjunturas críticas”) e um olhar para as instituições como sendo atravessadas por contradições, o que auxilia a análise para as mudanças institucionais desde seu interior e de forma gradual. Desta forma, além das características das instituições, as análises também passaram a enfatizar o contexto político e econômico, bem como nas coalizações e os atores em interações.

Nesse processo de “virada relacional institucionalista”, surgiu um conceito, e uma lógica relacional e reflexiva que o sustenta, cada vez mais mobilizado de forma relacional pela Perspectiva da Polis: os “encaixes institucionais” (*engineering fit*). Em sua versão original, em Skocpol, os *encaixes* são percebidos como “pontos de acesso e de influência, historicamente mutáveis, permitidos pelas instituições políticas da nação” (SKOCPOL, 1996, p. 75). Embora “permitidos pelas instituições políticas”, os encaixes não são simples produtos de engenharia institucional cujo objetivo seja absorver os agentes e as organizações societárias em um processo simples, e analiticamente simplista, de cooptação das organizações societárias.

Embora a abordagem de Skocpol (1996) ainda confira certa primazia à dimensão estrutural e aos atores institucionais ou alocados na instituição (políticos e administradores), inclusive para explicar o sucesso dos *encaixes*, bem como se mantém inscrita na tradição Weber-Hintze do Estado como Sujeito, definindo-o claramente como “todo conjunto de organizações relativamente diferenciadas que reivindica a soberania e o controle coercitivo sobre um território e sua população” (SKOCPOL, 1996, p. 77), indicando, ainda, que os Estados “são organizações dotadas de autoridade e recursos – coletores de impostos, centros de autoridade cultural e guardiões dos meios de coação –, [e] lugares de ação autônoma” (SKOCPOL, 1996, p. 76, acréscimo nosso), compreendemos que existe margem para uma compreensão “mais relacional” na interpretação do conceito de encaixe institucional.

Essa compreensão considera que a *Polity-Centered Approach* propõe que a análise da mudança social e da produção de políticas públicas deve se atentar tanto aos fatores societários (*o político*) como aos político-institucionais (*a política*), para que, desta forma, não recaia nem em um “determinismo societário”, nem, ao contrário, em um “determinismo político” (SKOCPOL, 1996, p. 83). Por meio dessa leitura, o conceito de *encaixes* pode ser lido a partir de uma dimensão relacional e, como veremos a seguir, contingencial: compreendemos os *encaixes* como *efeitos emergentes* das relações entre Estado e sociedade, o que significa que, para sua adequada compreensão, precisamos analisar as relações, e não apenas a ação institucional na elaboração dos encaixes institucionais.

Esse argumento fica mais claro quando nos atentamos para a indicação de Skocpol (1996, p. 75) de que os *encaixes* devem ser compreendidos a partir da relação “entre as metas e as capacidades dos diversos grupos politicamente ativos”. Por grupos politicamente ativos, Skocpol se refere, em diferentes momentos da obra, tanto aos grupos de interesses, às organizações empresariais, aos políticos eleitos, aos funcionários da burocracia e às



associações de mulheres/mães, e não apenas aos grupos e atores que fazem parte da estrutura política *stricto sensu*. Por capacidades, refere-se tanto às capacidades organizacionais (e de ação desses grupos junto às instituições) quanto à capacidade de formação de alianças “dentro” e “fora” da estrutura institucional. Esse foi o caso dos grupos de mulheres e seu êxito em levar adiante as políticas de seguridade social nos Estados Unidos (SKOCPOL, 1996, pp. 416-680).

A despeito de certa primazia da explicação institucional na compreensão dos *encaixes* na análise de Skocpol, a autora informa que é necessário considerar a capacidade dos agentes societários tanto em se organizarem política e institucionalmente como em arquitetarem, viabilizarem, interpretarem o contexto e construírem *encaixes*:

Sem burocracias governamentais ou uma igreja estabelecida, a política federal dos Estados Unidos deixou um amplo espaço para associações voluntárias. E segundo os padrões internacionais, as estadunidenses eram mulheres altamente educadas e bem preparadas para participar da vida comunitária (...). Nesse amplo espaço entraram grupos de mulheres dispostas a organizar as agendas do debate público e legislativo (...).

(...) os tipos de capacidades organizacionais e retóricas que as numerosas associações maternalistas aplicaram à política social dos Estados Unidos, no início do século XX, encontraram um “encaixe” surpreendentemente bom para os pontos de influência judicial e legislativa disponíveis na época, em um momento em que o status dos tribunais e dos partidos estava experimentando uma transformação desigual e fragmentária em direção a um sistema de governo parcialmente burocrático e orientado para grupos de interesse (SKOCPOL, 1996, pp. 685-86; 687, destaque da autora).

Outro elemento a ser destacado, levando às últimas consequências a identificação de sua dimensão relacional, estratégica e contextual presente no desenvolvimento da explicação institucionalista, e que será fundamental na Perspectiva da Polis, é que os *encaixes* são construções contextual e estrategicamente seletivas, portanto, contingencialmente estruturadas e atravessadas por disputas, seja para sua construção, seja para sua modificação ou mesmo extinção. O que determina se um ambiente institucional é receptivo ou não a processos de encaixes de certos grupos societários e não de outros, é a própria configuração institucional, isto é, a forma como as forças políticas se encontram condensadas institucional e discursivamente e constroem ou modificam as instituições.

Por esta leitura, que busca destacar as implicações mútuas entre *o político* e *a política* no *Polity-Centered Approach*, também podemos localizar as contribuições do institucionalismo histórico para pensarmos o Estado como *campo* atravessado e constituído por disputas – tema da próxima seção. Isso porque, como nos informa a autora:

(...) a estrutura geral das instituições políticas proporciona acesso e influência a alguns grupos e alianças, encorajando e recompensando seus esforços para configurar as políticas governamentais enquanto, simultaneamente, se nega acesso e influência a outros grupos e alianças que operam na mesma organização política nacional. Isto significa que o grau de êxito que logra qualquer grupo ou movimento politicamente ativo não é influenciado somente pela consciência de si e a “mobilização de recursos” desta mesma força social (...) dependem [também] das oportunidades relativas que as instituições políticas existentes oferecem ao grupo ou movimento em questão e, simultaneamente, das que negam a seus adversários e competidores (SKOCPOL, 1996, p. 91, destaque da autora; acréscimo nosso).

Essa leitura relacional nos leva a uma crítica sobre a forma como o conceito foi recentemente retomado por Gurza Lavallo *et al.* (2019b). O caráter relacional, contingencial e politicamente tensionado que identificamos no conceito foi relativamente esvaziado na definição dos autores, para os quais:

Encaixes, em formulação mais restritiva e relacionalmente mais radical, são aqui definidos como sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que **ganham vida própria** (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante os quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir (GURZA LAVALLE *et al.* 2019b, p. 47, destaque nosso).

Primeiramente, devemos ressaltar que a ideia de sedimentação deve ser lida como processos graduais de institucionalização, considerando as interações socioestatais<sup>36</sup>. Essa compreensão, que se mantém fiel ao conceito original apresentado por Skocpol, evidencia que a construção de *encaixes* não deriva necessariamente de um ato decisional, mas expressa o resultado de complexas interações processuais entre agentes societários e esfera institucional.

No entanto, da mesma forma que não é possível garantir sua construção, pois eles dependem das interações e mecanismos relacionais, os *encaixes*, uma vez instituídos, não podem ter sua manutenção predeterminada. A ideia de sedimentação, em uma leitura que se pretende “relacionalmente mais radical”, não pode indicar totalização em um sentido de fechamento do jogo estrutural, compreendido na expressão “ganham vida própria”. Isso porque os *encaixes* são passíveis de disputas políticas e de influências diretas das mudanças da configuração institucional promovidas pelas forças políticas em jogo. Ou seja, ainda que a sua sedimentação seja bem-sucedida por meio de leis, normas e regras, tornando-se parte da estrutura política no interior de uma trajetória institucional (*path dependence*), e, como toda

---

<sup>36</sup> Como destaca Laclau (2000, p. 51), a sedimentação produz um efeito de ocultamento da contingencialidade. Quando “algo” é sedimentado, “o sistema de possibilidades alternativas tende a desvanecer-se e os traços da contingência originária a apagar-se. Desse modo, o instituído tende a assumir a forma de uma mera presença objetiva. Este é o momento da sedimentação. É importante ver que este apagar-se implica um ocultamento”.

política, embora inevitavelmente promovam efeitos *feedbacks* para políticas e ações futuras, os *encaixes* podem ser *reativados*, isto é, podem ser discursiva e institucionalmente questionados, revisados, modificados nas ou a partir das interações socioestatais<sup>37</sup>. Suas regras e desenho institucional, portanto, podem ser alterados, podem ser politicamente desidratados ou mesmo extinguidos.

Essa crítica parte da compreensão de que a reprodução das estruturas é sempre tendencial. Ou seja, não são auto(re)produtivas. Como destaca Jessop (2005, p. 51), a “coerência estruturada (ou estabilidade) institucional” deve ser analisada em termos de interação contínua entre agência e estrutura, e não como uma propriedade particular da estrutura. Ainda segundo o autor, isso também indica uma necessária preocupação analítica com relação à noção de espaço-temporalidade de estruturas, agentes e agência e sua integração, o que exige uma análise da configuração do contexto estratégico-relacional: “a facticidade e a fixidez das estruturas não têm significado fora do contexto de agentes específicos que buscam estratégias específicas” (JESSOP, 2005, p. 52-53).

Se aceitássemos, sem essa devida crítica, o argumento que indica que os encaixes “ganham vida própria”, poderíamos cair, novamente, na ideia de autonomia absoluta das instituições, como na “antiga” agenda histórico-institucionalista *State-Centered*. O que queremos sustentar é que, quando buscamos uma explicação relacional, não podemos desvincular *o político* e *a política* ou conferir primazia a um dos dois planos, tampouco reificar os fenômenos sociais.

Outro importante elemento a ser destacado da Perspectiva da Polis, como informamos na introdução do presente estudo, é a análise das interações entre o Estado e os agentes societários a partir da ideia de ligações estruturais. As ligações são compreendidas como “arranjos institucionais – estruturas legais e organizações administrativas – e políticas públicas por meio dos quais o Estado exercita suas diversas funções produtivas, sociais e regulatórias” (HOUTZAGER, 2004, p. 34). Como mecanismos relacionais que atam o Estado e a sociedade, refletindo “a forma e o grau de presença estatal em comunidades locais” (HOUTZAGER, 2004, p. 166), as ligações estruturais podem fornecer recursos materiais e simbólicos capazes de fomentar a criação de novos interesses coletivos e encorajar a formação

---

<sup>37</sup> A reativação, como destaca Laclau (2000, p. 51, destaques do autor; acréscimo nosso), consiste na evidenciação “através da emergência de novos antagonismos, [d]o caráter contingente da pretendida ‘objetividade’. Mas este redescobrimto pode, por sua vez, reativar a compreensão *histórica* dos atos originários de instituição, na medida em que formas intumescidas, que eram consideradas como simples objetividade e dadas por sentadas, se revelam agora como contingentes e projetam essa contingência a suas próprias origens”.

de organizações sociais. É a partir dessa explicação que Houtzager analisa as raízes institucionais da ação coletiva<sup>38</sup>.

As ligações evidenciam, portanto, a relevância das instituições não como simples elementos contextuais da ação coletiva, um mero contexto da ação dos sujeitos, nem como elementos dotados de vida própria, como entidades coisificadas, um “Sujeito” absolutamente autônomo e neutro em relação à sociedade, mas como *agente* que, em constante relação com diferentes agentes societários, está envolvido no processo de formação da ação coletiva no interior da esfera societária – essa perspectiva nos fornecerá boa parte dos elementos teórico-analíticos que mobilizaremos ao longo do segundo capítulo, no qual discutiremos a formação de organizações sociais não como fenômenos que, espontaneamente e isolados dos arranjos institucionais, surgem na vida sociopolítica, mas como fenômenos socialmente construídos nas e a partir das interações com a esfera institucional. Ao se atentar às interações entre Estado e sociedade, o foco da Perspectiva da Polis passa a ser:

(...) interpretar como os atores estatais e societários constituem-se, tornam-se politicamente significativos e interagem através do divisor de águas privado/público para produzir uma mudança propositada (...).

A relação entre atores estatais e societários está no centro da abordagem [da Polis]. Em vez de assumir a autonomia e coerência do Estado, assim como fizeram algumas abordagens estatistas anteriores, a abordagem da *polis* ajuda a problematizar o Estado. Ele é visto de modo a considerar suas variações em presença e em suas relações com grupos sociais, tanto por intermédio do espaço social e geográfico (...) quanto por áreas de políticas públicas (HOUTZAGER, 2004, pp. 31-32, destaque do autor; acréscimo nosso).

É nesse sentido, por exemplo, que Houtzager (2004), em sua análise sobre a cidadanização da população rural no Brasil entre os anos de 1964 e 1995, destaca a importância do Estado e da ala progressista da Igreja Católica no processo de organização dos trabalhadores rurais e da emergência do novo sindicalismo.

Disponibilizando complexas redes organizacionais, recursos materiais, apoio técnico e político, proteção e uma estrutura ideológica capaz de potencializar a formação e o

---

<sup>38</sup> Esta construção tem suas bases no “foco toqueviliano”, já destacado por Skocpol (1985; 2008), acerca dos efeitos das estruturas e ações estatais sobre os grupos sociais – essa discussão se mantém em trabalhos mais recentes da autora, que passou a destacar na discussão o conceito de capital social e o engajamento cívico nos Estados Unidos e a enfatizar a codeterminação entre as esferas estatal e societária (Cf. SKOCPOL; GANZ; MUNSON, 2000; SKOCPOL, 2000). Concordamos com os argumentos de Houtzager, ainda que ele, ao que nos parece, mantenha-se centrado nas estruturas e ações estatais em relação aos grupos sociais. Por isso, também problematizaremos as *raízes societárias da ação estatal*.

desenvolvimento da ação coletiva, o Estado e a Igreja, em um primeiro momento<sup>39</sup>, disputaram a organização desses trabalhadores em torno de seus campos organizacionais, atuando como “incubadoras institucionais” (HOUTZAGER, 2004) segundo os projetos de suas elites. Ou seja, a partir de suas ligações estruturais com a esfera societária, Estado e Igreja estiveram diretamente envolvidos no processo de mobilização de organizações societárias em seus projetos de mudanças políticas, demonstrando empiricamente os limites normativos da ideia de emergência espontânea/voluntarista e de autonomia das organizações da sociedade civil – quando esta é concebida como não relação com as esfera política.

Antes de concluirmos as contribuições da Perspectiva da Polis para pensarmos a perspectiva de mútua constituição, devemos fazer uma observação sobre o conceito de incubadoras(es) institucionais, que também nos é de grande importância – este conceito, inclusive, foi determinante para estruturarmos a hipótese de pesquisa.

Ainda que Houtzager (2004, pp. 176; 166) destaque que as organizações sociais surjam a partir da preexistência de “redes sociais locais”, e que as instituições incubadoras agem no sentido de potencializar a formação e a mobilização das organizações sociais por meio de recursos institucionais e simbólicos, ao longo da obra parece sobressair a ideia de produtores de fato da ação coletiva:

Penso que alguns agentes da elite estimulam intencionalmente a formação de grupos e desempenham o papel de incubadores institucionais para novos agentes. Esses agentes da elite atraem pessoas desorganizadas para seus campos organizacionais e ideológicos, ajudam a redefini-las como grupos sociais e apoiam sua constituição como novos agentes políticos coletivos. Enquanto a figura “aliados” pressupõe apoiar agentes existentes de várias maneiras, os incubadores institucionais tentam **criar novos atores** e desse modo reunir cisões políticas e reorientar a contestação política. Ao contrário da figura dos “aliados”, incubadores contribuem intencional e crucialmente com redes sociais locais, recursos organizacionais e material ideológico necessário para superar os obstáculos para a ação coletiva (HOUTZAGER, 2004, p. 214, destaque nosso).

Ao longo da obra, em geral, e dessa conceituação, em particular, Houtzager parece cambiar entre o argumento de (I) apoio/estímulo dos incubadores para a organização e mobilização da ação coletiva, considerando as redes sociais relacionais preexistentes, e o argumento de (II) criação de identidades coletivas por meio da ação diretiva dos incubadores

---

<sup>39</sup> Dissemos “em um primeiro momento” porque, como destaca Houtzager (2004, pp. 128-162), entre 1985 e 1989, com as mudanças na estrutura da aliança nacional em torno da volta do Governo Civil e da elaboração da Carta Constitucional de 1988, houve uma reconciliação entre a Igreja e o Estado, seguida de uma progressiva retirada da Igreja do papel de incubador institucional e a emergência revigorada e organizada da esquerda no país, o que provocou “uma ruptura entre o novo sindicalismo e a Igreja, e um fortalecimento dos laços dos sindicatos com a esquerda urbana, na CUT e no PT” (*Ibid.* p. 132).

e dos interesses especiais de suas elites, aproximando-se, desta forma, da tese de artefactualidade das organizações em Cohen e Rogers (1995). Embora não discordemos de que a ação diretiva possa ocorrer, estamos de acordo com a primeira possibilidade de interpretação, a qual indica a ação de potencializadores da formação da ação coletiva a partir de complexas interações socioestatais. Assim compreendido, a incubação também passa a indicar mútua constituição, uma vez que na interação socioestatal ocorrem trocas de recursos institucionais e simbólicos, configurando uma mútua aprendizagem<sup>40</sup>.

Um último ponto a ser destacado, de especial interesse para a presente pesquisa, é que a Perspectiva da Polis indica que Estado e sociedade civil não podem ser compreendidos como duas realidades distintas e não relacionáveis, ou apenas indiretamente relacionáveis. Contra essa leitura, a Perspectiva da Polis promove uma desfundamentação epistemológica no sentido de desconstruir qualquer possibilidade de fundamentos últimos que assegurem uma forma objetual especial, portanto distinta e separada, da sociedade civil em relação à esfera estatal e vice-versa.

Assim como na AER, para a Polis o Estado não está isolado da sociedade civil, e as forças políticas societária não são experiências predeterminadas que, espontaneamente, emergem do mundo da vida sem qualquer relação com a esfera estatal e/ou econômica. Como produtos de processos históricos e contingenciais marcados por constantes interações, Estado e a sociedade civil devem ser analisados em seus contextos históricos e institucionais relacionalmente estruturados, e não a partir de princípios normativos a partir dos quais derivariam relações (im)pertinentes entre ambos (opinião pública, influência, perda de autonomia, colonização do mundo da vida etc.).

No entanto, além das raízes institucionais da ação coletiva (HOUTZAGER, 2004), também devemos nos atentar às raízes societárias da ação estatal, isto é, à presença, direta ou

---

<sup>40</sup> Recentemente, Tatagiba e Teixeira (2021) apresentaram um conceito que encontra correlação com a forma como temos compreendido o conceito de “incubadoras institucionais” na análise do Programa Rede Cultura Jovem. Trata-se da ideia de “programas associativos” para destacar “uma forma particular de execução das políticas públicas, em curso no Brasil, na qual organizações da sociedade civil de caráter popular assumem uma função de mediação entre a população e o acesso a determinados direitos de cidadania, ou seja, atuam como mediadoras entre os cidadãos e o Estado na implementação de políticas” (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021, p. 26). Assim como informa o conceito de incubadoras institucionais, os programas associativos também indicam o estímulo à geração de coletividades do público-alvo da política. Programas associativos apresentam três características básicas: “ênfase na participação nos territórios, que legitima formas de fazer/pensar alternativas; o papel das organizações da sociedade civil como mediadores do acesso às políticas públicas; e o repasse de recursos públicos para fortalecer a organização da sociedade, ao longo do processo de produção do bem público” (*Ibidem*, 2021, pp. 26; 27). Como discutiremos ao longo da tese, especialmente nos capítulos 3 e 6, a forma como compreendemos e mobilizamos o conceito de Houtzager (2004) encontra correlação direta com o recente conceito desenvolvido por Tatagiba e Teixeira (2021).

indireta, da ação dos agentes societários na e sobre a estrutura institucional (efeitos de deslocamento), posto que o Estado é uma realidade institucional atravessada por contradições. Essa leitura só é possível quando passamos a aceitar o Estado tanto como um *campo* quanto um *agente*.

## 2.2 PENSAR RELACIONALMENTE: O ESTADO COMO AGENTE E COMO CAMPO

Nossa compreensão do Estado como um *agente* e como um *campo* estratégico e seletivamente estruturado deriva das contribuições da tradição institucionalista histórica, especialmente da Perspectiva da Polis, e dos avanços da tradição marxista a partir de Poulantzas e, centralmente, de Jessop. Vejamos a partir de Poulantzas:

Resumindo, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como *um campo* e *um processo estratégico*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transformado por táticas muitas vezes bastante explícitas ao nível restrito onde se inserem no Estado, táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama “a política” do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado (...). O Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (POULANTZAS, 2015 [1978], pp. 138-139; 141, destaques do autor).

A partir de Poulantzas, compreendemos que tanto o Estado, como um campo estruturado (que sofre mudanças) e também possuidor de poderes causais tendenciais (capaz de agir, estruturar), como seus efeitos institucionais (quando os poderes causais são “atualizados/realizados”), não podem ser analisados sem a consideração do contexto estratégico-relacional. Com relação ao conceito de *poder*, este deixa de ser examinado como um atributo ou propriedade do objeto em si, ainda que a sua existência não dependa inteiramente dos observadores, para ser pensando em termos de *relação*, o que indica que o Estado não tem poder em si (POULANTZAS, 2015 [1978], pp. 148-156). Entretanto, a estrutura estatal incide sobre os sujeitos.

Nesses termos, a agência só pode ser refletida levando-se em consideração as forças políticas e os confrontos no seio do Estado. Por isso, ele não é um bloco monolítico e deve ser pensando como campo e como agente:

O Estado, como conjunto de centros de poder e capacidades que oferece oportunidades desiguais às diferentes forças dentro e fora do Estado, não pode exercer o poder. Em outras palavras, não é o Estado como tal que exerce o poder. Em vez disso, seus poderes (plurais) se ativam mediante a mudança, em conjunturas específicas, de grupos de políticos e funcionários estatais localizados em partes específicas do Estado (...). Como e em que medida se concentra os poderes do Estado (e qualquer responsabilidade, vulnerabilidade e incapacidade associadas) depende da ação, da reação e da interação de forças sociais específicas situadas dentro e fora do Estado. Estas, por sua vez, dependem das relações estruturais entre o Estado e o sistema político que o engloba, dos vínculos estratégicos entre os gestores estatais e outras forças políticas, e da complexa trama de interdependência e de redes sociais que vinculam o Estado e o sistema político com seu entorno mais amplo (JESSOP, 2017, p. 101-102).

Como *agente*, nesses termos, a ação estatal, por meio de políticas públicas, programas sociais, produção legislativa, criação de encaixes institucionais etc., pode gerar efeitos diversos sobre as identidades, as capacidades e objetivos dos diferentes grupos sociais, proporcionando ou restringindo condições estruturais para os agentes societários (JESSOP, 1982; SKOCPOL, 1996). A agência estatal, portanto, possui uma dimensão *estruturante*, podendo impactar direta ou indiretamente tanto na constituição da vida associativa de forma mais geral, dando condições políticas, materiais e ideológicas para a emergência e/ou articulação de novas clivagens, como na (des)legitimação de repertórios mobilizados pelos agentes societários (JESSOP, 1982; 2009; 2017; SKOCPOL, 1996; HOUTZAGER, 2004).

A explicação desses *efeitos institucionais* deve considerar os tipos de ligações entre o Estado e a sociedade e a forma como as forças políticas se condensam institucional e discursivamente, envolvendo tanto a dimensão administrativo-burocrática como político-ideológica. No primeiro caso, os efeitos podem afetar os agentes societários a partir das (I) *interações diretas* por meio de mecanismos relacionais, tais como a interação em espaços institucionais de participação ou interação a partir de políticas públicas, sistema partidário, política de crédito econômico etc.; (II) a partir de *interações obrigatórias*, como aquelas regidas por políticas organizativas (*e.g.* legislações trabalhista, previdenciária, grevista, social etc.); ou ainda a partir de (III) *interações indiretas*, como a necessidade de adequação organizacional-institucional para participação institucional (*e.g.* acesso a recursos por meio da participação em mecanismos de captação de recursos públicos) e mesmo para sua existência legal-formal (*e.g.* registro e reconhecimento formal/jurídico junto ao Estado).

No caso dos *efeitos institucionais* relacionados à dimensão político-ideológica, estes são gerados pelos reflexos do processo de constituição da representação e intervenção do Estado que afetam o campo das lutas políticas e os processos organizacionais. A ação reguladora do Estado, na qual também se compreende a sua inação em contextos de



desigualdades estruturais, pode potencializar profundas mudanças sociais ou manter um determinado padrão. A dimensão político-ideológica assumida pelo aparato estatal (Estado de bem-estar social, Estado Neoliberal, Estado Fascista etc.) em suas ligações estruturais com a sociedade, pode provocar diferentes efeitos sobre o sistema político e social mais amplo, potencializando ou inibindo a formação de certos grupos societários também por meio de recursos simbólicos (ideológicos). É nesse sentido que autores como Jessop (1982; 2009) e Skocpol (1996) destacam que a ação estatal pode facilitar ou restringir o desenvolvimento de certa lógica de societização (econômica, militar, religiosa, racial etc) em um determinado contexto. Ou seja, as intervenções estatais seletiva e estrategicamente orientadas podem alterar as condições e as capacidades de ação dos agentes societários, inclusive sobre a forma como agem, se organizam e interagem com a esfera institucional<sup>41</sup>.

Todavia, como temos sustentado, a agência das instituições deve ser compreendida a partir de uma leitura estrutural e relacional mais complexa. Como argumenta Jessop (2008, p. 236, destaque nosso), as estruturas devem ser tratadas “analiticamente como estratégicas em sua forma, conteúdo e operação, e as ações como *estruturadas*, mais ou menos sensíveis ao contexto, e *estruturantes*”. Em outras palavras, prossegue o autor, o tratamento analítico “envolve o estudo de estruturas em termos de seletividades e ações estratégicas inscritas estruturalmente em termos de cálculo estratégico (diferencialmente reflexivo) de orientação estrutural” (JESSOP, 2008, p, 236). É nesse sentido que devemos analisar o Estado, e as relações dos agentes societários com o Estado, também como um *campo* estratégico seletivamente estruturado, sem um princípio normativo *a priori*.

Uma rápida digressão se faz necessária antes de avançarmos sobre a compreensão do Estado como *campo*. Trata-se de uma observação especial sobre a noção de seletividade estratégica até aqui referida de forma mais descritiva que analítica. Compreendemos que subjazem duas dimensões à ideia de seletividade da ação estatal: a estrutural e a estratégica.

Entendemos essas duas dimensões a partir das discussões presentes em Offe (1982) e Poulantzas (2015 [1978]) sobre a seletividade do Estado. Ambos os autores mobilizavam a

---

<sup>41</sup> Vale observar que os *efeitos institucionais* não se resumem às ações do Estado. A partir de Houtzager, também podemos percebê-los na ação da Igreja junto à organização da mobilização popular no Brasil. Entre os anos de 1960 e 1995, ao lado do Estado, a Igreja atuou decisivamente junto aos trabalhadores rurais e urbanos no processo de organização sindical e mobilização política, buscando sedimentar sua entrada na sociedade na construção da “Igreja do Povo”. Tendo à sua disposição fortes redes nacional e internacional de apoio econômico, legitimidade social e política, bem como uma ampla estrutura organizacional e ideológica (união, solidariedade e fraternidade entre os homens, libertação dos sujeitos etc.), a ação religiosa incidiu diretamente no estímulo à formação de novas identidades coletivas (Cf. HOUTZAGER, 2004, pp. 139-149; pp. 181-184; 192-198).

noção de seletividade, pensando em termos estruturais, para se referirem às maneiras pelas quais as ações do Estado incidiam de forma específica e diferenciada sobre as forças societárias. Entretanto, há uma diferença entre os autores. Em Offe (1982), a noção de seletividade, pensada em termos estritamente estrutural e estruturalista, refere-se a uma ideia de lógica inerente ao Estado Capitalista. Nessa perspectiva, há pouca abertura para a agência, pois o Estado é compreendido como sendo necessariamente capitalista (fundamento último). Já Poulantzas (2015 [1978]), na medida que passou a integrar a leitura relacional foucaultiana sobre poder, bem como a perceber o Estado como uma unidade precária e contingencialmente capitalista (uma leitura pós-fundacionalista), dotou o termo seletividade estrutural também no sentido de *estratégia*, conferindo maior espaço para a agência das forças políticas no interior do aparato estatal como a possibilidade de um socialismo por vias democráticas, ou seja, sem a necessária revolução estrutural cara ao marxismo clássico.

Na abordagem poulantiziana, percebe-se um esforço no sentido de não reificar as estruturas – é antes, portanto, estrutural que estruturalista. Em Poulantzas, a seletividade não se localiza estritamente nas estruturas em si, mas resulta da relação entre as forças políticas (agentes societários) e as estruturas e da forma como essa relação se condensa institucionalmente. A construção dos mecanismos estratégico-seletivos, portanto, devem ser percebida como emergências relacionais. É nesse sentido que estamos a pensar tanto a dimensão estrutural como a estratégica quando, com Jessop (1982; 2006; 2017), nos referimos à seletividade estratégica do Estado.

Retomando a discussão do Estado como *campo*, este passa a ser compreendido como uma realidade social e politicamente construída em torno de certo conjunto de regras e normas, não estando totalmente autônomo em relação ao meio político e social mais amplo. Nesta leitura, o Estado é *sempre já* atravessado e constituído por contradições inerentes ao tecido social, pois é uma *relação social*. Sendo uma condensação institucional e discursivamente medida, o poder estatal “reflete a mudança do equilíbrio das forças sociais em uma determinada conjuntura” (JESSOP, 1982, p. 221), podendo alterar suas formas de representação, estrutura interna e formas de intervenção junto à sociedade. Assim, da mesma forma que o Estado tem capacidade para influenciar e, em certa medida, moldar e estruturar as organizações sociais (dimensão estruturante da agência), também sofre, ainda que indiretamente, os efeitos das contradições sociais, sendo também mutuamente modificado e moldado por elas (dimensão estruturada), evidenciando os *efeitos de deslocamento*:

(...) não se consegue estar imune ao poder pelo simples fato de ficar fora do Estado (...). Essa inscrição das lutas populares no Estado não esgota o especial problema das *modalidades* e da *presença própria e efetiva*, sob uma forma ou outra, das massas populares no *espaço físico* deste ou daquele de seus aparelhos (...). Mesmo nos casos em que as massas estão fisicamente excluídas de certos aparelhos, essas lutas sempre têm efeito no seu seio, ainda que esses efeitos se manifestem, aqui, de qualquer maneira a distância e entremeados por pessoas (o pessoal do Estado). Esses contornos e exclusão física das massas populares do Estado não devem, também aqui, se entendidos como trincheiras e muralhas de isolamento de um Estado-fortaleza assediada apenas do exterior, em suma, como barreiras que formam uma verdadeira barragem do Estado diante das lutas populares (...). Trata-se antes de uma série de painéis que comprovam ser *anáis de repercussão* das lutas populares no Estado (POULANTZAS, 2015 [1978], pp. 154-155, destaques do autor).

Isso implica que além da necessidade de se atentar para as raízes institucionais de ação coletiva (HOUTZAGER, 2004), uma análise relacional deve, igualmente, analisar as raízes societárias da ação estatal, isto é, os *efeitos de deslocamentos*, sempre como *relação*, uma vez que a ação estatal estará diretamente relacionada à forma como as contradições e forças políticas se condensam institucional e discursivamente. É analisando ambos os movimentos, e a forma como se codeterminam, que se localiza o desafio do argumento da mútua constituição.

Retomando a epígrafe que abriu este capítulo, faz-se necessário compreender que “Estado e sociedade não existem separados na vida real; eles devem ser analisados em termos de inter-relação” (BERTRAMSEN, 1991, p. 100). Pensar nestes termos exige recusar tanto as abordagens centradas na sociedade quanto aquelas centradas no Estado. Isso porque, como destaca Bertramsen (1991, p. 97), as primeiras tendem a “explicar as políticas de Estado em termos de fatores constitutivos fora do domínio do Estado; implicando, assim, que a cadeia causal corre da sociedade para o Estado”. Já as segundas, buscando remediar os limites das abordagens centradas na sociedade, “ênfaticam que o Estado é um ator em si mesmo que persegue interesses particulares” (BERTRAMSEN, 1991, p. 98). Este será o ponto a ser discutido nas duas próximas subseções.

### 2.2.1 Críticas às abordagens centradas na sociedade

Entre as abordagens sociocêntricas, gostaríamos de destacar a tradição marxista<sup>42</sup>. Tomando-a em linhas gerais, podemos destacar pelo menos duas vertentes analíticas sobre o

---

<sup>42</sup> Essa seleção se justifica diante do quadro de discussão em Poulantzas e Jessop. Esses autores discutem diretamente com e a partir da tradição marxista clássica e, em maior ou menor medida, com a tradição institucionalista presente dos anos 1960 aos anos 1980. No capítulo seguinte, discutiremos com e contra outra corrente teórica centrada na sociedade, a Perspectiva da Sociedade Civil a partir de Habermas e Cohen e Arato.

Estado nessa tradição, a instrumentalista e a estruturalista (há variações em cada uma delas, mas, devido aos objetivos aqui propostos, trabalharemos a partir dos seus aspectos gerais).

Na vertente instrumentalista, há duas possibilidades de leitura. Uma, que pode ser pensada como instrumentalista de poder único, analisa o Estado como um órgão ou instrumento de poder da classe dominante. Nessa perspectiva, o Estado é concebido como um instrumento e um produto meramente artefactual da burguesia. A segunda leitura da vertente instrumentalista, sobre a qual nos deteremos um pouco mais, refere-se à leitura do Estado como uma arena, um espaço vazio a ser preenchido por alguma particularidade voluntarista, surgindo como um instrumento a ser mobilizado pelas forças sociais em disputa. Para essa perspectiva, o Estado é:

(...) apenas contingencialmente capitalista. A política e a intervenção estatal simplesmente refletem os interesses da classe dominante na sociedade, enquanto qualquer organização institucional do Estado é considerada funcional para qualquer força social. Com efeito, assume-se que a forma institucional do Estado é incapaz de modificar ou alterar essas políticas e intervenções. Na medida em que essa forma institucional é atribuída a qualquer importância, essas teorias atribuem a ela uma autonomia voluntarista, ou seja, sua forma pode ser reformulada sempre que o equilíbrio das forças de classe social mudar, a fim de operar em consonância com seus objetivos (BERTRAMSEN, 1991, p. 97).

Nessa leitura, portanto, há uma correlação entre a forma institucional do Estado e a configuração das relações hegemônicas na sociedade. Neste caso, como advertem Poulantzas (2015 [1978]), Jessop (1982, 1991b; 2009; 2017) e Bertramsen (1991), é negligenciado, de uma só vez, tanto a materialidade institucional própria do Estado (como objeto real), um aparelho especial relativamente autônomo em relação às forças político-sociais, quanto o fato de o Estado ser atravessado pelas contradições sociais que excedem os antagonismos puramente econômicos (antagonismo inerente ao modo de produção capitalista).

Não sendo, desta forma, necessariamente uma entidade classista e nem tendo como *raison d'être* a acumulação de capital e/ou manutenção da estrutura do modo de produção capitalista, o Estado, ainda que hegemonicamente controlado pelas classes economicamente dominantes e com influência sobre as forças políticas, também sofre os *efeitos de deslocamento* das lutas sociais no seu seio, mesmo que estas não estejam, de fato, no interior das estruturas estatais (Cf. POULANTZAS, 2015 [1978]). Nestes termos, o Estado não apenas não resulta de um jogo de correspondência direta entre forma institucional e uma

determinada classe social<sup>43</sup>, como também não é percebido como uma configuração homogênea e perfeitamente equilibrada resultante de um jogo de soma-zero. Trata-se de uma realidade institucional relacional e politicamente instituída, portanto, precariamente estável.

Não sendo totalmente autônomo em relação às forças políticas presentes em uma determinada formação social e nem fundamentalmente um instrumento de classe, o Estado surge na experiência histórica como um *campo* estratégico-relacional atravessado por contradições sociais. Mesmo não estando *no* Estado, os efeitos das lutas sociais o atingem, da mesma forma que a ação do Estado, por meio de políticas públicas, por exemplo, incide sobre o conjunto social e suas organizações (*efeitos institucionais*), privilegiando e ou restringindo a ação das forças sociais segundo a configuração hegemônica da coalizção de poder no Estado (SKOCPOL, 1996; HOUTZAGER, 2004, JESSOP, 1982; 2001; 2006).

Enquanto a vertente instrumentalista tende a pensar o Estado como contingencialmente capitalista, a abordagem marxista estruturalista concebe o Estado como sendo necessariamente capitalista. Essa leitura ocorre, segundo Laclau (1981, pp. 25-26), porque o Estado é percebido como “epifenômeno ou superestrutura do modo de produção capitalista (...)”, sem operacionalidade própria, portanto, uma espécie de “instância periférica e subordinada” às relações de produção capitalista. Desta forma, para essa vertente, “é suficiente estabelecer a lógica abstrata da acumulação de capital e, depois, derivar logicamente as formas e funções do Estado a partir dela” (BERTRAMSEN, 1991, p. 97).

Acontece que, como já destacara Poulantzas (1977 [1968]; 1978 [1974]), uma determinada configuração social não pode ser reduzida a um modo de produção único, bem como o modo de produção – seja ele capitalista ou não, assim como as classes – não pode ser reduzido ao plano econômico. Mesmo em uma ordem social caracterizada pela dominância do modo de produção capitalista, coexistem outros modos de produção, outras experiências sociopolíticas e socioeconômicas paralelas e não necessariamente antagônicas à economia capitalista<sup>44</sup>. Além disso, longe de se originar e se esgotar no plano econômico, um modo de

---

<sup>43</sup> A leitura de uma correspondência direta entre forma institucional e uma determinada classe social não se limita as análises de tradição marxista. Como destaca Skocpol (1984 [1979], p. 53-66), colocando-se contrária a essa leitura determinista e funcionalista – conferir também Skocpol (1996, pp. 72-83) –, as análises da tradição do “conflito político”, pelo menos em suas primeiras versões, como em Tilly (1978), também a seguem.

<sup>44</sup> Estamos a pensar na *economia solidária*. Esta é uma concepção derivada de tradição colaborativo-socialista e autogestora “reinventada”, em finais do século XX, em diferentes contextos. Como destaca Singer (2002, p. 10), “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição

produção é determinado por um complexo conjunto de estruturas: o econômico, o político e o ideológico (POULANTZAS, 1977 [1968]; 1978 [1974]).

Essa leitura acarreta uma perspectiva estruturalmente mais complexa e relacional não alcançada pelo marxismo clássico, sobretudo voltado para a Teoria do Estado. Sendo o social estruturas relacionais, marcado por diferentes contradições, e o Estado uma condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, o que, vale frisar, envolve disputas em relação às produções normativas obrigatórias junto à sociedade, o Estado não pode ser pensado como uma unidade homogênea estruturada e dirigida por uma classe especial, nem possuir uma natureza *a priori* que estabeleça um fundamento último e, desta forma, determine todo o jogo estrutural (fundacionalismo); a constituição das diversas forças e lutas sociais não diz respeito somente ao plano econômico, pois envolve os efeitos emergentes do conjunto dos níveis do modo de produção de uma formação social (POULANTZAS, 1977 [1968]; 2015 [1978]; JESSOP, 1982<sup>45</sup>).

### 2.2.2 Críticas às abordagens centradas no Estado

Ao buscar superar as limitações do centralismo societário, sobretudo na tradição marxista, as abordagens centradas no Estado tendem a percebê-lo como Sujeito, com exemplar destaque para a tradição institucionalista até a sua “virada relacional” dos anos 1990<sup>46</sup>. Buscando superar os déficits normativos sobre a autonomia do Estado, essas abordagens conferiam uma autonomia tendencialmente absoluta à esfera institucional, relacionando a autonomia ao poder próprio do Estado<sup>47</sup>.

---

solidária da renda”. Trata-se, portanto, de um modo de produção especial que está inscrito no interior do modo de produção mais amplo e estrutural nas sociedades liberais contemporâneas, o capitalista; eles coexistem.

<sup>45</sup> Para uma leitura mais detida sobre o desenvolvimento do debate marxista sobre o Estado, envolvendo o movimento de distanciamento da concepção de Estado como um sujeito de classe unitário, ver Jessop (2001).

<sup>46</sup> A partir desta crítica, nesta seção nos referiremos especificamente à “segunda fase” histórico-institucionalista elencando, especialmente, Skocpol (1984[1979]; 1985) antes de sua “virada relacional” na construção da *Polity-Centered Approach* ([1992]1996).

<sup>47</sup> Cumpre também destacar que a tradição institucionalista possui diferentes tipos de enfoques. Entre eles, há o de escolha racional, o sociológico e o histórico, cada qual com algumas especificidades e partilhando elementos comuns – para uma análise desses “tipos”, ver Hall e Taylor (2003). Ademais, não é apenas a tradição institucionalista que pode ser pensada como “centrada no Estado”. Como destaca Jessop (2001, p. 162), as abordagens sistêmicas autopoieticas também tendem a reificar a distinção entre Estado e sociedade ao pensarem em termos de uma radical autonomia operacional, a qual pode ser compreendida como um “poder de determinar seus próprios códigos e programas operacionais e de se reproduzir (ou transformar), apesar das tentativas de controle externo e/ou de outras perturbações no ambiente” – conferir também a crítica de Donati (2019).

Entre as correntes teóricas institucionalistas que buscaram destacar a centralidade e autonomia do Estado como alternativa às abordagens centradas na sociedade, o pensamento de Skocpol (1984 [1979]; 1985) é de grande valia. Ainda que a ideia de autonomia tendencialmente absoluta já tenha sido superada a partir dos anos 1990, inclusive no interior da própria tradição institucionalista, não podemos deixar de discutir o Estado como *campo* e *agente* sem retomar seus pontos elementares.

Ao buscar superar o centralismo societário nos estudos sobre as revoluções sociais, com especial importância na análise do sistema internacional de Estado, Skocpol (1984 [1979], p. 37) compreendia o Estado como “organizações administrativas e coercitivas, organizações potencialmente autônomas (embora, desde logo, condicionadas por interesses e estruturas socioeconômicas)”. Embora a autora já reconhecesse variáveis societárias e destacasse a condicionalidade a interesses e estruturas socioeconômicas, ao buscar evidenciar a autonomia do Estado em face às abordagens centradas na sociedade, a análise de Skocpol (1984 [1979], p. 56) acabou isolando o Estado das relações sociais, pensando-o como “uma estrutura com uma lógica e interesses próprios que não equivalem ou se fundem com os interesses da classe dominante na sociedade ou ao grupo de membros da política”.

Em trabalho posterior, mas ainda anterior à “virada relacional” na construção da *Polity-Centered Approach*, ao passar em revista uma série de autores e perspectivas teóricas do espectro institucionalista, Skocpol (1985) discutiu a forma como o Estado influi nos processos políticos, sociais e organizacionais da/na sociedade por meio das políticas de Estado<sup>48</sup>. Esse empenho no deslocamento das explicações centradas na sociedade para análises centradas no Estado, realizado entre os anos de 1970 e 1980, em muito se justificou diante do contexto (político, social e cultural) de maior presença do Estado na vida cotidiana – a sensibilidade a esse contexto também está presente em Poulantzas (2015 [1978]) ao se referir à noção de estatismo autoritário<sup>49</sup>. Como destaca a autora:

---

<sup>48</sup> Aqui já podemos perceber as bases da ideia de raízes institucionais que afetam a ação coletiva discutida por Houtzager (2004). Esses elementos ficariam ainda mais claros na obra de Skocpol de início dos anos 1990.

<sup>49</sup> O estatismo autoritário seria um estágio mais atual do desenvolvimento do Estado capitalista: “Termo que pode indicar a tendência geral desta transformação: a monopolização acentuada, pelo Estado, do conjunto de domínios da vida econômico-social *articulado* ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas ‘formais’ de que se percebe, agora, que elas vão por água abaixo, na realidade” (POULANTZAS, 2015 [1978], p. 208, destaques do autor). Para o autor, este estágio remete-se a uma crise política e à crise do Estado, momento atual em que o Estado passa a ter dificuldades de manter seu funcionamento de “maneira harmoniosa”, como representante “neutro” do conjunto social. É a partir desta ideia de crise do Estado que, para Poulantzas, estão abertas as possibilidades de ampliação das contradições sociais – diretamente relacionadas à distância entre a democracia política e a democracia econômico-social – e a articulação das novas lutas sociais na luta pela transição democrática ao socialismo.

(...) agora que debates sobre amplos setores públicos assumiram o palco das atenções políticas em todas as democracias capitalistas e agora que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos parecem muito mais com sociedades-estados particulares em um mundo incerto, competitivo e interdependente de muitas dessas entidades, uma mudança paradigmática parece estar em curso nas ciências sociais macroscópicas, uma mudança que envolve um repensar fundamental do papel dos Estados em relação às economias e às sociedades (SKOCPOL, 1985, p. 07).

Além da preocupação com a maior presença do Estado na vida social e com seu papel em relação às economias e às sociedades, há que destacar outro motivo pelo qual a tradição institucionalista enfatizou a *autonomia* do Estado: o intenso debate contra as leituras estruturalista e funcionalista marxista, as quais, como discutimos, buscavam analisar as transformações sociais, políticas e econômicas partindo de uma abordagem sociocêntrica, com primazia do econômico sobre o político (*determinação em última instância*).

No entanto, ao rebater esses pressupostos, os teóricos da segunda fase institucionalista (1960-1980) seguiram conferindo primazia à dimensão político-institucional, sobretudo ao Estado, em relação às forças político-sociais. Essa perspectiva só seria modificada a partir dos anos 1990, e, como já destacamos, Skocpol teve grande influência ao publicar, em 1992, a obra *Protecting Soldiers and Mother*.

Apesar disso, compartilhamos com Jessop (2001) o argumento de que ainda persistem na tradição institucionalista traços das conclusões sobre a autonomia do Estado, ou até mesmo seu insulamento. Seus reflexos podem ser percebidos nas limitações de leituras de tradição institucionalista recentes. Embora corretamente tenham provocado rupturas com relação ao centralismo societário, a tradição epistemológica institucional manteve uma explanação focada na política estatal, nas estruturas partidárias e nos funcionários da administração. Ou seja, apesar de buscarem um olhar “relacionalmente mais radical” e de perceberem as interações socioestatais, ainda persistem traços da primazia do Estado.

Em suma, compartilhamos com Bertramsen (1991, p. 138) o entendimento de que o grande desafio na análise do Estado continua sendo situá-lo “como um momento no interior de uma totalidade social, sem tratá-lo como completamente autônomo, ou como um simples reflexo das tendências estruturais-econômicas subjacentes”. O desafio, portanto, é pensar relacionalmente para percebermos, sob outras lentes, a autonomia do Estado, as mudanças institucionais e a ação dos agentes.



### 2.3 AUTONOMIA, MUDANÇA INSTITUCIONAL E A AÇÃO DOS AGENTES: NAS TRILHAS DE UMA (RE)LEITURA RELACIONAL

Considerando a mútua constituição entre *o político* e *a política*, compreendemos, por um lado, que o Estado, como um conjunto institucional especial, não representa um reflexo direto da estrutura econômica ou de interesses sociais particulares, o que nos permite perceber certa autonomia. Por outro, que os aparelhos, as instituições, em suma, as estruturas estatais, embora relativamente autônomas, não possuem poder em si. Essa leitura nos indica um fluxo de codeterminação entre *a política* e *o político*.

Nesses termos, o velho dilema de como pensar a autonomia do Estado é deslocado da dimensão estritamente estrutural-funcionalista para uma dimensão relacional. O Estado não tem poder em si – ele é “atualizado/realizado” –, e sua autonomia, pensada como lógicas operacionais, organizacionais e de ação especiais, passa a ser analisada em termos de uma “autonomia determinada” (Cf. JESSOP, 1982), o que indica que as fontes de poder e legitimação são fenômenos relacionalmente sobredeterminados.

É nesse sentido que Bertramsen (1991) destaca que a *determinação*, impressa no conceito de autonomia, deve ser compreendida a partir dos complexos processos que estruturam as facilitações e as limitações da ação público-estatal relacionada à configuração das lutas sociais e dos recursos fornecidos pelo contexto cultural mais amplo, o que escapa a qualquer leitura de “determinação em última instância”. Isso porque o Estado, uma relação social, opera a partir de interações (I) com diferentes agentes societários, os quais atuam tanto a partir de dentro como de fora das estruturas, bem como opera (II) com outras ordens institucionais, tais como a economia local e internacional, a religião, a família, dentre outras. Desta forma, embora autônomo em termos de lógicas operacionais, organizacionais e de ação especiais, o Estado, percebido como um “momento em uma rede complexa de várias ordens sociais” que conformam a realidade social (BERTRAMSEN, 1991, p. 142), implica certa dependência de recursos com relação ao contexto, sejam recursos materiais, sejam simbólicos. O Estado, portanto, também sofre limitações de ordens institucionais particulares.

A noção de *determinação* permite uma melhor compreensão dos *efeitos de deslocamentos* sobre o Estado e suas ligações estruturais com a sociedade. No entanto, como temos argumentado, a relação com o Estado também provoca *efeitos institucionais* de curto, médio e longo prazo sobre a sociedade. Isso ocorre devido ao processo de reprodução rotineira de um conjunto de ideias orientadoras provenientes das seletividades estratégicas do

Estado. O êxito desse processo, isto é, a cristalização de um conjunto de sentidos como *modus operandi* das lógicas estatais, representa a sedimentação de tais ideias. Uma vez internalizados em práticas discursivas e procedimentos específicos e (re)produzidos nas relações entre os agentes societários, os mecanismos estratégico-seletivos passam a produzir vários efeitos na sociedade em geral, incidindo, de forma desigual, sobre as condições e as capacidades das ações dos agentes e das organizações sociais.

Devemos destacar, novamente, que, por mais exitosa que seja a sedimentação, algo sempre escapará à capacidade de dominação dos mecanismos estratégico-seletivos do Estado; sempre haverá uma margem, por dentro e por fora do Estado, para o questionamento da sedimentação. Esse questionamento, conceitualmente definido pela fenomenologia husserliana e resgatado contemporaneamente por Laclau, Jessop e Bertramsen como reativação, surge como forma de evidenciar justamente o contrário de qualquer possibilidade de vida própria do aparato e/ou ao poder estatal; surge para evidenciar o caráter radicalmente contingencial e político do ato decisional do Estado no processo de construção de mecanismos estratégico-seletivos e da própria “ideia de Estado”: algo foi instituído/sedimentado em detrimento de outro, uma ação foi tomada e outra não.

São nesses termos que compreendemos a autonomia do Estado como uma autonomia sempre precária, contingencial, determinada, e não um princípio abstrato estrutural predeterminado como um fundamento último. A autonomia do Estado, enfim, deve ser percebida como:

(...) o resultado complexo de sua(s) forma(s) de separação da região econômica e da sociedade civil (no sentido do local das relações “privadas” e não econômicas), sua estrutura institucional *sui generis*, suas bases sociais de apoio e resistência e a eficácia de suas políticas em relação à reprodução burguesa (ou algum outro ponto de referência). Negligenciar essa complexa sobredeterminação do poder do Estado em favor da essencialização da “autonomia relativa” como um princípio abstrato de explicação é negligenciar a funcionalidade profundamente problemática do aparato estatal e do poder do Estado (JESSOP, 1982, p. 227, destaques do autor).

Por meio desta leitura, os momentos de abertura e de mudanças institucionais deixam de ser percebidos exclusivamente pela lente das contradições entre as elites ou pela leitura das conjunturas críticas, passando a ser analisadas considerando-se, igualmente, as contradições sociais que atravessam o Estado e as mudanças no interior de uma mesma dependência de trajetória (*path dependence*). Isso porque, como informamos, as fontes do poder institucional são um fenômeno sobredeterminado e relacional. Diante disso, uma adequada compreensão das mudanças institucionais exige colocar num mesmo plano teórico-analítico as

especificidades do Estado e as ligações estruturais Estado-e-sociedade, considerando a mútua constituição entre o *político* e a *política*.

### 2.3.1 Mudança gradual e a ação dos agentes

A partir do que temos discutido, é possível perceber o argumento de que a análise das mudanças institucionais e dos incentivos seletivos à ação dos agentes societários junto à esfera institucional deve buscar uma reflexão para além das explicações que (I) ora tendem a conferir centralidade a elementos externos às instituições, como a leitura de conjunturas críticas (Cf. PIERSON; SKOCPOL, 2008) ou a compreensão de que a ação dos agentes societários é necessariamente extrainstitucional (Cf. GAMSON, 1975), (II) ora a elementos que, sendo internos às instituições, indicam as oportunidades ou restrições à ação dos agentes societários, como a abordagem sobre as estruturas de oportunidades políticas (Cf. McADAM, TARROW, TILLY, 2009; TARROW, 1999 [1996]; 2009 [1998]; McDAM; McCARTHY; ZALD, 1999 [1996]).

Ao contrário dessas leituras, compreendemos que a análise das mudanças institucionais e da ação dos agentes deve considerar diferentes processos que incidem sobre a configuração dos conteúdos da ação público-estatal. Esse processos podem ser as alterações de regras e valores institucionais internos, a modificação seletiva de mecanismos estruturais, a entrada de novos atores estratégicos ou a mudança de posição destes no interior da estrutura e a forma como as relações entre as forças políticas se condensam institucional e discursivamente no Estado.

Sobre a leitura de conjunturas críticas, cujo foco da explicação para as mudanças institucionais reside nos momentos de crises agudas comumente provocadas por fatores exógenos à estrutura, tais como crises políticas e econômicas internacionais, uma catástrofe ambiental, guerras, pandemias etc., a própria tradição institucionalista *stricto sensu* tem feito importantes ajustes analíticos para interpretar as mudanças institucionais por outro ângulo. Sem desconsiderar os momentos críticos, a “terceira fase” da tradição institucionalista, iniciada anos 1990, tem feito um duplo movimento: refinado o argumento sobre as mudanças institucionais, partindo de uma perspectiva de mudança gradual, e, considerando as propriedades das instituições e o contexto político, analisado as mudanças operadas a partir do interior das estruturas (Cf. NORTH, 2018 [1990]; MAHONEY; THELEN, 2010; THELEN, 2003; STREECK; THELEN, 2005).

Nessa perspectiva institucionalista, ao contrário de esferas coesas e homogêneas, as instituições têm sido percebidas como fenômenos dinâmicos e “instrumentos distributivos carregados de implicações de poder” (MAHONEY; THELEN, 2010, p. 7-8). Esse argumento deve ser compreendido tanto em relação ao fato de que as instituições distribuem mais ou melhores recursos para determinadores atores (JESSOP, 1982, 1991b; SKOCPOL, 1996) quanto respeitante ao fato de que atores estratégicos, localizados na estrutural estatal e dotados de certas habilidades, mobilizam recursos na busca da criação e/ou modificação das instituições (SKOCPOL, 1996; NORTH, 2018 [1990]; MAHONEY; THELEN, 2010).

Sobre essa segunda compreensão, em especial, uma análise relacional deve considerar adequadamente tanto os atores societários (aqueles que atuam de forma multiposicionada entre organizações societárias e estatais) quanto os atores institucionais (secretários, gerentes, burocratas implementadores de políticas públicas, funcionários de carreiras etc.), pois, todos, de alguma forma, podem incidir sobre as instituições. No que diz respeito aos políticos e aos administradores estatais, esta atenção se justifica porque estes não são apenas agentes dotados de interesses sociais determinados, mas, também, porque são:

(...) atores por direito próprio, habilitados<sup>50</sup> e constrangidos pelas organizações políticas nas quais operam. Os altos funcionários e políticos podem, portanto, fazer contribuições independentes para o desenvolvimento das políticas sociais de uma nação (...).

Os líderes políticos, atuando segundo seus interesses próprios, e implicados em conflitos ou alianças entre eles, tentam utilizar as organizações governamentais e os partidos políticos para conceber e executar políticas que recebem o apoio de determinados grupos sociais. Conforme as necessidades e as capacidades das organizações dentro das quais atuam, os funcionários [no sentido de “administradores institucionais”] e os políticos geralmente desenvolvem políticas distintas que não são meras respostas às demandas dos grupos sociais (SKOCPOL, 1996, pp. 75-76; 683, acréscimo nosso).

O elemento central que queremos destacar dessa leitura é que as mudanças institucionais também devem ser analisadas a partir da configuração de forças endógenas, e não apenas pelo “choque externo”. Nesse sentido, a análise das mudanças institucionais também se volta às *relações* no interior das e entre as instituições.

Nessa leitura é preciso considerar (I) as ações dos agentes institucionais; (II) os conflitos por recursos entre diferentes instituições ou a incidência direta ou indireta de uma instituição sobre a outra (*e.g.* mudanças de regras ou do entendimento sobre as regras de uma instituição podem provocar choques em outras); (III) e disputas internas, em uma mesma

<sup>50</sup> O termo “habilitado”, neste caso e a partir do espanhol, designa o sujeito autorizado legalmente para efetuar ações necessárias.

instituição, pelo entendimento das regras organizativas (não necessariamente as regras precisam mudar, a mudança discursiva sobre a interpretação das regras já é suficiente para poder provocar mudanças). Trata-se, portanto, de mudanças institucionais graduais.

A compreensão desse tipo de mudança indica a desconstrução da ideia de persistência/estabilidade das instituições. Como destacam Mahoney e Thelen (2010, p. 4):

Apesar das diferenças, quase todas as definições de instituições as tratam como características relativamente duradouras da vida política e social (regras, normas, procedimentos) que estruturam o comportamento e que não podem ser alteradas fácil ou instantaneamente. A ideia de persistência de algum tipo está virtualmente embutida na própria definição de instituição. Isso é verdade tanto para abordagem sociológica, para a escolha racional quanto para as histórico-institucionais. A conexão entre instituições e persistência torna natural que todas essas abordagens se concentrem em explicar a continuidade em vez da mudança.

Essa crítica, contudo, não significa que as instituições não apresentem certa persistência/estabilidade. Da mesma forma que não é possível negar a construção identitária dos sujeitos – ciente de que essa identidade não é estável, finalmente constituída ou constituída antes da relação com o “Outro” –, podemos argumentar que as instituições, num sentido similar, também não são estáveis. O que deve ser ressaltado é que a ideia de persistência/estabilidade não pode ser uma explicação que se origina e se esgota nas próprias instituições. É preciso considerar as relações socioestatais.

É nesse sentido que compreendemos que a persistência/estabilidade institucional está relacionada a um complexo conjunto de condicionamentos, e não a uma característica autojustificada da instituição em si. Como vimos anteriormente, em alguma medida, sempre haverá a sedimentação de valores, regras e crenças nas normas que regem as instituições e mesmo sobre a crença da necessidade das próprias instituições, tornando o que é uma necessidade contingente em uma espécie de elemento organizador necessário, legitimando não só as ações do Estado, mas o Estado em si (Cf. JESSOP, 2017, pp. 46-47; 181-226).

No entanto, mesmo nesse processo de sedimentação, não significa que as instituições tenham uma existência ensimesmada. Pelo contrário, manter tal persistência/estabilidade requer uma mobilização discursiva contínua de apoio político e esforços, com o objetivo de contornar problemas e impasses que são constantemente lançados às instituições (MAHONEY; THELEN, 2010; STREECK; THELEN, 2005). Afinal, as restrições sociais, políticas e econômicas são cambiantes, os princípios éticos, políticos e morais estão em constantes disputas discursivas na sociedade, o ordenamento e a interpretação das regras jurídicas e legislativas não são estáticas, bem como mudam as forças políticas das coalizões

governamentais e a própria disputa política por recursos (materiais e simbólicos) no interior das instituições e entre diferentes instituições do Estado. É nesse sentido que as mudanças institucionais encontram correlações com a forma como se configura o tensionamento social e o modo como as lutas políticas se condensam discursiva e institucionalmente no aparato estatal.

Como instância e mecanismo por excelência da dominação política, atravessado por relações de poder, o aparato institucional age de forma estratégica e seletiva sobre as relações entre as forças sociais em tensão, ainda que os seus resultados não reflitam perfeitamente os interesses particulares de forças políticas específicas de uma determinada coalização de poder. Isso implica duas questões.

A primeira, como já destacamos, é que existem variações de incentivos a diferentes estratégias de mudanças e a diferentes agentes de mudança<sup>51</sup>: (I) algumas estratégias serão mais facilmente permitidas que outras; (II) alguns agentes de mudança encontrarão maiores ou menores facilidades; (III) nem todas as direções possíveis de mudanças institucionais serão oficialmente permitidas em determinados contextos estratégico-relacionais (JESSOP, 1982; 2008; SKOCPOL, 1996; MAHONEY; THELEN, 2010; STREECK; THELEN, 2005).

A segunda implicação se refere ao fato de que os resultados institucionais podem ser resultados não intencionais ou não previstos, ou seja, podem ser fenômenos emergentes da relação. Isso porque os diferentes agentes societários podem se valer distintamente das ações institucionais, operando, inclusive, a partir de possíveis brechas provocadas pelas mudanças institucionais que, a princípio, teriam objetivos antagônicos em relação às agendas de determinados agentes societários, ou mesmo a partir das lacunas entre as regras e leis e sua aplicação prática – algo comum nesse sentido é o acionamento de instâncias jurídicas superiores na disputa pelo entendimento de leis e das obrigações e/ou limites da ação público-estatal. Ademais, os agentes podem se valer do exato oposto, isto é, da falta de dinamismo institucional diante de contextos sociais em constante mudança. Essa falta de dinamismo pode, inclusive, potencializar uma crescente contestação das regras por parte de grupos divergentes, podendo ser suficiente para a criação de uma articulação direcionada contra as instituições e suas regras (*efeitos de deslocamento*). É nesse exato sentido que compreendemos o argumento de Mahoney e Thelen (2010, p. 11):

---

<sup>51</sup> Por agentes de mudança, compreendemos tanto atores específicos, tais como políticos, gestores, ativistas etc., como atores coletivos (partidos, organizações sociais etc.). Para uma tipificação de agentes de mudança, suas diferentes estratégias preferenciais de ação, o tipo de mudança associada a cada tipo ideal de agentes e as condições estruturais favoráveis à emergência de cada um dos tipos, ver Mahoney e Thelen (2010, pp. 23-29).

(...) as regras nunca podem ser precisas o suficiente para cobrir as complexidades de todas as possíveis situações do mundo real. Quando novos desenvolvimentos confundem as regras, as instituições existentes podem ser alteradas para acomodar a nova realidade. Essas mudanças podem envolver a criação de regras ou podem simplesmente implicar extensões criativas das regras existentes para a nova realidade.

Ainda no que diz respeito à correlação entre a persistência/estabilidade das instituições e às regras, cumpre destacar que a persistência/estabilidade não depende exclusivamente da manutenção das regras em si, “mas, também, das maneiras pelas quais as regras são instanciadas na prática” (MAHONEY; THELEN, 2010 p. 13). Isso significa que mesmo que as regras permaneçam as mesmas, sua aplicação prática, que não necessariamente é implementada e acompanhada pelos mesmos atores que a idealizaram, pode apresentar significados diferentes dos preceitos originais.

Nessa perspectiva, as mudanças institucionais, por mais racionais e planejadas que possam ser, pelas elites ou por uma coalização de poder no Estado, estão relativamente abertas à contingência, aos efeitos não intencionais, bem como não representam, necessariamente, uma completa desestruturação do aparato estatal. As mudanças podem ocorrer de forma incremental: podem decorrer do processo de acoplamento de um setor administrativo a outro setor, o que significa perda de autonomia (político-administrativa e/ou financeira); podem acontecer devido às mudanças referentes a valores político-ideológicos e aos entendimentos sobre regras entre os agentes (societários e institucionais); ou em virtude da forma como as instituições distribuem recursos (materiais e simbólicos) entre os agentes societários e institucionais no interior da própria instituição. Ou seja, embora com algum grau de autonomia, estabilidade e isomorfismo<sup>52</sup>, as instituições (o plano da *política*) não podem ser analisadas deslocadas do *político*: as instituições, atravessadas e constituídas por relações de poder, imersas em densas redes relacionais, inevitavelmente são afetadas pelos *efeitos de*

---

<sup>52</sup> A abordagem institucional-isomórfica argumenta que as instituições tendem a se tornar mais homogêneas, similares. A grande questão desta abordagem é compreender por que há considerável homogeneidade de formas e práticas organizacionais. Claro, esta questão nada diz sobre a comparação entre diferentes experiências de organizações estatais contemporâneas, pois ela parte da consideração de um modelo genérico do moderno Estado burocrático-democrático – para uma crítica sobre a arquitetura espaço-temporal estatal, conferir Jessop (2017, pp. 37-49; 181-208). A explicação institucional-isomórfica gira em torno do argumento de que “o isomorfismo pode acontecer porque as formas não-ótimas são excluídas de uma população de organizações, ou porque os tomadores de decisões nas organizações aprendem respostas adequadas e ajustam seus comportamentos de acordo com elas” (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983], p. 77). No entanto, como explicar a existência e a persistência de pequenas organizações supostamente menos eficientes? Como explicar o dinamismo e a inovação organizacional, seja entre as organizações da sociedade civil, seja das organizações do mercado? Não há dúvidas de que existem padrões mais ou menos comuns entre as mais diferentes experiências organizacionais, mas isso se explica melhor pela leitura dos estoques de repertórios organizacionais e pela avaliação de eficiência, eficácia e efetividade feita pelos sujeitos, que por um processo puro de isomorfismo institucional. Para uma crítica mais detida, conferir Peci (2006).

*deslocamentos*; ainda que não haja atores estratégicos no seu interior que, de alguma forma, trabalhem para provocá-los, as instituições não são imunes às lutas populares e interesses especiais.

### 2.3.2 Oportunidades política e a ação dos agentes

Com relação ao conceito de oportunidades políticas, concebido por Tarrow (1999 [1996], p. 89) como “sinais contínuos – embora não necessariamente permanentes, formais ou a nível nacional – percebidos por agentes sociais ou políticos que os incentivem ou desencorajem a usar os recursos que eles têm para criar movimentos sociais”, destacaremos dois problemas, considerando uma leitura relacional.

O primeiro se refere à primazia da esfera política na explicação da ação/mobilização dos agentes societários, o que implica uma abordagem limitante à compreensão da agência dos atores societários e do caráter relacional entre agência-estrutura. O segundo gira em torno da demasiada amplitude conferida ao conceito, o qual pode ser mobilizado inadvertidamente para explicar uma diversidade de fatores (políticos, econômicos, sociais, culturais etc.) como componentes explicativos da formação da ação coletiva<sup>53</sup>.

Respeitante ao primeiro problema, embora haja certa flexibilidade sobre a capacidade de agência dos atores para criarem oportunidades políticas para seus apoiadores ou mesmo para seus opositores (TARROW, 1999 [1996], p. 95; 2009 [1998], p. 100<sup>54</sup>), sobressai do conceito o argumento de que o contexto político-institucional determina as oportunidades e as restrições para o desenvolvimento da ação dos agentes societários:

Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político. As oportunidades políticas precisam ser vistas, é claro, junto com elementos estruturais mais estáveis – como a força ou a

<sup>53</sup> A lista de problemas relacionados ao conceito poderia ser ampliada, incluindo-se, por exemplo, a questão do papel das emoções na ação coletiva (Cf. JASPER, 2016) e os processos cognitivos relacionados à “crença dos ativistas que as oportunidades políticas existem e que a mudança é possível e devem, ademais, culpar o sistema político” (DELLA PORTA; DIANI, 2015, p. 40). Conferir, também, Gamson e Meyer (1999 [1996]).

<sup>54</sup> Vale destacar que a criação de oportunidades ocorre após a formação da ação coletiva: “uma vez formados e ao informarem sobre suas ações, os movimentos *criam* oportunidades – para seus próprios apoiadores, para os outros, para os partidos e para as elites. Isso é feito através da difusão da ação coletiva, da indicação de possibilidades de coalização, da criação de espaço político para movimentos e contramovimentos e da produção de incentivos para provocar a reação das elites e de outros partidos” (TARROW, 2009 [1998], p. 100, destaque do autor). Para uma leitura sobre a criação de oportunidades políticas, ver Tatagiba, Abers e Silva (2018). Para uma análise respeitante às aberturas de oportunidades para “contramovimentos”, conferir Silva (2018).



fraqueza do Estado ou as formas de repressão que emprega usualmente (TARROW, 2009 [1998], p. 99).

Debruçando-nos um pouco mais sobre o conceito, encontramos em Tarrow (2009 [1998], p. 105) cinco dimensões principais que reforçam a centralidade da *política* para a ação dos sujeitos e, ao mesmo tempo, permitem perceber a pouca atenção analítica às relações, quais sejam: (I) abertura do acesso à participação para novos atores; (II) evidência de realinhamento político no interior do sistema; (III) aparecimento de aliados influentes; (IV) divisões emergentes no interior da elite; (V) declínio da capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência.

A primeira dimensão está diretamente relacionada às eleições como a forma mais imediata da expansão do acesso à participação política de novos atores. Para Tarrow (2009 [1998]), a implementação de mecanismos eleitorais em sistemas até então restritos ou totalmente fechados, ao ampliar a participação política para grupos antes impedidos, abre novas oportunidades e, com isso, estimula a formação de novos desafiantes para atuarem por vias institucionais democráticas.

A segunda característica destaca que as mudanças dos alinhamentos políticos entre partidos, políticos, governo e oposição, bem como a instabilidade eleitoral, à medida que criam incertezas e fissuras, “encorajam os desafiantes a tentar exercer poder marginal e podem até induzir as elites a competir por apoio de fora do sistema político” (TARROW, 2009 [1998], p. 108). Nessas situações, há tanto maior espaço de ação para os grupos desafiantes como para manobras e construção de novas coalizões envolvendo desafiantes e setores da elite.

O terceiro elemento, o aparecimento de aliados influentes, diz respeito (I) ao alinhamento de setores das elites a seguimentos societários – ocorrido em decorrência dos realinhamentos entre as elites após uma fragmentação/confronto entre si; ou (II) ao alinhamento de aliados em posições estratégicas no interior da elite e/ou da estrutura jurídico-política. No primeiro caso, um possível contexto de divisão/competição entre as elites pode encorajar certas facções elitistas, até então marginalizadas em relação o centro do poder, a tentarem assumir a representação de “defensores do povo” (populismo elitista). Nessa situação, os desafiantes encontrariam em determinados setores da elite, potentes aliados. No segundo caso, a presença de aliados influentes pode encorajar os sujeitos à ação coletiva. É o caso, por exemplo, de magistrados de instâncias superiores, que podem atuar indicando o esforço pelas garantias legais diante da repressão ou como negociadores de acordos

favoráveis aos desafiantes. É o caso, também e por outro exemplo, da ação de partidos políticos junto ao congresso para aprovar e/ou barrar determinadas ações dos opositores.

Por fim, a quinta dimensão do conceito diz respeito à repressão e à facilitação da ação coletiva. A forma de ação do aparato estatal, mais ou menos repressiva, pode encorajar ou desencorajar os sujeitos à ação coletiva à medida que aumenta ou diminui os custos para os mesmos. Ademais, a forma como a esfera institucional impõem limitações pode gerar diferentes tipos de desafiantes (moderados/convencionais ou radicais).

Dessas cinco características centrais do conceito, sobressai que as origens das oportunidades e restrições, as quais ajudam a pensar a mobilização da ação coletiva, são, antes de tudo, institucionais. Apesar dos elementos informais e situacionais, que dizem respeito às relações de poder em um determinado contexto estratégico-relacional, há um destaque especial para as estruturas formais e legais do sistema político. Disso decorre que o conceito é um elemento que “ênfatiza recursos *externos* ao grupo” (TARROW, 2009 [1998], pp. 39; 106, destaque do autor). Isso porque, como buscamos destacar, são as mudanças estruturais do e no sistema político que, para esta leitura, fornecem o contexto/oportunidades e os recursos para a ação dos agentes.

Embora o conceito – e, mais amplamente, a agenda da Teoria do Processo Político<sup>55</sup> – tenha permitido um novo olhar sobre as interações entre as esferas estatal e societária, fazendo avançar analiticamente as explicações respeitantes ao processo e ao engajamento político – ao perceber que os agentes societários não são nem fenômenos irracionais, nem indiferentes ou puramente extrainstitucionais (DELLA PORTA; DIANI, 2015, pp. 36-42) –, as investigações que partem desta perspectiva ainda mantêm uma perspectiva de externalidade entre os agentes societários e o que se passa na *política*<sup>56</sup>. Ademais, como destaca um dos expoentes desta agenda, talvez os analistas tenham “exagerado a importância das oportunidades políticas para explicar a *origem* da ação coletiva” (MCADAM, 1999 [1996], p. 62, destaque do autor).

O segundo problema, a amplitude demasiada do conceito, diz respeito à “falta de consenso em torno do significado do conceito oportunidades políticas” (MCADAM, 1999 [1996], p. 51). Isso porque o conceito, desde seu desenvolvimento, ainda nos anos 1970, tem sido definido e interpretado de forma muito diversa, sendo aplicado “a toda uma gama de

<sup>55</sup> Nosso foco, nessa discussão, é o conceito de estruturas de oportunidades políticas e, de alguma forma, a ênfase que a Teoria do Processo Político confere à estrutura para a explicação da ação coletiva, o que limita o seu potencial relacional. Para uma crítica mais ampla, envolvendo as consequências do enfoque institucional e a primazia das relações conflitivas na análise das relações entre os movimentos sociais e o Estado, conferir Abers e Von Bülow (2011) e Carlos (2015).

<sup>56</sup> Conferir as críticas de McAdam, McCarthy e Zald (1999 [1996]) e McAdam (1999 [1996]).

fenômenos empíricos e sendo utilizado para abordar uma cadeia muito ampla de questões concernentes aos movimentos sociais” (MCADAM, 1999 [1996], p. 51), fazendo com que se converta “em um ‘recipiente’ para todas e cada uma das variáveis relevantes no desenvolvimento dos movimentos sociais” (DELLA PORTA; DIANI, 2015, p. 39, destaque dos autores). Nesse mesmo sentido, Gamson e Meyer (1999 [1996] p. 389, acréscimo nosso) argumentam que:

Estamos correndo o perigo de que [o referido conceito] se converta em uma espécie de esponja, capaz de absorver qualquer aspecto relacionado com o entorno dos movimentos sociais, instituições e cultura política, crises de diversos tipos, alianças e variações nas políticas (...). Se se quer utilizar para explicar tanto, em último termo pode chegar a não explicar nada.

Essas críticas, contudo, não significam uma negação do conceito. O que buscamos destacar é a necessidade de maior delineamento tanto do conceito quanto dos propósitos dos analistas. Como destacam Gamson e Meyer (1999 [1996], p. 390), devemos deixar claro os “nossos propósitos, definir o que realmente queremos dizer quando falamos de oportunidade e a que nos referimos quando refletimos sobre a interação existente entre movimentos e oportunidades”. Ademais, é preciso maior atenção com relação (I) aos argumentos que indicam que os agentes societários, a despeito de aproveitarem as oportunidades abertas por grupos precedentes, também criam oportunidades para si mesmo, e (II) ao caráter dinâmico que envolve a abertura de oportunidade política e a ação dos grupos desafiantes, exigindo dos analistas maior sensibilidade diante das interações entre estrutura e agência para perceberem “a maneira pela qual a oportunidade [estrutural] e as estratégias desenvolvidas pelos movimentos [agência] exercem uma influência mútua” (GAMSON; MEYER, 1999 [1996], p. 394, acréscimos nossos).

Em suma, percebemos, até aqui, que diferentes perspectivas, operando a partir de enquadramentos analíticos diversos, mas não necessariamente excludentes, têm apontado para um mesmo horizonte: a busca por explicações relacionais para a análise de diferentes processos políticos que envolvem interações socioestatais. Essa busca tem exigido dos analistas novos esforços ontoepistemológicos para dar um passo além das abordagens ainda limitadas a uma leitura relacionista. Cada vez mais, o debate tem caminhado no sentido de apresentar esforços interpretativos radicalmente relacionais para uma explicação dos fenômenos estatal e societário.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES

Como discutimos ao longo do capítulo, o Estado não é uma unidade fundamental de sentido. Ao contrário, está atravessado por contradições, por disputas sobre as regras e recursos que conformam sua ação. Vimos, também, que toda ação do Estado resulta da criação de mecanismos estratégico-seletivos, tornando-se mais permeável a certos setores e atores que a outros. Nestes termos, buscamos reter que toda a engenharia institucional, embora formada por construções institucionais com regras e lógicas mais ou menos especiais, envolve tanto a relação de diferentes forças sociais politicamente ativas de dentro do Estado (altos funcionários, políticos, partidos, atores estratégicos etc.) como as forças sociais politicamente ativas que, ainda que não estejam necessariamente no interior das estruturas estatais, afetam direta ou indiretamente o Estado.

Como buscamos sustentar, essa percepção analítica, em proveito de uma abordagem relacional, representa tanto um deslocamento de um enfoque centrado no Estado como de um enfoque centrado na sociedade. Esses deslocamentos analíticos visaram considerar tanto a ação institucional como a ação dos atores societários, sem desconsiderar o poder estrutural do Estado. Isso, no entanto, requereu precisar a forma como percebemos o Estado e as possibilidades de mudanças institucionais. É nesse sentido que, com Poulantzas, Jessop e Houtzager, sustentamos que o Estado representa uma *relação social* entre forças sociais mediadas pelo aparato, capacidades e recursos estatais. Isso nos exigiu conceber o Estado a partir de suas *ligações* com as esferas políticas da sociedade, e não na qualidade de uma unidade autorreferenciada e unívoca.

Essa virada também nos exige problematizar a sociedade civil e suas relações com a esfera política. Este será o objetivo no próximo capítulo. Como já indicamos, e buscaremos aprofundar na sequência, a separação entre sociedade civil e Estado deve ser percebida como uma separação formal-abstrata, respeitante à realidade institucional do Estado (um aparelho especializado, com regras e procedimentos próprios) em relação à sociedade, e não uma separação real-concreta. Isso nos permitirá pensar a relação entre esfera societária e institucional para além de uma perspectiva fronteira entre política institucional e política não institucional.

### 3 PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS (CONCEITUAIS): A MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Até aqui, nossos esforços se concentraram na discussão sobre o argumento da mútua constituição para se pensar o Estado e a sociedade como instâncias diretamente correlacionadas. Neste registro teórico-analítico, perspectivas e conceitos baseados em antinomias, tais como agência/estrutura, ordem/conflito, sociedade civil/Estado e política institucionalizada/não institucionalizada tornam-se ainda mais insuficientes quando queremos analisar como as interações entre os agentes societários e a esfera estatal constituem mutuamente instituições políticas e organizações societárias.

Pensar a partir desses termos exige que trilhemos uma terceira ruptura teórica e epistemológica: a fronteira relacionista entre sociedade civil e o Estado. Nosso debate se deteve no conceito de sociedade civil mobilizado por Habermas (1997) e Cohen e Arato (2001), autores-chave da Perspectiva da Sociedade Civil<sup>57</sup>. Embora as críticas com as quais estamos a trabalhar não representem novidades para o debate quando tomadas isoladamente, bem como não contemplem todos os elementos constantes na literatura nacional crítica voltada para o conceito<sup>58</sup>, tornam-se pertinentes ao reunimo-las em torno de uma leitura relacional que visa refletir sobre a mútua constituição entre Estado e sociedade civil, considerando a relação entre a *política* e o *político*.

Para uma melhor organização do debate, na primeira seção do presente capítulo abordaremos o ressurgimento do conceito de sociedade civil. Nessa retomada, realizada a partir das contribuições de Habermas (1997) e Cohen e Arato (2001), buscamos destacar os aspectos centrais do constructo conceitual. Na sequência, apresentamos os apontamentos críticos a partir da ideia de negação do *político* (despolitização), do otimismo (associação normativa entre sociedade civil e democracia) e do relacionismo (leitura parcialmente relacional). Na terceira seção, destacamos a ação reflexivo-estratégica dos sujeitos para discutirmos a ideia de envolvimento crítico com as instituições e a mudança institucional.

---

<sup>57</sup> Cf. nota 25.

<sup>58</sup> Além dos autores aqui diretamente mobilizados, podemos destacar outros com os quais não estamos a trabalhar, tais como Pinto (2004; 2006), em seu debate sobre a institucionalização da sociedade civil e em suas críticas à hipótese de “igualdade mínima essencial”, percebendo a sociedade civil como um espaço da diferença por natureza; Losekann e Ballestrin (2013), cuja discussão, operada a partir das (re)emergências das sociedades civis no “sul global” desde os anos 1980 busca refletir sobre as implicações do conceito, elaborado por autores europeus, para se pensar, por exemplo, a América Latina; e Ballestrin (2015), cuja crítica se direciona à associação normativa entre sociedade civil e democracia e para a eliminação do elemento da “violência” como forma de salvaguardar a “pureza normativa” do conceito: como a violência não se encaixa no modelo normativo, passa a ser visto com “sociedade incivil”.

Com isso, buscamos informar a dimensão relacional do ativismo e, assim, contribuir com o debate sobre o ativismo multipocisionado e compreender como este conceito pode contribuir para a crítica à ideia de “influência da sociedade civil” e para a explicação das interações socioestatais do ponto de vista relacional. Por fim, nas considerações, as quais reforçam as limitações analíticas da Perspectiva da Sociedade Civil, destacamos a importância da atenção voltada às ligações estruturais entre sociedade civil e Estado.

### 3.1 PERSPECTIVA DA SOCIEDADE CIVIL: O RESSURGIMENTO DO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

O contexto pelo qual passou a retomada contemporânea do conceito de sociedade civil, seja no Oriente, especialmente no Japão, seja no leste e centro europeu e no continente sul-americano, foi marcado por significativas transformações em meio às lutas, em meados do século XX, contra regimes autoritários que sufocavam a criação e expansão de esferas públicas liberais. Com as transições democráticas desse período, as relações de antagonismo entre Estado e sociedade civil cederam lugar a novos padrões de interações: ambos passaram a ser percebidos como dois momentos necessários para as novas experiências políticas democráticas (KEANE, 2001; COHEN; ARATO, 2001).

A despeito dos diferentes contextos político-culturais, bem como de projetos de mudança social, política e econômica e das variações teóricas daí decorrentes em torno da ideia de sociedade civil, passando desde as abordagens conservadoras e liberais até as neomarxistas<sup>59</sup>, sobressaíram da retomada conceitual a distinção em relação ao Estado e a “combinação de redes de proteção legal, associações voluntárias e formas de expressão pública independente”, ambos elementos básicos da ideia de sociedade civil (COHEN; ARATO, 2001, p. 95). De forma geral, o conceito passou a evidenciar pelo menos quatro componentes básicos, quais sejam:

1. *pluralidade*: famílias, grupos informais e associações voluntárias cujas pluralidade e autonomia permitem uma variedade de formas de vida;
2. *publicidade*: instituições de cultura e comunicação ;
3. *vida privada*: um domínio do autodesenvolvimento e escolha moral do indivíduo; e
4. *legalidade*: estruturas de leis gerais e direitos básicos necessários para demarcar a pluralidade, a vida privada e a publicidade, pelo menos no que diz respeito ao Estado e, tendencialmente, à economia. Juntas, estas estruturas asseguram a

---

<sup>59</sup> Conferir Cohen e Arato (2001, pp. 53-112).

existência institucional de uma sociedade civil moderna diferenciada (COHEN; ARATO, 2001, p. 398-399).

Esses elementos destacam que a sociedade civil “não só pressupõe e facilita logicamente (desde o ponto de vista histórico) a emergência da democracia representativa, mas que também possibilita historicamente a democratização da democracia representativa” (COHEN; ARATO, 2001, p. 460). Essa afinidade eletiva entre democracia e sociedade civil sustenta que não é possível a existência de um sistema democrático sólido, participativo e inclusivo sem uma esfera pública democrática, sem uma vida associativa e, por conseguinte, uma sociedade civil pulsante (KEANE, 1992, pp. 17-50).

Para melhor compreendemos essa associação otimista entre democracia e sociedade civil, devemos nos atentar para a localização teórica do conceito no interior do mundo da vida e de sua distinção respeitante aos subsistemas político e econômico. É a partir dessa distinção que se evidenciam os pressupostos fundantes para a compreensão da sociedade civil como um elemento necessário para a emergência de experiências associativas autônomas e potencialmente democratizantes, demarcando o seu estatuto político normativo (*lógica fundacionalista*). Começemos, portanto, pela ideia de mundo da vida.

### **3.1.1 Mundo da vida e sociedade civil**

O mundo da vida pode ser compreendido como o “horizonte no qual os que agem comunicativamente se encontram *desde sempre*” (HABERMAS, 2012, p. 218, destaque do autor). Isto é, trata-se do âmbito das formações dos sentidos sociolinguisticamente construídos e compartilhados pelos sujeitos. Por *desde sempre*, vale destacar, não devemos compreender uma leitura determinista por parte de Habermas, mas um caráter ontologicamente fático. Por fático, entende-se aquilo que “é”; é ocasionalmente o *ser-aí* enquanto “aí”, em sua existencialidade fática da qual não é possível escapar (HEIDEGGER, 2013, pp. 13; 37). Esse caráter fático, inescapável aos sujeitos jogados em um mundo mediado por estruturas linguístico-comunicativas, não parece se localizar, a partir de nossa leitura de Habermas, ao lado da dimensão intersubjetiva autoevidente, que surgiria como um fenômeno estruturante comum a todos os sujeitos e não problematizável enquanto tal, e sim ao lado da mediação linguística, a qual estrutura a interação e a integração social, sendo inevitável aos sujeitos modernos.

O que é autoevidente, nestes termos, é um saber cultural disponível aos sujeitos, mas que nada tem que ver com algo não tematizável, não problematizável (HABERMAS, 2012, pp. 239-240; 246-248; 255). É preciso destacar que a construção habermasiana não deve ser confundida com uma leitura “culturalista”. O mundo da vida, nessa construção, apresenta três elementos estruturantes: o cultural, a sociedade e a personalidade (HABERMAS, 2012). Como destacam Cohen e Arato (2001, p. 482-483):

Na medida em que os atores se entendem mutuamente e estão de acordo sobre sua situação, compartilham uma tradição cultural. Na medida em que coordenam sua ação por meio de normas reconhecidas intersubjetivamente, atuam como membros de um grupo social solidário. À medida que os indivíduos crescem no interior de uma tradição cultural e participam na vida do grupo, internalizam as orientações de valor, adquirem competências de ação generalizadas e desenvolvem identidades individuais e sociais (...). Isto implica os processos reprodutivos de transmissão cultural, integração social e socialização.

Nessa leitura, o mundo da vida surge como uma espécie de contexto expansível em que se estruturam as relações entre os indivíduos, configurando-se, na leitura habermasiana, mais do que um simples processo de entendimento; trata-se de redes de (inter)ações comunicativas, portanto, radicalmente diferentes de um sistema que mantém seus limites. Nesse contexto expansível, as interações significam, antes de tudo, processos de socialização e integração social: “Quando os participantes da interação, voltados ‘ao mundo’, reproduzem, mediante suas realizações de entendimento, o saber cultural do qual se nutrem, eles reproduzem ao mesmo tempo sua identidade e sua pertença a coletividades” (HABERMAS, 2012, p. 255).

Nesses termos, o mundo da vida é compreendido como um constructo que implica diretamente a estruturação da teórica do agir comunicativo, posto que este “depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo” (HABERMAS, 2012, p. 221) – aqui se localiza o argumento, acima referido, respeitante ao compartilhamento de elementos comuns sustentados em um saber cultural e linguisticamente estruturado e compartilhado pelos indivíduos. Desta forma, o mundo da vida emerge na construção habermasiana como um fenômeno inescapável, como uma espécie de terreno a partir do qual se constroem as formações dos sentidos disponíveis aos indivíduos e as instituições por eles criadas através da linguagem.

No entanto, só intuitivamente os sujeitos têm ciência disso: “somente as secções limitadas do mundo da vida, inseridas num horizonte da situação, formam um contexto para o



agir [racional] orientado pelo entendimento, tematizável e classificável como *saber*” (HABERMAS, 2012, p. 227, acréscimo nosso; destaque do autor). É nesse sentido que, para o autor:

(...) os participantes da comunicação se defrontam com as ligações que existem entre o mundo objetivo, o mundo social, e o mundo subjetivo, as quais, no entanto, já aparecem pré-interpretadas [o *desde sempre*]. E, quando ultrapassam o horizonte de uma situação dada [o recorte de um contexto de referências do mundo da vida, isto é, uma *situação*], não pisam no vazio, uma vez que se encontram, no mesmo instante, em outra esfera de autoevidências culturais (HABERMAS, 2012, p. 230, acréscimos nossos).

É desta forma que compreendemos o mundo da vida como uma experiência fática dos sujeitos, como o âmbito das formações dos sentidos sociolinguisticamente construídos e compartilhados pelos indivíduos, pois é nesse “contexto de referência” que os indivíduos, orientados racionalmente para o entendimento (*Verständigung*) e a partir de diferentes *situações* dialógicas, isto é, recortes de um contexto de referências do mundo da vida, constroem e buscam validar suas exteriorizações a partir da tematização de suas experiências fáticas em que se encontram *desde sempre*, dando origem a diferentes instituições da vida social, tais como a família, a religião, as associações profissionais etc.

### **3.1.2 Disjunção entre o mundo da vida e as lógicas de mediação sistêmica: a normatividade do estatuto político da sociedade civil**

É dessa compreensão que surge a ideia de sociedade civil como uma esfera especializada/institucionalizada do mundo da vida, já marcada, em sua origem, pelo pressuposto da ação orientada para o entendimento e pelos componentes básicos anteriormente referidos. No interior deste constructo, a sociedade civil ressurgiu teoricamente revigorada por um ideário cívico, cujas relações sociais cotidianas estariam orientadas por uma ética do discurso que, uma vez apoiada em direitos procedimentais fundamentais para assentar ou justificar normas de ação, emerge como um princípio de legitimidade democrática e uma ética política voltados ao entendimento mútuo. Como veremos mais adiante, este é o quadro geral do estatuto político da sociedade civil, um fundamento último, invariável, que, ao sedimentar o conceito, cria importantes implicações analíticas e políticas.

Essa ética discursiva, no entanto, nada tem que ver com um princípio da ação individual. Ao contrário, está diretamente relacionada à “infraestrutura comunicativa intersubjetiva da vida social diária” inerente ao mundo da vida (COHEN; ARATO, 2001, p.

424). Nestes termos, trata-se de um processo de diálogo em que os indivíduos, agindo no interior de relações de reconhecimento mútuo, adquirem e afirmam sua individualidade e sua liberdade intersubjetivamente. Nesse processo de diálogo:

(...) todo participante articula seus pontos de vista ou interpretações de necessidades e adquire seus papéis ideais em uma discussão pública. Esta proporciona a estrutura em que o entendimento das interpretações de necessidades dos outros se faz possível por meio de um discernimento moral e não somente através da empatia (...).

Assim, a ética do discurso pressupõe a autonomia e a integridade dos indivíduos e sua incorporação prévia em um modo de vida intersubjetivo [vinculados no mundo da vida pela integralidade de uma identidade comum compartilhada] (COHEN; ARATO, 2001, pp. 424; 426, acréscimos nossos).

A ética discursiva, ao promover uma leitura alternativa ao processo de tomada de decisão entre os indivíduos, destacando a dimensão do *poder social* para além das tomadas de decisões entre elites, tornou-se um elemento fundamental para o conceito moderno de sociedade civil. Isso porque, como destaca Avritzer (2000, p. 26), até os anos 1970, o momento decisório, isto é, “a decisão como o elemento central do processo deliberativo”, estava pautado em pressupostos racionalistas egocentrados (Escolha Racional e Teoria Econômica da Democracia). Foi nesse contexto que a ética discursiva surgiu como uma concepção alternativa para se pensar a dimensão da deliberação, enfatizando o elemento *argumentativo-reflexivo* e o *poder social* no momento decisório como forma de preencher o déficit normativo entre uma Teoria da Democracia (Democracia Deliberativa) e a ideia de racionalidade (Racionalidade Comunicativa).

Com esse movimento, a ética discursiva representou “uma forma de compatibilização entre democracia, racionalidade e participação, forma ausente da teoria democrática desde as formulações de Weber e Schumpeter” (AVRITZER, 1996a, p. 123). Representou, portanto, uma alternativa contra as insuficiências das leituras elitistas do realismo político respeitante a uma Teoria da Democracia compatível com uma teoria da racionalidade dos indivíduos. Até os anos 1970, a racionalidade dos indivíduos, quando aceita, estava limitada à dimensão egoísta da ação social – para Schumpeter, por exemplo, a massa/povo seria incapaz para a racionalidade; como solução para este déficit normativo, Downs, a partir das heranças do ramo da economia, parte da identificação da racionalidade com a ideia de indivíduo capaz de maximizar os benefícios que ele usufrui do sistema político (Cf. AVRITZER, 1996a; 1996b).

As críticas também se direcionaram para a Teoria dos Sistemas, uma vez que esta perspectiva, desprovida, segunda Habermas, de um teor normativo, tende a analisar o processo político por meio de uma leitura de autorregulação do poder administrativo

independente, fechado em si mesmo (Cf. HABERMAS, 1997, pp. 59-65; 73; 84). Além disso, a compatibilização almejada por Habermas entre o *poder social* (soberania popular), o elemento *argumentativo-reflexivo* e os *mecanismos autolimitantes* entre esfera pública e sistema político, “contribuiria para a racionalização do sistema político. Tal processo restauraria, de uma forma diferente da suposta pelos clássicos, a relação entre política e racionalidade” (AVRITZER, 1996a, p. 123).

O arcabouço deste constructo é o princípio discursivo da ação comunicativa. Este é concebido por meio de uma perspectiva geral e pragmática do jogo linguístico intersubjetivo aceito racionalmente em uma determinada sociedade, pressupondo que todo ato de decisão (neste caso, um processo de construção de consensos públicos) deva ser racional para ser legítimo, isto é, deve surgir do processo argumentativo da deliberação em que todos tenham uma igualdade efetiva de oportunidade para o diálogo, devendo, portanto, haver um reconhecimento mútuo e recíproco entre os envolvidos. É nesse sentido que Cohen e Arato (2001, pp. 397-399) argumentam que, segundo Habermas:

(...) uma norma de ação tem validade somente se todos aqueles que possivelmente se vejam afetados por ela (e por efeitos secundários de sua aplicação) chegam, como participantes de um discurso prático, a um acordo (motivado racionalmente) de que essa norma pode ser posta em vigência e permanecer em sua vigência<sup>60</sup> (...). Mas, para que o diálogo seja capaz de produzir resultados válidos, deve ser um processo comunicativo completamente público, não limitado por força política ou econômica (...). Ademais, os participantes devem ser capazes de modificar o nível do discurso para estar em posição de desafiar as normas tradicionais que possam pressupor-se tacitamente. Em outras palavras, nada pode ou deve ser tabu para o discurso racional – nem os domínios do poder, nem da riqueza, nem da tradição ou da autoridade. Em resumo, os princípios processuais que subjazem na possibilidade de chegar a um consenso racional sobre a validade de uma norma implicam simetria, reciprocidade e reflexividade.

Gozando de uma suposta situação ideal de fala, os agentes da comunicação, percebidos por esse constructo teórico como sujeitos racionais, razoáveis e orientados pelo entendimento mútuo, atribuem sentidos aos espaços e às normas sociais comuns, cuja lógica de ação distingue-se, desta forma, tanto da *lógica estratégica competitivo-mercadológica* do

---

<sup>60</sup> O discurso, no entanto, deve ser compreendido para além da prática comunicativa diária entre os indivíduos no “mundo da vida”; ele pressupõe algum grau de institucionalização da construção do consenso discursivo. Como destacam Cohen e Arato (2001, p. 435), isso significa, para Habermas, o requerimento de pelo menos o princípio da “institucionalização dos discursos, a articulação do princípio dos direitos básicos, processos de socialização necessários tais que seja possível apreender as disposições e habilidades requeridas para tomar parte na argumentação moral e condições materiais de vida que não estejam tão degradadas nem tão desesperadamente empobrecidas que tornam irrelevantes as exigências morais universais. O ponto de vista de Habermas é que nas sociedades civis modernas o princípio dos direitos básicos e dos discursos públicos tem sido institucionalizado (embora seletivamente e hesitante) nos espaços públicos da sociedade civil e da sociedade política”. Sobre a crítica a um possível déficit institucional da ética discursiva habermasiana e a ambiguidade de Habermas a respeito da democracia formal, conferir Cohen e Arato (2001, pp. 436-456).

subsistema econômico quanto da *lógica estratégica do poder e dominação* que medeia o subsistema político (COHEN; ARATO, 2001; HABERMAS, 1997; AVRITZER, 2000). É neste ponto que se encontra outro elemento fundante da Perspectiva da Sociedade Civil: a disjunção entre o mundo da vida e as lógicas de mediação sistêmica.

Para os nossos objetivos, cumpre apenas destacar que o intuito de Habermas, seguido por Cohen e Arato, é distinguir o mundo da vida da sociedade como um todo, argumentando que as estruturas de sustentação das interações sociais, no mundo da vida, não são as mesmas das trocas e relações motivadas estrategicamente por valores econômicos (subsistema econômico) ou de poder (subsistema político). Ou seja, os subsistemas não operam orientados pelo agir comunicativo (ação orientada pelo entendimento). Estes, ao contrário, são orientados pelo sucesso (ação estratégica).

Nessa diferenciação, que está diretamente relacionada ao processo de distinção dos elementos estruturais do mundo da vida na modernidade<sup>61</sup>, a noção de mundo da vida, como vimos anteriormente, é compreendida como um terreno estruturado por reciprocidades racionalmente orientadas para a integração social, distinguindo-se dos *mecanismos sistêmicos estratégicos*. Desta forma, à medida que avança a complexificação societal, ocorre um progressivo movimento de disjunção entre as estruturas normativas do mundo da vida e a integração sistêmica.

Para essa perspectiva, a transposição do agir comunicativo para meios de controle sistêmicos representaria uma distorção da estrutura comunicativa, um processo de tecnicização, “mediatização” e, no limite, “colonização” e “patologias do mundo da vida” (HABERMAS, 2012, p. 355). Deste processo, resultaria um movimento de apropriação da intersubjetividade do entendimento possível, uma violência estrutural que lançaria entraves estruturais à comunicação<sup>62</sup>. Essa disjunção evidencia a normatividade e o estatuto político da sociedade civil (*lógica fundacionalista*):

---

<sup>61</sup> O processo de racionalização do mundo da vida, base do agir orientado pelo entendimento, leva ao distanciamento do consenso ancorado em tradições culturais (um consenso normativo pré-moderno, *convencional*), como a religião ou estruturas restritas de ordens de parentescos, e volta-se para a formação do consenso por meio da linguagem (um consenso racional e moderno, *pós-convencional*) (Cf. HABERMAS, 2012, pp. 323-333; pp. 334-351; COHEN; ARATO, 2001, pp. 487-495).

<sup>62</sup> A violência estrutural, segundo Habermas (2012, p. 337), “é exercida por meio de restrições sistemáticas à comunicação; e ela está ancorada de tal forma nas condições formais do agir comunicativo, que os participantes da comunicação não podem mais distinguir claramente os elos que unem os três mundos entre si, a saber: o mundo objetivo, o social e o subjetivo (...)”.

- Um conjunto de instituições especializadas, não estatais e não econômicas (*e.g.* instituições religiosas, organizações de movimentos sociais, ONG's etc.), erigidas a partir de três direitos fundamentais, quais sejam: (I) *reprodução cultural* (liberdade de pensamento, liberdade de expressão e comunicação); (II) *integração social* (liberdade de associação); (III) *socialização* (inviolabilidade da pessoa, proteção da vida, direitos humanos etc.<sup>63</sup>);
- Nessa construção, as instituições da sociedade civil, valendo-se das estruturas comunicacionais, tematizam os problemas sociais que ecoam no mundo da vida e transmitem-nos à *esfera pública* (HABERMAS, 1997);
- Esta, por sua vez, concebida como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*” em que “os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92, destaque do autor), tem como função direcionar os problemas sociais ao sistema político;
- Não sendo uma arena especializada ou uma organização, “pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc.”, tampouco um sistema, “pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis”, esse direcionamento de problemas sociais alivia “o público da tarefa de tomar *decisões*: as decisões proteladas continuam reservadas às instituições que tomam resoluções” (HABERMAS, 1997, p. 92-93, destaque do autor);
- A *opinião pública*, o resultado desse processo comunicativo-reflexivo canalizado e direcionado ao sistema político, ainda que goze de legitimidade para influenciá-lo, não representa um poder político no sentido de levar a decisões impositivas, e sim potenciais de *influência política*. Nessa construção teórica, a *opinião pública* só se transforma em poder político “quando se deposita nas convicções de membros *autorizados* do sistema político, passando a determinar o comportamento de eleitores, parlamentares, funcionários, etc.” (HABERMAS, 1997, p. 95, destaque do autor)<sup>64</sup>.

Também considerando essas patologias, não caberia à sociedade civil ascender ao poder, mas sim lutar pela manutenção das estruturas das esferas públicas contra os entraves à comunicação e atuar canalizando e direcionando a opinião pública ao sistema político. Essa

<sup>63</sup> Esses direitos fundamentais são percebidos como o princípio organizador de uma sociedade civil moderna (Cf. COHEN; ARATO, 2001, p. 494-495).

<sup>64</sup> Cumpre destacar que, para Habermas (1997, p. 105, destaques do autor), esse processo não ocorre, ou não deve ocorrer, apenas através do poder dos discursos públicos informais, a opinião pública: necessita ser legitimada. Para isso, “tem que passar antes pelo filtro dos *processos* institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública, concretamente generalizada, possa se transformar numa convicção *testada* sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões política”. Para gerar um poder político, portanto, a influência da opinião pública tem que “abranjer também as deliberações de instituições democráticas da formação da opinião e da vontade, assumindo uma forma autorizada”.

compreensão resulta da noção de *autolimitação* da sociedade civil, a qual concebe as organizações sociais como “movimentos democratizantes autolimitados” (COHEN; ARATO, 2000, pp. 35-37; 55-56; 94-95; Cf. HABERMAS, 1997, pp. 104-106) – essa noção, como discutiremos mais adiante, denota os limites relacionais da sociedade civil.

O argumento central da *autolimitação* sustenta que, na qualidade de elemento democratizante autolimitante, a sociedade civil moderna, permeada por uma expressiva pluralidade de lutas sociais, conferiu novos contornos às relações conflitivas com o Estado ao se distanciar do objetivo de supressão da estrutura estatal (revolução estrutural). É nesse sentido de abdicação do caráter revolucionário que os autores destacam a ideia de revolução autolimitada, ou pós-revolucionária, como um dos elementos centrais de um modelo conceitual autorreflexivo tripartite:

(...) é preciso lembrar que, na esfera pública, ao menos na esfera pública liberal, os atores não podem exercer poder político, apenas influência. E a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo (...). Diretamente, a sociedade só pode transformar-se a si mesma; porém ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído como um Estado de direito. Quanto ao mais, ela também pode influenciar a programação desse sistema. Porém ela não assume o lugar de um macrossujeito superdimensionado, dotado de características filosófico-históricas, destinado a controlar a sociedade em seu todo, agindo legitimamente em seu lugar. Além disso, o poder comunicativo, introduzido para fins de planejamento da sociedade, não gera formas de vida emancipadas. Estas podem formar-se na sequência de processos de democratização, mas não podem ser produzidas através de intervenções exteriores (HABERMAS, 1997, p. 105-106).

O deslocamento da *lógica antagônica* (sociedade contra o Estado) para uma *lógica autolimitada* entre esfera societária e institucional buscou escapar, simultaneamente, tanto de uma leitura estatista, redundando numa defesa comunitarista da sociedade civil contra a dominação estatal, quanto de uma análise economicista, que tende a reduzir a sociedade civil a um simples reflexo do nível econômico. No entanto, a Perspectiva da Sociedade Civil, uma perspectiva centrada na sociedade<sup>65</sup>, acabou delineando uma rígida separação entre Estado, sociedade civil e mercado. Quando permite um “olhar relacional”, limita-se a uma perspectiva relacionista, como a política de influência, a lógica autolimitada etc. Em suma, o resultado desses esforços foi um modelo conceitual (I) autorreflexivo despolitizado, no sentido de não perceber a mútua constituição entre a *política* e o *político*, (II) otimista, indicando uma

---

<sup>65</sup> Como destacam Cohen e Arato (2001, p. 456), “nosso conceito não está nem centrado no Estado, como o estava em Hegel – sem importar o quão ambigüamente –, nem na economia, como o estava em Marx. O nosso é um modelo centrado na sociedade”.

associação normativa entre sociedade civil e democracia, e (III) relacionista, uma vez que seu alcance relacional só permite perceber relações *entre* fenômenos (sociedade civil e subsistemas), e não os fenômenos *como* relação (sociedade civil e subsistemas em processos de mútua constituição). Esses são os pontos a partir dos quais buscaremos uma leitura crítica da Perspectiva da Sociedade Civil nas próximas seções<sup>66</sup>.

### 3.2 PENSAR RELACIONALMENTE: APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A DESPOLITIZAÇÃO, O OTIMISMO NORMATIVO E O RELACIONISMO

Elencamos essas três questões a partir de contribuições de diferentes tradições teóricas críticas à abordagem da sociedade civil e que nos permitem perceber a mútua constituição entre as esferas societárias e estatal, quais sejam: (I) pluralismo combativo em Chantal Mouffe (1996a; 1996b; 2012); (II) a Perspectiva da Polis em Houtzager (2004), Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004) e Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2011); (III) as recentes reflexões sobre as interações entre movimentos sociais e o Estado na produção de políticas públicas, a partir de Gurza Lavalle (2011), Gurza Lavalle e Szwako (2015) e Gurza Lavalle *et al.* (2019b); (IV) e as (re)leituras do conceito de sociedade civil no contexto brasileiro, operadas por Gurza Lavalle (2003; 2011) e Burgos (2015). Embora essas tradições não representem uma mesma abordagem, seu agrupamento, estruturado a partir das noções de despolitização, otimismo normativo e relacionismo, nos fornece um enquadramento teórico relacional pertinente, que nos ajuda a pensar a mútua constituição entre as esferas estatal e societária.

1. Com relação ao primeiro eixo, a crítica à negação do *político* (despolitização) direcionada à Perspectiva da Sociedade Civil se refere, centralmente, à negação ou esvaziamento do *político*, compreendido como o plano das lutas sociais presentes em uma dada formação social, como consequência da diferenciação normativa entre mundo da vida e ordens sistêmicas.

---

<sup>66</sup> Cumpre destacar que esses elementos não contemplam o amplo leque de debate “com e contra” a sociedade civil, iniciado nos anos 1990. Além desses três pontos, também poderíamos destacar a ideia de emergência perfeitamente datada da sociedade civil como realidade concreta. Essa leitura foi transposta para a análise do caso brasileiro, destacando que a nossa sociedade civil emergiu (tardiamente) a partir dos anos 1970. Os reflexos desta análise, como criticam Burgos (2015) e Gurza Lavalle e Szwako (2015), são que a ideia de invenção/emergência da sociedade civil, especificamente nesse período, indica que não houve, antes, experiências associativas, grupos e movimentos atuando tanto nos espaços públicos como junto e/ou a partir das estruturas do Estado, resultando no que os autores destacam como sendo um vazio teórico-analítico da dimensão societária da sociedade brasileira anterior aos anos 1970.

Como observa Jessop (2008, p. 160), a concepção de mundo da vida, idealizada pela Perspectiva da Sociedade Civil “como uma esfera de liberdade oposta a uma esfera de dominação confinada ao mundo sistêmico”, não confere a devida atenção às relações conflitivas inerentes ao *político*. Contra essa leitura, compartilhamos com o autor a compreensão de que tanto “o mundo sistêmico como o mundo da vida, em suas respectivas pluralidades, mas muitas vezes sobrepostas, são locais de luta” (JESSOP, 2008, p. 161).

Ao não se atentar adequadamente às relações de poder e ao limitar a interpretação da ação política dos sujeitos societários à ideia de *influência*, a compreensão da *política* operada por essa tradição teórica acaba transformando em um espaço de negociações racionais. É nesse sentido que Mouffe (1996b, p. 186, destaques da autora) argumenta que essa tradição percebe a *política* como uma:

(...) simples arena em que os indivíduos, despidos de paixões e crenças “perturbadoras” e entendidos com agentes racionais em busca do benefício próprio – dentro dos limites da moral evidentemente –, se submetem a procedimentos para escolherem, entre as suas reivindicações, as que consideram “justas”.

Isso ocorre porque, como destaca Mouffe (1996b), esse enfoque é uma tentativa de “encontrar um princípio de unidade social sob a forma de uma neutralidade baseada na racionalidade” (p. 185), percebendo a *política* “como um processo racional de negociação entre indivíduos” (p. 186), negando, dessa forma, “toda a dimensão do poder e antagonismo” (p. 186). Esse movimento, sustentado pela possibilidade de construção de consensos, não pode, no entanto, ser bem sucedido senão colocando em risco a própria democracia:

A alegação liberal de que um consenso racional universal poderia ser obtido mediante um diálogo sem distorções e que uma discussão pública livre poderia garantir a imparcialidade do Estado só é possível negando o irreduzível elemento antagonístico presente nas relações sociais, o que pode ter consequências desastrosas para a defesa das instituições democráticas. Negar o *político* não o faz desaparecer; apenas conduz ao espanto perante as suas manifestações e à impotência no seu tratamento (MOUFFE, 1996b, p. 186-187, destaque da autora).

O que esses argumentos buscam trazer à tona, contra a disjunção entre mundo da vida e subsistemas, bem como contra a ética discursiva da Perspectiva da Sociedade Civil, é que a negação do *político*, em defesa dos pressupostos normativos fundantes do consenso racional, antes de ser um consenso livre, pautado no reconhecimento intersubjetivo com pretensões de validade cognitiva e normativa, é, em sua radicalidade, um ato seletivo de exclusão, ainda que não necessariamente de autoritarismo em seu sentido político mais profundo<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> Sobre a crítica de autoritarismo na ética do discurso, conferir Cohen e Arato (2001, pp. 409-422).



Disso decorre a compreensão de que a opinião pública e a justificativa da decisão política (*ratio decidendi*) não representam reflexos do livre exercício da razão prática entre indivíduos racionais e razoáveis que, recobertos pelo “véu da ignorância” e em uma “posição ideal de fala”, entrariam em um processo comunicativo cujos procedimentos seriam neutros e orientados pelo entendimento mútuo e cujos resultados, filtrados pelos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade nas esferas públicas, alcançariam a esfera política. Ao contrário disso, os filtros das esferas públicas e, com isso, a legitimação enquanto opinião pública, bem como as decisões sobre os procedimentos e as decisões políticas propriamente ditas, resultam de atos de poder inerente ao social. Ou seja, evidenciam que certas decisões foram tomadas em detrimento de outras, inclusive sobre os sentidos do que seria “justo” e “razoável” em um determinado contexto, evidenciando, também, como são estrategicamente operacionalizados por diferentes ordens funcionais do Estado e da esfera societária. Isso nos ajuda a perceber que o *político* e a *política* não podem ser tomados isoladamente (Cf. MOUFFE, 2012, pp. 48-50; 61-64; 83-88; 107-112; JESSOP, 2008, pp. 160-163; 168-177).

Ainda nesse sentido, por mais que seja possível e desejável para as democracias contemporâneas a aceitação consensual sobre a defesa de seus princípios ético-políticos (liberdade e igualdade), sem a qual não seria possível a realização concreta nem das democracias, nem das sociedades civis (Cf. MOUFFE, 2012, pp. 112-118; MARQUES, 2017, pp. 209-223), como determinar e institucionalizar os sentidos que discursivamente preenchem esses princípios? Como determinar os acordos políticos e morais mínimos empenhados entre os indivíduos na busca pela sedimentação de sentidos abrangentes sobre tais princípios, uma vez que estão em constantes disputas entre diferentes campos discursivos presentes na sociedade? A grande questão, como a compreendemos, é a forma como se coloca o problema dos consensos mínimos.

Para a Perspectiva da Sociedade Civil, o consenso não representa uma “verdade absoluta”, tampouco elimina a pluralidade e a possibilidade dos dissensos (Cf. COHEN; ARATO, 2001, pp. 409-412; 415; 421-422). Todavia, compreende que as sociedades modernas, caracterizadas pelo pluralismo de valores e pela pluralidade de grupos com diferentes identidades coletivas, “não seriam sociedades se não existisse nenhuma identidade comum (política) compartilhada por seus membros, não importando o quão diferentes sejam entre si” (COHEN; ARATO, 2001, p. 421). A normatividade do argumento denota que as

sociedades civis modernas representam essa “identidade comum” e, como tal, seriam capazes de expressar a totalidade da comunidade.

As críticas do pluralismo combativo de Mouffe nos ajudam a perceber não a necessidade, ou mesmo o desejo, de construção de uma “identidade comum” por meio de uma leitura sociointegradora, mas o compromisso com os princípios ético-políticos inerentes ao projeto político democrático moderno, o que não tem que ver com os sentidos que conformam política e legalmente tais princípios. Em outras palavras, os argumentos de Mouffe nos remetem à construção de um *ethos* democrático, um consenso mínimo sobre os princípios. Contudo, como adverte, “dado que estes princípios ético-políticos só podem existir mediante um grande número de interpretações diferentes e conflitivas, tal consenso será forçosamente um ‘consenso conflitivo’” (MOUFFE, 2012, p. 116, destaque da autora).

Afinal, o que é considerado racional, justo ou razoável em uma determinada formação social, destaca Mouffe (1996b, p. 190, destaques da autora), corresponde “aos jogos de linguagem dominantes e ao ‘senso comum’ que eles constroem. É o resultado de um processo de ‘sedimentação’ de um conjunto de discursos e práticas cujo caráter político foi elidido”, e não algo conferido a partir de valores e direitos básicos normativos – como se fossem autoevidentes e autojustificados como substâncias pré-constituídas (fundamento último). Sua justificação, antes de um ato autorreflexivo relacionado ao saber cultural, ou (sub)produto de compromissos mútuos na construção de um bem comum, é uma construção radicalmente política, resultante das interações espaçotemporalmente inscritas, o que necessariamente envolve as complexas ligações estruturais entre as esferas societária e institucional<sup>68</sup>. A sociedade civil, portanto, não é um fenômeno preexistente. Ao contrário, como destaca Silva (2006, p. 160), “a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social”. Ou seja, é um fenômeno emergente da mútua constituição entre as esferas societária e institucional. Como tal, não pode ser reduzida a supostas propriedades intrínsecas.

Por essa leitura relacional e, portanto, antiessencialista, a possibilidade e a legitimidade dos dissensos sobre os sentidos dos fundamentos democráticos (liberdade e igualdade) são a própria condição de existência democrática, e nada pode garantir que da

---

<sup>68</sup> É sobre essa dimensão teórica que compreendemos a crítica de Gurza Lavalle (2011) e de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2011) sobre o estatuto político da sociedade civil. Como destacam os autores, seu estatuto político deve ser analisado a partir da posição da sociedade civil em relação aos interesses e às instituições estatais e do mercado, e não como elemento predeterminado passível de dedução teórica, como se a sociedade civil *sempre já* estivesse distante e/ou isolada do Estado.

sociedade civil, percebida como fenômeno emergente, surjam apenas valores democráticos. Como adverte Mouffe (1996a, p. 17), o risco para as democracias não emerge apenas “quando o consenso e a fidelidade aos valores que ela encarna são insuficientes”, mas, também, quando o caráter dinâmico e combativo, inerente à democracia, é bloqueado “por um aparente excesso de consenso que, normalmente, mascara uma apatia inquietante<sup>69</sup>”, uma despolitização em prol de uma suposta sociedade pós-ideológica (MARQUES, 2021).

Além da apatia e de seus riscos para a vitalidade democrática, as consequências políticas cotidianas deste modelo teórico podem ser percebidas tanto em processos de deslegitimação política de certas experiências organizacionais, cujas formas de ação e objetivos não se enquadram no que o modelo normativo-autorreflexivo concebe como inerentes e salutares à sociedade civil, como nas tentativas de criminalização de determinados agentes societários por meios jurídico-legais, como a elaboração de leis que tipificam práticas comuns a movimentos sociais e sindicatos, por exemplo, como atividades terroristas ou de atentado contra a ordem pública (Cf. GURZA LAVALLE, 1999; 2003; BURGOS, 2015; BALLESTRIN, 2015). Um dos resultados mais perceptíveis disso, como destaca Burgos (2015, p. 185, destaques do autor), é o “banimento” teórico e mesmo físico de partidos políticos da sociedade civil, acarretando um mórbido apartidarismo que tende a constranger os atores individuais e coletivos e, conseqüentemente, a “ocultar suas identidades partidárias como se fossem um ‘antivalor’, uma doença social: um *habitus* de ordem do patológico<sup>70</sup>”.

2. A despolitização da sociedade civil implica outro elemento igualmente controverso: o otimismo na correlação direta entre valores democráticos, cultura cívica associativo-participativa e o conceito de sociedade civil<sup>71</sup>. Como vimos anteriormente, há na Perspectiva da Sociedade Civil uma tendência de associação entre sociedade civil e princípios democráticos, percebendo a primeira como o terreno da liberdade e de virtudes liberal-republicanas.

Isso ocorre porque, como destacam Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004, p. 265-266), essa literatura partilha três aspectos que percebem a sociedade civil como uma força autêntica, democratizante e elemento de racionalização da ação pública:

<sup>69</sup> Antes de Mouffe, Hannah Arendt já argumentara que a diferenciação de um campo social distinto do Estado foi o início de uma despolitização da sociedade (Cf. COHEN; ARATO, 2001, pp. 215-236).

<sup>70</sup> Para essa crítica, conferir também Gurza Lavalle (2003) e Silva (2006).

<sup>71</sup> Poderíamos, também, elencar a questão da participação institucional para discutir o otimismo da Perspectiva da Sociedade Civil. Para esta abordagem, é relativamente fácil, para atores individuais ou coletivos, alcançar e utilizar os arranjos institucionais de participação. Essa leitura, no entanto, oculta uma série de variáveis que, inclusive, envolvem as relações de atores individuais ou coletivos com organizações políticas e religiosas clássicas. Para essa crítica, conferir Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004).

(...) sua lógica deliberativa (versus a baseada em interesses), sua natureza descentralizada e seu enraizamento na vida social das comunidades e sua autonomia em relação ao Estado, aos partidos políticos e aos grupos de interesse. Essas características dão às organizações civis uma lógica democratizadora particular que contrasta favoravelmente com a lógica tecnoburocrática das agências estatais e a lógica excludente do mercado.

Desta forma, sem muitas problematizações, com certo otimismo e operando por meio de uma seletividade epistemológica colonial, a Perspectiva da Sociedade Civil cria uma afinidade eletiva que vincula a sociedade civil a uma forma específica de cultura política inerente às experiências democráticas em suas versões europeias e estadunidenses (Cf. BALLESTRIN, 2015, pp. 148-154), como se a presença de uma diversidade de formas associativas assegurasse, por si só, a qualidade democrática<sup>72</sup>.

Ainda que se problematize e reconheça, como o fazem Cohen e Arato (2001, p. 463), que nem sempre as estruturas de participação e associações voluntárias sejam realmente democráticas e/ou impliquem em práticas de participação genuínas, há, nesse registro teórico-analítico, uma correlação quase instantânea entre a experiência de níveis de participação democrática e a existência de uma ampla gama de associações, públicos e grupos informais. Ademais, ganha relevo a defesa de que a existência de uma pluralidade de microespaços de participação, como associações diversas, clubes etc., possa se converter não apenas em uma substância real de governos democráticos, mas, igualmente, em uma base para experiências de autoeducação e de densos laços de confiança intrapessoal e reciprocidade (capital social) que proporcionariam o desenvolvimento de uma cultura política democrática, tornando mais democráticas e igualitárias as relações entre as organizações no interior da sociedade civil.

Todavia, como adverte Houtzager (2004, p. 26) contra esse otimismo normativo, a sociedade civil não é necessariamente um terreno sobre o qual só se produzem democratas, no qual as “organizações cívicas são vistas como escolas de democracia que ampliam os interesses dos cidadãos e ensinam as habilidades indispensáveis para a negociação democrática”. A sociedade civil também pode ser fonte de impulsos antidemocráticos, terreno de formação de diferentes facções egoístas, algo muito distante do argumento que tende a sustentar que a sociedade civil seja a responsável pela promoção e (re)geração dos vínculos sociais a partir de relações de reciprocidade e solidariedade social.

---

<sup>72</sup> Para um estudo empírico que rebate esse otimismo, cuja análise da ação de atores da sociedade civil destacou que estes assumiram uma posição de obstáculo às iniciativas de democratização da gestão pública, conferir Silva (2006).

Essa crítica busca evidenciar que nada pode predeterminar uma causalidade direta e uma relação positiva entre sociedade civil e democracia, nem que as relações de cooperação entre as esferas política e societária sempre levarão a uma melhora da governança e do exercício da soberania popular direcionada a um (suposto) bem comum, visto que há conflitos também entre as diferentes organizações civis. Inclusive, a estruturação de relações não democráticas ou mesmo antidemocráticas pode ocorrer sem representar uma destruição das estruturas formais das democracias liberais (eleições regulares, pluripartidarismo, divisão entre poderes etc.), bem como, pode ser levada a cabo mesmo em contextos em que se observa a existência da vida associativa. Esse foi o caso da Alemanha nazista:

Assim como varejistas, banqueiros e empregados comerciais haviam se organizado em grupos de interesse econômico, observa Fritzsche sobre a Alemanha entreguerras, também ginastas, folcloristas, cantores e fiéis reuniam-se em clubes, reagrupavam novos membros, marcavam reuniões, e planejavam uma completa variedade de conferências e torneios. Realmente, a vida associativa tanto na Alemanha de Wilhelmine quanto na de Weimar, em particular a das classes médias, era tão vigorosa que os contemporâneos falavam do *Verinsmeieri* (grosso modo, fetichismo ou mania de associação) que rondava a sociedade alemã e brincavam com isso: sempre que três ou mais alemães se reuniam, muito provavelmente redigiriam estatutos e fundariam uma associação (HOUTZAGER, 2004, p. 22, destaque do autor).

A existência de uma vida associativa, portanto, não implica, necessariamente, valores democratizantes. Além disso, o papel da vida associativa pode não ser positivamente constitutivo do ponto de vista do aprofundamento democrático. Como nos apresenta Houtzager (2004, p. 23), a vigorosa vida associativa alemã, por exemplo, “na verdade fragmentou, mais adiante, uma sociedade já profundamente dividida, visto que o povo se organizava dentro de grupos e associações, e não através deles”.

3. Por fim, o terceiro elemento que elencamos em nossa crítica são os limites da leitura relacionista na análise das interações entre a sociedade civil e o Estado. Os dois apontamentos críticos apresentados anteriormente já entreveem as críticas a esses limites. Para concluirmos, limitamo-nos aos argumentos que apontam para um sentido contrário à referida leitura: sociedade civil e Estado como instâncias altamente correlacionadas e mutuamente constitutivas.

Pensar a sociedade civil e o Estado a partir desses termos significa (I) recusar a possibilidade de estabelecimento de um fundamento último como estatuto político da sociedade civil, especialmente a ideia de *autonomia*, entendida como não relação ou relação apenas indireta das organizações da sociedade civil com a esfera estatal; e significa, também,

(II) a suspeição do pressuposto voluntarista referente à espontaneidade da formação da vontade pública e das organizações societárias do mundo da vida.

O estatuto político da sociedade civil, como destaca Gurza Lavallo (2011), não pode ser compreendido como um conjunto de elementos passíveis de dedução teórica que são mobilizados para a análise sobre o que é e como se constitui a sociedade civil, ou seja, seu fundamento. Como discutimos até aqui, o estatuto político atribuído pela Perspectiva da Sociedade Civil tende a demarcar quais as organizações podem ou não ser aceitas como sociedade civil, quais as funções e ações próprias da sociedade civil, bem como quais os padrões de relação entre organizações sociais e estatais delimitam as fronteiras entre uma suposta política própria da sociedade civil e uma política própria das organizações políticas e do mercado (GURZA LAVALLE, 2011; GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2011).

No entanto, nada pode determinar o estatuto político da sociedade civil. Compreendemos que essa impossibilidade esteja diretamente relacionada ao fato de que a constituição concreta da sociedade civil depende diretamente do contexto estratégico-relacional, das relações espaçotemporalmente estruturadas entre as experiências societárias e as esferas política e econômica. Isso significa que:

(...) o estatuto político da sociedade civil em determinado contexto não é passível de dedução teórica, antes, constitui um problema de natureza empírica que exige, a um só tempo, pesquisa sistemática e distinções capazes de capturar interesses, práticas e atores envolvidos na construção e na reprodução da sociedade civil (...). Por conseguinte, não existe *um* estatuto político da sociedade civil, passível de dedução teórica, mas diversos estatutos, ou, de modo mais incisivo, diversas *sociedades civis* cujo estatuto não é dado, mas requer explicação (GURZA LAVALLE, 2011, p. 08, destaques do autor).

A recusa de um fundamento da sociedade civil, além de ocorrer em benefício do argumento de mútua constituição, também se dá em favor de uma leitura que percebe o ambiente associativo-organizacional a partir de uma perspectiva heterogênea e dinâmica. Nesta última, em particular, embora se reconheça semelhanças organizacionais que permitem distinguir atores e organizações sociais de atores e organizações estatais e/ou econômicos – afinal, um partido político é diferente de uma associação de bairro, uma cooperativa não é o mesmo que uma entidade patronal –, compreende-se que os diferentes atores e organizações societários não apresentam um mesmo estatuto político, bem como enfrentam e se constituem por meio de diferentes constrangimentos de ordem vocacional e institucional (GURZA LAVALLE, 2011, pp. 14-15; GURZA LAVALLE; HOUTZAGER e CASTELLO, 2011, pp.

197-206). Isso nos ajuda a perceber, por exemplo, que uma organização de movimento social ou um coletivo podem apresentar diferenças com relação a uma ONG em termos de repertórios organizacionais, de ação e de interação com as esferas estatal e econômica, bem como, no que se refere à vocação e, igualmente, aos níveis de institucionalização.

A recusa de um fundamento estável, em suma, está diretamente relacionada ao contra-argumento de um modelo universal (teórico-normativo e/ou analítico) de sociedade civil. Corroborando Gurza Lavalle (2011), ao contrário de um conjunto de elementos passíveis de dedução teórica, o que empiricamente verificamos são diferentes configurações de sociedade civil, estruturadas a partir de determinados tipos e padrões contingenciais de relações entre agentes societários, estatais e econômicos. Nestes termos, as sociedades civis são compreendidas como construções politicamente contingenciais e radicalmente relacionais:

(...) não devido a seus atores serem criaturas dos atores políticos tradicionais e sequer por estarem subordinados aos seus ditames, mas porque o Estado e as instituições políticas, de um lado, e os atores da sociedade civil e os cidadãos, de outro, são mutuamente constitutivos (...). A recíproca constituição entre “Estado” e “sociedade”, ou entre instituições políticas e atores societários, ocorre mediante processos que, ao longo do tempo – e no mesmo movimento –, vão moldando e vão sendo moldados pelas diferentes instituições políticas existentes (GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2011, p. 187, destaques dos autores).

Nesses termos, a ideia de *autonomia* não pode ser compreendida como relação indireta ou não relação com o Estado, nem mesmo em contextos não democráticos, pois as interações socioestatais não ocorrem apenas nas democracias. Este é o caso, por exemplo, do movimento sanitarista brasileiro. Como destaca Dowbor (2014, pp. 84-85; 110-118), ao longo dos anos 1970, o movimento não só buscou interações com partidos políticos e com o Estado por meio de ações conjuntas (seminários, encontros etc.), como também optou por táticas de ocupação de cargos em governos não democráticos para levar a cabo a sua agenda de política nacional de saúde. Nessa relação, os sanitaristas conseguiram não apenas implementar um projeto de acesso universal e um sistema federativo de saúde, como obtiveram sucesso, também, em torná-los um dever do Estado. Não é possível, portanto, deduzir que essas relações impactaram negativamente a autonomia do movimento, tampouco que tenham afetado negativamente os seus resultados políticos.

Outro problema caro à ideia de *autonomia* é como mensurá-la empiricamente. Como observam Gurza Lavalle e Szwako (2015, p. 175), por diferentes motivos, teorias podem imprimir centralidade na ideia de autonomia, como a perspectiva habermasiana, em que a autonomia não é uma reivindicação dos atores, mas uma propriedade distintiva e constitutiva

do mundo da vida (normatividade), ou a tradição anarquista e autonomista, na qual a autonomia é, sim, uma reivindicação dos atores. Da mesma forma, é compreensível a importância a ela atribuída pelos agentes societários em sua organização e ação política. Entretanto,

(...) supor que os motivos da teoria e dos atores coincidem é uma escolha sociológica e teoricamente improdutivo, que inibe a indagação empírica porque as respostas jazem prontas no plano da teoria, e poupa o esforço conceitual de especificar as mediações que conectam as práticas dos atores significadas pelos usos nativos da noção de “autonomia” com as definições substantivas e abstratas da teoria (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 175, destaque dos autores).

Desta forma, ao contrário de um argumento teórico-normativo, ou de uma rápida aceitação como categoria nativa sem maiores reflexões, a análise da *autonomia* deve ser relacional e contextual, pois “demanda o exame das situações em que ela é invocada por diferentes atores, de modo a desvendar os sentidos atualizados por tal invocação perante diferentes interlocutores” (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 170).

Assim como a atribuição de um fundamento da sociedade civil é um entrave ontoepistemológico com implicações diretas sobre a análise empírica, o pressuposto *voluntarista*, referente à espontaneidade da formação da vontade pública e das organizações civis no mundo da vida, é um entrave à interpretação das interações socioestatais na análise da própria constituição da sociedade civil, visto que oculta os efeitos e as ligações que, de forma coconstitutiva, estruturam, ainda que de forma não intencional, as esferas societária e institucional. Da mesma forma que o argumento estadocêntrico falha ao conferir uma mistificação à autonomia do Estado, o argumento relacionista da Perspectiva da Sociedade Civil falha ao neutralizá-la e imprimir uma perspectiva voluntarista na explicação do surgimento das organizações civis.

O argumento da mútua constituição, ao colocar em questão as fronteiras (teóricas) entre Estado e sociedade, conduz à suspeição de qualquer pressuposto voluntarista. Isso não significa, como também observam Gurza Lavalles, Houtzager e Castello (2011), que as organizações civis sejam simples produtos da ação da esfera político-institucional, um artefato que pode ser facilmente criado ou modelado pelo Estado. Ainda que isso fossem, como bem observa Hirst (1995, p. 103) em sua crítica à concepção de artefactualidade das associações na perspectiva da Democracia Associativa em Cohen e Rogers (1995), “as associações e organizações ‘artefatualmente’ criadas por políticas públicas podem ser notavelmente



resistentes às mudanças deliberadas e à ativa reestruturação política”. Ou seja, ainda que fossem criadas, nada poderia determinar as mudanças subsequentes.

Além disso, se aceitássemos o caráter de artefactualidade, perderíamos de vista a dimensão de agência e inventividade dos agentes e das organizações sociais, e deixaríamos de questionar a legitimidade do Estado na produção ou indução de modificação das organizações sociais. Isso torna pertinente a indagação de Hirst (1995, p. 106): “Como as agências estatais podem adquirir competência, neutralidade e legitimidade para desempenhar essa função?”

Para exercer essa função criadora de forma intencional, a agência institucional deveria gozar de uma autonomia absoluta, uma condição não realizável, haja vista que o Estado, como um *agente* dotado de poderes causais tendenciais e, simultaneamente, um *campo* resultante da condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, não está imune às contradições sociais e lutas políticas (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 2001; 2008). Assim como Hirst (1995), não discordamos dos efeitos da ação estatal (*efeitos institucionais*) sobre a formação e articulação das organizações. Contudo, assim como Hirst, não estamos a argumentar que o Estado crie organizações a partir de um ato político formador. O argumento é sensivelmente diferente: “A criação de associações pela agência estatal só poderá funcionar se houver a existência de focos de solidariedade de grupo quase construído [*quasi-constructed*] e quase político [*quasi-political*]” (HIRST, 1995, p. 107, acréscimos nossos).

Isso significa que a ação estatal pode estruturar parcerias diretas com as organizações societárias ou estabelecer relações de cooperação de forma indireta, fornecendo recursos materiais e simbólicos suficientes para que aprimorem suas capacidades de ação, organização e mobilização, atuando no sentido de estimular a geração de coletividades societárias (Cf. HOUTZAGER, 2004; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021). Mas, nessa interação, também podem ocorrer mudanças institucionais à medida que as organizações societárias se inserem e sedimentam categorias e significados no discurso institucional.

Por este ângulo, não discordamos que a ação do Estado certamente esteja relacionada à formação de organizações. Todavia, não sustentamos que esse processo ocorra por meio de um argumento de ato político formador, e sim por meio das interações mutuamente constitutivas. É nesse sentido que concordamos com Hirst (1995, p. 112, acréscimo nosso), para o qual, se, por um lado, “não precisamos aceitar essa tradição [tese da artefactualidade] de maneira não-crítica”, por outro, não devemos “acreditar que as associações sejam

simplesmente consequências espontâneas da vida social”. Por isso a pertinência de uma abordagem relacional para uma adequada compreensão da sociedade civil.

### 3.3 PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DO ENVOLVIMENTO CRÍTICO COM AS INSTITUIÇÕES

Do ponto de vista relacional, a ruptura com os pressupostos da Perspectiva da Sociedade Civil se faz necessária, por exemplo, para percebermos o quão importantes podem ser as interações socioestatais para uma melhor compreensão da ação coletiva e/ou da consideração das possibilidades de geração de ativismo societário a partir das relações com ou a partir do interior do próprio Estado. Essa consideração nos leva a corroborar as críticas sobre a inadequada compreensão de uma ação “política institucionalizada”, que seria própria de organizações e grupos políticos, e uma ação “política não-institucionalizada”, antevista como inerente aos agentes societários (Cf. GOLDSTONE, 2003; BANASZAK, 2005; ABERS e VON BÜLOW, 2011; PETTINICCHIO, 2012; CAYRES, 2017). Limitada ao relacionismo, essa perspectiva tende a não perceber que os sujeitos podem assumir cargos no governo e, simultaneamente, manter o ativismo junto às organizações societárias – sem que isso represente um processo de “colonização do mundo da vida”.

Nas trilhas da mútua constituição, análises recentes têm refletido teoricamente e demonstrado, a partir de estudos empíricos, que a ação política dos agentes societários não é necessariamente extrainstitucional e que, tampouco, a ação política junto às instituições necessariamente represente um processo de cooptação ou o conseqüente abandono de práticas políticas contenciosas de protestos<sup>73</sup>. De forma geral, a literatura tem demonstrado que longe de uma negação das instituições, ou de uma ação autolimitante – no sentido atribuído pela Perspectiva da Sociedade Civil –, a ação dos agentes societários junto à esfera institucional ocorre por meios estruturais, visando modificar os mecanismos estratégico-seletivos estatais em prol de suas agendas e demandas políticas.

Em um nível micro de análise, a literatura tem mobilizado esforços para compreender (I) a ação dos sujeitos no interior das instituições, sejam eles servidores efetivos ou políticos

---

<sup>73</sup> Podemos destacar Silva (2006), Abers e Von Bülow (2011), Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Gurza Lavalle e Szwako (2015), Carlos (2015), Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017), Tatagiba, Abers e Silva (2018) e Gurza Lavalle *et al.* (2019a). Embora estes autores não estejam associados a uma perspectiva teórica em particular, suas contribuições ao debate sobre as interações socioestatais têm fornecido novos e importantes elementos teóricos, analíticos e metodológicos nos estudos sobre movimentos sociais e políticas públicas.

eleitos, sejam ativistas que ingressaram no Estado; (II) os limites e as possibilidades da agência desses sujeitos na promoção de mudanças institucionais; (III) as relações entre os sujeitos que atuam de dentro do Estado e os sujeitos e as organizações que atuam fora do Estado; (IV) e os efeitos múltiplos dessa interseção Estado-movimento nas políticas públicas e nas próprias organizações societárias. Nesse debate, o conceito de *ativismo institucional*, ou outros termos correlatos que também indicam a ação de ativistas por dentro do Estado, passaram a ganhar considerável destaque.

Além de sua relevância teórica e analítica nos estudos sobre as interações socioestatais, cujo lastro conceitual se encontra nos anos 1990<sup>74</sup>, o destaque do conceito também pode ser refletido considerando a flexibilidade que a noção de ativismo institucional tem ganhado em pesquisas recentes. Como destaca Pettinicchio (2012, p. 501), a flexibilidade do conceito promove variações para discutir a presença e a ação de indivíduos “que afetam a mudança (desde a mudança das normas organizacionais até a reforma das políticas) de dentro das organizações e instituições”. O próprio autor insere diferentes formas de ação junto às instituições no conceito, inclusive a ação de presidentes e juízes da Suprema Corte, quando estes agem de forma específica em relação a alguma política social.

Outros estudos de referência na discussão, como Banaszak (2005) e Abers e Tatagiba (2015), ambos voltados ao ativismo feminista no interior das instituições, parecem indicar maior esforço na precisão analítica do conceito. Respectivamente, as autoras analisam o ativismo de sujeitos que se autoidentificam como pertencentes a movimentos sociais, ainda que na qualidade de colaboradores ocasionais, e sujeitos com trajetórias militantes em organizações de movimentos sociais que passam a atuar a partir do interior da estrutura estatal. Ou seja, consideram como ativista institucional aqueles sujeitos oriundos de organizações societárias que também passaram a atuar institucionalmente, ainda que essa origem não signifique um pertencimento formal.

Ao refletirmos sobre esse envolvimento com as instituições, dialogando com essa literatura, não buscamos uma revisão do conceito de ativismo institucional. Nossa discussão parte da flexibilidade do conceito, especialmente dos possíveis problemas decorrentes, como a possibilidade de que todas as ações em prol das demandas societárias a partir do Estado sejam consideradas como ativismo institucional, o que pode esvaziar o conceito de sua potência

---

<sup>74</sup> No Brasil, por exemplo, Ann Mische (1997) utiliza o termo *militância múltipla* na análise sobre ações dos militantes do Movimento Estudantil, indicando a ação política simultânea de sujeitos no movimento, nos partidos políticos, nos grupos de igreja e em outros movimentos e organizações. Para uma revisão a partir de outros estudos da década de 1990, conferir Pettinicchio (2012) e Cayres (2017).

teórica e analítica, bem como a necessidade de inserção de algumas considerações sobre o sujeito sociológico que nos ajuda a compreender a multiposicionalidade (interseção sociedade civil-Estado). Nesse sentido, também nos empenhamos na distinção analítica entre os ativistas institucionais e os atores estratégicos, compreendidos como atores institucionais que, por diferentes motivos, atuam em sincronia com as agendas e demandas políticas das organizações societárias. Ambos os tipos evidenciam uma ação estratégico-reflexiva multiposicionada dos sujeitos.

Com esse movimento, também queremos olhar para além de um possível dualismo que limita a leitura da multiposicionalidade como uma simples mudança de posição estrutural operada pelos sujeitos. No mesmo sentido, pretendemos ir além da ideia de uma ação estratégico-pragmática, pensada como resultado de uma análise do custo-benefício para a ação, ou de uma interação necessariamente mediada pelo pertencimento formal a organizações civis ou pelo pertencimento partidário, ainda que muitos ativistas institucionais dependam da mediação político-partidária para ingressar na burocracia estatal.

### **3.3.1 Envolvimento crítico com as instituições: uma ação estratégico-reflexiva multiposicionada**

Na busca pela implementação de agendas e na promoção de mudanças institucionais, compreendemos, a partir de Mouffe (2014), que os agentes societários, individuais ou coletivos, orientam sua ação por meio do envolvimento crítico com as instituições. Ao contrário de uma ação política antagônica às instituições ou que nega a ação institucional como meio para os fins, esse tipo de envolvimento evidencia uma estratégia de combinação de “luta parlamentar e extraparlamentar em uma batalha comum para transformar a configuração de poder dentro do marco institucional” (MOUFFE, 2014, p. 87<sup>75</sup>). Isso nos exige ir além das limitadas concepções relacionistas entre esferas societária e institucional.

---

<sup>75</sup> Na versão em inglês da obra de Mouffe (2014), o termo que se refere ao *envolvimento* dos sujeitos com as instituições surge como “strategy of ‘engagement with’”. A tradução para o português, sem uma devida problematização, poderia indicar pelo menos dois sentidos à ideia de *engajamento*. Por exemplo, quando se fala que alguém é engajado, pode-se entender que há um compromisso orgânico e militante com algo, ou envolvimento na defesa de algo. Um segundo sentido, contrário ao primeiro, poderia indicar um simples envolvimento, uma dedicação formal, sem pressupor compromisso orgânico e/ou militante. Já na obra em espanhol, o que se entende como *engagement with* surge como *involucramiento crítico*. Considerando os sentidos do termo *engajamento*, compreendemos que há diferenças semânticas entre engajamento e envolvimento crítico. Considerando o pensamento político mais amplo de Mouffe, e esta obra, em particular, compreendemos que a autora não está a defender um simples “engajamento nas ou com as instituições”. Ao

Influenciada pela noção de guerra de posições em Gramsci, a grande questão na sustentação do argumento de envolvimento crítico é a percepção de Mouffe sobre as instituições como espaços fraturados e marcados pela disputa pelo poder. Além disso, e mais importante do ponto de vista ontoepistemológico, Mouffe partilha a compreensão da impossibilidade de dissociação entre o *político* e a *política*. Contra o que a autora denomina de ação política do “êxodo institucional”, a qual “pressupõe uma retirada do Estado e das instituições políticas tradicionais e uma rejeição à democracia representativa”, o envolvimento crítico ressalta a importância de uma política democrática “consistente com uma diversidade de ações em uma multiplicidade de âmbitos institucionais”, o que “inclui uma multiplicidade de ações contra-hegemônicas com o objetivo de alcançar uma transformação profunda das instituições existentes, e não a deserção” (MOUFFE, 2014, p. 19).

Esse tipo de envolvimento com as instituições, que, de alguma forma, também está presente nas discussões sobre o ativismo institucional, pode ser mais bem compreendido se conseguirmos clarear o sujeito sociológico e a sua ação. Partimos da compreensão de que esse sujeito, imerso nas interações com as estruturas, não pode ser reduzido a mero intermediário das estruturas, tampouco elevado à qualidade de “Super-Sujeitos” em relação às mesmas. Ou seja, compreendemos o sujeito e as estruturas pela ótica da relacionalidade (sujeitos e estruturas *como* relação).

Nessa perspectiva, o sujeito passa a ser percebido como um agente estratégico e relacionalmente reflexivo, “que volta a si mesmo ao colocar-se em relação com o contexto social” (DONATI, 2019, p. 140), sendo capaz de “refletir sobre as estruturas sociais e modificá-las com certa intencionalidade” (DONATI, 2019, p. 21), ainda que não seja o Sujeito dos fatores que fundamentam a dinâmica social. Isso significa, como argumentamos na introdução deste estudo, que o social não é imediatamente humano no sentido de ser uma correspondência direta da agência do sujeito a partir de suas orientações puramente subjetivo-reflexivas – o que seria uma falácia antropocêntrica (redução do ser em termos puramente humanos<sup>76</sup>). Ao contrário, o social é radicalmente relacional.

O envolvimento com as instituições, pensado a partir desses termos, reflete um agir estratégico e relacionalmente reflexivo dos sujeitos sobre a sua ação, sobre as relações com os demais agentes (societários e institucionais) e sobre o conhecimento acerca da configuração

---

contrário, a discussão indica uma luta pela transformação das instituições, encarando a política institucional como espaço em disputa.

<sup>76</sup> Cf. Curry (2000).

estatal e do que pode significar, em termos políticos mais amplos, a estruturação de relações com a esfera institucional. Desta forma, o envolvimento crítico não deve ser lido como uma ação pragmática, estratégica do ponto de vista do cálculo de custo-benefício para a ação. Não se trata simplesmente de uma estratégia ou tática, uma escolha entre “agir institucionalmente” ou “agir de forma extrainstitucional”.

A ação multiposicionada, que nos ajuda a compreender esse tipo de envolvimento, só ocorre porque os sujeitos, individuais ou coletivos, estão mais ou menos cientes tanto da realidade institucional do Estado, uma estrutura policêntrica e seletivamente orientada, quanto da relevância da ocupação de posições nessa estrutura para a promoção de determinadas demandas societárias. A multiposicionalidade, portanto, indica uma reflexividade tipicamente moderna sobre as ações dos sujeitos e sobre o seu conhecimento acerca do funcionamento da esfera institucional. Ainda que produzido a partir de diferentes referências observacionais (científicas, religiosas, senso comum etc.), a reflexividade indica que os sujeitos têm certo conhecimento da realidade institucional com a qual se deparam e se relacionam cotidianamente, ainda que em níveis e intensidades diferentes. Com Giddens (2012, p. 144), compartilhamos a compreensão de que vivemos em uma época em que “a população em geral tornou-se mais intimamente ligada aos sistemas de integração que perpassam o âmbito da comunidade local”, tornando-se mais ou menos consciente sobre a relação entre o *político* e a *política* e suas possíveis implicações cotidianas, ainda que tenha uma falsa representação sobre elas.

São nesses termos que estamos a compreender o ativismo nas e a partir das instituições como uma ação estratégico-reflexiva marcada pelo trânsito dos sujeitos entre as organizações societárias (movimentos sociais, ONG’s, coletivos, associações religiosas etc.) e a esfera estatal, ação evidenciada pela multiposicionalidade. Sendo um movimento duplo, significa que não se trata apenas de uma mudança estratégica de posição dos sujeitos, um deslocamento da esfera societária para o interior das instituições, ou de um mero recurso para as organizações societárias, que passariam a contar um ativista no interior das instituições para o sucesso de suas ações. O sujeito é um ativista institucional quando também passa a agir a partir do interior da esfera institucional com o objetivo de inserir na estrutura os projetos e as demandas societárias com as quais compartilha significados, sejam aqueles progressistas ou conservadores. No entanto, é preciso destacar, corroborando Abers e Tatagiba (2015, p. 73-74; 94), que a ação dos ativistas no interior das instituições (I) pode “não ser heroica e nem radicalmente transformadora”, indicado, ao contrário, “um esforço diário de experimentação e

resolução de problemas, cujos resultados nem sempre são imediatamente perceptíveis”, e que (II) os “ativistas institucionais tendem a ter mais flexibilidade quando seus projetos coincidem com os de seus superiores, situação que pode oscilar com o tempo, dependendo da dinâmica política e partidária mais ampla”, destacando que é essa sincronia de projetos que cria, “para a ativista institucional, uma oportunidade de avançar seus objetivos” – aqui localizamos a dimensão radicalmente relacional do fenômeno, isto é, na consideração do contexto estratégico-relacional da ação dos sujeitos.

Como podemos perceber, mensurar esse tipo de ativismo, localizar o ativista institucional e identificá-lo em termos de resultados, como no sucesso na promoção de mudança institucional (Cf. PETTINICCHIO, 2012), não é tarefa fácil. Para evitarmos uma ampliação demasiada dos seus significados, o que pode levar à perda da capacidade analítica, compreendemos que esse tipo de ativismo pode ser analiticamente diferenciado dos *atores estratégicos*, os quais também agem a partir do interior das instituições compartilhando significados com as organizações societárias.

Em termos analíticos, os atores estratégicos podem ser compreendidos como aqueles sujeitos que são parte do quadro institucional e que possuem recursos institucionais e acesso aos espaços e aos momentos de decisão política, tais como os burocratas de carreira, consultores políticos ou mesmo políticos eleitos. Diferentemente dos ativistas institucionais, os atores estratégicos apresentam uma trajetória vinculada aos cargos burocráticos, e não às redes de organizações societárias. Esses sujeitos tornam-se atores estratégicos, do ponto de vista das organizações societárias, quando passam a agir a partir de articulações discursivas ou formais com as organizações e redes societárias. Não estamos a considerar, como parece aceitar Pettinicchio (2012), a inclusão de burocratas individuais, que, por diferentes motivos, passam a agir em conformidade com as demandas e projetos de organizações societárias, como um ativista institucional, como também parece proceder a Abers (2015<sup>77</sup>).

Esses sujeitos são estratégicos para as organizações societárias porque a sua ação pode criar novas oportunidades políticas. Como destaca Pettinicchio (2012<sup>78</sup>), devido às trajetórias individuais, às aderências ideológicas, às alianças circunstanciais com atores societários ou mesmo à projeção profissional e/ou política, sendo oriundos do quadro institucional ou de estruturas partidárias, e contando com um contexto estratégico-relacional favorável, estes

---

<sup>77</sup> Conferir a crítica de Cayres (2017, pp. 92-93).

<sup>78</sup> Vale frisar que Pettinicchio não opera uma adequada distinção entre ativistas institucionais e atores estratégicos conforme os termos aqui apresentados.

sujeitos podem agir em consonância com as demandas dos agentes societários que não possuem os mesmos recursos, buscando influenciar no processo de formulação e implementação de políticas públicas, por exemplo. Assim como os ativistas institucionais, os atores estratégicos podem, inclusive, encorajar os ativistas a promoverem protestos, como forma de tentar inserir uma agenda no debate político, ou no debate público, ou, ainda, a contornar obstáculos institucionais que estejam dificultando a sua ação<sup>79</sup>.

Sendo relacional, a compreensão desse tipo de ação não pode se limitar ao individualismo do sujeito, por isso o destaque para o contexto estratégico-relacional na análise do envolvimento com as instituições. Isso porque, embora os sujeitos sejam, antes de tudo, “sujeitos-humanos”, com propósitos e dotados de intencionalidade, são constituídos por e a partir de diferentes relações espaçotemporalmente situadas. Nesses termos, a autorrealização do sujeito ocorre por meio das relações com os demais e com o próprio contexto político, econômico e cultural (relação sujeito-estrutura). Ainda que aceitássemos que o sucesso da ação institucional, isto é, a promoção de mudanças “(desde a mudança das normas organizacionais até a reforma das políticas) de dentro das organizações e instituições” (PETTINICCHIO, 2012, p. 501) integra o conceito, compreendemos que atores estratégicos e ativistas institucionais só podem ser compreendidos como *agentes em potencial*, o que indica que nem sempre encontrarão as condições de possibilidades para agirem enquanto tais.

É nesse sentido que argumentamos que esse tipo de ativismo não deve ser reduzido à posição estrutural dos sujeitos: não basta estar nas instituições. Como destaca Banaszak (2005, p. 155-156), os movimentos podem ser *outsiders* mesmo estando no interior da esfera institucional, pois, “mesmo ocupando cargos no Estado, eles podem ter pouca ou nenhuma capacidade de influenciar as ações políticas”. Isso não significa uma recusa da ação individual. Não desconsideramos a existência de uma “esfera mental interior” dos sujeitos (ARCHER *apud* GARRO-GIL, 2017). No entanto, a ação social é culturalmente mediada, o que significa que a reflexividade do sujeito “tem uma manifestação pública”, sendo, em sua radicalidade, relacional (GARRO-GIL, 2017, p. 649). Dessa forma, entendemos que atores estratégicos e/ou ativistas institucionais não surgem espontaneamente ou por uma “intencionalidade pura”, mas, antes, das relações estratégico-relacionais com demais sujeitos e com a estrutura. Assim compreendidos, esses sujeitos não devem ser analisados exclusivamente a partir de atributos próprios, como o carisma ou trajetórias de vida, nem por

---

<sup>79</sup> Cf. Banaszak (2005) e Pettinicchio (2012).



meio de uma abordagem estratégico-pragmática, ou tampouco reduzidos a uma posição estrutural. Devem ser analisados considerando, antes, as relações nas quais estão inseridos, o que poderá indicar suas reais capacidades/facilitações de ação sem dissociar a dimensão reflexiva. Reduzidos à individualidade, tornam-se um atributo do sujeito e não uma função estratégico-relacional.

Por fim, vale destacar que, embora a discussão sobre o ativismo a partir das instituições já tenha uma trajetória de pesquisa de cerca de duas décadas, ainda há questões a serem aprofundadas. Como destaca Cayres (2017, pp. 97-98), é necessário acurar o debate sobre (I) o perfil dos ativistas que fazem o trânsito institucional, (II) a forma de recrutamento e de legitimação desses sujeitos nas organizações societárias, (III) os possíveis impactos desse tipo de ativismo na trajetória e na percepção dos próprios ativistas e (IV) os efeitos desse ativismo para as organizações societárias.

Longe de responder a essas questões, nos limitamos, com a presente pesquisa, à apresentação de algumas reflexões a partir do que observamos empiricamente, o que pode ajudar a pensar o sujeito dessa ação e o tipo de envolvimento que mantém com as instituições. Ao abordarmos as interações entre o Estado e os ativistas de coletivos culturais no contexto capixaba, retomaremos alguns desses pontos, destacando a ação de um ator estratégico na mediação da inserção de ativistas na estrutura institucional e a participação de ativistas institucionais em eventos de protestos. Veremos que o recrutamento não envolveu a mediação partidária, e sim aderências ideológicas e a sincronia entre o projeto político-administrativo do gestor/político (ator estratégico) e as demandas dos ativistas e coletivos, que percebiam a interseção coletivos-Estado como uma possibilidade de ação a partir da estrutura institucional na política pública em construção, no caso, o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ). Além disso, também apresentaremos algumas hipóteses acerca dos possíveis efeitos dessa multiposicionalidade no processo de organização e ação dos coletivos culturais no contexto local.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES

Ao discutirmos o conceito de sociedade civil a partir de uma abordagem relacional, destacamos um enfoque epistemológico diferente daquele presente na Perspectiva da Sociedade Civil quanto à análise dos processos de interações socioestatais. Neste percurso, percebemos que a Perspectiva da Sociedade Civil se mostra um modelo conceitual limitado,

pois tende a não perceber a mútua constituição entre a *política* e o *político*, conferindo uma estrutura autorreflexiva e despolitizada. Ademais, tende, igualmente, a evidenciar certo otimismo na admissão de uma associação normativa entre sociedade civil e democracia, bem como a se limitar a uma perspectiva relacionista na teorização e nas derivações analíticas sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil.

Contra a despolitização, é necessário (re)pensarmos o conceito de sociedade civil a partir da relacionalidade do social e da compreensão daquela como um fenômeno emergente politicamente construído. Isso exige reinserirmos o *político* em seu seio a partir da consideração da mútua constituição juntamente com a *política*. Se o objetivo for uma abordagem pensada a partir da relacionalidade, não podemos limitar a análise da ação dos agentes societários à lógica da “política de influência”. Nesse caso, a análise deve considerar, igualmente, a política estratégico-relacional orientada para a transformação da estrutura política e para a mudança do equilíbrio desigual de antagonismos, sem incorrer em leituras normativas autodemocratizantes.

Isso nos coloca diante de outro problema da Perspectiva da Sociedade Civil: os limites do relacionismo presentes na ideia de “política de influência”. Contra essa leitura, é preciso considerar que as ações dos agentes societários orientadas à esfera estatal, ainda que não tenham por objetivo uma “revolução estrutural”, são mais estruturantes e proativas do que supõem as ideias de influência, autolimitação e ação defensiva da sociedade civil contra as lógicas sistêmicas e suas tendências à “colonização do mundo da vida”. Embora Cohen e Arato (2001, pp. 589-593; 608-615) apropriadamente critiquem o suposto caráter “defensivo” e/ou puramente reativo da sociedade civil diante da “colonização sistêmica”, a dimensão proativa que conferem à sociedade civil segue restrita à política de influência e à ação *na* sociedade civil, ação voltada para a sua própria institucionalização e democratização por meio da criação de novas identidades, novos espaços públicos e de novas formas associativas igualitárias e autônomas. No entanto, é preciso destacar, como argumentam Dagnino (2002, pp. 372-378) e Gurza Lavalle (2011), que os agentes societários também buscam a “partilha efetiva do poder”, o que os leva a assumir funções institucionais nos processos de desenhos, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas do Estado.

Ao tecermos essas críticas, buscamos realçar as ligações estruturais entre a sociedade civil e a esfera estatal. Nesse processo, buscamos “(re)politizar” tanto a *política* como a sociedade civil, sem nos esquecermos, como destaca Gurza Lavalle (2011, p. 8), que o estatuto político da sociedade civil é contextual e se constitui não como um problema teórico,

e sim como um problema de natureza empírica, exigindo, portanto, “pesquisa sistemática e distinções capazes de capturar interesses, práticas e atores envolvidos na construção e na reprodução da sociedade civil”.

Essas críticas, ao desconstruírem as densas fronteiras teórico-normativas entre as esferas societária e institucional, também nos exigiram uma reflexão sobre o envolvimento dos sujeitos, individuais e coletivos, com as instituições. Sem o objetivo de contemplar toda a literatura que tem desenvolvido reflexões teóricas e estudos empíricos sobre o ativismo institucional, buscamos trazer algumas contribuições que pudessem ajudar a refletir sobre o sujeito e o tipo de ação, sobre a distinção analítica entre o ativista institucional e os atores estratégicos, algo que conseguimos captar durante a pesquisa sobre as interações entre os coletivos culturais e o Estado no Espírito Santo.

#### **4 REORIENTAÇÕES, AVANÇOS E AMBIGUIDADES NA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA (2002-2016): UM OLHAR RELACIONAL**

Antes de discutirmos objetivamente os coletivos culturais e nos voltarmos para as políticas públicas culturais no Espírito Santo, enfocando a descrição e a análise do contexto estratégico-relacional das interações socioestatais ao longo dos primeiros quinze anos da década de 2000, faz-se necessário explorarmos o cenário mais amplo da política pública cultural no Brasil a partir de 1985, ou seja, período imediatamente posterior a mais de vinte anos de regime militar. O retorno aos anos 1980 e 1990 é importante para compreendermos algumas das principais mudanças nos mecanismos estratégico-seletivos do Estado no campo das políticas culturais promovidas pela gestão petista, entre os anos de 2002 e 2016.

Com essa retomada, pretendemos abordar o objetivo geral de pesquisa, informando as interações entre o Estado e a sociedade civil em torno da construção e implementação de políticas públicas e a forma pela qual esses agenciamentos, em alguma medida, coproduziram organizações (societárias e de mercado) e instituições (mudanças nas estruturas estatais). Ao partirmos dos anos 1980, refletiremos sobre os mecanismos relacionais desse processo e sobre como as interações se transformaram ao longo do tempo, elementos centrais dos dois primeiros objetivos específicos de pesquisa. Além disso, esperamos obter uma melhor compreensão do contexto estratégico-relacional de emergência dos coletivos culturais ao longo dos anos 2000, tema do próximo capítulo.

Para isso, recorreremos à (I) revisão bibliográfica sobre as políticas públicas culturais no Brasil, buscando destacar as mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos do Estado e como esses mecanismos incidiram mutuamente sobre a experiência institucional que se configurou no contexto dos anos 2000, e à (II) pesquisa documental sobre as ações do Estado no setor. O levantamento documental foi realizado junto a órgãos públicos, especialmente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estruturamos o capítulo em duas seções. Na primeira, destacamos os antecedentes mais recentes, abordando brevemente os anos 1980 e a década de 1990. O objetivo dessa retomada é explorar a (in)ação do Estado e a construção dos mecanismos de incentivos fiscais, que facilitaram a entrada do setor econômico na política cultural. Na segunda seção, enfatizamos as reformulações, inovações e desafios no processo de mudanças desses

mecanismos institucionais até o ano de 2016, destacando a implementação (I) dos conselhos de cultura, (II) dos fundos específicos de cultura, (III) dos órgãos gestores específicos de cultura, além dos (IV) significados do Programa Cultura Viva. Esses elementos nos ajudam a perceber o deslocamento estrutural promovido pela construção dos novos mecanismos estratégico-seletivos do Estado na gestão petista, configurando um contexto de maiores facilidades para a emergência dos coletivos nos anos 2000.

#### 4.1 ANTECEDENTES: AVANÇOS E AMBIGUIDADES NA (IN)AÇÃO DO ESTADO

Uma nova fase do processo de institucionalização da política cultural nacional começou com o nascimento da Nova República, inaugurada com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, e com a posse de José Sarney, após o falecimento de Tancredo<sup>80</sup>. Com a democratização, antigos anseios políticos pela criação de um ministério próprio para a cultura foram contemplados com o Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, dando origem ao Ministério da Cultura (MinC), um marco para a política cultural.

Um novo órgão próprio de orientação da política cultural, em um cenário recém-democratizado, marcado pela reivindicação por participação social após mais de vinte anos de ditadura militar, indicava a configuração de um novo contexto estratégico-relacional, com novas ligações entre o Estado e a sociedade no âmbito cultural, agora através do registro democrático-pluralista, e não mais pelo autoritarismo paternalista de fases anteriores. No entanto, essa esperada mudança, que apontava para um horizonte de maior abertura institucional à participação de diferentes segmentos socioculturais e aos modos, expressões e práticas artístico-culturais, não ocorreu nas décadas de 1980 e 1990.

Os grandes destaques dessa nova experiência da política cultural foram a (I) sedimentação da posição privilegiada do setor econômico na estrutura oficial da política cultural, por meio das políticas de incentivos fiscais, e (II) a instabilidade institucional do

---

<sup>80</sup> A “primeira fase” do processo de institucionalização da política cultural nacional, pensada como um conjunto de ações planejadas e executadas pelo Estado em âmbito nacional, ocorreu no período entre 1930 e 1945, durante o período varguista. A “segunda fase” deu-se entre os anos 1945 e 1960, período em que, pela primeira vez, a política cultural nacional foi planejada em um contexto democrático, ainda que de curta duração. A “terceira fase” compreendeu os anos de 1964 a 1985, momento em que, novamente, a política cultural se desenvolveu em um contexto de autoritarismo político. Para uma leitura detida sobre esses momentos, analisando avanços, retrocessos e ambiguidades no processo de institucionalização, conferir Calabre (2007; 2009), Rubim (2007) e Barbalho (2007). Nossa atenção está focada na “quarta fase” (pós-1985).

MinC<sup>81</sup>. A (in)ação do Estado, deixando ampla margem de ação para o setor privado, e a instabilidade ministerial do MinC praticamente inviabilizaram qualquer tentativa de desenvolvimento sistemático de políticas e ações de caráter mais estruturante (RUBIM, 2007).

Para compreendemos ambos os problemas, devemos considerar pelo menos dois pontos. O primeiro é o cenário econômico daquele período. Eis a indagação que poderia ter sido feita: como assegurar o financiamento das ações em meio ao momento de crise econômica e de forte inflação? A alternativa encontrada foi criar mecanismos que facilitassem a entrada do setor econômico nas dinâmicas de fomento à cultura. O segundo ponto é a redução, verificada naquele período, do papel do Estado na cultura. A herança negativa da presença estatal no setor cultural, em sua experiência autoritária e paternalista de fases anteriores, ainda rondava o debate político. Para tentar resolver ambas as questões, além da criação de um ministério próprio, o Governo criou o mecanismo de incentivo fiscal para o financiamento da cultura, ainda hoje um dos principais mecanismos institucionais de financiamento da política cultural brasileira.

O então presidente Sarney teve papel central nesse processo. Como ressalta Calabre (2009, p. 101), desde os anos 1970, quando ainda era deputado federal, “Sarney buscava aprovar uma nova modalidade de incentivo à cultura por meio de um mecanismo de renúncia fiscal”. Os anseios de Sarney foram efetivados em 1986, quando, já Presidente e contando com o economista Celso Furtado à frente do MinC, assegurou a aprovação da Lei nº 7.505. Com essa medida, que ficou conhecida como “Lei Sarney”, o Estado não só passou a conceder benefícios fiscais sobre o imposto de renda para ações de caráter artístico-cultural, como também a reduzir a sua presença política (tomada de decisão) no setor cultural. Assim,

Em vez de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente dos mecanismos de renúncia fiscal. A nova lei, em um momento de escassez de recursos estatais, funcionou como outro componente no jogo de ambiguidades que caracterizou a chamada Nova República. O Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão (RUBIM, 2007, p. 24-25).

A estratégia de retirada do Estado ficou ainda mais evidente no discurso de Sarney na solenidade de assinatura da mensagem ao Congresso, que ocorreu no dia 04 de junho de 1986. Na ocasião, o presidente destacou que o objetivo do Governo era criar um processo de

---

<sup>81</sup> Ao longo dos governos de Sarney (1985-1989), Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), ou seja, em um curto período de dez anos, o Ministério da Cultura teve nove representantes, sendo que um, José Aparecido, foi Ministro duas vezes no Governo Sarney (Cf. RUBIM, 2007).

renascimento cultural no Brasil, sem o papel central e paternalista que marcara as ações dos governos autoritários na cultura:

Um grande momento cultural tem por trás uma acumulação econômica ou uma grande motivação social. O que nós queremos agora é que os financiadores desse novo surgimento sejam a própria sociedade, do indivíduo comum à grande empresa. Não mais o governo, paternalmente sozinho (SARNEY *apud* CALABRE, 2009, p. 101-102).

Com essa rápida retomada dos anos 1980, percebemos que a (in)ação do Estado estava pautada em dois eixos discursivos. Um girava em torno das mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos, ancoradas no discurso da promoção do setor cultural por meio da garantia de recursos para seu financiamento, fazendo com que a entrada e a institucionalização de categorias da esfera econômica fossem facilitadas via políticas de incentivos fiscais. O segundo eixo sustentava o argumento de que, em contextos democrático-liberais, as funções do Estado no setor cultural devem ser suplementárias, e, portanto, não decisivas e diretas (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Esse argumento, em particular, mobilizou, e ainda mobiliza, mas agora a partir de ideias e valores conservadores, o discurso que visa dismantelar a política cultural sob a alegação de que a ação do Estado, na cultura, é paternalista e/ou direcionada à manutenção de privilégios de grupos específicos.

Foram esses elementos que estruturaram o discurso político que levou a um progressivo processo estratégico de retirada do Estado da área cultural, em proveito do mercado, ao longo dos anos 1980 e 1990. Mas, como veremos, não demoraria muito para que a nova política de financiamento passasse a receber críticas sobre a transparência dos seus mecanismos, sobre a facilitação de sonegação e de evasão fiscal, bem como respeitante ao poder de decisão política que a esfera econômica passou a gozar frente ao Estado (RUBIM, 2007; BARBALHO, 2007).

#### **4.1.1 A década (quase) perdida de 1990**

Ainda que certos vanços fossem perceptíveis até os anos 1990, e mesmo durante essa década, sobretudo referente ao financiamento da política, grandes retrocessos foram verificados. Se, por um lado, ocorreu a ampliação do volume de produções artístico-culturais com as primeiras experiências neoliberais brasileiras, por outro, houve um progressivo desmonte do setor cultural no plano federal, tanto do ponto de vista da ação organizativa quanto da tomada de decisão do Estado (CALABRE, 2009; RUBIM, 2007).

Entre as principais ações desastrosas do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), sob o ponto de vista da continuidade do processo de institucionalização da política cultural nacional, destacam-se o rebaixamento do *status* político do MinC, ao ser transformado em Secretaria da Presidência da República – voltaria a ser Ministério em 1992, no governo de Itamar Franco –, e a dissolução de várias instituições, como a Fundação Nacional das Artes Cênicas, o Conselho Federal de Cultura, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Fundação Nacional do Cinema Brasileiro e a Lei Sarney (Cf. RUBIM, 2007; CALABRE, 2009). Ao mesmo tempo que ocorria o desmonte da estrutura institucional, quando, por exemplo, entre março de 1990 e dezembro de 1991 não houve nenhum investimento do governo federal na área cultural (Cf. CALABRE, 2007), o governo dava continuidade à política de incentivo fiscal, reforçando a importância do mercado nos processos de decisão política no setor. Assim, em 23 de dezembro de 1991, o Governo promulgou a Lei nº 8.313, a qual instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet, em substituição à Lei Sarney.

Uma nova mudança institucional ocorreria no governo de Itamar Franco (1992-1994), após o *impeachment* de Fernando Collor. A nova reconfiguração do poder político no Estado levou à recriação do MinC e de algumas de suas instituições. Em seguida, outras importantes e controversas leis e ações foram criadas, como a Lei do Audiovisual (1993), que, embora tenha ampliado a renúncia fiscal, permitindo o abatimento de até 100% do imposto, promoveu uma significativa expansão do setor<sup>82</sup>. No entanto, do ponto de vista das decisões políticas e das ações estruturantes, novamente a ambiguidade da (in)ação estatal se fez presente na política cultural. Isso porque ao mesmo tempo que o Estado recriava o MinC, o que, à princípio, indicaria um retorno do Estado ao setor cultural, persistiu a ausência da ação estatal ao longo dos anos 1990 e sua estratégia de facilitação da inserção e institucionalização da ação da esfera econômica na política.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que, segundo Rubim (2007, p. 26), se caracterizaria “pela implementação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil”, a política cultural basicamente ficou limitada ao aprimoramento das controversas leis de incentivo fiscal, reforçando o poder de decisão do setor privado. Como informa Calabre (2009, p. 118), do total de 80 ações do Governo, entre

---

<sup>82</sup> Como destaca Calabre (2009, p. 113), a referida lei promoveu efeitos imediatos: “No tocante aos filmes de longa-metragem, por exemplo, em 1994, lançaram-se 7 filmes nacionais; em 1995, esse número passou para 12; e, em 2000, foram 24 lançamentos nacionais”.



leis, Decretos-Leis, Instruções Normativas e Portarias, 25 tratavam sobre incentivo fiscal, representando 31,3% da legislação cultural promulgada durante o governo FHC. É nesse sentido que, sintomaticamente, como observa Rubim (2007, p. 26, destaque do autor), “a política mais famosa do Ministério naqueles longos oito anos foi uma brochura intitulada *Cultura é um bom negócio*<sup>83</sup>”.

Paralelamente ao aumento do número de empresas que passaram a utilizar as leis de incentivos a partir de 1995<sup>84</sup>, tornou-se notório o crescimento, via leis de incentivo, do volume de recursos públicos diretos para o financiamento cultural. Nesse processo, como destaca Rubim (2010a, p. 12), “dos dezoito anos de vigência da Lei Rouanet, dos oito bilhões investidos, mais de sete bilhões foram recursos públicos. Ou seja, a lei só mobilizou 5% de recursos das empresas e muitas delas era públicas”. Porém, o momento de tomada de decisão seguiu centralmente nas mãos do mercado. Isso também é o que nos mostra Calabre (2009) sobre a gestão de FHC e do seu Ministro da Cultura, por oito anos, o cientista político Francisco Weffort:

O critério de aprovação dos projetos por parte do governo – o que se limitava a verificar se os objetivos dos mesmos eram previstos por lei – fez com que efetivamente o mercado decidisse em quais projetos deveria investir, quais renderiam a desejada imagem de marketing cultural. O que o governo terminou fazendo foi liberar recursos públicos para serem aplicados sob a ótica do interesse empresarial (CALABRE, 2009, p. 117).

Diante desse contexto, foram – e ainda são – muitas as críticas à política de retirada do Estado da decisão sobre as políticas culturais em benefício da política de incentivos fiscais. Dentre elas, podemos destacar as seguintes:

1. O poder de deliberação de políticas culturais passa do Estado para as empresas e seus departamento de marketing;
2. Uso exclusivo de recursos públicos;
3. Ausência de contrapartidas;
4. Incapacidade de alavancar recursos privados novos;
5. Concentração de recursos (...);
6. Projetos voltados para institutos criados pelas próprias empresas (Fundação Odebrecht, Itaú Cultural, Instituto Moreira Sales, Banco do Brasil etc);
7. Apoio equivocado à cultura mercantil que tem retorno comercial;
8. Concentração regional dos recursos (RUBIM, 2007, p. 28).

---

<sup>83</sup> Foi nesse contexto que verificamos a emergência do “captador de recursos”, uma figura que faz a intermediação entre empresas e artistas, e o crescimento do *marketing* cultural. As empresas que aderiram à política de captação de recursos literalmente passaram a fazer da cultura “um bom negócio”. Como destaca Barbalho (2007, p. 48), “a possibilidade de contratar esse prestador de serviço viabilizou a ligação dos produtores culturais e as grandes agências publicitárias e fortaleceu a adoção, por parte das empresas, do marketing cultural, evitado até então por sua baixa lucratividade (...)”.

<sup>84</sup> Como destaca Rubim (2007, p. 27), no governo Itamar, somente 72 empresas acionaram as leis de incentivos. Já no Governo FHC, este número cresceu “para 235 (1995); 614 (1996); 1133 (1997); 1061 (1998) e 1040 (1999), sendo que a queda acontecida de 1997 em diante decorre do processo de privatização das estatais; que, em geral, no Brasil investem mais em cultura que a iniciativa privada”.

Os efeitos institucionais dessas ações e mudanças institucionais, sejam aqueles de ordem administrativo-burocrática, sejam político-ideológicos (neoliberalismo, diminuição do Estado, desenvolvimento econômico etc.), exigiram novas soluções por parte dos agentes societários até então institucional e discursivamente marginalizados em relação à estrutura estatal. Diante daquele contexto e influenciados pelo movimento conceitual<sup>85</sup>, esses agentes passaram a ressignificar e a incrementar formas coletivas e colaborativas de trabalhos, muitas delas já vivenciadas no contexto local durante as décadas de 1960 e 1970.

Foi assim que passamos a observar, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos, a criação de novos espaços coletivos, como ateliês e galerias autogestionados:

Na América Latina, os modos de fazer de coletivos e de iniciativas coletivas que atuam fora dos espaços tradicionais de visibilidade (considerando como tal os museus, centros culturais e galerias comerciais) e alguns espaços autogestionados aqui foram observados a partir dos anos 90 do século XX. Foi quando tais práticas associativas receberam um impulso decorrente de alguns fatores históricos, sociais, políticos e econômicos: a retração do mercado (desestímulo ao trabalho solitário e voltado para galerias); o fim das ditaduras militares na América Latina e subsequentes movimentos de re-democratização como fato de vir à tona várias microassociações que serviam de base para a formação de organizações representativas e como exemplo de ação colaborativa. Há ainda o agravamento da crise econômica nos países latino-americanos e o sucateamento das instituições públicas que deveriam contemplar a cultura. Por outro lado, houve incremento na implantação de cursos de artes que fomentam a convivência e possibilitam a crítica e a atuação. Devem ser consideradas ainda outras formas de sociabilidade que surgem com a aceleração e a simultaneidade das comunicações, com a flexibilização do trabalho e a globalização econômica (PAIM, 2009, p. 15-16).

Isso nos ajuda a perceber, como discutiremos no próximo capítulo, que as experiências coletivas no campo artístico-cultural já existiam antes das mudanças nos mecanismos estratégico-seletivos que seriam promovidas nos anos 2000, sobretudo, durante a gestão Lula (2003-2010) e, ainda que indicassem descontinuidade e ambiguidades, durante a gestão Dilma (2011-2016). Isso não significa, no entanto, uma desconsideração de que o deslocamento estrutural promovido pelas ações do governo, a partir de relações com setores societários, tenha contribuído para a configuração de um novo contexto estratégico-relacional que

---

<sup>85</sup> Chegando aos anos 1980, o movimento conceitual rompeu com uma ideia elitista de transmissão direta dos sentidos atribuídos pelos artistas às obras e à receptividade passiva do público, uma vez que se entendia que eram os processos criativos e o conceito/ideia da produção, e não a estética da obra/objeto em si, que deveriam ser enfatizados e valorizados. Além dos processos de cotidianação da arte, da arte nos espaços públicos, da provocação artística, da desconstrução política e estética da distância entre o artista e o não artista, esse movimento potencializou a multiplicação de novas coletividades artístico-culturais compostas por artistas e não artistas, a elaboração de projetos comunitários marcados por tônicas sociopolíticas e as articulações entre coletivos de artistas, organizações de movimentos sociais e associações de bairros, marcando a ampliação das iniciativas em torno da ideia de “arte com base na comunidade” (*community-based art*) e, especialmente nos anos 1990, potencializou a ideia de “novo gênero da arte pública”. Cf. Mesquita, 2011, pp. 127-134 e Pires, 2007, pp. 168-269.

facilitou o processo de organização e construção de redes de novos coletivos culturais. Esta necessária consideração será o objetivo das próximas seções.

#### 4.2. DESLOCAMENTO ESTRUTURAL: REFORMULAÇÕES, INOVAÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO DE MUDANÇAS DOS MECANISMOS ESTRATÉGICO-SELETIVOS NA GESTÃO CULTURAL NOS ANOS 2000

Uma nova configuração institucional, marcada pela inserção de novas forças políticas e pela forma como se condensaram institucional e discursivamente no aparato estatal, ocorreria somente a partir de 2003, mas não sem dificuldades, ambiguidades e persistentes desafios. Nas trilhas de um novo paradigma cultural, de caráter participativo e plural do ponto de vista dos gostos culturais, dos modos de fazer e das identidades culturais, o Estado, sobretudo durante a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira (2003-2010) junto ao MinC nos dois mandatos de Lula, buscou retomar o papel constitucional na política cultural, lançando-se ao desafio de, pela primeira vez, tornar o Estado de fato presente e ativo nas políticas culturais em um regime democrático, sem um caráter paternalista e hierarquizante dos gostos culturais.

Esse desafio foi ressaltado no discurso de posse ministerial de Gilberto Gil, o que indicava ser um objetivo desde o início da gestão petista:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade (GIL, 2003<sup>86</sup>).

Ao indicar “criar condições”, “proporcionar” e “promover”, Gilberto Gil estava ciente das preocupações e das pressões políticas históricas sobre a presença do Estado no setor cultural. Sabia que o Estado não poderia dar uma nova guinada em direção ao paternalismo elitista e/ou ao dirigismo estatal, mas, igualmente, estava ciente de que Estado deveria assumir outra função em relação à herança dos anos 1980-1990. Percebendo a cultura, seu acesso, produção e fruição como um direito básico de cidadania e, portanto, um dever do Estado, como determina a Constituição Federal de 1988, o então Ministro complementou:

---

<sup>86</sup> Discurso na íntegra publicado pela Folha em 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.

Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca (...). Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar (GIL, 2003).

Esse papel ativo que o Estado passou a assumir representou um ataque direto à tradição de inação estatal e de paternalismo cultural que maracara a política cultural brasileira em diferentes momentos no seu processo de institucionalização (Cf. RUBIM, 2015). Esse deslocamento estrutural, isto é, a reconfiguração da estrutura político-administrativa no setor cultural<sup>87</sup>, levou a uma progressiva transformação estratégica dos conjuntos institucionais no sentido de reformular conceitos, princípios e potencializar a participação social no setor cultural (Cf. BARCELLOS, 2012).

Tendo claro o papel do Estado, a nova gestão buscou assegurar tanto uma reforma administrativa do MinC, o que envolvia a garantia de recursos à implementação da política cultural, quanto mudar as seletividades estratégicas do Estado no sentido de promover facilidades para a entrada de novos segmentos sociais que, até então, encontravam-se alijados da gestão cultural federal. Destaca Calabre (2009, p. 120) que, como parte desse processo, em 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805, foram criadas a “Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural<sup>88</sup>”.

Essas secretarias, como também destaca Barbalho (2007), estavam em consonância tanto com os esforços do governo – trabalhar a cultura por meio de um conceito mais alargado

---

<sup>87</sup> Mobilizado a partir de Ernesto Laclau, o conceito de *deslocamento* indica um processo de desestruturação da estrutura, um colapso estrutural decorrente do(s) antagonismo(s) que, como tal, não encontra(m) medida comum com a estrutura. Nesse momento, surgem as possibilidades/aberturas para uma nova reconfiguração hegemônica. Ainda que possamos questionar a posição do PT na estrutura política oficial, o que indicaria que o PT não representa um elemento estranho à estrutura, compartilhamos com Barcellos (2012) o argumento de que a chegada do PT ao Governo Federal, trazendo consigo grupos sociais até então alijados das estruturas estatais de poder, promoveu uma mudança profunda no setor das políticas públicas culturais. Discutimos essa possibilidade de leitura do conceito em outro momento (Cf. MARQUES, 2019).

<sup>88</sup> Sobre a construção de novas Secretarias, conferir Meira (2016, pp. 26-29). Para um estudo voltado especificamente para a política destinada à diversidade cultural no governo Lula, conferir Córdula (2016).

e a partir da ampliação da participação social – quanto com as demandas apresentadas por diferentes agentes societários. Não somente as demandas, mas a presença de ativistas nas instituições passou a ser uma realidade mais comum e traçada como estratégia tanto dos gestores como dos ativistas. Em algumas áreas, inclusive, as interações socioestatais levaram à criação de novas políticas culturais, como a atenção e o apoio às culturas indígenas. Como destaca Rubim (2010a, p. 14), mesmo nos casos em que não houve um caráter inaugural, a nova política cultural, fruto dessas relações, revelou uma distância significativa de investimentos comparada aos governos anteriores, como o que ocorreu com as “culturas populares; as de afirmação sexual; a digital e mesmo a cultura midiática audiovisual”.

Como garantia de recursos à implementação da nova política cultural, o governo buscou reformular a Lei Rouanet, identificando seus principais problemas e desafios. Para isso, realizou consultas públicas por meio dos seminários “Cultura para Todos” e a partir de encontros com secretários estaduais e municipais de Cultura<sup>89</sup>. Duas perguntas foram realizadas durante os eventos: “Quais os principais entraves para o acesso ao financiamento público federal da cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual)?” e “Que mecanismos devem ser adotados para garantir a transparência, a democratização e a descentralização do financiamento público de cultural?” (CALABRE, 2009, p. 121). O resultado da avaliação indicou que:

(...) o mecanismo necessitava ser reformulado; porém, havia uma série de problemas que poderiam ser solucionados por meio de portarias ministeriais, divulgação mais sistemática da lei e capacitação a produtores e de gestores nas mais diversas regiões do país. Uma outra conclusão foi a importância do mecanismo dentro de determinadas áreas de produção cultural, o que apontaria para a necessidade de que o projeto de reformulação fosse realizado de maneira a não paralisar os processos em curso (CALABRE, 2009, p. 121-122).

Essas ações de reformulação, contudo, não foram suficientes para promover uma ruptura com a tradição institucional de financiamento privado por meio das leis de incentivo. Embora o governo, em parceria com setores societários, tenha se empenhado em reformulá-la, sua persistência representou um dos principais limites das políticas culturais empreendidas no governo Lula, pois, em grande medida, o momento da decisão seguiu com o setor privado (Cf. CALABRE, 2009; RUBIM, 2007; 2010a, 2010b; 2015; MEIRA, 2016).

---

<sup>89</sup> Como destaca Meira (2016, p. 28), o “Cultura para Todos”, diretamente relacionado aos anseios por uma maior participação cidadã no processo de formulação das políticas do MinC e do aprofundamento de uma gestão pública, “mobilizou, em todas as regiões do Brasil, cerca de 5 mil pessoas da área cultural, que discutiram reformulações no sistema de financiamento à cultura”.

Mas as mudanças buscadas pela gestão petista, inclusive obtendo melhores resultados, foram além dos mecanismos institucionais administrativos e de financiamento. Como argumentamos anteriormente, no escopo de projeto do governo para o setor e das relações com agentes societários, foi criada uma série de mecanismos que visavam à ampliação da participação social no debate e em momentos de decisão sobre as políticas culturais e à descentralização regional e setorial da política cultural, acompanhada do alargamento do conceito de cultura e do aumento do orçamento<sup>90</sup>. Os novos mecanismos permitiram que as ações do Estado abarcassem uma maior pluralidade de modalidades de cultura, como as populares, as afro-brasileiras, as de orientação sexual, as digitais, as tradicionais, tais como indígenas e cigana, dentre outras (Cf. RUBIM, 2007; 2010a; 2010b; 2015).

Nesse âmbito, houve uma grande inovação dos mecanismos estratégico-seletivos. Como destaca Barbalho (2007, p. 52), ao contrário de momentos anteriores, a diversidade cultural, tão exaltada no país desde a década de 1930 – com Mário de Andrade e os modernistas, por exemplo –, não foi tomada por meio de uma síntese cultural, “como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares”, bem como não foi reduzida “à diversidade de ofertas em mercado cultural globalizado”, como ocorreu nos oito anos da gestão de FHC. A preocupação da gestão petista com as culturas brasileiras, com as identidades nacionais e culturais por meio de políticas e programas governamentais, era “revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, etc” (BARBALHO, 2007, p. 52).

Isso representou uma mudança radical na política cultural para a diversidade, com incidência direta sobre as experiências societárias no setor cultural, uma vez que potencializou os agrupamentos socioculturais já existentes e forneceu recursos materiais e simbólicos para a emergência de novos grupos sócio-cultural-identitários. De forma mais ampla, significou os primeiros passos no sentido do distanciamento de uma política pública cultural limitada à Democratização da Cultura (LOPES, 2007; BOTELHO, 2007; MARQUES, 2015; 2019), compreendida como uma política limitada a um conjunto de ações centralizadas, pautadas em concepções restritas do conceito de cultura e dos públicos da cultura, e que, uma vez orientada centralmente para os esforços de democratização do acesso aos espaços e aos *modi* culturais hegemônicos ou economicamente dominantes, tem como foco “tomar a cultura erudita como

---

<sup>90</sup> No período da gestão Gil-Juca (2003-2010), o setor cultural passou de 0,14% para quase 1% do orçamento nacional (Cf. RUBIM, 2015, p. 14).

o paradigma que ilumina a reiterada preocupação em avaliar as desigualdades de acesso à Cultura” (BOTELHO, 2007, p. 172). A ruptura com este paradigma se fez necessária uma vez que resulta em políticas públicas culturais de cariz conservador, elitista, hierarquizado do ponto de vista dos gostos culturais e paternalista no modo de trabalhar seus públicos, definindo que a “cultura socialmente legitimada é aquela que deve ser difundida (...) e que basta haver o encontro (mágico) entre a obra (erudita) e o público (indiferenciado) para que este seja por ela conquistado” (BOTELHO 2007, p. 172).

Contra esse paradigma, as políticas culturais no governo Lula se aproximaram do que temos compreendido como Democracia Cultural (LOPES, 2007; BOTELHO, 2007; MARQUES, 2015; 2019). Diferentemente da Democratização da Cultura, a Democracia Cultural (re)orienta a ação do Estado: sua instância passa a ser, no que se refere à difusão da produção cultural, reguladora e mediadora, responsável pela garantia do direito de acesso à cultura – considerando-se a diversidade cultural – , e não da produção cultural em si. Além disso, a Democracia Cultural busca um novo olhar sobre os públicos e suas vivências culturais, sobre as instituições de cultura e suas relações com os públicos e agentes societários da cultura e sobre a vazão da pluralidade artístico-cultural, colaborando na construção de um conceito mais amplo de cultura contra processos e concepções hierarquizantes, essencialistas, paternalistas e marginalizantes<sup>91</sup>.

É nesse sentido que compreendemos o argumento de Rubim (2015) sobre o enfrentamento das políticas culturais, no governo Lula, a outra tradição que marcou a política cultural no Brasil: o autoritarismo paternalista<sup>92</sup>. Seus reflexos, contra essa tradição, foram perceptíveis em diferentes ações, como (I) nas políticas da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural junto a segmentos até então poucos assistidos, como as culturas populares, indígenas e ciganas, (II) nas ações da Secretaria do Audiovisual em pequenas cidades brasileiras por meio do Revelando Brasil e da construção de uma televisão pública nacional, (III) na formulação do Programa Cultura Viva, que incorporou comunidades cujas

---

<sup>91</sup> A partir de Lopes (2007), desenvolvemos a discussão teórica entre Democratização e Democracia Cultural de forma mais detida em trabalhos anteriores (Cf. MARQUES, 2015; 2016; 2019).

<sup>92</sup> Rubim (2007; 2010a; 2015) identifica e problematiza três “tristes tradições” nas políticas públicas culturais no Brasil, quais sejam: ausências, autoritarismos e instabilidades. Em síntese, o “termo ‘ausências’ expressa a falta de políticas culturais e, mais recentemente, a atitude do Estado em abdicar de desenvolver políticas em prol de uma regulação da cultura pelo mercado. A noção de autoritarismo associa políticas culturais aos governos ditatoriais e também aos laços autoritários presentes na sociedade, inclusive em momentos democráticos. Ela implica no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão do acesso a determinadas modalidades culturais. A terceira tradição, vinculada às anteriores, anota instabilidades derivadas de fatores como: descontinuidades, fragilidades institucionais, repressão etc.” (RUBIM, 2015, p. 12). Para uma leitura sobre os avanços e dificuldades da ação do governo Lula sobre essas tradições, conferir Rubim (2010a).

produções artístico-culturais encontravam-se culturalmente marginalizadas e completamente desassistidas pelas políticas de cultura, (IV) e nas novas modalidades de editais, como aqueles destinados às culturas digitais.

Isso, contudo, não significa que não houve limites. No âmbito da diversidade, o limite pode ser apontado para o fato de que o governo não conseguiu romper “com a busca de uma harmonia entre os brasis” e sua diversidade cultural e identitária supostamente harmônica (BARABALHO, 2007, p. 56). A forma como foi pensada a diversidade, tomando como pressupostos a convivência harmoniosa e a fraternidade entre os povos, não dava conta da dimensão conflitiva que perpassa a relação entre identidades e a diversidade cultural no Brasil.

Em uma sociedade estratificada, multicultural e desigual, também do ponto de vista do acesso, dos meios e mecanismos de fruição artístico-cultural, o desafio, como destaca Barbalho (2007, p. 57), também gira em torno de “como uma política pública de cultura, além de trabalhar com as identidades e a diversidade, pode incorporar as diferenças. Como lidar com as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente”. Também poderíamos indagar sobre como garantir as condições de expressão e difusão para uma pluralidade na diferença, sejam condições organizacionais, sejam relativas às expressões e linguagens regionais. Estas são questões cujas respostas não são fáceis e, certamente, seria necessário uma maior continuidade institucional nas políticas culturais para que pudessemos entrever as possibilidades, o que não ocorreu após as primeiras experiências do governo Lula, tampouco nos governos posteriores ao *impeachment* de Dilma Rousseff, ruptura que levou a um novo rebaixamento político da cultura com a extinção do MinC, no ano de 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro.

Por fim, vale também destacar outro importante desafio superado durante o governo Lula, mas que voltou a estar presente a partir do governo Dilma: a tradição de instabilidade<sup>93</sup>. Todas essas mudanças anteriormente discutidas, os resultados positivos alcançados com o fortalecimento institucional do MinC, o projeto de promoção de novas interações com agentes societários e a estabilidade política e econômica verificada no período, ajudaram sobremaneira a garantir maior solidez na gestão cultural do país duante os dois mandatos de Lula. Além disso, como destaca Rubim (2015), a persistência de um mesmo projeto político-cultural, levado a cabo por Gilberto Gil e Juca Ferreira na gestão do MinC durante os oito

---

<sup>93</sup> Nos seis anos de governo Dilma, o MinC teve três ministros. Poucos anos após seu impedimento, novamente o MinC se tornou uma Secretaria.



anos do Presidente Lula, representou um compromisso do governo em garantir a continuidade das políticas que estavam sendo planejadas e implementadas.

Essas reformulações e avanços devem ser compreendidos no interior de um projeto ainda mais estrutural: não foram obras de ações pontuais e desarticuladas, como ocorreram em momentos anteriores. Como destaca Calabre (2009), esses e outros avanços, como os encontros de preparo e a realização das três edições da Conferência Nacional de Cultura (2005, 2010 e 2013<sup>94</sup>), faziam parte de um processo mais amplo de estruturação e institucionalização federativa do campo da cultura: a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>95</sup>.

As primeiras ações nesse sentido aconteceram no início de 2004, quando o MinC publicou a Portaria 53, dando forma ao Grupo de Trabalho (GT) para iniciar as discussões para a consolidação do SNC (MEIRA, 2016). Contando com a participação de representantes de todas as Secretarias recém-criadas pelo Ministério, o GT destacou três pontos estruturantes para levar adiante a proposta de consolidação do SNC, quais sejam:

Em primeiro lugar, a definição conceitual do SNC como um “sistema de articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, pactuado entre os entes federados e a sociedade civil, com participação e controle social”. Em segundo, a definição do objetivo geral do SNC, com base nos princípios constitucionais: “implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, pactuada entre os entes da federação e sociedade civil, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional de Cultura, promovendo o desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”. Como componentes constituintes do SNC, acordou-se que seriam o Ministério da Cultura com suas entidades vinculadas (o chamado *sistema MinC*); os sistemas setoriais (de museus, bibliotecas, arquivos etc); os sistemas de cultura estaduais, municipais e do Distrito Federal e os representantes da sociedade civil vinculados à cultura, incluído o setor empresarial privado (MEIRA, 2016, p. 29, destaques do autor).

Os passos seguintes do MinC, destaca Meira (2016, p. 30), consistiram nos (I) ajustes com estados e municípios, (II) na realização da Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em setembro de 2004, e (III) na assinatura dos “protocolos de intenções”, que, entre outras

---

<sup>94</sup> As Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010 e 2013), precedidas por conferências municipais e intermunicipais, constituíram espaços de consulta pública para o processo de formulação e avaliação das políticas culturais envolvendo a União, estados e municípios, como parte das discussões e produções de diretrizes nacionais em torno da elaboração do Plano Nacional de Cultural. Vale destacar que essa proposta não se limitou ao setor cultural. Como destacam Soto *et al* (2010), tratava-se de uma perspectiva política mais ampla, voltada para a ampliação da participação social no governo. Como reflexo disso, entre 2003 e 2006, por exemplo, foram realizadas 40 conferências, mobilizando cerca de dois milhões de cidadãos. Para uma leitura sobre a convocação, mobilização municipal, funcionamento e mecanismos da CNC, conferir Soto *et al.* (2010) e Aragão (2013). Para uma análise da produção oficial, conferir Ministério da Cultura (2007; s/d; 2013).

<sup>95</sup> A aprovação do SNC pelo Congresso Nacional ocorreu apenas em 2012.

questões, previa a criação de conselhos de cultura, fundos específicos de cultura e órgãos gestores específicos de cultura – abordaremos a importância desses mecanismos ainda neste capítulo. Consensuado com os entes federativos, a versão final do “Protocolo de Intenções” do SNC foi apresentada em janeiro de 2005, e, em agosto do mesmo ano, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional nº 48, que acrescentou o parágrafo 3º ao artigo 125 da Constituição, instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC)<sup>96</sup>.

Esse processo, bem como seus significados do ponto de vista de uma gestão federativa – envolvendo, portanto, estados e municípios – e de uma gestão participativa – uma vez que previa a expansão (pautada na Democracia Cultural) das experiências dos conselhos de cultura –, foi de grande relevância no processo de consolidação da institucionalização da política cultural nos primeiros quinze anos do século XXI. Antes de detalharmos esses pontos, o que nos dará novos elementos para sustentar o deslocamento estrutural promovido pela nova configuração do poder político no Estado, faz-se necessário destacar algumas das principais críticas sobre os limites que se fariam presentes no governo Dilma, ainda que alguns avanços tenham sido verificados em sua gestão<sup>97</sup>.

#### **4.2.1 Governo Dilma: uma breve consideração<sup>98</sup>**

Embora a aprovação do PNC, em 2010, tenha sido um novo marco para a política cultural, pois, ao menos em tese, conferia previsibilidade e continuidade por dez anos às ações do Estado, a demora do governo, deixando a deliberação para o último ano do segundo mandato de Lula e, portanto, praticamente em meio ao processo eleitoral, dificultou uma maior sinergia entre os processos de construção do PNC e do SNC no interior do próprio MinC, bem como colocou em questão a continuidade das próprias ações previstas pelo SNC – PNC e SNC ocupavam espaços institucionais distintos no Ministério e houve disputas internas, impactando o andamento do processo de implementação de ambos, iniciado no

---

<sup>96</sup> Para um estudo centrado no Plano Nacional de Cultura, conferir Varella (2014) – especialmente o terceiro capítulo (pp. 95-169).

<sup>97</sup> Entre os avanços, ainda que tímidos e carentes de maior debate, destacam-se o Vale Cultura, criado em 2012 por meio da Lei nº 12.761, a rearticulação entre educação e cultura e a cooperação entre os Ministérios, como o Programa Mais Cultura nas Escolas e Mais Cultura nas Universidades, as ações do governo do setor da economia criativa e os esforços de finalização de ações estruturantes que já vinham do governo anterior, como o Sistema Nacional de Cultura (Cf. RUBIM, 2015; LOPES, 2015; CALABRE, 2015).

<sup>98</sup> Não é nosso objetivo realizar uma análise detida sobre as políticas públicas no governo Dilma, buscaremos apenas destacar alguns pontos que nos são relevantes para análise. Para uma leitura específica sobre as ações do governo Dilma na cultura, conferir Rubim, Barbalho e Calabre (2015).

governo Dilma (Cf. RUBIM, 2015). Além disso, durante o primeiro mandato de Dilma, contando com Ana de Hollanda na chefia da Cultura, o Ministério se viu diante dos desafios de (I) dar continuidade às abrangentes ações já em curso, (II) manter a estabilidade do ponto de vista da manutenção dos Ministros, (III) implementar novos programas e (IV) corrigir erros históricos, como uma necessária revisão da política de financiamento cultural condizente com as ações e políticas iniciadas no governo Lula, o que não foi efetivamente feito em nenhuma das duas gestões petistas (Cf. RUBIM, 2015; CALABRE, 2015).

Entre outros problemas e lacunas<sup>99</sup>, destaca-se o fraco desempenho do governo em sedimentar o PNC e conferir sinergia entre este programa e o SNC e entre o Governo Federal e os entes federativos. Como destaca Rubim (2015), embora a aprovação do SNC no Congresso Nacional, em 2012, indicasse a possibilidade de consolidação do plano, a regulamentação da lei não seguiu, no governo Dilma, o ritmo necessário entre o MinC e a Casa Civil. Houve considerável adesão ao Plano por parte dos entes federados, o que era vital para seu sucesso como uma política federativa, mas outros dois problemas persistentes na política cultural nacional dificultaram a realização adequada dos dispositivos previstos: o mecanismo de financiameto da política e o poder de decisão da esfera econômica.

Além da definição das responsabilidades e maior interação entre o governo federal e os entes federativos – sinergia interna, recursos humanos suficientes –, o SNC dependia de recursos financeiros. O problema, de ordem estrutural, é que a fonte da maior parte dos recursos era originária das leis de incentivo, o que prejudicou a consolidação do SNC. Como destaca Rubim (2015, p. 21-22):

Hoje as leis de incentivo representam cerca de 80% do financiamento do Estado Nacional para a cultura no Brasil e o FNC perfaz apenas aproximadamente 20% do financiamento. Esta composição da política de financiamento, que sintomaticamente permaneceu sem mudanças nos últimos 12 anos, coloca em perigo as políticas para a diversidade cultural, implantadas desde 2003, e inviabiliza o desenvolvimento do SNC, que não pode prescindir de recursos públicos federais, dentre outros, para a sua construção. Ampliar o financiamento à cultura via FNC é imprescindível para a superação destes dois e de muitos outros entraves para consolidar o SNC e as políticas nacionais de diversidade cultural.

O agravante, como discutido anteriormente, é que essas leis, como destaca Rubim (2015, p. 21), “deprimem a democracia ao introduzir uma potente distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso de verbas públicas”, pois, na prática, as decisões são

---

<sup>99</sup> Os problemas não foram poucos: desprestígio do MinC, com reduzido orçamento, dificuldade de articular as políticas culturais de áreas afins, retrocessos em iniciativas no campo da comunicação e falta de uma política para as artes (Cf. RUBIM, 2015).

das empresas e seus departamentos de *marketing*, “voltadas para atender, de modo concentrado e prioritário, os interesses do mercado e das modalidades de cultural associadas a ele”. Certamente, este foi o grande paradoxo: por um lado, mudanças estratégico-seletivas do Estado, promovendo uma ruptura com uma tradição política de Democratização da Cultura e, com isso, conferindo maiores facilidades a diferentes segmentos societários e ampliando o conceito de cultura nas políticas culturais; por outro, as persistentes limitações estruturais do ponto de vista econômico, uma política de financiamento carente de ajustes e poder de decisão do mercado na política cultural – estes elementos, como veremos no capítulo seguinte, também se fizeram presentes nas políticas públicas culturais do Espírito Santo.

Outro problema, como indicado anteriormente, era de ordem político-ministerial. Como destaca Calabre (2015, p. 37), durante o governo Dilma foi observada “uma perda simbólica e efetiva do poder da cultura e de sua centralidade política”. Além disso, as escolhas das ministras Ana de Hollanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014) não foram bem recebidas pelos agentes institucionais e societários, debilitando as interações socioestatais em construção desde 2003.

Entre 2011 e final de 2012, período que compreende a gestão de Ana de Hollanda, alguns dos principais problemas giraram em torno de suas ações nos rumos da política dos direitos autorais e da cultura digital, que já estavam em adiantado nível de discussão no governo Lula, não dando continuidade ao processo entre governo e sociedade civil, em especial com artistas e produtores (Cf. CALABRE, 2015). De uma forma mais geral, também cumpre destacar a falta de uma direção política clara do MinC em sua gestão, o que pode ser explicado pela depressão do patamar político do Ministério que se verificou ao longo do governo, e um distanciamento das ações implementadas por Gil e Juca no que diz respeito a uma concepção alargada do conceito de cultura e à valorização e fomento da participação social na gestão em proveito de uma “política que buscava privilegiar o mercado e as linguagens artísticas” (CALABRE, 2015, p. 38). Essa mudança interna na gestão nos ajuda a compreender, por exemplo, o destaque dado pelo MinC às ações voltadas para o desenvolvimento da Economia Criativa, as quais já vinham sendo desenvolvidas durante as gestões anteriores, sobretudo a partir da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incidiu sobre o Programa Cultural para o Desenvolvimento do

Brasil, documento programático para a área cultural no segundo mandato de Lula (LOPES, 2015)<sup>100</sup>.

Em suma, apesar do baixo envolvimento da ministra Ana de Hollanda, talvez com exceção das atividades voltadas ao âmbito da Economia Criativa e do Plano Brasil Criativo (Cf. LOPES, 2015<sup>101</sup>), as ações estruturantes, já em desenvolvimento no governo Lula, como o Sistema Nacional de Cultura, continuaram a ser implementadas em decorrência da agência de atores estratégicos e ativistas institucionais alocados nas estruturas do MinC, que atuavam “apesar da ministra” e de suas tentativas de mudanças de lógicas operacionais do Ministério:

Esse trabalho se deve em sua quase totalidade ao esforço dos gestores de cada uma das pastas – como foi o caso de Roberto Peixe na Secretaria de Articulação Institucional (SAI). O que se verificou foi um processo de continuidade de algumas ações em curso a partir de uma relativa autonomia das secretarias do MinC baseada na ausência de um claro projeto político e estratégico da nova gestão. No caso do diálogo com a sociedade civil, este foi conduzido de maneira muito particular por cada uma das áreas do MinC (CALABRE, 2015, p. 39).

Em setembro de 2012, a senadora Marta Suplicy, antigo quadro político do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o lugar de Ana de Hollada. Como destaca Calabre (2015), apesar da possibilidade de um resgate do *status* político do MinC, considerando a trajetória e o papel político de Suplicy, verificou-se que a ministra não conhecia suficientemente nem as dinâmicas próprias do setor cultural, nem os projetos já em desenvolvimento. Além disso, ao mesmo tempo que sua gestão paulatinamente substituiu importantes quadros políticos do Ministério, as políticas desenvolvidas passaram a adquirir um caráter menos estruturante, visando a resultados mais perceptíveis e de curto prazo<sup>102</sup>. Com relação às ligações estratégicas com a sociedade civil, naquele momento verificou-se “um forte pragmatismo político na forma de lidar com as demandas da sociedade civil e dos grupos sociais que vinham estabelecendo relações com o MinC” (CALABRE, 2015, p. 40), o que nos ajuda a compreender as manifestações de diferentes agentes e coletivos contra as ações do governo, inclusive nas manifestações de 2013.

---

<sup>100</sup> Como destaca Lopes (2015, p. 178), este programa afirmava “não somente o caráter ‘estratégico’ da cultura, desempenhando nossa diversidade cultural e vantagens comparativas no comércio internacional, como reforçava a necessidade de se tomar a cultura como vetor, privilegiado, de desenvolvimento econômico”.

<sup>101</sup> O Plano Brasil Criativo resultou de articulações intragovernamentais, envolvendo, entre outros órgãos e instituições, o IPEA, CNPq, Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura, SENAI, SEBRAE, e tinha por objetivo ampliar o “papel” da cultura no desenvolvimento econômico do país. Até a saída de Ana de Hollanda, a discussão em torno da economia criativa foi uma das principais ações do governo para o setor cultural. Para uma leitura mais detida sobre essa discussão, conferir Lopes (2015) e Marchi (2013).

<sup>102</sup> Para uma leitura mais detida desse processo, conferir Calabre (2015), Rubim (2015) e Barbalho (2015).

Mas também houve alguns aspectos positivos. Como destaca Calabre (2015), ao contrário de Ana de Hollanda, Marta Suplicy contava com uma longa trajetória político-institucional, tendo sido Prefeita da cidade de São Paulo, Deputada Federal, Ministra do Turismo (no governo Lula) e Senadora. Sua entrada institucional, já como Senadora, e seu trato político pelos meandros da política partidária, resultaram em maior capacidade de articulação política, o que permitiu, logo no início de sua gestão junto ao MinC, a tão aguardada aprovação do Sistema Nacional de Cultura e a elaboração do Vale-Cultura e da Lei Cultura Viva. Além disso:

Algumas demandas sociais, como as ligadas aos grupos afrodescendentes ou as do custo diferenciado das produções na região amazônica, receberam alguma atenção com o lançamento de editais específicos para elas. Também tem seguimento os cursos de capacitação de gestores para projetos culturais (iniciado em 2009), que ganham uma versão que extrapola a elaboração e gestão de projetos, passando pelos empreendimentos criativos na busca da construção de ações de sustentação de longo prazo. Foram ainda retomadas algumas ações, como a da realização de editais de promoção de intercâmbio internacional e nacional. Um dos pontos altos da gestão foi o da reaproximação entre cultura e educação, que vinha sendo construída desde o início da gestão Gil, mas que tinha avançado muito pouco. A oportunidade de implantação de projetos de implementação imediata pelo MEC, como o Mais Educação, propiciou, por exemplo, a parceria na criação do Mais Cultura nas Escolas (CALABRE, 2015, p. 41).

Em suma, é neste contexto de (I) persistência da “triste tradição” da descontinuidade em ações estruturantes (RUBIM, 2007; 2010a; 2015), (II) de depressão do patamar político do MinC, (III) e de instabilidade do ponto de vista das trocas de ministros (de 2011 a 2016 – três, ao todo) que estamos a considerar a diminuição do ritmo de crescimento de ações que julgamos importantes no processo de consolidação da institucionalização de uma política cultural nacional federativa, voltada para a construção de experiências participativas e para uma gestão cultural exclusiva e sustentável. Como veremos na sequência, apesar de um significativo aumento de experiências de participação, especialmente os conselhos, e de outras importantes instituições e estruturas de cultura, como fundos de cultura e secretarias municipais de cultura exclusivas, todas relacionadas aos protocolos de intenções do SNC, a partir de 2012 houve uma diminuição do ritmo de crescimento.

### 4.3 DESLOCAMENTOS: CONSELHOS, FUNDOS, ÓRGÃOS GESTORES ESPECÍFICOS E OS SIGNIFICADOS DO CULTURA VIVA

No mesmo ano da apresentação da versão final do Protocolo de Intenções em torno do SNC, quando comparado ao ano de 2001, houve um considerável aumento, em todas as regiões do país, do número de conselhos e fundos de cultura entre os 1.645 municípios que aderiram ao Sistema. Com relação aos conselhos, destaque-se o aumento de 4,2 vezes no Nordeste e 3,3 no Sul. Já no que tange aos fundos, o aumento foi ainda maior, chegando a pouco mais de 16 vezes no Nordeste e Sul e 10 vezes no Sudeste (IPEA, 2007a, p. 175)<sup>103</sup>:

**Tabela 1 – O antes e o depois do processo de criação do SNC**

Regiões	Nº de municípios	Com conselho 2001	%	Com fundo em 2001	%	Municípios que aderiram ao SNC até 2005	%	Variação de munic. com conselhos	Variação de munic. com fundo especial
Brasil	5.560	734	13,2	140	2,5	1645	29,6	2,2	11,8
Norte	449	35	7,8	10	2,2	33	7,3	0,9	3,3
Nordeste	1.792	101	5,6	26	1,5	424	23,7	4,2	16,3
Sudeste	1.668	332	19,9	55	3,3	550	33,0	1,7	10,0
Sul	1.188	159	13,4	32	2,7	526	44,3	3,3	16,4
Centro-Oeste	463	107	23,1	17	3,7	112	24,2	1,0	6,6

Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais e MinC.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

Considerando a importância da criação de conselhos, fundos e órgãos gestores específicos para o processo de institucionalização da política cultural, o que envolve o desenvolvimento de programas regulares e o fomento à participação societária, vale chamar a atenção, ainda que de forma breve, para a sequência positiva deste processo.

No período entre os anos de 2006 e 2018, a porcentagem de municípios brasileiros com conselho municipal de cultura aumentou em todas as regiões<sup>104</sup>. Como verificamos na Tabela 2, a seguir, nesse período ocorreu um aumento de pouco mais de 148% no número de municípios com conselhos de cultura, saindo de 948 para 2.352, o que representou, em 2018, 42,23% do total de municípios brasileiros.

<sup>103</sup> Trata-se da “Pesquisa Cultura no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise” realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de dados gerados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC).

<sup>104</sup> De 2005 para 2006 houve uma queda, passando de 21% para 17% (Cf. PERFIL... 2010). Desde então, os números têm crescido, apesar de uma forte diminuição do ritmo de crescimento, sobretudo a partir de 2014.

**Tabela 2 - Municípios, total e porcentagem com Conselho Municipal de Cultura por regiões - 2006 a 2018**

Regiões	2006			2009			2012			2014			2018	
	Nº de municípios	Com Conselho*	%	Nº de municípios**	Com Conselho	%	Com Conselho	%	Nº de municípios*	Com Conselho	%	Com Conselho	%	
Brasil	5 564	948	17,03	5 565	1 372	24,65	1 798	32,30	5 570	2 151	38,62	2 352	42,23	
Norte	449	28	6,23	449	37	8,24	59	13,14	450	76	16,88	83	18,44	
Nordeste	1 793	123	6,86	1 794	193	10,75	392	21,85	1 794	574	32,00	657	36,62	
Sudeste	1 668	454	27,21	1 668	742	44,48	797	47,78	1 668	850	50,96	884	53,00	
Sul	1 188	179	15,06	1 188	215	18,10	327	27,52	1 191	417	35,00	512	43,00	
Centro-Oeste	466	164	35,19	466	185	39,70	223	47,85	467	234	50,10	216	46,25	

Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC - 2006, 2009, 2012, 2014 e 2018.

\* A Munic utiliza 4 tipos de categorização do "Caráter do Conselho": 1. Consultivo; 2. Deliberativo; 3. Normativo; 4. Fiscalizador. Também destaca "Algumas características do Conselho", se "Paritário" e se "Realizou reunião nos últimos 12 meses".

\*\* Só foi utilizada a coluna "Nº de municípios" quando houve aumento do número em relação ao levantamento anterior.

Elaboração Própria.

Esse grande aumento, no entanto, oculta uma redução do ritmo de crescimento verificado a partir de 2012 e que, já naquele momento, reascendia a preocupação com a continuidade e a estabilidade de uma política cultural que buscava ampliar a participação social. Como podemos observar na tabela acima, entre 2006 e 2009, o aumento foi de 44,72%, passando de 948 conselhos para 1.372. No levantamento seguinte, realizado em 2012, o aumento em relação a 2009 foi de 31,05%, saindo de 1.372 para 1.798 conselhos. Embora em ascensão, a partir desse momento, o ritmo de crescimento diminuiu sensivelmente. De 2012 para 2014, o crescimento foi de 19,63%, o que representou um salto de 1.798 para 2.151 conselhos. Já de 2014 para 2018, o aumento foi de apenas 9,34%.

Considerando a importância dos conselhos como uma instituição que atua na interface entre o Estado e a sociedade civil, podendo possibilitar maior efetividade da participação social nos processos de tomada de decisão respeitante ao planejamento, implementação e avaliação das ações e políticas públicas, o atual percentual de conselhos municipais de cultura (ano de 2018) pode ser considerado baixo, não passado de 43%<sup>105</sup>.

Cumprir destacar que os conselhos, no setor da cultura, não são uma criação dos anos 2000, pois trata-se de uma experiência datada da década de 1930, mais precisamente de 1938, com a criação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 526 – mas sua efetivação só ocorreu em 1961, com Jânio Quadros, tendo funcionado até 1966,

<sup>105</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre os conselhos municipais de cultura no Brasil, sua atuação, regularidade de reuniões, atribuições e composição, conferir Rubim, Brizuela e Leahy (2010), Rubim (2010b) e Calabre (2009; 2010). Também é possível levantar essas e outras informações a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2006, 2009, 2012, 2014 e 2018 (MUNIC/IBGE).



quando os militares instituíram o Conselho Federal de Cultura (CFC) (CALABRE, 2010)<sup>106</sup>. A novidade, como destacam Rubim, Brizuela e Leahy (2010, p. 115), é que antes da Constituição Federal de 1988, e mesmo logo após a promulgação dessa, “os conselhos de cultura não eram pensados numa lógica de abertura para que a sociedade tivesse uma interferência efetiva na formulação de políticas públicas”, posto que, em sua maioria, esses espaços institucionais eram compostos por especialistas e notáveis do campo, bem como comumente entendidos pelo poder público como instâncias de assessoramento<sup>107</sup>. Somente a partir de 2003 que as experiências dos conselhos começaram a correr de forma sistemática e a partir de uma lógica participacionista (Cf. CALABRE, 2010; RUBIM; BRIZUELA; LEAHY, 2010). Isso porque, embora a virada dos anos 1980 para os 1990 tenha sido um importante momento para a institucionalização da participação política – via mecanismos institucionais decorrentes da Constituição Federal de 1988, que, na prática, tornava obrigatória a criação de conselhos gestores de políticas públicas –, o setor cultural sofreu duras perdas, como a extinção do MinC, em 1990. Mesmo com a recriação do Ministério e a criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em 1992, o setor não encontrou as mesmas condições estruturais verificadas, por exemplo, nos setores de assistência social, saúde e educação. Ademais, em 1996, durante a gestão de FHC, o CNPC viveu uma significativamente redução, passando de 24 componentes para apenas 9, sendo que seus membros eram das próprias secretarias e instituições vinculadas ao MinC.

Com relação à criação dos fundos de cultura<sup>108</sup>, os dados das Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE) demonstram um expressivo crescimento, em todas as regiões do país, a partir do ano de 2005. Como podemos verificar na Tabela 3, a seguir, no período de 2006 a 2018, o Brasil passou de 285 municípios com fundo de cultura

---

<sup>106</sup> O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado em 24 de novembro de 1966 por meio do Decreto-Lei nº 74. Sua composição contava com 24 membros diretamente designados pelo Presidente. Naquele momento, tendo como foco central a institucionalização da área cultural, o Conselho buscava a criação de Conselhos Estaduais, o que, como destaca Calabre (2010), efetivamente ocorreu ao longo das décadas de 1960 e 1970. Conferir também Calabre (2009) e Rubim, Brizuela e Leahy (2010).

<sup>107</sup> O mesmo argumento sobre a composição e atribuição dos conselhos entre as décadas de 1960 e 1980 é encontrado em Rubim (2010b) e Calabre (2010).

<sup>108</sup> Sobre os Fundos, vale salientar que apresentam diferentes estruturas. Aqui, buscamos destacar apenas a relevância quantitativa. A Munic de 2006, por exemplo, informa que, entre os principais objetivos a serem cumpridos pelos Fundos Municipais de Cultura, 4,7% do total dos municípios declarou ser o fomento à produção de cultura local; 3,7%, a utilização para garantir o acesso da população às atividades culturais; 3,6% é investido no incentivo de projetos culturais inovadores; 3,3% têm por objetivo impulsionar projetos coletivos que envolvam várias áreas artísticas; e 3,0% visam a manutenção do patrimônio cultural. Na mesma pesquisa, como nas demais, é possível verificar o tipo de recursos dos Fundos, tais como dotação orçamentária própria, resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos, dentre outros.

(5,12%) para 1.796 (32,24%), um crescimento de mais de 600%. Ao analisarmos a evolução entre períodos, constatamos que entre 2006 e 2014 o crescimento do número de municípios com fundo de cultura foi de cerca de 290%, passando de 285 para 1.111. Já entre 2014 e 2018, o aumento atingiu pouco mais de 62%, registrando um aumento de 1.111 para 1.796 fundos.

**Tabela 3 - Municípios, total e porcentagem com Fundo Municipal de Cultura por regiões - 2006, 2014 e 2018\***

Regiões	2006			2014			2018	
	Nº de municípios	Total com Fundo**	%	Nº de municípios***	Total com Fundo	%	Total com Fundo	%
<b>Brasil</b>	5 564	285	5,12	5 570	1 111	19,95	1 796	32,24
<b>Norte</b>	449	11	2,45	450	37	8,22	65	14,44
<b>Nordeste</b>	1 793	49	2,73	1 794	270	15,05	478	26,64
<b>Sudeste</b>	1 668	128	7,67	1 668	516	30,93	823	49,34
<b>Sul</b>	1 188	52	4,38	1 191	200	16,79	297	24,94
<b>Centro-Oeste</b>	466	45	9,65	467	88	18,84	133	24,48

Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC - 2006, 2014 e 2018.

\* A existência de fundos não foi investigada pela Munic nos anos de 2009. Em 2012 não houve detalhamento sobre os municípios, focando apenas os estados.

\*\* A Munic utiliza 6 tipos de categorização da administração dos fundos: 1. Fundo exclusivo da cultura; 2. Colegiado com participação da sociedade civil; 3. Colegiado sem a participação da sociedade civil; 4. Secretário ou técnico de outra área; 5. Secretário ou técnico da área; 6. Outros.

Elaboração Própria.

Embora ainda limitado a pouco mais de 30% dos municípios brasileiros, esse dado é importante, uma vez que os fundos, geridos pela administração pública local, podem se configurar como potentes instrumentos públicos estrategicamente voltados à captação de recursos para o fomento às atividades, à produção, ao dinamismo e movimentação artístico-culturais e, de uma forma mais geral, à economia da cultura.

O aumento desta experiência institucional, sobretudo entre 2006 e 2014, pode ser correlacionado a dois fatores. Como destaca a MUNIC de 2006 (PERFIL... 2007), o primeiro fator se refere à estabilização econômica, o que permitiu maior equilíbrio e planejamento na aplicação de verbas orçamentárias. O segundo se refere ao que temos destacado: esse aumento foi um dos resultados das ações do Governo Federal, das relações desse com setores da sociedade civil e, principalmente, do processo de construção do Sistema Nacional de Cultura a partir de 2005.

Já com relação aos órgãos gestores específicos de cultura, destacaremos apenas as secretarias municipais exclusivas de cultura<sup>109</sup>. Para efeitos de nota metodológica, vale destacar que na MUNIC de 2018, os dados apresentados se referem às porcentagens dos municípios “com estrutura na área de cultura”; já em nosso estudo, estamos a considerar o número total de municípios, o que explica a pequena diferença entre as porcentagens<sup>110</sup>.

Quando buscamos extrair a porcentagem de municípios com Secretaria de Cultura exclusiva, considerando o total de municípios brasileiros (Tabela 4, a seguir), percebemos que em 2006 esse número representava apenas 4,24% (236) do total. De 2006 a 2014, houve uma escalada, passando para 9,36% (521), em 2009, 13,51% (752), em 2012, e 19,26% (1.073), em 2014. Essa sequência positiva foi interrompida em 2018, quando o total de municípios com Secretaria de Cultura exclusiva passou de 1.073, em 2014, para 811, representando uma queda de pouco mais de 24% em relação ao período anterior – se considerarmos o novo rebaixamento do *status* político do MinC, novamente transformado em Secretaria no ano de 2019, e a pouca atenção do Governo Federal ao setor cultural, essa redução das experiências de órgãos gestores específicos de cultura tende a se agravar nos próximos anos.

**Tabela 4 - Municípios, total e porcentagem com Secretaria de Cultura exclusiva por regiões - 2006, 2009, 2012, 2014 e 2018**

Regiões	2006			2009			2012		2014			2018	
	Total	Municípios		Total*	Municípios		Total	%	Total*	Municípios		Total	%
		Com Secretaria de Cultura exclusiva			Com Secretaria de Cultura exclusiva					Com Secretaria de Cultura exclusiva			
		Total	%		Total	%				Total	%		
Brasil	5 564	236	4,24	5 565	521	9,36	752	13,51	5 570	1 073	19,26	811	14,56
Norte	449	21	4,68	449	62	13,81	57	12,69	450	98	21,78	70	15,56
Nordeste	1 793	67	3,73	1 794	179	9,98	279	15,55	1 794	431	24,02	354	19,73
Sudeste	1 668	107	6,41	1 668	205	12,29	286	17,15	1 668	390	23,38	279	16,73
Sul	1 188	26	2,19	1 188	49	4,12	77	6,48	1 191	83	6,97	63	5,29
Centro-Oeste	466	15	3,22	466	26	5,58	53	11,37	467	71	15,2	45	9,64

Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC - 2006, 2009, 2012, 2014 e 2018.

\* Só foi utilizada a coluna "Municípios Total" quando houve aumento do número em relação ao levantamento anterior.

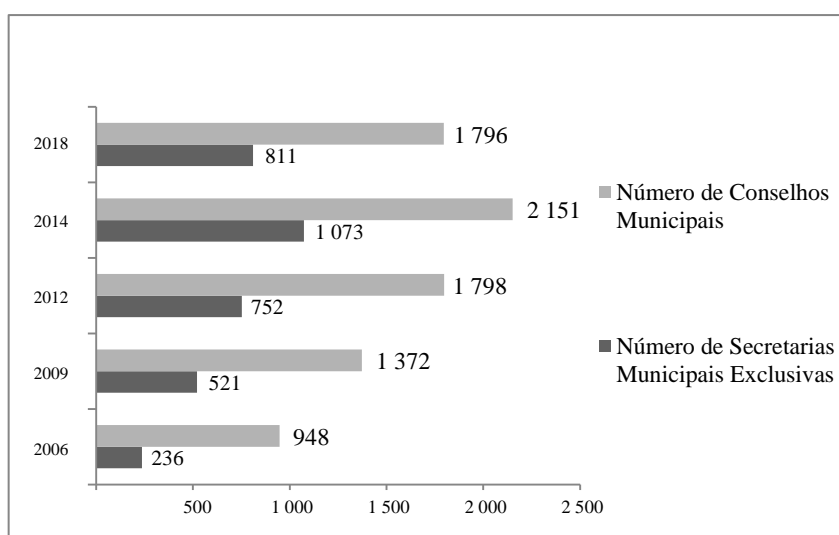
Elaboração Própria.

<sup>109</sup> Além do levantamento das Secretarias exclusivas, a MUNIC também mapeia a existência de outros tipos de instituições para configurar a estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, a saber: Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas; Setor subordinado a outra Secretaria; Setor subordinado à chefia do Executivo; Fundação Pública (usado até 2006)/Órgão de Administração Indireta (a partir de 2009).

<sup>110</sup> Por exemplo, no Perfil de 2018, ao analisar os dados de 2014, ao invés de considerar 5.570 municípios para verificar a porcentagem de municípios com Secretarias de Cultura exclusiva (1.073), o que representaria 19,26%, o IBGE mudou a metodologia em relação aos levantamentos anteriores e considerou 5.260 municípios “Com estrutura na área de cultura”, o que levou a apresentar uma porcentagem de 20,40%. O mesmo aconteceu com os dados referentes ao levantamento de 2018.

Outra forma interessante de apresentação dos dados pode ser feita a partir do cruzamento dos números dos municípios que possuem conselho e secretaria de cultura exclusiva. Como podemos perceber a partir do Gráfico 1, a seguir, em 2006, dos 948 municípios brasileiros que possuíam conselhos (17,03% total – ver Tabela 1), apenas 236 (24,89%) contavam com secretaria de cultura exclusiva (ver Tabela 4). Até 2014, esse percentual entrou em uma escalada. Nesse ano, dos 2.151 municípios que contavam com conselhos de cultura (38,62% do total dos municípios do país), 1.073 apresentavam secretarias exclusivas (ver Tabela 4). O gráfico a seguir informa o quantitativo, considerando as duas variáveis:

**Gráfico 1 – Número de Conselhos e de Secretarias Municipais de Cultura exclusivas – Brasil – 2006 a 2018**



Fonte: IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC  
Elaboração própria

Considerando a importância da existência de uma estrutura organizacional e administrativa própria para o desenvolvimento de um setor de políticas públicas, bem como para maior interação socioestatal, os números referentes à existência de Secretarias de Cultura exclusivas demonstram os limites que o campo cultural ainda apresenta na administração pública brasileira.

Por fim, destacaremos, a partir de um ponto de vista qualitativo, uma última e importante inovação do governo. Trata-se do Programa Cultura Viva, criado em julho de 2004 por meio da Portaria Ministerial nº 156.

Contando com cinco eixos estruturantes (Pontos de Cultura, Agentes Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griôs-Mestres dos Saber), o objetivo principal era “promover o

acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, dentro de uma prática de cooperação social” (CALABRE, 2009, p. 124), a partir do estímulo às produções, práticas e experiências artístico-culturais populares e tradicionais já existentes. Como destaca Turino (2009), um dos atores estratégicos diretamente envolvidos na criação da política, a partir desses objetivos o Programa Cultura Viva visava alcançar desde povos indígenas, quilomboas e associações de pescadores até comunidades populares das grandes periferias urbanas brasileiras. Vale também destacar que no escopo mais amplo do programa petista para o setor, durante os mandatos de Lula, o Cultura Viva ocupou um lugar de destaque, pois, como observa Rubim (2015, p. 13), representava o alargamento da “base social do Ministério, incorporando comunidades até então desassistidas e sem nenhuma relação cultural com o Estado Nacional Brasileiro”.

Compreendemos que a relevância deste programa encontra-se muito além de suas metas, das ações relacionadas aos seus eixos estruturantes e do público alcançado em termos quantitativos, bem como informações sobre equipamentos<sup>111</sup>. Sua relevância pode ser conferida quando nos atentamos para as facilidades para a criação de novas relações entre Estado e agentes societários e para os sentidos discursivos que passariam a conformar o conceito de cultura e a própria ação do Estado junto à sociedade, o que visava romper com toda uma tradição ancorada em concepções elitista, hierarquizada e paternalista de cultura. Isso porque, como temos discutido, o conceito de Estado também envolve uma dimensão semântica e a forma como determinados termos passam a ser sedimentados no discurso institucional.

O destaque que queremos conferir, portanto, são os elementos conceituais orientadores, os quais, de alguma forma, passaram a se fazer presentes nas ações do Estado no setor, bem como sua possível influência nas ações estaduais e municipais – no Estado do Espírito Santo, por exemplo, essa influência é clara ao analisamos os princípios do Programa Rede Cultura Jovem. A chave analítica é o argumento de que esse programa, criado a partir da estruturação de novas interações socioestatais que visavam revelar outros brasis não (re)conhecidos, potencializou e legitimou experiências menos formais de organização

---

<sup>111</sup> Para um estudo desta natureza, conferir os Cadernos de Políticas Culturais do IPEA (2007b, pp. 273-285), a avaliação do Cultura viva realizada em 2007, também realizada pelo IPEA (2010), o estudo de Turino (2009) e Medeiros, Alves e Farh (2015).

societária e de produção artístico-cultural, bem como permitiu ao Estado incorporar categorias e significados dessas experiências em seu discurso<sup>112</sup>.

Esse argumento ganha projeção quando observamos que, para Turino (2009, p. 85), o Programa Cultura Viva representava a construção de um conceito que visava garantir autonomia e protagonismo sociocultural por meio de novas formas de interações socioestatais, buscando potencializar a articulação em redes e a troca de saberes e fazeres, reconhecendo e legitimando o fazer cultural das comunidades, tendo por objetivo final o empoderamento social dessas. Como destaca:

Mais que a construção de prédios ou a simples transferências de recursos para organizações culturais, o objetivo é intensificar a interação entre os sujeitos e seu meio, dando sentido educativo à política pública e promovendo o desenvolvimento a partir da apropriação coletiva de conceitos e teoria. Um programa construtivista, ou fenomenológico, que tem por princípio o compartilhamento de ideias e valores. Compartilhamento que ocorre pela partilha do sensível, trazendo um forte componente de encantamento e magia, potência e afeto. No discurso de posse do ministro Gilberto Gil (janeiro de 2003) este desejo já se fazia presente: “...clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mais momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país (...). Será o espaço da experimentação dos rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e invenção”. O Cultura Viva deu forma e conteúdo a esse desejo (TURINO, 2009, p. 86-87, destaque do autor).

O que se buscava, na prática, e é isso que queremos destacar juntamente com os dados anteriormente apresentados, era construir novos mecanismos e padrões de interações entre Estado e setores, grupos e organizações da sociedade civil que, até então, se encontravam “desencaixados” da estrutura institucional. De forma ainda mais ampla, sob um ponto de vista teórico, significa a busca de um deslocamento do paradigma da Democratização da Cultura no sentido da promoção da Democracia Cultural (Cf. LOPES, 2007; MARQUES, 2015; 2016; 2019).

Estamos a argumentar, portanto, que a ação do Estado em torno dos Pontos de Cultura, e os sentidos discursivos que tanto orientavam a ação da política como emergiam *da* relação com os agentes societários, o configurou como um “incubador institucional” (HOUTZAGER, 2004<sup>113</sup>). Isso porque as ações do Programa foram suficientes para fornecer tanto os recursos materiais, tais como equipamentos, acompanhamento e oficinas para o desenvolvimento de

<sup>112</sup> A análise de Tatagiba e Teixeira (2021) também indica a ação do Estado, via Cultura Viva, no sentido de potencializar a geração de coletividades societárias, fornecendo recursos e legitimando experiências menos formais de organização societária.

<sup>113</sup> Ou como um “Programa Associativo”, nos termos de Tatagiba e Teixeira (2021). Conferir nota 40.

atividades pensadas e executadas pelos próprios agentes societários em seu território<sup>114</sup>, como recursos simbólicos que ajudaram a estruturar um “escopo ideológico” de reconhecimento e valorização dos saberes populares e tradicionais. Com isso, potencializava-se o sentimento de pertencimento dos sujeitos, a legitimidade institucional e política do ponto de vista de um conceito ampliado de cultura – o Estado reconhecendo e legitimando diferentes agrupamentos socioculturais –, bem como fomentava-se o trabalho colaborativo em rede e, ao conferir reconhecimento institucional de formas organizacionais que não necessariamente contavam com uma estrutura formal, legitimava-se e fomentava-se novas experiências organizacionais de caráter menos formal.

Constituindo-se no fazer-em-relação, portanto *com* os agentes societários, o Cultura Viva buscava maior aproximação de diferentes movimentos, sendo eles “a) associativos/reivindicatórios, b) novos movimentos sociais, c) manifestações culturais e tradicionais” (TURINO, 2009, p. 76). Sem o objetivo de promover uma hegemonização do setor cultural por um ou outro, ou “para unificar formas de expressão e organização, mas para que se conheçam e se exercitem na tolerância, se autoeducando no convívio em rede”, o Estado, por um lado, buscava uma abertura institucional condicente com distintas formas de organização, ação e expressão culturais, “assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão” (TURINO, 2009, p. 64); por outro lado, os agentes societários, imersos e potencializados nessa e por essa relação, passaram, não sem dificuldades<sup>115</sup>, a trabalhar com novas linguagens organizacionais, administrativas e legais, configurando o que temos denominado como mútua aprendizagem no interior de relações de mútua constituição:

---

<sup>114</sup> Como destaca Turino (2009, p. 14), os Pontos de Cultura são diversos em formas e conteúdos. Podem estar nos centros urbanos, em aldeias indígenas, nas comunidades quilombolas. Podem estar envolvidos em atividades de dança, teatro, música etc. Diante disso, não há uma definição sobre a forma como os agentes societários, selecionados por meio do edital público do MinC, devem aplicar os recursos. Estes podem se alocados na adequação de espaços físicos, na compra de equipamentos, realização de cursos, dentre outras possibilidades. Apenas um elemento é comum a todos, “o estúdio multimídia, pequeno equipamento para edição de áudio e imagem, três computadores funcionando como ilha de edição em software livre, filmadora digital, equipamento de som para gravação musical e conexão por internet em banda larga”. Elemento relacionado ao eixo Cultura Digital do Programa Cultura Viva. Com isso, destaca Turino: “Colocamos os meios de produção nas mãos de quem faz cultura. Agora temos base para uma nova conquista: os meios de difusão” (TURINO, 2009, p. 240).

<sup>115</sup> Como destaca Rubim (2015, p. 16), dentre os limites da política cultural na gestão Gil-Juca Ferreira, temos o próprio Cultura Viva: “Seus problemas foram atribuídos a dificuldades de gestão e à fragilidade dos novos agentes em atender a certas normas administrativas, como as complexas prestações de conta. Em verdade, os problemas acontecidos derivavam, antes de tudo, da inadequação dos procedimentos do Estado brasileiro para acolher de modo democrático e satisfatório os novos agentes culturais incluídos, em geral oriundos de camadas da população excluídas historicamente das políticas setoriais e culturais do Estado brasileiro”.

De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo que, a longo prazo, resultará em mudanças em ambos os campos. O objetivo [da ação estratégica do Estado sob a governança petista] seria uma burocracia mais flexível e adequada à realidade da vida, assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas (...) no qual gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogos e aprendizado mútuos (TURINO, 2009, pp. 64-65; 77, acréscimo nosso).

Aqui devemos fazer duas observações. Uma sobre o argumento de que os agentes societários foram potencializados e outra sobre as dificuldades encontradas. Nesse ponto nos deparamos empiricamente com a ideia do Estado como um agente e como um campo atravessado e constituído por contradições, um complexo institucional policêntrico, estrutural e discursivamente seletivo. Isso nos ajuda a analisar o que Tatagiba e Teixeira (2021) informam como um descompasso entre uma lógica do Estado e uma lógica associativa<sup>116</sup>.

Como argumentamos no primeiro capítulo, compreendemos o Estado como uma *relação social* entre forças sociais mediadas pelo aparato, capacidades e recursos estatais. Isso significa conceber o Estado não como uma unidade, mas como *campo* e como *agente*. Igualmente, significa perceber que os confrontos e as disputas também ocorrem no seio do próprio Estado: os mecanismos estratégico-seletivos, em um setor estatal, podem entrar em confronto com os mecanismos estratégico-seletivos de outros setores. Isso ficou claro no contexto do Programa Cultura Viva.

Ao mesmo tempo que um setor do Estado, por um lado, buscava criar facilidades ao desenvolvimento de certa lógica de societização e interação socioestatal, bem como promover mudanças legislativas no sentido de fomentar a criação de conselhos de cultura, de secretarias exclusivas e de fundos culturais, por outro, os efeitos da trajetória institucional colocavam barreiras a sua efetivação, impondo dificuldades à interação. Essas disputas, e seus efeitos institucionais, recaíram sobre os agentes societários em torno do Cultura Viva:

Na fase de conveniamento, é exigido do proponente que identifique, numa planilha orçamentária, se a despesa que será realizada ao longo dos três anos (período do projeto) será do tipo capital ou custeio; para aquisição dos equipamentos que compõem o kit multimídia (obrigatório), é preciso realizar licitação, procedimento complexo que deve atender aos princípios de legalidade, isonomia, competitividade,

---

<sup>116</sup> Ao analisarem o Cultura Viva como um programa associativo, Tatagiba e Teixeira (2021) indicam um problema de descompasso entre a lógica estatal, com seus trâmites burocráticos de funcionamento para a execução de políticas públicas e a lógica associativa, que busca potencializar a participação de atores societários na política como meio para fortalecer as organizações, fomentar e estimular novas redes societárias e novos vínculos associativos. Esse “descompasso” não significa apenas uma distância entre lógicas de mediações institucionais e societárias, mas, antes, disputas no interior do Estado.



impessoalidade, publicidade e economicidade; o pagamento pela compra de qualquer objeto ou pela contratação de um serviço só pode ser feito mediante cheque administrativo; a verificação do cumprimento dos objetivos propostos no projeto é feita preponderantemente através de prestações de contas e do envio de relatórios das atividades, o que não é suficiente para avaliar a atuação de um Ponto de Cultura. Junte-se a tudo isso, a impossibilidade legal de contratação de contadores, advogados, administradores, enfim, qualquer função administrativa, posto que a lei parte do princípio de que o Estado só deve se relacionar com entes capacitados para tanto (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010, p. 124-125).

É nesse sentido que Turino (2009, p. 64) destaca que, ao mesmo tempo que setores estatais buscava “uma burocracia mais flexível e adequada à realidade da vida”, visando uma nova forma de interação socioestatal com grupos até então desassistidos pelas políticas culturais, outros agiam em um sentido contrário, impondo restrições. As mesmas limitações impostas aos públicos do Programa Cultura Viva não se aplicavam aos públicos das políticas financiadas pelas leis de incentivos (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010). Os resultados mais expressivos das contradições foram expressos nas rejeições de prestações de contas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos atrasos no repasse das verbas e, conseqüentemente, paralisações das atividades dos Pontos, evidenciando que o Estado:

(...) não é neutro, [ao contrário] expressa interesses de classe e a burocracia expressa a consolidação desses interesses. Por isso é tão fácil transferir recursos do Estado para rentistas e financistas, basta um “clique no computador”. Talvez nem isso, talvez já existam robôs instalados em computadores que repassam automaticamente os recursos para o pagamento de títulos da dívida pública. A cada ano (R\$ 150 bilhões); a cada mês (R\$ 12 bilhões); a cada dia (R\$ 400 milhões); a cada hora (R\$ 18 milhões); a cada minuto (R\$ 300 mil); a cada segundo (R\$ 5 mil); um ritmo incessante, incluindo sábados, domingos e feriados. Em 2008, esse foi o ritmo do pagamento da dívida pública, tudo muito fácil, com burocracia ágil e impessoal. Essa distinção também acontece entre entidades da sociedade; instituições consolidadas fazem convênios rapidamente e encontram poucas dificuldades para prestar contas, mas para um grupo de hip hop ou de índios kaingang a história é outra (TURINO, 2009, p. 153, destaque do autor; acréscimo nosso).

Por outro lado, como também argumentamos, os agentes societários foram potencializados pelas ações estatais. Usamos o termo potencializados porque, como destaca Turino (2009, p. 28), a ação do Estado não era algo diretivo no sentido de construir os Pontos de Cultura, bem como não pretendia ditar as ações por eles desenvolvidas; pelo contrário, objetivava potencializar e legitimar as experiências e os saber-fazer já vivenciados pelos sujeitos: “O conceito de Ponto de Cultura é o que eles já praticam: trabalho compartilhado e o desenvolvimento de atividades culturais respeitando a autonomia e o protagonismo das comunidades”. Ao discorrer sobre um Ponto de Cultura construído *com* os Yawalapíti, tribo indígena localizada no Parque Indígena do Xingu, Turino deixa claro: “Com um Ponto de Cultura não se cria, nem se inventa, mas se potencializa a partir do que já existe, foi fácil a

assimilação do conceito por parte deles. ‘Ponto de Cultura é como o tronco do Kuarup’” (TURINO, 2009, p. 28)<sup>117</sup>.

É nesse sentido que compreendemos que a ação do Estado pode se configurar como um estímulo à geração de coletividades societárias (Cf. HOUTZAGER, 2004; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021) a partir *da* relação com as experiências societárias. Nessa relação, ao mesmo tempo que o Estado fornece recursos materiais e simbólicos que encontram aderência nas próprias práticas e experiências societárias, passa a mobilizar o saber-fazer dessas experiências, incorporando-o em suas ações.

Nesse processo de mútua constituição, setores do MinC passaram por mudanças institucionais como forma de se flexibilizar para os novos tipos de interações com as organizações societárias, seja criando novos espaços institucionais para tratar de temas e demandas especiais – a exemplo da criação das secretarias e ações específicas no campo da diversidade cultural e sexual, economia criativa e culturas digitais, o que potencializou as experiências dos coletivos culturais contemporâneos –, seja na produção de legislações, visando ampliar os canais de participação, seja, ainda, assistindo a grupos até então fora do raio de alcance das ações estatais<sup>118</sup>. Os agentes societários, por sua vez, passaram a atuar também de forma cooperativa com o Estado, aproximando-se das políticas e espaços institucionais, apresentando demandas, fazendo diagnósticos, destacando limitações e atuando a partir das estruturas e discursos institucionais no sentido de promover mudanças institucionais.

Nesse processo de institucionalização do que seria uma nova política cultural nacional, inaugurado nos anos 2000 e cujo fim começou a ser desenhado no ano de 2016, as ações aqui analisadas foram fundamentais no processo de reativação de sentidos antes sedimentados. Disputando os sentidos no setor cultural e das políticas culturais, a gestão cultural, ao longo da gestão petista, sobretudo com Gil e Juca, confrontou toda uma tradição institucional marcada (ora mais, ora mesmo) pelo desejado projeto nacionalista de caráter autoritário,

---

<sup>117</sup> Kuarup é um ritual fúnebre realizado anualmente pelos povos do Xingu. Neste ritual de despedida dos mortos, são fincados troncos de árvores no centro da aldeia para representar os mortos. Ordenados, os troncos são queimados e, após o fim da queima, que pode durar um dia e uma noite, os mortos seguem para outro plano. Neste ritual, portanto, há uma ideia de renascimento. É a partir desta ideia que Turino (2009, p. 27) destaca a assimilação feita por Aritana Yawalapíti sobre os sentidos dos Pontos de Cultura: um novo “fôlego de vida” para as expressões e práticas artístico-culturais do povo Yawalapíti: “São resilientes os yawalapíti. São resilientes porque fazem o Kuarup”... Resilientes como é a cultura.

<sup>118</sup> Sobre os Pontos de Cultura, segundo dados da MUNIC de 2014 (PERFIL... 2015), nesse mesmo ano já existiam 3.422 em todo o Brasil. A Pesquisa também destaca a presença em torno de um terço dos municípios nos estados de Pernambuco (34,6%), Espírito Santo (32,1%), Acre (31,8%), Piauí (29,0%), Bahia (27,6%) e Amazonas (27,4%). Em anexo, segue Cartograma 2 – Municípios com Pontos de Cultura – Brasil – 2014.

elitista, hierarquizante e paternalista desde os anos 1930-40. Colocou-se contra, igualmente, a uma concepção restrita de cultura nacional, arraigada na ideia de elevação do nível da cultura brasileira por meio de ações de reconhecido valor cultural, bem como buscou romper com o mito de que, em contextos democráticos, o Estado deve reduzir suas funções no setor cultural. Contra essa tradição institucional, buscou apoiar e dar garantias para o desenvolvimento de diferentes expressões culturais populares, urbanas e de comunidades tradicionais, tendo como objetivo fomentar e reconhecer tanto a diversidade artístico-cultural de um país com dimensões continentais e culturalmente diverso como as diferentes experiências organizacionais contemporâneas.

Nesse sentido, a busca de ações com o fim de superar os mecanismos institucionais herdados das décadas anteriores – que comumente se limitavam, ora à democratização do acesso aos bens artístico-culturais por meio do fomento à fruição da cultura erudita e de massa, ora à tomada dos elementos das culturas popular e tradicional a partir de uma leitura essencialista e paternalista no planejamento de suas ações –, o Estado passou a atuar em um sentido mais próximo à Democracia Cultural. Isto é, além da ampliação do acesso aos espaços e aos *modi* culturais hegemonicamente estabelecidos, os novos mecanismos estratégico-seletivos buscaram ampliar tanto o escopo da compreensão da cultura, valorizando suas múltiplas manifestações, formas de organização e gostos em suas dimensões material e imaterial, quanto o escopo da compreensão da economia da cultura.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES

Embora muitos desafios não tenham sido superados durante os anos 2000, como a persistente centralidade das leis de incentivos e o controverso papel do setor econômico nesses mecanismos, a necessidade de uma política específica para os criadores e a maior sinergia entre planos e ações (RUBIM, 2010a; LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010; PEIXE, 2016<sup>119</sup>), é consenso na literatura especializada o fato de que os mecanismos estratégico-seletivos produzidos durante o período, com políticas mais inclusivas do ponto de vista das manifestações culturais, no reconhecimento de novas formas de organização do setor cultural, no aumento do aporte econômico no setor e na busca pelo aprofundamento da

---

<sup>119</sup> Para uma leitura sobre os desafios apresentados à gestão Lula, conferir Calabre (2007) e Rubim (2007; 2010a).

participação social na gestão pública cultural, fizeram avançar a consolidação da institucionalização das políticas culturais públicas, o que tem sido desfeito desde 2016.

Muito além de um simples retorno do Estado na cultura, como ocorrera em diferentes momentos no processo de institucionalização da política cultural no país, houve um processo de (re)institucionalização da ação estatal no setor cultural, estruturando um novo contexto de relações entre o Estado e os setores culturais da sociedade civil. Foi no interior desse processo, como veremos no próximo capítulo, que os coletivos culturais contemporâneos encontraram maiores facilidades para organização, legitimação, expansão e encaixes institucionais na estrutura estatal. Esses coletivos, que emergiram entre finais dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, além de atuarem nos espaços públicos, ocupando-os e ressignificando-os, como historicamente fizeram experiências coletivistas precedentes, também passaram a estruturar novas formas de interação política com a esfera institucional. É sobre esse “novo sujeito coletivo” que discutiremos no próximo capítulo.

## 5 OS COLETIVOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE RELACIONAL ACERCA DA NOVIDADE EM CENA

Desde o processo de democratização nos anos 1980, o Brasil tem presenciado a emergência de uma diversidade de experiências societárias coletivas, sobretudo no contexto urbano. A partir das duas últimas décadas, uma onda de “novos sujeitos coletivos” parece estar (re)desenhando o cenário (associ)ativista ao evidenciar novas estratégias de ação, novas estruturas de mobilização, performances e significados ao discurso político-organizacional.

Para alguns analistas, essa emergência, seja relacionada àqueles grupos que têm se (auto)denominado como coletivos (GOHN, 2017), seja às experiências refletidas teoricamente como “novíssimos movimentos sociais” (AUGUSTO; ROSA; REZENDE, 2016), é um fenômeno correlacionado ao ciclo de protestos que marcou o país entre os anos de 2013 e 2016. Ainda que não existam relações causais diretas entre a criação e/ou multiplicação dessas experiências organizacionais e esse recente ciclo de protestos, foi naquele contexto, em especial, que essas experiências societárias ficaram mais perceptíveis aos analistas.

Além disso, é preciso considerar o contexto estratégico-relacional de incentivo às mobilizações e à busca por novos repertórios organizacionais que se estruturou naquele período: o ciclo de protestos de 2013-2016 marcou a sedimentação de um discurso de crítica aos espaços e mecanismos tradicionais de participação e representação política (GOHN, 2017; 2019), bem como a certos repertórios de organizações históricas<sup>120</sup>, como partidos políticos, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e mesmo organizações de movimentos sociais, tomadas por muitos dos novos ativistas<sup>121</sup> como estruturas rígidas, formais, hierarquizadas e centradas na ideia de liderança formal (GOHN, 2017; 2019; PEREZ; SOUZA, 2017; PEREZ, 2019). Esse contexto favoreceu a construção de novos significantes, como “coletivos”, numa forma de significar as novas experiências (associ)ativistas.

---

<sup>120</sup> Repertórios são padrões culturais e estruturais de ação socialmente construídos e que, estando disponíveis aos sujeitos, são mobilizados em diferentes momentos históricos e por diferentes ações coletivas (TARROW, 2009). A partir deste conceito, Clemens (2010, p. 165) destaca os repertórios organizacionais como um “conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis”.

<sup>121</sup> A pesquisa não permite uma discussão apropriada sobre a presença de “novos ativistas”, considerando o elemento geração/juventude como um dos fatores que ajudariam a analisar esse contexto. Podemos apenas indicar a presença de jovens ativistas sem capital militante, isto é, sem experiências pretéritas de ação política em movimentos sociais ou partidos políticos, e a presença de ativistas oriundos de outras organizações, inclusive partidos políticos. Embora não necessariamente apartidários, estes têm indicado insatisfação com as (i) estruturas internas mais rígidas e/ou formais, (ii) com a pouca abertura para determinadas pautas políticas, ou mesmo (iii) com o pouco espaço para participar de fato dos processos de decisões internas.

A estruturação desse discurso de crítica à política tradicional (MARQUES; MARX, 2020), no entanto, não se limitou ao contexto nacional, tampouco aos anos de 2013 a 2016. Como observa Mesquita (2011), uma década antes já havíamos observado, por exemplo, as manifestações contrárias à globalização econômica e à criação e atuação de organismos internacionais, tais como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre os diferentes protestos, destacamos o “Carnaval Contra o Capital”, em Londres, ocorrido no dia 18 de junho de 1999 (organizado para o dia do encontro do G8, realizado na cidade de Colônia, na Alemanha), a “Batalha de Seattle”, ocorrida no dia 30 de novembro de 1999 (na ocasião do encontro da Organização Mundial do Comércio) e o “Outono de Praga”, do dia 26 de setembro de 2000 (MESQUITA, 2011).

A insurgência contra essas e outras iniciativas – cujos sentidos e repertórios podem ser remetidos aos movimentos anarquistas e socialistas do século XIX e XX, passando pelo autonomismo italiano dos anos 1960-1970, pela experiência do Maio de 1968 na França e pelas iniciativas coletivas autônomas zapatistas – deu origem à criação de diferentes redes internacionais, como o Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, organizado em 1996 na cidade de Chiapas, no México, com uma segunda edição realizada no ano seguinte, na cidade de Barcelona, na Espanha, e novamente em 1999, em Belém, no Brasil, bem como a articulação de ações simultâneas em diferentes países, como a Ação Global dos Povos (Cf. MESQUITA, 2011, pp. 31-34). Já ao longo da primeira década dos anos 2000, em um contexto marcado por novas tecnologias de comunicação, observamos a criação de densas redes de alcance internacional, como o Fórum Social Mundial, bem como novos processos organizacionais e estruturas de mobilização em protestos como *Occupy*, nos EUA, os Indignados, na Espanha, e em países como Portugal e Grécia.

É nesse contexto mais amplo de crítica às estruturas políticas clássicas e de crescente inovação tecnológica que devemos considerar a configuração do cenário político e (associ)ativista brasileiro entre os anos de 2013 e 2016. Ainda que as novidades percebidas nesse contexto não representem um novíssimo fenômeno sociológico, se, por *novo*, compreendermos uma emergência voluntarista e espontânea do mundo da vida sem qualquer ligação com experiências anteriores, esse contexto se tornou importante porque nos ajuda a compreender a identificação discursiva dos sujeitos como “coletivos”, sendo construída a partir da demarcação de uma posição diferencial em relação às organizações e às experiências

políticas historicamente sedimentadas, como os partidos políticos, sindicatos, ONG's e mesmo organizações de movimentos sociais.

Nesses termos, a busca pela construção das experiências autodenominadas “coletivos” também passa a ser analisada considerando as relações diferenciais, conformando o “Outro” do processo de construção do discurso coletivo. Uma vez identificadas e nomeadas, as organizações clássicas passaram a exercer uma função de exterior constitutivo<sup>122</sup> no processo de construção de uma lógica coletiva interna. O “Outro”, aquilo que os sujeitos mobilizam na relação diferencial, passa a significar burocracias formalmente hierarquizadas, experiências organizacionais pautadas na ideia de liderança formal e vertical, espaços marcados por fortes relações de poder, processos internos tendencialmente centralizados e, com isso, pouca abertura à participação efetiva dos sujeitos, isto é, à participação que alcança os espaços e momentos de tomada de decisões internas. A partir dessa relação, os sujeitos têm mobilizado e ressignificado diferentes sentidos na construção do significante “coletivo”, tais como trabalho colaborativo, horizontalidade, atuação em redes, desconstrução da ideia de liderança, construção de espaços de acolhimento e descentralização<sup>123</sup>. É nesse sentido que estamos a argumentar que a novidade dos coletivos deve ser compreendida a partir de uma perspectiva relacional, o que nos leva a ponderar o argumento do *novo*.

Considerando essa demarcação discursiva, os coletivos contemporâneos, em geral, podem ser compreendidos como novas experiências societárias de organização, mobilização e ação pautadas nas ideias de coletividade, trabalho colaborativo, compartilhamento horizontalizado de informação de poder (decisão política no interior do grupo), bem como na criação de espaços e formas especiais de relações entre os sujeitos na busca por alternativas aos espaços tradicionais de experiências políticas, organizacionais e de socialização. Esses elementos indicam um tipo especial de agrupamento de caráter menos formal e mais dinâmico, comumente baseado em laços afetivos, relações horizontalizadas e participação direta dos integrantes nas decisões do grupo. Na construção dessa nova experiência coletiva, o

---

<sup>122</sup> A ideia de exterior constitutivo, derivada das contribuições derridianas, indica que todo processo de identificação se constitui por meio de uma diferença (*différance*), isto é, de uma relação com um “Outro” que a constitui justamente na relação; uma relação que mantém um caráter necessário, porém não determinado, entre os lados fronteiros (interno/externo). O processo de identificação, nessa perspectiva, estará sempre contaminado por um “algo além de si”, isto é, por uma relação de externalidade que a constitui internamente. O “além de si”, vale destacar, não é um mero acidente, pelo contrário, é *necessário*, embora contingencial. Para uma leitura detida sobre a ideia de exterior constitutivo, conferir Marques (2020; 2021) e Mendonça (2012).

<sup>123</sup> Para uma leitura sobre os significados que conformam a ideia de coletivos, conferir os estudos de Desouza (2012), Maia (2013), Gohn (2017; 2019), Perez e Silva Filho (2017), Perez (2019), Marques e Marx (2020), Thibes *et al.* (2020), Monaco (2020) e Trindade (2021).

objetivo passa a ser a desconstrução discursiva de estruturas hierárquicas e rigidamente formalizadas, o que não significa ausência de organização interna, inexistência de diferenciação entre as experiências societárias autodenominadas “coletivos”, nem uma completa ausência de liderança – discutiremos esses elementos de forma detida no último capítulo, ao analisarmos objetivamente os coletivos culturais no atual contexto capixaba.

Diante disso, mobilizamos uma abordagem relacional na explicação da emergência dos coletivos culturais contemporâneos, buscando destacar as heranças e novidades com relação aos coletivos de décadas anteriores. A partir da (I) revisão crítica da literatura, da (II) análise de dados obtidos por meio de entrevistas em profundidade realizadas com ativistas e do (III) questionário de pesquisa, ponderamos o argumento do *novo* sem desconsiderar as novidades apresentadas por esses agrupamentos. Para efeitos analíticos, estamos a considerar como contemporâneos os coletivos que emergiram a partir de meados da década de 1990 e, sobretudo, ao longo dos anos 2000. Denominamos esse período como a “terceira onda coletiva”. Isso nos ajudará a perceber as heranças e as novidades dos coletivos contemporâneos em relação aos agrupamentos artísticos dos anos 1960-1970 (“primeira onda coletiva”) e dos anos 1980-1990 (“segunda onda coletiva”).

Para uma melhor organização, estruturamos o capítulo em mais cinco seções. Na primeira, informaremos o tipo de enfoque mobilizado, destacando os contextos estratégico-relacionais. Na segunda seção, faremos uma breve consideração sobre as experiências (associ)ativistas artísticas em décadas anteriores, especialmente entre os anos 1960-1970. Na sequência, apresentaremos a “segunda onda coletiva”, discutindo o contexto de emergência dos coletivos entre os anos 1980-1990. Na quarta seção, nos concentramos na emergência dos coletivos culturais contemporâneos, destacando os deslocamentos estruturais na indústria cultural e no setor tecnológico, os quais nos ajudam a analisar a “terceira onda coletiva”<sup>124</sup>. Por fim, as considerações. Como argumentaremos, longe de uma procura do novo ou de uma negação da novidade, devemos ajustar o enfoque teórico-analítico para uma melhor compreensão das novidades trazidas por essas experiências de mobilização e ação que têm reconfigurado o cenário político-organizacional e exigido novos esforços analíticos e teóricos.

---

<sup>124</sup> O deslocamento na esfera política foi discutido no capítulo anterior.



## 5.1 NAS TRILHAS DA NOVIDADE: PENSAR RELACIONALMENTE

Como objeto de pesquisa, no Brasil, o tema “coletivos culturais” tem sido analisado a partir de diferentes áreas do conhecimento. Dentre as recentes contribuições, podemos destacar a pesquisa do historiador André Mesquisa (2011) sobre arte ativista e coletivos artísticos, a análise de Rebeca Barcellos (2012) sobre as práticas organizacionais de resistência a partir do campo da Administração, o trabalho de Rezende e Scovino (2010) sobre o conceito e a apresentação de diferentes experiências de coletivos culturais brasileiros, e os esforços de Ericson Pires (2007), Paim (2009) e Mucía Rocha (2009) voltados às coletividades artísticas contemporâneas.

Como estamos a argumentar, embora seja uma renovada agenda de investigação, os coletivos não representam um novo fenômeno social – se por *novo* compreendermos uma emergência voluntarista e espontânea sem qualquer ligação com experiências (associ)ativistas anteriores. O argumento do *novo* é, antes, um reflexo do recente olhar dos observadores sobre a sua existência como experiências organizacionais, profissionais e político-expressivas. O que observamos nessas experiências, tais como sentidos de coletividade, solidariedade, autonomia, horizontalidade, ausência de lideranças formais e verticais, participação direta, dentre outros, são, na verdade, novidades ressignificadas e contextualmente inscritas, diretamente relacionadas ao contexto político e, também, tecnológico. Isso porque, quando consideramos as experiências (associ)ativistas de momentos anteriores, percebemos que esses sentidos já se faziam presentes nas mais diversas experiências político-organizacionais<sup>125</sup>.

Especificamente no campo artístico-cultural, a análise de Moore (2002), por exemplo, evidencia que os significados de formação coletiva, trocas, solidariedade e socialização estão presentes na própria história contemporânea do fazer artístico:

Arte começa a partir de grupos. A coletividade é a base para a produção artística. Certas formas especiais de relações sociais são o terreno no qual os artistas estão enraizados (...). O coletivo na arte ocidental está vinculado originalmente na estrutura das oficinas de produção artística e artesanal, também enraizada nas rotinas de ensino da academia de arte. É também produzido pela economia de pobreza do

---

<sup>125</sup> Podemos nos referir ao movimento situacionista francês dos anos 1950, uma das fontes de inspiração dos estudantes do Maio de 68 (Cf. CORRÊA; MHEREB, 2018), ao autonomismo na França e na Itália, nos anos 1960 e 1970 (SCHIFRES, 2008), ou mesmo às diferentes experiências populares e operárias nos séculos XVIII e XIX (THOMPSON, 1987) – o estudo de Santos (2022) apresenta uma interessante discussão sobre esse aspecto. Mas também poderíamos considerar o atual contexto brasileiro e as novas experiências organizacionais situadas à direita do espectro político, como o Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL), dentre outros. Essas organizações também têm realizado críticas à ideia de liderança e às organizações políticas históricas, estruturando e disputando o discurso de alternativa política para a juventude.

artista. O tempo, o espaço, os materiais, as ideias e as oportunidades geram as condições dentro das quais a arte pode ser produzida. Nem tudo é comprado e pago. Artistas recebem e dão presentes em transações e trocas contínuas. Essa rede de troca não monetizada é o campo social do coletivo (...). Na história da arte, os coletivos surgiram quando eram necessários. Artistas se associam continuamente como parte de seu trabalho, e os grupos se formam em resposta a condições específicas, quando algo precisa ser feito (MOORE, 2002, s/p).

A partir de uma abordagem relacional, podemos ressaltar pelo menos duas questões presentes na citação de Moore. A primeira é que o repertório organizacional – cujas lógicas se baseiam em sentidos de coletividade, autonomia e em formas especiais de relações criadas a partir da coletividade, compartilhamento de informações, horizontalidade etc. – é algo que tem sido verificado ao longo dos anos no interior da história da arte<sup>126</sup>.

A segunda questão, sobre a qual nos concentraremos ao longo do capítulo, é a afirmação de que, na história da arte, “os coletivos surgiram quando eram necessários” e que artistas se “associam continuamente como parte de seu trabalho, e os *grupos se formam em resposta a condições específicas*, quando algo precisa ser feito” (MOORE, 2002, s/p, destaque nosso). Vale destacar, no entanto, que essas emergências, como as compreendemos, não devem ser analisadas como mera (re)ação voltada contra o campo artístico ou político-institucional, tampouco a partir de uma perspectiva histórica linear e evolucionária que se desenvolve seguindo mudanças paradigmáticas e políticas inerentes a esses campos. Embora um fenômeno emergente dessas relações, as experiências coletivistas não se resumem às estruturas com as quais se relacionam.

É nesse sentido que, corroborando Ericson Pires (2007, pp. 23; 137), estamos a considerar a necessidade contingente, portanto relacional, das emergências coletivas, percebendo-as também enquanto uma experiência fática dos sujeitos como forma de ser, se expressar e “(r)existir” no mundo, o que nos possibilita refletir sobre os coletivos contemporâneos considerando a demarcação de posições diferenciais *em-relação* a outras experiências organizacionais temporalmente inscritas. Como destaca Pires (2007, p. 23, destaque do autor):

O quadro de produção de arte que se delineou do fim da década de 90 até agora está muito mais ligado a modos de concepção e a políticas de afirmação *outros*, que escapam às ranhuras de sistemas e equações preestabelecidas pelo contexto. A maneira pela qual essas produções irão se realizar parte muito mais do caráter necessário dessas afirmações do que de uma reação específica a um contexto determinado e falido. A necessidade de atuar, de se constituir como/enquanto real produtor de arte, nesses contextos, deve ser pensada como uma ação de resistência. A resistência não se dá de forma frontal, unilateral, nem age na negatividade ou na

<sup>126</sup> Esse argumento também é encontrado em Paim (2009, pp. 11-22) e Mesquita (2011, pp. 29-39; 57-134).

reação tardia. A resistência é um modo de ser (...). A resistência é a dobra do ser. E essa dobra é a insistência na diferença, no outro, na produção de singularidades múltiplas. A multiplicação de atividades, de fóruns, de articulações e agenciamentos nos primeiros anos do século XXI tem, em seu caráter afirmativo, a chave de entendimento de suas próprias ações.

O caráter *necessário*, indicado por Pires, é contingencial. A relação com o “Outro” é não necessária e, portanto, sempre aberta às possibilidades. A partir dessa compreensão, percebemos analiticamente os coletivos como estruturas relacionais constituídas *na* relação com os “Outros” (campo das artes, campo político-institucional, esfera econômica, partidos políticos, sindicatos, organizações de movimentos sociais etc.). As emergências coletivas, nesses termos, de alguma forma sempre são respostas contingenciais – “quando algo precisa ser feito” (MOORE, 2002, s/p) – às diferentes condições sociais, culturais, políticas, econômicas e existenciais com as quais se deparam e se relacionam. É nesse sentido que compreendemos os coletivos como fenômenos emergentes.

Isso nos levar a considerar que as emergências coletivas não devem ser tratadas de “maneira causal, mas de se articular possíveis pontos para a explicação deste acontecimento” (PIRES, 2007, p. 24). Ou seja, devemos perceber e analisar os mecanismos relacionais que configuram os diferentes contextos que nos ajudam a compreender as emergências das “ondas coletivas”, bem como a construção de novos quadros interpretativos e a mobilização e ressignificação de diferentes repertórios organizacionais e de ação no atual contexto.

## 5.2 CONTEXTO ESTRATÉGICO-RELACIONAL DE EMERGÊNCIA DA PRIMEIRA ONDA COLETIVA (1960-1970)

A segunda metade do século XX foi um desses momentos de necessidade contingente que marcou a emergência de novas coletividades artísticas. Na Europa central, nos Estados Unidos e também no Brasil, o experimentalismo artístico, sobretudo de meados dos anos 1950, fomentado pela Arte Contemporânea e pela arte política e socialmente engajada nos espaços públicos, evidenciou novas demandas sociais, políticas e artísticas, incidindo criticamente tanto no debate sobre o saber-fazer artístico consagrado pelo campo quanto sobre a indústria do consumo e sobre todo um “estilo de vida americano” presente desde os anos 1920. Naquele momento:

A saída encontrada pelos coletivos de arte constituídos a partir do pós-guerra foi a de negação do discurso dominante por meio de táticas que transformaram o experimentalismo e a intervenção artística em um espectro ativista que politiza o espaço urbano e modifica a passividade existencial pela construção dos momentos de vida (...). Uma crítica do comportamento, um urbanismo influenciável e uma técnica de ambiências unidas a uma síntese de reivindicação permanente. Sob os processos coercitivos da indústria da consciência e da institucionalização da arte, alguns grupos, militantes e artistas organizaram informalmente suas redes de produção e distribuição, criaram meios de expressão direta e participativa contra os desdobramentos da cultura de consumo, da guerra, do imperialismo norte-americano e da economia global (MESQUITA, 2011, p. 66).

Foi naquele período, como destaca Mesquita (2011), que se observou outro importante processo para a organização e ação política dos coletivos artísticos, em particular, e para as organizações de movimentos sociais, em geral. Trata-se das articulações entre as práticas artísticas coletivas e os movimentos sociais urbanos. Isso, contudo, não significou um novo tipo de relação, posto que as articulações entre coletivos artísticos e organizações de movimentos sociais já eram verificadas desde a segunda metade do século XIX:

O primeiro presidente da *Arts and Crafts, Exhibition Society*, Walter Crane, fundou em 1884, com Morris<sup>127</sup>, Eleanor Marx e outros a Liga Socialista, contribuindo graficamente para o jornal do grupo, *The Commonwealth*. Crane publicava ilustrações dedicadas à memória da Comuna de Paris e desenhava faixas para os desfiles dos trabalhadores ingleses. Um outro artista deste período, Félix Vallotton, colaborava com ilustrações políticas para publicações anarquistas francesas, com imagens que mostravam as lutas e a sociedade daquele período, satirizando a polícia e o poder autoritário em confronto com os anarquistas (MESQUITA, 2011, p. 58, destaques do autor).

No entanto, foi a partir de meados dos anos 1950 e até os anos 1970 que passamos a verificar mais facilmente os novos padrões de ações de grupos artísticos em suas relações com as organizações de movimentos sociais, extrapolando a tática de mobilização da produção artística em prol das ações políticas: as práticas artísticas também passaram a mobilizar o imaginário coletivo, promovendo a criatividade nas manifestações políticas por meio de diferentes linguagens artístico-culturais, performances e intervenções/installações públicas, com o intuito de fornecer novos elementos simbólicos para que os sujeitos pudessem (re)significar a própria realidade (Cf. MESQUITA, 2011, pp. 71-83).

Especificamente sobre o contexto brasileiro, o período dos anos 1960-1970, chegando aos anos 1980, marcou o advento da Arte Conceitual<sup>128</sup>. Em meio ao recrudescimento da

<sup>127</sup> Morris era o principal expoente do Art & Crafts, movimento inglês da época vitoriana que “articulava formas de trabalho artesanal e cooperativo frente à mercantilização da produção industrial, às leis de mercado e à desestabilização da vida comunitária” (MESQUITA, 2011, p. 57).

<sup>128</sup> Nosso objetivo é ressaltar a Arte Conceitual em seu aspecto mais abrangente e sua influência na arte no Brasil. Ao discorrer sobre a Arte Conceitual em um sentido amplo, Cristina Freire (1999) menciona que a obra

repressão militar, especialmente entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, o movimento conceitual buscou a desmaterialização, a popularização e a cotidianização da arte como forma de construir uma nova comunicação entre o artista, a obra e o público, inclusive, desconstruindo política e esteticamente a distância entre o artista e o não artista, rompendo com uma ideia elitista de transmissão direta dos sentidos atribuídos pelos artistas às obras e à receptividade passiva do público, advogando que eram os processos criativos e o conceito/ideia da produção, e não a estética da obra/objeto em si, que deveriam ser enfatizados e valorizados.

Nas artes cênicas, por exemplo, vale destacar as performances públicas, os teatros de lutas e as ações dramáticas (o *drama* como performance social crítica<sup>129</sup>) tanto como estratégias para alcançar as grandes mídias e, desta forma, incidir sobre a opinião pública, quanto para alcançar um público que não frequentava os espaços cênicos tradicionais<sup>130</sup>. De uma forma geral, como destaca Mesquita (2011, p. 84), observamos que:

A arte Conceitual e o conceitualismo tiveram uma importância vital no processo de engajamento e produção radical de novas linguagens visuais, comunicativas e políticas. Algumas de suas propostas, como questionar a natureza intrínseca da obra de arte e o sistema galeria-curador-crítico-museu, instigar a participação corporal e semântica do espectador, optar pela transitoriedade, a efemeridade e a reprodutibilidade do trabalho artístico, além da apropriação subversiva das estruturas da mídia, criaram estratégias que hoje estão sendo reinventadas em muitas das práticas e mobilizações coletivas.

No Brasil, essa inflexão do campo artístico-cultural – inscrita em um contexto de repressão política e de censura às artes, o que levou a certo distanciamento de artistas e coletivos dos espaços artístico-culturais tradicionais, seja como estratégica de ação política, seja por impossibilidade de se inserirem nessas instituições justamente devido à censura – potencializou a criação de novos coletivos e de novas experiências artístico-culturais e políticas. Essas experiências passaram a promover as primeiras ações pautadas em múltiplas linguagens artístico-culturais (música, teatro, literatura, grafite etc.), bem como na elaboração

---

conceitual quebra expectativas e cria um desconforto intelectual e físico sobre o espectador, havendo um predomínio da ideia sobre o objeto. No mesmo sentido, Helio Ferverza (2020) discorre sobre a Arte Conceitual a partir da linguagem, interrogando seus efeitos no mundo real através de uma diversidade de práticas, efêmeras ou precárias, num processo crítico e reflexivo.

<sup>129</sup> Cf. Mesquita (2011, pp. 76-83).

<sup>130</sup> No Brasil, podemos destacar o Teatro do Oprimido, criado nos anos 1970 pelo teatrólogo Augusto Boal. Como destaca Mesquita (2011, p. 77), “como meio de transformação subjetiva e de acesso às camadas menos favorecidas, o Teatro do Oprimido excluiu o palco, a estrutura de três atos e a plateia convencional, construindo um espaço coletivo onde as pessoas são protagonistas de uma ação política que discute maneiras de mudar a sociedade. O Teatro do Oprimido chegou à técnica do Teatro Invisível, que consiste na apresentação de uma cena em um ambiente que não seja o do teatro (como um restaurante, um trem, uma calçada ou mercado), simulando uma situação real para que o público passe a participar da atuação”.

de projetos comunitários marcados por múltiplas agendas políticas, processos que seriam ressignificados nas décadas posteriores, marcando a ampliação das iniciativas em torno da ideia de “arte com base na comunidade” (*community-based art*) e, especialmente nos anos 1990, da ideia de “novo gênero da arte pública” (Cf. MESQUITA, 2011, pp. 127-134; PIRES, 2007, pp. 168-269). As ideias de múltiplas linguagens artístico-culturais e múltiplas agendas, como veremos, serão centrais para demarcamos a “terceira onda coletiva”.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os coletivos artísticos se articularam ao movimento *Black Panthers* na luta pelos direitos civis, aos estudantes nas manifestações contra a Guerra do Vietnã, às ações e organizações de trabalhadores e ao movimento feminista, inclusive criando coletivos artísticos feministas para discutir temas relacionados à situação da mulher na sociedade, bem como atuaram nas lutas contra processos de gentrificação e por moradia em cidades como Nova York (MESQUITA, 2011, pp. 84-91; 110-114; pp. 115-117; REZENDE; SCOVINO, pp. 95-102). No Brasil, podemos destacar a articulação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), ao longo dos anos 1960 e 1970, em torno do Centro Popular de Cultura (CALABRE, 2009<sup>131</sup>). Na Argentina, essas articulações foram significativas, tanto pelo período histórico como pelo simbolismo, no apoio de coletivos artísticos às Mães da Praça de Maio na elaboração do Siluetazo<sup>132</sup>.

Em suma, essa crescente atuação nos espaços públicos e as articulações com diferentes organizações de movimentos sociais, movimentos de bairro e associações civis diversas, não significou uma recusa em si da esfera institucional. Houve, de fato, distanciamento e crítica às instituições políticas e artísticas. Porém, como destaca Mesquita (2011, p. 233), é preciso considerar que “em um dado momento, coletivos estão produzindo suas intervenções na cidade. Em outro, estão negociando com o sistema de arte”. Essa reflexão se faz necessária porque, mesmo no período de maior repressão política e de censura, os sujeitos, por meio do envolvimento crítico, também agiam a partir do interior do campo artístico, buscando subverter, ou ao menos provocar, os espaços artísticos tradicionais<sup>133</sup>, o que nos exige, segundo o autor, desromantizar a visão de “coletivos de artistas como ‘brigadas anti-institucionais’” (MESQUITA, 2011, p. 233).

<sup>131</sup> Vale destacar que a UNE já mobilizava protestos artísticos desde os anos 1940.

<sup>132</sup> Trata-se de um repertório comum nas manifestações argentinas para retratar, em forma de “silhuetas”, os desaparecidos durante a Ditadura. As “silhuetas”, pintadas no chão ou afixadas em locais visíveis, têm por objetivo simbolizar a vida/aparição dos desaparecidos (Cf. FABRIS, 2017).

<sup>133</sup> Cf. Pires (2007, pp. 28-33; 39-41; 280-281), Paim (2009) e Mesquita (2011, pp. 206-207; 233-235).

As relações com as instituições seriam ainda mais claras no novo contexto estratégico-relacional que passou a ser estruturado com o início do processo de democratização, ou seja, entre finais da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Por um lado, o novo contexto ficou marcado pela entrada de novos personagens em cena, novas experiências de organização e ação política, sobretudo no contexto urbano (Cf. SADER, 1988); por outro, ficou marcado pela primeira experiência neoliberal brasileira. No campo artístico-cultural, essas mudanças foram significativas e nos ajudam a demarcar a segunda onda coletiva.

### 5.3 CONTEXTO ESTRATÉGICO-RELACIONAL DE EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS DOS ANOS 1980-1990

Ao mesmo tempo que eram construídos novos padrões de interações socioestatais, reflexos das reivindicações e das mudanças políticas que culminaram na construção de novos mecanismos e espaços de participação política assegurados pela Constituição Federal de 1988, o país ensaiava a sua primeira experiência neoliberal (DAGNINO, 2016). No setor cultural, como destacamos no capítulo anterior, os anos 1980 e 1990 ficaram marcados pela inação do Estado na promoção de políticas públicas culturais de caráter estruturante. A ação estatal basicamente se resumiu à estruturação das leis de incentivos fiscais. Já na esfera econômica, especialmente no mercado cultural – este será o objeto desta seção –, passamos a observar um processo de deslocamento estrutural potencializado por importantes mudanças tecnológicas, sobretudo com relação ao crescente acesso à internet e suas tecnologias, pelo fenômeno da pirataria – em um primeiro momento por meios físicos (CD's e DVD's) –, bem como pelo processo de reestruturação global dos mercados econômicos e pelo crescimento do trabalho informal no contexto nacional.

Como destacam Barcellos (2012), Santos (2013) e Barros *et al.* (2010), a sobredeterminação desses fenômenos foi determinante para o deslocamento da estrutura produtiva e de distribuição do mercado cultural, sobretudo no setor fonográfico e audiovisual, uma vez que ajudou a promover mudanças radicais na forma de se produzir, interagir e se apropriar de bens artístico-culturais até então concentrados nas grandes gravadoras e produtoras e centrados na intermediação e no poder de seleção da mídia tradicional. Especificamente sobre a ampliação do acesso à internet:

(...) podemos de imediato citar duas importantes inovações tecnológicas: o MP3 e o *peer-to-peer*. Outras tantas se juntam a elas, como, por exemplo, a disponibilidade de ferramentas de produção e mixagem, sites de compartilhamento, *broadcasting*, *blogs*, *chats*, fóruns, comunidades e, finalmente, as grandes protagonistas do momento, as redes sociais. Tais mudanças transformam também a percepção e a ação cultural da música, nas formas que possibilitam o acesso, compartilhamento, disseminação, produção e promoção dos conteúdos sonoros (SANTOS, 2013, p. 133-134, destaques do autor).

Como argumenta Santos (2013, p. 134), o MP3, ao comprimir os arquivos com pouca perda de qualidade, potencializou as possibilidades de distribuição e reprodução de conteúdos; já o *peer-to-peer* (P2P), “um formato de rede de computadores que descentraliza as funções em rede, habilitando cada computador a ser ao mesmo tempo servidor e cliente”, permitiu que os usuários trabalhassem de forma compartilhada:

São exemplos de programas, aplicativos e redes que utilizam o P2P o *Ares Galaxy*, *eMule*, *LimeWire*, *Shareaza*, *SoulSeek*, *BitTorrent*, *BitComet*, *uTorrent* e o grande propulsor das disputas entre a indústria fonográfica e a internet, o *Napster* (SANTOS, 2013, p. 135, destaques do autor).

Como consequência das bases tecnológicas, a reprodução ilegal/alternativa se tornou mais simples e acessível, possibilitando “o aumento da pirataria que, apesar de recorrente na história da indústria fonográfica, apresentava limitações, dados os meios de armazenagem e reprodução anteriores (LP’s, CD’s etc.)” (BARROS *et al.*, 2010, p. 130). Esse crescente acesso à internet e suas tecnologias de compartilhamento de conteúdos, fenômeno verificado já na segunda metade dos anos 1990 e, sobretudo, no início dos anos 2000, bem como a adoção da pirataria como repertório por parte de atores coletivos, como os coletivos cineclubistas, ou mesmo por parte do consumidor como forma de resistência ao consumo legal/tradicional (BARROS *et al.*, 2010<sup>134</sup>), também impactaram os processos de articulação e de ação dos coletivos. Seja na música ou no audiovisual, por exemplo, essa configuração potencializou o surgimento de gravadoras independentes e a criação de cineclubes e coletivos que se valem da música e da produção audiovisual para suas ações, sejam elas político-sociais, sejam profissionais. Vale também destacar a emergência dos novos canais de divulgação de conteúdos, como Napster e outros mais recentes, como o YouTube, criado em 2005. Além de terem potencializado a difusão das ações dos sujeitos e coletivos, a venda de

---

<sup>134</sup> A resistência pode ocorrer de forma individual ou coletiva, como as ações de denúncia a determinadas marcas, boicotes e saída coletiva do mercado de consumo de determinada marca. O domínio do consumo, por essa perspectiva, também passa a ser visto como “o domínio da criação e recriação de significados e, portanto, da resistência” (POSTER *apud* BARROS *et al.*, 2010, p. 132). A partir dessa perspectiva, o estudo dos autores buscou analisar o discurso dos consumidores sobre os sentidos do *download* como resistência do consumidor à estrutura hegemônica do mercado, que, por sua vez, passou a considerar essa ação como pirataria.



produtos e o maior contato com os públicos sem uma dependência direta da intermediação de grandes gravadoras e da mídia tradicional, os produtores e coletivos – em níveis locais e regionais – também foram importantes para a formação de novos públicos, para o incentivo à criação de novos coletivos e para a comunicação e interação que daria início ao processo de articulação de artistas.

Corroborando Barcellos (2012), ainda que esses deslocamentos estruturais não tenham sido suficientes para promover uma nova hegemonia na indústria cultural – talvez com algumas exceções promovidas pelos movimentos de Economia Criativa e Economia Solidária – e nos padrões de consumo e interação entre artistas e públicos, foram suficientes para criar lacunas na estrutura de produção, circulação e consumo de bens artístico-culturais e para potencializar novas experiências e alternativas para o trabalho e atuação política. Foi em meio a essas lacunas e possibilidades que emergiram novas formas organizativas, ressignificando as ideias de trabalho coletivo, redes colaborativas e autonomia diante da estrutura formalizada do mercado tradicional, momento em que passamos a observar o início do processo de atuação dessas coletividades em redes fora do eixo Rio-São Paulo<sup>135</sup>.

Essas mudanças estruturais no campo econômico-produtivo-cultural teriam ainda maiores impactos nos repertórios dos coletivos na década seguinte. Os anos 2000, marcados pelo avanço dos novos meios e padrões de comunicação potencializados pela internet de banda larga e pelos *smartphones*, bem como pelo deslocamento estrutural promovido pelas mudanças dos mecanismos estratégicos-seletivos das políticas públicas culturais promovidas pela gestão petista, evidenciaram as novas estruturas de mobilização, organização e ação dos coletivos, marcando a emergência dos coletivos da “terceira onda”.

#### 5.4 AS NOVIDADES DOS COLETIVOS DOS ANOS 2000

Além do deslocamento na estrutura política decorrente das mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos promovidos pelo MinC durante a gestão petista, objeto de análise do capítulo anterior, e do deslocamento da estrutura do mercado e do consumo, visto

---

<sup>135</sup> É nesse contexto, ainda na segunda metade da década de 1990, que foram criados os primeiros coletivos que, em 2005, oficialmente dariam origem ao Circuito Fora do Eixo, ou simplesmente Fora do Eixo (FDE). O FDE, atualmente, é uma complexa e estruturada rede de coletivos de alcance nacional e internacional (com atuação na América Latina e Cabo Verde). A rede foi inicialmente articulada devido à posição de marginalização política e econômica de artistas, produtores e coletivos em relação aos sujeitos e às cenas artístico-culturais das cidades do eixo Rio-São Paulo. Diante disso, os atores passaram a se articular local e regionalmente, o que possibilitou a expansão de cenas artístico-culturais independentes em diferentes cidades – por isso o nome Fora do Eixo. Para uma leitura detida sobre a criação do FDE, conferir Barcellos (2012).

anteriormente, também percebemos uma mudança na cultura política com relação aos sentidos da participação político-institucional.

Como destaca Gohn (2019), a partir dos anos 1990, a participação política de agentes societários em espaços institucionais começou a deixar de ser compreendida como um processo de cooptação com reflexos na perda de autonomia das organizações sociais. Aos poucos, tanto analistas como ativistas passaram a perceber esse padrão de relação com o Estado como uma conquista da sociedade civil e como possibilidade de transformação das instituições<sup>136</sup>, marcando uma nova fase da participação política que se estenderia até meados da década de 2010<sup>137</sup>.

Nesse contexto de deslocamentos e reconfigurações estruturais, os coletivos culturais contemporâneos, além de atuarem nos espaços públicos, ocupando-os e ressignificando-os, como historicamente fizeram experiências coletivistas precedentes, também passaram a estruturar novas formas de interação política com a esfera institucional<sup>138</sup>. Com uma atuação mais crítica em relação à “política tradicional”, especialmente no que diz respeito às estruturas de participação e representação política centradas nos partidos e em outras estruturas com maior nível de formalização e hierarquização, ativistas e coletivos buscaram construir novas estratégias políticas e articulações para também se inserirem criticamente nos espaços político-institucionais do setor das políticas públicas culturais, sem abdicar, entretanto, da ação na esfera societária.

Embora essa estratégia de multiposicionalidade não seja inerente às experiências dos anos 2000<sup>139</sup>, percebemos um maior movimento nesse sentido com as mudanças na cultura política e nos significados da participação político-institucional, observados desde os anos 1990, bem como nas ações do MinC durante a gestão petista, as quais, como vimos no capítulo anterior, fomentaram a participação social na política cultural. Vale também destacar

---

<sup>136</sup> Como discutimos no segundo capítulo a partir do estudo de Dowbor (2014) sobre o movimento sanitário brasileiro nos anos 1970, cuja atuação e articulações culminariam na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, esse padrão de relação e essa reflexividade sobre a instituição como espaço de disputa política, e não necessariamente de cooptação, não se limita ao contexto democrático.

<sup>137</sup> Para Gohn (2019), as manifestações de 2013 marcam um novo sentido de participação no Brasil. Segundo a autora, influenciados por ideias autonomistas e anarquistas, os grupos, coletivos e organizações de movimentos sociais passaram a recusar/criticar a participação em espaços institucionais, o que temos destacado pela ideia de “crítica à política tradicional”.

<sup>138</sup> Nossa atenção às interações com a esfera institucional centra-se, sobretudo, nas instituições políticas estatais (o Estado em um sentido mais amplo). Para uma leitura sobre as interações dos coletivos com as instituições artísticas propriamente ditas, conferir os estudos de Mesquita (2011) e Pires (2007).

<sup>139</sup> O envolvimento crítico de grupos/coletivos artísticos com as instituições já era verificado em momentos anteriores, como na década de 1930, com a entrada dos modernistas no governo Vargas, ainda que por estratégias e projetos políticos distintos (Cf. CALABRE, 2009).

que as interações com o Estado e a ação multiposicionada não significaram apenas uma mudança de estratégia de confronto para a mobilização de estratégia de interação. Trata-se de um complexo processo inscrito em certos contextos que podem facilitar ou restringir esse tipo de relação, variando entre conflito e cooperação. O que estamos a destacar é que, embora as interações socioestatais não sejam uma novidade em relação à ação de artistas e coletivos, os anos 2000 se apresentaram como um contexto estratégico-relacional mais favorável a esse tipo de ação e relação.

Além dos novos padrões de interação, os coletivos culturais contemporâneos têm se apresentado como experiências atravessadas e constituídas por múltiplas linguagens artístico-culturais e por múltiplas agendas políticas, configurando um espaço de integração artística e de articulações políticas. São essas dimensões, inclusive, que nos levaram a optar pela nomenclatura *coletivos culturais*, e não *coletivos artísticos*, para nos referimos especificamente aos coletivos que emergiram nos anos 2000.

Com relação às múltiplas linguagens, a integração artístico-cultural pode representar um reflexo de certa “despreocupação” dos coletivos, em relação às experiências de décadas anteriores, em direcionar suas ações e produções ao âmbito institucional das Artes, no sentido de promover disputas paradigmáticas internas ao campo. Essa “despreocupação”, juntamente com a estratégia de ação multiposicionada, parece gerar maior capacidade de ação política e maior liberdade criativa e experimental, uma vez que, como destaca Pires (2007), parece haver um desprendimento com relação a uma identidade artística atrelada a um movimento específico do campo, como ocorreu em outros contextos em relação ao campo artístico:

Se na década de 60/70 tinha-se esboçado a possibilidade real de uma transformação radical dos regimes e sistemas de manutenção das ordens institucionais, a partir das mais diversas formas de pensamento e ação, elaboradas e explicadas em projetos e programas, o que se percebe e se vive hoje [anos 2000] é diametralmente o oposto. Não há espaço para nenhuma possibilidade de construção de projetos ou programas, e um dos motivos mais significativos deste fato é a ausência de desejo de construções homogênicas e hegemônicas. Não se trata de uma pretensão de superação do moderno enquanto evento histórico. Isso colocaria a produção atual no mesmo patamar belicista das neovanguardas do 60/70. Trata-se muito mais de afirmação de outros projetos, de outros *outros*. Sem dúvida, é uma tomada de posição, é uma tática constituinte necessária no sentido de uma afirmação da diferença (PIRES, 2007, p. 28-29, destaque do autor; acréscimo nosso).

Isso nos fomentou a identificação das experiências de múltiplas linguagens no contexto capixaba. A partir das respostas dos 55 coletivos que participaram da pesquisa por meio do questionário de levantamento, percebemos que 32 coletivos evidenciaram de forma objetiva, isto é, literalmente expressa, duas ou mais temáticas e/ou linguagens artístico-

culturais quando questionados sobre “Quais as áreas temáticas e linguagens do coletivo?”. A imagem a seguir representa as principais linguagens artístico-culturais, reduzidas a uma palavra, indicadas pelas múltiplas respostas dos coletivos:

**Imagem 1 – Linguagens artístico-culturais – Coletivos Culturais no ES**



Fonte: elaboração própria.

Isso é um reflexo da pluralidade de sujeitos e conhecimentos que comumente permeiam os coletivos culturais. Embora comum no atual contexto, vale destacar que as experiências de múltiplas linguagens artístico-culturais são observadas em décadas anteriores. Especificamente no contexto brasileiro, podemos destacar o Movimento Antropofágico, nos anos 1920-1930, e o Tropicalismo, nos anos 1970. O que presenciamos, hoje, pode ser compreendido como uma herança desses movimentos, mas cuja ação e formas de ser são distintas devido às especificidades dos contextos estratégico-relacionais, quer seja em relação à esfera estatal, quer seja em relação ao campo artístico (Cf. PIRES, 2007; ROCHA, 2009).

Fazendo uso de diferentes linguagens para levar adiante os seus objetivos e demandas sociopolíticas e profissionais, alguns coletivos atuam especificamente com o corte racial, mobilizando as danças de matrizes afro-brasileiras como forma de resgatar culturas e valorizar a identidade dos sujeitos pretos. Outros, com ou sem o corte racial, mobilizam a produção literária como forma de promover o debate sobre as desigualdades sociais e sobre a realidade da população da periferia urbana. Já outros, especialmente os coletivos culturais feministas, mobilizam a literatura para evidenciar e desconstruir as relações machistas e a violência contra a mulher, bem como para incentivar a formação de novas escritoras. Também há experiências de coletivos voltados ao debate sobre a desigualdade social e a educação

artístico-cultural a partir da promoção da integração artística, envolvendo teatro de rua, grafite, muralismo, dança, literatura, música e produção audiovisual. Essas configurações também nos ajudam a perceber as múltiplas agendas percebidas nessas experiências.

Com relação às múltiplas agendas, é preciso considerar as experiências societárias em um contexto marcado pela expansão e aprofundamento da lógica capitalista, potencializada pela globalização e integração econômica em curso destes os anos 1990, bem como pelas novas demandas socioculturais e experiências políticas, cujas ações têm provocado novos deslocamentos tanto no interior das relações sociais como nas relações entre o Estado e a sociedade. Nesse novo contexto, como destaca Laclau (2000, p. 68), ao contrário de uma apatia política ou processos de cooptação, temos observado novas experiências de resistências lançando “à arena histórica novos atores sociais que, precisamente por moverem-se em um terreno deslocado, reivindicam constantemente suas próprias formas sociais”.

No Brasil, esse processos de diferenciação e de politização de “novas áreas da vida social”, verificados já nos anos 1980, parecem ter passado por um aprofundamento a partir de finais dos anos 1990, momento em que novas resistências passaram a ganhar maior expressão política com a construção de suas próprias formas sociais e organizações em torno, por exemplo, das questões de gênero e sexualidade, da luta antirracista, do debate sobre a defesa do meio ambiente e dos animais, das lutas pelo direito à cidade, dentre outros. Desde então, temos vivenciado uma crescente ampliação do *político*, isto é, do plano das lutas sociais presentes em uma determinada formação social, com a presença cada vez maior de novas formações político-identitárias e novas experiências de organização e ação política. É nesse contexto que temos percebido os coletivos contemporâneos como formas especiais de organização e ação política atravessada e constituída por múltiplas agendas, e, em alguns casos, como experiências marcadas pela interseccionalidade.

Especificamente com relação aos coletivos culturais no contexto capixaba, ao serem indagados sobre “Quais os objetivos/missões do coletivo (demandas pelas quais atua o coletivo)?”, percebemos uma diversidade de demandas de caráter político, social, cultural e profissional, o que nos exigiu um olhar mais atento para evitarmos a estilização das diferentes experiências de coletivos ao assumi-las genericamente como coletivos culturais<sup>140</sup>. A imagem a seguir nos fornece uma ilustração dessa diversidade:

---

<sup>140</sup> Deslocamos essa problematização para o último capítulo. Ao analisarmos as 55 experiências de coletivos culturais, buscando compreender suas demandas/vocações, as dimensões política, social, cultural e profissional, foi possível estruturar seis tipos de lógicas coletivas, quais sejam: (1) Ativismo Político Amplo, indicando ações



**Quadro 1 – Múltiplas agendas – Coletivos Culturais no ES**

<b>Quais os objetivos/missões do coletivo (demandas pelas quais atua o coletivo)?</b>
Divulgar e enaltecer a cultura negra capixaba, dando manutenção e valorização das raízes africanas (...). Além de abordar diversas temáticas como extermínio da juventude negra, intolerância religiosa, racismo, homofobia, devastação do meio ambiente, afrofuturismo e diáspora africana.
Somos formados por artistas que se interessam pela dança como eixo central (...) sobretudo suas possíveis relações transversais com outras linguagens. Fundamos o Emaranhado porque percebemos em Vitória a necessidade de artistas que pesquisassem a arte negra cênica com novos parâmetros.
Visamos difundir a linguagem e dramaturgia do palhaço brasileiro e a palhaçaria feminina
Visa contribuir para a formação de mulheres que desejam conhecer mais sobre literatura, mercado editorial e escrita literária, com foco no estímulo a suas criatividades e identidades.
Buscamos ocupar espaços, promover a cultura e a formação profissional.
Atuamos pelos direitos a políticas públicas, empoderamento e autonomia financeira para mulheres negras periféricas da região.
Tem a finalidade desenvolver, promover e apoiar ações para a defesa, promoção, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente através de atividades de cultura.
Potencializar a qualificação de espaços e da sociabilidade urbana por meio da arte, <i>design</i> e urbanismo.
Manutenção do meio ambiente, desenvolver a cultura (...). Desenvolver novos artistas com formações.
Democratizar o acesso à arte e à cultura; incentivo à leitura e conscientização de pautas sociais e políticas através da arte.
Possibilitar que adolescentes e jovens das comunidades construam seu alicerce pessoal, valorizem o estudo, abominem a violência e se tornem cidadãos participativos da sociedade, promovendo, assim, a inclusão cidadã de jovens através do multiculturalismo de conhecimentos.
Trabalhar com minorias, descentralizar o acesso à arte, fazer Teatro de Rua, Circo, Dança, Educação Popular para Saúde.
Difundir a arte urbana, em especial o grafite e a pichação, destacando a desigualdade social.
Promover encontros presenciais e itinerantes com outras mulheres lésbicas, movimentos sociais e instâncias públicas de representatividade, diálogo e fortalecimento da pauta. O coletivo atua para afirmar as nossas vidas – vida das mulheres lésbicas – de forma autônoma ou em nossas relações, na luta contra a subalternização e a favor da normalidade de nosso amor.
Nosso objetivo era levar entretenimento e informação para a juventude/população periférica.
Criar um espaço coletivo para artistas, com apresentações de teatro, dança (...). Também formar novos artistas.
Objetivo principal é manter a cultura regional viva e fortalecida; nossas demandas são apresentações de forró e dança afro, além de fazer trabalhos de pinturas e animações de festas.

Elaboração própria.

Os dados obtidos por meio do questionário, bem como pela observação direta das experiências dos coletivos culturais, parecem indicar que as dimensões de múltiplas linguagens artístico-culturais e múltiplas agendas promovem um tipo especial de estrutura organizacional e de ação política, uma estrutura de caráter mais dinâmico e diversificado. Aparentemente, esse tipo de estrutura indica possibilidades de participação e expressão

política que outras experiências organizacionais não permitiram, ou para as quais representaram maiores desafios. Como nos indicou uma ativista:

Mas aí, as meninas conversando, eu sugeri que a gente fizesse um coletivo, porque, na minha compreensão, um coletivo conseguiria atender maiores demandas do que uma *Crew*<sup>141</sup> (...) Porque a *Crew* ela é muito específica mesmo [do ponto de vista da linguagem artística] (...). Aí eu falei assim: “A gente já pode produzir outras coisas para além de pintura. A gente pode fazer oficinas, leitura, fazer exposição a mais, misturar”. E aí começou a história. Durante esse processo do início do coletivo, a gente teve muitas possibilidades de fazer intervenções de maneira coletiva e se associar a outros coletivos para fazer isso (...). Pra mim, no meu entendimento que eu via no período, o coletivo consegue, mesmo se você tem um recorte de linguagem um coletivo artístico, um coletivo de grafitti, ele consegue abranger as ações e linguagens. Então, se um coletivo tem 10 pessoas, cada pessoa dentro desse coletivo tem um determinado conhecimento, tem uma determinada desenvoltura com algum tema, que ele pode ter um leque de ações [artístico-culturais e políticas] que eu acho que, às vezes, não caracteriza um grupo de artistas, por exemplo. No meu ver, um coletivo [cultural] é isso (Entrevistado 1. Entrevista cedida no dia 20 de fevereiro de 2019, acréscimos nossos).

Para além das queixas sobre a formalização, verticalização e hierarquização dos espaços tradicionais de participação política, os coletivos dos anos 2000 emergiram questionando a efetividade das instituições políticas históricas na promoção de determinadas demandas político-identitárias. Vistos como portadoras de projetos políticos estruturais e relativamente fechados, as críticas direcionada aos partidos, sindicatos e mesmo a certas organizações de movimentos sociais indicam que questões cruciais para determinados segmentos sociais, culturais e raciais às vezes são relegadas para segundo plano.

Esses indícios também foram verificados no trabalho de Rezende e Scovino (2010). A entrevista do coletivo paulista Frente 3 de Fevereiro, criado em 2004, também nos ajuda a perceber essa questão entre coletivo e movimentos sociais:

*Daniel Lima* [ativista]: O que queremos fazer é montar uma outra estratégia [diferente de um “movimento político tradicional”, nas palavras do entrevistado] para discutir essas questões [refere-se às questões raciais, em especial, o negro na sociedade brasileira]. E isso se liga à sua pergunta sobre modelos de movimentos sociais, sejam norte-americanos, ou o movimento negro brasileiro, que também teve força no século XX. São modelos que têm como base um projeto político e a defesa desse projeto político. E a defesa desse projeto político impõe uma restrição à capacidade criativa; a todo momento você tem que defender o seu projeto político. Não interessa, em muitos momentos, ao projeto político, a dualidade, os duplos, espaços de interpretação. Pelo contrário, o que lhe interessa é uma afirmação, é reiterar posições. Mas, para nós, a brincadeira toda é essa: não cair nessa solução. E refiro-me a bem mais do que uma solução apenas estratégica. Estou falando sobre estrutura de organização desses movimentos, como os *Black Panthers*, que tiveram uma estrutura de participação e de organização que para nós não serve. Nascemos e

<sup>141</sup> O termo pode significar “equipe” ou grupo de pessoas que estão a trabalhar coletivamente, comumente organizado por amigos. Para o entrevistado, se comparado a um coletivo, é algo mais pontual em termos de linguagens e ações artístico-culturais.



vivemos numa organização de coletivos que têm uma outra estrutura, uma horizontalidade diferente, uma maneira de participação completamente distinta. Os *Black Panthers*, por exemplo, tinham uma relação hierárquica muito forte. Dentro de um coletivo não há uma relação hierárquica, mas uma horizontalidade e a defesa da horizontalidade (...). Na Frente [3 de Fevereiro] há descendentes de japoneses, de árabe, de índio, enfim, é um grupo bem diverso (...) de jeito nenhum é um grupo constituído, com uma base de identidade fixa (...). Temos que, necessariamente, trabalhar com essa transversalidade. Então, em parte, para os curadores, o trabalho fica difícil (...). Então se pedíssemos para um crítico de arte trabalhar com o que fazemos, um crítico de artes plásticas, em certa medida ele não terá alcance, em termos de referência, a uma parte que estamos produzindo musicalmente, a uma parte do que estamos produzindo em termos de vídeo, de discussão audiovisual (REZENDE; SCOVINO, 2010, p. 96; 101, destaque nosso; acréscimos nossos).

Essa dimensão política mais ampla, outra característica importante para refletirmos sobre os coletivos contemporâneos, é reconhecida pelos sujeitos em suas distinções com relação às experiências coletivas anteriores e às demais experiências (associ)ativistas contemporâneas. Ao ser questionado sobre sua experiência em coletivos artísticos dos anos 1990 e nos atuais coletivos culturais no contexto presente, nosso entrevistado fez a seguinte colocação:

Não reconheço, hoje, que éramos [no final dos anos 1990] um coletivo como os de hoje. Eu acho que éramos mais um grupo artístico... Eu acredito que o Grupo Zói<sup>142</sup> tenha sido uma tentativa de um coletivo. Eu acho que foi mais isso (...). Não existia essa consciência política [mais ampla]. Nas obras [produção artístico-cultural do grupo] você encontrava [uma consciência política], mas no grupo não existia, a gente não tinha essa finalidade (...). Por ter essa noção de hoje, 2019, do que eu entendo como um coletivo, é que afirmo que o Grupo Zói não foi um coletivo. Porque um coletivo, no meu entendimento, tem essa dimensão política mais aberta (...) os coletivos não se reúnem só pela produção, como foi o grupo Zói. Eles se reúnem em torno de uma bandeira. O coletivo Negrada, que virou... Que virou não... Acho que é Damballa, do Adriano [Monteiro]. Você tem uma bandeira ali de questões antirracistas, de ter espaço, de mudar essa coisa (...). Tem o Feministas de Quinta (...) é uma galera que tem aquela coisa, o empoderamento feminino, essa é a bandeira (...). Por isso eu tenho esse pé atrás de dizer que o Grupo Zói foi um coletivo. Talvez tenha sido um coletivo artístico. Coletivo, hoje, eu acho que tem outra dimensão. Acho que é fruto da própria consciência política que as pessoas, principalmente depois de 2013, começaram a ter de si, de que somos agentes políticos, de que existir já é um ato político. (Entrevistado 4. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2019, acréscimos nossos).

Essa dimensão política mais ampla, que nos ajuda a compreender tanto a formação de múltiplas agendas como o caráter dinâmico das estruturas organizacionais dos coletivos em geral, também pode nos auxiliar a entender o porquê do uso massivo do termo “coletivos culturais” e não de “grupos de artistas”, “associação de artistas” ou mesmo “coletivos artísticos”:

---

<sup>142</sup> O Grupo Zói foi pensado e criado entre finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, na cidade de Vitória, Espírito Santo.

- a) Os coletivos culturais contemporâneos, diferentemente dos agrupamentos de décadas anteriores, são mais heterogêneos em relação aos sujeitos; inclusive, nem todos os ativistas são necessariamente artistas, alguns são técnicos de montagem, técnicos de som, outros são pesquisadores, gestores culturais, empreendedores culturais (empresário-proprietários de escolas de formação, produtoras etc.), dentre outras atividades<sup>143</sup>;
- b) Tendem a não perceber problemas da atuação institucional no sentido de promover a discussão sobre políticas públicas de cultura, ocupação e ressignificação dos espaços públicos.
- c) Comumente buscam uma perspectiva artístico-cultural plural e híbrida, que não se limita à produção artística em si;
- d) Radicalizam as experiências de ação política plural, configurando agrupamentos com múltiplas agendas.

Ainda nesse sentido, é preciso informar que são múltiplas as experiências, sobretudo no campo artístico-cultural, que se autodenominam como coletivos. Compreendemos esse fenômeno a partir de sua inscrição no contexto estratégico-relacionado dos anos 2000, sobretudo o ciclo de protestos entre os anos de 2013 e 2016. Como discutimos, as relações diferenciais, inseridas no contexto de estruturação do discurso de crítica à política tradicional, podem nos ajudar a compreender porque diferentes grupos têm mobilizado novos significados sobre suas experiências organizacionais, reivindicando o significante “coletivo” em sua autodenominação.

Devido ao tipo de pesquisa e considerando a novidade nos estudos sobre coletivos, a opção metodológica foi a de não assumir um conceito de partida para, depois, verificar quais agrupamentos participariam ou não da pesquisa. Partimos da autodenominação dos agrupamentos como “coletivos culturais”. Estamos cientes das implicações desse procedimento. Como observam Houtzager, Gurza Lavallo e Acharya (2004) em estudo sobre organizações civis em São Paulo, o principal aspecto negativo em se trabalhar com a autodenominação é a possibilidade de o termo ter os seus conteúdos analíticos esvaziados –

---

<sup>143</sup> Ao analisar os coletivos artísticos, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, André Mesquita (2011, p. 18, destaque do autor) também destaca essa dimensão da vivência não artística e de subversão da aura da arte, que se desloca da forma para ganhar uma nova dimensão no coletivo que a produz. Nesse processo, argumenta o autor, “a atividade artística é também vivenciada e transferida para as mãos de ‘não artistas’ que se transformam em produtores estéticos, destituindo o domínio de antigas especializações que insistem em separar artistas e não artistas, indivíduos criativos e não criativos, profissionais e não profissionais”. Essa crítica já se fazia presente nas ações do movimento artístico conceitual, entre os anos 1960 e 1980, sendo ressignificada ao longo dos anos 2000.

no caso dos autores, a predominância da autodenominação era “ONG”<sup>144</sup>. No entanto, foi justamente esse procedimento que nos ajudou a refletir sobre esse aspecto já observado pela literatura<sup>145</sup> e, sobretudo, ajudou-nos a indicar a possibilidade de distinção dos tipos de coletivos culturais a partir de suas ações (Cf. nota 138).

Por fim, ainda que os sentidos de coletividade, trabalho colaborativo, busca pela supressão das relações de hierárquicas, bem como a pluralidade de linguagens, a ocupação e ressignificação dos espaços públicos e articulações políticas sejam elementos inerentes à arte e ao ativismo artístico contemporâneo, estender esse argumento para a ideia de que os coletivos, em si, não têm nada de novo, como faz Rosas (2004), nos parece extremamente problemático:

**Coletivos, em si, nada têm de novo.** Já são uma tradição na arte, na literatura, que percorreu todo o século vinte, aqui [Brasil] como lá fora. Segundo o historiador de coletivos artístico Alan Moore, seu ponto de partida foi logo após a Revolução Francesa, com os estudantes de Jacques-Louis David, os barbados, ou “Barbu”, que formaram uma comunidade criativa que viria a ser chamada de Boêmia, espécie de nação imaginária espiritual de artistas – cujo nome provinha de uma nação de verdade e geraria a idealização do estilo de vida “boêmio” –, compondo um contraponto à academia oficial. Desde então, o fenômeno tem ocasionalmente se repetido ao longo da história da arte, como o Arts and Crafts na Inglaterra vitoriana, dadaístas, situacionistas, Fluxus, numa lista quase infinita de grupos dos mais diversos tipos (ROSAS, 2004, p. 7, destaque nosso; acréscimo nosso).

Embora Rosas (2004) afirme que os coletivos, em si, não tenham nada de novo, paradoxalmente o autor destaca diferenças relevantes entre as experiências de agrupamentos artísticos nacionais do século XIX e as experiências contemporâneas, que, em si, trazem novidades ao ressignificarem repertórios e ao construírem novas estratégias de ação e mobilização política por meio de uma atuação mais ampla:

No Brasil, eles [os coletivos] remontam ao século dezenove, com o grupo dos românticos em São Paulo, os grupelhos de poetas simbolistas, os modernistas da década de 1920, o grupo antropofágico, os concretistas nos anos 1950, o coletivo Rex de artistas na década seguinte, 3Nós3 e Manga Rosa na década de 1970, Tupi Não Dá, ou os mais recentes Neo-Tao e Mico, entre inúmeros outros. O que diferencia a atual [anos 2000] voga de movimentações coletivas no Brasil são o caráter político de boa parte delas, assim como o uso que muitas fazem da internet,

---

<sup>144</sup> O que poderia ser feito, mas escapou às possibilidades deste trabalho, é um estudo de casos semelhantes e discrepantes em termos de estrutura organizacional, processos de tomada de decisão interna, tipos de relação com o Estado, dentre outros, buscando compreender, por exemplo, por que uma companhia de teatro ou de dança, já estruturadas em formato de escolas e/ou cursos de formação profissional, ou por quais motivos um agrupamento com estrutura empresarial, como produtoras, se autodenominam como coletivos.

<sup>145</sup> A pesquisa de Rocha (2009, pp. 144-169) também destaca essa diversidade de formas e experiências estéticas, políticas e organizacionais entre os coletivos. É essa diversidade, segundo a autora, que ajuda a compreender a dificuldade em chegar a um consenso, inclusive entre os ativistas, sobre o que é um coletivo.

seja via listas de discussão, websites, fotologs e blogs ou simplesmente comunicação e ações planejadas por e-mail (ROSAS, 2004, p. 7, acréscimos nossos).

Na distinção, em que aponta para o caráter político e para o uso da internet como parte da estrutura de mobilização, o autor identifica alguns elementos, além dos que apontamos até aqui, que também consideramos como modificações dos repertórios organizacionais e de ação em relação aos agrupamentos artísticos de décadas anteriores.

O “paradoxo de Rosas” continua. Em outro trabalho, ao discutir a tradição de coletivos artísticos no Brasil, dos anos 1920-30 aos anos 2000, ao mesmo tempo que destaca a presença de novos coletivos nos anos 1970 e 1980, afirma que “esse liame se perdeu em algum lugar nos anos 1980 e tais formações só retornariam em meados dos 90 para cá, sem nenhuma ligação aparente com seus predecessores” (ROSAS, 2006, p. 28).

Ainda que possamos argumentar que no Brasil não observamos uma “tradição ininterrupta” entre as ações e coletividades já verificadas nos anos 1920-30 com os modernistas e, sobretudo, a partir da década de 1960 aos nossos dias, é questionável a validade do argumento de que houve um momento de desmobilização das experiências artísticas coletivas entre os anos 1980 e meados dos anos 1990, só sendo retomada nos anos 2000, sem qualquer relação com as experiências predecessoras. O problema central é a compreensão do autor de que em um determinado momento, especificamente os anos 1980, os coletivos tenham simplesmente se desmobilizado, deixado de existir, o que, em certa medida, vai de encontro aos seus próprios argumentos:

Os coletivos surgem, se desfazem, se mantêm, se replicam, vão e voltam, de forma independente e espontânea e assim como a mídia voltou suas lentes para eles também se esquece rápido deles, **mas eles estão aí, atuando nas sombras, nas brechas ou na luz do dia** (ROSAS, 2006, p. 28, destaque nosso).

Em suma, como temos sustentado até aqui, os coletivos culturais contemporâneos não são um novo fenômeno – se por *novo* compreendemos uma experiência sem qualquer relação com heranças culturais e estruturais de outras experiências de ação coletiva. Mas isso não significa que não apresentem novidades alguma, tampouco que não tenham nenhuma ligação aparente com seus predecessores.

Não podemos perder de vista que os coletivos culturais se configuram como experiências que são retomadas em contextos históricos, culturais, geográficos e políticos específicos, sempre ressignificando repertórios, discursos e conceitos. Somente a partir dessa leitura que conseguimos compreender como e os porquês dos grupos se organizarem a partir

de determinados arranjos e agirem a partir da mobilização de certas estratégias (conflito ou cooperação), fazendo-se novidades em seu existir estratégico-relacional.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES

Com este capítulo, esperamos contribuir para a ampla e recente discussão em torno do tema dos coletivos, em especial os coletivos culturais. Buscamos destacar que uma análise relacional pode contribuir para uma melhor compreensão das emergências dessas experiências, considerando suas relações espaçotemporalmente inscritas.

Com esse tipo de abordagem, vimos que, embora algumas das características próprias estejam relacionadas ao tempo presente, como o uso massivo da internet como parte de suas estratégias de mobilização e de ação, outras características merecem uma atenção em relação à história e posterior atualização por novas experiências coletivas, tais como os sentidos de coletividade, redes colaborativas, horizontalidade, autonomia, descentralização, ausência de liderança, dentre outros. Longe de uma procura do novo ou de uma negação da novidade, buscamos ajustar o enfoque teórico-analítico para uma melhor compreensão dessa nova forma de mobilização e ação da sociedade civil contemporânea representada pelos coletivos, sem perder de vista as experiências anteriores.

Ao refletirmos relacionalmente sobre os coletivos culturais contemporâneos, objetivamos problematizar e compreender os sentidos presentes na construção da ideia de coletivo, os quais nos ajudam na análise da criação e ressignificação de repertórios organizacionais e de ação dessas coletividades ao longo do tempo, contribuindo também para a análise do contexto estratégico-relacional das diferentes emergências coletivas. Com isso, buscamos aprofundar o debate sobre o que há de novidade nas experiências dos coletivos culturais que permitam pensá-los como novas formas de mobilização, organização e ação da sociedade civil contemporânea.

Justamente por isso, revisitamos os contextos estratégico-relacionais dos anos 1960 aos anos 2000. Nesse percurso, argumentamos que alguns sentidos sobre a ideia de coletividade, trabalho colaborativo e horizontalidade são elementos discursivos, estruturais e estruturantes comuns na organização coletiva no campo artístico-cultural: não havendo, portanto, muita novidade em si. As novidades se encontram nas interações estabelecidas com as instituições, com a construção de uma posição diferencial em relação a outras organizações

contemporâneas, no caráter híbrido e plural do ponto de vista das linguagens artísticas, na formação de múltiplas agendas e na extensão política de suas ações.

Longe da recusa de inovações e buscando rupturas com perspectivas lineares, percebemos a novidade dos coletivos na medida em que (re)surgem no debate político e acadêmico, resgatando diferentes experiências – como os autonomistas, os anarquistas e grupos socialistas – e estruturando relações diferenciais com os seus exteriores constitutivos. Nesse processo, os coletivos têm conseguido apresentar novos significados aos discursos político-organizacionais e promover o debate em torno do (associ)ativismo contemporâneo, logrando destaque nas recentes mobilizações e articulações de protestos. É neste complexo movimento que os coletivos se apresentam como uma instigante novidade, desafiando tanto os analistas como o poder público.

## **6 A POLÍTICA CULTURAL NO ESPÍRITO SANTO (2003-2016): PRINCÍPIOS, ORIENTAÇÕES, AMBIGUIDADES E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS**

Neste capítulo, exploraremos os princípios e as orientações que estruturaram os mecanismos estratégico-seletivos do Estado no processo de institucionalização da política cultural entre os anos de 2003 e 2016, destacando as ambiguidades e as interações socioestatais que marcaram esse processo. Ao informarmos o contexto estratégico-relacional das políticas públicas culturais, em geral, e do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), em particular, o que será fundamental à análise do capítulo seguinte, esperamos contemplar os três objetivos específicos de pesquisa, quais sejam: (I) analisar os mecanismos relacionais construídos no e que sustentaram o processo de implementação do PRCJ; (II) analisar como as interações se transformam ao longo do tempo; (III) e identificar os mecanismos que operaram no processo de mútua constituição entre o Estado e os coletivos culturais em torno do PRCJ, considerando o processo de criação, articulação e mobilização de repertórios de ação e organização dos coletivos culturais e as mudanças na estrutura estatal, especialmente a inserção e a sedimentação de significantes e significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais coletivistas.

Ao longo do capítulo, sustentaremos que a emergência do PRCJ resultou da relação entre o Estado, o mercado, representado na figura do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo (SINCADES), e os coletivos culturais. Como veremos, o Programa surgiu das interações entre as esferas econômica e estatal, contando com a participação decisiva de atores estratégicos – cuja ação foi fundamental para a facilitação do envolvimento crítico de ativistas com a esfera institucional – e com a participação de ativistas em todo o ciclo da política. Essas relações se estruturam em um contexto de tensionamento entre Estado e agentes societários em torno dos princípios e orientações das políticas culturais.

Com essa discussão, também almejamos uma primeira aproximação com a hipótese de pesquisa, a qual sustenta que as interações entre os agentes societários e a esfera estatal em torno do processo de construção e implementação do PRCJ foram fundamentais para a emergência e articulação de novos coletivos culturais, para a estruturação de uma rede de coletivos e para um processo de mudança institucional, o que também envolveu uma mudança no discurso institucional à medida que o significante “coletivos”, e os significados que este representa em termos de experiência organizacional, espaço de trabalho e socialização, foi inserido e institucionalizado no discurso estatal. Ao fazer parte das discussões e ações do

Estado, configurou-se o que estamos a denominar de “mútua aprendizagem”. Ademais, sustentamos que essa relação promoveu facilitações para a ação multiposicionada de ativistas de coletivos no interior da SECULT, seja durante a experiência do PRCJ, seja nos anos posteriores ao Programa.

Para isso, além da revisão de literatura, recorreremos à entrevista em profundidade realizada com Erlon José Paschoal, então Subsecretário de Cultura, gestor que ficou diretamente responsável pelo PRCJ, e com ativistas que integraram o corpo técnico do PRCJ. Além disso, também analisamos matérias jornalísticas com ativistas e conselheiros do Conselho Estadual de Cultura e os dados de pesquisa obtidos por meio da análise documental, especificamente o (I) “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025” (ES-2025), (II) estudos do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), (III) relatório “Cultura Presente, política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010”, da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT, s/d), (IV) e atas de reunião do Coletivos Unidos (CU).

Além desta introdução, o capítulo apresenta mais duas seções. Na primeira, destacaremos as diretrizes, metas e princípios do que estamos a denominar de “primeiro tempo” da política cultural no Espírito Santo, compreendendo o período de 2003 a 2007. De forma mais ampla, localizaremos a inscrição da política cultural no interior de um conjunto de ações estratégico-estruturais do Estado. Na sequência, destacaremos a configuração do contexto estratégico-relacional do “segundo tempo” da política cultural no estado (2009-2016), realçando as relações entre o Estado, o mercado e os coletivos culturais.

## 6.1 O “PRIMEIRO TEMPO” DA POLÍTICA CULTURAL (2003-2008): A CULTURA ENQUANTO ELEMENTO ESTRATÉGICO

Com o início da gestão de Paulo Hartung (2003-2011), a cultura, como objeto de política de Estado, finalmente parecia ter adquirido *status* político em âmbito estadual<sup>146</sup>. Isso porque, até então, como destacou o então governador no texto de apresentação do relatório “Cultura Presente, política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010” (SECULT, s/d, p. 6), toda maquinaria administrativa do Estado, e não só a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), “estava destrocada pelo governo que imperava fazia anos no Estado”, e “desde

---

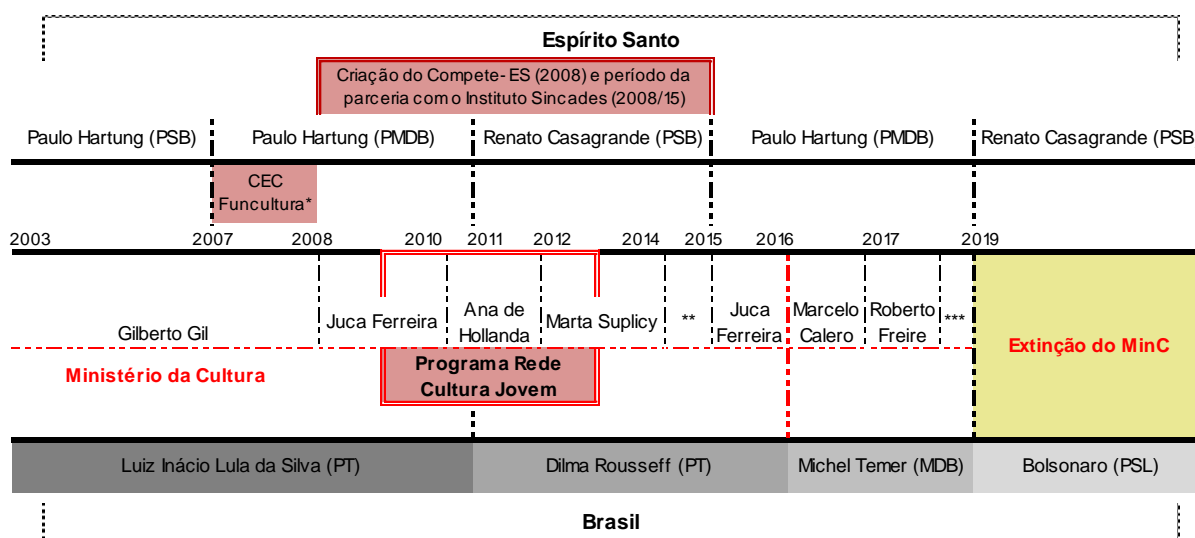
<sup>146</sup> Para uma leitura das ações culturais na década de 1990, sobretudo na cidade de Vitória, conferir Souza (2009).



que assumimos o Governo do Estado do Espírito Santo, em janeiro de 2003, a cultura passou a ser uma prioridade nas terras capixabas”.

De fato, como veremos, ações estruturantes foram realizadas em sua gestão, mas não sem ambiguidades e controversas, especialmente quando consideramos os princípios e orientações desenvolvimentista-gerenciais que marcaram a política local da gestão de Paulo Hartung. Inscrito no contexto estratégico-relacional das ações estruturantes desenvolvidas pelo MinC – em torno do processo de construção e solidificação do SNC e do PNC juntamente com os estados, municípios e a sociedade civil –, o governo do Estado, por um lado, reestruturou a SECULT, reorganizou e reativou o Conselho Estadual de Cultura (CEC), criou a política de editais públicos e o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), como forma de democratizar o acesso aos recursos e viabilizar o financiamento à área cultural; por outro, estruturou novos mecanismos relacionais com a esfera econômica, especialmente com o SINCADES. O principal deles foi o Compete-ES, um amplo programa de incentivos fiscais à esfera empresarial que seria foco de críticas e ações judiciais.

**Imagem 3 – Governos local e nacional (2003-2019)  
Ministério da Cultura, Parceria Estado-Sincades e o Programa Rede Cultural**



\* O Conselho Estadual de Cultura (CEC) foi criado em 1967, tendo sido reformulado, pela primeira vez, em 1988. A segunda reformulação, promovida entre 2007 e 2008, ocorreu após cinco inativos. Já o Funcultura foi criado em 2008.

\*\* Após a saída de Marta Suplicy, Ana Cristina Wanzeler assumiu interinamente entre novembro e final de dezembro de 2014.

\*\*\* Após a saída de Roberto Freire, em maio de 2017, estiveram à frente do MinC João Batista de Andrade (mai/jun de 2017) e Sérgio de Sá Leitura (julho de 2017 a dezembro de 2017).

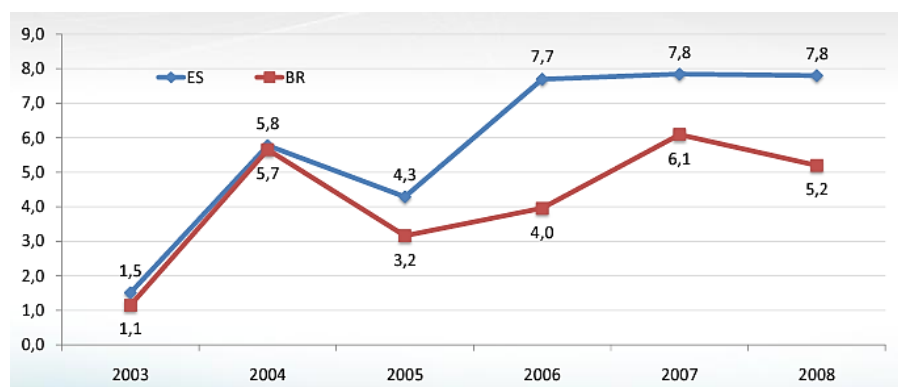
Elaboração própria

Além de viabilizar o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), o principal mecanismo relacional entre o Estado e os coletivos culturais entre os anos de 2009 e 2013, essas relações foram importantes para o aumento do investimento no setor cultural e para o processo de reestruturação institucional da SECULT, conferindo-lhe maior *status* político. No entanto, a relação Estado-SINCADES, especialmente a partir do ano de 2011, foi o ponto de maior tensionamento entre Estado e coletivos.

Antes de detalharmos a configuração desse complexo contexto, vejamos, primeiro, a inscrição da política cultural no interior de um conjunto mais amplo de ações estatais na gestão de Paulo Hartung. Como destacaremos, a forma como a cultura foi estrategicamente pensada nos ajudará a compreender os esforços do Governo na criação dos mecanismos relacionais com a esfera econômica, bem como as ambiguidades que se fizeram presentes nas relações com os ativistas e coletivos culturais.

### **6.1.1 A inscrição da política cultural e sua função estratégica no contexto desenvolvimentista-gerencial**

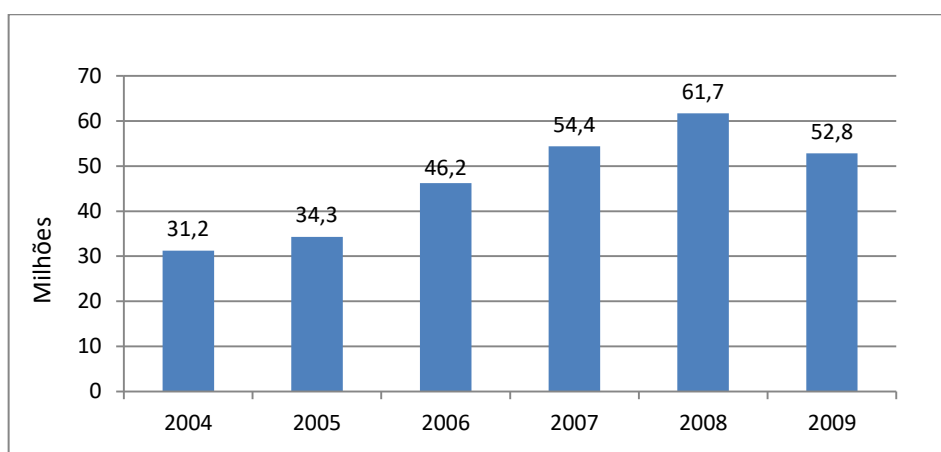
Entre os anos de 2003 e 2008, período de reestruturação da política cultural, tanto o Brasil como o Espírito Santo registraram um interessante incremento do Produto Interno Bruto (PIB). Como destacam Ferrari, Santos e Baião (2011, p. 12), esse bom momento econômico pelo qual passaram, registrando um crescimento médio de 4,20% e 5,80% respectivamente, proporcionou melhores condições de investimento no setor cultural; o auge do volume de investimento foi o ano de 2008, momento em que “a União, os estados e os municípios aplicaram, respectivamente, R\$ 1.137 milhões, R\$ 2.248 milhões e R\$ 3.793 milhões. Já as taxas de crescimento acumuladas no período foram de 177,2%, 112,2% e 141,8%, na mesma ordem”.

**Gráfico 2 – Crescimento do PIB brasileiro e do PIB local (2003-2008)**

Fonte: IJSN – Produto Interno Bruto Estadual 2008<sup>147</sup>.

Corroborando Ferrari, Santos e Baião (2011), o crescimento econômico local, aliado a uma política fiscal e monetária equilibrada, bem como a reestruturação político-administrativa pela qual passou a SECUT durante a gestão de Paulo Hartung, estruturaram um contexto político, econômico e institucional favorável à apresentação de uma agenda cultural. Esses fatores se refletiram nos investimentos para o setor.

Entre os anos de 2004 e 2009, com exceção entre os anos de 2008 e 2009, verificamos aumentos anuais de investimentos, saindo de 7,9 milhões, em 2004, para 22,4 milhões, em 2009, o que representa uma taxa de crescimento de 23%.

**Gráfico 3 – Evolução da despesa por função cultura no Espírito Santo de 2004 a 2009 (em milhões de R\$)**

Fonte: Adaptado de IJSN/Ferrari, Santos e Baião (2011, p. 17<sup>148</sup>).

<sup>147</sup> Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/814>. Acesso em: 07 mai. 2020.

<sup>148</sup> Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1263>. Acesso em: 07 mai.2020.

No entanto, trata-se de um crescimento ainda tímido quando a análise considera sua vinculação à Receita Corrente Líquida (RCL). Ainda segundo os dados do IJSN, de 2004 a 2009, a parcela da RCL estadual direcionada à cultura avançou de 0,11%, em 2004, para 0,21%, em 2009. No mesmo período, os gastos com a Segurança Pública, por exemplo, representaram 9,3% da participação na RCL.

Considerando os nossos objetivos de pesquisa, para além dos indicadores econômicos, há que destacarmos os eixos conceituais e os princípios que orientaram as ações do Estado ao longo desse período. Estes podem ser encontrados no planejamento desenvolvimentista-gerencial que estruturou o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025”, mais conhecido como ES-2025<sup>149</sup>. Esse destaque torna-se importante uma vez que pode nos ajudar a compreender a ação do Estado na construção da parceria com o mercado no setor cultural e, de forma mais ampla, por indicar as orientações e os princípios que estruturam os mecanismos estratégico-seletivos do Estado no período em questão.

O caráter desenvolvimentista do ES-2025 torna-se mais claro quando analisamos os seus eixos centrais, suas metas e estratégias de superação de problemas socioeconômicos e percebemos que giravam centralmente em torno do desenvolvimento econômico<sup>150</sup>. A própria ideia de *fortalecimento da cultura capixaba*, como veremos na sequência, estava diretamente relacionada à busca pelo fortalecimento da imagem do Espírito Santo junto aos demais estados brasileiros e a outros países, com possíveis impactos no turismo e investimentos econômicos. Nesse sentido, o referido planejamento mostrava-se, igualmente, pautado no modelo gerencial, cuja experiência fora implementada no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990<sup>151</sup>, como substituto do modelo burocrático que, até então, marcara a administração pública (Cf. BRESSER-PEREIRA, 2006).

---

<sup>149</sup> Dividido em 11 volumes, o ES-2025 “é um Plano de Desenvolvimento de longo prazo que apresenta o conjunto de escolhas que deve orientar as políticas públicas do Espírito Santo até 2025”. Foi elaborado em 2006, na gestão do então Paulo Hartung, contando com o financiamento da Petrobras. Como consta no documento, “a empresa de consultoria Macroplan foi a responsável pela condução do processo de elaboração do plano, com participação do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. Destaca-se que os planos de planejamento subsequentes estão embasados no ES-2025, inclusive a proposta de governo do atual governador Renato Casagrande, quando da campanha eleitoral” (FCAA, s/d, p. 9).

<sup>150</sup> Compartilhamos com Fonseca (2015, p. 40) a compreensão do modelo desenvolvimentista como uma “política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.

<sup>151</sup> Não apenas o Estado brasileiro. De forma mais geral, esse processo foi verificado em diferentes países na América Latina como forma de alavancar o desenvolvimento local após uma década perdida nos anos 1980. A década de 1990 foi marcada pelo cenário de neoliberalização e privatizações.

Esse novo modelo de gestão pública, inscrito em contexto de crescente globalização e marcado pelas mudanças nos sistemas econômicos nacionais em decorrência do avanço do projeto neoliberal, visava à readequação das funções estratégicas do Estado a partir de uma reforma institucional que garantisse uma redução de suas funções, o que significaria a diminuição de custos e um aceno ao mercado (BRENNER; PECKJ; THEODOREN, 2012). Nesse processo, como sustentara o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB):

(...) é preciso que o Estado se reorganize e para isso é necessário adotar critérios de gestão capazes de reduzir custos, buscar maior articulação com a sociedade, definir prioridades democraticamente e cobrar resultados (...) não basta mais a existência de uma burocracia competente na definição dos meios para atingir fins [modelo administrativo burocrático que antecedeu o gerencial]. Agora, o que se requer é algo muito mais profundo: um aparelho do Estado que, além de eficiente, esteja orientado por valores gerados pela própria sociedade (CARDOSO, 2006, pp. 16; 17-18, acréscimo nosso).

Para readequar o Estado, suas instituições e a forma de ação no novo momento do desenvolvimento econômico, a “nova administração pública” (BRESSER-PEREIRA, 2006) passou a adotar critérios de gestão em termos de metas/prioridades e resultados, bem como a se tornar compatível e se inserir na nova ordem econômico-capitalista, marcada pela integração das economias e dos sistemas produtivos – esses são os “novos valores” destacados pelo então Presidente. Tratam-se, antes de tudo, de valores econômicos do projeto neoliberal. Neste processo, como destaca Bresser-Pereira (2006, p. 237), concebia-se que aos Estados não cabia mais proteger suas economias nacionais, e sim “facilitar que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva”, promovendo parcerias e relações de cooperação com setores econômicos e sociais.

Em termos de gestão, a “nova administração pública” buscou a descentralização política, visando conferir maior autonomia estadual e municipal, bem como construir parcerias entre os três níveis para a execução de programas e políticas públicas. Para além da estrutura burocrática estatal, o Estado buscou realizar parcerias público-privadas, o que também envolvia a construção de relações colaborativas com a sociedade civil. No entanto, na prática, essas parcerias com a sociedade civil, nos anos 1990, se concentraram nas relações entre os agentes e os braços sociais de instituições privadas ou ONG’s, uma vez que se entendia que estavam voltadas para o interesse da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006; PINTO, 2006).

No Espírito Santo, esse modelo de gestão sustentou a construção de novas relações cooperativas com agentes econômicos ligados à atuação societária, como a ONG empresarial

Espírito Santo em Ação, a qual, inclusive, teve papel central no desenvolvimento do Plano ES-2025<sup>152</sup>, e, no que diz respeito ao setor cultural, com o Instituto de Ação Social e Cultural Sincades, um “braço social” do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo (SINCADES). Foi a partir dessa perspectiva desenvolvimentista geral que se estruturou o planejamento estratégico inaugurado com a gestão de Paulo Hartung e seguido por Renato Casagrande, pelo menos até o ano de 2013<sup>153</sup>.

No volume de síntese do ES-2025 (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006), são destacados os quatro eixos norteadores a partir dos quais todas as iniciativas do Estado deveriam se orientar, estando inscritas em um ou mais eixos:

- Desenvolvimento do capital humano referenciado por padrões internacionais de excelência;
- Erradicação da pobreza e redução das desigualdades para ampla inclusão social;
- Diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas;
- Desenvolvimento do capital social e da qualidade e robustez das instituições capixabas.

Além destes eixos estruturantes, são destacadas outras sete estratégias complementares ao núcleo de Estratégia de Desenvolvimento (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 80), a saber:

- Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no estado;
- Recuperação e conservação de recursos naturais;
- Promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre a região metropolitana, o litoral e o interior;
- Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando seu papel de fator de competitividade da economia capixaba;
- Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para desenvolver oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse do Estado;
- Desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades que favoreça o dinamismo econômico e a qualidade e sustentabilidade do espaço urbano;
- Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do Estado.

---

<sup>152</sup> Para um estudo detido sobre a relação entre o Governo do Estado e a ONG Espírito Santo em Ação, conferir Gonçalves, Patez e Zorzal e Silva (2011).

<sup>153</sup> Em 2013, já na gestão de Casa Grande, foi lançado o Plano ES-2030, cuja importância política foi menor que a do ES-2025.

No que tange à cultura<sup>154</sup>, o referido Plano a correlaciona, centralmente, a duas ações, quais sejam: o projeto estratégico de desenvolvimento de Rede de Cidades (pp. 107-114) e o Fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado (pp. 132-135<sup>155</sup>).

Com relação à Rede de Cidades, seu objetivo era induzir a formação de um sistema urbano que resultasse em uma rede equilibrada de cidades. A princípio, essa estratégia propiciaria um desenvolvimento territorial descentralizado, visando superar os problemas históricos de concentração de investimentos na região metropolitana, especialmente na capital.

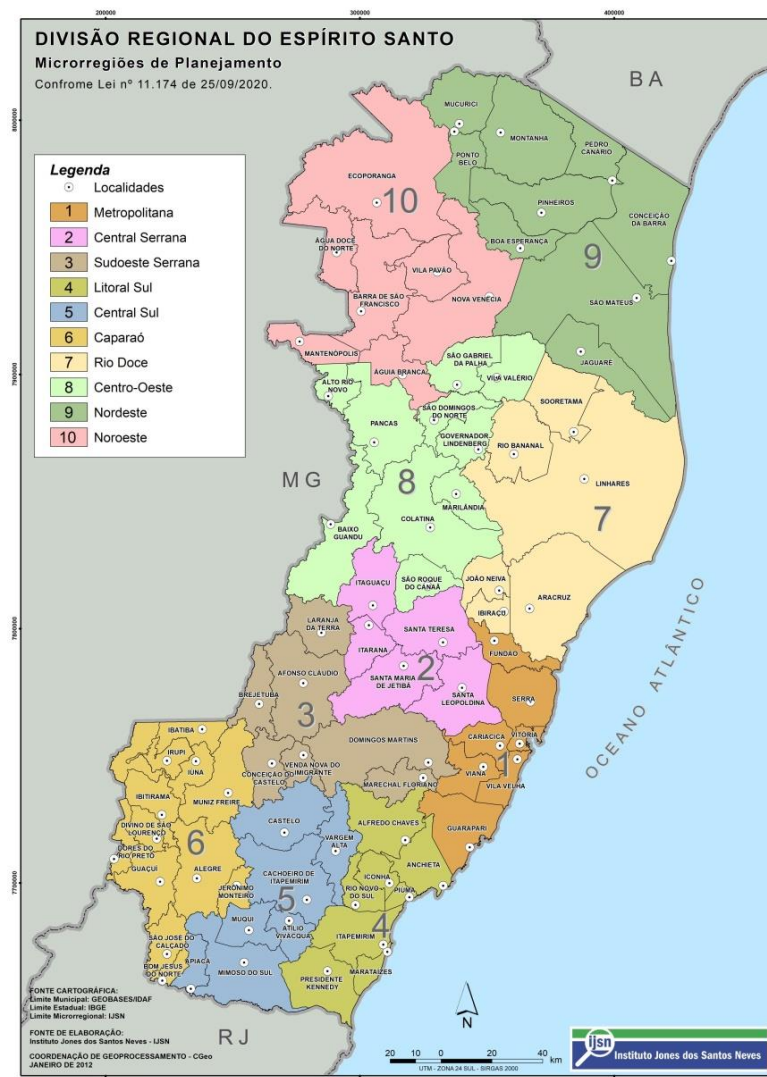
Nesta ação estratégica, a cultura surgia como um dos elementos polarizadores de um desenvolvimento local e integrado, envolvendo as diferentes regiões do estado. Por essa perspectiva, todas as ações do Estado deveriam buscar a descentralização com relação à Região Metropolitana e, em especial, à capital – o mapa a seguir destaca a divisão regional do estado. Como veremos, este também era um dos objetivos do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ). No entanto, embora suas ações tenham alcançado o interior do estado, permaneceram centralizadas na RMGV, sobretudo na capital e no município de Vila Velha.

---

<sup>154</sup> No presente estudo, interessa-nos apenas a inscrição da cultura no Plano ES-2025. Uma análise mais detida do documento, com atenção a outros setores objetos da ação do Estado, encontra-se em Wetler Júnior (2008).

<sup>155</sup> Além dessas duas ações, a cultura também é localizada no propósito de *Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no Estado*. Como veremos no próximo capítulo, esta estratégia orientaria as ações do Programa Cultura Presente que, por sua vez, integrava as ações do Programa Estado Presente, uma iniciativa de enfrentamento e redução da violência, do uso indevido de drogas e da exclusão. Veremos, também, que as ações do PRCJ se correlacionada ao Programa Estado Presente.

### Imagem 4 – Divisão Regional do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

Já com relação ao planejamento estratégico do Fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado, pautado no argumento oficial de que “nem uma identidade nítida nem uma imagem forte são características do Espírito Santo”, e que ambos os fenômenos “contribuem, cada qual a seu modo, para uma posição de pouco destaque, e relativo isolamento, do Estado no cenário nacional” (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 132), a cultura surgia com ainda mais centralidade.

Como forma de reverter esse cenário percebido pelo poder público, o governo buscou explorar a construção de uma cultura capixaba apoiada no reconhecimento e valorização da diversidade cultural do estado (Cf. SECULT, s/d, pp. 23-25). Para isso, buscou ampliar e



revitalizar a “rede de espaços culturais e um processo consistente de divulgação das realizações e da imagem do Espírito Santo” (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, p. 133).

Para implementar essa ação estratégica, o Governo elaborou seis eixos centrais, quais sejam: 1) Valorização e Divulgação da Imagem; 2) Disseminação da Cultura Capixaba na Educação; 3) Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais; 4) Rede de Espaços Culturais; 5) Desenvolvimento do Esporte; 6) Cultura em Transformação (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006). A partir desses eixos, a ação governamental deveria (ESPÍRITO SANTO 2025, 2006, pp. 141-147):

- a) Melhorar a infraestrutura do setor cultural;
- b) Apoiar a criação de associações e instituições públicas não governamentais na área cultural;
- c) Potencializar o desenvolvimento da indústria cultural no estado;
- d) Promover eventos artístico-culturais de forma descentralizada, tendo por referência a Rede Cidades;
- e) Ampliar e revitalizar a rede de centros de memória e de cultura do Espírito Santo;
- f) incentivar a participação da iniciativa privada, seja por meio de financiamento, seja pela abertura de espaços e salas;
- g) Incentivar as manifestações contemporâneas da cultura local, com enfoque principal na juventude;
- h) Incentivar a participação das Municipalidades;
- i) Reestruturar a legislação de apoio à cultura;
- j) Implantar conselhos nas instituições culturais para a mediação entre o poder público e a sociedade.

Todas essas ações, na prática, passaram a indicar o objetivo do Governo em promover a imagem do Espírito Santo no contexto nacional e internacional por meio das expressões artístico-culturais e da inserção do estado em circuitos artísticos nacionais e internacionais<sup>156</sup>. No entanto, o que percebemos nesse período, pelo menos nos principais espaços artístico-culturais estatais da capital Vitória, foram ações que privilegiavam a cultura erudita e exposições de grandes empresas produtoras, o que gerou críticas por parte dos artistas, coletivos e produtores locais (Cf. MARQUES, 2016).

A pesar dos limites em termos de alcance e da efetividade dessas ações previstas no ES-2025, esses elementos nos ajudam a perceber as bases sobre as quais seria estruturada a política cultural local e as relações do Estado com o setor econômico. Esse será o nosso próximo objeto.

---

<sup>156</sup> Para uma análise mais detida sobre o reflexo dessas ações nos tipos de exposições artístico-culturais do espaço cultural do Palácio Anchieta, sintomaticamente a sede do poder executivo do estado do Espírito Santo, conferir Marques (2016).

### 6.1.2 As bases da política cultural e o planejamento estratégico

Em termos discursivos, a concepção de política cultural, presente nesse planejamento governamental, estava apoiada nos sentidos (I) de democratização do acesso à produção e à fruição culturais, (II) de diversidade cultural e (III) da dimensão socioeconômica. Com relação ao primeiro sentido, os conceitos da política cultural, presentes no relatório da SECULT (SECULT, s/d, p. 21), evidenciam a preocupação da Secretaria em reconhecer e legitimar as múltiplas linguagens e gostos culturais, destacando que todos são “expressões legítimas quando se entende cultura como algo intrínseco a todas as dimensões da vida humana”. Essa concepção estava diretamente correlacionada ao segundo sentido: a diversidade cultural capixaba.

No entanto, o reconhecimento da diversidade e a construção da identidade capixaba – que, como vimos anteriormente, era percebida como “nem uma identidade nítida nem uma imagem forte” –, uma vez atreladas a uma perspectiva desenvolvimentista, objetivavam fortalecer e projetar a imagem do Espírito Santo no cenário regional e, de forma mais geral, no Brasil e no exterior. Essa era a sua função estratégica central da cultura no interior do planejamento do governo do Estado. E isso fica ainda mais claro nos conceitos orientadores do relatório “Cultura Presente, política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010” (SECULT, s/d).

Já no primeiro parágrafo do primeiro capítulo do relatório, destaca-se que, a partir de 2003, “o Estado passou a trabalhar com ferramentas específicas, como o planejamento estratégico, que permite a elaboração de projetos ajustados e ajustáveis à dinâmica socioeconômica que lhe serve de base” (SECULT, s/d, p. 18) – eis o comentado sentido de “dimensão socioeconômica”. No campo cultural, essa dinâmica socioeconômica encontrou na Economia Criativa seu alicerce:

A Secult percebe a economia criativa como um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento, que fazem uso intensivo do talento criativo, incorporando técnicas e/ou tecnologias e agregando valor ao capital intelectual e cultural. Por meio da cultura, ela gera riqueza e se constitui num poderoso instrumento de alavancagem do desenvolvimento socioeconômico (...). Nesse sentido, um dos pilares da política pública de cultura do Estado do Espírito Santo no período de 2003 a 2010 é a economia criativa (SECULT, s/d, p. 25).

Há que ressaltar, como bem observa Dorsa (2019, p. 978), que a Economia Criativa, tema que entrou na pauta internacional da discussão econômica e política a partir dos anos 2000, não é um conceito (ou um discurso político) consensual, pelo contrário, é “vista sob

diferentes polifonias conceituais, empregada por diferentes vozes discursivas representadas por categorias e poderes políticos”.

Em um sentido similar, Miguez (2007) destaca que a discussão em torno da e sobre a Economia Criativa é tão ampla, complexa e tensionada como têm sido as discussões sobre a cultura e os processos culturais na contemporaneidade. Isso ocorre porque a cultura transpassa distintas esferas da vida social, construindo interfaces com a economia, a comunicação, o direito e a gestão pública, ou seja, indo muito além do campo cultural em si (*e.g.* cultura como fator de inclusão social; como fator de desenvolvimento econômico; como direito do cidadão; como formas de expressões populares e tradicionais etc.). A despeito das diferentes leituras e disputas de sentidos, a Economia Criativa pode ser definida, de forma ampla, como um:

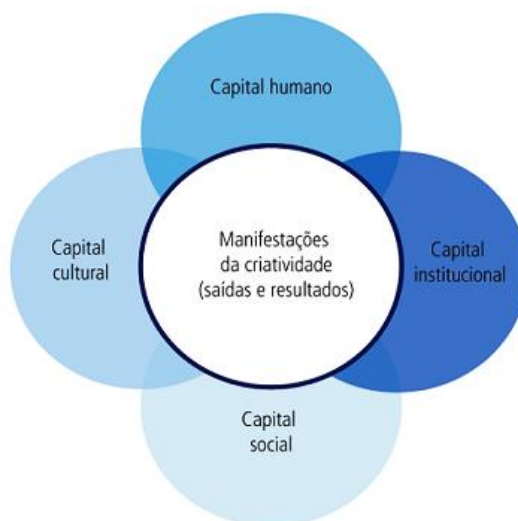
(...) conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico – nele incluído a criatividade como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços, guardando estreita relação com aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e propriedade intelectual (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013, p. 5).

Como um conjunto de atividades econômicas que dependem de conteúdo simbólico<sup>157</sup>, a Economia Criativa advoga a (I) promoção da inovação, (II) a criação de bens e serviços criativos em um contexto socioeconômico estruturado por novas tecnologias de comunicação, e também (III) o fomento à diversidade econômica por meio da integração de segmentos institucionais, sociais e econômicos – formais e informais. Neste processo, almeja-se a interação de quatro formas de capital na constituição do que pode ser compreendido como “capital criativo”, quais sejam: capital social, capital cultural, capital humano e o capital estrutural ou institucional:

---

<sup>157</sup> A Economia Criativa envolve uma diversidade de conjunto de atividades, abarcando deste o artesanato tradicional, passando pela moda e por segmentos da indústria cultural clássica, como a moda e a música, chegando às complexas cadeias produtivas das novas indústrias culturais de *softwares* e jogos *online* (MIGUEZ, 2007).

**Figura 1 – Modelo dos cinco Cs**



Fonte: IPEA/Oliveira, Araújo e Silva (2013, p. 11).

Neste conceito amplo, que não foca apenas os resultados pautados no pilar do desenvolvimento econômico, mas, também, os *processos* e as relações, a cultura surge como uma possibilidade de criação de redes e produtos inventivos, colaborativos e de indústrias criativas<sup>158</sup>. No entanto, a forma como esse conceito é empregado e as relações de poder que perpassam as disputas dos sentidos do conceito não podem ser desconsideradas.

Como destacam Teixeira, Teixeira e Benini (2019, p. 1237), ao buscar, pela primeira vez, a aplicação do conceito em uma política pública, no ano de 1994, Paul John Keating, primeiro-ministro australiano, fez a seguinte declaração: “o nível de nossa criatividade determina substancialmente nossa capacidade de adaptação a novos imperativos econômicos”. Essa assertiva indicava uma preocupação central em sua primeira mobilização nos gabinetes governamentais: Economia Criativa assentada nos imperativos da nova economia do século XXI<sup>159</sup>. Todavia, como argumentamos, a Economia Criativa é um conceito cujos sentidos

<sup>158</sup> Apesar da falta de consenso, o conceito de *indústrias criativas* indica “indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio” (BRITISH COUNCIL *apud* MIGUEZ, 2007, p. 102).

<sup>159</sup> Como destaca Miguez (2007, p. 97), “estima-se que a economia criativa já responda por aproximadamente 7% do PIB mundial e que o setor deverá crescer, nos próximos anos, a uma taxa média de 10%”. Vale também destacar, ainda conforme o autor, que “o setor já ocupa lugar de ponta na economia dos países mais desenvolvidos – nos Estados Unidos e Inglaterra representa, respectivamente, 6% e 8,2% do Produto Nacional Bruto”.

estão em disputa. Trata-se de um significante que “flutua<sup>160</sup>” entre diferentes campos discursivos, presente no espectro político tanto à esquerda como à direita.

Evocando as contribuições de Deleuze, Guattari e Howkins, Teixeira, Teixeira e Benini (2019) destacam que, a depender da correlação das forças políticas em disputa numa determinada formação social, a Economia Criativa pode se relacionar mais aos seus produtos e resultados estritamente econômicos que aos seus *processos* criativos, potencialmente colaborativos, voltados à construção de redes e à mobilização de diferentes setores econômicos e sociais. Ou seja, a Economia Criativa, como um significante flutuante entre campos discursivos, pode apresentar sentidos diferentes e mesmo divergentes para os diferentes setores sociais, políticos e econômicos. Inclusive, mesmo no interior de uma mesma estrutura administrativa, diferentes setores e atores (gestores e políticos) podem significar de forma muito diferente os significados do conceito. Isso nos ajuda a compreender porque o termo tem sido comum em formações discursivo-ideológicas distintas:

É nesse sentido que Schlesinger (2016) apresenta o risco de a Economia Criativa se tornar apenas um tropo, uma figura de linguagem que outorga autoridade àquele que a pronuncia, mas que finalmente não produz sentido algum. Dentro dessa acepção, o conceito se torna meramente um rótulo de mercado que resulta em boas vendas para uma governança neoliberal que visa apenas ao capital e, no caso da administração pública, ao capital financeiro e eleitoral. Nesse movimento, atividades aparentemente inócuas, ainda que parte da identidade de uma sociedade, são ignoradas e mantidas à margem do espectro de possibilidades de investimento público. A questão final está, portanto, posta: quem define o criativo no homem, suas ações em ser-no-mundo ou o mercado? (TEIXEIRA; TEIXEIRA; BENINI, 2019, p. 1238).

Com vermos no capítulo seguinte, ainda que o conceito de Economia Criativa não surja de forma objetiva nos documentos analisados do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), parece sustentar que ações humanas se configuram pelo seu processo, por suas relações cooperativas, não sendo apenas reduzido à dimensão econômica, como presente nos princípios e orientações da política cultural presentes no ES-2025. Esses sentidos ficam mais

---

<sup>160</sup> “Significante flutuante” se refere aos significantes que estão em disputa entre campos discursivos antagônicos, indicando deslocamento e ressignificação dos seus sentidos no interior da cada discurso (LACLAU, 2013; 2017; STAVRAKAKIS, 2007). Como destaca Laclau (2017, p. 305, destaque e acréscimo nossos), trata-se de um significante “cujo *vazio* [quando deixa de apresentar um significado particular e passa a representar a completude em geral, podendo articular um grande número de significantes heterogêneos (Cf. STAVRAKAKIS, 2007, p. 123)] resulta da não fixação introduzida por uma pluralidade de discursos que se interrompem uns aos outros”.

claros, por exemplo, aos percebermos os destaques do PRCJ para a as ideias de “processos criativos” e “organização dos coletivos de forma colaborativa, criativa e sustentável<sup>161</sup>”.

Em suma, embora destaquem importantes metas no sentido de (I) fomentar a atividade cultural e a difusão de bens simbólicos, (II) promover a cultura e a cidadania de forma integrada, (III) descentralizar as ações estatais, (IV) preservar o patrimônio cultural, (V) modernizar a gestão e atuar na formação e fortalecimento de redes e sistemas culturais (SECULT, sd/, pp. 30-32), as bases da política cultural, localizadas no planejamento estratégico do governo do Estado, voltavam-se mais para os resultados econômicos do que para as relações dos processos sociais, evidenciando sua posição discursiva com relação à ideia de Economia Criativa: a cultura enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico.

Isso nos ajuda a entender, por exemplo, os esforços do Governo, ao longo dos primeiros quinze anos de gestão cultural nos anos 2000, no sentido de descentralizar as ações da SECULT. O que se depreende da ideia de descentralização da gestão, na verdade, era a construção de parcerias com o setor econômico como forma de viabilizar suas ações e fomentar o desenvolvimento do setor cultural formal e informal, fornecendo meios, processos de formação profissional e uma ligação estratégica com a esfera econômica. O objetivo, ao final, parecia visar mais às metas e os propósitos do Estado para o setor cultural – em torno, centralmente, da Rede de Cidades e do Fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado, a partir dos princípios do ES-2025 – que propriamente uma gestão participativa do ponto de vista das interações socioestatais. Para levar adiante esse projeto para as políticas públicas culturais, era necessário dar um novo passo: reestruturar a administração da SECULT.

Esse processo foi realizado entre os anos de 2003 e 2008, momento em que o Estado elaborou seu primeiro planejamento sistemático para a cultura (2003-2006), criou uma nova estrutura interna para a SECULT, reorganizou e reativou o Conselho Estadual de Cultura

---

<sup>161</sup> O termo “economia criativa” apresenta apenas três registros nos documentos do PRCJ aos quais tivemos acesso. Em todos eles, surge como indicativo da necessidade de se debater a Economia Criativa como parte dos conteúdos pragmáticos de ações específicas no setor da juventude, sempre relacionado às “redes”, à “colaboração” e à “necessidade de criação criativa”, semântica e politicamente distante da dimensão economicista identificada no planejamento estratégico do governo do Estado.

(CEC), entre 2007 e 2008<sup>162</sup>, criou o Funcultura, em 2008, e estruturou a parceria com o SINCADES (2008) por meio do seu braço social, o Instituto Sincades:

A Secult ampliou e democratizou as discussões sobre a sua ação, incluindo organizações do terceiro setor. O estudo de trabalho com organizações sociais (OS) também entrou em pauta.

As interfaces entre a Secult e outras secretarias, autarquias e empresas do Governo, instituições privadas e organizações sociais compuseram o elenco de atividades da Secult desde 2003. No entanto, a partir de 2007, houve um incremento das parcerias, aprofundando os laços já existentes, como no caso do Sebrae-ES, e constituindo-se outros, a exemplo do Instituto Sincades.

O decreto assinado pelo governador em benefício do setor atacadista criou condições para uma forma de gestão compartilhada da cultura através da qual todos ganham (SECULT, s/d, pp. 40; 48; 49).

É nessa parceria entre o Estado e o setor empresarial que nos concentraremos na próxima seção, uma vez que essa relação esteve no centro de controversas e ambiguidades que marcaram as relações entre Estado, mercado e os coletivos culturais no período de 2011 a 2015, ao final do qual a relação Estado-Sincades foi encerrada.

## 6.2 O “SEGUNDO TEMPO” DA POLÍTICA CULTURAL (2009-2016): O TENSIONAMENTO DAS INTERAÇÕES NO CONTEXTO CAPIXABA

No segundo mandato de Paulo Hartung (2007-2011), o setor cultural já contava com novos contornos. As bases institucionais da nova gestão estavam erguidas: reativação do Conselho Estadual de Cultura (CEC), criação do Funcultura (e dos editais públicos), reestruturação da SECULT e, a partir de 2008, a criação da parceria com o Instituto Sincades. Foi a partir desses pilares que o Estado desenvolveu suas principais ações e programas no setor cultural entre os anos de 2007 e 2016<sup>163</sup>.

Nessa estrutura, interessa-nos, em particular, a relação entre o Estado e o Instituto

<sup>162</sup> Entre outras mudanças promovidas pela nova reformulação, o Conselho passou a contar com representações regionais. Como destaca o relatório (SECULT, s/d, p. 47), esses representantes são eleitos nos municípios que têm representação no Conselho Municipal de Cultura.

<sup>163</sup> Há que destacar, também, a parceria com o Sebrae-ES em torno da elaboração do Programa de Desenvolvimento da Cultura Capixaba (PDCC). Centrado no conceito de Economia Criativa e tendo como eixos estruturantes (i) os estudos e pesquisas (pesquisa sobre a cadeia produtiva da área audiovisual, pesquisa sobre o folclore capixaba e pesquisa sobre a iconografia capixaba), (ii) a capacitação de agentes culturais e empresas, (iii) a promoção e divulgação (folclore capixaba, circulação e divulgação da produção cultural capixaba, caderno de economia criativa com potencialidades de cada município), este programa “estabeleceu metas de incentivo à realização de estudos e pesquisas e de organização de diversas cadeias produtivas e arranjos locais vinculados à atividade cultural, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável de várias regiões capixabas” (SECULT, s/d, p. 130).

Sincades<sup>164</sup>. Esse interesse se justifica, por um lado, pelo fato dessa relação ter sido um importante elemento da estrutura das políticas culturais no período e, por outro, por ter sido o centro das críticas direcionadas às políticas culturais no Espírito Santo.

Entre as diversas ações promovidas pela relação Estado-Sincades, podemos destacar a reestruturação do Regimento Interno do Museu de Artes do Espírito Santo Dionísio Del Santo (MAES) (Cf. SECULT, s/d, pp. 134-137), o financiamento de renomadas exposições<sup>165</sup> nacionais e internacionais realizadas no espaço cultural Palácio Anchieta, as ações junto ao Programa Estado Presente, o apoio e/ou financiamento de diversos eventos, exposições e apresentações artístico-culturais em diferentes municípios, o financiamento dos editais públicos, a atuação no processo de planejamento do Plano Estadual de Cultura (2012) e, juntamente com a SECULT, a criação do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ)<sup>166</sup>. Os conflitos, por sua vez, giravam em torno da falta de transparência das ações e das movimentações financeiras do Instituto Sincades, dúvidas sobre a possível utilização de recursos públicos, por meio de deduções fiscais, e críticas em relação ao poder de decisão do Instituto junto às políticas culturais e ao orçamento público.

### **6.2.1 O contexto estratégico-relacional: as relações entre o Estado, o mercado e os coletivos**

Como informamos anteriormente, a relação Estado-Sincades foi estruturada no ano de 2008, a partir da parceria estabelecida entre o Estado, por meio da SECULT, e o Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo (SINCADES), por meio do seu braço social, o Instituto Sincades. Com relação ao SINCADES, constam em seu estatuto (SINCADES, 2007, s/p) as seguintes prerrogativas e objetivos:

A) - Representar, no âmbito estadual, os direitos e interesses do comércio atacadista: autopeças, tecidos, vestuário e armarinho, material de construção, drogas e medicamentos, material elétrico, pedras preciosas, joias e relógios, couros e peles, aparelhos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos, bijuterias, maquinismos em geral, papel e papelão, sacaria, produtos químicos para indústria e

<sup>164</sup> Para um estudo mais detalhado sobre o Conselho Estadual de Cultura, sua criação, restauração e atuação, conferir SECULT (s/d, pp. 45-48), PEC-ES 2013-2023 (ESPÍRITO SANTO, s/d, pp. 61-63), Locatelli (2013, pp. 35-53) e Abreu (2017, pp. 42-49). Sobre a política de editais e Funcultura, conferir SECULT (s/d, pp. 54-114), PEC-ES 2013-2023 (ESPÍRITO SANTO, s/d, pp. 64-65; 85-90) e Oliveira Filho (2014, pp. 146-182).

<sup>165</sup> Informações também destacadas no site da SECULT (Disponível em: <https://secult.es.gov.br/x-vitoria-em-arte-e-aberta-no-palacio-anchiet>. Acesso em: 08 mai. 2020) e em Macêdo e Chisté (S/D).

<sup>166</sup> As informações também presentes nos Relatórios do Instituto Sincades (2008-2012; 2008-2013) e no relatório “Cultura Presente, política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010” (SECULT, s/d, pp. 134-167).



lavoura, sucata de ferro, carvão vegetal e lenha, algodão e outras fibras vegetais, louças, tintas e ferragens, artigos sanitários, vidros planos, cristais e espelhos, minérios e pesquisas, na forma do estabelecido na Constituição Federal, Art. 8º, Inciso III;

B) - Eleger ou designar representantes da respectiva categoria, em órgão, colegiado ou empresa;

C) - Fixar a contribuição para o custeio do SICOMÉRCIO (contribuição confederativa – Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal), devida por todos os integrantes da categoria econômica;

D) - Conciliar divergências e conflitos entre os associados, bem como promover a solidariedade e a união entre eles;

E) - Celebrar convenções e contratos coletivos de trabalho, e prestar assistência em acordos coletivos;

F) - Colaborar com os poderes públicos, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a categoria econômica respectiva.

Pelo estatuto, percebemos que o SINCADES, para todos os fins, é uma instituição que representa os interesses de grupos econômicos e que atua para intermediar as relações deste setor com os poderes públicos, propondo soluções para problemas que, de alguma forma, se relacionam com a esfera econômica. Trata-se de um sindicato patronal.

O Instituto Sincades, por sua vez, destacava em seu Estatuto (2008, s/p) que suas ações visam “desenvolver ações sociais e culturais promovidas por entidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Espírito Santo”. Conforme o artigo quarto, sua missão consistia em “apoiar as entidades públicas e privadas, contribuindo para a socialização e a qualificação da população capixaba”. Para isso, tinha como objetivo, segundo o artigo quinto, a promoção (SINCADES, 2008, s/p):

- I. da assistência social;
- II. da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. da educação;
- IV. da saúde;
- V. do esporte;
- VI. do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VII. do desenvolvimento intelectual e profissional;
- VIII. da socialização e do desenvolvimento de pessoas na sociedade.

Compreendemos que essa parceria, que sustentou diferentes ações da SECULT entre os anos de 2008 e 2015, incluindo o PRCJ, deve ser compreendida em seu contexto estratégico-relacional mais amplo, isto é, como parte do planejamento elaborado pelo Estado em torno do ES-2025 e do processo de construção do Contrato de Competitividade do Programa Compete-ES, iniciado em 2008. A importância dessas relações ficaram ainda mais evidentes quando contatamos o então Subsecretário de Estado da Cultura, Erlon José

Paschoal<sup>167</sup>, para compreendermos um pouco melhor os mecanismos relacionais construídos no e que sustentaram o processo de implementação do PRCJ – nosso primeiro objetivo específico de pesquisa<sup>168</sup>.

Como Erlon destacou, a relação estratégica entre o Estado e o SINCADES, a partir da qual emergiria o PRCJ, no ano de 2009, surgiu “em razão de benefícios fiscais concedidos ao setor atacadista”, dentro do contexto de parcerias e do Compete-ES, quando “o Governo do Estado propôs que criassem um Instituto cujos recursos deveriam ser aplicados na área da Cultura e gerenciados pela SECULT” – como abordaremos na sequência, a questão do gerenciamento dos recursos foi um dos elementos determinantes para o fim da parceria, no ano de 2015. Para participarem do Contrato de Competitividade, os setores produtivos assumiam alguns compromissos cujos objetivos consistiam no aumento da competitividade das empresas estabelecidas no Espírito Santo em relação às similares de outras regiões do país, encontrando correlação direta com os objetivos do ES-2025. Segundo as informações disponíveis no *site* da Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo (SEDES<sup>169</sup>), em contrapartida aos incentivos tributários concedidos, as empresas que aderirem ao Compete-ES se comprometem a atingir:

- Promoção do desenvolvimento sustentável
- Crescimento médio anual no número de empregos ofertados no setor
- Integração com instituições de ensino do 3º grau
- Capacitação e qualificação de mão de obra
- Investimentos na competitividade setorial e empresarial
- Crescimento na arrecadação do ICMS gerado pelo setor
- Crescimento anual das exportações
- Ampliação da participação no mercado local

A emergência do Instituto Sincades, a partir desse mecanismo relacional entre o Estado e a esfera econômica, também é destacada no *site* do próprio Instituto:

O Instituto Sincades foi viabilizado através do COMPETE-ES – Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Estado do Espírito Santo –, que estimula a melhoria da gestão das organizações públicas, privadas e não-governamentais do Estado. O Contrato é um instrumento adotado pelo Governo do Estado para a concessão de benefícios fiscais a setores produtivos locais<sup>170</sup>.

No decorrer dos sete anos da parceria entre o Estado e o setor atacadista, o Instituto Sincades se tornou um importante e controverso ator, com papel econômico e político central

<sup>167</sup> Estruturamos duas formas de contato com Erlon: questionário aberto e entrevista *online*. Aqui no referimos ao questionário, respondido por Erlon no dia 07 de agosto de 2020.

<sup>168</sup> Vale destacar que o PRCJ ficou diretamente vinculado à Subsecretaria.

<sup>169</sup> Disponível em: <https://sedes.es.gov.br/contrato-de-competitividade>. Acesso em: 12 abr. 2020.

<sup>170</sup> Disponível em: [http://www.sincades.com.br/instituto\\_sincades](http://www.sincades.com.br/instituto_sincades). Acesso em: 08 mai. 2020.

nas políticas culturais no estado. Com destacado por Henrique Alves, em sua reportagem para o Jornal Século Diário, no dia 29 de abril de 2015:

(...) o decreto que regula a participação do instituto na política de cultura estadual orienta a destinação de 10% de sua carga tributária ao fomento de atividades culturais. A carga de tributos incidente sobre o setor atacadista é de 1%. Em relatório de 2014, o Instituto Sincades informou que o setor movimentou R\$ 21 bilhões. Operando a matemática do decreto, o Sincades gerou R\$ 529 milhões em impostos e, portanto, o fundo cultural do Instituto Sincades chegou a cerca de R\$ 50 milhões<sup>171</sup>.

A partir do final do ano de 2010 e início de 2011, começaram a surgir indagações e denúncias sobre a relação entre o Estado e o Instituto Sincades. As controversas e ambiguidades são ainda mais complexas diante das poucas informações sobre os mecanismos da parceria<sup>172</sup>. Estavam em debate os esclarecimentos respeitantes aos mecanismos legais, às linhas de ações e normas de funcionamento do Instituto Sincades, bem como sobre a transparência acerca dos papéis do Instituto junto às políticas públicas culturais e à origem dos recursos financeiros da instituição. Indagações e denúncias passaram a ser comuns nos noticiários:

O modelo [Estado-Sincades] opera segundo uma política de incentivos tributários através da qual um determinado valor é destinado ao Instituto Sincades (...) o Sincades é uma operação de deferimento fiscal, ou seja, na operação ele pode descontar uma importância Y, e, em vez de pagar o imposto, o instituto destina esses valores para projeto culturais. Ou seja, ele usa dinheiro público para empregar em cultura. Os recursos utilizados não são do Sincades (...) é estranho que comerciantes e atacadistas (...) estejam, de certo modo, ditando o que deve ou não deve receber apoio cultural (...). O que dá contornos ainda mais obscuros a tal modelo é a falta de transparência: ninguém sabe de que forma são escolhidos os projetos, não há prestação de contas, nem atas de reuniões ou de como o sistema é gerido (...). Membro da Câmara de Música do Conselho Estadual de Cultura (CEC), Ferri diz que o CEC já solicitou informações ao governo. Mas, até agora, o esforço foi vão (Fraga Ferri. Entrevista cedida ao Século Diário aos 23 de novembro de 2012<sup>173</sup>, acréscimo nosso).

O deputado estadual Gilsinho Lopes (PR) usou seu espaço na tribuna da Assembleia Legislativa, na sessão dessa segunda-feira (26), para cobrar do governo do Estado explicações sobre a relação Secult/Sincades, denunciada pelo filósofo, músico e produtor cultural Fraga Ferri (...). O deputado se disse estarecido com o conteúdo da entrevista, em que Fraga Ferri afirma que o governo do Estado concede

<sup>171</sup> Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/crise-na-cultura-reacende-polemica-da-relacao-sincadessecult>. Acesso em: 14 abr. 2020.

<sup>172</sup> Ao analisar as políticas para a juventude no Espírito Santo, Camila Valadão (2013, p. 87, acréscimo nosso) já havia destacado a dificuldade em ter acesso a informações mais precisas e detalhadas acerca da parceria entre o Instituto Sincades e o governo do Estado. Ao buscar informações “a fim de compreender as competências, atribuições e responsabilidades de cada ente”, o que “encontramos [foram] poucas informações e muitas imprecisões acerca dessas responsabilidades”.

<sup>173</sup> Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/apoio-do-sincades-a-cultura-capixaba-provoca-serias-suspeicoes>. Acesso em: 14 abr. 2020.

incentivos fiscais ao setor atacadista, mas que parte do imposto renunciado está sendo destinado a um fundo gerido pelo Sindicato do Comercio Atacadista Distribuidor (Sincades). O parlamentar alertou no discurso que o artigo 167 da Constituição Federal proíbe em seu inciso 4º a vinculação de receita de impostos a fundos e o inciso 9º, a instituição dos fundos sem a autorização do Legislativo. Além disso, segundo o deputado, a Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina, em seu Artigo 26, que a destinação de recursos públicos à iniciativa privada deve ser autorizada por lei específica, incluída na LDO e prevista no Orçamento. Já o Artigo 59 do Código Penal prevê como crime a destinação de despesa não autorizada por lei a pena de um a quatro anos de reclusão (Reportagem de Renata Oliveira. Jornal Século Diário, 26 de novembro de 2012<sup>174</sup>).

Esse tensionamento foi radicalizado quando artistas, produtores e organizações culturais passaram a pressionar o Estado visando esclarecimentos sobre a parceria com o setor privado. Como parte do resultado das contestações públicas, a SECULT convocou uma Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura (CEC), o que ocorreu no dia 24 de janeiro de 2013, no auditório do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo (SINDIFER).

Os esforços dos agentes estatais e privados, durante a reunião, não foram suficientes para explicar a parceria, os recursos e os papéis do Instituto Sincades<sup>175</sup>. Os atores societários insistiam em discutir se os recursos provinham de mecanismos de concessão de benefícios fiscais, e, neste caso, era questionado o poder de decisão do Instituto sobre as ações da SECULT e sobre a gestão do recurso, ou se os recursos provinham de doações do setor atacadista a partir de um adicional de 0,1% sobre os 1% que as empresas pagavam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como indicaram os gestores do Instituto na ocasião da reunião.

Como anunciado pelos gestores na abertura da reunião, o objetivo consistia em esclarecer a atuação do Instituto Sincades nos projetos e ações do Estado no período de 2008 a 2013. No entanto, durante a maior parte do tempo, o poder público, na figura do então Secretário de Estado de Desenvolvimento, Nery Vicente Milani de Rossi, bem como os diretores do Instituto Sincades, concentraram-se na apresentação do histórico de criação do SINCADES e do Instituto, destacando a importância de uma parceria entre as esferas econômica e estatal para o desenvolvimento socioeconômico local e o aumento da competitividade do Espírito Santo em face à Região Sudeste – seguindo os eixos estruturantes do ES-2025. Para isso, ressaltaram os dados econômicos, como a geração de emprego e

---

<sup>174</sup> Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/deputado-cobra-explicacao-sobre-parceria-com-o-sincades>. Acesso em: 14 abr. 2020.

<sup>175</sup> À época, estávamos a realizar estudo de campo para o trabalho de conclusão de curso e tivemos a oportunidade de acompanhar e gravar a referida reunião.

tributação do setor econômico atacadista, o aumento da arrecadação, os grandes projetos artístico-culturais financiados pelo Instituto, como peças teatrais, exposição artísticas, dentre outros, e, de forma não muito clara, em diferentes momentos buscaram destacar que a origem dos recursos do Instituto Sincades destinados à cultura não provinha de arrecadação pública via Contrato de Competitividade, mas de doações do setor atacadista que aderiram ao referido mecanismo. Conforme se observa na apresentação do Secretário Nery e de Idalberto Moro, representante do Instituto na reunião:

É importante frisar, e faço aqui novamente, que os 10% adicionais se referem aos recursos privados, não fazemos [inaudível 17:32 a 17:34] arrecadação pública. Ou seja, todas as empresas que aderiram ao Contrato de Competitividade, resolveram fazer um “bolão”. Agora não era pra... Não era um “bolão” da... “da virada”, era o “bolão” do Instituto Sincades. É uma contribuição que cada empresa dá para montar o bolão. São recursos doados, pelos que aderiram ao Contrato, do setor comercial atacadista, ao Instituto Sincades, entidade sem fins lucrativos que administra esses recursos sendo responsável por implementar ações socioculturais adicionalmente aos recursos do Estado (Nery Vicente Milani de Rossi. Secretário de Desenvolvimento do Estado. Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura, 24 de janeiro de 2013).

O Instituto possui receita própria, advinda de doações dos empresários, das empresas... O recurso é contabilizado na contabilidade das empresas; ele não sai como imposto e nem pode sair, porque imposto tem que ir para o governo. Os recursos são doados para o Instituto com a finalidade de fazer aplicação social e cultural... [inaudível 48:22 a 48:24] apoio a eventos e a realização de projetos culturais e socioculturais no estado do Espírito Santo... É uma instituição de direito privado sem fins econômicos (...). O governo do Estado indica os projetos, as especificações dos projetos que ele entende que está atendendo a suas políticas públicas, o Instituto analisa e alinha... Com as diretrizes que foram criadas pelo Instituto, contrata ou convenia com o executor. O Instituto e o Governo. O Instituto executa e o governo monitora, divulga, avalia os dados, relata e [inaudível 49:31] os projetos. Esse é o mecanismo que funciona a operacionalidade do dia a dia da entidade, do Instituto (Idalberto Moro. Instituto Sincades. Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura, 24 de janeiro de 2013<sup>176</sup>).

É importante destacar que o argumento de que se tratava de doação poderia ser uma forma de escapar de um possível ato de inconstitucionalidade da medida do governo do Estado respeitante ao Compete-ES, como havia sido levantado pelo então deputado estadual Gilsinho Lopes (PR). Inclusive, como divulgado pelo jornal local *Século Diário*, em 11 de abril de 2013, o então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, impetrou uma ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), “questionando a redução de tributos ou a cobrança diferenciada de impostos concedidas no governo Hartung e

<sup>176</sup> Essa informação também consta na Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura, nas páginas 02 a 04. Essas informações da transcrição da reunião também podem ser conferidas na reportagem “Governo blindado e Instituto Sincades sai ileso de reunião”, publicada no *Século Diário* Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/noticias/governo-blinda-e-instituto-sincades-sai-ileso-de-reuniao>. Acesso em: 14 abr. 2020.

mantidas pelo atual governador [Renato Casagrande]<sup>177</sup>”. Ainda segundo a reportagem, em um dos trechos da ação, o governador paulista argumentou:

A situação criada, descrita e analisada caracteriza a figura da combatida e rechaçada “guerra fiscal”, título que adquiriu as práticas de desoneração tributária ofertadas pelos entes federados a empresas, sob o manto da pretensa atração de investimentos, mas que apresenta resultados danosos para toda a federação.

As críticas à parceria e sua possível inconstitucionalidade levaram a uma Ação Popular junto à 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória<sup>178</sup>. Após análise do mérito da Ação, o juiz Arion Mergár deferiu a suspensão do contrato entre o governo do Estado e o Instituto Sincades. No entanto, já no mês de maio de 2013, o Estado e o Instituto entraram com ação recursiva junto ao Tribunal de Justiça do Estado (TJES). Aos 7 dias do mesmo mês, o desembargador Fábio Clem de Oliveira concedeu efeito suspensivo, garantindo, assim, a manutenção da relação<sup>179</sup>. Na esteira desta decisão, os deputados da Assembleia Legislativa arquivaram o projeto que visava anular os efeitos do Compete-ES<sup>180</sup>.

Mesmo com esse desfecho, as questões em torno da parceria entre o Instituto Sincades e o Estado não foram resolvidas. Para além da questão da legalidade, havia disputas discursivas e por posições no interior da política em torno dos sentidos e das ações da relação Estado-Sincades, o que também nos ajuda a compreender o tensionamento por parte de agentes societários do setor artístico-cultural e o encerramento do PRCJ:

Depois do segundo semestre de 2012, esta relação começou a se deteriorar e a tornar impossível a continuidade da parceria, fosse em função da crítica da sociedade civil à política de incentivos e de benefícios fiscais do governo, fosse em função da tentativa do Instituto Sincades de atuar de maneira independente das políticas estabelecidas pela SECULT, o que causou indignação e revolta nos produtores culturais de todo o estado, pois contrariava frontalmente o acordo feito anos atrás entre o Governo e o setor atacadista no Contrato de Competitividade [Compete-ES]. Isso levou ao fim inevitável [em 2015] desta relação de parceria e de investimentos de recursos oriundos de benefícios fiscais no desenvolvimento cultural do estado. Tais atitudes lamentáveis, desrespeitando um acordo entre o Governo e um setor da economia do estado, fizeram com que o PRCJ durasse muito pouco – três anos e meio apenas –, e que, apesar do sucesso e das conquistas democráticas na área da

<sup>177</sup> Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/index.php/jornal/artigo/fechou-o-cerco>. Acesso em: 15 abr. 2020; acréscimo nosso

<sup>178</sup> Trata-se da Ação Popular processo: 00048-43.2013.8.08.0024. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/0004878-43%20-%20Liminar%20acao%20popular%20SINCADES%2017mar13.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

<sup>179</sup> Conferir reportagens dos dias 08 e 09 de maio de 2013 do Século Diário. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/justica-estadual-abre-caminho-para-manutencao-de-incentivos-fiscais> e <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/tribunal-de-justica-libera-manutencao-de-incentivos-fiscais-ao-setor-atacadista>. Acesso em: 14 abr. 2020.

<sup>180</sup> Reportagem do Século Diário. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/projeto-que-anulava-incentivos-fiscais-ao-sincades-e-arquivado-na-assembleia>. Acesso em: 14 abr. 2020.

juventude, fosse desmontado precocemente, levantando críticas e a retrocessos difíceis de serem superados nas políticas culturais para a juventude no ES (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 07 de agosto de 2020, acréscimos nossos).

Já enfraquecida internamente desde 2012, passando pelas críticas públicas em 2013, a relação Estado-Sincades não resistiria às novas pressões resultantes do processo de articulação de artistas, coletivos, atores estratégicos, produtores culturais e movimentos sociais apoiadores. Na disputa travada com agentes do Instituto em torno dos sentidos e dos espaços que conferiam forma à política, a articulação desses agentes deu origem à ocupação das instalações da SECULT, o que ocorreu no dia 27 de abril de 2015. O *#OcupaSecult*, como ficou conhecido esse evento de protesto, chamava a atenção do governo do Estado para duas questões: as políticas públicas culturais em meio ao corte de verba destinada aos editais de cultura – passando de R\$ 8,5 milhões para R\$ 2 milhões<sup>181</sup> – e a necessidade de uma nova estrutura para as políticas culturais no estado – sem a centralização do poder de decisão política nas mãos da esfera privada.

Para justificar o corte, o Estado, por meio do então Secretário de Cultura João Gualberto, afirmou que a redução não se limitava à cultura, pois tratava-se de uma redução geral do orçamento do Estado para aquele ano. De fato, os mecanismos de financiamento, sobretudo de origem derivada dos mecanismos de incentivos fiscais, sofreram influência da atividade econômica. Em 2015, o país passava por uma retração do crescimento econômico, momento em que as atividades industrial e comercial sofreram significativas quedas. Além disso, também foi um ano de mudanças políticas marcadas por uma crise entre as elites políticas no Espírito Santo. Após a saída de Paulo Hartung, que fora governador entre os anos de 2003 e 2011, e a entrada Renato Casagrande (PSB), apoiado por Hartung, os políticos até então aliados tornaram-se opositores, fazendo com que Hartung disputasse e ganhasse o pleito de 2014 contra o então governador e ex-aliado Casagrande.

Em meio às reivindicações num contexto de crise econômica<sup>182</sup>, contenção de gastos, mudanças institucionais em meio ao desgaste político entre as elites locais e a já politicamente desgastada relação Estado-Sincades, Gualberto ainda argumentou que a Secretaria estudava uma parceria com o Instituto e criticou a postura dos ativistas:

---

<sup>181</sup> Conferir reportagem do Jornal A Gazeta do dia 28 de abril de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/04/artistas-ocupam-secretaria-apos-verba-para-cultura-cair-mais-de-75.html>. Acesso em 14 abr. 2020.

<sup>182</sup> Apesar de ter suas contas equilibradas durante a crise de 2015, o Espírito Santo não ficou totalmente imune. Conferir em: <http://eshoje.com.br/apesar-da-crise-economica-espírito-santo-e-o-estado-mais-organizado-do-pais/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Estamos tentando aumentar esse valor com o Instituto Sincades para aumentar o valor para R\$ 7 milhões [de 2 para 7 milhões]. Só que os artistas afirmam que é um recurso privado e que não querem. Essa é a divergência (Entrevista cedida no dia 28 de abril de 2015 à Viviane Machado do Jornal A Gazeta, acréscimo nosso).

Pela narrativa do então Secretário, percebemos, novamente, os conflitos envolvendo setores artístico-culturais e a ação do Instituto Sincades junto às políticas públicas culturais: o *#OcupaSecult* não tinha por objetivo apenas reivindicar a questão dos editais de cultura vinculados ao orçamento da Secretaria, pois levantavam outras demandas políticas, como a parceria com o Instituto e a necessidade de uma nova gestão cultural. Como reivindicou Amanda Brommonschenkel, ativista e ex-integrante da equipe técnica de gestão do PRCJ:

O que sempre é colocado para nós é a discussão dessa verba miserável dos editais. Não temos o direito de apresentar pautas no Conselho de Cultura (CEC). É isso que queremos denunciar aqui, que precisamos de vocês (classe artística) nessas reuniões, questionando junto com a gente. A voz de dez é diferente da voz de 50. Levamos questões a toda reunião, mas enfraquece se não temos esse peso sempre. É desesperador, não temos respostas. Quem tem de nos dar as respostas são as pessoas que estão na Secretaria<sup>183</sup>.

A ativista Carolina Ruas – atual Subsecretária de Cultura do Estado –, por sua vez e na mesma reportagem, chamou a atenção para outras questões igualmente relevantes:

Para além do problema dos editais, temos um problema endêmico. A Secult está ruindo. Conversei com um funcionário antigo daqui, ele afirmou que não há plano de carreira para os funcionários, isso é uma gravidade. Que tipo de política pública a gente pode esperar da Secretaria, se nem existem funcionários dedicados a isso? Só cargo comissionado. Não é um problema para ser resolvido do dia para noite, pois enquanto não tivermos uma estrutura de gestão fortalecida, transparente e democrática, nunca vamos conseguir abrir um canal para outras questões.

Como resultado das reuniões e dos debates durante o *#OcupaSecult*, os gentes societários elaboraram uma “Carta Aberta” ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Lida durante a Reunião Extraordinária do CEC, realizada no dia 04 de maio de 2015, na Casa de Maria, no Centro de Vitória, a Carta indicava que o fator detonador da ocupação foi o corte de 67,4% na pasta de cultura, com impactos diretos nos editais do Funcultura do ano de 2015, bem como a forma de condução das discussões do CEC, que estava obstaculizando a participação popular e o debate mais amplo. Além disso, a carta criticava a conduta do governo, destacando o risco de “privatização dos investimentos nas políticas públicas de cultura, eximindo o Estado de seu protagonismo na garantia dos direitos culturais dos

<sup>183</sup> Reportagem do Século Diário. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/classe-artistica-discute-editais-e-parceria-com-o-insituto-sincades>. Acesso em: 14 abr. 2020.



cidadãos” e o risco de “perder o poder de representação civil na construção das políticas públicas de cultura”.

Diante disso, os agentes societários exigiram políticas públicas que contemplassem “as dinâmicas de produção, difusão, fomento e formação”. Ou seja, as condições para os *processos* produtivos e fruição e não apenas o acesso aos recursos dos editais. Por fim, o documento apresentava seis reivindicações estruturantes:

1. Necessidade da formalização e execução do Fórum Estadual Permanente de Cultura do Espírito Santo, com representações governamentais, civis e populares;
2. Comprovação pública da existência da conta e CNPJ do Funcultura;
3. Prestação de contas, detalhada e pública, na reunião do CEC da parceria entre o Governo do Estado e Instituto Sincades<sup>184</sup>;
4. Publicação imediata da Portaria de criação da Comissão Cultural de Análise dos Portos aprovada por unanimidade há dois anos no CEC;
5. Criação imediata do Instituto do Patrimônio Cultural do Espírito Santo e reforma do CEC;
6. Destinação de 11 milhões em verbas públicas do Governo do Estado do Espírito Santo para os Editais Funcultura 2015, que significam manutenção do orçamento de 2014, de 8 milhões, e adicional de 3 milhões, para as novas modalidades de editais.

Vale destacar que ao final, a Carta reiterava o interesse dos agentes societários pela participação institucional e pela construção conjunta da política cultural no estado do Espírito Santo e a legitimidade do CEC como espaço para as demandas das representações da sociedade civil<sup>185</sup>:

Reiteramos aqui nosso interesse pela participação e pela construção conjunta da política cultural do estado do Espírito Santo. Solicitamos que esta carta seja anexada à ata desta reunião.

Reiteramos a legitimidade do Conselho Estadual de Cultura, para que se faça ouvir e cumprir as demandas das representações da sociedade civil e do conjunto diverso e múltiplo dos agentes culturais e artistas em atividade no território capixaba. Saudações culturais, movimento #OcupaSecult.

Isso nos indica que, apesar do tensionamento, não havia uma negação das instituições, pelo menos não para uma considerável parcela do setor artístico-cultural, em especial da juventude. Ao contrário, os agentes societários buscavam disputar sentidos e espaço na política. Mesmo em momentos mais delicados, como durante o #OcupaSecult, os

<sup>184</sup> Essa reivindicação, em especial, era uma demanda antiga de artistas, coletivos e conselheiros do CEC. Pedro Padilha, membro do Conselho Estadual de Cultura pela região do Caparaó, por exemplo, havia solicitado documentos similares, além de atas de reunião e estatutos do Instituto, na já referida Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura (CEC) realizada no dia 24 de janeiro de 2013. Pela resposta do Instituto SINCADES, transpareceu que não fazia parte da lógica e estrutura de organização, reuniões e tomadas de decisões do Instituto a confecção de atas, pois, segundo o diretor do Instituto presente na reunião, não cabia ao Instituto tomar decisões sobre, por exemplo, seleção de projetos ou deliberação sobre os mesmos, mas a liberação dos recursos de projetos já aprovados pelas Secretarias do governo.

<sup>185</sup> O conteúdo na íntegra da carta pode ser conferido em vídeo postado no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zVQJtfEHuZ0&feature=youtu.be>. Acesso em: 15 abr. 2020.

agentes societários, alguns já com experiências de atuação institucional e outros que, alguns anos depois, ocupariam importantes cargos na estrutura estatal, evidenciaram a importância de uma atuação política também a partir do interior do Estado.

Apesar dos conflitos, especialmente a partir de 2011, havia o reconhecimento dos ativistas sobre a importância das interações em torno do PRCJ para as políticas públicas culturais destinadas à juventude, em geral, e para o processo de criação e articulação em rede das experiências de coletivos culturais. Essa importância também é ressaltada por Amanda Brommonschenkel (2014, p. 11, destaques nossos; acréscimos nossos):

A partir do ano de 2010 o Programa iniciou **ações de fortalecimento a manifestações e interesses culturais das juventudes**. Além da realização esporádica de eventos temáticos e encontros, estas ações contemplavam os Editais Rede Cultura Jovem (premiações para projetos realizados de forma individual ou em grupo, relacionados a atividades artísticas e culturais), as Mostras Capixabas de Audiovisual – MCAs (mostras de audiovisual itinerantes realizadas em municípios do interior do Estado), a Formação Agente Cultura Jovem (capacitação de agentes culturais residentes em diversos municípios do Espírito Santo) e, no[s] ano[s] de 2012 e 2013, o Yah!Tv (programa produzido pela equipe do PRCJ, pautado por atividades desenvolvidas pelos jovens do Estado. Inicialmente pensado para veiculação *online*, chegou a ser transmitido pela TV Educativa do Espírito Santo – TVE - ES), a Revista Nós (publicação bimestral impressa e colaborativa com foco na difusão da arte e cultura produzida pelas juventudes do Espírito Santo) entre outras.

**Neste mesmo período já circulava[m] online informações sobre as produções de coletivos e grupos da Grande Vitória**. No ano de 2011 algumas iniciativas começaram a ser mais fortemente articuladas e ampliaram sua capacidade de comunicação utilizando blogs e redes sociais (...).

Esse é o argumento, reforçado pelas menções sobre a relevância do PRCJ que encontramos nas entrevistas realizadas com ativistas e em documentos elaborados por coletivos, que nos ajudará, no capítulo seguinte, a sustentar a hipótese de que as interações entre os agentes societários e a esfera estatal em torno do processo de construção e implementação do PRCJ foram fundamentais tanto para a emergência e articulação de novos coletivos culturais e para a estruturação de uma rede de coletivos quanto para um processo de mudança institucional.

### 6.3 CONSIDERAÇÕES

A reconstrução do contexto estratégico-relacional do debate em torno das políticas públicas culturais, entre os anos de 2008 e 2016, se mostrou necessária por três motivos: (I) apresentar uma melhor localização da inscrição da política cultural no planejamento estratégico governamental (2003-2013); (II) devido à reduzida produção e análise sobre o

tema; (III) e para destacar o PRCJ como um mecanismo relacional entre Estado e agentes societários em meio a um contexto marcado por forte tensionamento.

Como destacamos na primeira seção do capítulo, a cultura, pensada a partir de uma concepção desenvolvimentista, foi significada como um elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do estado. A atenção aos princípios e orientações foi importante para uma melhor compreensão da relação, criada no ano de 2008 e sustentada até o ano de 2015, entre o Estado e o mercado, este na figura do Instituto Sincades. Ao final deste percurso, já na segunda seção, vimos que, a despeito das conquistas desse período, sobretudo o *status* político que ganhou a SECULT e as ações em torno do Programa Rede Cultura Jovem, sobressaíram críticas com relação à falta de transparência republicana sobre o papel político, em especial o poder de decisão, e ao detalhamento das fontes de recursos e do Instituto Sincades.

Paradoxalmente, foi dessa relação que emergiu o PRCJ, contando com ações decisivas de atores estratégicos e ativistas que integraram a sua Equipe de Coordenação – o que abordaremos no capítulo seguinte. Vimos, portanto, que a relação de tensionamento, que marcou o período entre 2011 e 2015, não impossibilitou a estruturação de relações de cooperação socioestatal em torno do PRC.

Em suma, a análise desse contexto se mostrou necessária para uma primeira reflexão sobre a emergência do PRCJ, permitindo uma melhor compreensão sobre os tipos de interações socioestatais presentes no contexto de construção dessa política, bem como o destaque do PRCJ como um mecanismo de fortalecimento das manifestações e dos interesses do seu público-alvo.

## **7 PROGRAMA REDE CULTURA JOVEM: PRINCÍPIOS, EIXOS, AÇÕES E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS**

No capítulo anterior, analisamos a política cultural a partir de uma perspectiva estratégico-relacional, buscando destacar a sua inscrição no planejamento mais amplo do governo. Esse tipo de abordagem parte do princípio de que o aparato estatal, atravessado e constituído por contradições, pode privilegiar alguns setores, grupos, identidades, estratégias e ações em detrimento de outras. Isso implica que o trabalho analítico deve explorar os mecanismos criados e/ou acionados cujos efeitos institucionais podem incidir, especifica e diferenciadamente, nas capacidades dos agentes societários para “perseguirem interesses e estratégias particulares por meio do acesso e controle de determinadas capacidades estatais – elas mesmas dependentes de seus efeitos nas ligações com forças e poderes além do Estado” (JESSOP, 2009, p. 378). Esse tipo de abordagem, portanto, considera a natureza relacional do Estado e seus potenciais efeitos sobre os agentes societários, sem desconsiderar, entretanto, seu caráter policêntrico e suas ligações estruturais com diferentes esferas sociais, nas quais também podemos perceber os potenciais efeitos societários sobre as estruturas institucionais. É por meio dessa perspectiva teórico-analítica que compartilhamos o argumento de Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004, p. 261), para os quais “as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição”.

Por meio dessa leitura, percebemos que a política cultural do Espírito Santo integrava um conjunto mais amplo de ações estratégicas de caráter desenvolvimentista-gerencial. Vimos que o planejamento normativo das ações estatais visava promover parcerias com a esfera econômica no financiamento e na gestão cultural, o que de fato ocorreu com a parceria entre o Estado e o Instituto Sincades. Foi a partir dessa relação, como abordamos, que o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ) foi criado, contando com a ação direta de atores estratégicos e a inserção de ativistas que passaram a ocupar posições na estrutura organizacional do Programa.

Neste capítulo, analisamos novos dados que nos permitiram uma melhor compreensão do que foi o PRCJ em termos de conceitos, orientações e interações socioestatais. Entender esses elementos nos ajudou a compreender tanto as interações que sustentaram o processo de formulação e implementação do PRCJ quanto a mútua constituição entre Estado e coletivos através do PRCJ. Assim, pudemos considerar a mútua “atualização/realização” dessas interações sobre o processo de criação, articulação e mobilização de repertórios de ação e

organização dos coletivos culturais e os processos de deslocamentos estruturais nas políticas culturais, como nas políticas de captação de recursos, nas quais observamos a elaboração de editais específicos para coletivos, bem como na estrutura discursiva do CEC e na administração estatal, especialmente na SECULT, com a inserção e a sedimentação de significantes e significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais coletivistas. Vale também destacar que uma descrição e análise dos princípios e dos eixos estruturantes do PRCJ se justificam diante do escasso histórico de documentação oficial acessível, bem como do reduzido número de análises sobre a política.

Para isso, mobilizamos uma proposta metodológica qualitativa a partir da pesquisa bibliográfica, da análise documental de dados primários elaborados tanto pela equipe de trabalho do PRCJ como pela SECULT e da análise das 134 atas de reunião do CEC, realizadas entre os anos de 2008 e 2019. Especificamente sobre a análise dessas atas, fizemos uso do *software* NVivo para rastrear os termos “coletivo(s)”, “Cadeira de coletivo”, “Câmara de coletivos”, “Cadeira de/da Juventude” e “Câmara de/da Juventude<sup>186</sup>”. Ao todo, localizamos 34 ocorrências que indicavam uma dimensão propriamente analítica do termo “coletivos” e de suas demandas. Além desses instrumentos, também recorreremos à análise das entrevistas realizadas com três ativistas e com Erlon José Paschoal, então Subsecretário de Cultura à época do PRCJ<sup>187</sup>.

Para uma melhor apresentação e análise dos dados, estruturamos o capítulo em três seções. Na primeira, apresentamos os princípios, eixos e ações do Programa, destacando as noções de rede, cultura, juventude, sustentabilidade e integralidade, protagonismo social, colaboratividade, inovação e experimentação. Na sequência, discutimos as ações do Programa a partir dos seus dois eixos centrais: fomento e formação e; comunicação e difusão. Por fim, na terceira seção, analisamos as interações socioestatais a partir da compreensão de mútua constituição entre coletivos e o Estado.

---

<sup>186</sup> Essa demanda de ativistas e coletivos teve a indicação de pelo menos três nomenclaturas: “Câmara de Intervenções Urbanas”, “Câmara de/da Juventude” e “Câmara de coletivos”. Possuíamos conhecimento da reivindicação através das entrevistas realizadas com os ativistas.

<sup>187</sup> Apêndice C (Perfil dos Entrevistados), Apêndice D (Roteiro de Entrevista com o Gestor) e Apêndice E (Questionário de Levantamento Inicial com Ativistas– Programa Rede Cultura Jovem e coletivos).

## 7.1 PRINCÍPIOS, EIXOS E AÇÕES ESTRUTURANTES: UMA ANÁLISE DO PRCJ

Fruto da relação Estado-SINCADES, o PRCJ foi lançado em 2009, entre os dias 17 e 18 de novembro, durante o “Seminário Rede Cultura Jovem – O Espírito de um tempo”, evento organizado pela SECULT. O evento, que também envolveu agentes societários e do mercado, teve por objetivo promover discussões sobre a juventude, especialmente na sua interface com a cultura, a arte e a tecnologia. Conforme Paulo Góis (2009), jornalista, ativista e um dos primeiros Coordenadores do PRCJ, o público alvo era constituído, prioritariamente, por lideranças juvenis, jovens criadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil que lidavam diretamente com a juventude e a cultura. A proposta do Programa, ainda segundo Góis, era a “construção gradativa de uma rede virtual e presencial, informativa e interativa, sobre a produção artístico-cultural das juventudes capixabas” (GÓIS, 2009, s/p).

Esses objetivos, que também significavam estímulos à construção desse público, foram apresentados pelos agentes da SECULT a partir de articulações em curso com ativistas. Como consta no Texto Base PRCJ (s/d)<sup>188</sup>, documento que indica os pressupostos, conceitos, diretrizes e metas que orientaram o Programa, entre os objetivos institucionais de médio prazo se destacam a (I) busca pelo fortalecimento institucional do PRCJ, como uma política pública estadual de juventude no campo da cultura, (II) e o fomento e potencialização das manifestações artístico-culturais coletivas de jovens em todo o Espírito Santo, atuando no sentido da construção de uma densa rede formada por jovens, artistas e agentes culturais<sup>189</sup>.

Tendo em vista esses objetivos, sobretudo o segundo, o PRCJ foi estruturado a partir de dois eixos centrais de ação: (I) Fomento e Formação e (II) Comunicação e Difusão. O primeiro eixo indicava tanto o fomento às manifestações e às experiências culturais juvenis como a atuação no sentido de fornecer meios e recursos para a formação de novos coletivos e agentes culturais, para esses atuarem em suas localidades, comumente regiões com altos índices de violência e criminalidade. Já o segundo visava estabelecer redes entre esses agentes, o Estado e a sociedade civil, bem como fomentar a difusão artístico-cultural das juventudes<sup>190</sup>. Para uma melhor compreensão desses dois objetivos, vejamos, primeiro, os princípios norteadores do Programa.

---

<sup>188</sup> O nome do arquivo é Texto Base PRCJ. Já o título do documento é “Programa Rede Cultura Jovem”. Utilizaremos os nomes dos arquivos, sempre acompanhando de uma nota informando o título do documento, para facilitar a localização dos mesmos em pesquisas futuras.

<sup>189</sup> Os mesmos objetivos também são destacados na pesquisa realizada por Camila Valadão (2013, pp. 87-88).

<sup>190</sup> Conferir também Valadão (2013, pp. 88-89; 90).

### 7.1.1 Os sentidos dos princípios norteadores do PRCJ

Os princípios norteadores do PRCJ são: Rede, Cultura, Juventude, Sustentabilidade e integralidade, Protagonismo social, Colaboratividade, Inovação e Experimentação. Vejamos cada um deles:

- **Rede**

Os sentidos de Rede surgem para reafirmar a importância da ação coordenada de forma não centralizada e a partir da conexão entre diferentes agentes em torno da política. A partir desse pressuposto, o documento indica que o PRCJ buscava criar dinâmicas horizontalizadas de organização e ação, fortalecendo e pulverizando a conectividade entre os diferentes agentes a partir de uma proposta de “configuração aberta”, indicando que (A) “a rede permite que novas conexões possam ser estabelecidas”, (B) que havia a “possibilidade de reorganização da rede conforme as conexões”, (C) que a rede não estava alicerçada “na existência de um ou outro ponto [centro organizador], mas na ocorrência e no acionamento das conexões”, (D) que havia o interesse pela “coexistência e interpenetração de várias redes” (transitividade entre redes), (E) que a rede, portanto, estava aberta à existência de múltiplos caminhos “para estabelecer as conexões, uma vez que elas podem ser feitas por meio de diferentes trajetórias”, (F) o que levava a uma leitura de horizonte crítico, indicando a “incapacidade de um ponto [específico da rede, isto é, um elemento/elo que ajuda a formar a rede] de enxergar a dimensão completa da rede” (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p). Esses elementos são sintetizados pelos seguintes significantes presentes do documento:

- Dinâmicas de relações não lineares e horizontais;
- Conectividade;
- Capacidade de multiplicação;
- Configuração aberta;
- Dinamismo organizacional;
- Ausência de centralização;
- Multidimensionalidade;
- Transitividade;
- Existência de múltiplos caminhos;
- Horizonte crítico.

Na qualidade de “componente da rede”, e não de “centro determinante”, o PRCJ e seus agentes institucionais surgem como hiperconectores das relações entre os agentes societários e

entre esses e o Estado:

Nesse sentido, o Programa Rede Cultura Jovem constitui-se como um ponto hiperconector e animador que busca acionar uma rede territorial – que abrange o Estado do Espírito Santo, temática – com foco na juventude e na cultura e operativa que funcione como espaço de intercâmbio de conhecimentos e experiências, conduz processos gerais e operacionalizações em prol de um objetivo (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p, grifos do original).

Como veremos adiante, os sentidos desse princípio norteador, que se tornaram um dos elementos discursivos referenciais tanto para os ativistas e coletivos como para os atores institucionais<sup>191</sup>, foram mobilizados e articulados por atores estratégicos e ativistas desde o processo de formulação da política. Enquanto um significante-referência, ou ponto nodal (LACLAU; MOUFFE, 2015; MARQUES, 2020), o significante “rede” conseguiu refletir o compartilhamento de significados entre diferentes elementos presentes no processo articulatório, tornando a política viável. São nesses termos que compreendemos que o PRCJ era percebido pelos agentes da política (atores estratégicos e ativistas institucionais) como um elemento conectivo entre os agentes societários (interação e integração de ativistas e coletivos) e os demais elementos presentes na política pública, como o Estado, representado pela SECULT, e o mercado, na figura do Instituto Sincades.

- **Cultura**

Seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/10) e da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO<sup>192</sup>, o PRCJ destacava uma dimensão ampla do conceito de Cultura, entendido com um “fenômeno social e humano de múltiplas dimensões: antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p). Desta forma, o documento compreende o fenômeno cultural

---

<sup>191</sup> Rede, Cultura e Juventude/Jovem, elementos que formam o nome do Programa, são os significantes de referência (ou pontos nodais) da relação Estado-Ativistas/Coletivos em torno da formulação e implementação da política. Ao abarcarem os significados dos demais princípios norteadores do PRCJ, também indicando uma “rede colaborativa e autossustentável”, pensando o “jovem como protagonista” e a “cultura como possibilidade de inovação e experimentação a partir das novas experiências das juventudes”, esses significantes passaram a cumprir a função da organização e da articulação. Ainda que toda articulação discursiva seja contingente e precária, no sentido de que é uma necessidade contingente, os pontos nodais são importantes para imprimir uma orientação nos elementos em articulação. Sem esses “conectores discursivos” o processo articulatório se torna impossível (Cf. MARQUES, 2020, pp. 17-24).

<sup>192</sup> Aprovada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em sua 31.ª sessão, em 2 de Novembro de 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO apresenta quatro princípios estruturantes, subdivididos em três artigos cada, visando assegurar a preservação e a promoção da diversidade cultural, quais sejam: Identidade, Diversidade e Pluralismo; Diversidade Cultural e Direitos Humanos; Diversidade Cultural e Criatividade; e Diversidade Cultural e Solidariedade Internacional.



a partir de uma perspectiva pluralista, respeitante tanto aos modos de viver quanto aos sistemas de valores, às tradições, crenças e às diferentes maneiras de expressão e simbolização da realidade por meio das produções artístico-culturais.

Essa concepção de cultura e, conseqüentemente, de política cultural sedimentada nas ações do PRCJ, é radicalmente antagônica com relação à forma como a cultura foi inscrita nas ações estratégicas do governo do Estado, como analisamos no capítulo anterior. Essas distintas concepções nos apontam empiricamente para o que temos sustentado em termos teóricos ao longo da pesquisa: o Estado é tanto como um *campo* estratégico-relacional seletivamente estruturado e atravessado por contradições quanto como um *agente*, cuja agência é seletivamente orientada segundo a forma como se condensam institucionalmente as forças políticas (POULANTZAS, 2015 [1978]; JESSOP, 1982; 1991a; 2006; 2007; 2017).

É a partir dessa leitura que compreendemos que a forma como se condensaram institucionalmente as forças políticas em torno do PRCJ, contando com atuação decisiva de atores estratégicos e de ativistas multiposicionados, foi determinante para uma política que destoava dos parâmetros estruturantes elaborados pelo governo no Plano ES-2025. Ao contrário da preocupação central com o desenvolvimento econômico por meio da divulgação do estado, tendo a cultura enquanto elemento estratégico para isso, os sentidos do significante “cultura” mobilizados pelo PRCJ indicavam a necessidade de promover os processos criativos, buscando o desenvolvimento profissional dos sujeitos, e a necessidade de estimular as experiências colaborativas em redes, percebendo a cultura em suas múltiplas dimensões.

- **Juventude**

A ideia de Juventude<sup>193</sup>, diretamente atrelada ao protagonismo social, é percebida a partir de uma concepção de categoria social “marcada pela heterogeneidade de expressões, realidades e experiências” (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p), de uma leitura atenta à configuração da juventude contemporânea:

Por isso, a juventude é um segmento populacional que deve ser reconhecido na sua singularidade em relação a outros grupos etários e na sua diversidade de expressões, vivências, condições e identidades. Comparados com outros estratos etários e para efeito de Políticas Públicas, os jovens são sujeitos que possuem potencialidades e demandas específicas (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p).

---

<sup>193</sup> Seguindo as orientações da atual Política Nacional de Juventude, o PRCJ considera como jovem (e beneficiários de suas ações) os sujeitos com idade entre 15 e 29 anos.

Isso destaca uma perspectiva abrangente, plural e contextual da juventude em um estado como o Espírito Santo, marcado por diferentes expressões culturais e realidades socioeconômicas díspares. Também evidencia uma preocupação dos gestores e ativistas inseridos no Programa com relação ao reconhecimento e legitimidade da diversidade de expressões e práticas artístico-culturais, novas demandas e experiências organizacionais e de ação política das juventudes espírito-santense.

É nesse sentido que compreendemos que o PRCJ buscava potencializar as experiências associativas e culturais do seu público-alvo, atuando, portanto, no sentido de estimular a geração de coletividades societárias (Cf. HOUTZAGER, 2004; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021). Isso ficará ainda mais claro quando considerarmos, na sequência, os significados da ideia de “protagonismo social”.

- **Sustentabilidade e Integralidade**

Com relação ao significante “Sustentabilidade e Integralidade”, o Texto Base do PRCJ destaca a necessidade de ações que possibilitassem a manutenção, ao longo do tempo, das capacidades autocriativas dos agentes beneficiários da política. Os seus significados indicavam o fomento de uma rede de Economia Criativa entre os jovens e os coletivos culturais no Espírito Santo.

Sem reduzir a Economia Criativa à dimensão puramente econômica, o documento do PRCJ não indica apenas os meios para a criação artístico-cultural, mas, também, a construção de espaços que fomentassem as trocas e os processos de autorreflexão da formação identitária e das trajetórias dos agentes beneficiários da política, o que também se correlaciona à ideia de protagonismo social:

(...) termo centrado em uma visão holística e dinâmica do ser humano e no entendimento [de] que a satisfação das necessidades deve ser realizada de modo integrado e articulado entre si, uma vez que o desenvolvimento deve abordar a compreensão das esferas da vida que são significativas na formação dos indivíduos, na construção de suas identidades, perspectivas e trajetórias, bem como apreender as relações existentes entre elas no tempo presente (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p, acréscimo nosso).

Em suma, a ideia de Sustentabilidade e Integralidade ajudava a conformar o significante “Economia Criativa”. Seus sentidos, no entanto, não se limitavam à compreensão hegemônica liberal tal qual apresentada no capítulo anterior. Isso também nos mostra a ação de diferentes agentes, no interior da estrutura estatal, disputando os sentidos das categorias

mobilizadas nas políticas públicas culturais.

- **Protagonismo Social**

O Protagonismo Social, como informado anteriormente, evidencia o foco na agência dos jovens. Diretamente relacionado a uma concepção associativa (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021), o protagonismo social encontra-se no Texto Base PRCJ, pois esse indica a atenção voltada à participação ativa dos jovens na política cultural, percebendo-os tanto na qualidade de público-alvo como de agentes da política pública:

O protagonismo é aqui encarado como o exercício permanente de uma participação autônoma e coletiva em espaços democráticos feita com responsabilidade e que possibilite à juventude se posicionar e pautar a agenda política. O referido conceito apresenta-se como uma proposta político-pedagógica que enfatiza a construção da cidadania e a participação juvenil como elementos fundamentais para a transformação social (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p).

Como destacam Tatagiba e Teixeira (2021), a concepção associativa de uma política diz respeito tanto à busca por uma melhor qualidade e sustentabilidade dirigidas aos projetos executados como à promoção da cidadania e do empoderamento do público-alvo. A ideia básica de um Programa Associativo, conforme as autoras, consiste na apropriação criativa das próprias experiências e discursos dos públicos-alvo para fortalecê-los – nesse sentido, também são pensados como incubadores institucionais (HOUTZAGER, 2004). Nesse processo, os Programas Associativos buscam enfatizar a participação – pensada como protagonismo social – dos públicos-alvo, o que pode legitimar formas de fazer e de pensar não hegemônicas perante o Estado e o mercado, como são os casos das experiências organizacionais dos coletivos<sup>194</sup>. Também como protagonismo social, os Programas Associativos concebem as organizações societárias como mediadoras do acesso às políticas públicas e defendem o repasse de recursos públicos como forma de promover o fortalecimento dessas organizações (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021).

---

<sup>194</sup> Para uma leitura sobre experiências organizacionais dos coletivos como organizações não hegemônicas a partir do campo da Administração, conferir Barcellos (2012).

- **Colaboratividade**

A ideia de Colaboratividade, um dos parâmetros normativos mais comuns em diferentes documentos e publicações institucionais relativos ao PRCJ, também nos indica que esse atuou no sentido de estimular a geração de coletividades societárias (Cf. HOUTZAGER, 2004; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021).

A Colaboratividade, uma das categorias centrais dos coletivos, inserida e institucionalizada no discurso institucional via envolvimento crítico de ativistas com as instituições, indicava o fortalecimento de ações desenvolvidas e decididas coletivamente como uma forma de trabalho em equipe, mediado por uma constante interação entre os agentes da política (agentes societários e estatais), tendencialmente não hierarquizadas e pautadas no compartilhamento da liderança. O objetivo, segundo o Texto Base PRCJ (s/d), consistia em desenvolver e/ou fortalecer a ideia de decisões e responsabilidades compartilhadas entre os sujeitos.

- **Inovação e Experimentação**

O PRCJ também buscava se colocar como um espaço de promoção da inovação e da experimentação dos jovens no setor cultural (TEXTO BASE PRCJ, s/d). No referido documento, “inovar” e “experimentar” significavam fornecer meios para o incentivo da produção cultural a partir de um modelo não hierarquizado de cultura, reconhecendo, portanto, a pluralidade de linguagens e estéticas, bem como valorizando e apoiando o desenvolvimento de habilidades por meio de cursos e oficinas.

O objetivo, segundo o então Subsecretário de Cultura e gestor diretamente envolvido na Coordenação Geral do PRCJ, era potencializar as capacidades e experiências já verificadas em seus respectivos contextos, seja a partir de experiências individuais, seja dos grupos já constituídos. Isso reforça, como temos discutido, a existência de ações de estímulo à geração de coletividades societárias a partir da relação entre o Estado e as organizações societárias:

Porque nós estávamos antenados e esse era um objetivo nosso, de ficar antenado com a realidade, nada de chegar e impor a sua visão. Não, nós temos que ver, ouvir e a partir dessa realidade a gente desenvolvia ações para que a gente conseguisse potencializar o que o cara já sabe, o que o cara faz, o que o cara quer fazer, seja individualmente ou nos grupos deles. Então, nós identificávamos várias coisas, sei lá, se o cara tinha lá uma habilidade de redes digitais, pra desenvolver ações nessa área, criava uma capacitação, não inventava capacitação do nada (...). O objetivo do

[Programa] Rede Cultura Jovem não era um evento, como lá [no MinC] o Gil brincava: “só ventania” (...). Não, era criar um projeto estruturante, [criar] estruturas para que as pessoas e grupos conseguissem, depois, ser autônomas, se emancipassem (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020, acréscimos nossos).

Por meio da ideia de Inovação e Experimentação, o PRCJ também almejava incentivar e ampliar a produção e fruição das manifestações artístico-culturais dos e pelos jovens em todo o território do Espírito Santo, bem como fomentar a participação política com o envolvimento dos jovens nas diferentes etapas da política pública (TEXTO BASE PRCJ, s/d). Nesse sentido, buscava:

- Respeitar o direito que as diferentes juventudes têm de criar e se expressar livremente a partir das suas visões de mundo, modos de vida, suas línguas, expressões simbólicas e manifestações estéticas, sem impor hierarquias ou sistemas de valores;
- Estimular a cidadania ativa e o protagonismo juvenil de modo que os jovens percebam a cultura enquanto um direito e participem efetivamente da concepção e do controle social das políticas que lhe dizem respeito;
- Atuar na construção de uma gestão democrática e que envolva a participação ativa dos representantes das juventudes, do poder público e da sociedade civil organizada nas etapas de concepção, monitoramento e avaliação das ações realizadas, por meio da criação de um Comitê Gestor;
- Fortalecer o pertencimento das juventudes residentes no Espírito Santo ao PRCJ por meio da criação de canais de diálogo e participação presenciais e virtuais;
- Buscar a intersetorialidade e a transversalidade junto a outras políticas estaduais voltadas para o segmento juvenil no intuito de potencializar as ações do Programa Rede Cultura Jovem por meio da criação de espaços de diálogos entre as diferenças instâncias da esfera estadual e da sociedade civil;
- Promover o respeito e o fomento à diversidade cultural;
- Buscar a institucionalização do PRCJ e de uma Política de Juventude Estadual;
- Fomentar as artes e expressões experimentais e de caráter amador sem potencial de inserção comercial a fim de ampliar as possibilidades de criação e inovação, bem como superar positivamente o caráter restritivo e homogeneizador da indústria cultural – potencializando, assim, a importância do processo em detrimento do produto;
- Potencializar as ações do PRCJ por meio da busca de novos investidores e da realização de parcerias com a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e as redes de outros Estados.
- Compartilhar e incentivar a adoção (com as devidas adaptações e melhorias) das metodologias e das diretrizes do PRCJ pelos gestores públicos – sobretudo municipais – por meio da ampla divulgação e da realização de parcerias;
- Incentivar (capacitar) a sustentabilidade das iniciativas culturais juvenis por meio de ações que sensibilizem os jovens para os intercâmbios e a produção associada, solidária e colaborativa.
- Prezar pela diversidade da equipe do PRCJ e investir na qualidade de condições de trabalho e na atuação qualificada por meio do respeito aos princípios estabelecidos e da criação de espaços de diálogo e de formação.
- Promover a participação das diferentes expressões culturais das juventudes nos meios de comunicação regionais e divulgá-las em âmbito nacional.
- Contribuir para o fortalecimento e o reconhecimento do setor artístico-cultural como importante mercado de trabalho para a população jovem;
- Contribuir para a formação de público (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p).

Pautado nesses pressupostos orientadores – e identificando, por um lado, a expressividade do público juvenil no Espírito Santo e, por outro, a necessidade de reparar o déficit de políticas públicas na área da cultura no estado, reconhecendo a potência da cultura como estratégia para o exercício pleno da cidadania, e não apenas para o desenvolvimento socioeconômico local –, o PRCJ apresentava o seguinte objetivo geral:

Possibilitar as condições para a efetivação e a ampliação dos direitos culturais dos jovens residentes no Espírito Santo com idade entre 15 e 29 anos, por meio de ações que garantam a livre expressão, criação e fruição de bens e serviços culturais, elementos fundamentais para a formação da cidadania e do desenvolvimento sustentável e integral dos segmentos juvenis (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p).

Vale destacar, por fim, que esse objetivo estava correlacionado a uma perspectiva mais abrangente e transversal de política para juventude impressa no Texto Base PRCJ. Em termos de Política de Juventude, o referido documento, nas trilhas da Política Nacional da Juventude (CONJUVE, 2006), apresentava uma visão integral do jovem, considerando a construção identitária e perspectivas e trajetórias plurais. Com isso, além da dimensão da “vivência juvenil” que, como destaca, “quase sempre enfoca o aspecto formativo-educacional (deste modo, o seu vir-a-ser)” (TEXTO BASE PRCJ, s/d, s/p<sup>195</sup>), buscava o Desenvolvimento Integral a partir dos nexos ou ligações entre a educação (formal e não formal), o trabalho, a cultura e suas tecnologias de informação e comunicação. Tratava-se, portanto, de uma política intersetorial e transversal (Juventude e Cultura), na medida em que atuava junto ao público jovem através de ações de política cultural, potencializando-o a partir de iniciativas de educação, trabalho, cidadania e desenvolvimento.

A partir desses princípios e do seu objetivo geral, torna-se mais clara a mobilização de uma série de justificativas e metas por parte do PRCJ, as quais podem ser sistematizadas e organizadas nos seguintes eixos:

- I. Apoiar e fomentar o setor cultural diante da crescente demanda do público jovem;
- II. Atender às orientações do MinC para as políticas públicas de cultura e de juventude<sup>196</sup>;

<sup>195</sup> Trata-se de uma citação direta do Plano Nacional da Juventude (CONJUVE, 2006, p. 21): “É nesse sentido que as preocupações da Câmara Temática se estruturam sob o título de Desenvolvimento Integral. Trata-se, portanto, de não reduzir o debate apenas a uma dimensão da vivência juvenil, que quase sempre enfoca somente o aspecto formativo-educacional (deste modo, o seu vir-a-ser), mas de considerar que essa vivência é pluridimensional e constitui-se no tempo presente”.

<sup>196</sup> Como destaca o Texto Base PRCJ, em termos de marcos legais, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 42, de 2008, conhecida como a PEC da Juventude, aprovada em 2010, o termo “juventude” passou a fazer parte da Constituição. Desde então, uma série de mecanismos voltado à juventude tem sido criada

- III. Constituir, reconhecer, valorizar e disponibilizar, para além do território local, a memória da cultura jovem contemporânea produzida no Espírito Santo;
- IV. Possibilitar, como forma de potencializar e ampliar a atuação juvenil na área artístico-cultural, o acesso aos recursos tecnológicos e financeiros por meios menos burocráticos;
- V. Amenizar, em longo prazo, os indicadores de violência, déficit de acesso aos aparelhos culturais e de comunicação, taxa de analfabetismo etc. relacionados aos jovens;
- VI. Atuar na interação sociedade-mercado, contribuindo para a formação de mão de obra e de públicos;
- VII. Criar metodologias, que possam ser adotadas por outros setores estatais, para atuação junto às juventudes,;
- VIII. Estimular a reflexão, gerando não apenas produtos, mas ideias, inovações e trabalhos científicos à medida que dialoga com instituições de ensino e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- IX. Atuar em todo o estado e mapear as expressões culturais das juventudes de todos os municípios;
- X. Atuar de forma articulada à iniciativa privada, à sociedade civil, às instâncias do poder público estadual e às redes de outros estados;
- XI. Promover uma gestão democrática, envolvendo a participação ativa de representantes do segmento juvenil, do poder público e da sociedade civil;
- XII. Tornar o Espírito Santo um exemplo da promoção dos direitos culturais no campo da juventude;
- XIII. Promover a cena artístico-cultural de forma sustentável e diversa, com a circulação e o intercâmbio dos jovens envolvidos com o fazer cultural das diferentes regiões capixabas, reconhecendo e fortalecendo tal cena como um importante mercado de trabalho para a população jovem;
- XIV. Proporcionar a participação efetiva dos jovens na concepção, execução, monitoramento e avaliação das políticas para o público juvenil, tornando-se um espaço de discussão entre o poder público e a sociedade civil acerca das políticas de/para/com as juventudes.

Veamos, na sequência, as ações desenvolvidas pelo Programa, divididas entre os seus dois grandes eixos estruturais: Fomento e Formação e Comunicação e Difusão.

## 7.2 AÇÕES DO PRCJ: FOMENTO E FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

No que se refere ao eixo Fomento e Formação, o PRCJ desenvolveu quatro atividades principais, quais sejam: (I) Mostra Capixaba de Audiovisual, (II) Cultura Presente (junto ao

---

em âmbito nacional e local. No Espírito Santo, por exemplo, no ano de 2007 foi sancionada a Lei nº 8.594, que instituiu a Política Estadual de Juventude e a criação do Conselho da Juventude, que fora criado, esse último, apenas no ano de 2016 por meio da Lei Complementar nº 830. Já no ano de 2012, foi criada a Gerência de Políticas para a Juventude, por meio do Decreto nº 2931-R. Para uma leitura sobre a Política Pública de Juventude no Brasil, ver Cunha (2011). Para uma leitura sobre o processo de construção das Políticas de Juventude no Espírito Santo, seu histórico, avanços e deficiências, conferir Valadão (2013).

Programa Estado Presente), (III) Editais de Incentivo à Cultura e (IV) Formação Agente Cultura Jovem. Devido aos objetivos de pesquisa, enfatizamos a terceira e a quarta ação<sup>197</sup>.

- **Mostra Capixaba de Audiovisual (MCA's)**

Como já destacou Valadão (2013, p. 91), a Mostra Capixabas de Audiovisual (MCA's) era uma política de cultura e de educação cultural promovida por meio da difusão da experiência e da prática do audiovisual em municípios que não possuíam salas de cinema, sobretudo aqueles localizados do interior do estado. Suas ações, no entanto, não se limitavam à exibição de filmes. As Mostras visavam, antes, capacitar os jovens para que os próprios produzissem os conteúdos (SECULT, s/d, p. 154). Segundo o Plano Estadual de Cultura (ESPÍRITO SANTO, s/d, p. 79 [Plano Estadual de Cultura...]), o objetivo principal era democratizar “o acesso à cadeia produtiva do setor, bem como propor aos jovens do Espírito Santo reflexões sobre suas realidades locais, a partir da experimentação da linguagem audiovisual”. Para isso, como destacado no Planejamento do PRCJ (s/d)<sup>198</sup>, durante três meses o Programa realizava oficinas de produção com os jovens. Ao final deste período, organizava as Mostras, exibidas publicamente, sempre partindo de temas e aspectos relevantes das localidades dos sujeitos.

- **Cultura Presente**

Lançado no início do ano de 2011, o objetivo do Cultura Presente, inserido no escopo do Programa Estado Presente<sup>199</sup>, era prevenir e reduzir a criminalidade e os fatores de vulnerabilidade social por meio da promoção de atrações e oficinas artístico-culturais,

---

<sup>197</sup> Sobre a Mostra Capixaba de Audiovisual e o programa Cultura Presente, desenvolvido no âmbito do Programa Estado Presente, conferir Valadão (2013).

<sup>198</sup> O título do documento é “Planejamento 2012-2014”.

<sup>199</sup> O Estado Presente foi criado em 2011 com o intuito de implementar “um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania” (VALADÃO, 2013, p. 92). Ainda segundo Valadão, o Programa se estruturava em três linhas de ações prioritárias, a saber: “1) Infraestrutura: contempla investimentos em construção e reforma de unidades padronizadas para as polícias, e novas unidades prisionais e socioeducativas; 2) Proteção Policial: consiste no desenvolvimento de estratégias específicas para cada organização policial, com foco na defesa da vida; 3) Proteção Social: consiste na integração das ações governamentais, e destas com parceiros da iniciativa privada e outras instituições”. Para mais informações sobre o Estado Presente, conferir o site do governo do Estado, disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-implanta-programa-estado-presente-para-reduzir-criminalidade-no-espirito-santo>. Para um estudo sobre os resultados e impactos do Programa, conferir a pesquisa do IPEA (2019).



realizadas nos finais de semana na Região Metropolitana da Grande Vitória (PLANEJAMENTO DO PRCJ, s/d).

Como eixo estruturante das atrações e oficinas, as ações do Cultura Presente buscavam promover a reflexão dos jovens sobre a sua própria realidade, suas potencialidades e dificuldades:

Em 2012, o Cultura Presente promoveu oito apresentações da Orquestra Filarmônica nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra; levou 83 atrações culturais a 11 bairros localizados em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória; realizou seis temporadas do Circo Cultura Presente em Serra e Viana; e executou 43 oficinas de teatro, dança, capoeira, circo e discotecagem nos municípios da Região Metropolitana.

Ao Programa Rede Cultura Jovem coube representar a Secult nas Ações Integradas pela Cidadania, evento que reúne em um mesmo lugar diferentes serviços gratuitos para a população local, bem como oficinas e atrações culturais.

No mesmo período, o Programa realizou a Mostra de Audiovisual Meu Lugar nos municípios de Viana, Serra, Cariacica e Vila Velha. Ao todo, quarenta estudantes de ensino médio da rede pública estadual participaram das oficinas básicas de linguagem cinematográfica, onde produziram filmes de curta-metragem que posteriormente foram exibidos para cerca de mil espectadores, nos bairros que receberam as oficinas e em outras diferentes localidades. Dentre os vídeos produzidos, dois foram selecionados para participarem do 6º Festival Visões Periféricas, no Rio de Janeiro, um importante espaço de visibilidade, aprendizado e reflexão para jovens autores e suas obras (ESPÍRITO SANTO, s/d, p. 85 [Plano Estadual de Cultura...]).

Especificamente para o PRCJ, estas atividades tinham por objetivo divulgar as propostas e demais ações do Programa.

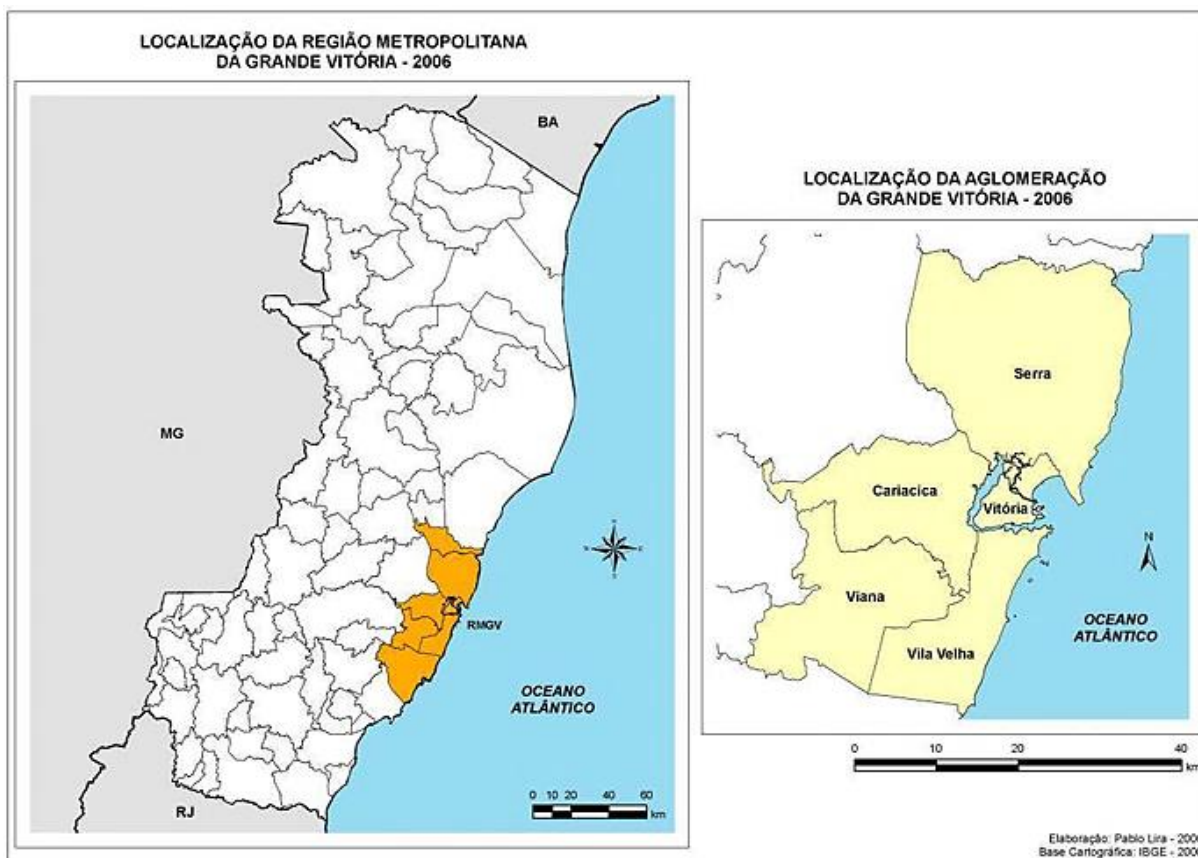
- **Editais de Incentivo à Cultura (Editais Rede Cultura Jovem)**

Como consta no Planejamento do PRCJ (s/d), os objetivos dos Editais consistiam em reconhecer, fomentar, qualificar e visibilizar a pluralidade artístico-cultural das juventudes a partir da potencialização da construção de redes presenciais e virtuais de interação entre os jovens e, com isso, estimular experiências com impactos socioculturais e educacionais para além da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)<sup>200</sup>.

---

<sup>200</sup> Como discutimos no capítulo anterior, ao abordarmos o projeto estratégico de desenvolvimento da Rede de Cidades, constatamos que esse fazia parte de ações estruturantes mais amplas do governo do Estado, cujo objetivo era descentralizar as ações e projetos estatais com relação à RMGV.

**Imagem 5 – Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Distribuídos entre (I) Bolsa Rede Cultura Jovem, (II) Núcleos de Criação, (III) Prêmio Cultura Jovem, (IV) Bolsa Cultura Tech e (V) Núcleos de Web TV, os editais destinavam-se (a) às proposições individuais, (b) àquelas apresentadas por coletivos e (c) àquelas originárias de organizações sociais com atuação no setor juvenil e cultural (ESPÍRITO SANTO, s/d [Plano Estadual de Cultura...]). No quadro a seguir, sintetizamos os objetivos e os públicos-alvo de cada modalidade a partir da análise das chamadas pública dos respectivos editais<sup>201</sup>.

<sup>201</sup> O total de investimento dos Editais PRCJ, considerando o montante, a aplicação por município e as limitações com relação à descentralização referente à RMGV, consta no Apêndice F (Tabela 34 – Total de Investimentos Editais PRCJ 2010-2012).

**Quadro 2 – Modalidade de editais do PRCJ por objetivos e públicos (2009-2012)**

Objetivos e públicos dos editais do Programa Rede Cultura Jovem (2009-2012)*		
	OBJETIVOS	QUEM PARTICIPA?
Bolsa Rede Cultura Jovem	Identificar, valorizar, potencializar, dar visibilidade e promover a interação e o diálogo entre jovens artistas e pesquisadores do Espírito Santo, bem como incentivar e financiar a produção e a qualificação dos mesmos nas diferentes linguagens artísticas e culturais.	Jovens artistas e/ou pesquisadores entre 15 e 24 anos completados até 15 de abril de 2010 e que residam no Espírito Santo. Em 2012, na última edição dos Editais, a idade máxima permitida para a participação passou para 29 anos.
Núcleos de Criação**	Identificar, fomentar, potencializar, valorizar, dinamizar e dar visibilidade às atividades artísticas e culturais produzidas pelos jovens do Espírito Santo, bem como mobilizar grupos para a construção e o fortalecimento de uma rede presencial e virtual que abranja as diferentes manifestações artístico-culturais.	Grupos artísticos e culturais formados por no mínimo 70% de jovens entre 15 e 24 anos completados até 15 de abril de 2010 e que residam no Espírito Santo. A partir de 2011 destacou-se a possibilidade da participação de grupos e coletivos juvenis com no mínimo duas pessoas.
Prêmio Cultura Jovem***	Reconhecer, fortalecer e premiar projetos sociais capixabas que desenvolvam atividades artísticas e culturais com jovens entre 15 e 24 anos, bem como difundir e estimular exemplos e experiências de relevantes impactos socioculturais e educacionais. A partir de 2011, o objetivo foi: potencializar instituições que apresentem projetos envolvendo, predominantemente, jovens com foco no diálogo e nas articulações artístico-culturais.	Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (instituições, entidades, associações, fundações, organizações religiosas, OSCIP's e ONG's) com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sediadas no Espírito Santo e que desenvolvam, há pelo menos 1 ano, projetos na área artístico-cultural para jovens com idade entre 15 e 24 anos.
Bolsa Cultura Tech****	Incentivar, promover e dar visibilidade à pesquisa e produção de jovens desenvolvedores de tecnologias interativas com o ambiente <i>web</i> de código aberto. Promover a produção multidisciplinar (artes cênicas, música, artes visuais, audiovisual, literatura, <i>design</i> , fotografia) e saberes (ciências humanas, engenharia, eletrônica, ciência da informação), e expandir as conexões em Cultura Digital a partir dos eixos: (a) valorização de processos colaborativos, superando a distinção entre produtores e consumidores de informação e cultura; (b) criação de espaços na internet de livre acesso, com conteúdos disponibilizados com licenças flexíveis; (c) apropriação tecnológica dos meios de comunicação; (d) utilização prioritária e preferencial de sistemas, aplicativos e formatos livres e de código aberto.	Jovens desenvolvedores de tecnologias aplicáveis à plataforma <i>web</i> , que tenham entre 15 e 24 anos, interessados em desenvolver projetos relacionados à arte, cultura e tecnologia, que residam no Espírito Santo e que não possuam pendências no Programa Rede Cultura Jovem. Até 2012, o edital estava voltado para o desenvolvimento individual. As bolsas eram individuais. Em sua última versão, o edital passou a se voltar para a criação de "núcleos", teve um aumento no valor da bolsa, de R\$ 3.000,00 para R\$ 5.000,00 e mudou o público, destacando que a inscrição deveria ser feita por grupos e coletivos juvenis formados por jovens que tenham exclusivamente idade entre 15 e 29 anos até o período de encerramento das inscrições, e que residam no Espírito Santo.
Núcleos de Web TV	Gerar memória sobre a atual produção artístico-cultural protagonizada pelas juventudes capixabas, incentivar o uso crítico e criativo das mídias digitais e da internet, estimular a veiculação e difusão de ações e de questões juvenis, com ênfase nas atividades culturais e artísticas.	Grupos e coletivos formados por jovens que tenham exclusivamente entre 15 e 29 anos até o período de encerramento das inscrições, que residam no Espírito Santo e não possuam pendências junto ao PRCJ. Até 2011, havia maior flexibilidade com relação à idade dos componentes. Os grupos e coletivos podiam ser formados por no mínimo 75% de jovens que tenham entre 15 e 24 anos.

\* Em sua primeira versão, cujo período de inscrição ocorreu entre final de 2009 e início de 2010, os Editais do PRCJ foram divididos nas seguintes modalidades: Bolsa Rede Cultura Jovem, Núcleos de Criação e Prêmio Cultura Jovem. No ano de 2011, passou a contar com mais duas modalidades: Bolsa Cultura Tech e Núcleos de Web TV. Ao longo das três edições ocorreram leves modificações na redação dos objetivos dos editais, mas sem implicações substanciais.

\*\* O objetivo do edital foi levemente modificado, tendo sido incorporado o termo "coletivo" na segunda edição.

\*\*\* A partir de 2011, o Edital "Prêmio Cultura Jovem" teve seu título alterado para "Instituição em Rede". Apenas esta modalidade de edital exigia CNPJ das organizações postulantes. Em 2012, não houve a referida modalidade.

\*\*\*\* Em 2012, o Edital teve seu título alterado, passando a ser denominado "Núcleos de Cultura Tech". Os objetivos aqui destacados são uma síntese dos objetivos presentes ao longo das três edições.

Fonte: SECULT – Programa Rede Cultura Jovem.

Elaboração própria a partir dos Editais (2009-2012).

Para além do repasse de recursos econômicos (Cf. Apêndice F), o PRCJ promovia “encontros a fim de intensificar a interação e as conexões entre os projetos contemplados durante o seu desenvolvimento” (PLANEJAMENTO DO PRCJ, s/d; s/p). Como consta no Plano de Comunicação/Editais (2012, s/p), além de dar visibilidade aos trabalhos dos jovens, os Editais do PRCJ, cujo objetivo também consistia em incentivar a entrada de novos sujeitos no Programa, tinham por intuito conectar os sujeitos e coletivos contemplados, uma forma de potencializar as “vivências juvenis no campo da arte e da cultura”.

Com relação aos projetos contemplados, a Equipe promovia a integração presencial entre os jovens e a Equipe do PRCJ, atividade denominada como “Encontrão” (Cf. SECULT, s/d, p. 159-160). Como destacado no Plano de Comunicação/Editais (2012), esses momentos representavam uma oportunidade para a apresentação geral da Equipe de suporte do PRCJ e, de forma específica, para sanar eventuais dúvidas sobre a execução e o monitoramento dos projetos e sobre a assinatura do Termo de Compromisso, servindo, também, como uma ocasião de promoção de debates sobre temas mais abrangentes relacionados à arte, à cultura e à juventude. Além disso, esse momento também visava conectar os sujeitos entre si e com a estrutura do PRCJ em torno dos significantes “Redes”, “Cultura” e “Juventude”. Esses objetivos são sintetizados da seguinte forma no documento Editais Rede Cultura Jovem (2013, s/p):

- Estimular a entrada de novos agentes no sistema de produção cultural;
- Estimular o aprimoramento na elaboração de projetos culturais e consequentemente a qualificação dos responsáveis pela realização de ações culturais no estado;
- Ampliar o repertório e a articulação cultural entre as iniciativas juvenis.

Novamente, percebemos elementos que nos permitem sustentar o argumento de que o PRCJ atuou no sentido de estimular a geração de coletividades societárias por meio do compartilhamento de recursos simbólicos presentes na articulação com os ativistas e coletivos – tais como os significados de “rede”, “protagonismo” e “colaboratividade” –, também fortalecendo esse estímulo através do fornecimento de recursos materiais via editais. Enquanto potencializador de coletividades, o PRCJ teve papel relevante no processo de organização, atuação, divulgação e articulação de muitos coletivos no Espírito Santo. Esse papel também pode ser observado em sua ação de Formação de Agente Cultura Jovem (FACJ).

- **Formação Agente Cultura Jovem**

O objetivo da Formação Agente Cultura Jovem, segundo o Projeto FACJ (2013), consistia na qualificação dos jovens para a mobilização, atuação e articulação em rede, tendo como intuito final o fortalecimento das diferentes iniciativas culturais das juventudes espírito-santenses. Esse processo ocorria por meio de formação presencial e a distância, envolvendo tanto a dimensão teórica quanto a prática (ESPÍRITO SANTO, s/d [Plano Estadual de Cultura...]).

A primeira turma foi formada no ano de 2009, antes mesmo do lançamento oficial do PRCJ. Como um projeto piloto, a primeira Formação contou com “14 jovens de diferentes municípios, identificados por meio de lideranças juvenis e de gestores municipais” (CASTRO, 2010, p. 22<sup>202</sup>). Como destaca Fernanda de Castro, que integrou a equipe do PRCJ exercendo a função de Coordenadora da FACJ:

A experiência da primeira turma de Agentes foi fundamental para subsidiar os passos seguintes e apontou o desafio pela frente: elaborar um projeto mais consistente e, principalmente, articulado às outras ações do Programa [Rede Cultura Jovem] que estavam em pleno processo de execução. Foram alguns meses de pesquisas, debates e reuniões até chegarmos a um novo formato de ação (...). A Formação Agente Cultura Jovem **foi reorientada para a promoção de uma rede de liderança juvenil**, cuja atuação é voltada, prioritariamente, para o fortalecimento e o acompanhamento dos projetos contemplados pelos editais Bolsa Cultura Jovem e Núcleos de Criação (CASTRO, 2010, p. 23, acréscimo e destaque nossos).

A edição seguinte contou com um ligeiro aumento do número de jovens, 20 ao todo, selecionados por meio de um processo seletivo. Já contando com um novo formato, os encontros presenciais, que na primeira turma ocorriam em um único dia, passaram a ser realizados durante um final de semana (CASTRO, 2010). Além dos encontros, os Jovens Agentes também participavam de atividades complementares ao desenvolvimento dos seus respectivos projetos, individuais ou coletivos. Entre as atividades de caráter de educação artística, constavam mostras audiovisuais, participação em outros eventos culturais e em intervenções artísticas, como visitas a museus, cinema e restaurantes de culinária tradicional:

A importância do projeto de Formação do PRCJ, porém, não está restrita ao fortalecimento das diferentes manifestações culturais do ES. Mas reside também na contribuição para o desenvolvimento profissional e pessoal dos jovens envolvidos, uma vez que **amplia o repertório cultural e a capacidade de atuação; incentiva o protagonismo juvenil; estimula o fazer coletivo, criativo e solidário**. Mais que

---

<sup>202</sup> Em Valadão (2013, p. 90), encontramos a referência a um total de 12 jovens na constituição da primeira turma, mesmo número que, somado aos demais apresentados pela autora, chega ao mesmo total encontrado no Plano Estadual de Cultura, que foi de 62 jovens formados na FACJ entre 2009 e 2011.

isso, colabora para a formação de sujeitos plenos, aptos a participar, refletir e interferir na sua realidade (FACJ, 2011 [Portal Yah!] *apud* VALADÃO, 2013, p. 91, destaque nosso<sup>203</sup>).

Como parte do alcance e resultados do PRCJ, aos poucos, como relata Castro (2010), os espaços de encontros promovidos pelo Programa se mostraram insuficientes. Reflexo disso foi que os “Agentes, principalmente da região metropolitana da Grande Vitória, passaram a se reunir semanalmente com o intuito de construir um coletivo artístico” (CASTRO, 2010, p. 24-25), levando adiante as ações colaborativas já vivenciadas pelos coletivos e fomentadas pela FACJ, bem como as redes potencializadas com e através do PRCJ.

Vale também ressaltar a importância do FACJ no processo de organização dos jovens em coletividades e no desenvolvimento de seus projetos pós-Formação. Como destaca Ariny Bianchi, participante da edição de 2010 da FACJ, em entrevista à Revista Nós:

Além de conhecer várias maneiras de se manifestar culturalmente, que eu não imaginava, foi possível conhecer pessoas que trabalhavam na área e que me instigaram a realmente seguir esses passos, a pensar que é possível divulgar a cultura produzida localmente. Hoje tenho uma produtora cultural que surgiu justamente na época da Formação (MAIS AGENTES CULTURAIS JOVENS – SEÇÃO PRCJ [Autor desconhecido], 2011, p. 46<sup>204</sup>).

Com relação à estrutura organizacional da FACJ, os documentos analisados indicam que o processo da Formação, em si, era dinâmico, o que lhe permitia se adaptar às demandas específicas que surgiam entre uma edição e outra, bem como a corrigir os percursos a partir da avaliação junto aos jovens participantes e, com isso, propor novas ações. Reflexo disso foi a mudança realizada a partir da edição de 2011, quando foram construídas novas temáticas e metodologias, visando a uma maior sinergia entre as vivências dos participantes e os conteúdos teóricos (MAIS AGENTES CULTURAIS..., 2011, p. 46):

Mobilização social, conceitos de Arte e Cultura, redes sociais, elaboração e gerenciamento de projetos foram alguns dos assuntos discutidos nos encontros mensais. Além dos debates e das palestras com convidados, os jovens participantes realizaram tarefas práticas sob a orientação da Coordenação da FACJ 2011. Tais atividades contribuíram ainda mais para a consolidação do aprendizado dos jovens, tornando-os ainda mais capazes de exercerem o papel de agentes culturais.

Também vale destacar que desde a sua primeira formação, em 2009, o FACJ passou a contar com um aumento da procura. Em 2010, por exemplo, a ação registrou 44 inscritos para as 20 vagas. Já em 2011, o número de demandantes foi de 269 para as 30 vagas abertas (Cf.

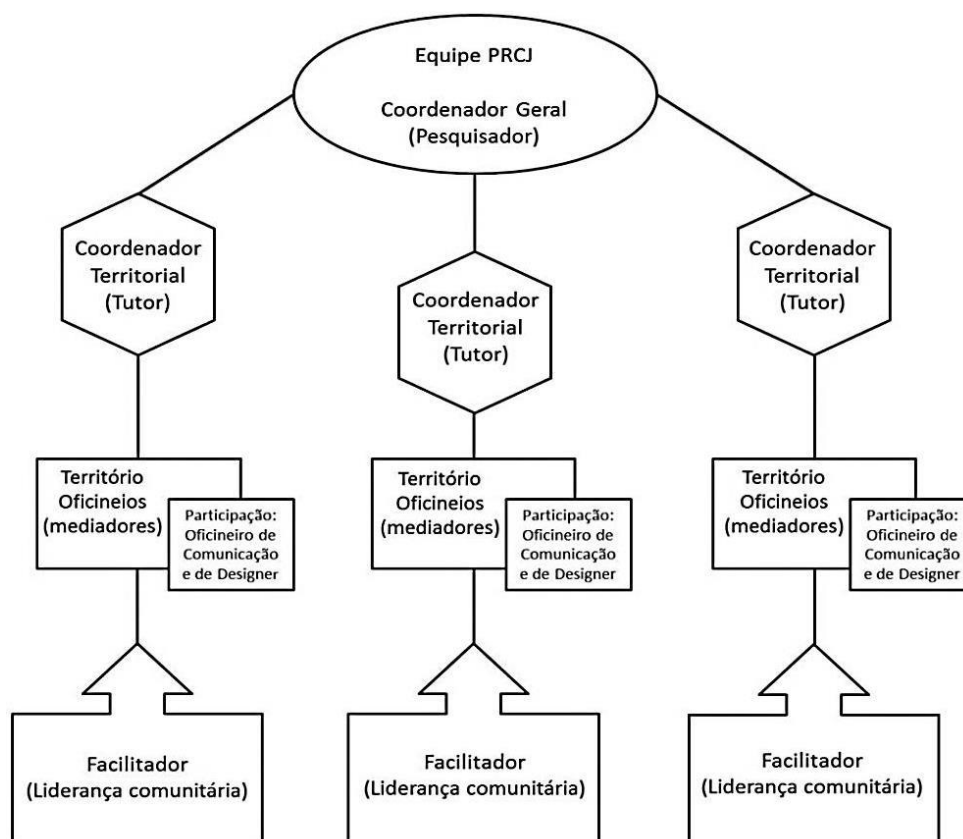
<sup>203</sup> O Portal Yah! não se encontra mais disponível.

<sup>204</sup> Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos4>. Acesso em: 07 abr. 2020.

PROJETO FACJ, 2013). A partir de 2013, último ano do PRCJ, o Projeto FACJ passou a integrar o Programa Cultura Presente<sup>205</sup>.

A estrutura da FACJ era construída por quatro setores: os facilitadores, os oficinairos, os coordenadores territoriais e a Coordenação Geral.

**Imagem 6 – Estrutura da Formação Agente Cultura Jovem**



Fonte: Adaptado de Projeto FACJ (2013).

Além de ocuparem posições na Coordenação do PRCJ desde o processo de formulação e implementação da política, os ativistas também integraram as funções de Facilitadores, Oficinairos e Coordenadores. Isso ocorria porque, como veremos a seguir, havia um perfil previamente pensado para as funções no PRCJ. Esse perfil, segundo Erlon Paschoal, “tinha que ter determinadas características [por]que eles próprios iam trazer

<sup>205</sup> A partir da intersetorialidade com o Estado Presente, a definição das áreas que receberam as turmas da FACJ estava em estreita relação com as diretrizes do Estado Presente, as quais foram criadas a partir do Mapa do Crime, ferramenta que mapeava os locais, dias e horários de maior incidência de crimes, e do Mapa de Vulnerabilidade Social, pesquisa desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves para identificar territórios e grupos populacionais com maior desigualdade social. Após o mapeamento de 11 territórios, foram selecionados três (Cariacica, Serra e Vila Velha) para a realização da FACJ (PROJETO FACJ, 2013).

muita informação desse mundo do qual eles faziam parte [atuação artístico-cultural e política junto à juventude]”(Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020, acréscimos nossos). Ou seja, esses atores faziam aparte tanto da estrutura administrativa e organizacional como do público-alvo do Programa. Vejamos as funções dos setores estruturantes da FACJ:

- **Facilitadores**

Tratava-se do principal colaborador local dos agentes culturais em formação. Cabia ao facilitador “receber parceiros locais nos encontros da formação, direcionar os interesses da comunidade para os objetivos da FACJ” (PROJETO FACJ, 2013, s/p). A seleção dos facilitadores levava em consideração os seguintes pontos: ter características de ser uma liderança comunitária, um agitador cultural, um mobilizador social, um atuante membro da comunidade e um morador do território.

A função dos facilitadores consistia em participar e ser parceiro no desenvolvimento dos projetos dos jovens bolsistas, tendo as seguintes atividades (PROJETO FACJ, 2013, s/p): (I) Estar em contato com os tutores sempre que for solicitado; (II) Auxiliar na mobilização dos jovens nos territórios; (III) Auxiliar no contato com iniciativas e lideranças locais; (IV) Colaborar na produção dos Seminários para a Comunidade; (V) Contribuir para elaboração de estratégias para a sustentabilidade dos projetos.

- **Oficineiros**

Para ser Oficineiro(a), era necessário ser estudante de Design Gráfico (Oficineiro Design), Comunicação Social (Oficineiro de Comunicação) ou Ciências Humanas ou Sociais (Oficineiros Mediadores de Conteúdo). Ao Oficineiro Mediador cabia propor e realizar atividades que ocorriam durante os encontros formativos:

- Aplicar a metodologia da FACJ aos jovens agentes por meio das atividades e apresentar relatório sobre as oficinas realizadas;
- Capacitar-se nos espaços de formação propostos para o Corpo Docente da FACJ, desenvolvendo uma pesquisa pessoal, com o tema de seu interesse;
- Ser sensível às práticas e conceitos da FACJ;
- Participar da capacitação e dos encontros semanais junto à equipe do PRCJ, do coordenador e dos Tutores;
- Desenvolver pesquisa pessoal com os conceitos trabalhados na formação e/ou nos territórios;



- Desenvolvimento de relatório dos encontros da FACJ;
- Orientar as atividades dos agentes em seus respectivos territórios;
- Postar conteúdo nos *Blogs* da FACJ localizados no Portal Yah;
- Propor atualizações metodológicas para a FACJ (PROJETO FACJ, 2013, s/p).

Os Oficineiros de Comunicação eram responsáveis pela assessoria de comunicação, transmissão ao vivo, cobertura colaborativa, fotografia, *mailing* e imprensa. Como consta no Projeto FACJ (2013, s/p), sua presença era estratégica para o desenvolvimento de uma etapa específica no auxílio aos jovens bolsistas, cabendo àqueles orientar esses acerca de: (I) Comunicação como instrumento de divulgação do seu projeto; (II) Como se comunicar (apresentação do projeto para a comunidade); (III) Qual a função da comunicação em seu projeto? (Assessoria de comunicação individual para todos os projetos da FACJ). De forma mais geral, suas atribuições consistiam em:

- Ministras oficinas definidas previamente referentes à assessoria de comunicação, transmissão ao vivo, cobertura colaborativa, fotografia, *mailing* e imprensa e desenvolvimento de *Release*;
- Participar da fase de apresentação dos projetos à comunidade, previsto para o 8º Encontro da FACJ, auxiliando os Agentes no desenvolvimento das ações;
- Assessorar individualmente a comunicação de todos os projetos que estão sendo elaborados durante a FACJ, ressaltando as particularidades e as características individuais existentes, a fim de prever as especificidades da comunicação de cada projeto;
- Apresentar relatório sobre as oficinas realizadas;
- Capacitar-se nos espaços de formação propostos para a organização da oficina de comunicação da FACJ;
- Participar do *blog* e das páginas da FACJ em Redes Sociais, com posts e comentários (PROJETO FACJ, 2013, s/p, destaques nossos).

Assim como os Oficineiros de Comunicação, os Oficineiros Design, responsáveis por toda a editoração eletrônica das ações, exerciam atividades específicas no processo formativo. Sua atuação junto aos jovens bolsistas ocorria no momento inicial da prática e execução dos projetos. Cabiam aos Oficineiros Design:

- Analisar previamente os cinco projetos contemplados pela FACJ do território que for responsável;
- Atender individualmente os projetos que estão sendo elaborados durante a FACJ, ressaltando as particularidades e as características individuais existentes, a fim de prever as especificidades de cada projeto;
- Desenvolver os conceitos de Identidade Visual junto aos Agentes durante os encontros presenciais;
- Desenvolver as identidades visuais dos projetos aprovados em conjunto com a equipe de Agentes contemplada;
- Auxiliar no desenvolvimento de peças gráficas dos projetos caso as identidades visuais já se encontrem terminadas e [n]o período de contratação comporte este serviço;
- Aplicar as atividades da oficina de *design* da FACJ aos agentes e apresentar relatório sobre as oficinas realizadas;

- Capacitar-se nos espaços de formação propostos para a organização da oficina de *design* da FACJ.
- Participar do *blog* e das páginas da FACJ em Redes Sociais, com *posts* e comentários (PROJETO FACJ, 2013, s/p, destaques nossos, acréscimo nosso).

- **Coordenadores territoriais (tutores)**

Para a função de Tutor, era necessário ser graduado, ou estar cursando graduação, em qualquer curso nas áreas de Ciências Humanas ou Sociais, além de ter experiência profissional mínima de dois anos com projetos socioculturais desenvolvidos a partir dos conceitos de sustentabilidade e redes. Aos Tutores cabia a organização das formações territoriais e da equipe de Oficineiros, bem como a produção de relatórios técnicos de acompanhamento das atividades do processo formativo. Além disso, tinham as seguintes atribuições (PROJETO FACJ, 2013, s/p):

- Estar em contato direto com a equipe do PRCJ;
- Participar dos processos formativos de capacitação dos oficineiros mediadores;
- Propor eixos de pesquisa e estudos aos oficineiros mediadores;
- Sistematização das turmas de bolsistas de acordo com a atividade a ser realizada pelos oficineiros;
- Aplicação dos instrumentos de análise da FACJ, orientado pelo Coordenador;
- Supervisionar as ações dos Mediadores e Oficineiros;
- Orientar os encontros junto aos oficineiros mediadores;
- Participar dos processos formativos dos oficineiros mediadores;
- Apontar demandas trazidas pelos participantes da formação;
- Instruir os facilitadores sempre que necessário;
- Desenvolver histórico de participação de todos os jovens agentes da FACJ;
- Desenvolver relatórios das atividades realizadas durante a FACJ;
- Registrar por meio de imagens, fotografia e vídeo, as atividades e rotina da FACJ e tudo que está relacionado à FACJ;
- Postar conteúdo nos *Blogs* da FACJ localizados no Portal Yah!;
- Propor atualizações metodológicas para a FACJ;
- Desenvolver relatórios a partir das ações durante os encontros.

- **Equipe PRCJ**

A função da Equipe PRCJ consistia em dar suporte tanto aos jovens, ao longo do processo formativo, quanto aos demais agentes da Formação, sendo responsável por sua capacitação, a fim de habilitá-los a realizar o projeto segundo as diretrizes estruturantes da FACJ. Além do pessoal da estrutura da FACJ apresentada no organograma acima, a Equipe PRCJ também contava com um Consultor e um Coordenador. Ao Consultor, cabia:

- Orientar a realização do projeto com base na experiência de projetos que já são desenvolvidos em territórios de vulnerabilidade social similares aos propostos pela FACJ;
- Analisar o Projeto Formação Rede Cultura Jovem para o aperfeiçoamento metodológico e conceitual do Projeto;
- Realizar levantamentos junto à equipe e ao corpo docente do projeto sobre elaboração de documentos e normativos de atendimento de parceiros e dos jovens agentes contemplados (PROJETO FACJ, 2013, s/p).

Já o Coordenador, era responsável por:

- Relatar ao PRCJ o desenvolvimento das ações em cada um dos territórios;
- Realizar análise territorial dos locais que estarão recebendo a FACJ, elaborando e aplicando uma pesquisa que identifique o perfil do jovem participante da formação;
- Realizar análise e avaliações sobre a estrutura metodológica empregada na FACJ. Para que esta norteie a atuação do corpo docente durante as práticas das ações, melhorando, conseqüentemente, a prática metodológica;
- Orientação da equipe de formação (corpo docente) sobre as metodologias e as análise[s] que deverão ser realizadas;
- Coordenar as pesquisas, ferramentas e instrumentos de avaliações, orientando as atividades da formação dos Tutores e Mediadores e, assim, a prática da FACJ nos territórios;
- Propor pesquisas e estudos. Indicar referências ao corpo docente (tutores e oficinairos mediadores);
- Estar em contato direto com a equipe do PRCJ;
- Participar dos encontros semanais com as equipes de tutores e oficinairos de acordo com o cronograma de trabalho;
- Orientar as equipes de tutores e oficinairos para o desenvolvimentos das atividades e conteúdos nos encontros territoriais previstos no decorrer da FACJ;
- Desenvolver alternativas junto ao PRCJ para eventuais contratemplos;
- Pensar estratégias a partir das demandas trazidas pelos participantes da formação;
- Supervisionar as ações das equipes de tutores e oficinairos (PROJETO FACJ, 2013, s/p, acréscimo nosso).

Com relação às turmas, cada território contava com uma turma formada por até quarenta jovens bolsistas. Cada turma era acompanhada por três Oficinairos e um Coordenador Territorial (tutor). O processo de formação ocorria em quatorze encontros, compreendendo uma média de dezesseis semanas, envolvendo oficinas, mobilizações da comunidade, desenvolvimento, apresentação, seleção e execução dos projetos. O processo de seleção dos projetos entre os jovens bolsistas ocorria a partir do décimo segundo encontro. De cada território, eram selecionados cinco projetos, totalizando, portanto, quinze projetos (PROJETO FACJ, 2013).

### 7.2.1 Eixo Comunicação e Difusão

Por fim, no que diz respeito ao eixo Comunicação e Difusão, PRCJ desenvolveu o Portal Yah!, que se dividia nas seguintes funções:

- **Portal Yah!**

Concebida como a principal ferramenta de comunicação do PRCJ, o Portal Yah!, lançado em 2009, consistia em uma plataforma que concentrava diferentes ferramentas de comunicação *online* com o objetivo de (I) gerar conteúdos multimídias produzidos pelos participantes da política, (II) fomentar as conexões e a utilização da *web* e de outras tecnologias como novas ferramentas disponíveis aos jovens e (III) informar sobre as ações do PRCJ, seus parceiros e colaboradores (PLANEJAMENTO DO PRCJ, s/d; ESPÍRITO SANTO, s/d [Plano Estadual de Cultura...])<sup>206</sup>.

Por meio do Portal, eram divulgadas as chamadas públicas para os Editais do PRCJ, os resultados das seleções, o andamento dos projetos e as diversas ações e intervenções artístico-culturais promovidas pelos sujeitos da política<sup>207</sup>. Além disso, para gerar outros conteúdos artístico-culturais e literários para além das ações desenvolvidos no âmbito do PRCJ, havia cooperações com outras instituições locais, como as atividades realizadas junto ao Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo (MAES).

A partir do final de 2010 e início de 2011, o Portal migrou de plataforma, deslocando-se para um sistema de código aberto (Wordpress.org). Essa migração ocorreu devido à compreensão dos agentes do PRCJ acerca dos próprios objetivos, metas e princípios estruturantes do Programa: criação de uma rede colaborativa, dinâmica e aberta:

Apesar de a primeira versão do Portal dispor de uma interface compartilhada, a tecnologia empregada em sua programação atendia a uma lógica privada e protecionista do conhecimento (...) mudança tal que tornou a plataforma tecnológica coerente com os valores que orientam o PRCJ (CADA VEZ MAIS ARTE E CULTURA JOVEM – SEÇÃO PRCJ [Autor desconhecido], 2011, p. 45<sup>208</sup>).

<sup>206</sup> Para uma leitura sobre a funcionalidade do Portal Yah!!, conferir Godoy (2010), em sua reportagem publicada na Revista Nós, nº 1, 2010, pp. 22-25. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos/7>. Acesso em 09 abr. 2020.

<sup>207</sup> Para uma leitura sobre a função do Portal Yah! na divulgação das ações e sobre algumas ações específicas referente aos anos de 2010 e 2011, conferir matéria institucional do PRCJ (autor desconhecido) “Cada vez mais arte e cultura jovem. Seção PRCJ”, publicada na Revista Nós, nº 3, 2011, pp. 42-46. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos3/55>. Acesso em: 07 abr. 2020.

<sup>208</sup> Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos3/55>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Isso permitiu ao Portal, e aos seus colaboradores, desenvolver diferentes ambientes personalizados (*multisites*) e, sob o ponto de vista da gestão do PRCJ, potencializar o caráter de “teia” de uma complexa rede de conteúdos artístico-culturais, fazendo do Yah! “um híbrido de portal de informação com rede social (...) um espaço latente de diversidade e de significações” (CADA VEZ MAIS..., 2011, p. 46). Afinal, a proposta do Yah! era ser “uma rede colaborativa de arte e cultura capixaba”, que surgia com o objetivo de “identificar, conectar e dar visibilidade a jovens produtores de arte e cultura do Espírito Santo”, bem como ser “uma possibilidade de experimentar a cultura digital sob a mediação da dinâmica colaborativa” (CADA VEZ MAIS..., 2011, p. 46). A partir do Portal Yah! foram construídos os seguintes mecanismos:

- **Yah! Notícias**

Tratava-se de um boletim *online*, que, a depender do volume de conteúdo, tinha veiculação semanal ou quinzenal. O objetivo era indexar conteúdos veiculados no Portal Yah! (PLANEJAMENTO DO PRCJ, s/d).

- **Revista Nós**

A Revista Nós era um periódico *online* e impresso, colaborativo e de acesso livre do PRCJ. O objetivo da Nós era produzir e divulgar conteúdos e ações artístico-culturais produzidas no estado. Entre os seus conteúdos, a Nós publicava críticas culturais, matérias jornalísticas, ensaios fotográficos e demais trabalhos de jovens artistas capixabas. Como destaca o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo 2013-2023, as cinco edições da Nós totalizaram 23 mil exemplares, tendo sido distribuídos, inclusive, para outros estados e países:

O amplo espaço para a experimentação e a criatividade rendeu à Revista Nós dois prêmios na área de design: o Troféu de Ouro na categoria Editorial Revista do 3º Prêmio de Incentivo a Criatividade na Produção Gráfica, promovido pela Gráfica GSA e o primeiro lugar no 2º Prêmio Ronaldo Barbosa de Design Gráfico Universitário, do Departamento de Desenho Industrial da Universidade Federal do Espírito Santo (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, s/d, p. 81 [Plano Estadual de Cultura...]).

- **Yah! TV**

Criado em 2011, como um desdobramento das ações de comunicação do PRCJ (INSTITUCIONAL..., 2012, p. 52), o Yah! TV consistia em um programa de Web TV com o objetivo de exibir conteúdos audiovisuais produzidos pelos agentes do PRCJ (projetos do Edital Núcleo Web TV) e seus parceiros e colaboradores (PLANEJAMENTO DO PRCJ, s/d):

[O Yah! TV] visa a se constituir enquanto espaço privilegiado para as produções audiovisuais de jovens e para a veiculação de diversos produtos culturais resultantes dos projetos que são ou foram diretamente vinculados ao PRCJ, como *web* séries e curtas-metragens. O programa também tem a função de ser uma espécie de vitrine para a produção artístico-cultural em suas linguagens por meio de entrevistas, quadros com clima de *making off* e reportagens (...). **Utilizando os mesmos princípios que norteiam o PRCJ**, o Yah! TV segue o princípio colaborativista da autonomia na elaboração de conteúdos e das redes descentralizadas (INSTITUCIONAL – PRCJ” [Autor desconhecido], 2012, p. 52, acréscimo e destaque nossos).

Como destaca Filipe Borba (2011), artista plástico, *videomaker* e ativista que colaborou com o PRCJ durante a concepção do programa Yah! TV, essa proposta nasceu como um “fruto de um tempo”, em um contexto mais amplo de maior acesso às novas tecnologias móveis, como celulares, câmeras, programas de edição de códigos abertos, expansão da internet e de experimentação na construção de mídias alternativas para divulgar, em tempo real, as diferentes manifestações sociais e intervenções urbanas em curso:

Pensando nessas novas tecnologias, possibilidades e experimentações, o PRCJ concebeu o Yah! TV (...). Baseado na produção colaborativa e na interatividade, o canal, além dos conteúdos produzidos pelo PRCJ, também veiculará conteúdos produzidos pela rede (BORBA, 2011, p. 49).

Entre as ações desenvolvidas, o Yah! TV exibia as webséries e produções audiovisuais produzidas pelos jovens e coletivos contemplados pelos Editais do PRCJ. Em 2011, por exemplo, foram aprovados as webséries “Piedade Berço do Samba, Terra de Bamba”, realizada por jovens moradores do bairro Piedade, em Vitória, “Na Cola”, que narra a união de jovens *videomakers* para registrarem a história de jovens artistas da cena local, “Escada, janela, porão; Luz, câmera, ação!”, do coletivo Grupo Cultural ETE, de Muqui, interior do estado (BORBA, 2011).

### 7.3 INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE OS COLETIVOS CULTURAIS E O ESTADO

A análise documental referente à estrutura e às ações do PRCJ nos permite perceber os esforços dos atores envolvidos no Programa no sentido de estruturar interações e potencializar os processos organizacionais juvenis de forma colaborativa, horizontalizada e por meio de redes. Como discutimos até aqui, esses dados nos levaram à compreensão do PRCJ como um mecanismo relacional capaz de estimular a geração de coletividades societárias (Cf. HOUTZAGER, 2004; TATAGIBA; TEIXEIRA, 2021).

Essa compreensão fica ainda mais clara quando analisamos o Texto Base do PRCJ (s/d, s/p) e percebemos que seu objetivo também era fomentar a criação de uma rede como forma de organização dos jovens e coletivos, tornando viáveis os sentidos de Rede, Cultura e Jovem/Juventude: “Acionamento da rede enquanto o meio para alcançar o objetivo geral do PRCJ; Rede pode ser induzida – deixa de ser um acordo tácito para virar uma forma de organização”. Para isso, o PRCJ apresentava os seguintes pontos como mecanismos estratégicos (destaques nossos):

Elaboração de laços de pertencimento ao grupo, em outras palavras, exige que se execute um *movimento de “grupalização”* (ações do PRCJ e outras estratégias de participação);

**Compactuação de objetivos e valores comuns** – fundamental que esteja claro o propósito de existência da rede para que fique claro o que orienta e dá razão de existir à rede; para que o propósito possa ser compreendido com facilidade por aqueles que ainda não fazem (mas podem fazer) parte do movimento (Comitê Gestor). Criação coletiva de uma carta de princípios e de um termo de adesão (todos);

**Comunicação:** a informação ocupa lugar central na *dinâmica organizacional da rede* (é o seu alimento). A *comunicação que se dá na rede* deve ser de todos com todos, pois deve haver pelo menos um caminho possível entre um ponto e qualquer outro da rede. A *comunicação não pode ser de mão única e deve ser descentralizada* (PRCJ e demais pontos);

**Animação:** gratuidade e desejo deflagram a participação voluntária na rede. Animação: fundamental para alimentar o desejo, o *exercício de participação*, bem como dar ânimo renovado e vigor às *dinâmicas de conexão e relacionamento entre os integrantes*. Tudo que se refere à *promoção da participação e da interação* é uma ação de animação. Para tanto, é preciso a potencialização da comunicação, a criação de *espaços presenciais de conversação* e o estímulo à *interação lateral no interior da rede*.

Esses elementos parecem indicar que, ao se colocar como um (I) mecanismo atuante na indução de redes, como um “ponto (hiper)conector”, bem como ao (II) fornecer recursos materiais e simbólicos para a ação, organização e mobilização de jovens e coletivos no Espírito Santo, (III) fomentando e potencializando o processo em curso de organização e

mobilização – a partir dos princípios orientadores de *Rede, Cultura, Juventude, Sustentabilidade e Integralidade, Protagonismo Social, Colaboratividade, Inovação e Experimentação*, nos quais também se faziam presentes os sentidos de *horizontalidade, descentralização e participação direta* –, o PRCJ atuou diretamente no sentido de fomentar os processos organizacionais coletivos, inclusive com a inserção de ativistas em sua estrutura organizacional e administrativa, presentes desde o processo de formulação e implementação. Como destacou um dos nossos entrevistados, que participou da política como público e como oficinairo:

Quando passou o [Programa] Rede [Cultura Jovem], digamos assim, ou quando o Rede estava acontecendo e os outros coletivos de outras regiões estavam se articulando, essas pessoas que se formaram ali no Rede conseguiram dar o suporte técnico, operacional, para esses coletivos que estavam começando a se desenvolver.

*Pergunta: Na sua perspectiva, qual foi a importância do Programa Rede Cultura Jovem para esses coletivos que estavam iniciando?*

A *rede* mesmo, que o próprio nome diz. Porque aí, eles [os coletivos] começam a perceber também. Os que contemplaram o [Programa] Rede [Cultura Jovem] começaram a perceber o *boom* ou a movimentação toda que estava acontecendo, e os coletivos que estavam iniciando puderam ter esses grupos enquanto apoio. Então, eu acho que a troca que eles [os coletivos e o PRCJ] faziam era o mais importante para os novos coletivos. Porque é isso, esses outros grupos vinham de outras experiências, algumas acadêmicas e tal, e aí encontrando com esses grupos [que já estavam em torno do PRCJ] eles conseguiam ter trocas, conseguiam trocar conhecimentos, trocar saberes, isso era importante. O Programa Rede [Cultura Jovem] realmente possibilitou a conexão desses coletivos em *rede* pelo estado (Entrevistado 1. Entrevista cedida no dia 20 de fevereiro de 2019, destaques e acréscimos nossos).

Como um mecanismo relacional, um espaço que fornecia tanto recursos materiais como simbólicos para os agentes em interação, o PRCJ também teve importância no processo de formação de sujeitos que, depois, tornaram-se ativistas de coletivos culturais. Esse foi o caso de um ex-coordenador que passou a atuar como ativista a partir das experiências no interior do PRCJ:

*Pergunta: Então, antes de propriamente entrar nos coletivos, você já vinha de militância em movimento estudantil relacionada à questão de gênero?*

Gênero e diversidade sexual. Durante a graduação eu me envolvi nisso. Aí no final da graduação, eu fui trabalhar na equipe do [Programa] Rede Cultura Jovem. **E assim, eu não tinha nenhuma ação na área cultural (...).** Acabou que esse trabalho no PRCJ foi que me jogou mesmo em contato para pensar esse campo (...).

*Pergunta: Deixa-me ver se entendi. Você entrou profissionalmente no Programa Rede Cultura Jovem e somente a partir dessa experiência que começou a ter esse envolvimento mais ativista com os coletivos culturais?*

Isso.



*Pergunta: E você chegou a participar de algum coletivo cultural como ativista?*

Depois, porque na época, eu era meio que assim, do outro lado do balcão [integrava a Equipe de gestores do PRCJ]. Eu trabalhava num programa ali que era um programa de política pública, e eu trabalhava como jornalista dentro daquele programa, não tinha nenhuma ação com um coletivo específico (Entrevistado 2. Entrevista cedida no dia 12 de fevereiro de 2019, acréscimos e destaque nossos).

Além de destacar sua experiência pessoal, vindo a ser tornar um ativista de coletivo cultural (Coletivo Maruí) a partir da experiência institucional, o entrevistado também destaca o “perfil ativista” dos agentes que integraram a Equipe do PRCJ:

*Pergunta: É curioso isso, porque você se tornou um ativista depois que estava dentro da estrutura institucional. Como é que foi esse contato?*

De alguma forma, parte da equipe que estava fazendo parte, boa parte era jovem (...) e **muitos com trajetória já em coletivos mesmo. Inclusive, eu acho que esse perfil foi o que motivou a formação de parte da equipe.** O Felipe Borba, por exemplo, se for ver tem um perfil “super-ativista”, com a questão da mobilidade urbana, o antiproibicionismo. Talvez, seja o que tinha o perfil mais engajado. Mas eu lembro que **todos eles tinham alguma trajetória de algum envolvimento em coletivo nesse sentido.**

*Pergunta: E a partir desse teu contato com os movimentos culturais, de dentro do Programa Rede Cultura Jovem, a sua inserção nos movimentos culturais, você continuava participando de algum outro movimento social?*

Sim (...). Eu continuei com o pé nessa coisa de fazer junto com o grupo. **E boa parte da equipe que fez parte do Rede, quando a gente saiu, a gente formou um coletivo também,** para pensar a ação de ocupação de rua, a gente fez uma série de piqueniques temáticos pela cidade, tinha essa perspectiva assim. Com a equipe mesmo. Eram os ex-trabalhadores do [Programa] Rede [Cultura Jovem] que se juntaram. Era o coletivo Maruí (Entrevistado 2. Entrevista cedida no dia 12 de fevereiro de 2019, acréscimos e destaques nossos).

Além de potencializar as experiências organizacionais coletivas, fornecendo recursos simbólicos e materiais para o processo de organização, atuação, divulgação e articulação de muitos coletivos no Espírito Santo, as interações socioestatais em torno do PRCJ também potencializaram uma “aprendizagem institucional” por parte dos coletivos e ativistas – veremos que o Estado também passou por esse processo, indicando uma mútua aprendizagem.

As experiências com a esfera institucional, como nos processos de elaboração de projetos, nas prestações de contas, na análise de edital, nas interações de cooperação com o Estado e, indiretamente, com o mercado, bem como na atuação política a partir do interior das estruturas estatais, promoveu uma ampliação dos repertórios dos coletivos e ativistas. Além da ação nos espaços públicos, esses sujeitos, conhecendo as rotinas e práticas estatais, passaram a agir de forma multiposicionada, mobilizando o que Abers, Serafim e Tatagiba

(2014) denominam de repertórios de interação. Essa aprendizagem institucional construída a partir das interações em torno do PRCJ, inclusive, pode nos ajudar a analisar a inserção de ativistas no Estado após o encerramento do Programa<sup>209</sup>.

As interações socioestatais não se limitaram aos efeitos institucionais sobre as experiências dos coletivos culturais. Elas também evidenciaram mudanças institucionais para além do PRCJ. Essas mudanças podem ser compreendidas quando percebemos que o significativo *coletivos*, e os significados que este representa em termos de experiência organizacional (colaborativismo, horizontalidade, desconstrução da ideia de liderança formal e vertical etc.) e de espaço de trabalho e socialização, passou a estar presente no discurso institucional, fazendo parte das discussões e ações estatais.

As experiências organizacionais dos coletivos culturais já eram uma realidade antes do PRCJ. Mas, conforme Erlon Paschoal nos relatou, faltavam políticas públicas específicas voltadas para essas experiências: “faltava à juventude do estado opções para aprimorarem habilidades já existentes, estimular a aprendizagem e a produção cultural e criar uma rede, em todo o estado, de jovens conectados com o desenvolvimento e o fazer cultural”. Diante disso:

O PRCJ pretendeu desenvolver ações de conexões virtuais e presenciais para potencializar as manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo (...). E assim iniciamos os trabalhos sempre em sintonia com a produção cultural de ativista e coletivos já existentes no Estado (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020).

Para levar adiante essa proposta, Erlon Paschoal, então Sub-secretário de Cultura, atuou diretamente no sentido de promover a inserção de ativistas e coletivos no PRCJ, naquele momento ainda em fase de formulação. Quando questionado sobre a presença dos ativistas, Erlon assegurou que a entrada desses sujeitos foi intencional por parte dos gestores diretamente envolvidos na construção do Programa. Em sua concepção, o Estado deveria trabalhar de forma articulada com os “jovens ativistas”:

Tanto que quando nós contratamos os gestores, estabelecemos o perfil dos gestores, isso já estava implícito, que esses gestores tinham que ter determinadas características, que eles próprios iam trazer muita informação desse mundo do qual eles faziam parte [atuação artístico-cultural-política junto à juventude]. Mesmo que eles não fossem ou pertencessem diretamente a um coletivo, mas eles circulavam, vamos dizer assim, por essas vertentes culturais que estavam surgindo na época.

---

<sup>209</sup> Vários ativistas passaram a ocupar cargos comissionados na administração da SECULT (em todos os escalões), inclusive aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo de ocupação das instalações da Secretaria (*#OcupaSecult*). Devido ao contexto de pandemia em si e das ações da SECULT decorrentes do contexto pandêmico, especialmente a elaboração de Editais Emergenciais de Cultura, não foi possível analisar detalhadamente um ponto previsto na pesquisa: entrevistas com sujeitos que passaram a ocupar cargos na SECULT, como Carol Ruas, atual Subsecretária de Cultura.

Porque na época [2008-2009], o coletivo era uma coisa muito nova (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020, acréscimos nossos).

Novamente indagado sobre a presença de ativistas na formulação e gestão da política, Erlon foi ainda mais enfático e nos forneceu elementos que nos levaram a reforçar a percepção analítica da presença de atores estratégicos, como o próprio Erlon:

A minha ideia, inclusive, era muito clara. Se nós não tivermos esse tipo de gestor, o Programa pode, ou tem muita probabilidade, de não dar certo. *Nós tínhamos que ter pessoas que soubessem lidar com os ativistas* (eu vou chamar de ativista aí, mas esse termo é bastante elástico). E nada melhor pra lidar com essa “juventude ativa”, vamos dizer assim, que produz cultura, do que *alguém que a conhece e que faça parte dela, direta ou indiretamente* (...). A equipe trabalhava muito coesa, *nós compartilhávamos muitas ideias*. Então, aquele tipo de gestor característico do serviço público, que conhece, enfim, toda a legislação e tal, ele (eu tenho que falar até baixo isso!) ele iria atrapalhar (...). *A gente criou uma estrutura de trabalho que era diferente do poder público*. Isso, inclusive, muitas vezes dava conflito lá com o Instituto Sincades, porque ia o diretor lá olhar, visitar, e depois ele chegava pra mim e falava: “Porra, ninguém faz nada, ficam lá conversando, brincando”. Porque era um trabalho de criação, um trabalho criativo. Não era pra você ficar sentadinho o tempo todo escrevendo, mexendo nos arquivos. *Era outro tipo de funcionário*. Eu tive muito conflito, porque eles diziam que eram “tudo vagabundo” e ninguém fazia nada. Mas produzia muito, você sabe disso, tem o material. Então (...) os critérios foram esses... E eu fiquei muito satisfeito com essa equipe, *a gente criou essa base e foi aprendendo junto*, foi ajustando aquilo que no início a gente achava que seria eficaz, eficiente (...).

Eu conhecia o poder público, já tinha trabalhado na prefeitura alguns anos, já trabalhava na Secretaria de Cultura desde 2003, como Secretário Adjunto, já tinha trabalhado no Ministério da Cultura por três anos com o Gilberto Gil. Então, eu já tinha lidado com o Ponto de Cultura, eu sabia dessa necessidade de interação com agentes societários (...). Eu ficava mais na linha de frente de projetos nacionais e tinha muito contato com os Pontos de Cultura. *A concepção de “ponto de cultura” é muito semelhante às coisas que nós desenvolvemos aqui com o Programa Rede Cultural Jovem*. E você pode *potencializar*. (...) a imagem era clara: *nós vamos ter que potencializar o cara que nunca teve relação com o Estado* (...). Então eu trouxe tudo isso não só como ideais abstratas, mas como prática de gestor cultural (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020, destaques nossos).

Esse processo, no entanto, não se tratou simplesmente de ação do Estado sobre os atores societários. Ao trazer as experiências da “juventude ativa”, como as denominou Erlon, especialmente os significados presentes nos repertórios organizacionais e de ação dos coletivos culturais, a relação entre Estado e coletivos em torno da criação e implementação do PRCJ indicou uma mútua aprendizagem. Por um lado, além do Estado aprender a lidar institucionalmente com as experiências organizacionais coletivas da juventude, suas as ações em torno do PRCJ foram estruturadas a partir das relações com os próprios jovens ativistas e coletivos. Por outro lado, os coletivos, igualmente, absorveram a linguagem institucional e aprenderam como agir nessa estrutura. Reflexos disso podem ser percebidos através das formas de ação e nos tipos de reivindicações durante o *#OcupaSecult*, abordado

anteriormente, e através, também, das ações dos coletivos na captação de recursos e em processos de construção de conselhos municipais de cultura<sup>210</sup>. Essa mútua aprendizagem também não é estranha ao ator estratégico:

Na realidade, *a aprendizagem foi mútua*. Como eu comentei com você, desde o princípio nós não tínhamos o propósito de chegar lá e ensinar as pessoas a fazerem as coisas. *Nós queríamos trocas*. E *quando você tá disposto à troca, à aprendizagem, à troca de conhecimento e tudo mais, você também vai se modificar*. Nós [SECULT/Estado] conseguimos potencializar esse tipo de estrutura [coletivos], entre aspas, mais “marginal”, mais à margem, vamos dizer assim, dos CNPJ’s, daquelas organizações com as quais o Estado está acostumado a trabalhar, porque nós tínhamos uma forma também diferente de financiamento (...) nós vimos aparecer o termo coletivo [nos editais do PRCJ a partir de 2011<sup>211</sup>] porque nós [SECULT/Estado] *aprendemos que eles existiam*. Até então, tinha um coletivo ou outro. O Tamojunto foi o primeiro grande parceiro nosso, McPopay, enfim. A Karen, inclusive que trabalhava na Secretaria (...). Nessa época ela estava lá junto, o Abelhão. Então, era uma equipe que, vamos dizer assim, entre aspas, “que *nos influenciou* muito positivamente” (Erlon José Paschoal. Entrevista cedida no dia 14 de agosto de 2020, acréscimos e destaques nossos).

Esse processo de mútua aprendizagem, em que os coletivos passaram a “falar a língua do Estado” e o Estado a “aprender com os coletivos”, aprender a lidar com essas novas estruturas organizacionais e reconhecê-las como públicos e agentes da política cultural, foi importante tanto para a constituição do PRCJ quanto para o fortalecimento dos coletivos<sup>212</sup>. A ideia de “aprender com os coletivos” evidenciou mudanças institucionais, resultando na inserção e na sedimentação de significantes e significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais societárias no interior do discurso institucional.

As mudanças institucionais ficariam mais claras com o término do PRCJ. Com o encerramento das atividades, os Editais do PRCJ em que, pela primeira vez, notamos a

<sup>210</sup> Essas são novas ações que temos percebido durante a pesquisa, mas que escapam aos nossos objetivos e possibilidades. Vale também destacar as novas articulações entre os coletivos e a esfera institucional em torno da Lei Aldir Blanc, no Espírito Santo.

<sup>211</sup> A partir de 2011, os editais do PRCJ passaram a destacar o termo “coletivos” como público habilitado a concorrer aos editais. Até então, os editais eram destinados a jovens artistas individuais ou a organizações da sociedade civil, que necessitavam apresentar CNPJ. Veremos esse processo de forma mais detida ao analisarmos os editais, no próximo capítulo.

<sup>212</sup> A importância do PRCJ pode ser verificada nas tentativas dos coletivos em torno do Coletivos Unidos (CU) em obter informações sobre o fim do PRCJ e, junto à SECULT, tentarem retomar o Programa. Ao analisarmos as atas de reunião do CU – o coletivo disponibiliza, em sua página no Facebook, o que chama de “Ata Infinita”, contendo o registros de todas as reuniões entre outubro de 2013 e outubro de 2014 –, percebemos que na reunião do dia 04 de abril de 2014, em que, entre outras questões, os ativistas discutiam os possíveis encaminhamentos para a reunião do CEC, que ocorreria no seguinte dia 10 de abril, a articulação de coletivos buscava obter informações sobre o encerramento do Programa: “(...) falar sobre o posicionamento do Conselho Estadual de Juventude sobre o fim do PRCJ e a postura da Secult mediante a solicitação deste Conselho em obter dados ou indicadores do PRCJ”. Já na reunião do dia 23 de maio de 2014, contando com a participação de oito coletivos e um total de quinze ativistas, o CU questionava a falta de retorno por parte da SECULT sobre os questionamentos a respeito do PRCJ e a ausência de interesse do governo em retomá-lo: “O Governo não tem interesse em reconsiderar o [P]RCJ, mas não dá os dados do programa – como funcionava, porque acabou, dados”.

existência de um edital específico para coletivos, foram alocados nos Editais do Funcultura, ligado à receita anual do Estado e à administração da SECULT. Ou seja, o significante *coletivos* passou a estar presente na estrutura estatal para além do PRCJ, e ainda hoje integra as ações da SECUL.

Com o encerramento do PRCJ, os coletivos passaram a estruturar novas relações com o Estado. Dentre elas, a ocupação de cargos na SECULT e as ações junto ao Conselho Estadual de Cultura (CEC), principais instituições estatais do setor cultural. Especificamente com relação ao CEC, a presença mais frequente de coletivos e ativistas nesse espaço pode ser compreendida a partir de dois pontos. Primeiro, sendo o CEC o principal mecanismo institucional de representação e participação no setor das políticas públicas culturais, os sujeitos, inseridos no contexto de acirramento das relações conflitivas em torno da parceria Estado-Instituto Sincades, também passaram a direcionar as suas ações e demandas a este espaço. Segundo, com o fim do PRCJ e a incorporação dos Editais ao Funcultura, a atuação política com vistas a garantir orçamento deveria se concentrar no CEC e na SECULT, uma vez que, além de integrar o Grupo Coordenador do Funcultura e ter como presidente o Secretário de Cultura do Estado, é no CEC que ocorre o debate sobre a aplicação dos recursos do Fundo.

Essa ação estratégica de coletivos e ativistas junto ao CEC levou o poder público a considerar com maior atenção os jovens e as suas formas de organização, produção artístico-cultural e ação política. Foi nesse contexto, entre os anos de 2012 e 2014, que passamos a verificar os efeitos de deslocamento na estrutura estatal, os mesmos que também nos ajudam a perceber os processos de mútua constituição: há aprendizagem institucional, também por parte do Estado, representada na mudança no discurso institucional, ocorrida à medida que o significante *coletivos* e os seus significados passaram a integrar outros espaços institucionais e novas ações estatais.

Além dos Editais do Funcultura – Programa que passou a contar com editais específicos para coletivos culturais oriundos do PRCJ – e da própria SECULT – em cuja estrutura administrativa ainda hoje encontramos ativistas, alguns que, inclusive, estiveram presentes durante o *#OcupaSecult*, em 2015 – buscamos captar o mencionado efeito de deslocamento junto ao Conselho Estadual de Cultura. Para tanto, recorreremos à análise das atas de reunião do CEC, entre os anos de 2008 e 2019, com o objetivo de verificar se houve alguma mudança no discurso institucional, compreendida como a inserção do termo *coletivo* e de suas demandas nas reuniões do Conselho. Ao todo, analisamos as 134 atas de reuniões

ocorridas no período, rastreando os termos “coletivo(s)”, “Cadeira de coletivo”, “Câmara de coletivos”, “Cadeira de/da Juventude” e “Câmara de/da Juventude”: encontramos 34 registros dos termos.

**Quadro 3 – Termos de busca, ano, ata/reunião e número de ocorrência Atas de reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019)**

Termos de busca	Ano	Ata / Reunião	Natureza da Reunião	Nº registros	Total registros
Câmara de / Intervenções Urbanas	2013	Ata da 59ª Reunião	Ordinária	4	5
	2014	Ata da 11ª Reunião	Extraordinária	1	
Coletivo*	2014	Ata da 11ª Reunião	Extraordinária	5	6
		Ata da 62ª Reunião	Ordinária	1	
Câmara de coletivos	2014	Ata da 11ª Reunião	Extraordinária	1	1
Câmara de/da Juventude	2014	Ata da 12ª Reunião	Extraordinária	1	2
		Ata da 69ª Reunião	Ordinária	1	
Coletivo(s)	2015	Ata da 74ª Reunião	Ordinária	1	1
Edital de coletivos	2015	Ata da 13ª Reunião	Extraordinária	1	2
		Ata da 72ª Reunião	Ordinária	1	
Câmara de/da Juventude	2015	Ata da 13ª Reunião	Extraordinária	1	2
		Ata da 70ª Reunião	Ordinária	1	
Coletivo(s)	2016	Ata da 82ª Reunião	Ordinária	1	2
		Ata da 89ª Reunião		1	
Edital de coletivos	2016	Ata da 84ª Reunião	Ordinária	1	2
	2017	Ata da 95ª Reunião		1	
Coletivo(s)	2017	Ata da 94ª Reunião	Ordinária	2	4
	2018	Ata da 102ª Reunião		1	
Câmara de/da Juventude(s)	2019	Ata da 103ª Reunião	Ordinária	1	2
		Ata da 112ª Reunião		2	
Coletivo(s)	2019	Ata da 112ª Reunião	Ordinária	1	5
		Ata da 119ª Reunião		3	
		Ata da 121ª Reunião		1	
<b>Total de registros</b>				<b>34</b>	

\* O primeiro registro do termo “coletivo”, em sua dimensão analítica, ocorreu durante a 11ª Reunião Extraordinária (2014). Há registros anteriores do termo, como durante a 59ª Reunião Ordinária (2013). No entanto, esses registros apenas indicam o pronunciamento de ativistas dos coletivos Assédio Coletivo e Coletivos Unidos durante a reunião, ambos reivindicando o debate sobre a criação de uma câmara específica que contemplasse os coletivos.

Fonte: elaboração própria.

Quando agregamos os termos “Câmara da/de Juventude(s)”, “Câmara de / Intervenções Urbanas” e “Câmara de coletivos”, percebemos a importância da demanda dos sujeitos em garantir uma representação específica para a juventude e coletivos. No entanto, a reivindicação não foi atendida pelo CEC. As atas indicam falta de empenho político do presidente do Conselho, que alegava haver outros espaços de representação que englobariam o setor da juventude e as expressões artístico-culturais urbanas dos coletivos.

**Quadro 4 – Quantitativo de registro de termos de pesquisa agregados Atas de Reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019)**

Termos de busca	Nº registros
Coletivos	18
Câmara de/da Juventude(s)	6
Câmara de / Intervenções Urbanas	5
Edital de coletivos	4
Câmara de coletivos	1
<b>Total</b>	<b>34</b>

Termos de busca agregados*	Nº registros
Coletivos	18
Câmara específica no CEC**	12
Edital de coletivos	4
<b>Total</b>	<b>34</b>

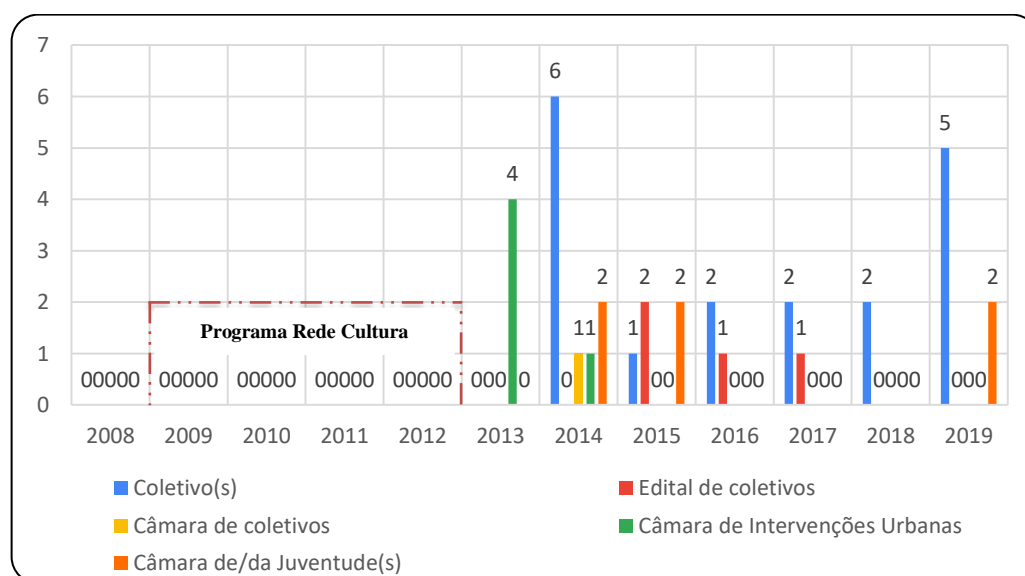
\* Agrupamento de termos de busca, considerando a análise de conteúdo.

\*\* Na análise das Atas, percebemos que os termos (I) Câmara de/da Juventude(s), (II) Câmara de / Intervenções Urbanas e (III) Câmara de coletivos são utilizados por diferentes atores para designar uma mesma questão: demanda de criação de uma câmara específica que representasse o setor da juventude capixaba no campo cultural, o que também envolvia os coletivos culturais.

Fonte: elaboração própria.

O gráfico a seguir nos permite visualizar o “corte temporal” a partir de meados de 2013, momento em que os coletivos e suas demandas passam a constar nas reuniões do CEC, reforçando o que temos sustentado sobre a sedimentação do termo *coletivos* e seus significados organizacionais e políticos no discurso oficial:

**Gráfico 4 – Registro do significante “coletivos” e demandas dos coletivos nas Atas de Reunião do Conselho Estadual de Cultura (2008-2019)**



Fonte: elaboração própria

É nesse sentido que compreendemos que as interações entre o Estado e os coletivos, em torno das experiências do PRCJ, potencializaram tanto as experiências organizacionais coletivas, fornecendo recursos simbólicos e materiais para o processo de organização,

atuação, divulgação e articulação de muitos coletivos no Espírito Santo, quanto as mudanças institucionais – à medida que o significante *coletivos*, e os significados que este representa em termos de experiência organizacional, espaço de trabalho e socialização, foi inserido no discurso institucional, fazendo parte das discussões e ações estatais. Mesmo com o encerramento do Programa, esses significados, bem como a presença de ativistas de coletivos culturais, passaram a estar presentes na estrutura e nas ações estatais.

#### 7.4 CONSIDERAÇÕES

Ao longo do capítulo, sobretudo nas duas primeiras seções, destacamos os princípios, os eixos centrais e as ações do PRCJ, o que nos permitiu conhecer os elementos estruturantes da política. A análise dos dados nos permitiu sustentar que as interações entre os agentes societários e a esfera estatal, em torno do processo de formulação e implementação do PRCJ, foram fundamentais tanto para a emergência e a estruturação em rede de novos coletivos culturais quanto para um processo de mudança institucional no sentido de uma aprendizagem institucional recíproca e mutuamente constituída, o que também envolveu uma mudança no discurso institucional à medida que o significante *coletivos*, e os significados que este representa em termos de experiência organizacional, espaço de trabalho e socialização, se condensaram no discurso institucional, fazendo parte das discussões e das ações estatais.

Devemos observar, por fim, ainda que uma análise detida escape às possibilidades da tese, que nos últimos anos o discurso estatal tem induzido um processo de formalização dos sujeitos (efeitos institucionais), com reflexos diretos na criação de CNPJ's e nos registros de Microempreendedor Individual (MEI). Um exemplo disso foi a mudança nas regras para a declaração do Imposto de Renda (IR) nos editais da SECULT. Baseando-se no parecer da Receita Federal, que entendeu que os valores recebidos para a execução de projetos culturais ficam sujeitos ao IR – retenção de até 27,5% para pessoa física, pessoa jurídica ficando isenta –, em agosto de 2020 a SECULT informou as mudanças na operacionalização dos pagamentos dos Editais do Funcultura respeitantes à retenção de IR na fonte.

Visando contornar o problema, que inevitavelmente afetaria a execução dos projetos contemplados pelos Editais, a SECULT passou a permitir que a pessoa física indique uma pessoa jurídica para representá-la, o que permitiria “escapar” da retenção de imposto. Junto a recentes ações da SECULT, especialmente no campo da Economia Criativa, esse mecanismo tem sido denominado pelos ativistas como “CNPJtização”. Vale também destacar outro



processo em curso. Indiretamente, essa mudança tem potencializado o crescimento do trabalho de consultoria de coletivos com CNPJ, ou de sujeitos com MEI, para pessoa física que deseja submeter projeto junto aos Editais. O valor, que também cobre o auxílio na execução do projeto, pode chegar a 20% do valor contemplado.

Em suma, ainda que indiretamente, essas mudanças podem estar incidindo sobre as experiências organizacionais dos atuais coletivos culturais. Diante disso, a análise sobre a dimensão organizacional dos coletivos não pode se limitar ao tipo de estrutura interna e à existência de registros e estruturas formais. Deve, igualmente, considerar outras variáveis, como os objetivos, nível de formalização da estrutura interna, processos de tomada de decisões internas dos coletivos, dentre outros. Este será o objetivo central do último capítulo da tese: analisar a atual configuração dos coletivos culturais no Espírito Santo a partir da análise objetiva do questionário de pesquisa aplicado junto a 55 coletivos, informando sobre a dimensão organizacional, formas de mobilização e ação e os mecanismos acionados nas interações com o Estado.

## 8 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL E AS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS: AS EXPERIÊNCIAS DOS COLETIVOS CULTURAIS NO ESPÍRITO SANTO

Como informamos na introdução do presente estudo, após consulta a diferentes coletivos e à SECULT, percebemos que não havia registros oficiais sobre o quantitativo e a localização dos coletivos culturais no Espírito Santo<sup>213</sup>. A ausência desses dados inviabiliza estudos de amostragem probabilística. Além disso, a própria natureza dinâmica dos coletivos exigiria uma atenção especial sobre a atualização de uma eventual catalogação.

Ambos os fatores nos levaram a optar por um estudo de amostragem não probabilística. Pensada a partir de uma Pesquisa Intensiva, que busca explorar a configuração de situações particulares com atenção voltada à explicação causal e os mecanismos que estruturam as relações mais amplas (SAYER, 2000), esse tipo de pesquisa pode fornecer dados e reflexões teóricas relevantes sobre um fenômeno ainda pouco explorado, além de auxiliar pesquisas futuras. Desta forma, além de fornecer um quadro de caráter mais geral sobre a atual configuração dos coletivos culturais no Espírito Santo, considerando os 55 casos levantados<sup>214</sup>, a análise a seguir poderá contribuir para o recente debate sobre os coletivos, sobretudo no que diz respeito à dimensão organizacional, levando em conta a formalização e os processos de tomada de decisões internas, as lógicas de mobilização, ação e de interação com o Estado. Vale também tomar o que informamos no quarto capítulo: a pesquisa não assumiu um conceito a priori de coletivos para o seu desenvolvimento.

Considerando a natureza dinâmica do fenômeno, optamos pela autodenominação dos agrupamentos como coletivos culturais. Estamos cientes de que o principal problema da aceitação da autodenominação é a possibilidade de esvaziamento analítico do termo, resultando em uma análise generalista. Para evitarmos a aceitação tácita dos discursos como categoria nativa e a generalização das diferentes experiências observadas pelo signo “coletivos culturais”, desconsiderando, portanto, as diferentes experiências assim autodenominadas, analisamos os dados de pesquisa a partir do debate com a literatura

---

<sup>213</sup> A única exceção é o Mapa Cultural ES, da SECULT. Disponível em: <https://mapa.cultura.es.gov.br/autenticacao/>. Indicado como uma possível fonte de consulta, ainda que não seja atualizado ou monitorado, o Mapa, no entanto, também apresenta (I) registros individuais (artistas, produtores etc.), (II) instituições artístico-culturais, como museus e bibliotecas públicas, e até mesmo (III) órgãos governamentais, como Secretarias Municipais de Cultura. Vale também destacar que muitos dos coletivos levantados na presente pesquisa não constam no Mapa Cultural ES.

<sup>214</sup> Os nomes de todos os 55 coletivos, localidade, o quantitativo de membros e objetivo podem ser conferidos no Apêndice B – Perfil Básico dos Coletivos.

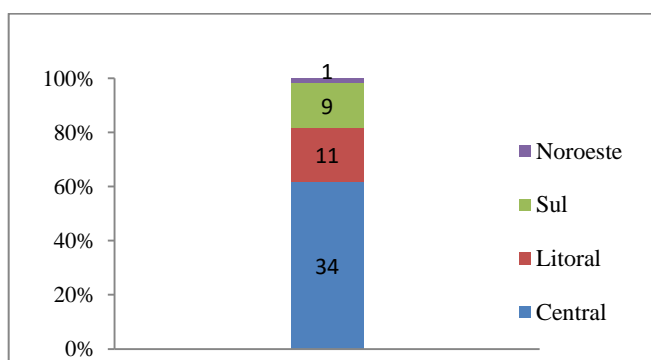
especializada e da análise dos significados dos discursos dos sujeitos. Isso nos permitiu identificar diferentes tipos estratégicos de ação e demais dimensões dos coletivos.

Para uma melhor organização, estruturamos o capítulo a partir de três eixos descritivo-analíticos, quais sejam: (A) caracterização geral dos coletivos culturais no Espírito Santo; (B) dimensão organizacional; (C) estratégias de ação e de interação com o Estado. Assim, na primeira seção, destacamos elementos centrais que nos ajudam a compreender a configuração das experiências dos coletivos culturais no contexto local – evidenciando a distribuição por municípios e regiões – e as possíveis formações de redes, o número de membros, a estrutura financeira, o ano de criação e suas possíveis relações com o PRCJ. Na sequência, discutimos a organização interna dos coletivos, considerando aspectos relacionados à estrutura e ao âmbito de atuação, bem como abordamos a formalização interna e os processos e experiências de tomada de decisões dos coletivos. Na terceira seção, discutimos os tipos de ações estratégicas dos coletivos, suas experiências de mobilização e as interações com o Estado. Por fim, apresentamos as considerações, as quais retomam as principais conclusões analíticas das seções dos capítulos e, de forma mais geral, reafirmam dados e argumentos desenvolvidos ao longo da tese.

### 8.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA FINANCEIRA, ANO DE CRIAÇÃO E INTERAÇÃO

Com relação à distribuição dos 55 coletivos por Mesorregiões Espírito-santenses, percebemos no gráfico a seguir uma concentração de casos na Região Central do estado<sup>215</sup>, com o registro de 34 coletivos, o que representa 61,8% dos casos levantados.

**Gráfico 5 – Distribuição dos coletivos por Mesorregiões**



Fonte: elaboração própria.

<sup>215</sup> Os municípios da Região Metropolitana integram a Região Central, conforme tabela 6, a seguir.

A partir desse dado, verificamos quais eram os municípios com maior concentração de casos. Considerando o  $N_{\text{total}}=55$ , observamos 23 coletivos (41,8%) na cidade de Vitória e 6 casos (10,9%) em Vila Velha, ambos municípios localizados na Região Central. Se considerarmos apenas a Região Central, com 34 registros (61,8%), percebemos que as cidades de Vitória (23) e Vila Velha (6), juntas, concentraram 85,3% dos casos levantados. Outra concentração por município foi observada em São Mateus, localizado na Região Litoral Norte. Do total de 11 casos nesta Messorregião, 7 encontraram-se no referido município, o que representa 63,6% dos casos. Se considerarmos apenas os municípios de Vitória, Vila Velha e São Mateus, observamos uma concentração de 65,4% do total dos casos levantados, ou seja, 36 dos 55:

**Tabela 5 – Distribuição por Municípios e Regiões do total de coletivos levantados\***

Municípios	Nº de coletivos	Mesorregiões do Espírito Santo	Total	%
Cariacica	1	Central	34	61,82
Guarapari	3			
Serra	1			
Vila Velha	6			
Vitória	23			
Conceição da Barra	3	Litoral	11	20,00
Mucuri	1			
São Mateus	7			
Alegre	1	Sul	9	16,36
Cachoeiro de Itapemirim	3			
Divino de São Lourenço	2			
Guaçuí	1			
Muniz Freire	1			
Muqui	1	Noroeste	1	1,82
Baixo Guandu	1			
<b>Total</b>	<b>55</b>		<b>55</b>	<b>100%</b>

\*O Espírito Santo possuiu 78 municípios distribuídos entre 4 Mesorregiões: Central (24), Sul (22), Noroeste (17) e Litoral (15).

Fonte: elaboração própria.

Devido à natureza desse dado de pesquisa, podemos indicar duas considerações: (I) existência de possíveis limites da pesquisa no que diz respeito ao alcance do levantamento realizado ou (II) a existência de uma rede mais estruturada de coletivos na Região Central e, por algum motivo não identificado, na cidade de São Mateus, representando o litoral Norte. Considerando a observação do campo local desde nossas primeiras atividades de pesquisa com os coletivos, entre os anos de 2015 e 2016, bem como as submissões e contemplações dos Editais do PRCJ, até o ano de 2013, e da SECULT, até 2020, estamos a considerar válida

a hipótese de *existência de uma rede de coletivos concentrada na Região Central e de uma possível articulação local na cidade de São Mateus*.

### 8.1.1 Número de membros e autodenominação como coletivo

Como temos observado nos recentes eventos de divulgação científica/acadêmica, os coletivos comumente têm sido apresentados como grupos formados por poucos membros. Esse argumento também parece ser válido para os casos dos coletivos culturais no Espírito Santo. Como podemos observar na tabela a seguir, a maior parte dos coletivos apresenta até 12 membros:

**Tabela 6 – Número de membros por faixas**

		N <sub>=32</sub> *	N <sub>PRCJ=23</sub> **	N <sub>total=55</sub>	%	Cumulativo
Faixa 1	até 4	8	1	9	16,4	16,4
Faixa 2	5 a 12	14	12	26	47,3	63,7
Faixa 3	13 a 33	9	7	16	29,1	92,8
Faixa 4	34 a 90	1	1	2	3,6	96,4
Faixa 5	91 ou +	0	2	2	3,6	100%
Total		32	23	55	100%	

\* N=32 são os casos de coletivos que não participaram do PRCJ.

\*\* N<sub>PRCJ=23</sub> são os casos de coletivos que participaram do PRCJ.

Fonte: elaboração própria.

Quando analisamos os 16 casos que integram a faixa 3 (N<sub>total=55</sub>), observamos que 11 têm até 20 membros<sup>216</sup>. Ou seja, 46 coletivos têm até 20 membros, o que corresponde a 83,6% dos casos.

Vale destacar que o quantitativo de membros por coletivo apresentou uma distribuição desigual, com forte crescimento final de poucos casos de coletivos com muitos integrantes. A presença de uma distribuição desigual exigiu certos cuidados. Isso porque, se considerássemos a *média* de membros na análise da estrutura organizacional, teríamos o resultado de 18 indivíduos por coletivos, considerando o N<sub>total=55</sub>. Já levando em consideração apenas o N<sub>=32</sub>, a média seria de 11,59 componentes, e subiria para 27,8 para os coletivos que compõem o N<sub>PRCJ=23</sub>. Nenhuma dessas médias corresponde adequadamente à realidade dos

<sup>216</sup> Os demais cinco casos têm 22, 25, 26, 27 e 30 membros.

coletivos quando consideramos que cerca de 60% dos casos levantados apresentam até 12 membros e que 83,6% possuem até 20 integrantes<sup>217</sup>.

Essa distribuição desigual foi gerada pela presença de 4 casos discrepantes com relação ao conjunto. Esses casos indicaram ter 50 cinquenta ou mais integrantes. O quadro a seguir sintetiza esses casos:

<b>Quadro 5 – Casos discrepantes em relação ao número de membros</b>			
	<b>Autodenominação</b>	<b>Localidade</b>	<b>Número de membros</b>
Rua das Artes	Feira de Artesanato, Design, Artes Plásticas e Gastronomia	Prainha, Vila Velha	<b>50</b>
	<b>Missão</b>		
	Mostrar a produção artística e cultural de Vila Velha, incrementados pelo Turismo Religioso, visto nossa área de atuação no Sítio Histórico da Prainha, e divulgar a produção, bem como os Ateliês, Oficinas e <i>Homeoffice</i> dos integrantes.		
Coletivo Nísia	Coletivo Feminista, Social e Cultural	Barra do Jucu – Vila Velha	<b>64</b>
	<b>Missão</b>		
	Promover a autonomia e resgatar a autoestima de meninas e mulheres periféricas através da literatura.		
BELAS Coletivo auto-organizado de Mulheres de São Mateus	Coletivo Feminista Cultural	Centro, São Mateus	<b>120</b>
	<b>Missão</b>		
	Defesa da igualdade de gênero, pelo fim da violência contra a mulher e em defesa da democracia. Participam mulheres que exercem variadas profissões, e como forma de fundamentar suas defesas, elas se aprofundam em estudos, debates e mobilizações variadas junto à sociedade e aos poderes públicos*.		
Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do ES	Coletivo Social, Cultural e Racial	Região Sul do Espírito Santo	<b>206</b>
	<b>Missão</b>		
	Combate ao racismo, ao extermínio da juventude negra, à homofobia, à intolerância religiosa, à violência contra a mulher, ao sexismo e na promoção do desenvolvimento sustentável e cultural (empreendedorismo), a justiça social e igualdade e bem viver.		

\* Segundo os membros consultados, a dimensão artístico-cultural do coletivo BELAS encontra-se na encenação, na dramatização e na elaboração das místicas comumente empregadas nas intervenções e protestos públicos do grupo.

Fonte: elaboração própria.

Além desses, registramos mais 4 casos com 25 a 30 membros, a saber: Associação Cultural Andora, com 25 membros; FEMEA – Feira da Mulher na Economia Solidária de Alegre, contando com 26 integrantes; Coletivo de Performance Itinerante, com 27 componentes; e Expurgação, composto por 30 membros.

Considerando o conjunto de coletivos levantados, bem como as reflexões da literatura sobre as dificuldades em se definir o que seria um coletivo, tendo em vista a diversidade de

<sup>217</sup> Para contornarmos o problema de distribuição desigual, buscamos uma distribuição por *função logarítmica* na criação das faixas de membros, o que tornou possível preservar a tendência da distribuição e resolver a distorção causada pelos casos discrepantes.

formas e experiências autodenominadas como tal (Cf. ROCHA, 2019), notamos que alguns casos observados<sup>218</sup> não apresentam as dimensões comumente percebidas nos coletivos e que outros apenas mobilizam a arte e a cultura como parte dos repertórios de suas ações. Alguns casos, inclusive, indicam em seus objetivos, e nos próprios nomes, serem associações de artistas, outros apresentam características de cooperativas, enquanto alguns se assemelham a pequenas empresas que atuam no setor artístico-cultural.

A partir dessas observações, estamos a reforçar a hipótese de que *a autodenominação como coletivos perpassa as relações diferenciais contextualmente inscritas*. Como abordamos no quarto capítulo, a emergência dos coletivos culturais contemporâneos ocorreu em um contexto estratégico-relacional em que se observava a crítica ao que ficou conhecido como “política tradicional”. Naquele contexto, uma vez identificadas e nomeadas, as organizações tidas como clássicas e/ou tradicionais – partidos políticos, ONG’s, sindicatos, dentre outras – passaram a exercer uma função de *exterior constitutivo* no processo de organização da lógica coletiva interna. Mobilizadas na construção de uma relação diferencial, essas experiências organizacionais indicavam aquilo que deveria ser discursivamente desconstruído e ressignificado, pois eram percebidas como experiências burocratizadas, hierarquizadas e centradas nas ideias de liderança formal e vertical. Foi a partir dessa relação que os sujeitos passaram a mobilizar o significante “coletivo”, indicando novos significados às experiências organizacionais, bem como a ressignificação de ideias como trabalho colaborativo, horizontalidade, atuação em redes, dentre outras.

Esse contexto estratégico-relacional nos ajuda a compreender os discursos e os motivos pelos quais diferentes tipos de organizações têm se autodenominado “coletivos”, ainda que, na prática, sejam Associações ou mesmo Empresas. Certamente, estudos de casos poderiam fornecer novos dados a serem analisados considerando essa hipótese e as recentes discussões sobre os coletivos.

### **8.1.2 Interações em torno da estrutura financeira**

No que diz respeito à estrutura financeira, buscamos compreender quais seriam as principais formas de captação de recursos e como poderíamos verificar a relação dos coletivos com a esfera estatal. Para isso, realizamos duas perguntas no questionário de levantamento. A

---

<sup>218</sup> Apêndice B informa o perfil básico dos 55 coletivos levantados.

primeira, com estrutura aberta, buscava identificar a estrutura financeira e solicitava a seguinte informação: “Quais são as formas predominantes de captação de recursos financeiros do coletivo?”.

Ao todo ( $N_{\text{total}=55}$ ), foram registradas 95 indicações de formas de captação de recursos financeiros – apenas 1 (um) coletivo indicou não possuir nenhuma forma de captação. A partir das respostas, realizamos um processo de agrupamento em 7 tipos, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 7 – Formas predominantes de captação de recursos financeiros**

	$N_{=32}$		$N_{\text{PRCJ}=23}$		$N_{\text{total}=55}$	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Edital	26	44,8	18	48,6	44	46,3
Apresentações/Venda de produtos	11	19	6	16,2	17	17,9
Autofinanciamento*	8	13,8	3	8,1	11	11,6
Patrocínio Direto	7	12,1	3	8,1	10	10,5
Doações	3	5,2	4	10,8	7	7,4
Cursos/Oficinas	3	5,2	2	5,4	5	5,3
Não possui	0	0	1	2,7	1	1,1
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100%</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>	<b>95</b>	<b>100%</b>

\* Refere-se ao aporte financeiro feito pelos próprios integrantes.

Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar, o principal mecanismo de captação dos coletivos pesquisados, nos três recortes ( $N_{\text{total}=55}$ ,  $N_{=32}$  e  $N_{\text{PRCJ}=23}$ ), são as Políticas de Incentivo à Cultura (Editais), reforçando o conhecimento sobre a importância das relações socioestatais em torno dessa política como forma de captação de recursos e promoção artístico-cultural. Antevendo essa relação e a importância dessa política para os grupos, elaboramos uma segunda pergunta a fim de identificar quais instituições são acionadas pelos coletivos, via editais ou outros mecanismos institucionais, na captação de recursos: “O coletivo já captou recursos financeiros, via editais ou outros mecanismos, junto a alguma das instituições a seguir<sup>219</sup>?”.

Dentre os 55 coletivos, 11 informaram que *não captaram recursos* por meio de editais ou outros mecanismos, o que representa 20% do total. Considerando esses 11 casos, analisando-os separadamente entre o grupo de coletivos que estruturou relações com o PRCJ ( $N_{\text{PRCJ}=23}$ ) e o que não o fez ( $N_{=32}$ ), percebemos uma significativa diferença. Dentre os coletivos  $N_{\text{PRCJ}=23}$ , apenas 2 (8,7%) informaram nunca terem captado recursos via editais ou

<sup>219</sup> As opções de resposta eram: Município; Estado; Governo Federal; Universidades/Academia; Instituições Religiosas; ONG’s; Empresas; Partidos; Políticos; Movimentos Sociais; Sindicatos; Fundações ou Fundos Internacionais; O coletivo nunca captou recursos financeiros externos; Outros (alternativa aberta).



outros mecanismos institucionais. Já entre os coletivos que não participaram do Programa ( $N_{=32}$ ), esse número subiu para 9, representando 28% do total.

Esses dados nos levam a considerar que a experiência em torno do PRCJ, o que envolve a aprendizagem institucional a partir das relações de mútua aprendizagem entre Estado e coletivos, é um elemento relevante para indicar a interação socioestatal em torno das Políticas de Incentivos à Cultura (Editais) ou outros mecanismos institucionais, também em relação com o setor privado. Nossa hipótese sustenta que *os coletivos que tiveram essa experiência de interação passaram por um processo de aprendizagem institucional que, hoje, facilita sua inscrição na política pública e mesmo no acionamento formal do setor privado, apresentando, portanto, maior capacidade institucional em relação aos coletivos que não tiveram a mesma aprendizagem institucional.*

Quando consideramos apenas os casos que responderam positivamente (total de 44 coletivos), observamos em ambos os cortes ( $N_{=32}$  e  $N_{PRCJ=23}$ ) que o meio predominante de captação de recursos é o Setor Estatal, com destaque para os níveis locais (Estadual e Municipal), representando 60,7% para  $N_{=32}$  e 52,9% para  $N_{PRCJ=23}$ .

**Tabela 8 – O coletivo já captou recursos financeiros, via editais ou outros mecanismos, junto a alguma das instituições a seguir (multidimensional)**

	$N_{=32}^*$				$N_{PRCJ=23}^{**}$			
	Frequência	Setores	Frequência	%	Frequência	Setores***	Frequência	%
Governo Federal	7	<b>Setor Estatal</b>	42	75,0	6	<b>Setor Estatal</b>	35	68,6
Governo Estadual	23							
Governo Municipal	11							
Instituições de Ensino Superior****	1							
Empresas	7							
Fundações ou Fundos Internacionais	1	<b>Setor Privado</b>	10	17,9	2	<b>Setor Privado</b>	11	21,6
Instituições de Ensino Superior****	2							
ONG's	2							
Sindicatos	1	<b>Setor Societário</b>	4	7,1	2	<b>Setor Societário</b>	5	9,8
Movimentos sociais	1							
Total	56		56	100%	51		51	100%

Entre as opções de resposta, também constavam (I) Instituições Religiosas, (II) Partido, (III) Políticos e (IV) Outros – esses já foram incorporados à tabela.

\* Dos 32 casos, 9 informaram não terem captado recursos.

\*\* Dos 23 casos, 2 informaram não terem captado recursos.

\*\*\* Não houve nenhum registro de relações dos coletivos com Instituições Religiosas, Partidos e Políticos como forma de viabilizar recursos financeiros para os grupos.

\*\*\*\* Das 5 relações, 3 foram com instituições públicas (UFES) e 2 com privadas.

Fonte: elaboração própria.

Os dados também indicam uma diferença com relação à captação junto ao Setor Privado e ao Setor Societário. Corroborando o que argumentamos anteriormente, os coletivos

que participaram do PRCJ ( $N_{\text{PRCJ}}=23$ ) parecem indicar uma maior diversificação com relação à construção de relações de captação de recursos, ainda que em ambos grupo de coletivos o Setor Estatal represente o principal meio de captação de recursos. Ao compararmos com o grupo  $N=32$ , observamos uma redução com relação à concentração de captação junto ao Setor Estatal e um aumento da participação do Setor Privado e Societário, o que pode ser um indicativo da aprendizagem institucional dos coletivos que participaram do Programa Rede Cultura Jovem.

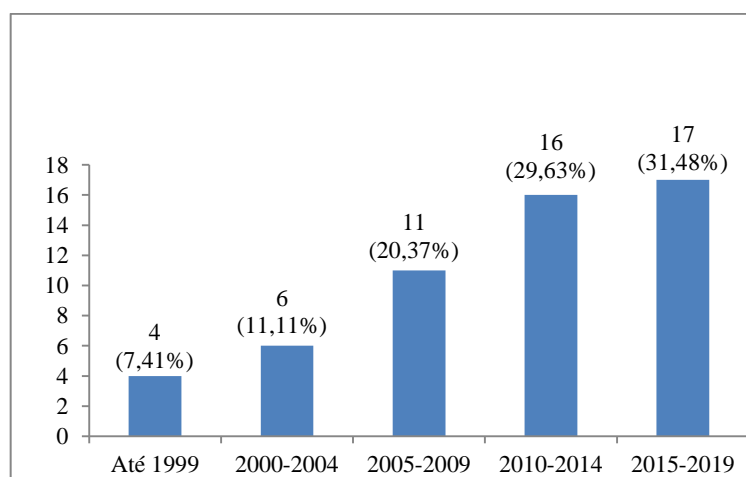
### **8.1.3 Ano de criação, emergência dos coletivos e interação com o PRCJ**

O ano de criação também pode nos ajudar a refletir sobre o caráter dinâmico dos coletivos. Como abordamos em outra oportunidade (MARQUES; MARX, 2020), uma das principais distinções analíticas operadas pela literatura sobre os coletivos é realizada em relação aos movimentos sociais (Cf. GOHN, 2017; 2019; PEREZ; SOUZA, 2017; LIMA, 2018). Isso ocorre porque é justamente com essa forma de ação coletiva que os coletivos analiticamente mais se assemelham. Nesse debate, é possível argumentar que, diferentemente das organizações de movimentos sociais, comumente percebidas como (I) experiências mais estruturadas, também em termos de tempo de existência, (II) com clara identificação de opositores, (III) com demandas ou projetos políticos percebidos como mais estruturais do ponto de vista das transformações sociais e (IV) como organizações mais coesas do ponto de vista da identidade coletiva (DIANI, 2015; DELLA PORTA; DIANI, 2015), os coletivos são experiências de caráter menos permanente, o que levaria a constantes recomeços marcados por reformulações de pautas, demandas e articulações (MAIA, 2013; GOHN, 2017).

Essa dimensão tem sido reforçada porque, como destaca Paim (2009, p. 29), temos observado que os coletivos, diferentemente de outras experiências organizacionais societárias, “obedecem à lógica da mobilidade, da contingência de sua época e de suas sociedades”, evidenciando múltiplas agendas políticas e a justaposição de projetos político-sociais e profissionais, e não a uma lógica de caráter estrutural comumente atribuído às organizações de movimentos sociais, ONG’s, sindicatos etc. Nesses termos, os coletivos tanto são percebidos como grupos significativamente novos, em termos de tempo de existência, quanto como organizações fluidas, de caráter aberto, o que lhes permite se articularem, originarem outros agrupamentos e se desarticularem segundo as demandas presentes na sociedade e os objetivos dos integrantes.

Embora não tenhamos realizado um estudo comparativo, considerando experiências de coletivos e de organizações de movimentos sociais, os dados obtidos parecem corroborar o *argumento temporal na análise dos coletivos*. Como podemos observar no gráfico 6 a seguir, 33 coletivos têm até 10 anos de existência, o que representa pouco mais de 60% do total de casos analisados. Se reduzirmos esse tempo para os últimos 5 anos, entre 2015 e 2020, encontramos 17 casos, o que representa 31,48% dos casos levantados:

**Gráfico 6 – Ano de criação dos coletivos por período (1983-2019)**



Fonte: elaboração própria.

Se considerarmos as Jornadas de Junho de 2013 como corte temporal, contexto comumente destacado pela literatura para discutir a emergência dos coletivos contemporâneos no Brasil (GOHN, 2017; PEREZ, SILVA FILHO, 2017; PEREZ, 2019), perceberemos que cerca de 50% dos coletivos levantados foram criados a partir de 2013, sendo que 35,18% foram criados exatamente entre os anos de 2013 e 2016, período do Ciclo de Protestos iniciado com as Jornadas de Junho de 2013. Isso, contudo, não significa uma relação de causalidade. Seriam necessários novos estudos, especialmente estudos de casos comparados, para verificar a causalidade entre as Jornadas (2013-2016) e a construção dos coletivos no Brasil. O que observamos em nossa abordagem, destacada no quarto capítulo, é que as experiências de coletivos são um fenômeno percebido pelo menos desde os anos 1960, com crescimento ascendente.

Ainda segundo o gráfico 6, observamos que 4 grupos foram criados antes dos anos 2000<sup>220</sup>. Percebemos, também, que entre o primeiro e o segundo período (2000-2004), foram criados outros 6, totalizando 10 coletivos, o que representou um aumento de 150%. Entre o segundo (2000-2004) e o terceiro período (2005-2009), a expansão do número de coletivos foi da ordem de 110%. Entre o terceiro e o quarto (2010-2014), quando observamos um total de 37 coletivos, o aumento foi de 76,2%. Por fim, entre o quarto e o último período (2015-2019), o crescimento foi de 45,95%.

Considerando a relevância que temos sustentado sobre o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ) no que diz respeito às relações entre agentes societários e o Estado, bem como ao seu papel de incubador institucional no processo de emergência de novos coletivos culturais e de estruturação de uma rede de coletivos a partir dessa interação, interessou-nos a verificação do momento de criação dos coletivos, considerando a existência do PRCJ (2009-2013), e as relações de ativistas e/ou coletivos com o Programa.

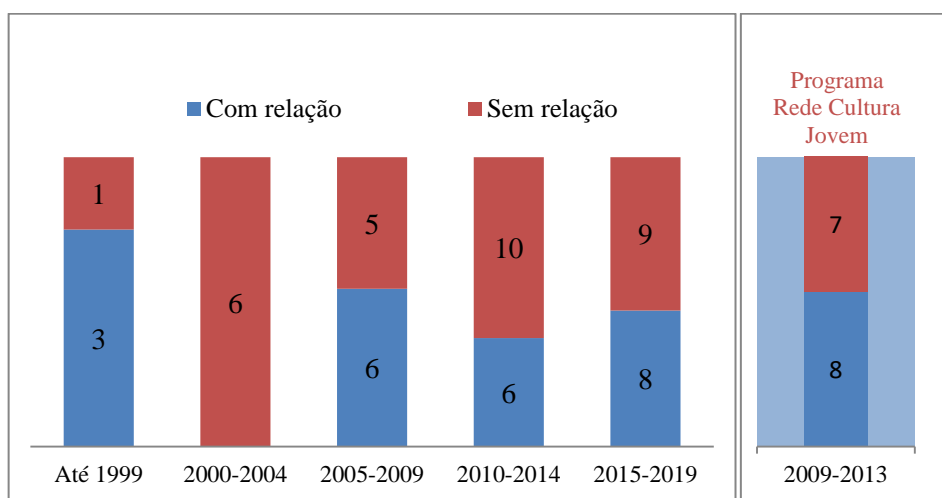
Vale destacar que por *relação com o PRCJ* compreendemos (I) a participação nos Editais do Programa, com pelo menos uma contemplação dentre os 210 contemplados – entre os anos 2010 e 2012 (Cf. Apêndice F – Modalidades e Total de Investimento dos Editais PRCJ 2010-2012), (II) participação, como público, de pelo menos uma ação ou oficina do Programa, (III) participação, como agente, de uma das ações do PRCJ (Coordenador, Gerente de Projeto, Mediador/Oficineiro, Facilitador etc.), (IV) participação em Comissões Avaliadoras dos Editais, (V) e publicação de artigos ou exposição de ações (coletivas ou individuais) nos canais de divulgação do PRCJ, especialmente a Revista Nós.

Dos 55 coletivos inqueridos, 15 indicaram relações com o PRCJ. Outros 8 informaram que alguns de seus integrantes participaram direta ou indiretamente do Programa, totalizando 23 casos de relação direta ou indireta com o PRCJ, o que representa 41,82% do total levantado:

---

<sup>220</sup> Tratam-se dos grupos Multiplicação, LDM, Grupo Teatral Gota, Pó e Poeira e Grupo Z de Teatro. O perfil básico desses grupos encontra-se no Apêndice B.

Gráfico 7 – Criação e relação com o PRCJ



Fonte: elaboração própria.

Quando consideramos apenas o período de criação de coletivos entre os anos de 2009 e 2013, tempo de existência do Programa Rede Cultura Jovem (Gráfico 7), observamos que dos 15 criados, 8 (53,3%) se relacionaram com a política, o que nos ajuda a reforçar a hipótese de pesquisa que indica *a importância do PRCJ no contexto de criação e articulação dos coletivos culturais no Espírito Santo*. Certamente, um estudo de caso, com a realização de entrevistas com esses coletivos, poderia fornecer dados mais objetivos sobre a hipótese. Ainda assim, compreendemos que esses dados, juntamente com a análise dos princípios, eixos e ações do PRCJ, bem como das entrevistas realizadas com ativistas e gestores – analisados no quinto e no sexto capítulo –, reforçam o que temos argumentado sobre a importância das interações socioestatais em torno do PRCJ para os coletivos culturais, sobretudo quando analisamos do ponto de vista das relações de mútua constituição e dos recursos materiais e simbólicos.

## 8.2 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL DOS COLETIVOS

Ao se referir à dimensão organizacional, comumente, a literatura indica que os coletivos, quando comparados a outras experiências político-organizacionais, são (I) experiências organizacionais menos formais, (II) normalmente de caráter local, voltadas à construção de novos espaços e experiências de organização, socialização e participação, (III) marcados pela ausência de formalização interna, nos quais também se observa a recusa de lideranças e de mecanismos verticalizados no processo de tomada de decisões internas

(DESOUZA, 2012; MAIA, 2013; GOHN, 2017; LIMA, 2018; PEREZ; SILVA FILHO, 2017; STEIN; MARIN, 2019). Contudo, isso não significa uma completa ausência de formalização interna, nem mesmo ausência radical da ideia de liderança.

A partir dessas questões, nesta seção nos concentramos na expansão das análises, buscando explorar a potência dos dados para refletir teoricamente sobre os coletivos de forma mais ampla e a partir da dimensão organizacional dessas organizações societárias. Para isso, destacamos (I) a estrutura interna e o âmbito de atuação dos coletivos, (II) o nível de formalização organizacional, (III) o processo de tomada de decisão e (IV) a liderança nessas experiências.

### 8.2.1 Estrutura interna e âmbito de atuação

Para conhecermos a estrutura interna dos coletivos, reunimos quatro questões que permitissem verificar a existência de documentos e estruturas que comumente ajudam a compreender o tipo de estrutura organizacional de diferentes entidades civis, e uma questão para conhecer o âmbito de atuação dos grupos face ao argumento de que os coletivos são grupos que atuam localmente: (1) “O coletivo possui sede?”; (2) “O coletivo possui CNPJ?”; (3) “O coletivo possui Estatuto?”; (4) “Além do Estatuto, ou em substituição deste, o coletivo possui alguns dos documentos/registros?”<sup>221</sup>; (5) “Qual é o âmbito/região de atuação do coletivo?”<sup>222</sup>.

Como podemos observar na tabela 10, a seguir, dos 55 casos, 37 (67,3%) informaram não possuir *CNPJ*, mesmo quantitativo que indicou não possuir *Estatuto* – não há diferenças significativas quando consideramos separadamente o  $N_{=32}$  e  $N_{PRCJ=23}$ . Com relação à *Sede*, 30 coletivos (54,5%) informaram possuir algum tipo de estrutura fixa própria ou cedida/emprestada que funciona como Sede do grupo – devido ao caráter do levantamento, que buscou informações mais gerais sobre a estrutura dos coletivos, não foi perguntando, por exemplo, se a Sede era a residência de algum integrante, nem quais instituições estariam cedendo/emprestando espaços para os coletivos:

<sup>221</sup> Opções: (I) carta de princípios; (II) regimento interno; (III) registro em cartório; (IV) registro de atas de reunião; (V) o coletivo não possui nenhum tipo de registro ou documento interno; (VI) outros (alternativa aberta).

<sup>222</sup> Opções de resposta: (I) Municipal; (II) Espírito Santo; (III) Nacional; (IV) Regional (Sudeste); (V) Internacional.

**Tabela 9 – Organização Estrutural  
(CNPJ, Sede e Estatuto)**

		Respostas	
		Frequência	%
O coletivo possui CNPJ?	Não	37	67,3
	Sim	18	32,7
Total		55	100
O coletivo possui Sede? (estrutura fixa própria ou cedida/emprestada)	Não	25	45,5
	Sim	30	54,5
Total		55	100
O coletivo possui Estatuto?	Não	37	67,3
	Sim	18	32,7
Total		55	100%

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 10 – Organização Estrutural**

	Respostas			
	Ausência	%	Presença	%
CNPJ, Estatuto e Sede	20	36	10	20,0
CNPJ e Estatuto	32	58	13	26,0
CNPJ e Sede	21	38	14	28,0
Total de casos	55	--	50	--

Fonte: elaboração própria.

Ao cruzarmos os dados, percebemos que 32 coletivos (58,18%) não possuem *nem CNPJ, nem Estatuto*. Quando realizamos o cruzamento entre CNPJ e Sede, observamos que, dos 18 coletivos que possuem CNPJ, 14 também informaram ter algum tipo de Sede. Por fim, ao cruzarmos CNPJ, Estatuto e Sede, verificamos que 20 casos *não possuem nenhum dos três*, o que representa 36,3% do total de coletivos analisados.

Considerando as possibilidades dos coletivos possuírem outros meios de destacarem as suas diretrizes organizacionais, administrativas e políticas, verificamos quais os tipos de documentos esses grupos poderiam ter *na ausência de Estatuto*:

**Tabela 11 – Tipos de documentos na ausência de Estatuto**

	Frequência	%
Carta de princípios	12	32
Regimento interno	2	5
Registro de atas/pautas de reunião	5	14
Registro em cartório	1	3
<b>Total de casos</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Esses dados sobre *Organização Estrutural* parecem corroborar as recentes discussões respeitantes ao caráter menos formal dos coletivos, considerando as experiências de outras organizações societárias, como as ONG's, sindicatos e mesmo organizações de movimentos sociais. Apesar de 54,5% dos coletivos possuírem algum tipo de Sede, compreendemos ser válido o argumento de que *os coletivos são experiências organizacionais menos formais do ponto de vista da elaboração de documentação formal, tais como Estatuto, Regimento Interno, Registro em Cartório e CNPJ*. Esses dados, contudo, devem ser analisados

considerando outros elementos que nos ajudam a compreender a dimensão organizacional dos coletivos, especialmente a formalização/divisão interna dos grupos – objeto de discussão da seção seguinte.

Por fim, também buscamos verificar o âmbito/região de atuação dos coletivos. Como informam as tabelas a seguir, a atuação no âmbito Local (Municipal e Estadual) predomina nos três conjuntos de dados, variando entre 66,7 e 71%.

**Tabela 12 – Âmbito de atuação dos coletivos**

Âmbito de atuação	N=32			
	Frequência	%		%
Municipal	24	38,7	Local	71,0
Estadual	20	32,3		
Regional (Sudeste)	5	8,1	Não local	29,0
Nacional	10	16,1		
Internacional	3	4,8		
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>	--	<b>100%</b>
Âmbito de atuação	NPRCJ=23			
	Frequência	%		%
Municipal	12	30,8	Local	66,7
Estadual	14	35,9		
Regional (Sudeste)	4	10,3	Não local	33,3
Nacional	6	15,4		
Internacional	3	7,7		
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>	--	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 13 – Âmbito de atuação dos coletivos (respostas agregadas)**

Âmbito de atuação	Ntotal=55			
	Frequência	%		%
Municipal	36	35,6	Local	69,3
Estadual	34	33,7		
Regional (Sudeste)	9	8,9	Não local	30,7
Nacional	16	15,8		
Internacional	6	5,9		
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100%</b>	--	<b>100%</b>

Embora esse dado indique a concentração de casos com atuação em âmbito Local, corroborando o argumento que sustenta que *os coletivos são grupos que atuam localmente*, a atuação no âmbito Nacional é um dado interessante. Se considerarmos a atuação *para além do âmbito Local*, considerando, portanto, a atuação nos níveis Regional, Nacional e Internacional, observamos uma variação entre 29% (N<sub>=32</sub>) a 33,3% (N<sub>PRCJ=23</sub>).

## 8.2.2 Formalização interna

Uma das questões centrais, na presente pesquisa, consiste em compreender os significados do processo de identificação dos ativistas como coletivos. O primeiro passo nesse sentido foi analisar os discursos dos ativistas no que diz respeito a outras experiências (associ)ativistas. Para isso, por meio de entrevistas em profundidade, fizemos as seguintes perguntas: (I) “Por que o termo coletivo?”; (II) “Havia algo naquele contexto (final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000) que levou os ativistas a se denominarem ‘coletivos’?”; (III)



“O que seria um coletivo?”; (IV) “Quais são as diferenças entre coletivos e outras organizações, como movimentos sociais e ONG’s”?.

Como discutimos ao longo da tese, a abordagem discursiva nos permitiu perceber a crítica a certas experiências organizacionais vivenciadas ou conhecidas pelos sujeitos, sobretudo quanto ao processo de formalização/divisão interna. Reunimos três narrativas exemplares nesse sentido:

Eu acredito que é um trauma já [motivo da recusa do termo movimentos sociais]. Porque, por exemplo, dentro do contexto do movimento *hip-hop*, outro dia atrás, eu estava conversando com alguns dos caras que são bem das antigas do movimento (...) e eles falavam como funcionava o movimento *hip-hop*... Se você pegar aí o período dos anos 90, o que as pessoas vão falar do movimento negro no Espírito Santo? Da rigidez do movimento no Espírito Santo (...) dos caras quererem falar: “É assim, assim, e ponto”. E o *hip-hop* era o mesmo jeito. Para uma pessoa poder falar no movimento *hip-hop* tinha que passar lá antes, falar com os caras, os caras faziam uma coisa de juiz mesmo: “Pronto, pode. Agora você pode falar”. Já o coletivo tem uma liberdade por si só. É aquilo, ele vê uma demanda, ele vai lá e soluciona a demanda. Não precisa ir lá pedir autorização para alguém para solucionar (Entrevistado 1. Entrevista cedida no dia 20 de fevereiro de 2019, acréscimo nosso).

Coletivo é uma maneira de se organizar em grupo. Um sindicato é um coletivo? É, mas aí já é uma forma institucional que já é dada, clássica. Os coletivos, talvez, não caminhem para um arranjo institucional tão claro, tão rígido (...). Pra mim, um movimento social é uma coisa mais ampla. Um movimento social, pra mim, é composto de instituições, de ativistas avulsos, coletivos. Pra mim é algo maior (...) (Entrevistado 2. Entrevista cedida no dia 12 de fevereiro de 2019).

É totalmente diferente de uma ONG, por exemplo... Eu acredito que ONG é algo que já é pensado dentro de um gesso (...) A ONG, eu acho... É muito engessada, e muitas coisas você não consegue realizar através da ONG, porque tem uma pessoa jurídica ali respondendo por aquilo. Pode ser um medo também, de queimar a imagem [se organizar ou se identificar como ONG]. Os coletivos talvez sejam mais fluidos (Entrevistado 5. Entrevista cedida no dia 01 de março de 2019, acréscimo nosso).

Contudo, como também discutimos no quarto capítulo, as críticas às estruturas rígidas, formalizadas, centradas nas lideranças, verticalizadas etc., não necessariamente significam uma ausência radical de estruturas organizacionais, como divisões internas e, inclusive, ausência de funções de liderança. Para avançarmos nesse sentido, também indagamos sobre (I) as experiências de divisões internas dos coletivos e (II) sobre os seus processos de tomada de decisões internas. Essas perguntas, juntamente com as entrevistas realizadas, nos permitiram refletir teoricamente sobre os significados da ideia de liderança que temos observado nos coletivos.

Para isso, iniciamos com a seguinte indagação: “O coletivo apresenta alguma das divisões internas a seguir (uma ou mais opções)?”. Dentre as opções de resposta, indicamos: (A) Liderança/Presidência; (B) Diretorias; (C) Secretarias; (D) Setoriais; (E) Pastas; (F)

Grupos de Trabalho; (G) O coletivo não apresenta nenhuma divisão estrutural interna; e (H) Outros (alternativa aberta). Ao todo foram registradas 102 respostas ( $N_{\text{total}=55}$ ), sendo 62 entre os coletivos que não estruturaram relações com o PRCJ ( $N_{=32}$ ) e 40 entre os coletivos que se relacionaram com Programa ( $N_{\text{PRCJ}=23}$ ):

**Tabela 14 – Estruturas organizacionais internas dos coletivos**

Categorias Primárias	$N_{=32}$		$N_{\text{PRCJ}=23}$		$N_{\text{TOTAL}=55}$	
	Respostas		Respostas		Respostas	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Ausência de Divisão Interna	6	9,7	8	20,0	14	13,7
Cargo de Coordenador-Articulador	0	0,0	1	2,5	1	1,0
Cargo de Presidência-Liderança	13	21,0	7	17,5	20	19,6
Direção de Elenco	0	0,0	1	2,5	1	1,0
Direção Musical	0	0,0	1	2,5	1	1,0
Divisão do Trabalho por Diretorias	11	17,7	6	15,0	17	16,7
Divisão do Trabalho por Pastas	2	3,2	1	2,5	3	2,9
Divisão do Trabalho por Secretarias	8	12,9	3	7,5	11	10,8
Divisão do Trabalho por Setoriais	4	6,5	2	5,0	6	5,9
Divisão por Grupo de Trabalho	12	19,4	7	17,5	19	18,6
Estrutura Colaborativa	2	3,2	1	2,5	3	2,9
Funções Transitórias de Organização	2	3,2	1	2,5	3	2,9
Hierarquia Informal	1	1,6	1	2,5	2	2,0
Ordem Espontânea	1	1,6	0	0,0	1	1,0
Total	62	100%	40	100%	102	100%

Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar na tabela 14, considerando o  $N_{\text{total}=55}$ , houve certa concentração dos dados, especialmente nas alternativas “Cargo de Presidência-Liderança” (19,6%), “Divisão por Grupo de Trabalho” (18,6%), “Divisão do Trabalho por Diretorias” (16,7%), “Divisão do trabalho por Secretarias” (10,8%) e “Ausência de Divisão Interna” (13,7%).

A partir dessas 14 categorias primárias, realizamos três processos de recategorização com o intuito de construir significantes mais objetivos a partir do agrupamento de respostas com sentidos similares do ponto de vista das experiências organizacionais dos coletivos. No primeiro, construímos 6 significantes para indicar tipos de estruturas organizacionais verificadas entre os coletivos, quais sejam: Ausência de Estruturas Formais; Estruturas Formais Residuais; Grupos de Trabalho; Secretaria; Diretoria; Presidência-Liderança.

A partir desses seis tipos, realizamos uma segunda categorização considerando os respectivos níveis de formalização interna. O resultado apontou 4 níveis de formalização, a saber: Ausência; Baixa / Residual; Média / Presente; Alta.

Por fim, reagrupamos o processo em uma dimensão binária para indicar: (I) Ausência ou presença residual e (II) Presença de formalização interna, compreendida como experiências com divisões e funções internas específicas.

Ao permitir um olhar mais objetivo para essas experiências organizacionais, também conseguimos ponderar um argumento relativamente comum nas recentes discussões sobre os coletivos respeitantes à *ausência ou baixo nível de formalização interna e ausência de lideranças*. Ao contrário dessa premissa, observamos que os coletivos podem ser percebidos como experiências organizacionais estruturadas internamente, inclusive com funções de liderança, diretoria e secretaria. As tabelas a seguir destacam o processo de categorização das respostas obtidas e apresentadas na tabela 15:

**Tabela 15 – Tipos de estruturas organizacionais internas dos coletivos (N=32)**

Categorização Primária	N=32							
	Respostas		Categorização Secundária		Categorização		Categorização Binária	
	Nº	%	Tipos de Estruturas organizacionais	%	Nível de Formalização	%		%
Ausência de Divisão Interna	6	9,7	Ausência de Estruturas Formais	14,5	Ausência	14,5	Ausência ou Residual	19,4
Estrutura Colaborativa	2	3,2						
Ordem Espontânea	1	1,6						
Coordenação e Articulação Informal	0	0,0	Estruturas Formais Residuais	4,8	Baixa / Residual	4,8	Presente	80,6
Funções Transitórias de Organização	2	3,2						
Hierarquia Informal	1	1,6						
Divisão do Trabalho por Pastas	2	3,2	Grupos de Trabalho	29	Média / Presente	29	Presente	80,6
Divisão do Trabalho por Setoriais	4	6,5						
Divisão por Grupo de Trabalho	12	19,4						
Divisão do Trabalho por Secretarias	8	12,9	Secretaria	12,9	Alta	51,6	Presente	80,6
Direção de Elenco	0	0						
Direção de Musical	0	0	Diretoria	17,7				
Divisão do Trabalho por Diretorias	11	17,7	Presidência Liderança	21	Alta	51,6	Presente	80,6
Cargo de Presidência-Liderança	13	21						
Total	62	100%		100%		100%		100%

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 16 – Tipos de estruturas organizacionais internas dos coletivos (N<sub>PRCJ=23</sub>)**

Categorização Primária	N <sub>PRCJ=23</sub>							
	Respostas		Categorização Secundária		Categorização		Categorização Binária	
	Nº	%	Tipos de Estruturas organizacionais	%	Nível de Formalização	%		%
Ausência de Divisão Interna	8	20	Ausência de Estruturas Formais	22,5%	Ausência	22,5	Ausência ou Residual	30
Estrutura Colaborativa	1	2,5						
Ordem Espontânea	0	0						
Coordenação e Articulação Informal	1	2,5	Estruturas Formais Residuais	7,5	Baixa / Residual	7,5	Presente	70
Funções Transitórias de Organização	1	2,5						
Hierarquia Informal	1	2,5						
Divisão do Trabalho por Pastas	1	2,5	Grupos de Trabalho	25	Média / Presente	25	Presente	70
Divisão do Trabalho por Setoriais	2	5						
Divisão por Grupo de Trabalho	7	17,5						
Divisão do Trabalho por Secretarias	3	7,5	Secretaria	7,5	Alta	45	Presente	70
Direção de Elenco	1	2,5						
Direção de Musical	1	2,5						
Divisão do Trabalho por Diretorias	6	15	Presidência Liderança	17,5				
Cargo de Presidência-liderança	7	17,5						
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Apesar da evidente presença de maior nível de formalização interna entre os coletivos levantados, percebemos diferenças quando comparamos os casos que participaram do PRCJ (N<sub>PRCJ=23</sub>) e os casos que não estruturaram relações com o PRCJ (N<sub>=32</sub>). Ao cruzarmos as variáveis “participação no PRCJ” e “Estruturas organizacionais internas”, percebemos mais claramente a importância da participação no PRCJ para explicar os casos de coletivos cuja experiência organizacional destaca menor nível de formalização interna. Como observamos na tabela a seguir, entre os coletivos que participaram do PRCJ, a *Presença de formalização interna* (Presente / Alta) foi observada em 52,2% dos casos, enquanto nos coletivos que não estruturaram relações com o PRCJ foi de 68,7%:

**Tabela 17 – Número de membros, interação com o PRCJ e nível de formalização interna**

Número de membros	Participou do PRCJ?				Total (N <sub>total=55</sub> )	%	
	Sim (N <sub>PRCJ=23</sub> )		Não (N <sub>=32</sub> )				
	Formalização Interna						
	Ausência Residual	Presente Alta	Ausência Residual	Presente Alta			
até 4	0	1	4	4	9	16,4	63,6
5 a 12	7	5	5	9	26	47,3	
13 a 33	3	4	0	9	16	29,1	36,4
34 a 90	1	0	1	0	2	3,6	
91ou +	0	2	0	0	2	3,6	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>22</b>	<b>55</b>	<b>100%</b>	

Fonte: elaboração própria.

Como abordaremos a seguir – na seção 8.2.3 *Processos e experiências de tomada de decisões* –, os dados sobre formalização interna devem considerar os processos internos de tomada decisão. Esses dados, como veremos, reforçam as reflexões apresentadas no sexto capítulo sobre os eixos e princípios norteadores do PRCJ, os quais retomamos agora e de forma resumida: as ideias de *Rede*, as quais reafirmavam os esforços de construção de ações coordenadas de forma não centralizada, visando à criação de dinâmicas horizontalizadas de organização, ação e conexão entre os diferentes agentes em torno do PRCJ; o *Protagonismo Social*, cujo foco era a agência dos sujeitos a partir de uma concepção participacionista, seja entre os grupos, seja nas relações internas à política pública (o próprio PRCJ); e a *Colaboratividade*, compreendida como o fortalecimento de ações desenvolvidas e decididas coletivamente como uma forma de trabalho em equipe, prevendo ações não hierarquizadas e pautadas no compartilhamento da liderança. Estamos a afirmar o seguinte: *os coletivos e ativistas que participaram do PRCJ reforçaram princípios coletivistas durante as interações com o Programa.*

Além da variável “Participou do PRCJ”, vale também destacar outras duas variáveis que poderiam indicar maior ou menor nível de formalização interna, quais sejam: número de membros e tempo de existência.

A primeira hipótese, referente ao número de membros, se mostrou negativa (Hn):

- Hn: *quanto maior o número de membros, maior seria o nível de formalização interna.*

Como se observa na tabela 17, anteriormente apresentada, não é possível afirmar que há causalidade. Apenas a faixa 3 indica que os coletivos com 13 a 33 membros tendem a um nível maior de formalização interna, independentemente do conjunto observado ( $N_{\text{PRCJ}=23}$  ou  $N_{=32}$ ). No entanto, essa faixa reúne cerca de um terço dos dados. Os outros dois terços (faixas 1 e 2) não apresentam a mesma informação, apenas uma leve diferença não significativa. O número de membros, como veremos a seguir, também não incide sobre os processos de tomada de decisão dos coletivos, indicando ser uma variável não determinante.

A segunda hipótese, também negativa, buscou verificar a relação entre o tempo de existência dos coletivos e seu nível de formalização:

- Hn: *quanto maior o tempo de existência do grupo, maior seria o nível de formalização.*

Como se observa na tabela 18, a seguir, os coletivos com maior nível de formalização *não são aquelas com maior tempo de existência*. Dos 54 coletivos que informaram o ano de criação, 33 (cerca de 60% do total) foram criados entre os anos de 2010 e 2019, englobando, portanto, os dois últimos períodos informados pela tabela.

**Tabela 18 – Ano de criação dos coletivos e nível de formalização interna**

Faixas temporais de criação do coletivo	Coletivos criados no período	N=32				NPRCJ=23			
		Ausência Residual	%	Presente Alta	%	Ausência Residual	%	Presente Alta	%
Até 1999	4	0	0	3	4,9	3	8	3	8
2000-2004	6	2	3,3	12	19,7	0	0	0	0
2005-2009	11	2	3,3	9	14,8	2	5	9	23
2010-2014	16	5	8,2	11	18	2	5	12	30
2015-2019	17	2	3,3	15	24,6	5	13	4	10
Total*	54	11	18%	50	82%	12	30%	28	70%
Total de ocorrências	101					40			
Total de respondentes	54					23			

\* Um coletivo não informou o ano de criação.

Fonte: elaboração própria.

Embora limitados a uma inferência descritiva atinente aos coletivos analisados, seja com relação ao contexto, seja com relação ao fato de serem coletivos culturais, esses dados podem orientar pesquisas futuras. Os números apresentados indicam estarmos diante de experiências marcadas por considerável nível de formalização interna, e que o número de membros, assim como o tempo de existência, não são determinantes para ajudar a compreender a organização interna (maior ou menor formalização) dos coletivos. A ressalva que fazemos, o que também pode ser relevante para pesquisas futuras, é que *uma maior formalização interna não necessariamente indica verticalização e centralização das decisões dos grupos*. Este será o elemento central das duas próximas seções.

### 8.2.3 Processos e experiências de tomada de decisões

A verificação dos dados anteriormente apresentados poderia indicar uma relação direta entre maior nível de formalização e processo de hierarquização e/ou centralização das decisões dos grupos. Porém, duas observações devem ser feitas para uma adequada compreensão desses dados.

A primeira se refere à complexa relação entre o processo de especialização-profissionalização e a estruturação inerente ao campo artístico-cultural. Como discutiremos na sequência, algumas áreas do campo, como o Teatro e a Cultura Popular, apresentam estruturas

internas mais ou menos específicas, as quais, por especialização profissional ou por tradição, são organizadas em torno de funções de liderança e/ou coordenação, tais como Direção de Elenco, Direção de Filmagem e as funções dos Mestres, especialmente, essas últimas, nas expressões artístico-culturais populares.

Diante dos dados sobre “Alta / Presença” de processos de formalização dos coletivos, retornamos ao banco de dados da pesquisa para identificar quais eram esses coletivos, pois, considerando as especificidades de cada subcampo artístico-cultural, pensamos na hipótese de que poderíamos estar diante de coletivos de áreas específicas. Os 34 casos de coletivos com “Alta / Presença” de formalização interna indicam uma distribuição por tipos mais ou menos específicos, considerando sua inscrição no campo artístico-cultural. Destes, 7 (20,6%) são do campo do Teatro, em cuja estrutura encontramos, por exemplo, as figuras do Diretor de Elenco, Diretor de Cena, Diretor de Coreografia, dentre outros. Outros 3 (8,8%) são coletivos do campo da Cultura Popular, tais como coletivos de Samba<sup>223</sup>, Folclore e Artesanato, nos quais comumente temos funções específicas de Diretor e/ou Presidentes/Mestres. Além desses, 8 casos (23,5%) são de coletivos que podem ser classificados como “coletivos institucionais<sup>224</sup>”. Juntos, esses coletivos representam 52,9% dos 34 coletivos em questão.

A segunda observação a ser feita, que será objeto de análise nas páginas que se seguem, diz respeito (I) aos processos de tomada de decisões internas, (II) à busca dos sujeitos na construção da lógica coletivista e (III) às relações com esfera institucional. Conforme discutiremos, ainda que a maioria dos coletivos apresente alta formalização interna, inclusive com a presença de “Liderança-Presidência” e “Diretorias”, a maior parte deles apresenta processos descentralizados e horizontalizados de tomada de decisões internas (construção de consensos). Isso nos permite afirmar que *não há correlação positiva entre o aumento da formalização e o aumento da verticalização/hierarquização interna*.

Como abordado anteriormente, comumente, os coletivos são percebidos como experiências constituídas a partir das ideias de (I) coletividade, horizontalidade, afetividade<sup>225</sup> e descentralização de informações; essas características, ressaltadas pela literatura, sinalizam

---

<sup>223</sup> Temos observado que Escolas de Samba têm dado origem a coletivos que mobilizam o samba para também discutir questões étnico-raciais e empoderamento feminino.

<sup>224</sup> Ao analisarmos esses casos, percebemos que são 2 Associações de Artistas, 1 Núcleo de Ensino, especificamente o Núcleo de Arte e Cultura do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), 3 Promotoras/Organizadoras de Eventos, 1 grupo que atua na promoção de das Artes Visuais e 1 grupo atuante no empoderamento socioeconômico de grupos minoritários. Todos têm um caráter institucional e divisões mais ou menos específicas, como Presidência e Diretor/Coordenador.

<sup>225</sup> Para uma leitura sobre os afetos na análise dos coletivos, conferir Andrade (2017), Desouza (2012), Paim (2009) e Monaco (2020).

que os coletivos visam à construção de formas colaborativas e horizontalizadas de trabalho e socialização, envolvendo (II) a descentralização das decisões de poder; ao prezarem pelos princípios da autonomia da ação, pela recusa da ideia de representação (formal) e de delegação (vertical), os coletivos também são apontados como (III) organizações destituídas da figura da liderança (GOHN, 2017; 2019; LIMA, 2018; PEREZ, 2019; MARQUES; MARX, 2020; FARIA, 2020; THIBES *et al* 2020).

A partir disso, buscamos compreender, em um primeiro momento, como os coletivos elaboram seus processos de tomada de decisões. Para isso, fizemos a seguinte pergunta: “Como é o processo de tomada de decisões internas do coletivo?”. Nas opções de resposta constavam: Votação não identificada; Votação identificada/nominal; Construção de consensos em assembleias ou reuniões; Sorteios; Outros (aberta).

**Tabela 19 – Processos internos de tomada de decisões dos coletivos**

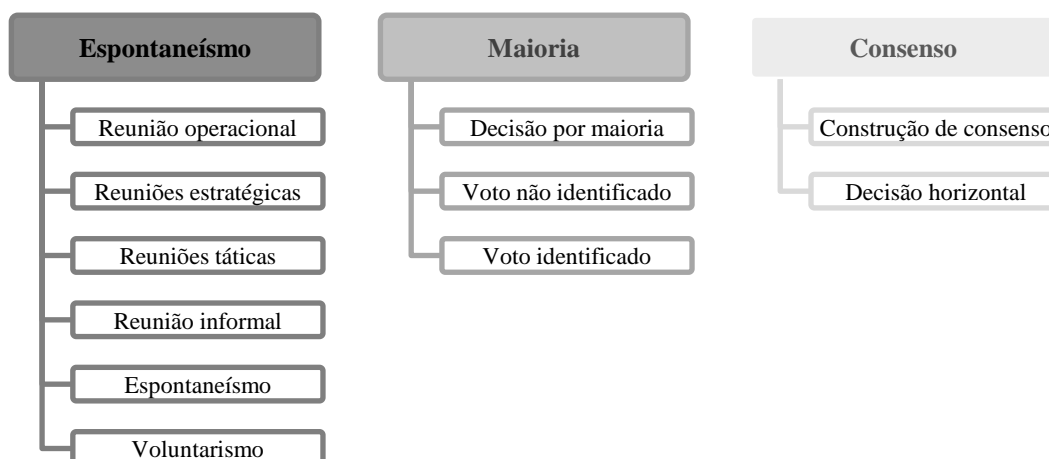
Respostas	Responses	
	Nº	%
Espontaneísmo	1	1.3
Voluntarismo	1	1.3
Reunião informal	1	1.3
Decisão horizontal	1	1.3
Construção de consenso	44	57.1
Reunião operacional	4	5.2
Reuniões táticas	1	1.3
Reuniões estratégicas	1	1.3
Decisão por maioria	13	16.9
Voto identificado	9	11.7
Voto não identificado	1	1.3
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Como observamos na tabela 19, obtivemos um total de 77 ocorrências – a partir dos 55 casos inqueridos –, inicialmente organizadas em 11 tipos de respostas, sendo que não houve diferença significativa quando consideramos os dois conjuntos separados de coletivos ( $N_{=32}$  e  $N_{PRCJ=23}$ ), indicando ser esse um padrão. A partir das 11 respostas informadas na tabela, criamos 3 categorias analíticas, quais sejam: Espontaneísmo, Maioria e Consenso. O procedimento de categorização foi feito da seguinte forma:



**Imagem 7 – Procedimento de categorização**



Fonte: elaboração própria.

A distinção entre “Espontaneísmo” de “Consenso” foi operada em proveito de uma melhor descrição e análise dos dados. Em uma dimensão analítica, observamos, nas experiências dos coletivos, que as *formas espontâneas* de tomada de decisão ocorrem segundo a disponibilidade/voluntarismo dos sujeitos para determinadas ações do grupo. Já as *formas consensuais* são construídas a partir de um processo de deliberação. Certamente, ambas as formas pressupõem uma ação reflexivo-estratégica dos sujeitos na construção de relações baseadas na horizontalidade e na descentralização. A diferença, como a temos percebido, consiste no processo de discussão entre os sujeitos. A construção de consensos exige o momento de debate, o que não necessariamente ocorre – como nos processos espontâneos, por exemplo.

Como podemos observar na tabela a seguir, a “Construção de consenso” é a forma predominante como processo de tomada de decisão dos 55 coletivos inqueridos. Se considerarmos “Espontaneísmo” e “Consenso” como formas de tomada de decisão construídas a partir do entendimento mútuo por meio de relações horizontais e descentralizadas, face ao tipo de decisão formada por “Maioria”, teríamos um percentual de cerca de 70%:

**Tabela 20 – Tipos de processos internos de tomada de decisões do coletivo**

	Respostas	
	N	%
Espontaneísmo	9	11,7
Maioria	23	29,9
Consenso	45	58,4
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Esses dados nos levaram a refletir sobre a relação entre a *formalização interna dos coletivos* e os *processos de tomada de decisões*. A princípio, a relação indicaria que o maior nível de formalização informaria processos de decisão por “Maioria”.

No entanto, ao cruzarmos (I) a formalização interna e (II) os processos de tomada de decisões, fechando as questões abertas para respostas unitárias (55 casos<sup>226</sup>), percebemos que *não há relação positiva* entre maior formalização interna (“Média” e “Alta”) e decisão por formação de Maioria. Como se observa na tabela 21, a seguir, as experiências de construção de Consenso, inclusive, são mais comuns nos casos que apresentaram “Média” e “Alta” formalização interna. Podemos concluir que *a formalização organizacional não necessariamente produz verticalização e hierarquização na tomada de decisões*:

**Tabela 21 – Nível de formalização interna e tipos de processos internos de tomada de decisões (unidimensional)**

Formalização Interna	Processo de tomada de decisões		
	Espontaneísmo	Maioria	Consenso
Ausente / Residual	2	2	9
Baixa	3	0	4
Média	1	0	10
Alta	0	3	21
Total	6	5	44

Fonte: elaboração própria.

Vale também destacar que esse dado não informa sobre a incidência do *número de membros*. A princípio, supomos que quanto maior fosse o coletivo em termos de número de membros, menos comuns seriam as decisões por meio de Consensos. Contudo, ao cruzamos os dados sobre os processos de tomada de decisões e o número de membros, percebemos que as formas consensuais são predominantes em todas as faixas de membros (Tabela 22):

<sup>226</sup> O procedimento analítico de fechamento das questões abertas (multidimensional) para respostas unitárias (unidimensional) foi necessário para realizar o cruzamento entre as variáveis, tendo em vista que (i) o Tipo de formalização interna dos coletivos por nível/escala apresentou 77 ocorrências e (ii) o Processo de tomada de decisões, 103.

**Tabela 22 – Número de membros por faixas e processo de tomada de decisão (multidimensional\*)**

Número de membros	Processo de tomada de decisão		
	Espontaneísmo	Maioria	Consenso
Até 4 membros	1	3	7
5 a 12 membros	4	8	22
13 a 33 membros	2	10	14
34 a 90 membros	2	0	0
91+ membros	0	2	2
Total	9	23	45

Fonte: elaboração própria

Não podemos afirmar, por exemplo, que quanto maior o nível de formalização dos coletivos, maior é a busca por consenso, ou que quanto menor em número de membros, maior será a construção de consensos. Isso porque existe a possibilidade da presença de variáveis confundidoras ou mediadoras que estejam interferindo na relação. Por exemplo, (I) o processo de profissionalização dos coletivos ou, como informamos anteriormente, o fato do (II) campo artístico-cultural apresentar uma estrutura inerente ao seu funcionamento; além desses, também temos a possibilidade de que (III) ações estatais em curso estejam direta ou indiretamente incidindo sobre os processos organizacionais dos coletivos (*efeitos institucionais*).

O que podemos argumentar, portanto, é que formalização organizacional dos coletivos não necessariamente tendenciam os coletivos a decisões hierárquicas, podendo haver uma combinação entre formalização organizacional (*e.g.* especialização e profissionalização) e decisão por consenso ou regra da maioria. Ou seja, mesmo com o processo de formalização, que também pode ser compreendido como especialização interna, e independentemente do número de membros que compõem o coletivo, os sujeitos têm buscado manter/garantir as relações internas horizontalizadas e descentralizadas, possivelmente percebendo a construção de consenso como o melhor procedimento para este fim. Isso reforça os argumentos sobre a construção de normas formais e experiências de organização, socialização e ação em tornos dos coletivos.

#### **8.2.4 A questão da liderança**

A discussão sobre a ausência de liderança é outro destaque na literatura sobre os coletivos, sobretudo em análises cujo foco é a lógica organizacional e de socialização (MAIA, 2013; GOHN, 2017; 2019; ALVIM; RODRIGUES, 2017; ANDRADE, 2017; LIMA;

SCHMITZ, 2017; PEREZ, 2019; PEREZ; SOUZA, 2020). A partir dos discursos nativos dos ativistas, às vezes assumidos como dimensão analítica, é relativamente comum o argumento de que *os coletivos representam uma estrutura organizacional pautada na horizontalidade, na descentralização e, conseqüentemente, destituída da figura central da liderança formal e vertical.*

Não discordamos desse argumento. Porém, é preciso olhar com mais atenção para além da estrutura discursiva nativa dos sujeitos, sobretudo para o elemento *liderança*. Como destacamos anteriormente, a existência de “Presidência-Liderança” é significativa entre os coletivos culturais pesquisados. Das 102 ocorrências sobre os mecanismos presentes na formalização interna dos coletivos, 19,6% indicaram a presença de tal tipo de estrutura, acompanhada da presença de 18,6% de “Diretoria”. Se considerarmos apenas os casos que possuem “Presidência-Liderança”, temos um total de 19 coletivos, o que representa 34,5% do total de casos levantados. Trata-se, portanto, de um dado relevante, que colocaria em questão, a princípio, o argumento de que *os coletivos não têm liderança*.

Não se trata, no entanto, de um argumento contrário ao sustentado pela literatura, mas de refletir sobre o tipo de *liderança* com a qual estamos nos deparando. Desde os primeiros contatos com o universo dos coletivos culturais no contexto espírito-santense, entre os anos de 2015 e 2016, sempre que buscávamos por informações sobre algum coletivo, seja com ativistas, seja com atores estatais, era comum a indicação de um mesmo conjunto de sujeitos. A despeito do argumento de *ausência de lideranças nos coletivos*, passamos a perceber esse fato como um indicativo de que esses ativistas pudessem possuir algum tipo de proeminência cujos sentidos poderiam ser assimiláveis àqueles comumente atribuídos às organizações de movimentos sociais – ou mesmo às organizações partidárias.

Isso, contudo, não significou a adoção de um argumento contrário à premissa da literatura, até porque, ao serem questionados sobre as lideranças dos grupos, os sujeitos reafirmavam não possuí-las. A questão, como a temos percebido (MARQUES; MARX, 2020), não é a ausência radical de liderança, mas sim a (re)significação do significante *liderança*.

Isso também parece ter sido percebido por Gohn (2019, p. 143) ao destacar as funções dos *mediadores* e dos *editores* das ações coletivas no contexto do ciclo de protestos ocorridos entre os anos de 2013 e 2016. Para a autora, os sujeitos que desempenham essas funções não devem ser compreendidos como liderança *stricto sensu*, mas como sujeitos que exercem

alguma referência para o coletivo: “não como lideranças, mas como ativadores e pontos de referência. São muitos e não se concentra na figura de um líder principal”.

Mas do que isso, Gohn (2019, p. 251) também percebe a resignificação de repertórios dessas novas experiências coletivas ao recuperarem sentidos e pautas autonomistas: “Eles retomam o tema da utopia, de forma completamente diferente dos movimentos clássicos porque não há uma hierarquia e nem um sujeito central na história”. Ainda segundo a autora:

(...) a partir de 2013 é preciso repensar as análises sobre a lógica de ação coletiva organizada em termos de um sentido único, que não existe. Passou a ocorrer um novo ciclo e uma repolitização dos movimentos sociais sob novos paradigmas inspiradores das ações coletivas, muitos deles construídos a partir de ideais e utopias já bem antigas, como o socialismo libertário, o anarquismo, os autonomistas; e outros, com posições adversas, como os neoliberais ou o retorno do conservadorismo. Os movimentos clássicos sentem a pressão para se renovarem sob a égide da sociedade contemporânea com seus problemas, lutas políticas, desafios, novos recursos comunicacionais e tecnológicos, e se redesenham formando “frente<sup>227</sup>” (GOHN, 2019, p. 257-258, destaque da autora).

As questões apresentadas por Gohn reforçaram a inquietação sobre os “sujeitos proeminentes” do campo e sobre o persistente discurso de ausência de liderança. De fato, os elementos que surgiram durante a presente pesquisa, sobretudo nas entrevistas com ativistas, não parecem indicar uma liderança nos mesmos termos das tradicionais lideranças de partidos de massa, lideranças de associações de moradores ou aquelas de certas organizações de movimentos sociais mais estruturadas e formalizadas. Ainda que existam estruturas internas mais ou menos formais, como Grupos de Trabalho, Diretorias e mesmo Liderança-Presidência, os dados indicam que os coletivos tendem a buscar formas consensuais de decisões internas, o que nos permite percebê-los como experiências marcadas por processos horizontalizados e descentralizados de tomada de decisões internas.

A partir disso, passamos a analisar quais eram os sentidos do significante *liderança* nos coletivos, pois, ao que tudo indicava, a sua recusa se baseava em certo conjunto de significados mobilizados pelos ativistas na representação discursiva da *liderança* a partir do que eles percebiam em outras organizações societárias. Assim, percebemos que quando recusam a ideia de *liderança*, fazem em referência, por exemplo, a ONG's, a sindicatos, a partidos políticos etc. Isso, contudo, não indica uma completa ausência da *função de liderança* nas estruturas organizacionais dos coletivos, ainda que esta tenha sido construída a

---

<sup>227</sup> Talvez aqui esteja uma das chaves para a compreensão do crescente número de experiências organizacionais autodenominadas “coletivos”. Temos percebido, não apenas no Espírito Santo, que escolas de música e de teatro, companhias de dança e até associações profissionais têm se autodenominando “coletivos”. Conferir também Rocha (2019).

partir de outros significados, como a horizontalidade, o trabalho colaborativo, a descentralização etc.

Com esse movimento teórico-analítico foi possível compreender que a questão não é a ausência de lideranças, e sim a *desconstrução discursiva* de sentidos que se relacionam às ideias sedimentadas desse significante em outras experiências político-organizacionais. Nas duas narrativas a seguir é possível perceber a presença da função de liderança:

Todo mundo fala muito em liderança, mas fala de liderança em negócios. Não pensa que a liderança vai além disso. Liderança ultrapassa todos esses limites aí. Então, quem que vai lá ver a casa que a gente vai ficar? Quem deu a ideia? Quem propõe, põe? Sacou? É isso. Então, tem essa coisa [que] você também tem que se ligar (...). A liderança vem da parte administrativa, pagar contas, toda essa parte administrativa (...). O maior conflito de um coletivo, digamos assim, se você quiser ser organizado, um coletivo que quer se organizar, é definir quem faz o quê (Entrevistado 3. Entrevista cedida no dia 27 de fevereiro de 2019, acréscimo nosso).

Não, alguma hierarquia com certeza vai ter, é uma hierarquia natural. Porque a hierarquia surge do modo seguinte: um coletivo de 10 pessoas, pela minha experiência de atuação em coletivos, já participei em vários, eu noto que se não tiver 1 ou 2 ali que puxam, que não necessariamente são os donos, o topo da hierarquia, mas se não tiver esses 1 ou 2 aí que puxam mesmo a coisa, o coletivo vai esfriando (...). Mas, pensando nesse modo como eu disse, sobre o coletivo que funciona, onde cada um faz as suas coisas e estão conectados de algum modo. Porque assim, desse modo, todo mundo pode fazer muita coisa sozinho, inclusive sem pedir autorização pro outro. Eu acho que isso é uma confiança do coletivo. O coletivo precisa ser formado desse modo, precisa ter confiança em quem faz parte do coletivo (Entrevistado 5. Entrevista cedida no dia 01 de março de 2019).

Essa *desconstrução* é diferente do argumento de ausência de liderança. Corroborando Donati (2015), uma compreensão mais adequada da ideia de *liderança*, que em muito pode nos ajudar na análise sobre os coletivos, deve se atentar para a dimensão relacional das interações espaçotemporalmente inscritas entre os sujeitos (ativistas/grupo) e entre estes e os seus exteriores constitutivos. Ao construírem suas experiências coletivas, face às relações diferenciais com outras formas organizacionais do mundo do trabalho e da ação política, os sujeitos mobilizam sentidos diferentes daqueles comuns às lideranças de estruturas organizacionais mais rígidas e centralizadas em um ou em poucos indivíduos, como um partido político, um sindicato, uma empresa típica e mesmo certas organizações de movimentos sociais com maior grau de formalização. Na questão, portanto, não se trata da ausência radical ou abolição das funções de liderança, mas de uma ação reflexivo-estratégica de ressignificação dos sujeitos. Nessa ressignificação, a *liderança* deixa de ser algo delegado ou obtido por meio de processos institucionais – como eleições, por exemplo – ou sedimentado em atributos pessoais – como o carisma, a oratória, o capital político etc. –,

tampouco é elaborada a partir da relação líder-seguidores. Os sentidos de *liderança* indicam mais uma “referência contextual”, uma liderança de caráter circunstancial, relacional e discursivamente desconstruída.

Pensar relacionalmente a *liderança*, inclusive, pode ser uma alternativa teórica interessante na análise das formas de (associ)ativismo contemporâneo que tendem a recorrer a ideia de “líder”. Isso porque, do ponto de vista relacional, o líder, mesmo em seus sentidos mais tradicional e formal, não existe em si mesmo. O que existe, conforme Donati (2015, p. 89), “é uma relação de liderança que emerge de uma rede social”. A estrutura da relação de liderança, portanto, indica que “certas condições ambientais são frequentemente necessárias”.

Além disso, é preciso destacar a ação reflexivo-estratégica dos sujeitos. Da mesma forma que uma pessoa não pode ser líder sem certas qualidades, também não pode sê-lo “sem certa reflexividade interna, que ela incute nas relações sociais com os seguidores” (DONATI, 2015, p. 89). Ou seja, a compreensão da emergência do líder deve considerar tanto o contexto estratégico-relacional quanto a reflexividade dos sujeitos em se apresentarem com o intuito de exercê-la, não se considerando apenas as suas capacidades pessoais.

Embora os sujeitos reconheçam certas funções de liderança, inclusive como sendo necessárias à organização do grupo, parece claro que estão reflexivamente desconstruindo os sentidos presentes na típica relação líder-seguidores. Vale também observar, nessas experiências organizacionais, o caráter circunstancial-relacional na emergência da liderança, e não apenas como alternância estratégica ou pragmática entre os ativistas. Esse tipo de função de liderança parece encontrar relação com o momento de maior disponibilidade de determinados ativistas na dedicação ao grupo, tendo mais tempo para responder pelo coletivo, ou na direção da execução de uma ação ou projeto específico, ainda que a execução venha a ser coletiva. Isso é comum, por exemplo, nos casos em que um ativista tem um projeto nominal submetido e aprovado junto às políticas de captação de recursos via editais públicos, mas sua execução se processa coletivamente, pelo grupo do qual faz parte ou mediante o convite a um coletivo parceiro: ele passa a exercer uma função de liderança contextual e estrategicamente inscrita.

A questão, portanto, pode estar na diferença semântica, nas formas como os sujeitos – ativistas e analistas – têm significado a ideia de *liderança*. Se, como analistas, a compreendermos de forma rígida, centralizada em um ou poucos indivíduos a partir de estruturas formais e hierarquizadas, não a encontraremos nas experiências coletivas contemporâneas, o que não significa, necessariamente, uma ausência radical de significados e

funções de liderança no interior desses fenômenos. O que percebemos é que a busca por novas experiências organizacionais, de participação política e de socialização tem levado os sujeitos a desconstruírem esses significados de *liderança*, dando forma ao que estamos a denominar como *liderança ausente*.

Na construção dessa liderança, os sujeitos estruturam aquilo que Desouza (2012) designa como “ideologia coletiva”<sup>228</sup> ao analisar diferentes coletivos de mulheres na Índia. Trata-se de um discurso coletivo evocado a partir de um conjunto de valores diretamente relacionados ao fortalecimento da lealdade, horizontalidade, solidariedade e compromisso intrassujeitos e entre os sujeitos e o coletivo:

(a) Um conjunto de valores fundamentais, identificados pelo grupo, que orienta as atividades da organização. Os valores centrais que também asseguram a manutenção da ideologia da organização.

(b) A adoção de uma abordagem holística, em que os indivíduos que compõem a organização são considerados tão importantes quanto a própria organização, a qual ajuda a fortalecer o laço coletivo, propagar o espírito coletivo e possibilitar o funcionamento coletivo.

(c) Na organização coletiva, o indivíduo e o grupo estão inter-relacionados e, como resultado, todo indivíduo é importante para o grupo. A *construção de equipes*<sup>229</sup>, portanto, é um componente importante da organização coletiva. O foco nos exercícios de construção de equipe (I) ajuda na construção de laços entre os membros, (II) permite que os membros se familiarizem com o *background* e a ideologia de todos os membros, (III) confrontem opiniões diferentes, personalidades e outros conflitos interpessoais que possam surgir e (IV) permite que os membros localizem e articulem suas próprias necessidades dentro dos objetivos maiores da organização (DESOUZA, 2012, p. 388, destaques nossos).

Eis os pontos que temos percebido nesse processo contemporâneo de construção coletiva – que muitas vezes resultam de uma posição crítica às experiências associativas anteriormente vivenciadas pelos sujeitos: os ativista (I) tendem a valorizar o *compartilhamento de ideias* enquanto forma de descentralização da informação e de enriquecimento do aprendizado coletivo; (II) buscam *reforçar os laços afetivos*, percebidos como importantes no processo de formalização das relações entre eles; (III) sustentam a

<sup>228</sup> A ideia de “ideologia coletiva” é mobilizada para destacar que essas novas coletividades buscam uma lógica de organização, de socialização e de aprendizagem entre os sujeitos, que vão desde as ações políticas e/ou profissionais ao acolhimento afetivo-solidário como elemento inerente à organização do grupo. Percebemos uma leitura similar na ideia de “acolhimento como ativismo” (MONACO, 2020). Ao analisar um coletivo bissexual, Monaco destaca o “acolhimento” como uma forma de ativismo relacionada às “estratégias adotadas para criar redes de sociabilidade e solidariedade para a promoção da saúde de pessoas bissexuais através do apoio mútuo” (p. 240). Ainda nesse sentido, o “acolhimento como ativismo” estrutura “iniciativas que, mais do que reivindicar direitos ou políticas públicas, se concentram primordialmente em criar espaços seguros de convivência e trocas entre pessoas bissexuais” (p. 229). A ideia é a “construção de laços afetivos e de identificação entre membros e participantes das ações do coletivo através da criação de espaços de convivência” (p. 240).

<sup>229</sup> No original, o termo surge como *Team building*. Refere-se a vários tipos de atividades direcionadas ao aprimoramento das relações sociais de um determinado grupo, bem como à definição de papéis dentro do grupo, frequentemente envolvendo tarefas colaborativas.



importância do *trabalho colaborativo* como uma maneira de potencializar a criação e o fortalecimento das decisões consensuais, ainda que apresentem divisões internas e um grau maior de formalização; (IV) defendem o *princípio da autonomia da ação* de seus membros, desde que não vá de encontro aos (V) *princípios coletivos*; e, objetivando a construção de (VI) *espaços de vivência*, de (VII) *trabalhos destituídos de hierarquia* e da ideia forte da (VIII) *liderança*, tendem a desconstruir os sentidos sedimentados de representação (formal) e de delegação (vertical) – justamente aqueles comumente impressos às ideias de “liderança” e “burocracia”.

É nesse sentido que compreendemos que a liderança deve ser analisada nas e a partir das relações em curso, tornando-se uma *liderança ausente*, ainda que necessária à organização. Dizer que é necessária, no entanto, difere do argumento da “Lei de ferro das oligarquias”, de Michels (2001). A função de liderança é uma necessidade contingente, como destacam os próprios ativistas, no processo de organização e mobilização da ação e na construção de um padrão mínimo de estruturação do trabalho coletivo. No entanto, torna-se *ausente* (não necessária) diante da ação reflexivo-estratégica dos sujeitos no processo de desconstrução discursiva de organizações com alto grau de burocratização, hierarquização e centralização nos processos de tomada de decisões internas.

### 8.3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E DE INTERAÇÃO COM O ESTADO

Como antecipamos no quarto capítulo, os coletivos culturais apresentam uma diversidade de demandas de caráter político, social, cultural e profissional. Diante disso, e para evitar uma análise generalista pouco atenta à diversidade de coletivos culturais, construímos tipologias das ações estratégicas e destacamos as experiências de mobilização e de interação desses grupos com a esfera estatal.

#### 8.3.1 Tipologia das ações estratégicas

Embora todos se autodenominem como coletivos culturais, observamos que são diversas as experiências de ação entre os 55 grupos pesquisados. O primeiro passo no sentido de verificar a existência de diferentes tipos de ações estratégicas foi compreender os motivos pelos quais os coletivos foram criados. Para isso, indagamos sobre “Quais os objetivos/missões do coletivo (demandas pelas quais atua o coletivo)?”.

Ao todo, foram registradas 384 ocorrências de demandas. O tratamento analítico inicial nos permitiu reduzir essas ocorrências em 102 categorias primárias<sup>230</sup>. Na sequência, reagrupamos os dados em 17 categorias assumidas como tipos de ações estratégicas dos coletivos. Por fim, em um terceiro processo de agrupamento, elaboramos 6 tipos relativamente distintos de ações estratégicas dos coletivos, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 6 – Tipologias das Ações Estratégicas dos Coletivos**

<b>Ações Estratégicas</b>	
<b>Ativismo Político Amplo</b>	Ações políticas para além do campo artístico-cultural, tais como feminismo, racismo, diversidade sexual, pautas de sujeitos que vivem em áreas de periferia e participação política.
<b>Políticas Públicas</b>	Ações voltadas à promoção/reinvidicação de políticas públicas específicas, tais como política pública de cultura, política pública voltada à juventude, políticas educacionais e políticas de esporte e lazer.
<b>Empreendedorismo Cultural</b>	Ações direcionadas à geração de emprego e renda, especificamente para o setor artístico-cultural local. Esses coletivos comumente agem a partir da promoção da Economia Solidária, Economia Criativa, ações que visam o fortalecimento do empreendedorismo de artistas e coletivos.
<b>Classe Artística e Cena Cultural</b>	Ações voltadas à formação artística e à construção/fomento de espaços, momentos e experiências de sociabilidade e cooperação entre artistas e coletivos.
<b>Expressões Artísticas</b>	Ações que buscam promover a arte e a cultura por meio da realização de eventos, da construção de estruturas e redes que viabilizem a difusão artístico-cultural, considerando as suas múltiplas linguagens e as possibilidades de experimentação, educação e vivências artístico-culturais.
<b>Memória e Cultura Local</b>	Ações que promovem a cultura e o patrimônio capixaba.

Fonte: elaboração própria.

Dissemos que o processo final de agrupamento nos permitiu construir 6 tipos relativamente distintos de ações estratégicas porque compreendemos que alguns tipos poderiam ser mesclados devido aos sentidos mais ou menos próximos, como “Ativismo Político Amplo” e “Políticas Públicas”, assim como “Classe Artística e Cena Cultural” e “Expressões Artísticas”. No entanto, a redução das informações em um número menor de categorias poderia representar uma perda de especificidade referente às ações estratégicas dos coletivos. Cumpre também destacar que os 6 tipos de ações estratégicas não são mutuamente excludentes. Isso porque, ao analisamos as informações fornecidas pelos coletivos, percebemos que os grupos comumente mobilizam mais de um tipo de ação estratégica. O

<sup>230</sup> O total e a frequência das ocorrências por tipologias e o processo de categorização podem ser conferidos no Apêndice G – Construção da Tipologia das Ações Estratégicas dos Coletivos Culturais.

reflexo disso é que apenas 9 coletivos indicaram apenas um tipo de ação estratégica, o que representa 16,3% do total dos casos ( $N_{\text{total}}=55$ ):

**Tabela 23 – Total de coletivos com tipo específico de Ação Estratégica**

	Tipos de Ações Estratégicas		Número
	Somente um tipo	Expressões Artísticas	
Políticas Públicas			1
Empreendedorismo Cultural			1
Total			9

Os casos são, respectivamente: Lacarta Circo Teatro, Fação In-Versa, Folgazões, Pelas Ruas, Boi Amigo, Núcleo de Arte e Cultura (IFES – São Mateus), Trio Fogumano, Sama Break Kids e Associação dos artesãos de Conceição da Barra.

Fonte: elaboração própria.

Observamos, também, que outros 26 coletivos (47,3%) indicaram dois tipos de ações estratégicas:

**Tabela 24 – Total de coletivos com dois tipos específicos de Ação Estratégica**

	Tipos de Ações Estratégicas		Número
	Com dois tipos	Expressões Artísticas	Classe Artística e Mercado Cultural
Ativismo Político Amplo		Políticas Públicas	4
Expressões Artísticas		Memória e Cultura Local	3
Expressões Artísticas		Ativismo Político Amplo	3
Empreendedorismo Cultural		Classe artística e Mercado Cultural	3
Ativismo Político Amplo		Expressões Artísticas	2
Ativismo Político Amplo		Classe artística e Mercado Cultural	2
Empreendedorismo Cultural		Expressões Artísticas	1
Expressões Artísticas		Políticas Públicas	1
Políticas públicas		Memória e Cultura Local	1
Ativismo Político Amplo		Empreendedorismo Cultural	1
Total			26

Fonte: elaboração própria.

Os 20 coletivos restantes, que correspondem a 36,3% do total, apresentam três ou mais tipos de ações estratégicas. Na tabela 25, a seguir, temos o total de ocorrências e a porcentagem segundo os 6 tipos:

**Tabela 25 – Tipologia das Ações Estratégicas**

Tipologias	Respostas	
	Número	%
Expressões Artísticas	135	35,2
Ativismo Político Amplo	109	28,4
Classe Artística e Mercado Cultural	48	12,5
Políticas Públicas	40	10,4
Empreendedorismo Cultural	37	9,6
Memória e Cultura Local	15	3,9
Total	384	100%

Fonte: elaboração própria.

Como observamos, as ocorrências se concentraram nos tipos “Expressões Artísticas” (35,2%) e “Ativismo Político Amplo” (28,4%), sugerindo que a maior parte dos coletivos alcançados pela pesquisa tende a atuar tanto na promoção de eventos e difusão artístico-cultural quanto na promoção de demandas/ações políticas de caráter mais amplo e, em alguns casos, de caráter inteseccional, tais como a “defesa de pautas/ agendas da comunidade/periferia”, “defesa de pautas/ agendas feministas”, “defesa de pautas/ agendas afro-brasileiras”, “fortalecimento da democracia e dos direitos humanos”, dentre outras.

Vale também destacar que, se agrupássemos “Ativismo Político Amplo” e “Políticas Públicas”, teríamos uma porcentagem de 38,8% de atuações que poderíamos denominar como “caráter político da ação”, o que reforça a leitura da atuação política dos coletivos culturais e torna ainda mais clara a relação entre arte-cultura e política nas experiências desses grupos.

### **8.3.2 Estratégias de mobilização dos coletivos**

As redes sociais *online* e as novas tecnologias de comunicação têm recebido destaque nas análises sobre os processos de mobilização e articulação dos coletivos (Cf. MAIA, 2013; GOHN, 2017; 2019; THIBES *et al.* 2020). Pelo menos dois eixos analíticos podem ser percebidos a partir dessas abordagens.

Um deles indica que os coletivos, assim como as demais experiências organizacionais contemporâneas, são fenômenos inerentes às “sociedades em rede” (CASTELLS, 2013). Estruturada em redes distribuídas de comunicação, a comunicação digital estaria alterando o fluxo de comunicação e permitindo que diferentes segmentos sociais participem do debate público por meio do processo de autocomunicação de massa (GOHN; PENTEADO; MARQUES, 2020). O outro eixo tende a sustentar que a importância das redes sociais, para os coletivos, encontra correlação com (I) a falta de espaço na cobertura midiática dos veículos convencionais de comunicação e/ou com a (II) recusa política dos coletivos nas interações com a mídia convencional (ANDRADE, 2017; ASSIS, 2018).

Em ambos os eixos, é possível encontrar argumentos da “conectividade”, que pode ser compreendido como uma forma especial de compartilhamento de ideais comuns e de processos de mobilização e de ação, sem a necessária mediação de estruturas organizacionais tradicionais, sejam elas político-partidárias, sejam societárias. A “conectividade” pode ser compreendida de forma mais radical a partir do conceito de ação conectiva em Bennett e Segerberg (2012), para os quais, mais do que processos de estruturação da mobilização e da

ação por meios de redes sociais *online*, compreendidos apenas como recursos mobilizados pelos sujeitos, a ação conectiva indica uma forma especial de ação pautada nos novos padrões de comunicação personalizada e de relações interpessoais.

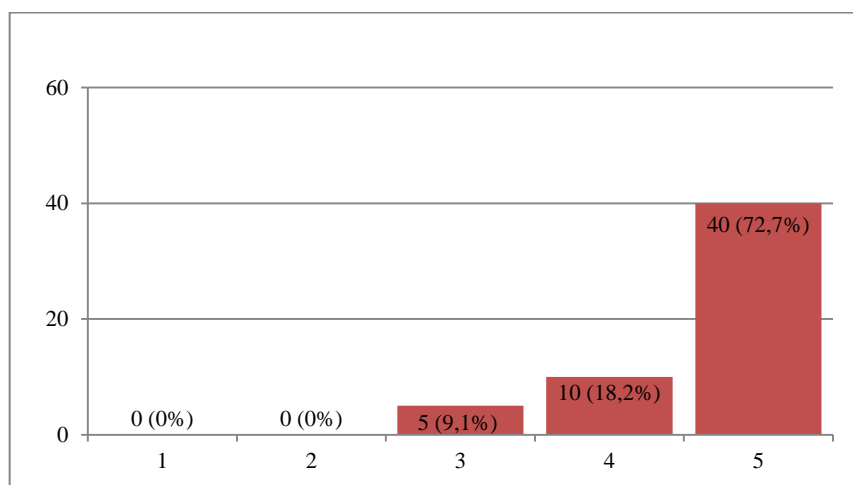
Nesses termos, mais do que reconfigurações sociais promovidas pelas novas tecnologias, pelo grande volume de compartilhamentos de conteúdo e informações promovido pela crescente presença da internet e de aparelhos móveis na vida cotidiana dos sujeitos, a ação conectiva sustenta que as sociedades contemporâneas, nas quais as “organizações formais estão perdendo o controle sobre os indivíduos, e os laços grupais têm sido substituídos por redes sociais fluidas e em larga escala”, as novas redes podem “operar de maneira importante por meio dos processos organizacionais das mídias sociais” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 748). Isso porque, ainda segundo esses autores,

(...) a sua lógica não exige um forte controle organizacional ou a construção simbólica de um 'nós' unido. A lógica da ação conectiva, sugerimos, implica uma dinâmica própria e, portanto, merece análise em seus próprios termos analíticos (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 748).

Como argumentamos em outra oportunidade (MARQUES; MARX, 2020), concordamos com Gohn (2017; 2019), Andrade (2017) e Assis (2018) com relação ao argumento de que as novas experiências organizacionais, como os coletivos, se valem mais centralmente da internet e de suas tecnologias que qualquer outra organização societária anterior, fazendo delas seus principais canais de comunicação no processo de mobilização dos ativistas e apoiadores. Esse é um dado importante que encontramos na pesquisa.

Ao serem questionados sobre o uso e a importância das redes sociais para a ação e/ou mobilização, observamos que todos os 55 coletivos informaram fazer uso recorrente das redes sociais, e que para cerca de 70% deles as redes sociais são de suma importância para a ação e/ou mobilização do grupo:

**Gráfico 8 – Escala de importância das redes sociais para ação/mobilização do coletivo**



Fonte: elaboração própria

É inegável a importância da internet e suas tecnologias para as organizações societárias e políticas. Inclusive, como abordamos no quarto capítulo, as mudanças promovidas e/ou potencializadas pela ampliação do uso da internet no Brasil, a partir de finais dos anos 1990, foram determinantes para uma mudança nas condições estruturais de emergência dos coletivos contemporâneos.

No entanto, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre esses dados – o que escapa às possibilidades da presente pesquisa – para afirmarmos que, em países como o Brasil, ainda com consideráveis deficiências no acesso à internet e forte desigualdade social<sup>231</sup>, estejamos vivenciando uma era de “democracia digital”. Pelos mesmos motivos, tampouco podemos indicar que, hoje, a internet e suas tecnologias – a despeito do uso crescente de *smartphones* e serviços *online* diversos – tenham promovido uma nova cultura social, política e organizacional no sentido indicado pelo conceito de “ação conectiva”.

Apesar da crescente importância da comunicação e de estratégias *online*, os dados da pesquisa também indicaram a relevância, enquanto parte das estratégias de mobilização e ação dos coletivos, dos mecanismos convencionais de comunicação e das redes e articulações tidas como tradicionais. A tabela 26, a seguir, reúne dados sobre os mecanismos utilizados pelos coletivos como forma de divulgação de suas ações. Ao todo, foram registradas 163

<sup>231</sup> Segundo os dados da pesquisa TIC Domicílios 2018, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), embora o acesso à internet de banda larga tenha crescido no Brasil, nos últimos anos e entre todas as classes sociais, atingindo 67% dos domicílios brasileiros, ainda há um descompasso significativo desse acesso entre as classes sociais. As classes sociais AB apresentam mais de 94% dos domicílios com acesso à internet, essa porcentagem cai para 76% entre a classe C e para 40% entre as classes DE. A pesquisa integral pode ser conferida no site da instituição. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em:

ocorrências – não houve diferenças significativas entre os dois conjuntos de coletivos ( $N_{=32}$  e  $N_{PRCJ=23}$ ):

**Tabela 26 – Mecanismos utilizados pelos coletivos como forma de mobilização e divulgação**

	Ocorrências	Agrupamento	Ocorrências	%
<i>Webpages</i>	3	Mídia Online (Web e Redes Sociais)	69	42,3
Redes sociais	66			
TV	8	Mídia Convencional	36	22,1
Rádio	11			
Imprensa/ Jornais locais	17			
Fôlders/ <i>Flyers</i> / Panfletos/ Cartilhas	10	Materiais Impressos Próprios	26	16,0
Cartazes/ Lambes/ <i>Stickers</i> / <i>Banners</i>	9			
Convites	1			
Revistas	1			
Impressos em geral*	5			
Contatos com Assessoria de Imprensa	2	Redes/Articulações Formais e Informais de Comunicação	22	13,5
Redes locais (juventude/artistas/ativistas)	7			
Contatos pessoais (“boca a boca”)	13			
Rádio Comunitária	3	Comunicação Comunitária	9	5,5
Carro e/ou Bicicleta de som	6			
NS/NR	1	--	1	0,6
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>--</b>	<b>163</b>	<b>100%</b>

\* Não definido

Fonte: elaboração própria.

Como observamos, a “Mídia Online” reuniu 42,3% das ocorrências. Vale também destacar, novamente, que “Redes Sociais” foi indicada por todos os 55 coletivos. Igualmente relevante é a indicação da “Mídia Convencional” por 22,1%. Quando reagrupamos os dados para destacar apenas três tipos de mecanismos/recursos utilizados pelos coletivos, observamos que 38% informam mecanismos/recursos tradicionais de comunicação (Mídia Convencional e Materiais Impressos Próprios), além de 19% indicarem estratégias clássicas de mobilização e ação por meio de redes e articulações locais (Tabela 27).

**Tabela 27 – Mecanismos utilizados pelos coletivos como forma de mobilização e divulgação de suas ações (respostas agrupadas)**

	Ocorrências	%	Reagrupamento	Ocorrências	%
Mídia Online (Web e Redes Sociais)	69	42,33	Mídia Online (Web e Redes Sociais)	69	42,33
Mídia Convencional	36	22,09	Mecanismos/Recursos Tradicionais de Comunicação	62	38,04
Materiais Impressos Próprios	26	15,95			
Redes/Articulações de Comunicação	22	13,50	Estratégias Clássicas de Mobilização e Ação	31	19,02
Comunicação Comunitária	9	5,52			
NS/NR	1	0,61	NS/NR	1	0,61
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100%</b>	--	<b>163</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Esses dados nos levam a ponderar os argumentos que tendem a conferir forte peso analítico à internet na discussão sobre o caráter de novidade das novas formas de organização e associativismo contemporâneos. Como argumentamos em outro trabalho (MARQUES; MARX, 2020), estamos a pensar a internet e suas tecnologias a partir da ideia de um novo recurso nas estratégias de mobilização e ação das ações coletivas no atual contexto. Afinal, trata-se de uma nova tecnologia disponível às organizações societárias que tende a ser um repertório modular (TARROW, 2009, pp. 49-65) nas estruturas de mobilização, isto é, uma ferramenta/estratégia que, uma vez (re)conhecida ao longo do tempo e pelas experiências de ações coletivas, tende à rotinização – justamente o que ocorreu com outras, como greves, boicotes, notas de repúdio etc. Além disso, essa importância, certamente, tende a não se limitar aos coletivos ou às demais ações coletivas recentemente verificadas.

Não se trata, portanto, de um elemento suficiente para indicar um novo fenômeno, e sim a mobilização de novas tecnologias disponíveis na disputa pelos enquadramentos interpretativos (MCADAM, MCCARTHY, ZALD, 1999). Por essa leitura, não há dúvidas que a internet tem proporcionado ou intensificado as disputas pelos enquadramentos entre os coletivos e a mídia convencional, ou entre agentes societários conflitantes (movimentos de



direita e movimentos de esquerda, por exemplo). Nessas disputas discursivas sobre os sentidos do social<sup>232</sup>, a internet e suas tecnologias têm sido fundamentais no processo de convencimento e de organização de uma base de apoio às diferentes organizações. Mas essa disputa através da mobilização de tecnologias disponíveis não é, em si mesma, um fato novo nas estratégias das ações coletivas.

A novidade (ressignificada) em questão, tal como se percebe nas ações de coletivos de comunicação<sup>233</sup>, ou, de forma mais ampla, pela ideia de “mídia tática<sup>234</sup>”, é que estas ações vão além do objetivo clássico de atrair a atenção da grande mídia como uma forma de enquadrar um contexto e disputar as narrativas. As estratégias de mobilização e ação dos coletivos contemporâneos têm demonstrado que, no atual contexto das “sociedades em rede”, tão ou mais importante que o acesso à grande mídia é a construção de narrativas independentes por meio de mídias alternativas e politicamente orientadas (GARCIA; LOVINK, 1997; ANDRADE, 2017).

Dissemos novidade resignificada porque estamos a considerar que, pelo menos desde o início do século XIX, essa estratégia de mobilização e ação já era percebida nas experiências dos movimentos operários, especialmente na produção de seus próprios meios de comunicação, para informar e mobilizar seus membros e apoiadores. Outro exemplo, mais atual, são as rádios comunitárias nas periferias brasileiras (ainda hoje mobilizadas), as quais já atuavam, em sentido similar, pelo menos desde a década de 1970. A novidade, certamente, encontra-se na facilidade e na capacidade de atingir um maior número de pessoas em tempo real, o que se tornou possível tanto pela expansão da internet quanto pela crescente importância que as redes sociais e o *ciberativismo* têm demonstrado, seja para os analistas, seja para os ativistas (CASTELLS, 2013).

---

<sup>232</sup> Atribuir sentido é interpretar o contexto, avaliá-lo, identificando problemas, atribuindo responsabilidades e apontando possíveis soluções. A construção de enquadramentos interpretativos é essencial tanto para a compreensão da mobilização por parte dos analistas, como a ação e mobilização por parte dos sujeitos coletivos (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

<sup>233</sup> Para uma leitura específica sobre os coletivos de comunicação, conferir Andrade (2017) e de Assis (2018).

<sup>234</sup> Com destaque David Garcia e Geert Lovink (1997, *s/p*, destaque dos autores) no clássico artigo-manifesto intitulado “The ABC of Tactical Media”, “Mídia tática é o que acontece quando a mídias baratas do tipo ‘faça você mesmo’, possibilitadas pela revolução na eletrônica de consumo e formas expandidas de distribuição (do cabo de acesso público à internet), são exploradas por grupos e indivíduos que se sentem oprimidos ou excluídos da cultura dominante. A mídia tática não se limita a relatar eventos; como nunca é imparcial, ela sempre participa e é isto que, mais do que qualquer outra coisa, a separa da mídia mainstream”. Trata-se, nas palavras dos autores, de uma “mídia de crise, crítica e oposição”. Ela surge entre finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 com esta característica, disputando os enquadramentos interpretativos com a grande mídia, destacando sua imparcialidade. Potencializada pelo avanço das tecnologias de comunicação, pelo ideário alternativo – mas a mídia tática, segundo os autores, não se limita a ideia de “mídia alternativa” –, hoje, um *smartphone*, internet e uma narrativa, essa mídia se apresenta de forma plural, acessível e flexível (GARCIA; LOVINK, 1997).

### 8.3.3 Ação e interações com o Estado

Além das formas de mobilização, também buscamos compreender com quais agentes os coletivos se relacionam e quais são suas experiências de ação institucional e extrainstitucional. Para isso, inicialmente perguntamos se o coletivo desenvolve ou já desenvolveu ações conjuntas/colaborativas com alguma das instituições estatais, societárias e econômicas pré-identificadas – além da opção de “outros”. Pelo menos dois pontos podem ser destacados a partir dos dados a seguir (Tabela 28):

**Tabela 28 – Ações conjuntas/colaborativas dos coletivos e setores de interação\***

	N <sub>=32</sub>		Setores de interação	N <sub>=32</sub>		N <sub>PRCJ=23</sub>	
	Respostas			Respostas		Respostas	
	Ocorrências			Ocorrências	%	Ocorrências	%
Coletivos/Grupos Culturais	47	36	Societário	89	62,7	70	62,5
Movimentos Sociais	23	19					
ONG's	11	10					
Instituições Religiosas	6	4					
Sindicatos	2	1					
Esferas de Governo (Federal, Estadual, Municipal)	18	14	Estatal	19	13,4	17	15,2
Ministério Público	0	3					
Partidos Políticos	1	0					
Instituições de Ensino*	17	12	Instituições de Ensino	17	12,0	12	10,7
Empresas	10	8	Econômico	14	9,9	12	10,7
Fundações privadas	4	4					
Ausência de Ações Conjuntas/Colaborativas	3	1	Ausência de Ações Conjuntas/Colaborativas	3	2,1	1	0,9
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>112</b>		<b>142</b>	<b>100%</b>	<b>112</b>	<b>100%</b>

\* O questionário não distinguia Instituições de Ensino Públicas e Privadas, o que inviabilizou a inclusão de “Universidade” no setor Esfera Estatal.

Fonte: elaboração própria.

O primeiro dos pontos é que não há elementos suficientes para indicar claras diferenças entre os dois grupos de coletivos (N<sub>=32</sub> e N<sub>PRCJ=23</sub>) no que diz respeito às experiências de ações conjuntas/colaborativas. Ambos os grupos indicaram que a maior parte dessas experiências ocorre com instituições societárias, representando pouco mais de 60% do total de ocorrências. Ainda que considerássemos a opção “Instituições de Ensino” como setor Estatal, considerando a possibilidade de que essas instituições sejam públicas, a soma não representaria 50% do total referente ao setor Societário. O segundo ponto a ser destacado é que apenas 4 coletivos informaram não terem estruturado nenhum tipo de ação conjunta/colaborativa, sendo 3 do grupo N<sub>=32</sub> e 1 do N<sub>PRCJ=23</sub>.

A partir desses dados, podemos inferir que os coletivos atuam por meio de redes que podem envolver agentes de diferentes setores, mas com maior tendência de articulações com organizações societárias, especialmente outros coletivos, grupos artístico-culturais e movimentos sociais.

A segunda pergunta buscou identificar as experiências dos coletivos com ação em espaços estatais de participação. Conforme a tabela a seguir, cerca de 70% do total de 55 coletivos informou participar ou já ter participado de espaços institucionais – não houve diferenças quando consideramos os dois grupos separadamente ( $N_{=32}$  e  $N_{PRCJ=23}$ ).

**Tabela 29 – Experiências e Espaços de Participação Institucional ( $N_{total=55}$ )**

Espaços Institucionais	Resposta Multidimensional		Com ou sem atuação em Espaços Institucionais	Resposta Unidimensional	
	Ocorrências	%		N	%
Audiências Públicas	<b>30</b>	20,7	Com atuação em Espaços Institucionais	<b>40</b>	72,7
Conferências de Políticas Públicas (Ex: Conferências de Cultura, Conferência da Promoção da Igualdade Racial etc.)		20,0			
Conselho Gestor de Políticas Públicas (Ex: Conselho de Política Cultural, Conselho de Direitos Humanos)		17,2			
Fórum ou Comissão de Políticas Públicas		12,4			
Conselhos de Programas (Ex: Conselho de um programa/política pública específica do Estado)		6,9			
Conselhos Consultivo, Deliberativo ou Administrativo (estatais ou empresariais) (Ex: Conselhos de gestão de museus, de galerias de arte etc.)		6,2			
Orçamento Participativo		3,4			
Ações específicas com o Poder Público Local		2,1			
Sessão solene em Câmara Legislativa		0,7			
O coletivo nunca atuou em nenhum espaço institucional de participação		<b>15</b>			
<b>Total</b>	<b>145</b>	100%	<b>Total</b>	<b>55</b>	100%

Fonte: elaboração própria

Considerando a natureza multidimensional da questão, com 145 ocorrências, as Audiências Públicas, as Conferências de Políticas Públicas e a participação em Conselhos Gestores de Políticas Públicas se destacaram como os principais espaços institucionais de participação mobilizados pelos coletivos, representando 57,9% do total de respostas.

Esses dados reforçam o argumento de que, embora críticos aos espaços institucionais, os coletivos não desconsideram a ação institucional como parte dos seus repertórios de ação política, o que envolve a estruturação de relações conjuntas/colaborativas com o Estado. Como discutimos ao longo da tese, as relações com as instituições estatais evidenciam a

reflexividade e a ação estratégica dos sujeitos sobre as possibilidades de geração de ativismo a partir do interior das próprias instituições. Em meio às ações para inserir suas demandas como parte da agenda política, bem como na busca por mudanças ou, ainda, pela criação de espaços institucionais de participação, os coletivos também orientam a sua ação por meio do envolvimento crítico com as instituições, indo muito além das limitadas concepções relacionistas entre as esferas institucional e societária. Ou seja, ao contrário de uma ação que se apresenta como radicalmente contrária às instituições, esse tipo de envolvimento institucional evidencia uma estratégia que combina “luta parlamentar e extraparlamentar em uma batalha comum para transformar a configuração de poder dentro do marco institucional” (MOUFFE, 2014, p. 87).

Isso nos leva a reafirmar a crítica voltada à inadequada compreensão de uma ação “política institucionalizada”, que seria própria de organizações e grupos políticos, e de uma ação “política não-institucionalizada”, antevista como inerente aos agentes societários (Cf. GOLDSTONE, 2003; BANASZAK, 2005; ABERS; VON BÜLOW, 2011). Ao contrário de uma negação radical das instituições ou de uma simples cooptação institucional, a ação multiposicionada dos agentes societários é, tendo em vistas as facilidades e restrições de ação sobre os mecanismos estratégico-seletivos estatais, relacional e estrategicamente orientada.

Além das experiências de ação em espaços de participação institucional, também buscamos identificar outros repertórios de ação e de interação dos coletivos. Para isso, fizemos a seguinte pergunta: “O coletivo realiza/participa ou já realizou/participou de algumas das ações a seguir como forma de atuação ou encaminhamento de reivindicações e proposições?”. Ao todo, observamos 309 ocorrências, informando treze formas de ação mobilizadas pelos coletivos para encaminhamento de suas reivindicações. Vale destacar que as respostas não são mutuamente exclusivas, e que apenas 5 coletivos indicaram apenas uma forma de ação:

**Tabela 30 – Formas de ação para encaminhamento de reivindicações e proposições**

	Respostas	
	Ocorrências	%
Participação em mesas/debates em eventos promovidos por instituições públicas ou privadas	39	12,6
Reuniões com autoridades públicas	33	10,7
Concessão de entrevistas	30	9,7
Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com movimentos sociais	29	9,4
Manifestos	27	8,7
Abaixo-assinados	25	8,1
Manifestações públicas	23	7,4
Envio de ofícios a órgãos públicos ou empresariais	23	7,4
Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com ONG's	21	6,8
Publicação de artigos em jornais	19	6,1
Ocupações	17	5,5
Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com políticos eleitos	11	3,6
Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com partidos políticos	6	1,9
Não/nenhuma	6	1,9
Total	309	100%

Fonte: elaboração própria.

Como observamos, são diversos os repertórios de ação e interação dos coletivos, envolvendo desde abaixo-assinados e articulações com partidos políticos, a ocupações e debates em eventos acadêmico-científicos. Vale também destacar que apenas 6 coletivos informaram não terem realizado ou participado de alguma ação como forma de encaminhamento de reivindicações e proposições, o que representa 10,9% do total ( $N_{\text{total}}=55$ ).

Por fim, indagamos sobre as experiências de atuação institucional dos ativistas. Nesta variável, observamos diferenças quando consideramos separadamente os dois grupos de coletivos. Conforme podemos observar nas tabelas 31 e 32, a seguir, os ativistas de coletivos que participaram do PRCJ ( $N_{\text{PRCJ}}=22$ ) indicaram mais experiências na atuação como funcionários da gestão pública, como Agentes Socioculturais e na atuação em Coordenações de projetos ou programas culturais.

**Tabela 31 – Experiências de Atuação Institucional dos Ativistas (N=32)**

	Multidimensional		Com ou sem relação	Unidimensional	
	Ocorrências	%		Nº	%
Atuação como Conselheiro (Cultura ou outros) ou na construção de Conselhos	14	25	Relação com a Esfera Estatal	17	53
Funcionário público ou atuação em Cargos Administrativos e/ou de Gerências em Secretarias, Pastas etc.	13	23			
Atuação em partidos políticos	8	14			
Atuação como Agente Sociocultural (ações/projetos/programas)	5	9			
Atuação na Coordenação de projetos ou programas culturais	4	7			
Nunca exerceu funções ou cargos desta natureza	12	21	Sem relação com a Esfera Estatal	15	47
Total	56	100%		32	100%

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 32 – Experiências de Atuação Institucional dos Ativistas (NPRCJ=22)**

	Multidimensional		Com ou sem relação	Unidimensional	
	Ocorrências	%		Nº	%
Funcionário público ou atuação em Cargos Administrativos e/ou de Gerências em Secretarias, Pastas etc.	13	30	Relação com a Esfera Estatal	19	86
Atuação como Conselheiro (Cultura ou outros) ou na construção de Conselhos	10	23			
Atuação como Agente Sociocultural (ações/projetos/programas)	8	18			
Atuação em partidos políticos	5	11			
Atuação na Coordenação de projetos ou programas culturais	5	11			
Nunca exerceu funções ou cargos desta natureza	3	7	Sem relação com a Esfera Estatal	3	14
Total	44	100%		22	100%

Fonte: elaboração própria.

Quando consideramos se já tiveram ou não relação com a Esfera Estatal (unidimensional), os dados se mostram mais objetivos na distinção entre os dois grupos, indicando que 86% dos ativistas de coletivos que participaram do PRCJ têm ou já tiveram atuação institucional, contra 53% dos ativistas de coletivos que não participaram do PRCJ. Esse dado reforça o que temos argumentado sobre a importância das interações em torno do PRCJ para que os ativistas e os coletivos pudessem estruturar novas relações com a esfera institucional, evidenciando o que temos discutido em termos “aprendizagem institucional”.

Como argumentamos quanto aos efeitos mútuos dos agenciamentos, destacando tanto as *raízes institucionais da ação coletiva* (efeitos institucionais sobre os agentes societários) quanto as *raízes societárias da ação estatal* – a presença, direta ou indireta, da ação dos agentes societários na e sobre a estrutura institucional (*efeitos de deslocamento*) –, percebemos que os agentes societários operam um duplo movimento: ao mesmo tempo que inserem suas experiências e significados nos mecanismos estratégico-seletivos estatais, necessariamente passam a lidar, também, com a linguagem organizacional, administrativa e legal do discurso institucional. Esse fenômeno evidencia o que temos chamado de “mútuo aprendizado institucional”, uma experiência que tende a conferir maior capacidade de atuação institucional e multiposicionada aos sujeitos.

#### 8.4 CONSIDERAÇÕES

Como abordamos em outra oportunidade, embora os coletivos não sejam um fenômeno inerente ao momento presente, a atenção dispensada a essas experiências

societárias só recentemente ressurgiu, no Brasil, como uma nova agenda de pesquisa (GOHN, PENTEADO, MARQUES, 2020). É nesse sentido que abrimos o presente capítulo informando que, além de descrevermos um quadro sobre a atual configuração dos coletivos culturais no Espírito Santo, almejávamos contribuir para os esforços de estruturação do campo de pesquisa sobre o fenômeno, sobretudo, considerando a análise da dimensão organizacional e das estratégias de ação e de interação dos coletivos com o Estado.

Tendo isso em vista, a estratégia analítica consistiu em destacar diferentes aspectos das experiências dos coletivos no contexto espírito-santense, considerando os argumentos comumente presentes nas publicações e debates recentes sobre os coletivos. As análises e reflexões nesse sentido só foram possíveis porque não tomamos um conceito inicial de coletivos para o desenvolvimento da pesquisa. Nossas estratégias metodológica e analítica, ambas construídas a partir da qualificação do projeto de tese<sup>235</sup>, permitiram-nos perceber que a análise dos coletivos, em geral, não pode se limitar a sua objetividade em si, pois se trata de um fenômeno complexo, que se constitui a partir de relações com outras experiências organizacionais em contextos situados.

Na primeira seção, vimos que na atual configuração no contexto local há uma tendência de concentração de coletivos na Região Central do Estado do Espírito Santo, sobretudo na capital Vitória, e no município de São Mateus, Região Litoral Norte. Embora não tenhamos dados suficientes para uma afirmação exata, essa concentração pode indicar a existência de redes locais de coletivos. Seriam necessárias novas pesquisas para verificar essa possibilidade e, sendo confirmada, para avaliar quais os mecanismos que nos ajudariam a compreender esse processo.

Observamos, também, que os coletivos indicam experiências organizacionais constituídas por poucos membros. Contudo, existem grupos autodenominados “coletivos” com traços organizacionais distintos, chegando a contar com mais de cem integrantes. Não queremos dizer, com isso, que o número de membros seja determinante para a distinção entre coletivos e outras organizações societárias. A reflexão analítica, considerando o contexto estratégico-relacional de emergência dos coletivos culturais contemporâneos, informou outro caminho: *a autodenominação como “coletivos” perpassa as relações diferenciais contextualmente inscritas*. Isso significa que a autodenominação como “coletivo” perpassa o

---

<sup>235</sup> Somos gratos aos professores Dr. Marcelo Kunrath, Dra. Monika Dowbor e Dr. Leonardo Granato pelos comentários e indicações no processo de qualificação da tese, sobretudo aqueles respeitantes às possíveis estratégias metodológicas e analíticas acerca dos coletivos. Suas ponderações foram fundamentais nesse processo.

contexto de “crítica à política tradicional”, sobretudo observada entre os anos de 2013 e 2016, e a consequente sedimentação do significante “coletivo” nos discursos político-organizacionais posteriores.

Ainda na primeira seção do presente capítulo, analisamos quais são as principais formas de captação de recursos financeiros dos coletivos. Percebemos que o principal mecanismo para este fim são as Políticas de Incentivo à Cultura (Editais), chegando a apresentar 48,6% das formas de captação ( $N_{\text{PRCJ}=23}$ ). Esse dado reforça o conhecimento sobre a importância das relações socioestatais em torno dessa política pública – como forma de captação de recursos e de promoção artístico-cultural dos coletivos. Isso, contudo, não significa a existência de relações de dependência, clientelismo ou paternalismo na relação Estado-coletivos. Embora essa ligação seja de grande importância, os coletivos mobilizam outras formas de captação de recursos, como Apresentações/Vendas de produtos, Auto-financiamento, Cursos/Oficinas e Patrocínio Direto, que envolve, esse último, o setor privado. Juntos, esses mecanismos representam 45,3% das formas de captação de recursos financeiros.

Com relação à origem da fonte de recursos mobilizada pelos coletivos, percebemos que o setor Estatal é predominante, representando entre 68,6% ( $N_{\text{PRCJ}=23}$ ) e 75% ( $N_{=32}$ ) dos casos, seguido do setor Privado, com 21,6% ( $N_{\text{PRCJ}=23}$ ) a 17,9% ( $N_{=32}$ ). Isso também indica que os coletivos que estruturaram relações com o PRCJ tendem a diversificar mais as suas fontes de captação quando comparados aos coletivos que não se relacionaram com o Programa. Esses dados também reforçam a importância das interações socioestatais para as experiências coletivas analisadas.

Por fim, também consideramos o ano de criação na análise dos coletivos. Isso porque, como informamos, o ano de criação também ajuda a refletir sobre o caráter dinâmico dos coletivos, tendo a literatura os indicado como organizações fluidas, que podem se articular e desarticular com maior facilidade, e criadas recentemente – concordamos com esses pontos quando consideramos a “terceira onda coletiva”, conforme discutido no quarto capítulo. De fato, observamos que os coletivos, em sua maioria, foram criados a partir de 2010, sendo que pouco mais de 30% dos coletivos analisados foram criados entre os anos de 2015 e 2019.

A partir desses dados, bem como considerando a relevância do PRCJ como incubador institucional no processo de emergência de novos coletivos culturais e da estruturação de uma rede de coletivos a partir dessa interação, refletimos sobre o período de experiência do Programa (2009-2013) e a criação e articulação de novos coletivos. Vimos que 23, dentre os



55 coletivos levantados, tiveram relações com o PRCJ, o que representa 41,8% do total de casos. Durante a existência do Programa, observamos a criação de 15 coletivos, o que representa 27,3%. Destes, 8 tiveram relações com o Programa. Os dados quantitativos parecem reforçar os dados qualitativos, discutidos no quinto e sexto capítulos, sobre a importância do PRCJ no contexto de criação e articulação dos coletivos culturais no Espírito Santo.

Na segunda seção, reunimos os dados que nos ajudam a refletir sobre a dimensão organizacional dos coletivos. A partir do diálogo com a literatura, analisamos alguns aspectos estruturais e o âmbito de atuação dos coletivos, o nível de formalização organizacional, o processo de tomada de decisão interna dos grupos e a questão da liderança nessas experiências organizacionais.

Com relação aos aspectos formais, mais especificamente a existência de CNPJ, Estatuto e Sede, o que nos ajuda a refletir sobre o arranjo e a formalização de diferentes tipos de organizações, percebemos que cerca de 60% não possui CNPJ nem Estatuto, e que pouco mais de 36% não possui nenhuma das três estruturas. Esses dados parecem reforçar os argumentos que sustentam o caráter dinâmico e fluido dos coletivos. Compreendemos que a ausência desses elementos estruturais pode refletir os rápidos processos de articulação, desarticulação e a capacidade de originarem outras formas organizacionais – às vezes mais formais, como ONG's, OSCIP's e empresas. É nesse sentido que sustentamos que os coletivos são experiências organizacionais menos formais do ponto de vista da elaboração de documentação protocolar.

Sobre o âmbito de atuação, os dados parecem corroborar o argumento respeitante à atuação local dos coletivos. No entanto, a ação em âmbito regional e nacional é destacável. Devido ao tipo de procedimento de coleta de dados, não é possível indicar se a ação para além do âmbito local é um processo recente – fruto da solidificação de redes de caráter mais estrutural, como observado a partir das experiências dos coletivos e movimentos sociais articulados em torno do Circuito Fora do Eixo (Cf. BARCELLOS, 2012) –, ou se encontra correlação nas políticas públicas culturais – quer sejam estaduais, quer sejam federais – ou, ainda, se há ligações com ações financiadas por fundações com atuação nacional e internacional.

Ainda na segunda seção, buscamos ir além dos aspectos estruturais formais, como os discutidos anteriormente. Para isso, também analisamos a formalização organizacional dos coletivos, isto é, as formas e os processos de organização internos coletivamente elaborados

pelos sujeitos. Ao contrário da ausência de estruturas internas, percebemos a existência de experiências organizacionais estruturadas internamente, inclusive com funções de liderança, diretoria e secretaria, com uma tendência maior entre os coletivos que não tiveram relações com o PRCJ. A presença de “Liderança/Presidência”, como vimos, foi indicada por 19,6% dos coletivos pesquisados. Se considerarmos apenas “Liderança/Presidência” e “Divisão do Trabalho por Diretorias”, observamos o registro de 37 ocorrências, o que representa 36,3% do total.

Contudo, observamos que não há relação entre nível de formalização interna e processo de hierarquização e/ou centralização das decisões internas ao grupo. Primeiramente, é necessário considerar o processo de especialização-profissionalização e a estruturação inerente ao campo artístico-cultural. A informação sobre a presença de Liderança/Presidência e Diretores pode estar relacionada ao tipo de coletivo e sua inscrição no campo. Na organização teatral, por exemplo, existem as figuras do Diretor de Elenco e do Diretor de Coreografia. Na organização das expressões artístico-culturais tradicional-populares, por sua vez, ganham centralidade os Mestres ou Presidentes.

A segunda observação, que nos parece ainda mais importante do ponto de vista dos processos internos dos coletivos em geral, é a tomada de decisão e sua correlação com a busca dos sujeitos pela construção de uma lógica e estratégia coletivista. Percebemos que a maior parte dos coletivos indicou a construção de consensos como forma de orientar as tomadas de decisões internas. Mesmo nos casos em que se observa maior formalização interna (Tabela 21 – Nível de formalização interna e tipos de processos internos de tomada de decisões), imperam as formas consensuais de decisões.

Esses achados foram determinantes para pensarmos a função de liderança a partir de outros significados. Como discutimos, a literatura tende a sustentar que os coletivos são destituídos de lideranças. No entanto, os dados do questionário aparentemente indicam o contrário. Foi somente por meio das entrevistas com ativistas e a partir do cruzamento dos dados do questionário sobre lideranças e processos de tomada de decisão que foi possível ter uma compreensão mais adequada da natureza da liderança nos coletivos. A chave analítica são os sentidos atribuídos ao significante “liderança”. A recusa discursiva do termo “liderança” não significa uma ausência radical de funções de liderança. Ao contrário de uma ausência, observamos um processo de desconstrução de significados que indicam uma liderança formal, verticalizada e centrada em um ou em poucos sujeitos. As funções de

liderança existem e são (re)conhecidas pelos ativistas. Por isso, passamos a denominar o fenômeno como *liderança ausente*.

Na terceira seção, analisamos os tipos de ações estratégicas, considerando os objetivos dos coletivos, e as formas de mobilização e de interação com o Estado. Com relação à tipologia de ações, percebemos que, embora estivéssemos diante de coletivos culturais, também havia diferenças com relação à ação dos grupos. Considerando as diferentes motivações e indicações de ações, construímos seis tipos relativamente distintos de ações estratégicas, com destaque para “Expressões Artísticas” e “Ativismo Político Amplo”, que, juntas, correspondem a 63,6% dos tipos de ações dos coletivos culturais pesquisados. Além de informar sobre as ações dos grupos, essa tipologia poderá auxiliar pesquisas futuras sobre os coletivos culturais.

No que diz respeito às estratégias de mobilização dos coletivos, vimos a importância atribuída às redes sociais, seja na estrutura de mobilização, seja como parte dos repertórios de ação dos grupos. No entanto, os dados também indicaram que, a despeito da relevância da comunicação e estratégias *online*, os mecanismos convencionais de comunicação e as redes e articulações tidas como tradicionais seguem sendo importantes para compreendermos as estratégias de mobilização e ação dos coletivos.

Não se trata de uma negação dos argumentos que têm indicado a importância da internet e suas tecnologias, inclusive em uma dimensão teórica. Porém, essas mudanças não parecem ser suficientes para indicar um novo fenômeno socioantropológico capaz de reduzir a importância político-organizacional das organizações formais e dos laços grupais, ainda que tenha alterado o fluxo e as experiências de comunicação, permitindo que diferentes segmentos sociais participem do debate público por meio do processo de autocomunicação de massa. Como argumentamos, estamos a considerar essas ferramentas, que tendem a se tornar repertórios modulares, novos recursos disponíveis para as ações estratégicas de mobilização e ação dos sujeitos.

Por fim, analisamos a ação e as interações dos coletivos, sobretudo com o Estado. Vimos que as ações conjuntas/colaborativas ocorrem com mais frequência com instituições societárias, seguidas da esfera estatal, e que isso independe do tipo de grupo em análise ( $N_{=32}$  ou  $N_{PRCJ=23}$ ).

Além das ações conjuntas/colaborativas, também identificamos as experiências dos coletivos com ação em espaços estatais de participação. Identificamos que 70% dos coletivos participam ou já participaram de espaços institucionais. Considerando o contexto de ação

política dos coletivos no Espírito Santo, conforme abordamos no quinto capítulo, bem como a presença de ativistas na estrutura estatal desde as experiências do PRCJ, percebemos que os coletivos, embora críticos aos espaços institucionais, mobilizam a ação política institucional como parte dos seus repertórios de ação, o que envolve ações estratégico-relacionais com o Estado, tais como as ações conjuntas/colaborativas. Trata-se, portanto, de um envolvimento crítico com as instituições que percebe as possibilidades de geração de ativismo a partir do interior da própria estrutura institucional, o que não significa um abandono de repertórios extrainstitucionais. Como também destacamos, os coletivos mobilizam diferentes formas de ação para apresentar suas demandas, tais como abaixo-assinados, articulações com partidos políticos, ações de ocupação e debates em eventos acadêmico-científicos. Ou seja, do ponto de vistas dos repertórios, essa combinação de ação institucional e extrainstitucional informa que os coletivos não podem ser percebidos exclusivamente como “formas disruptivas” de ação.

Retomando o início desta seção, ainda que os coletivos não sejam um fenômeno inerente ao momento presente, trata-se de uma nova agenda de pesquisa. Como tal, a literatura e o campo de estudos sobre os coletivos ainda é um esforço em construção e em plena expansão. Nessa empreitada coletiva, temos observado diferentes esforços no sentido de desenvolver novas abordagens e métodos de pesquisa, visando dar conta das inúmeras formas de “coletivos”. Inserido nessa agenda, além de analisar a atual configuração dos coletivos culturais no Espírito Santo, o presente estudo discutiu aspectos importantes que poderão se somar aos esforços de estruturação do campo de pesquisa sobre o fenômeno, sobretudo considerando a dimensão organizacional e as estratégias de ação e interação dos coletivos com o Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto da mútua constituição informado pelas recentes abordagens sobre as interações socioestatais, buscamos discutir como as interações entre agentes societários e a esfera estatal, no processo de construção e implementação de uma política pública, constituem mutuamente instituições e organizações societárias. Para avançar nesse sentido, refletimos sobre a relacionalidade do social como forma de identificar e sustentar o argumento da mútua constituição.

Como indicamos na introdução, isso nos exigiu uma atenção especial sobre o enfoque teórico-analítico. Foi necessário distinguirmos um tipo de abordagem que analisa as interações considerando a relação *entre* as esferas societária e institucional – o que acaba limitando a análise às ideias de “influência mútua”, “mútua incidência”, “efeitos mútuos” etc. –, de outro tipo que parte de uma compreensão de ambas as esferas *como* relação. Ao partimos do segundo tipo de enfoque, recusamos qualquer compreensão das esferas societária e estatal como entidades ensimesmadas: vimos que Estado e sociedade não são fenômenos que simplesmente se relacionam e provocam efeitos mútuos, mas sim fenômenos mutuamente constitutivos.

A construção desse enfoque partiu da aceitação da estratificação e da relacionalidade como dimensões ontológicas do social. Dialogando com abordagens realistas críticas, em especial em Jessop, vimos que essa abordagem permite perceber que, a despeito de suas realidades estruturais independentes (objetos reais) e de suas ações relativamente autônomas (dotadas de poderes causais tendenciais-gerativos), as esferas societária e institucional se atualizam/realizam mutuamente. Isso nos exigiu buscar algo além de uma diferenciação funcional respeitante às esferas societária e institucional, recusando qualquer lógica própria suspostamente inerente ao Estado e à sociedade (lógica fundacionalista), ainda que certos domínios estruturais sejam relativamente autônomos. A separação entre esfera societária e estatal assumiu uma função exclusivamente metodológica. Parafraseando Donati (2019), tratou-se de uma distinção para relacionar, e não para separar e/ou “con-fundir”.

Essa perspectiva balizou tanto as reflexões sobre o Estado como sobre as organizações societárias, objetos de discussão da primeira parte da tese. Composta pelos dois primeiros capítulos, buscamos um entrelaçamento entre a Perspectiva da Polis e a Abordagem Estratégico-Relacional a partir da identificação de uma ontologia relacional em ambas as abordagens.

Pensar o Estado e as organizações societárias por meio dessa perspectiva relacional exigiu um tipo distinto de orientação teórica que, como destaca Jessop (2008, p. 01), levasse em conta “não apenas a especificidade histórica e institucional do Estado como uma realização distinta do desenvolvimento social, mas também de seu papel como um elemento importante na estrutura geral e na dinâmica das formações sociais”, estando sempre ciente de que os aparatos e as práticas estatais não independem das instituições e práticas sociais. Ao discutirmos a sociedade civil, vimos que o contrário também é verdadeiro. As práticas sociais e as organizações societárias também não independem das ordens institucionais. Afinal, como destacam Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004, p. 261), “as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição”.

A partir desse esforço e buscando focar a mútua constituição entre esfera estatal e societária, destacamos que, ao contrário de representar uma unidade fundamental de sentido, o Estado, como um campo e um agente, é uma realidade atravessada e constituída por contradições, por disputas sobre as regras, significados e recursos que conformam sua ação. Assim concebido, destacamos que toda a engenharia institucional, embora apresente regras e lógicas mais ou menos especiais, envolve tanto a relação de diferentes forças sociais politicamente ativas de dentro do Estado (altos funcionários, políticos, partidos, atores estratégicos etc.) como as forças sociais politicamente ativas que, ainda que não estejam necessariamente no interior das estruturas estatais, afetam direta ou indiretamente o Estado. Esse enfoque necessariamente requereu tanto um deslocamento em relação às abordagens estadocêntricas como de enfoques centrados na sociedade.

Tal virada também nos exigiu problematizar a sociedade civil e suas relações com a esfera política. Com esse objetivo, ao longo do segundo capítulo destacamos que as ligações entre a sociedade civil e a esfera estatal denotam um padrão de interação insuficientemente tematizado pelas ideias da “política de influência” e/ou “autolimitação”, ambas presentes na e defendidas pela Perspectiva da Sociedade Civil. Como argumentamos, se o objetivo for uma abordagem pensada a partir da relacionalidade, não podemos limitar a análise da ação dos agentes societários a essas interações parcialmente relacionais (relacionismo). Pensando relacionalmente, discutimos a ação dos agentes societários para além das fronteiras conceituais entre esfera institucional e societária, destacando um tipo de racionalidade reflexivo-estratégica presente na ação multiposicionada dos sujeitos. Em suma, nos termos que nos interessaram de forma especial, percebemos que a Perspectiva da Sociedade Civil

acaba imprimindo na sociedade civil um estatuto político normativo (fundamento) que indica apenas relações *entre* as esferas societária e institucionais (Estado e Mercado), não percebendo a mútua constituição entre o *político* e a *política*.

Nas trilhas de uma compreensão relacional, que buscou evidenciar a mútua constituição como dimensão ontológica do social e analisar suas implicações epistemológicas e teóricas sobre as interações socioestatais, a partir do terceiro capítulo foi possível verificar que a mútua constituição ocorre através da estruturação contingencial de mecanismos relacionais. Esses mecanismos não existem em si mesmos – embora existam em possibilidade dada à relacionalidade –, mas são atualizados em contextos estratégico-relacionais situados, envolvendo a ação de diferentes agentes e suas interações com e na esfera institucional. Além disso, é preciso destacar que nada pode garantir a continuidade desses mecanismos.

A identificação desse processo, elemento central do primeiro e do terceiro objetivo específico de pesquisa, nos permitiu analisar como as interações se transformam ao longo do tempo, o que também exigiu uma consideração sobre a ação estratégico-reflexiva dos sujeitos e as condições inerentes ao contexto. Refletir sobre e buscar identificar a ação dos sujeitos é importante porque, com Donati (1993, p. 34, destaque do autor), compartilhamos a compreensão de que “a mudança social consiste na ‘emergência’ de realidades sociais cujo motor são sujeitos (individuais ou coletivos) que estão em relação entre si dentro de um contexto determinado”. Isso não significa, como buscamos destacar ao longo da tese, que os resultados das mudanças sejam um reflexo direto e tão somente uma expressão das ações dos sujeitos. Os sujeitos importam, mas não podemos desconsiderar os desdobramentos ônticos da contingência inerente à estruturalidade social e a mútua constituição entre esfera estatal e societária.

Considerando essa contingencialidade do social, a qual indica que não podemos dizer muito sobre como as relações e as relações de relações se estruturam espaçotemporalmente e geram efeitos emergentes – a não ser analisando os mecanismos que contingencialmente estruturam as diferentes configurações socioestatais –, os resultados desse processo não podem ser perfeitamente previstos, dado que são fenômenos emergentes da própria relacionalidade do social. Esta foi a chave teórico-analítica mobilizada na análise tanto do contexto estratégico-relacional das políticas públicas culturais nos anos 2000, objeto do terceiro capítulo, quanto das emergências dos coletivos culturais no Brasil, tema do quarto capítulo.

A partir da perspectiva proposta, a retomada sobre as políticas públicas culturais nos permitiu perceber as interações socioestatais no processo de construção e implementação de uma política pública e o modo como essas interações se transformaram ao longo do tempo. A mobilização da mútua constituição forneceu uma compreensão mais adequada sobre as mudanças dos mecanismos estratégico-seletivos do Estado e sobre como esses incidiram sobre a experiência institucional que se configurou no contexto dos anos 2000. Sustentamos que esse período representou um momento de maior facilitação ao processo de institucionalização de novas demandas e agendas políticas, bem como de promoção de mudanças estruturais nas políticas públicas culturais, o que favoreceu a emergência e a maior articulação em rede dos coletivos culturais contemporâneos.

Essa “novidade em cena” também exigiu algumas considerações. Contra os argumentos que tendem a perceber os coletivos como um novo fenômeno sociológico, analisamos as emergências dos coletivos culturais no Brasil a partir de um enfoque relacional, considerando, portanto, suas relações espaçotemporalmente inscritas e as novidades verificadas nessas experiências. Considerando as emergências anteriores, verificadas desde os anos 1960, percebemos que os coletivos têm conseguido apresentar novos significados aos discursos político-organizacionais e promover o debate em torno do (associ)ativismo contemporâneo, conquistando protagonismo nas recentes mobilizações e articulações de protestos e despertando o interesse de diferentes campos do conhecimento.

Por fim, na terceira parte da tese, constituída pelos três últimos capítulos, apresentamos o contexto das políticas públicas culturais no Espírito Santo, as relações dos coletivos culturais com o Estado ao longo dos anos 2000 e a atual configuração dessas experiências organizacionais, tecendo algumas reflexões teóricas que podem nos ajudar a pensar os coletivos contemporâneos em geral. A partir da proposta teórico-analítica da mútua constituição, buscamos verificar os mecanismos relacionais e ação dos sujeitos na análise das interações entre os coletivos e o Estado no Espírito Santo, sempre considerando as relações presentes nos processos de formulação e implementação e nas experiências em torno do Programa Rede Cultural Jovem (PRCJ).

No quinto capítulo, intitulado “A política cultural no Espírito Santo (2003-2016): princípios, orientações, ambiguidades e interações socioestatais”, analisamos, em um primeiro momento, os significados da inscrição da cultura e da política cultural nas ações estatais. Vimos que representavam um elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico. Paradoxalmente, percebemos que foi dessa relação que emergiu o PRCJ, contando com ações



decisivas de atores estratégicos e ativistas que integraram a sua Equipe de Coordenação. Nesta relação Estado/PRCJ e coletivos, notamos princípios, orientações e padrões de interação antagônicos em relação à inscrição e aos significados da cultura e da política cultural presentes na relação Estado/Secult e Sincades. Essa análise foi fundamental para uma primeira reflexão sobre o PRCJ, o que nos permitiu empreender uma melhor compreensão sobre os tipos de interações socioestatais que potencializaram a construção dessa política e o destaque do PRCJ como um mecanismo de fortalecimento das manifestações e dos interesses do seu público-alvo.

Essa dimensão foi explorada no capítulo seguinte, intitulado “Programa Rede Cultura Jovem: princípios, eixos, ações e interações socioestatais”. Entender esses elementos nos ajudou a compreender as capacidades dos atores em fazer com que o Programa conseguisse estruturar relações com segmentos artístico-culturais juvenis em um contexto mais amplo de críticas às políticas culturais, sobretudo à estrutura da parceria entre as esferas estatal e econômica, especialmente o Sincades. Como sustentamos, as interações entre agentes societários e esfera estatal verificadas em torno do processo de construção e implementação do PRCJ tiveram um papel fundamental para: (I) a emergência e articulação de novos coletivos culturais; (II) a criação de redes de coletivos; (III) a ocorrência de um processo de mudança institucional – possibilitada à medida que o significante *coletivos* (e os significados que este representa em termos de experiência organizacional, espaço de trabalho e socialização) foi inserido e institucionalizado no discurso estatal, passando a fazer parte das discussões e ações do Estado. Esse processo configurou o que denominamos de “mútua aprendizagem” resultante da percepção da mútua constituição entre esfera estatal e societária. Do ponto de vista dos coletivos, esse argumento pode ser reforçado quando observamos os tipos de mecanismos acionados em suas relações com o Estado, sobretudo tendo em vista a importância das relações socioestatais em torno dessa política pública enquanto forma de captação de recursos e de promoção artístico-cultural dos coletivos.

No último capítulo, intitulado “Dimensão organizacional e as interações socioestatais: um estudo a partir das experiências dos coletivos culturais no Espírito Santo”, descrevemos um quadro geral sobre essas experiências no contexto espírito-santense e buscamos extrair algumas considerações teórico-analíticas mais amplas no que diz respeito à (I) dimensão organizacional, considerando a formalização e os processos de tomada de decisões internas, (II) as lógicas de mobilização e ação e (III) as interações dos coletivos com o Estado.

Esse tipo de abordagem se justifica diante da necessidade de uma melhor compreensão sobre as experiências dos coletivos no Brasil. Como já argumentamos, embora os coletivos não sejam um fenômeno inerente ao momento presente, visto que pelo menos desde os anos 1960 temos observado experiências de coletivos artísticos, a atenção dispensada a essas experiências societárias só recentemente ressurgiu, no Brasil, como uma nova agenda de pesquisa (GOHN; PENTEADO; MARQUES, 2020). A partir das reflexões apresentadas no quarto capítulo e da análise empreendida no último capítulo, foi possível perceber que a autodenominação como “coletivo” perpassa as relações diferenciais contextualmente inscritas. Como informamos, isso significa que uma adequada compreensão da recente e crescente autodenominação dos grupos como “coletivo” requer considerações tanto sobre o contexto de “crítica à política tradicional” – sobretudo observada entre os anos de 2013 e 2016 – quanto sobre a conseqüente sedimentação do significante “coletivo” nos discursos político-organizacionais.

Vale também destacar alguns achados que reforçam os argumentos apresentados ao longo da tese sobre a importância, tanto para os coletivos quanto para o Estado, das relações socioestatais. Para os coletivos, as interações se mostraram importantes tanto para a estruturação de mecanismos estratégicos de captação de recursos, observando que a principal fonte orçamentária deriva das interações com o Estado, quanto para a promoção artístico-cultural. Para o Estado, as interações foram importantes em termos de amadurecimento das capacidades estatais, cognitivas e relacionais, isto é, na estruturação de um contexto estratégico-relacional que viabilizasse e potencializasse a implementação de políticas públicas culturais junto a esse público-alvo. Como abordamos no quinto capítulo, isso ficou claro diante das expressões públicas de coletivos e ativista em relação à legitimidade do Estado e de seus espaços institucionais de participação, em especial o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), mesmo em momentos de forte tensionamento entre esses agentes societários e o Estado, nos contextos do *#OcupaSecult* e da “Carta Aberta ao CEC”.

No que diz respeito à dimensão organizacional dos coletivos, considerando a existência de CNPJ, Estatuto e Sede, vimos que os coletivos apresentam um aspecto estrutural menos formal. Como discutimos no último capítulo, esses dados reforçam os argumentos da literatura que sustentam o caráter dinâmico e fluido dos coletivos, considerando que a ausência desses elementos estruturais pode refletir os rápidos processos de articulação e desarticulação, bem como a capacidade dos coletivos de originarem ou de se transformarem em

outros tipos organizacionais, como ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e empresas.

Indo além dos aspectos estruturais formais, no último capítulo também analisamos a formalização organizacional dos coletivos, isto é, as formas e os processos de organização internos coletivamente elaborados pelos sujeitos. Este ponto trouxe novidades relevantes, sobretudo considerando-se o atual debate sobre os coletivos no Brasil. Isso porque, ao contrário dos argumentos que indicam a ausência de estruturas internas nesses grupos, percebemos a existência de experiências organizacionais com considerável nível de formalização, inclusive com funções de liderança, diretoria e secretaria.

Outro dado que lança novas luzes sobre os coletivos no Brasil é a não relação entre nível de formalização interna e processo de hierarquização e/ou centralização das decisões do grupo. Ainda que tenhamos observado considerável nível de formalização interna, percebemos que a maior parte dos coletivos indicou a construção de consensos como forma de orientar as tomadas de decisões internas, mecanismo presente, inclusive entre os coletivos que indicaram possuir funções de liderança/presidência e/ou diretorias. Como argumentamos, esses achados foram determinantes para pensarmos a função de liderança a partir de outros significados. Ao contrário do argumento de ausência de liderança, observamos um processo de desconstrução dos significados que indicam uma liderança formal, verticalizada e centrada em um ou em poucos sujeitos. As funções de liderança não apenas existem nos coletivos analisado como são (re)conhecidas pelos ativistas em termos organizacionais. Por isso, passamos a denominar o fenômeno como *liderança ausente*, um reflexo da desconstrução discursiva dos significados de "liderança" já sedimentados em diferentes experiências organizacionais.

Por fim, gostaríamos de trazer mais um ponto discutido no último capítulo: a preocupação analítica em não estilizarmos as experiências observadas. Embora todos os 55 casos se autodenominem "coletivos", observamos diferenças com relação à ação/objetivos dos grupos. Tendo isso em vista, construímos, como possível forma de classificação de coletivos culturais, seis tipos relativamente distintos de ações estratégicas, quais sejam: Expressões Artísticas, Ativismo Político Amplo, Classe Artística e Mercado Cultural, Políticas Públicas, Empreendedorismo Cultural e Memória e Cultura Local. Embora não tenha sido possível a realização de uma análise dos coletivos considerando a ação/objetivos dos grupos, o que certamente nos ajudaria a ter uma compreensão ainda mais objetiva sobre os coletivos culturais no Espírito Santo, essa tipologia poderá auxiliar nossas futuras pesquisas.

Em suma, apesar do contexto pandêmico, que teve implicações nas estratégias metodológicas, sobretudo entre os anos de 2020 e 2021, consideramos que a presente pesquisa conseguiu trazer contribuições relevantes tanto para o campo das interações socioestatais, especialmente a partir do argumento da mútua constituição, como para o campo de estudos sobre os coletivos contemporâneos. Especialmente nos estudos sobre os coletivos, uns dos passos seguintes, e necessários, seria um estudo de caso (no contexto local) que considere as tipologias construídas. Esse procedimento poderia ajudar nas tentativas de conceituação mais objetiva sobre os coletivos culturais, distinguindo-os de outras experiências organizacionais observadas. Outra necessidade seria um estudo de caso comparado que considere diferentes contextos com experiências de coletivos culturais.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; TATAGIBA, Luciana. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the bureaucracy. *In*: ROSSI, Federico M.; VON BÜLLOW, Marisa (Eds.). **Social movement dynamics: new perspective on theory and research from Latin America**. Farnham: Ashgate, 2015, p. 73-101.

ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, n. 13, p. 52-84, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/04.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

ABERS, Rebecca N. “Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde”. *In*: CALVACANTE, Pedro L. C.; LOTTA, Gabriela S. **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: ENAP, 2015, p. 143-175

ABERS, Rebecca N.; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-57, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a03v57n2.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

ABERS, Rebecca N.; SILVA, Marcelo K.; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n105/1807-0175-ln-105-15.pdf>. Acesso em 05 set. 2019.

ABREU, Joyce N. **Delimitação de áreas urbanas de interesse patrimonial na política de preservação do Estado do Espírito Santo**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ALBUQUERQUE JR. Durval M. “Gestão ou gestação da cultura: algumas reflexões sobre o papel do estado na produção cultural contemporânea”. *In*: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil** Salvador: EDUFBA, 2007, p. 61-86.

ALVIM, Davis M.; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19 p. 75-95, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i0.8647747>. Acesso em 29 dez. 2021.

ANDRADE, Samária. Poder e legitimidade no campo do Jornalismo: os Coletivos de Comunicação e as tensões de um modelo em xeque. *In*: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1164-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ARAGÃO, Ana L. As Conferências Nacionais de Cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 85-105, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/17984/13350>. Acesso em 27 ago. 2019.

ASSIS, Larissa G. Virada comunicação: como coletivos de comunicação das periferias estão construindo uma nova forma de se comunicar. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/146727>. Acesso em: 30 mai. 2019.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo O.; RESENDE, Paulo E. R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 40 p. 21-37, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7581>. Acesso em 16 out. 2018.

AVRITZER, Leonardo. “Teoria Democrática, Racionalidade e Participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático”. In: AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em Teoria Habermasiana e Teoria Democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996a, pp. 99-123.

AVRITZER, Leonardo. Racionalidade, mercado e normatividade: uma crítica dos pressupostos da Teoria da Escolha Racional. In: AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em Teoria Habermasiana e Teoria Democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996b, pp. 77-98.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, p. 25-46, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2015.

BALLESTRIN, Luciana Maria de A. “Sociedade Civil, Democracia e Violência”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), São Paulo, v. 30, n. 87, p. 143-163, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0143.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements. In: MEYER, David S. (Ed.). **Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy and Democracy**. Minneapolis, MN, USA: University of Minnesota Press, 2005, p. 149-176.

BARBALHO, Alexandre. “Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 37-60.

BARBALHO, Alexandre. “O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma”. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 49-68.

BARCELLOS, Rebeca M. R. **Por outro eixo, outro organizar**: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro. Tese (Doutorado em Administração) – Centro Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 348, 2012.

BARROS, Denise F.; SAUERBRONN, João F. R.; COSTA, Alessandra M.; DARBILLY Leonardo V. C.; AYROSA, Eduardo A. T. Download, pirataria e resistência: uma investigação sobre o consumidor de música digital. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 125-151, 2010. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/188/186>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BENNETT, Lance W.; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. **Information, Communication & Society**, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/254296720\\_The\\_Logic\\_of\\_Connective\\_Action](https://www.researchgate.net/publication/254296720_The_Logic_of_Connective_Action). Acesso em: 03 out. 2019.

BERTRAMSEN, René B. From the Capitalist State to the Political Economy. *In*: BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F.; TORFING, Jacob (Orgs.). **State, economy and society**. London: Unwin Hyman, 1991, p. 94-145.

BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F.; TORFING, Jacob. “From the problems of Marxism to the primacy of politics”. *In*: BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F.; TORFING, Jacob (Orgs.). **State, economy and society**. London: Unwin Hyman, 1991, p. 1-34.

BOTELHO, Isaura. “Políticas culturais: discutindo pressupostos”. *In*: NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 171-180.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14779>. Acesso em 02 jan. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 237-270.

BROMMONSCHENKEL, Amanda. **#2 Reviravolta Coletiva**: articulação cultural em rede. 2014. Monografia (Curso de Comunicação Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BURGOS, Raúl. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. *In*: SHEHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H. (Orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015, p. 161-233.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *In*: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 87-107.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2009.

CALABRE, Lia. Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões. *In*: RUBIM, Antonio A. C.; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 287-302.

CALABRE, Lia. “Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014”. *In*: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 33-48.

CARDOSO, Fernando H. Reforma do Estado. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-19.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

CARLOS, Euzeneia. A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. *In*: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, p. 165-209.

CARLOS, Euzeneia; OLIVERIA, Osmany P.; ROMÃO, Wagner M. (Orgs.). **Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAYRES, Domitila C. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. *BIB*, São Paulo, n. 82, p. 81-104, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-82/10586-ativismo-institucional-e-interacoes-estado-movimentos-sociais/file>. Acesso em 30 mai. 2019.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1980-1990. *RBCP*, Brasília, n. 3, p. 161-2018, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1679/1477>. Acesso em 30 mai. 2019.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y Teoria Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.



COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. Secondary Associations and Democratic Governance. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Associations and democracy**. The Real Utopias Project, vol. I. London: Verso, 1995, p. 7-98.

COLLIER, Andrew. “Why Realism? Why Transcendental?” *In*: COLLIER, Andrew. **Critical Realism. An introduction to Roy Bhaskar’s Philosophy**. London/New York: Verso, 1994, p. 03-30.

CÓRDULA, Américo. Uma política para a diversidade cultural – 2003-2010. *In*: RUBIM, Albino (Org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 201-220.

CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria T. (Org.). **68 – Como incendiar um país**. São Paulo: Veneta, 2018.

CUNHA, Patrícia R. C. da. **Democracia, participação e cultura política da juventude brasileira**: uma percepção da política pública de juventude. 176f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2011.

CURRY, Neil. Marxismo, pós-marxismo e realismo crítico: reflexões acerca do debate Bhaskar/Laclau. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 6, p. 97-116, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235469/28457>. Acesso em 19 set. 2021.

DAGNINO, Evelina. Sociedad civil, espacios públicos y construcción democrática em Brasil: Límites y posibilidades. *In*: DAGNINO, Evelina (Coord.). **Sociedad civil, esfera pública y democratización em América Latina**: Brasil. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 369-395.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. *In*: FEDOZZI, L.; CORRADI, R. S.; RANGEL, R. R. (Orgs.). **Democracia participativa na América Latina**: casos e contribuições para o debate. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2016, p. 19-47.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Los movimientos sociales**. Madrid: UCM, 2015.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DESOUZA, Shaila. The Strength of Collective Processes: An “Outcome Analysis” of Women’s Collectives in India. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 19, n. 3, p. 373-92, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/097152151201900302>. Acesso em 30 mai. 2019.

DIANI, Mario. Revisando el concepto de movimiento social. **ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencia Sociales**, n. 9, p. 1-16, 2015. Disponível em: <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/161/145>. Acesso em 29 ago. 2019.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005 [1983]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/37123/35894>. Acesso em 09 jan. 2020.

DONATI, Piorpaolo. Pensamiento sociológico y cambio social: hacia una teoría relacional. **REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 63, p. 29-51, 1993. Disponível em: [http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_063\\_04.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_063_04.pdf). Acesso em 14 jul. 2020.

DONATI, Piorpaolo. Manifesto for a critical realist relational sociology. **International Review of Sociology**, Roma, v. 25, n. 1, p. 86-109, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03906701.2014.997967>. Acesso em 11 jul. 2020.

DONATI, Piorpaolo. **Sociología relacional de lo humano**. UNSA. Ediciones Universidad de Navarra: Navarra, 2019.

DORSA, Arlinda C. “Economia Criativa: assunto em pauta”. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 987-988, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v20n4/1518-7012-inter-20-04-0987.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

DOWBOR, Monika. “Ocupando o Estado: análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980”. In: CARLOS, E.; OLIVERIA, O. P.; ROMÃO, W. M. (Orgs.). **Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014, pp. 83-122.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifiesto en pro de una sociología relacional. **Revista CS**, Cali, v. 4, p. 285-329, 2009 [1997]. Disponível em: [https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista\\_cs/article/view/446](https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/446). Acesso em 11 jul. 2020.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FABRIS, Annateresa. Memória dos desaparecidos: algumas estratégias visuais. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1, p. 261-278, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0110>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Realismo crítico e semiose. **Revista Letra Capital**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/lcapital/article/view/8600/7159>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FARIA, Flavia. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 33-48, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33692>. Acesso em: mar. 2021.

FERRARI, Tatiana K.; SANTOS, Adriano C.; BAIÃO, Kamila G. Análise dos gastos públicos com cultura. **Nota Técnica 27 – Instituto Jones dos Santos Neves. Coordenação de Economia do Setor Público e do Bem-Estar**. Vitória: IJSN, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1263>. Acesso em: 07 mai. 2020.

FERVENZA, Hélio. Uma poética da desapropriação do tempo em Guilherme Vaz. **Anais do 29º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Goiânia, ANPAP, 2020.

FONSECA, Paulo Cesar D. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. **Texto para Discussão 2103**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília; Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2103.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf). Acesso em: 06 mai. 2020.

FREIRE, Cristina. **Poéticas do Processo – Arte Conceitual no Museu**. São Paulo: Iluminuras Ed, 1999.

GAMSON, William A.; MEYER, David S. Marcos interpretativos de la oportunidad política. *In*: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Org.). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999 [1996], 389-412.

GAMSON, William A. **The strategy of social protest**. Dorsey Series in Sociology. Homewood Illinois: The Dorsey Press, 1975.

GARCIA, David; LOVINK, Geert. **The ABC of Tactical Media**. Publicado em 16 de maio de 1997 para a abertura do site Rede de Mídia Tática. Disponível em: <https://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GARRO-GIL, Nuria. Relación, razón relacional y reflexividad: tres conceptos fundamentales de la sociología relacional. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 79, n. 3, p. 633-660, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/rms/v79n3/0188-2503-rms-79-03-00633.pdf>. Acesso em 16 jul. 2020.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 89-166.

GOHN, Maria da G. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da G.; PENTEADO, Luis de C.; MARQUES, Marcelo de S. “Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise”. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 01-07, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>. Acesso em: mar. 2021.

GOLDSTONE, Jack A. “Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **States, parties and social movements**. Cambridg: Cambridg Univerity Press, 2003, p. 1-24.

GONÇALVES, Alyne dos S.; PATEZ, Mariana L.; ZORZAL E SILVA, Marta. Movimento empresarial Espírito Santo em Ação: trajetória, redes e poder sob a perspectiva do discurso do sujeito coletivo. **Sinais**, Vitória, n. 10, p. 383-418, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2825>. Acesso em 04 Ago. 2020.

GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de S. A Crítica Pós-Fundacionalista: um debate em construção. **Norus**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 580-599, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17061/10441>. Acesso em: 13 out. 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 121-135, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a07n47.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 66, p. 91-110, 2003. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/produto/edicao-66/#591bca7dedf96> Acesso em: 20 jun. 2003.

GURZA LAVALLE, Adrian. **O estatuto político da sociedade civil: evidências da cidade do México e de São Paulo**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 28), 2011. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28162/1/S2011996\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28162/1/S2011996_pt.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika.; SZWAKO, José. (Orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019a.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. “Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência”. In: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (Orgs.) **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019b, p. 21-86.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. “A construção política das sociedades civis”. In: GURZA LAVALLE, Adrian (Org.). **O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 185-236.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v21n1/0104-6276-op-21-01-00157.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. Trad. Gabriel Cohn. **Lua nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed., 1ª reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMLIN, Cynthia L. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as Ciências Sociais. **DADOS**, Rio de Janeiro, n. 43, v. 2, s/p., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000200006>. Acesso em 01 ago. 2021.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia** (hermenêutica da facticidade). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HIRST, Paul Q. “Can Secondary Associations Enhance Democratic Governance?”. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Associations and democracy**. The Real Utopias Project, vol. I. London: Verso, 1995, p. 101-113.

HOUTZAGER, Peter P. **Os últimos cidadãos**. Conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

HOUTZAGER, Peter P.; GURZA LAVALLE, Adrian; ACHARYA, Arnab. “Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo”. *In*: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 257-322.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JESSOP, Bob. **The capitalist state**: Marxist theories and methods. Oxford: Martin Robertson & Company, 1982.

JESSOP, Bob. Foreword: On Articulate Articulation. *In*: BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F.; TORFING, Jacob (Orgs.). **State, economy and society**. London: Unwin Hyman, 1991a, p. XII-XXXIV.

JESSOP, Bob. On the Originality, Legacy, and Actuality of Nicos Poulantzas. **Studies in Political Economy**, n. 34, p. 75-108, 1991b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19187033.1991.11675461>. Acesso em 29 ago. 2019.

JESSOP, Bob. Bringing the state back in (yet again): reviews, revisions, rejections, and redirections, **International Review of Sociology**, Roma, v. 11, n. 2, p. 149-173, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713674035>. Acesso em: 01 ago. 2019.

JESSOP, Bob. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. **New Formations**, n. 56, 2005, p. 40-53. Disponível em: <http://www.lwbooks.co.uk/journals/newformations/articles/56%20jessop.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

JESSOP, Bob. **The strategic-relational approach**: an interview with Bob Jessop. Entrevista cedida a Joo Hyoung Ji e Sandra Kytir no dia 8 maio de 2006 (revisada por Bob Jessop no dia 1 dezembro de 2009). Disponível em: <https://bobjessop.wordpress.com/2014/12/02/the-strategic-relational-approach-an-interview-with-bob-jessop/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. **Revista Outubro**, n. 15, pp. 11-43, 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-01.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

JESSOP, Bob. **State Power**. A Strategic-Relational Approach. Cambridge: Polity Press, 2008.

JESSOP, Bob. “The State and Power”. In: CLEGG, Stewart R.; HOUGAARD, Mark (Orgs.). **The Sage Handbook of Power**. Los Angeles; London; New Dehli; Singapore and Washington DC: Sage, 2009, p. 367-382.

JESSOP, Bob. **El Estado. Passado, presente, futuro**. Madrid: Catarata, 2017.

KEANE, John. **Democracia y sociedade civil**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

KEANE, John. **A Sociedade civil**: Velhas imagens e novas visões. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

LACERDA, Alice P.; MARQUES, Carolina C.; ROCHA, Sophia C. “Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura”. In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 111-131.

LACLAU, Ernesto. A construção do “Povo”. In: LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013, p. 113-249.

LACLAU, Ernesto. Construir la universalidade. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Diálogos contemporáneos em la izquierda. 2ª ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2017, p. 281-305.

LACLAU, Ernesto. “Teorías marxistas del Estado: debates y perspectivas”. In: LECHNER, Nobert (org.). **Estado y política em América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1981, p. 25-59.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LEFORT, Claude. **Democracy and Political Theory**. Cambridge: Polity Press, 1988.

LIMA, Elcimar M. O.; SCHMITZ, Heribert. Como os coletivos se mobilizam desde as manifestações de junho de 2013 em Belém. 18º Congresso Brasileiro De Sociologia. **Anais...** Brasília: SBS, 2017. Disponível em: [http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista\\_area\\_GT22.htm](http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista_area_GT22.htm). Acesso em 30 mai. 2019.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 18-34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12382>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LOCATELLI, Lílian O. **Os agentes do patrimônio cultural em Vitória-ES**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LOPES, João Miguel Teixeira. **Da democratização à democracia cultural**. Porto: Profedições, 2007.

LOPES, Ruy S. Uma nova agenda para a cultura: o discurso da economia criativa no governo Rousseff. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 173-199.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 78, p. 181-210, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n78/n78a07.pdf>. Acesso em 04 ago. 2021.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Orgs.). **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1-37.

MAIA, Gretha L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630/pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MANN, Michael. O Poder Autônomo do Estado: Suas Origens, Mecanismos e Resultados. In: HALL, John. **O Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 163-204.

MARCHART, Oliver. **El pensamiento político postfundacional**. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

MARCHI, Leonardo de. “Construindo um conceito neodesenvolvimentista de economia criativa no Brasil: Política cultural na era do novo MinC”. **Revista Novos Olhares**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 37-48, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/69826>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MARQUES, Marcelo de S. Críticas ao modelo hierarquizado de cultura: por um projeto de democracia cultural para as políticas culturais públicas. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 53, p. 43-51, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n53/n53a04.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MARQUES, Marcelo de S. Cultura, poder e pluralismo cultural: uma análise inicial sobre o Palácio Anchieta-ES. **Simbiótica**, Vitória, vol.3, n. 2, p. 50-67, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/15075/10773>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MARQUES, Marcelo de S. CIDADANIA: algumas considerações a partir da Democracia Radical e Plural. In: SILVA, Luis G. T.; COELHO, Gabriel B.; COSTA, Éverton G.; FREITAS, Felipe C. (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**. A obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas. Curitiba: CRV, 2017, p. 209-221.

MARQUES, Marcelo de S. Democracia Cultural, Estado e políticas públicas culturais: Uma reflexão a partir da Democracia Radical e Plural. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 98, p. 169-195, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n98/0121-5612-rci-98-00169.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MARQUES, Marcelo de S. Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 1-33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v63n2/0011-5258-dados-63-2-e20180242.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

MARQUES, Marcelo de S. Em torno da ideologia – Notas sobre o “falseamento da realidade”. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 717-734, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021014>. Acesso em 25 dez. 2021.

MARQUES, Marcelo de S.; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, pp. 8-32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>. Acesso em 18 fev. 2021.

MCADAM, Doug. Orígenes terminológicas, problemas actuales y futuras líneas de investigación. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Org.). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999 [1996], p. 49-70.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. “Oportunidades, estructuras de movilización y procesos en marcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales”. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Orgs). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999 [1996], p. 21-46.



MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MEDEIROS, Anny K. de; ALVES, Mário A.; FARAH, Marta F. S. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, n. 49, v. 5, p. 1215-1235, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n5/0034-7612-rap-49-05-01215.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

MEIRA, Márcio. “Gestão cultural no Brasil: uma leitura do processo de construção democrática”. In: RUBIM, A. (Org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 17-36.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. Do estruturalismo ao Pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. (Orgs.), **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed., Porto Alegre. EDIPUCRS, 2014. p. 27-44.

MENDONÇA, Daniel. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 135-167, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100006>. Acesso em 10 abr. 2020.

MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, p. 205-228, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000300008>. Acesso em 05 jan. 2020.

MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 164-194, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004106>. Acesso em 28 mar. 2020.

MESQUITA, André. **Insurgências poéticas**. Arte ativista e ação coletiva. São Paulo: Annablume, 2011.

MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 95-113.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5, pp. 134-150, 1997. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod\\_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20Mische.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20Mische.pdf) . Acesso em: 10 set. 2021.

MONACO, Helena M. “Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços ‘monodissidentes’”. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33701>. Acesso em: 18 de fev. 2021.

MOORE, Alan. General Introduction to Collectivity in Modern Art. **The Journalist of Aesthetic Protest**. Paper for “Critical Mass” exhibition, Smart Museum, University of Chicago, April 2002, s/p. Disponível em: <http://www.joaap.org/new3/moore.html>. Acesso em: 19 de maio 2019.

MOUFFE, Chantal. Introdução: para um pluralismo combativo. *In*: MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996a, p. 11-19.

MOUFFE, Chantal. A política e os limites do liberalismo. *In*: MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996b, p. 179-203.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. El peligro del consenso em la política contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2012.

MOUFFE, Chantal. **Agonística**: pensar el mundo politicamente. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018 [1990].

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

OLIVEIRA FILHO, Francisco E. **As políticas públicas de cultura no Espírito Santo entre 2007 e 2014**. 267f. Dissertação de mestrado em Teoria e História da Arte – Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

OLIVEIRA, João M.; ARAUJO, Bruno C.; SILVA, Leandro V. Panorama da Economia Criativa no Brasil. **Texto para discussão 1880**. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1880.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1880.pdf). Acesso em: 04 mai. 2020.

PAIM, Claudia. **Coletivos e iniciativas coletivas**: modos de fazer na América Latina contemporânea. 2009. 294f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4 p. 1-12, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n1/v4n1a06.pdf>. Acesso em 09 jan. 2020.

PEIXE, João R. Sistema Nacional de Cultura: um novo modelo de gestão cultural para o Brasil. *In*: RUBIM, A. (Org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 221-245.

PEREZ, Olívia. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v25n3/1807-0191-op-25-3-0577.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto L. A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, Maceió, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017. Disponível em: [http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812/pdf\\_1](http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812/pdf_1). Acesso em: 30 mai. 2019.

PEREZ, Olívia C.; SOUZA, Bruno M. “Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos”. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos/file>. Acesso em: 30 mai. 2019.

PEREZ, Olívia C.; SOUZA Bruno M. “Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217820>. Acesso em 10 dez. 2021.

PETTINICCHIO, David. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. **Sociology Compass**, v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00465.x>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. El Institucionalismo Hitórico em la Ciência Política Contemporánea. Trad. Lucía Tiscornia. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 17, n. 1, p. 7-38, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2973/297322673001.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PINTO, Céli Regina J. As ONGs e a Política no Brasil: presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000300008>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PINTO, Celi Regina J. A Sociedade Civil Institucionalizada. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, pp. 99-116, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1981>. Acesso em 04 ago. 2021.

PIRES, Ericson. **Cidade ocupada**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2017.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa E. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: IPEA: ENAP, 2018.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1968].

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1974].

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz & Terra, 2015 [1978].

POULANTZAS, Nicos. O Estado, os Movimentos Sociais, o Partido. Trad. Ana Amélia da Silva. **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez, ano III, nº 9, pp. 70-79, 1983[1979].

REZENDE, Renato; SCOVINO, Felipe. **Coletivos**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2010.

ROCHA, Mucía N. **Coletivos artísticos brasileiros**: um estudo de casos sobre discurso e subjetividade política nos processos colaborativos em artes. 2009. 247f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ROSAS, Ricardo. “Nome: coletivos, senha: colaboração”. **Guia de Navegação FindEtático**. São Paulo, 2004, p. 7-8. Disponível em: <https://midiatatica.desarquivo.org/2002-2005/findetatico-guia-de-navegacao/>. Acesso em 31 mai. 2019.

ROSAS, Ricardo. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil. **Rua**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 27-35, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640786/8323>. Acesso em: 04 mar. 2019.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Antonio A. C. **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010a, p. 09-24.

RUBIM, Antonio A. C. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: RUBIM, Antonio A. C.; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010b, pp. 145-163.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 11-31.

RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

RUBIM, Iuri; BRIZUELA, Juan; LEAHY, Renata. In: RUBIM, Antonio A. C.; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 111-144.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, André Pequeno dos. A indústria fonográfica nos tempos da internet: como a pirataria pode modelar novos modelos para a música. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 130-49, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16165/13091>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SANTOS, Breno A. O. O “Novo” em velhas práticas: uma análise sobre a noção de “Novíssimos” Movimentos Sociais e Coletivos. **Simbiótica**, Vitória, n. 9, n. 1, p. 20-37, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>. Acesso em 03 jun. 2022.

SAYER, Andrew. Características chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 6, n. 2, p. 7-32, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235465>. Acesso em 25 jul. 2021.

SHEHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H. (Orgs.) **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

SCHIFRES, Sebastien. **Le mouvement autonome en Italie et en France (1973-1984)**. Mémoire de master 2 de sociologie politique soutenu en octobre 2008 à l’université Paris VIII. Disponível em: <http://sebastien.schifres.free.fr/master.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

SILVA, Marcelo K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 08, n. 16, p. 156-178, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a07n16.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Marcelo K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, n. 17, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/17683084-12341713>. Acesso em: 06 set. 2019.

SILVA, Marcelo K.; COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M. Interpretação e Ação Coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. **Revista Sociologia & Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, 2017, p. 143-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n61/0104-4478-rsocp-25-61-0143.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SKOCPOL, Theda. **Los Estados y las revoluciones sociales**. Un análisis comparativo de Francia, Rusia y China. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1984[1979].

SKOCPOL, Theda. “Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research”. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). **Bringing the State Back In**. Cambridge University Press, 1985, p. 3-43.

SKOCPOL, Theda. **Los orígenes de la política social en los Estados Unidos**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1996.

SKOCPOL, Theda. “Bringing the State Back In: Retrospect and Prospect”, **Scandinavian Political Studies**, v. 31, n. 2, p. 109-124, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2008.00204.x>. Acesso em 26 set. 2020.

SKOCPOL, Theda; GANZ, Marshall; MUNSON, Zaid. A Nation of Organizers: The Institutional Origins of Civic Voluntarism in the United States, **American Political Science Review**, v. 94, n. 3, p. 527-546, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2585829>. Acesso em 26 set. 2020.

SOTO, Cecília; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO, Júlia. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. *In*: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 25-47.

SOUZA, Julia Duarte de. **Políticas culturais na cidade de Vitória (1990-2008)**. 196f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

STATEN, Henry. Wittgenstein and Derrida. Lincoln: University of Nebraska Press, 1984.

STEIN, Fernanda; MARIN, Elizara C. Coletivos culturais e ações com jogos na cidade de São Paulo. *Rer. Bras. de Ciên. do Espo.*, v. 41, n. 4, p. 444-450, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892019000400444&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892019000400444&lang=pt). Acesso em 24 mai. 2020.

STAVRAKAKIS, Yannis. Cercando lo político. Hacia una teoría política lacaniana. *In*: STAVRAKAKIS, Yannis **Lacan y lo Político**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007, p. 111-144.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Introduction: institutional change in advanced political economies. *In*: STREECK, W.; THELEN, K. (Orgs.). *Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 1-39.

SZWAKO, José; GURZA LAVALLE, Adrian. Seeing like a social movement: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos estud. CEBRAP**, v. 38, n. 2, pp. 411-434. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020009>. Acesso em 08 mai. 2022.

TARROW, Sidney. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. *In*: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Orgs.). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999, p. 71-99.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca N.; SILVA, Marcelo Kunrath. “Movimentos Sociais e Políticas Públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos”. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa E. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA: ENAP, 2018, v. 1, p. 105-138.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana C. C. Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas: a controversa novidade dos programas associativos. *In*: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana C. C (Org.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 23-47.

TEIXEIRA, Vanessa P.; TEIXEIRA, William; BENINI, Elcio G. A institucionalização da Economia Criativa no estado de Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 20, n. 4, pp. 1235-1248, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v20n4/1518-7012-inter-20-04-1235.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

THELEN, Kathleen. How Institutions Evolve: insights from comparative historical analysis. *In*: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Orgs.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 208-240.

THIBES, Mariana Z.; PEREIRA, Natasha B.; SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana S. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 49-73, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33695/23174>. Acesso em: 15 jan. 2021.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Fortalecendo os fios**: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VALADÃO, Camila C. **A gente não quer só comida**: políticas públicas para a juventude no Espírito Santo. 124f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura**: direitos e políticas culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

WETLER JÚNIOR, Admir C. **Espírito Santo 2025**: uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto de investimentos. 90f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## Documentos e reportagens

“Cada vez mais arte e cultura jovem” – Seção PRCJ [Autor desconhecido]. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 3, pp. 42-46, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos3/55>. Acesso em: 07 abr. 2020.

“Institucional – PRCJ” [Autor desconhecido]. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 5, pp. 47-52. 2012. Disponível em: [https://issuu.com/jocilanerubert/docs/documents.tips\\_revista-nos-5](https://issuu.com/jocilanerubert/docs/documents.tips_revista-nos-5). Acesso em: 09 abr. 2020.

“Mais agentes culturais jovens” – Seção PRCJ [Autor desconhecido]. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 4, p. 46, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos4>. Acesso em: 07 abr. 2020.

“Mostra Claro de Audiovisual” – Seção PRCJ [Autor desconhecido]. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 4, p. 45, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos4>. Acesso em: 07 abr. 2020.

“Mostra Meu Lugar” – Seção PRCJ [Autor desconhecido]. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 4, p. 47, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos4>. Acesso em: 07 abr. 2020.

ALVES, Henrique. Crise na cultura reacende polêmica da relação Sincades/Secult. **Século Diário**, Vitória, 2015. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/crise-na-cultura-reacende-polemica-da-relacao-sincadessecult>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ALVES, Henrique. Governo blinda e Instituto Sincades sai ileso de reunião. **Século Diário**, Vitória, 2013. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/governo-blinda-e-instituto-sincades-sai-ileso-de-reuniao>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BORBA, Felipe A. “Geração AudioVisual”. **Revista Nós** – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, n. 4, pp. 48-50, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos4>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, vol. 2. . Frederico A. Barbosa da Silva (Autor). Brasília: Ministério da Cultura; IEPA, 2007a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, vol. 3. Frederico A. Barbosa da Silva (Autor). Brasília: Ministério da Cultura; IEPA, 2007b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cultura Viva** – avaliação do programa arte educação e cidadania. Frederico A. Barbosa da Silva; Herton Ellery Araújo (Orgs.). Brasília: IEPA, 2010.



BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 12.343**, de 2 de Dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12343-2-dezembro-2010-609611-publicacaooriginal-130918-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude**: conceitos fundamentais, ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. 128p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em 31 mar. 2020.

CASTRO, Fernanda. “Agente somos, a gente é”. **Revista Nós** – Secretarua de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –, nº 2, pp. 22-25, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos2>. Acesso em: 07 abr. 2020.

CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória. **Ação Popular. Processo: 00048-43.2013.8.08.0024**. Requerente: Sergio Marinho De Medeiros Neto. Requeridos: 1. Sindicato Do Comércio Atacadista E Distribuidor Do Estado Do Espírito Santos, 2. Instituto De Ação Social E Cultural Sincades – Instituto Sincades, 3. Idalberto Luiz Moro, 4. Luiz Carlos Menegatti, 5. Bruno Pessanha Negrís, 6. Paulo César Hartung Gomes, 7. Estado do Espírito Santo. Relator: Juiz Arion Mergár. Vitória, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/0004878-43%20-%20Liminar%20acao%20popular%20SINCADES%2017mar13.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 458** de 21 de outubro de 2008. Dispõe sobre a criação do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo – FUNCULTURA. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20458.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 10568** de 26 de julho de 2016. Institui programa de desenvolvimento e proteção à economia do Estado do Espírito Santo, nas condições que especifica. Ales Digital. Legislação Estadual. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=33445>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 10568**, de 26 de julho de 2016. Institui programa de desenvolvimento e proteção à economia do Estado do Espírito Santo, nas condições que especifica. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=326831> Acesso em: 12 abr. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo 2013-2023**. Vitória: SECULT, s/d.

FERRI, Fraga. Apoio do Sincades à cultura capixaba provoca sérias suspeições. Entrevista cedida Henrique Alves. **Século Diário**, Vitória, 2012. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/apoio-do-sincades-a-cultura-capixaba-provoca-serias-suspeicoes>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA (FCAA). **Planejamento e Gestão governamental na Esfera Estadual**: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs. Relatório Consolidado do Plano Plurianual 2012-2015. Estado do Espírito Santo. Brasília: IPEA, 2014.

GIL, Gilberto. Leia a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil. **Folha Online**, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml> Acesso em: 19 abr. 2020.

GODOY, Ivo. Portal Yha! A interface da Rede Cultura Jovem. **Revista Nós – Secretaria de Estado da Cultura – Programa Rede Cultura Jovem – Instituto Sincades –**, n. 1, pp. 22-25, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/rcjovem/docs/revistanos/7>. Acesso em 09 abr. 2020.

GÓIS, Paulo. **Seminário Rede Cultura Jovem – O Espírito de Um Tempo**. Memória do portal DOPC – Don Oleari Ponto Com. 2009. Disponível em: <http://memoriadoportaldopc.blogspot.com/2009/10/seminario-rede-cultura-jovem-o-espírito.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

INSTITUTO SINCADES. **Estatuto**. Vitória, 2008.

INSTITUTO SINCADES. **Relatório 2008 | 2012**. Vitória: Editora GSA, s/d. Disponível em: [121244280113instituto\\_sincades\\_relatorio\\_2012\\_internet.pdf](121244280113instituto_sincades_relatorio_2012_internet.pdf). Acesso em: 08 mai. 2020.

INSTITUTO SINCADES. **Relatório 2008 | 2013**. 5 Anos de Atividade. Vitória: Editora GSA, s/d. Disponível em: [http://www.institutosincades.org.br/painel/arquivos/banners/relatorio\\_instituto\\_sincades.pdf](http://www.institutosincades.org.br/painel/arquivos/banners/relatorio_instituto_sincades.pdf). Acesso em: 08 mai. 2020.

LIMA, Magalli. Classe artística discute editais e parceria com o Insituto Sincades. **Século Diário**, Vitória, 2015. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/classe-artistica-discute-editais-e-parceria-com-o-insituto-sincades>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MACHADO, Viviane. Artistas ocupam Secretaria após verba para cultura cair mais de 75%. **G1 Espírito Santo**, Vitória, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/04/artistas-ocupam-secretaria-apos-verba-para-cultura-cair-mais-de-75.html>. Acesso em 14 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006:** estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2007. Disponível em: [http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC\\_1%C2%AA-PARTE.pdf](http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC_1%C2%AA-PARTE.pdf). Acesso em 27 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC. **III Conferência Nacional de Cultura:** Conferindo os conformes. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: MinC, s/d. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/1-Resultados-II-Confer%C3%A2ncia-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC. Uma Política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura. **Anais III Conferência Nacional de Cultura.** Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2013. Disponível em: [http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/ANAIS-IIICNC\\_-RF.pdf](http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/ANAIS-IIICNC_-RF.pdf). Acesso em: 28 ago. 2019.

OLIVEIRA, Renata. Deputado cobra explicação sobre parceria com o Sincades. **Século Diário**, Vitória, 2012. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/deputado-cobra-explicacao-sobre-parceria-com-o-sincades>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PERFIL dos Municípios Brasileiros 2009. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44692.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

PERFIL dos Municípios Brasileiros 2012. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64638.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

PERFIL dos Municípios Brasileiros 2018. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

PERFIL dos Municípios Brasileiros Cultura 2006. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36016.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

PERFIL dos Municípios Brasileiros Cultura 2014. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

SAMORA, Nerter. Justiça estadual abre caminho para manutenção de incentivos fiscais. **Século Diário**, Vitória, 2013. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/justica-estadual-abre-caminho-para-manutencao-de-incentivos-fiscais>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAMORA, Nerter. Projeto que anulava incentivos fiscais ao Sincades é arquivado na Assembleia. **Século Diário**, Vitória, 2013. Disponível em:

<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/projeto-que-anulava-incentivos-fiscais-ao-sincades-e-arquivado-na-assembleia>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAMORA, Nerter. Tribunal de Justiça libera manutenção de incentivos fiscais ao setor atacadista. **Século Diário**, Vitória, 2013. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/tribunal-de-justica-libera-manutencao-de-incentivos-fiscais-ao-setor-atacadista>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECULT). Cultura Presente. **Política Pública de Cultura no Espírito Santo 2003-2010**: Conceitos, Programas, Experiência. Concepção, autoria e edição de José Antonio Martinuzzo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, s/d.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. **Programa Rede Cultura Jovem** [“**Texto base PRCJ**”]. Vitória: SECULT, s/d, pp. 21.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Programa Rede Cultura Jovem. **Planejamento 2012-2014**. [“**Planejamento do PRCJ**”]. Vitória: SECULT, s/d, pp. 4.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Programa Rede Cultura Jovem. **Comunicação/Editais**. Comunicação integrada 2012. Vitória: SECULT, 2012, pp. 10.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Programa Rede Cultura Jovem. **Editais Rede Cultura Jovem**. Dezembro de 2012 a dezembro de 2013. Vitória: SECULT, 2013, pp. 09.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Programa Rede Cultura Jovem. **Projeto FACJ 2013. Programa Rede Cultura Jovem**: fevereiro a dezembro de 2013. Vitória: SECULT, 2013, pp. 38.

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. **Proposta Programa Rede Cultura Jovem Para 2013** [“**Rede Cultura Jovem – Planejamento 2013**”]. Vitória: SECULT, s/d, pp. 22.

SCHIFRES, Sebastien. **Le mouvement autonome en Italie et en France (1973 – 1984)**. Mémoire de master 2 de sociologie politique soutenu en octobre 2008 à l’université Paris VIII.

SINCADES - Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo. **Estatuto**. Vitória, 2007.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

XIMENES, Leonel. Instituto Sincades não tem mais parceria com o governo. *Gazeta Online*, 2015. Disponível em: [https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/victor\\_hugo/2015/10/instituto-sincades-nao-tem-mais-parceria-com-o-governo-1013912395.html](https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/victor_hugo/2015/10/instituto-sincades-nao-tem-mais-parceria-com-o-governo-1013912395.html). Acesso em: 12 abr. 2020.

## APÊNDICE A

## Questionário de levantamento

Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

Pesquisa sobre os Coletivos Culturais  
no Espírito Santo

O presente questionário faz parte da pesquisa "Interações socioestatais: uma análise da mútua constituição entre os coletivos culturais e o Estado no Espírito Santo", do estudante de doutorado Marcelo de Souza Marques. A pesquisa é orientada pela professora Dr<sup>a</sup> Vanessa Marx (UFRGS), contanto também com a coorientação da professora Dr<sup>a</sup> Euzeneia Carlos (UFES). O objetivo deste questionário é levantar informações que permitam compreender a estrutura organizacional, formas de mobilização e ação dos coletivos culturais e as inter-relações com o Estado em seus diferentes níveis. Todas as informações serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa científica.

\*Obrigatório

1. E-mail \*

---

Informações básicas sobre o coletivo

2. 1 Nome do coletivo \*

---

3. 2 Ano de criação do coletivo \*

---

4. 3 Localidade em que se situa o coletivo \*

---

5. 4 Quais as áreas temáticas de atuação do coletivo? \*

Por exemplo: coletivo cultural audiovisual; coletivo cultural feminista; coletivo cultural negro, coletivo cultural de graffiti, artes plásticas, etc.

---

---

---

---

---

6. 5 Quais foram os motivos que levaram a criação do coletivo? \*

---

---

---

---

---

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

7. 6 O coletivo contou com algum apoio/assessoria/financiamento de alguma instituição durante o processo de criação \*

Por exemplo: movimentos sociais, ONG, outros coletivos, instituições estatais, instituições empresariais, instituições religiosas, etc.

---

---

---

---

---

8. 7 Quais os objetivos/missões do coletivo (demandas pelas quais atua o coletivo)?\*

---

---

---

---

---

9. 8 Endereço de e-mail do coletivo (ou do representante do coletivo que está respondendo o questionário) \*

---

10. 9 Telefone/Celular (do representante do coletivo que está respondendo o questionário) \*

---

**Dimensão estrutural e organizacional**

O objetivo desta seção é compreender a estrutura organizacional dos coletivos

11. 10 O coletivo possui sede? (estrutura fixa própria ou cedida/emprestada) \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

12. 11 O coletivo possui CNPJ? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

13. 12 O coletivo possui Estatuto? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

14. 13 Além do Estatuto, ou em substituição deste, o coletivo possui algum dos documentos/registros a seguir \*

*Marque todas que se aplicam.*

Carta de princípios (Por exemplo: documento em que constam os princípios de ação do coletivo, motivações, diretrizes de atuação, etc.)

Regimento interno

Registro em cartório

Registro de atas de reunião

O coletivo não possui nenhum tipo de registro ou documento interno

Outro:  \_\_\_\_\_

15. 14 Quantos membros possui o coletivo? \*

\_\_\_\_\_

16. 15 O coletivo apresenta alguma das divisões internas a seguir (uma ou mais opções): \*

*Marque todas que se aplicam.*

Liderança/presidência

Diretorias

Secretarias

Setoriais Pastas

Grupos de trabalho

O coletivo não apresenta nenhuma divisão estrutural interna

Outro:  \_\_\_\_\_

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

17. 16 O coletivo apresenta algum tipo de representação formal (eleita ou indicada por meio de mecanismos formais)? Se sim, poderia descrever? \*

Por "representação formal" entende-se a existência de uma função ou cargo de representação do coletivo reconhecida pelos membros para responder/representar o grupo. Por "mecanismos formais" entende-se processos eleitorais ou de indicações criados pelos próprios membros do coletivo para escolherem um(a) representante.

---



---



---



---



---

18. 17 Como é o processo de tomada de decisões internas do coletivo? \*

Marque todas que se aplicam.

- Votação não identificada (os ativistas votam sem qualquer tipo de identificação) Votação  
 identificada/nominal  
 Construção de consensos em assembleias ou reuniões  
 Sorteios

Outro:  \_\_\_\_\_

19. 18 O coletivo costuma se reunir presencialmente ou por meio das redes sociais? Se sim, por quais motivos e com que frequência? \*

Poderia descrever os principais motivos das reuniões do coletivo e a frequência/media mensal?

---



---



---



---



---

20. 19 Qual é o âmbito/região de atuação do coletivo (uma ou mais opções)? \*

Marque todas que se aplicam.

- Municipal  
 Espírito Santo  
 Nacional  
 Regional (Sudeste)  
 Internacional



## Estrutura financeira (recursos)

21. 20 Quais são as formas predominantes de captação de recursos financeiros do coletivo? \*

---



---



---



---



---

22. 21 O Coletivo já captou recursos financeiros, via editais ou outros mecanismos, junto a algumas das instituições a seguir (uma ou mais opções): \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Município
- Estado
- Governo Federal
- Universidades/"Academia"
- Instituições Religiosas ONG's
- Empresas Partidos
- Políticos
- Movimentos sociais
- Sindicatos
- Fundações ou Fundos Internacionais
- O coletivo nunca captou recursos financeiros externos

Outro:  \_\_\_\_\_

23. 22 Se o coletivo captou recursos externos (questão 21), poderia informar qual foi natureza do recurso (ex. se edital, qual foi?) e em qual ano ocorreu?

---



---



---



---



---

24. 23 O coletivo realiza ou já realizou algum tipo serviço de consultoria, assessoria, desenvolvimento de projetos, etc., como forma de arrecadação de recursos? Se sim, descreva \*

---



---



---



---



---

**Estrutura  
colaborativa e  
formas de atuação**

O objetivo desta seção é conhecer os mecanismos de parcerias dos coletivos em suas ações (mecanismos facilitadores da ação) e as formas de ação dos coletivos

25. 24 O coletivo desenvolve ou já desenvolveu ações conjuntas/colaborativas com alguma das instituições a seguir (uma ou mais opções): \*

Por exemplo: (A) Convênios para promover ou administrar programas ou de ações específicas planejadas por alguma das instituições a seguir; (B) atividade colaborativa direta ou indireta via editais para o desenvolvimento de projetos.

*Marque todas que se aplicam.*

- Estado (Gov. Municipal, Gov. Estadual ou Gov. Federal)
- Universidades/"Academia"
- Ministério Público
- Empresas
- ONG's
- Fundações
- Instituições Religiosas
- Sindicatos
- Movimentos sociais
- Partidos Políticos
- Associações de moradores
- Outros coletivos
- Grupos artísticos
- O coletivo nunca buscou parcerias/relações de colaborativas

Outro:  \_\_\_\_\_

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

26. 25 Se a resposta anterior foi "sim", poderia informar qual foi a ação e em que ano ocorreu?

---



---



---



---



---

27. 26 O coletivo participa ou já participou colaborativamente de alguma AÇÃO DO ESTADO (ex. políticas públicas, projetos específicos, etc.) como forma de atuação? Se sim, descreva \*

Por "participação" entende-se execução de ações dos poderes públicos por parte do coletivo e/ou participação do coletivo em ações dos poderes públicos (por exemplo: políticas de editais; programações culturais organizadas pelos poderes públicos, etc.).

---



---



---



---



---

28. 27 O coletivo atua ou já atuou em algum dos espaços institucionais de participação a seguir: \*

Por "participação", entende-se o acompanhamento de reuniões públicas, ações conjuntas, etc. (Por exemplo: conselhos municipais e/ou estadual de cultura; conselhos de instituições, tais como museus, galerias, etc.).

*Marque todas que se aplicam.*

- Audiências Públicas
- Conferências de Políticas Públicas (Por exemplo: Conferências de Cultura, Conferência da Promoção da Igualdade Racial, etc.)
- Conselho Gestor de Políticas Públicas (Por exemplo: Conselho de Política Cultural, Conselho de Direitos Humanos)
- Conselhos Consultivo, Deliberativo ou Administrativo (estatais ou empresariais) (Por exemplo: conselhos de gestão de museus, de galerias de arte, etc.)
- Conselhos de Programas (Por exemplo: conselho de um programa/política pública específico do Estado)
- Fórum ou Comissão de Políticas Públicas Orçamento
- Participativo
- O coletivo nunca atuou em nenhum espaço institucional de participação

Outro:  \_\_\_\_\_

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

29. 28 Se a resposta anterior foi "sim", poderia descrever em que ano ou período ocorreu?

---

30. 29 O coletivo já moveu alguma ação judicial como forma de ação política (Ex: denúncia junto ao Ministério Público)? Se sim, poderia informar qual foi a ação (objeto da ação) e em qual ano ou período? \*

---



---



---



---



---

31. 30 O coletivo realiza/participa ou já realizou/participou de algumas das ações a seguir como forma de atuação ou encaminhamento de reivindicações e proposições \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Abaixa-assinado
- Manifesto (Por exemplo: publicação autorial online ou impresso) Publicação de
- artigos em jornais
- Concessão de entrevistas
- Manifestações públicas (Por exemplo: passeatas, greves, bloqueio de ruas/avenidas, etc.)
- Ocupações (Por exemplo: ocupações de estruturas físicas estatais ou empresariais)
- Participação em mesas/debates em eventos promovidos por instituições públicas ou privadas (Por exemplo: Universidades/faculdades, Secretarias de Governo, Conselhos, etc.)
- Envio de ofícios a órgãos públicos ou empresariais
- Reuniões com autoridades públicas (Por exemplo: políticos ou gestores) Alianças/articulações/ações
- colaborativas, momentâneas ou não, com PARTIDOSPOLÍTICOS
- Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com POLÍTICOS ELEITOS
- Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com MOVIMENTOS SOCIAIS
- Alianças/articulações/ações colaborativas, momentâneas ou não, com ONG's

Outro:  \_\_\_\_\_

32. 31 Se a resposta anterior foi "sim" poderia informar qual e em que ano ou período?

---



---



---



---



---

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

33. 32 O coletivo conta ou já contou com alguma ASSESSORIA/CONSULTORIA como forma de viabilizar sua atuação? Se sim, descreva \*

Por exemplo: participação em oficinas oferecidas pelos poderes públicos ou outras instituições (ONG, movimentos sociais, empresas, sindicatos, outros coletivos, etc.).

---



---



---



---



---

34. 33 Algum ativista do coletivo já exerceu ou ainda exerce algumas das funções/cargos a seguir: \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Atuaram ou atuam na coordenação, ou foram ou são coordenadores, de projetos ou programas do Governo Federal, Estadual ou Municipal (ou do setor privado);
- Foram ou são Agentes sociais/culturais em ações, projetos ou programas do Governo Federal, Estadual ou Municipal (ou do setor privado);
- Assumiram ou ainda têm Cargos administrativos e/ou de gerência em secretarias, pastas, etc; no Governo Federal, Estadual ou Municipal (ou no setor privado);
- Foram ou são conselheiros (Conselhos de cultura ou outros) ou trabalharam na implementação de conselhos de políticas;
- Foram ou são Filiado a partido político;
- Foram ou são funcionários públicos de carreira/efetivos
- Não. Nenhum membro nunca exerceu ou exerce alguma dessas funções ou alguns desses cargos

Outro:  \_\_\_\_\_

35. 34 Se a resposta anterior foi "sim" poderia informar em que ano ou período?

---

36. 35 O coletivo promove ou já promoveu cursos, oficinas, atividades lúdicas, workshops, etc., visando o empoderamento dos sujeitos como forma de atuação? Se sim, descreva \*

A ação pode ser para seus próprios membros ou para públicos externos

---



---



---



---



---

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

37. 36 O coletivo faz uso das redes sociais em sua ação/mobilização? \*

Por exemplo: recorre às redes sociais para divulgar as ações e/ou para mobilizar membros e apoiadores para suas ações.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

38. 37 Se sim, em uma escala de 1 a 5, sendo que 1 é a menor e 5 a maior, qual é a importância das redes sociais para ação/mobilização do coletivo?

1 = Não é importante / 2 = Pouco importante / 3 = Mais ou menos importante / 4 = Muito importante / 5 = Indispensável (extremamente importante)

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não é importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Indispensável (extremamente importante)

39. 38 O coletivo participou ou participa direta ou indiretamente de alguns destes espaços/eventos? \*

Marque todas que se aplicam.

- Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ)
- Invade MAES
- #OculpaSecult
- Reuniões do Conselho Estadual de Cultura
- O coletivo não, mas eu participei/participo dos que assinalar

40. 39 Qual é a página eletrônica (Facebook, blog, site, etc.) do coletivo? \*

\_\_\_\_\_

41. 40 Quais foram/são as principais ações realizadas pelo coletivo? Poderia informar o ano ou período? \*

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Pesquisa sobre os Coletivos Culturais no Espírito Santo

42. 41 Quais foram/são os mecanismos utilizados pelo coletivo como forma de divulgação de suas ações? \*

---

---

---

---

---

43. 42 A partir de suas experiências poderia definir o que é um coletivo? \*

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B

## Perfil básico dos Coletivos

NOME DO COLETIVO	LOCALIDADE / MUNICÍPIO	Nº MEMBROS	ANO DE CRIAÇÃO
Arcotisan	São Mateus	22	2010
	<b>Objetivos</b>		
O coletivo atua com vendas de artesanato e comidas típicas, buscando fortalecer a categoria. Também visa se constituir enquanto um local pra escoar os produtos e ensinar outras pessoas.			
Árvore Casa das Artes	Vitória	4	2016
	<b>Objetivos</b>		
Pesquisar a arte de ator e a palhaçaria, adotando o treinamento como ferramenta para edificação de uma técnica pessoal de criação e atuação nestes dois campos de conhecimentos das artes da cena.			
Associação Cultural Andora	Vitória	25	2008
	<b>Objetivos</b>		
O coletivo é voltado para a Educação, Cultura Popular e Folclórica, Música e Dança – focando nas danças como ideia central. Surgiu no curso de Educação Física, UFES. Desde então, o grupo segue realizando pesquisas e sistematizando o conteúdo para ser trabalhado nas escolas e, automaticamente, fazendo o resgate e a divulgação da cultura popular capixaba e brasileira nacional e internacionalmente.			
Associação dos artesãos de Conceição da Barra	Conceição da Barra	18	2000
	<b>Objetivos</b>		
Coletivo cultural artesanato com foco no fomento ao artesanato barrense			
BELAS – Coletivo auto-organizado de Mulheres de São Mateus	São Mateus	120	2018
	<b>Objetivos / Missão</b>		
Defesa da igualdade de gênero, pelo fim da violência contra a mulher e em defesa da democracia. Participam mulheres que exercem variadas profissões, e como forma de fundamentar suas defesas, elas se aprofundam em estudos, debates e mobilizações variadas junto à sociedade e aos poderes públicos.			
Boas de Prosa	Vitória	3	2014
	<b>Objetivos</b>		
Coletivo cultural literário, o Boas de Prosa é um coletivo idealizado pelas escritoras Isabella Mariano e Juane Vaillant e visa contribuir para a formação de mulheres que desejam conhecer mais sobre literatura, mercado editorial e escrita literária, com foco no estímulo a suas criatividade e identidades. Também integra hoje o grupo a escritora Aline V. Miranda.			
Boi Amigo	Muqui	10	2009
	<b>Objetivos</b>		
Coletivo Cultural Folclórico. Tem por objetivo alegrar, animar e embelezar o "melhor carnaval do mundo". Divertir e emocionar crianças, jovens, adultos e velhos, pois, para quem realmente gosta, não existe melhor brincadeira.			
CADOZ Coletivo	Baixo Guandu	14	2019
	<b>Objetivos</b>		
O CADOZ, Coletivo Cultural de Artes Integradas, tem por objetivo apoiar e realizar iniciativas			



	voltadas para o desenvolvimento das minorias sociais, artísticas e culturais das comunidades, bem como juntar os artistas da cidade para inscrições de editais e lutar por políticas públicas na área da cultura. CADOZ Coletivo tem como missão apoiar e realizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, artístico e cultural das comunidades de Baixo Guandu. Tem como valores essenciais o exercício ativo da cidadania democrática, tendo como postura essencial nas suas dependências e para o seu quadro social o tratamento igualitário de todos os seus integrantes e público em geral. Para atender a sua missão, CADOZ possui os seguintes objetivos sociais: Promover a arte e a cultura, implementando programas que visem o pleno exercício da cidadania cultural para o desenvolvimento da qualidade de vida da população; Montar e apoiar oficinas, escolas informais, espetáculos nas áreas artísticas, vídeos, filmes e programas nas áreas de comunicação, como jornal, rádio e TV, e programas de inclusão digital; Promover e apoiar estudos e pesquisas, captar fundos e recursos, patrocinar pesquisas e projetos relativos à geração de renda em arte e cultura para beneficiar grupos populares em situação de vulnerabilidade; Promover, participar e apoiar intercâmbio e capacitação dentro e fora do território nacional; Estimular a parceria e o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais.		
Casa da Má Companhia: Sede dos grupos Z e Repertório	Vitória	12	2013
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Teatro, Dança e Performance. Visa à criação e à oferta de espetáculos, oficinas formativas e outras ações culturais para a sociedade. Surgiu da necessidade de um espaço para ensaios, apresentações e organização do acervo dos dois grupos que ocupam o espaço (Grupo Z e Repertório).		
Cia Encena de Teatro	Cachoeiro de Itapemirim	7	2013
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo cultural de artes cênicas. Visa promover as artes cênicas, de forma acessível, utilizando da sua arte para protestar e dar voz aos invisíveis.		
Cia Nós de Teatro	Cachoeiro de Itapemirim	3	2014
	<b>Objetivos</b>		
	O coletivo envolve teatro, contação de histórias, mediação de leitura e dança, visando à democratização do acesso à arte e cultura, incentivo a leitura, e conscientização de pautas sociais e políticas através da arte.		
Cia de Teatro Daqui Pra Frente	São Mateus	12	2000
	<b>Objetivos</b>		
	Trata-se de um Coletivo de Artes Cênicas com o objetivo de dar sustentação ao movimento cultural mateense na formação e desenvolvimento da nova geração cultural local, especialmente o Teatro. Fazem parte dos objetivos: formação, qualificação, ocupação de espaços alternativos, em especial o Espaço Cultural Marerike, em Guriri, oficina permanente, montagem de espetáculos e performance.		
Cidade Quintal	Vitória	7	2016
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Design participativo, urbanismo e arte urbana. Tem por objetivo contribuir para a qualificação de espaços e da sociabilidade urbana por meio da arte, <i>design</i> e urbanismo, além de somar interesses individuais e oportunidade de mercado.		
Cine Amadores	Muniz Freire	15	2014
	<b>Objetivos</b>		
	Espaço de/para produção audiovisual independente e amadora, produção para <i>web</i> , artes visuais, música, literatura, patrimônio imaterial, cultura popular. Almeja oportunizar aos artistas do Município de Muniz Freire a desenvolverem sua arte livremente através de editais de cultura, resgate e registro audiovisual da cultura e história local.		
Circo Teatro Capixaba	Divino de São Lourenço	6	2000
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Arte Pública. Tem por objetivo trabalhar com minorias, descentralizar o acesso a arte, fazer Teatro de Rua, Circo, Dança, Educação Popular para Saúde, desenvolvendo trabalho artístico-		

	cultural de maneira colaborativa com artistas de diversas expressões.		
Coletivo Afoxé	Vitória	3	2000
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural Negro. Busca o fortalecimento da população negra no conhecimento e no empreendedorismo, bem como orientar e lutar por direitos.		
Coletivo Cerâmica Caparaó	Divino de São Lourenço	10	2011
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural de Artes Plásticas. Resultado da união de artistas com o intuito de manufatura, difusão e qualificação de técnicas na produção de produtos cerâmicos. O coletivo atua na produção de objetos cerâmicos para comercialização em feiras e na loja do Espaço Puri, onde se localiza. Neste mesmo espaço promove cursos, intercâmbios e residências em várias linguagens artísticas.		
Coletivo Damballa	Vila Velha	6	2017
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Audiovisual e Negritudes. Surgiu a partir da necessidade de trazer e/ou fomentar a discussão sobre o Cinema Negro no estado, bem como articular realizadores negros(as) para a produção deste cinema. O Coletivo atua sob três pilares: 1) Produção; 2) Política; e 3) Formação. O primeiro ponto pode ser resumido na realização de filmes, seja na guerrilha ou com financiamento público. O segundo, na atuação em frentes políticas em defesas de pautas importantes para nós, enquanto indivíduos negros(as), junto às instâncias de representações do setor, tais como a ABD e o Fórum do Audiovisual Capixaba. Nesse sentido, conseguimos aprovar na sessão plenária dos profissionais do setor e no Conselho de Cultura, em 2018, a implementação da política de Ações Afirmativas nos editais de Audiovisual da Secult. O terceiro ponto é a Formação de profissionais no campo do audiovisual. Há uma carência de profissionais no ES em áreas que chamamos de “cabeças de equipe”, nas quais somos sempre profissionais subalternos.		
Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do ES	Marataízes (toda região Sul do estado)	206	2014
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Socio-Cultural-Racial. Visa combater o racismo, o extermínio da juventude negra, a homofobia, a intolerância religiosa, a violência contra a mulher, o sexismo, também atuando na promoção do desenvolvimento sustentável e cultural (empreendedorismo), da justiça social, Igualdade e bem viver.		
Coletivo de Performance Itinerante	Vitória	27	2018
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de performance artística itinerante: dança afro, poesia (slam, rua, marginal, capoeira, samba de roda, Teatro, percussão e cantigas em ioruba – cultura negra capixaba de matrizes africanas. Visa divulgar e enaltecer a cultura negra capixaba, dando manutenção e valorização às raízes africanas. Colocando o corpo negro como ponto de referência de estudos e abordando diversas temáticas, tais como extermínio da juventude negra, a intolerância religiosa, o racismo, a homofobia, a devastação do meio ambiente, o afrofuturismo e a diáspora africana.		
Coletivo Emaranhado	Vitória	20	2013
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de artes cênicas com dispositivo na dança/arte negro-brasileira. Tem como objetivos pesquisar a estética da dança afro-brasileira cênica e suas ramificações no processo da diáspora, com foco na montagem de espetáculos de dança, criação de oficinas e produção cinematográfica, bem como defender as culturas afro-brasileiras e seus ideais através da dança. Tendo na dança o seu eixo central, o coletivo visa construir relações transversais com outras linguagens. A criação do coletivo se deu diante da necessidade de artistas que pesquisassem a arte negra cênica com novos parâmetros.		
Coletivo Mudando o Cenário	Vila Velha	12	2015
	<b>Objetivos</b>		
	O coletivo surgiu diante da necessidade de entretenimento de qualidade e de alto teor político, para a juventude periférica poder se divertir e aprender. Nosso objetivo é levar entretenimento e informação para a juventude/população periférica.		

	Vila Velha	64	2017
Coletivo Nísia	<b>Objetivos</b>		
	O Nísia, um coletivo cultural, feminista e social, tem por objetivo promover a autonomia e resgatar a autoestima de meninas e mulheres periféricas através da literatura.		
	Vila Velha	6	2012
Coletivo R5	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural Urbano. Visa empoderar a comunidade e valorizar as culturas urbanas, disponibilizando o acesso à Arte, ao Esporte, à Cultura e ao Lazer para as comunidades da Região 5 de Vila Velha.		
	Vitória	5	2012
Confraria dos Bardos	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo cultural literário. Visa à promoção da leitura de escritores capixabas por meio das apresentações com saraus.		
	São Mateus	10	2010
Empreender Jovem	<b>Objetivos</b>		
	O coletivo tem como áreas temáticas Arte, Cultura, HipHop (Break Dance, Graffiti, Dj, RAP), Audiovisual, Comunicação Comunitária, Meio Ambiente, Artesanato, Cine Clube, Capoeira e Organização de Eventos. A missão do coletivo é possibilitar que adolescentes e jovens das comunidades construam seu alicerce pessoal, valorizem o estudo, abominem a violência e se tornem cidadãos participativos da sociedade, promovendo assim a inclusão cidadã de jovens através do multiculturalismo de conhecimentos. Para isso, atuamos a partir da construção de valores que visam promover o desenvolvimento integral do ser humano, valores da paz, liberdade, democracia, equidade, igualdade étnica, direitos humanos, direitos à comunicação, à liberdade de pensamento e preservação da vida. Com este importante passo, podemos despertar a visão para a construção estratégica do desenvolvimento social e econômico através dos conhecimentos científicos pela educação, desenvolvimento ambiental e sustentável, na arte, na cultura, através dos princípios da economia criativa e solidária. Também objetiva formar uma rede cuja finalidade é atuar na diversidade e na multiplicidade de questões da sociedade na área da assistência social, da saúde, do meio ambiente, da arte, da cultura, da educação, da tecnologia, da comunicação, do terceiro setor, do trabalho, do turismo, do lazer, do esporte e da construção democrática das políticas públicas.		
	São Mateus	2	2004
Espaço Cultural Marerike	<b>Objetivos</b>		
	O coletivo atua a partir do teatro, produção cerâmica, realização de mostras e exposições. Surgiu diante da necessidade do fomento cultural, visando despertar consumidores das artes e formar artistas.		
	Vitória	30	2007
Expurgação	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Audiovisual, Artes Visuais, Eventos Culturais e Produção Musical. O coletivo foi criado por afinidades entre os integrantes, que buscavam um local em comum para produzir suas produções e se ajudarem financeiramente, tecnicamente e intelectualmente. Tem como objetivo ativar e desenvolver o engajamento da sociedade no processo de construção da identidade cultural – através das artes visuais, do audiovisual, da produção musical e das ações culturais – visando elevar o senso de pertencimento e o nível de acoplamento entre as pessoas.		
	Guarapari	14	2016
Facção In-Versa	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo atua a partir da produção audiovisual, artes plásticas, eventos, projetos culturais educativos, intervenções urbanas, arte urbana, stickerart, músicas, lambes, murais, literatura e outros crimes dadaístas – igual o que é feito por aí, só que ao contrário. É um anti-coletivo sem regras (mentira, tem regras, mas ninguém sabe quais) onde cada um faz o que quer, com o que tem, do jeito que dá e com		

	quem tá a fim de ajudar naquilo. Somos dadaístas e loucos 🎨🎭🎪🎯🎪🎭🎪🎯🎪🎭🎪🎯. O objetivo é perverter, ofender, atacar, agredir, ironizar, criticar, se auto sabotar, in-verter e trazer o coringa quando necessário para criar o caos à transformação por meio da arte kkkkkk.		
	Alegre	26	2017
FEMEA – Feira da Mulher na Economia Solidária de Alegre	<b>Objetivos / Missão</b>		
	Trata-se de um coletivo que promove uma Feira de Alimentação, Artesanatos, Cosméticos, Higiene e Serviços feitos exclusivamente por mulheres. Todas as edições da FEMEA contam com Atrações Culturais. Surgiu da necessidade de criarmos um palco para exposição das nossas habilidades, discutirmos as questões do universo feminino e complementar a renda familiar. Temos como objetivo possibilitar o empoderamento de mulheres através do trabalho e do engajamento comunitário, contribuindo para seu o crescimento econômico, social e político, fomentando economia solidária.		
	Vitória	5	2009
Foi à Feira	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo cultural de <i>design</i> , artes visuais e audiovisual. Surgiu a partir da vontade de produzir fora do mercado tradicional de arte, comunicação e <i>design</i> . Atuamos com o objetivo de potencializar o acesso à arte e à experimentação, difundir as práticas de criação artística e expressão visual através de projetos de arte e educação e, mais atualmente, repensar o papel e a memória de espaços urbanos.		
	Vitória	8	2007
Folgazões	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo voltado ao teatro e ao cinema, com foco no ensino dessas artes. Atua na formação profissional como ator/atriz, visando difundir a arte teatral e do cinema através de produções, oficinas e eventos.		
	Cachoeiro de Itapemirim	4	2008
Grupo Anônimos de Teatro	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de teatro, produção cultural, artes integradas. Surgiu como uma continuação de um fazer teatral originado na Universidade. O coletivo segue três caminhos: o da montagem de obras teatrais; o da arte-educação, com oficinas de interpretação e produção; e o das ações socioculturais, realizando eventos que englobam teatro, dança, música e literatura, integrando as linguagens e, sempre que possível, de graça para a população.		
	Mucurici	19	2005
Grupo de Teatro e Dança Estirpe de Mucurici	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de teatro, pintura, musicais e dança. Surgiu a partir da relação com a SECULT-ES. Alunos que participaram de cursos itinerante oferecidos pela SECULT-ES, que ao terminar o curso, criaram um núcleo, e assim o grupo permanece até hoje. O objetivo principal é manter a cultura regional viva e fortalecida. Atuamos com apresentações de forró e dança afro, além de fazer trabalhos de pinturas e animações de festas, todo ano criando espetáculos novos e buscando capacitações e premiações de editais.		
	Guaçuí	14	1983
Grupo Teatral Gota, Pó e Poeira	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural Teatral (apresentações, produções, oficinas). Busca por uma identidade cultural no município e promoções de atividades culturais com a participação de jovens. Atua produzindo e apresentando espetáculos teatrais no Festival Nacional de Teatro de Guaçuí. Além disso, realiza oficinas de formação de novos atores e técnicos, mantém o Ponto de Cultura "Gota, Pó e Poera" e promove a circulação de espetáculos na região, no Estado e, quando pode, no país.		
	Vitória	7	1996
Grupo Z de Teatro	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de artes cênicas, especialmente teatro e dança. O Grupo Z de Teatro foi criado em 1996 por artistas que acreditam no teatro de grupo como caminho para a realização de um trabalho contínuo, que privilegie, além da montagem de espetáculos, a investigação de uma linguagem própria que, a um só tempo, seja fruto do fazer coletivo e engendre sua identidade. Desde a sua fundação, o grupo		

	mantém-se em constante atividade, seja preparando seus espetáculos, fazendo temporadas dos mesmos, ou em oficinas internas em que novas questões – ou novos olhares sobre aspectos já conhecidos – sejam colocados, o que acaba por direcionar quais serão os passos seguintes. O Grupo também oferece oficinas em que seus processos de criação são compartilhados com outros artistas, coletivos e com pessoas diversas que se interessem pelas artes cênicas. Divide uma sede com a Repertório Companhia de Artes Cênicas, situada no Centro de Vitória-ES, onde desenvolve uma série de projetos de ambos os grupos e de outros artistas e coletivos.		
IADES – Instituto Arte e Design do ES	Vitória	9	2017
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Artes Visuais. Surgiu no processo de criação de um CNPJ, para podermos captar recursos para o projeto do qual já fazíamos parte, o Circuito artES. O IADES, Instituto Arte e Design do Espírito Santo, é uma Associação sem fins lucrativos formada por artistas e tem como missão divulgar e capacitar artistas empreendedores, conectando a comunidade criativa do Espírito Santo com o mercado de arte.		
Instituto Cultural Tambor de Raiz	Conceição da Barra	10	2016
	<b>Objetivos</b>		
	É um coletivo que atua como Ponto de Memória e pesquisa a memória coletiva. Surgiu da necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre a nossa própria história e de nossos heróis. O objetivo do coletivo é proporcionar que cada morador de Conceição da Barra possa vivenciar momentos culturais e reconhecer em sua própria cultura elementos universais.		
Instituto Raízes da Piedade	Vitória	13	2008
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo voltado para a Cultura Popular, Samba, Juventude, Igualdade Racial, valorizando a cultura local. O Instituto Raízes tem por finalidade desenvolver, promover e apoiar ações para a defesa, promoção, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades de cultura, assistência social, saúde, mobilidade urbana, educação e direitos humanos, com vistas ao desenvolvimento físico, cognitivo, moral e social.		
Lacarta Circo Teatro	Vitória	8	2013
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo cultural de Circo Teatro de Rua, voltado para a difusão da linguagem e dramaturgia do palhaço brasileiro e palhaçaria feminina. Surgiu do encontro de dois artistas que hoje formam uma família, Amora Gasparini, do teatro, e Carlitos Cachoeira, do circo. Ambos compartilharam o sonho de ter uma companhia na linguagem da teatralidade circense e, após a conclusão da Escola de Palhaços no RJ, em 2014, trouxeram a proposta de difundir a linguagem através de oficinas, seminários e cineclubismo temático.		
LDM	Vitória	11	1998
	<b>Objetivos</b>		
	LDM é um Coletivo Cultural de Grafite e Artes Plásticas que surgiu a partir de reuniões de amigos que pintavam juntos pelas ruas da Grande Vitória. Temos como objetivo difundir a arte urbana, em especial o graffiti e a pichação, bem como realizar eventos de formação em artes urbanas e eventos para encontros entre artistas. Juntos, realizamos pinturas de muros em diversos bairros da região periférica da Grande Vitória.		
Luau do Paraíso	Serra	4	2013
	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural voltado para a divulgação de novos artistas e preservação do meio ambiente. Além da estruturação de eventos que já contavam com centenas de participantes e de atuar no sentido de preservar o meio ambiente, desenvolvendo a “cultura” de tirar o lixo da praia, o coletivo visa o desenvolvimento de novos artistas.		

	Vitória	11	2016
Mulheres Unidas de Caratoira	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo Cultural Feminista Negro e Periférico que busca o empoderamento das mulheres de nossa região. Atuamos pelos direitos a políticas públicas de empoderamento e autonomia financeira para mulheres negras periféricas da região do Caratoira, Vitória.		
	Cariacica	15	1999
Multiplicação	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo majoritariamente feminino cultural negro. Surgiu diante da necessidade de produzir e ensinar a arte na periferia a partir da demanda da população negra. Visa multiplicar saberes e arte.		
	São Mateus	12	2018
Núcleo de Arte e Cultura do IFES, Campus São Mateus	<b>Objetivos</b>		
	A área temática é Arte e Cultura em geral. Surgiu com a proposta de ser um espaço de incentivo e apoio para projetos e manifestações estudantis, bem como proporcionar um espaço lúdico e democrático de interação artística e cultural entre os pares.		
	São Mateus	10	2015
Pelas Ruas	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Artes Plásticas, Audiovisual, Grafite e Artesanato. Surgiu diante da falta de ações na cidade e com o objetivo de trazer para a sociedade opções de lazer, acesso à cultura e quebra de paradigmas negativos.		
	Vitória	7	2012
Raiz Forte	<b>Objetivos</b>		
	O Raiz Forte, Coletivo Artístico-Cultural, surgiu diante da necessidade de criar espaços seguros para a produção de conhecimento e difusão de criações de artistas em diásporas, objetivando o fortalecimento de subjetividades negras, a formação sobre práticas artísticas antirracistas e a difusão de artistas negrodescendentes em diásporas.		
	Vitória	5	2008
Repertório Artes Cênicas e Cia	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Artes Cênicas voltado à criação de espetáculos teatrais em processos colaborativos a partir de espetáculos teatrais questionadores, atentos às questões políticas e sociais.		
	Vila Velha	50	2016
Rua das Artes	<b>Objetivos</b>		
	Feira de Artesanato, Design, Artes Plásticas, Gastronomia. Tem por objetivo divulgar a produção artística e cultural de Vila Velha, incrementados pelo Turismo Religioso, tendo em vista nossa área de atuação no Sítio Histórico da Prainha, e divulgar a produção, bem como os Ateliês, Oficinas e Home-office dos integrantes		
	Vila Velha	12	Não informado
Sama Break Kids	<b>Objetivos</b>		
	Coletivo de Cultura de Rua Break Dance. Tem por objetivo atuar na comunidade local, auxiliando no desenvolvimento dos jovens e crianças.		
	Vitória	13	2009
Santa Sapataria	<b>Objetivos</b>		
	É um Coletivo Cultural de Mulheres Lésbicas, Feministas Interseccionais, Antirracista, Anticapitalista e Anti-LGBTfóbico. Atuamos em frentes como direitos humanos e LGBT, saúde integral das mulheres lésbicas, em diálogo direto com a cultura e com linguagens artísticas. Algumas das áreas de atuação das mulheres do coletivo são serviço social, ciências sociais, terapia ocupacional, comunicação social, pedagogia, cidadania, arte, literatura e psicologia. As integrantes fundadoras da		

	<p>Santa Sapataria já participavam de movimentos sociais de mulheres, movimentos de cultura, do movimento LGBT e do movimento negro. Em uma das reuniões do movimento de mulheres, em 2009, para organização do 8 de março, o próprio movimento social de mulheres faz as fundadoras da Santa Sapataria repensarem a importância do movimento de mulheres lésbicas, com uma abordagem específica. Pautar e afirmar os modos de ser e existir da mulher lésbica junto aos movimentos sociais e, conseqüentemente, a todas as instâncias da sociedade. Esse é o nosso objetivo, além de organizar e desenvolver ações para mulheres lésbicas das comunidades da Grande Vitória, estendendo-se também para municípios do interior do estado do Espírito Santo. Ao longo do tempo, com as atividades propostas em curso, o grupo compreendeu que as atividades, mesmo dirigidas às lésbicas e bissexuais, poderiam também comportar a participação de outras pessoas interessadas nas temáticas do coletivo. Assim, a Santa Sapataria, desde sua criação, atua em diferentes frentes, tendo como principal foco encontros presenciais e itinerantes com outras mulheres lésbicas, movimentos sociais e instâncias públicas de representatividade, diálogo e fortalecimento da pauta.</p>		
	Guarapari	15	2014
Sinestesia – Criatividade Coletiva	<p><b>Objetivos</b></p> <p>Coletivo Audiovisual, Artes Plásticas, Artesanato, Artes Cênicas, Música, Patrimônio, Literatura e de Articulação Cultural. Surgiu diante do descaso do poder público com as políticas públicas para área de cultura e diante de um cenário artístico local voltado apenas aos interesses mercadológicos, no qual não existe articulação cultural entre a classe artística e os fazedores de cultura. O Sinestesia foi criado de forma a cobrar ação estatal e organizar uma rede cultural de promoção artística. Além disso, a criação de uma [obs]cena perpassa pelos diversos objetivos do Sinestesia. Compreendendo que o cenário cultural local por várias vezes é desértico e os artistas locais estão isolados em seus próprios altares, o coletivo tem buscado, desde sua fundação, provocar a perversão dessa realidade. Por meio de várias mãos, construindo de forma colaborativa e vigorando sementes onde o mercado havia imposto suas regras, o Sinestesia, em convergência com outros coletivos e artistas, busca diariamente levantar um novo formato de experienciar a arte – tornando-a mais acessível e democrática, instigando tanto a sociedade civil quanto o poder público a potencializar vozes antes relegadas a guetos, sejam geográficos ou identitários – e, sobretudo, acessar a arte e a cultura produzida nas ruas e nas periferias.</p>		
	Vila Velha	3	2016
Slam Botocudos	<p><b>Objetivos</b></p> <p>Coletivo de Literatura voltado à divulgação de nossa literatura, sobretudo marginal e periférica, a partir da organização de competições estaduais (Slam).</p>		
	Conceição da Barra	4	2000
Trio Fogumano	<p><b>Objetivos</b></p> <p>Coletivo Cultural de Forró de Raiz, surgiu da tradição musical familiar e tem como objetivo levantar a Bandeira do Forró de Raiz de Itaúnas e jeitos de dançar.</p>		
	Vitória	6	2009
UDES – União de Dançarinos do Espírito Santo	<p><b>Objetivos</b></p> <p>Coletivo Cultural de Danças Urbanas. Surgiu perante a falta de eventos de danças urbanas, produzidos por dançarinos, e da falta de maior interação entre todos os dançarinos do ES. O coletivo atua na perspectiva de criar espaços para interações entre dançarinos de danças urbanas do ES e na promoção de encontros de danças, festas, festivas e também formações para os dançarinos, como forma de profissionalizar a prática.</p>		

## APÊNDICE C

## Perfil dos entrevistados

	Coletivos em que já atuou	Atua ou já atuou no Estado?	Idade	Antes de integrar o coletivo teve experiência ativista/militante anterior em outras organizações sociais?
<b>Entrevistado 1</b>	Coletivo DasMinas, Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune, Cineclubes El Caracol, Latinta Muraldo Brasil	Sim – Secult	25	Não
	Feminino. Artista e gestora cultural. Iniciou a atuação no campo cultural em 2011, no movimento <i>hip-hop</i> e realizando intervenções urbanas (graffiti). Após vivência nos coletivos culturais, passou a atuar em outras estruturas que executam políticas públicas e, com isso, participou da diretoria de uma ONG com atuação no setor cultural. Atualmente, trabalha na equipe da Secult e segue com atividades em coletivos.			
<b>Entrevistado 2</b>	Coletivo Maruí	Sim – Secult	40	Sim – Movimento LGBT
	Masculino. Jornalista e gestor cultural. Antes de atuar junto a coletivos culturais, integrou a equipe do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ). Foi a partir do PRCJ e das relações com ativistas de coletivos que participavam do programa que passou a atuar no setor cultural, vindo a ser um dos fundadores do Coletivo Maruí.			
<b>Entrevistado 3</b>	Coletivo Expurgação	Não	37	Sim – organização comunitária no campo do folclore
	Masculino. Produtor cultural. Passou a atuar em coletivos quando ingressou na universidade, no início dos anos 2000. Foi um dos fundadores do Coletivo Expurgação. O coletivo deu origem à empresa EXP Filmes, onde atuou até o ano de 2019. Atualmente, atua em uma ONG que surgiu do Coletivo Expurgação, o Instituto Últimos Refúgios.			
<b>Entrevistado 4</b>	Grupo Zói*	Sim – Secult	39	Não
	Masculino. Publicitário e produtor cultural. Entre os anos 1990 e 2000, ainda durante a graduação em publicidade, na UFES, participou da criação do Grupo Zói. O grupo atuava centralmente no campo do audiovisual. A partir dessa experiência, atuou junto à Secult na execução de um projeto de exibição e debate de filmes em escolas públicas da rede estadual, e também passou a atuar na Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas (ABD), tendo assumido o cargo de direção da instituição. Além disso, é conselheiro do Conselho Municipal de Cultura de Vila Velha, participa de associações de produtores independentes e, como microempresário, passou a atuar no sindicato patronal do Audiovisual do Espírito Santo.			



Coletivos em que já atuou	Atua ou já atuou no Estado?	Idade	Antes de integrar o coletivo teve experiência ativista/militante anterior em outras organizações sociais?
SBL Skate Board Livre, LDM Crew, Banca Bicho Solto, TamoJunto	Sim – Secretaria de Assistência Social (PMV)	38	Sim – organizações religiosas (grupo de missões) e movimento <i>hip-hop</i>
<p><b>Entrevistado 5</b></p> <p>Masculino. Escritor, artista visual, produtor cultural, MC. Morador da periferia capixaba, passou a atuar em coletivos a partir de grupos de skatistas, intervenções urbanas (graffiti) e da inserção no movimento <i>hip-hop</i> entre os anos 1990 e 2000. Desenvolveu atividades culturais nas periferias da região metropolitana de Vitória: tanto por iniciativas autônomas quanto por meio da inserção em programas governamentais da Prefeitura.</p>			
Agente público	Atua ou já atuou no Estado?	Idade	Antes de integrar o Estado teve experiência ativista/militante?
Secretaria de Estado da Cultura (SECULT)	Sim – Secretaria de Cultura PMV e do Estado; e FAMES	67	Atuante em atividades culturais desde a adolescência. Estudou e praticou diversas atividades artísticas, entre elas, teatro e literatura
<p><b>Entrevistado</b></p> <p><b>Erlon José Paschoal</b></p> <p>Gestor Cultural, Diretor de teatro, dramaturgo e tradutor; foi Subsecretário de Cultura de Vitória, Diretor Geral da Faculdade de Música do ES – FAMES. Atuou como Subsecretário de Estado da Cultura. Foi Gerente de Desenvolvimento e Informação e Coordenador de Projetos Internacionais no MinC. Foi Professor e Coordenador de Teatro da Escola de Teatro e Dança FAFI durante 11 anos. É autor de mais de 50 artigos publicados em revistas e jornais nacionais e de 5 livros publicados, entre eles a coletânea de contos, “Espelho de Alma”. Recebeu a Ordem do Mérito Cultural do Governo da Alemanha. Recebeu, em 2014, o Título de Cidadão Espírito-santense da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.</p>			

\* O Grupo Zói, na percepção do próprio entrevistado, não se configurava como um “coletivo”, e sim como um “grupo de produtores” do campo audiovisual. Apesar disso, optamos por mantê-lo entre os coletivos e ativistas contatos por consideramos se tratar de uma das primeiras experiências coletivas no campo cultural capixaba próximo à configuração do que temos percebido como coletivos.

**APÊNDICE D****Questionário e Roteiro de Entrevista com Gestor**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
**Questionário e Roteiro de entrevista com Gestor**

**PROGRAMA REDE CULTURA JOVEM E OS COLETIVOS CULTURAIS NO ES**

Nome: Erlon José Paschoal
Sexo: M
Idade: 65
Profissão: Gestor Cultural, Diretor de Teatro, Dramaturgo e Tradutor

**QUESTIONÁRIO**

1. O PRCJ foi criado em 2009, em um contexto de reestruturação da política cultural no ES (reativação do CEC, FUNCULTURA, reestruturação da SECULT, parceria com o Instituto Sincades). Como surgiu a “ideia” do Programa nesse contexto?

Foi uma iniciativa da Subsecretaria, pensada por gestores, e somente depois apresentada ao Governo e ao parceiro Instituto Sincades?

Faço essa pergunta, em especial, porque sei que o senhor trabalhou diretamente no MinC antes de ser Subsecretário de Cultura.

1.1 Foi uma demanda do setor cultural da sociedade civil?

1.2 Foi uma iniciativa apresentada pelo Instituto Sincades?

2. Quais foram as motivações para a criação do Projeto Rede Cultura Jovem?

3. Como funcionava o Programa?

3.1. Qual era o público-alvo?

3.2. Quais eram os objetivos do Programa?

4. Como foi montada a estrutura de trabalho do PRCJ? Pergunto porque sei que muitos ativistas de coletivos culturais assumiram importantes funções no Programa.

5. Uma pergunta um pouco mais ampla, para eu tentar entender o contexto mais geral tanto em relação ao Brasil quanto ao que se passava no ES no contexto de criação do PRCJ.

Gostaria de entender um pouco mais como surge o PRCJ neste contexto, por um lado, de ações desenvolvimentistas (Plano ES-2025), parceria com o Instituto Sincades e, por outro, de ações estruturantes levadas a cabo pelo MinC, com reflexos diretos e indiretos no plano local.

6. Erlon, tive a oportunidade de entrevistar alguns ex-coordenadores(as) do PRCJ e ativistas de coletivos culturais que passaram pelo PRCJ, bem como pude ler as matérias sobre o PRCJ publicadas na Revista Nós, onde muitos ativistas falam de suas experiências no PRCJ.

A pergunta que fiz a eles, faço ao senhor: em sua avaliação, qual foi a importância do PRCJ para os coletivos culturais no Espírito Santo?

6.1. Como o PRCJ atuou junto aos coletivos?

7. Ainda sobre as interações entre o Estado e os coletivos culturais em torno do PRCJ, como foram as trocas de experiências?

7.1. Como podemos pensar a incidência dos coletivos sobre o Estado nesse contexto?

7.2. Gostaria de saber: como o Estado se relacionou com essas experiências organizacionais?

8. A partir de 2010, talvez com um acirramento a partir do ano de 2012, a parceria entre Estado e Instituto Sincades passou a ser fortemente criticada pela sociedade civil, repercutindo na mídia local e, inclusive, com ações na justiça e na Assembleia Legislativa. Erlon, como foi operar o PRCJ em parceria com o Instituto Sincades em meio a esse contexto?

9. O Programa Rede Cultura Jovem acabou em 2013. Quais foram os motivos? Por que um Programa aparentemente bem avaliado encerrou as atividades sem maiores esclarecimentos?

- Falar sobre o posicionamento do Conselho Estadual de Juventude sobre o fim do PRCJ e da postura da Secult mediante a solicitação deste conselho em obter dados ou indicadores do PRCJ.

10. Como o senhor percebe o papel dos “coletivos culturais” de uma forma geral no contexto capixaba?

11. Erlon, tenho encontrado dificuldades em obter documentos oficiais sobre o PRCJ. O senhor teria algum contato do SINCADES que poderia me informar para eu verificar a existência de documentos sobre o PRCJ?

No mais, agradeço pela disponibilidade do senhor.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA – REALIZADA APÓS O QUESTIONÁRIO**

### **1. Erlon, o senhor disse no questionário que:**

“A proposta nasceu dentro da SECULT a partir de levantamentos feitos no setor cultural e da constatação da ausência de políticas destinadas ao público jovem (...) Seu objetivo maior foi dar visibilidade aos produtos culturais gerados pelos variados grupos e agentes que dela fazem parte”.

- A. Como foi feito esse levantamento?
- B. Houve uma consulta a esses jovens coletivamente organizados?
- C. Houve interlocuções com algum coletivo cultural ou ativistas em específicos desde o início da proposta que depois culminou no PRCJ?

### **2. Sobre a formação da Equipe do PRCJ.**

De 2015 para cá eu tive a oportunidade de conversar com muitos ativistas que fizeram parte da Equipe do PRCJ. Alguns, inclusive, foram Coordenadores. Todos eles têm um “perfil ativista”, quase todos no campo cultural mesmo. Praticamente todos foram ativistas de coletivos culturais e alguns passaram a atuar em coletivos culturais após a experiência no PRCJ. O senhor me disse assim:

“Como coordenador do Programa, fiquei incumbido de organizar a governança e montar uma equipe composta de nove pessoas para gerenciar e executar ações do programa. Estabelecido o perfil dos candidatos, executamos inúmeras entrevistas e selecionamos os responsáveis pelas equipes da plataforma de projetos e da plataforma digital, compostas de três pessoas cada uma, e por seus respectivos gerentes, e o gerente geral”.

Considerando a trajetória dessas pessoas, ocorreu-me que esse “perfil estabelecido para a seleção dos candidatos” era este mesmo: jovens, ativistas. Foi isso? E como foi esse processo?

- A. Havia uma intenção política de pensar um Programa mais aberto à participação social?
- B. De tornar os espaços mais permeáveis à participação dos ativistas e coletivos culturais?

### **3. O PRCJ e os Coletivos.**

Erlon, o senhor me disse que “os coletivos existentes na época foram parceiros imprescindíveis e fundamentais para a divulgação e consolidação do PRCJ”. De fato, muitos coletivos participaram do PRCJ.

- A. Como o Estado trabalhou com essas organizações?

Lendo os editais do PRCJ, vi que da primeira edição para a segunda, houve mudanças, o termo “coletivo” passou a constar. Isso mostra que o Estado passou por mudanças também, para saber lidar com essas novas experiências da sociedade civil.

- A. Erlon, como podemos pensar a incidência dos coletivos sobre a política pública?
- B. Quais foram as trocas de experiências?
- C. Realmente houve essa “flexibilização” do Estado, das regras internas, para conseguir lidar melhor com os coletivos?

#### **4. Formação da Equipe e desenvolvimento/construção das ações, princípios, diretrizes e objetivos;**

Erlon, como disse, eu entrevistei alguns dos ex-coordenadores do PRCJ. Entre várias questões, sempre busquei entender o processo de construção do PRCJ e o encerramento das atividades.

Eu tive acesso a vários documentos do PRCJ e em praticamente todos eu encontrei comentários de um gestor para o outro, parecendo indicar que realmente esses documentos foram construídos no decorrer do PRCJ, o que ajuda a entender como o Programa conseguiu acompanhar as mudanças e a dinâmica dos coletivos culturais e, em geral, da produção juvenil.

- A. Foi isso mesmo?
- B. Como foi esse processo de construção coletiva?
- C. E por que o Programa acabou? Ou como acabou?

#### **5. Incidência do contexto nacional (MinC) e o PRCJ.**

Erlon, eu conheço sua trajetória como gestor. Sei que antes de fazer parte da gestão da Secult, trabalhou no MinC. Estamos falando do período das gestões de Gil e Juca.

Na pesquisa, eu tento fornecer um contexto que eu chamo de “estratégico-relacional” para o leitor. Tento mostrar como a política cultural e, de formas mais ampla, a Cultura, surgem no início dos anos 2000 no ES e as localizo em Planejamentos Estruturais mais amplos do Governo do Estado, como o ES-2025. Quero entender o surgimento do PRCJ nesse contexto de Planejamento Estratégico do Governo.

O que queria saber era se para os gestores que pensaram e executaram o PRCJ havia alguma incidência “teórica, de conceito, inspiração”, não sei como chamar ao certo, do que vinha sendo desenvolvimento no âmbito nacional com o Gil e o Juca, e se houve conflitos de qualquer natureza com os preceitos presentes no Planejamento Estratégico do Governo e nas orientações do PRCJ.

- Poderia me indicar alguém que eu também possa entrevistar? (Por que essa pessoa?).

MUITO OBRIGADO!

**APÊNDICE E****Questionário de Levantamento Inicial com Ativistas – Programa Rede Cultura Jovem e coletivos**

Nome do entrevistado:
Idade:
Escolaridade:

- A.** Você trabalhou no Programa Rede Cultura Jovem, correto? Qual o foi o período em que trabalhou no Programa? Sabe informar se existe algum “projeto escrito” (projeto básico) do programa?
- B.** Sabe informar quais foram as motivações para a criação do Projeto Rede Cultura Jovem?
- C.** Como começou a trabalhar no Programa?
- D.** O Programa Rede Cultura Jovem acabou em 2013. Sabe quais foram os motivos?
- E.** Como funcionava o Programa? Qual era o público-alvo? Quais eram os objetivos do Programa?
- F.** Quais são suas impressões sobre o atual cenário político e cultural no ES?
- G.** Como você percebe o papel dos “coletivos culturais” de uma forma geral?
- H.** Como você percebe o papel dos “coletivos culturais” no contexto capixaba?
- I.** Teria alguém que eu poderia conversar para saber mais sobre o Programa Rede Cultura Jovem? Teria o contato?

## **APÊNDICE F**

### **Modalidades e total de investimento dos Editais PRCJ 2010-2012**

#### **Bolsa Rede Cultura Jovem**

Com relação aos recursos, a modalidade Bolsa Rede Cultura Jovem, em sua primeira edição, no ano de 2010, previa a concessão de 20 bolsas individuais com duração de cinco meses. O objetivo consistia em promover a capacitação, a pesquisa e a produção artístico-cultural. Essa modalidade contava com duas faixas de valores, uma de R\$ 500,00, quando não havia a necessidade de deslocamento do município de origem, outra de R\$ 800,00, quando o projeto previa a necessidade de deslocamento, do município de origem, por parte do executor. A partir de 2011, o número de bolsas subiu para 25, e o valor passou a ser de R\$ 3.000,00, depositados em três parcelas.

#### **Núcleos de Criação**

A modalidade Núcleos de Criação contava com 40 bolsas. Cada núcleo receberia um aporte de R\$ 5 mil, além de participar de ações de orientação técnica para o seu funcionamento. Em sua primeira edição, no ano de 2010, foram concedidas 25 bolsas, totalizando R\$ 125 mil e alcançando 7 municípios do estado. O total de 40 bolsas foi obtido nos anos de 2011 e 2012, englobando, respectivamente, 14 e 12 municípios.

#### **Prêmio Cultura Jovem/Instituição em Rede**

O Prêmio Cultura Jovem/Instituição em Rede previa a concessão de R\$ 10 mil a 10 organizações sociais. Somente na primeira edição, no ano de 2010, que esse total foi alcançado. Em sua segunda edição, realizada no ano de 2011, foram contemplados 8 projetos (essa modalidade de edital não foi aberta no ano de 2012).

#### **Bolsa Cultura Tech/Núcleo de Cultura Tech**

O Bolsa Cultura Tech/Núcleo de Cultura Tech, por sua vez, passou a integrar os Editais do PRCJ no ano de 2011. Em sua primeira edição, ainda como “Bolsa Cultura Tech”, estavam previstas até 3 bolsas individuais para pesquisa e/ou produção, no valor total de R\$ 3 mil cada e com uma duração de seis meses. De fato, essas bolsas foram disponibilizadas, todas para projetos cujos proponentes eram do município de Vitória. Em 2012, denominando-se “Núcleo de Cultura Tech”, constava que seriam apoiados até 3 três Núcleos com o valor

total de R\$ 5 mil cada. Assim como em 2011, as três bolsas foram contempladas por projetos de Vitória.

### **Núcleos de Web TV**

Também criado em 2011, o edital Núcleos de Web TV previa um aporte financeiro de R\$ 5 mil para a constituição de até 5 Núcleos. As duas edições alcançaram a meta. Os recursos foram destinados a projetos cujos proponentes eram dos municípios de Vitória (8, no total) e de Muqui, interior do estado (2, no total).

### **Acerca das inscrições, municípios alcançados e valor total investido**

No ano de 2010, em sua primeira edição, os Editais do PRCJ receberam 223 inscrições, envolvendo 35 dos 78 municípios do estado do Espírito Santo. Do total de inscritos, foram contemplados 55 projetos, distribuídos entre 15 municípios. No ano de 2011, houve um aumento de 63,23% do número de inscritos em relação ao ano anterior, passando de 223 para 364 submissões. Desse total de inscrições, foram contemplados 82 projetos, com uma abrangência de 20 municípios – os dados obtidos junto à SECULT não indicam o total de inscritos por municípios no ano de 2011, apenas os contemplados. Já em sua última edição, no ano de 2012, foram recebidas 466 propostas. Desse total, foram contemplados 15 projetos<sup>236</sup>. A tabela a seguir apresenta esses dados de forma sistematizada:

**Tabela 33 – Quantidade de contemplações por edital/ano**

	2010	2011	2012
<b>Total de inscritos por ano</b>	<b>223</b>	<b>364</b>	<b>466</b>
Número de municípios com inscrições	35	-	30
<b>Total de projetos contemplados</b>	<b>55</b>	<b>82</b>	<b>73</b>
Número de municípios contemplados	15	20	15
<b>Porcentagem geral de contemplados por ano</b>	<b>24,66%</b>	<b>22,53%</b>	<b>15,67%</b>

Fonte: SECULT – Programa Rede Cultura Jovem.  
Elaboração própria.

Com relação aos investimentos, ao longo dos três anos os Editais do PRCJ receberam um total de R\$ 999 mil.

<sup>236</sup> Segundo a divulgação institucional do PRCJ junto à Revista Nós (INSTITUCIONAL, 2012, p. 50), o ano de 2012 registrou um total de 415 inscrições válidas, contra 466 dos nossos dados. Isso pode significar que os dados que obtivemos junto à SECULT são “dados brutos” do total de inscritos, sem a análise da validade ou não das inscrições. Outro desencontro de dados se refere ao ano de 2011. Segundo a mesma reportagem, o total foi de 325 inscrições.



Tabela 34 – Total de Investimentos Editais PRCJ 2010-2012

2010			2011			2012		
Município	Contemplações	Investimento total	Município	Contemplações	Investimento total	Município	Contemplações	Investimento total
Afonso Cláudio	1	10.000	Afonso Cláudio	1	10.000	Afonso Cláudio	2	10.000
Domingos Martins	1	3.000	Cariacica	5	21.000	Cariacica	1	3.000
Guarapari	1	5.000	Castelo	1	10.000	Divino de São Lourenço	1	5.000
Itarana	1	3.000	Conceição da Barra	1	10.000	Linhares	2	10.000
João Neiva	1	10.000	Divino São Lourenço	1	5.000	Montanha	1	3.000
Pancas	1	5.000	Domingos Martins	2	8.000	Muqui	9	41.000
Pinheiros	1	5.000	Guarapari	1	5.000	Nova Venécia	2	8.000
Ponto Belo	1	5.000	Linhares	1	5.000	Pancas	2	8.000
Santa Teresa	1	10.000	Mimoso do Sul	1	5.000	Pinheiros	1	3.000
São Mateus	1	5.000	Montanha	1	3.000	Santa Teresa	2	10.000
Serra	2	6.000	Muqui	3	13.000	São Mateus	2	8.000
Venda Nova do Imigrante	1	10.000	Nova Venécia	1	3.000	Serra	5	19.000
Vila Velha	15	66.000	Pancas	1	5.000	Viana	1	5.000
Vitória	26	137.000	Pinheiros	2	8.000	Vila Velha	12	50.000
Vitória/Vila Velha*	1	5.000	São Mateus	3	18.000	Vitória	30	132.000
<b>TOTAL</b>			Serra	8	34.000	<b>TOTAL</b>		
<b>15</b>	<b>55</b>	<b>R\$ 285 mil</b>	Venda Nova do Imigrante	1	10.000	<b>15</b>	<b>73</b>	<b>R\$ 315 mil</b>
			Vila Pavão	2	10.000			
			Vila Velha	14	70.000			
			Vitória*	32	146.000			
			<b>TOTAL</b>					
			<b>20</b>	<b>82</b>	<b>R\$ 399 mil**</b>			

\* Havia um erro de digitação nos dados fornecidos pela Secult referente à soma do número de projetos contemplados. No ano de 2011, foram contemplados 32 projetos do município de Vitória – e não 31, como constava na tabela sintetizada. Percebemos o erro ao analisarmos os dados detalhados de cada município. O erro estava nos dados referente ao "Levantamento de municípios Contemplados – Instituição em Rede 2011". Foram 9 projetos contemplados, e não 8. Vitória possuía 3 projetos, e não 2.

\*\* Outro erro encontrado se refere ao valor total no ano 2011. Os dados obtidos junto à Secult indicavam um total de R\$ 460 mil, ao passo que conferindo os dados detalhados dos municípios, encontramos um total de R\$ 399 mil. Havia um terceiro erro, referente ao "Levantamento de municípios Contemplados – Núcleo Web TV 2011". A soma dos 5 editais aprovados (4 em Vitória e 1 em Muqui) indicava um total R\$ 80 mil, sendo que, na verdade, foi de R\$ 25 mil. Esse erro não incidiu sobre a soma total referente ao ano de 2011.

Fonte: Adaptado de SECULT – Programa Rede Cultura Jovem.

Elaboração própria.

A tabela a seguir nos fornece os dados referentes ao número de projetos contemplados (por municípios e por ano) e a soma dos valores destinados. Vale destacar o volume de projetos contemplados de jovens, coletivos e organizações localizados nas cidades de Vitória (88) e Vila Velha (41). Juntos, esses municípios foram responsáveis por 62,43% dos projetos contemplados pelos Editais ao longo de suas três edições. Em termos orçamentários, concentraram pouco mais de 60% do total investido no período:

**Tabela 35 – Editais Programa Rede Cultura Jovem por municípios, número de contemplados por edital/ano e total de investimento**

Municípios	Nº de contemplados edital/ano			Investimento total (R\$)
	2010	2011	2012	
Afonso Cláudio	1	1	2	30.000
Cariacica		5	1	24.000
Castelo		1		10.000
Conceição da Barra		1		10.000
Divino de São Lourenço		1	1	10.000
Domingos Martins	1	2		11.000
Guarapari	1	1		10.000
Itarana	1			3.000
João Neiva	1			10.000
Linhares		1	2	15.000
Mimoso do Sul		1		5.000
Montanha		1	1	6.000
Muqui		3	9	54.000
Nova Venécia		1	2	11.000
Pancas	1	1	2	18.000
Pinheiros	1	2	1	16.000
Ponto Belo	1			5.000
Santa Teresa	1		2	20.000
São Mateus	1	3	2	31.000
Serra	2	8	5	59.000
Venda Nova do Imigrante	1	1		20.000
Viana			1	5.000
Vila Pavão		2		10.000
Vila Velha	15	14	12	186.000
Vitória	26	32	30	415.000
Vitória/Vila Velha*	1			5.000
<b>Total de projetos contemplados</b>	<b>55</b>	<b>82</b>	<b>73</b>	
<b>Total de investimento</b>	<b>285.000</b>	<b>399.000</b>	<b>315.000</b>	<b>999.000</b>

\* Replicamos a informação dos dados obtidos junto à SECULT. Não é possível saber exatamente o que houve para considerar ambos os municípios como local de origem da submissão do projeto.

Fonte: SECULT – Programa Rede Cultura Jovem

Elaboração própria

Quando consideramos as regiões, percebemos uma concentração de projetos contemplados em municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), totalizando 154 projetos do total de 210, o que representa 73,33% do número de

projetos contemplados. Em termos de valores de investimento, ao longo das três edições do Edital PRCJ, a RMGV concentrou pouco mais de 70% do volume investido, somando R\$ 704 mil do total de R\$ 999 mil. A tabela a seguir destaca a distribuição do total de projetos contemplados entre a RMGV e os demais municípios, considerando valores e porcentagem.

**Tabela 36 – Distribuição do total de projetos contemplados por edital/ano e por valor**

Distribuição	Valores, porcentagem e número de contemplados por edital/ano									Total de investimento	
	2010			2011			2012			R\$ (mil)	%
	R\$ (mil)	%	Total contemplado	R\$ (mil)	%	Total contemplado	R\$ (mil)	%	Total contemplado		
<b>Região Metropolitana da Grande de Vitória*</b>	219	76,84	<b>45</b>	276	69,17	<b>60</b>	209	66,35	<b>49</b>	<b>704</b>	<b>70,47</b>
<b>Demais municípios**</b>	66	23,16	<b>10</b>	123	30,83	<b>22</b>	106	33,65	<b>24</b>	<b>295</b>	<b>29,53</b>
<b>Total de investimento</b>	<b>285</b>	<b>100%</b>	<b>55</b>	<b>399</b>	<b>100%</b>	<b>82</b>	<b>315</b>	<b>100%</b>	<b>73</b>	<b>999</b>	<b>100%</b>

\* Fundão, município que integra a RMGV juntamente com Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, não teve projeto contemplado no PRCJ.

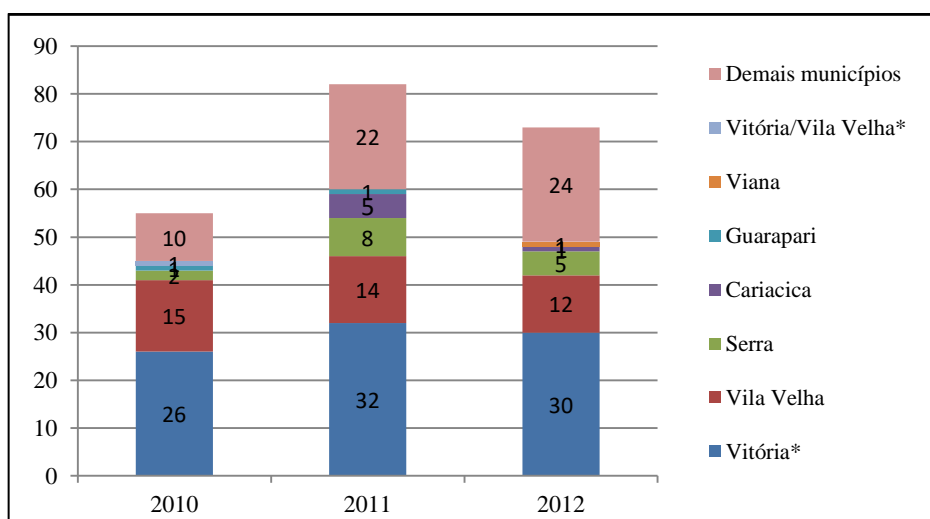
\*\* Os “demais municípios” representam 71 municípios.

Fonte: SECULT – Programa Rede Cultura Jovem

Elaboração própria

O gráfico a seguir permite uma visualização da distribuição dos projetos contemplados. Destaca-se a concentração dos projetos contemplados oriundos da capital Vitória, chegando a ser superior à soma dos demais municípios do estado fora da RMGV.

**Gráfico 9 – Distribuição dos projetos contemplados nos Editais PRCJ – RMGV e demais municípios**

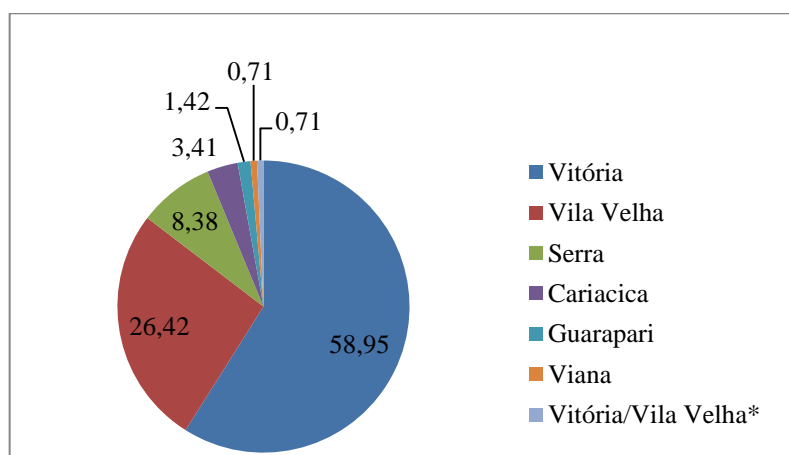


Fonte: SECULT- Programa Rede Cultura Jovem

Elaboração própria

Como percebemos no gráfico a seguir, em termos percentuais, Vitória concentrou 58,95% do total do valor destinado aos projetos aprovados – dentre aqueles cuja origem foi da Região Metropolitana da Grande Vitória. Se considerarmos o valor total do investimento dos Editais do PRCJ ao longo de seus três anos, Vitória se destaca com 41,55%, tendo alcançado o valor de R\$ 415 mil. Isso evidencia sérios limites do PRCJ em alcançar seu objetivo de construção de redes envolvendo diferentes regiões do estado.

**Gráfico 10 – Distribuição percentual de valores de projetos contemplados – RMGV**



Fonte: SECULT – Programa Rede Cultura Jovem  
Elaboração própria

A partir de 2013, último ano de existência do PRCJ, momento em que seus editais passaram a integrar o escopo dos editais do Fundo Estadual de Cultura (FUNCULTURA) (Cf. ESPÍRITO SANTO, s/d, p. 84 [Plano Estadual de Cultura...]), foram atendidos mais de 200 jovens, distribuídos entre as modalidades (I) Bolsa Cultura Jovem, (II) Núcleo de Criação e (III) Edital Web TV (Cf. VALADÃO, 2013; EDITAIS REDE CULTURA JOVEM, 2013, s/p)<sup>237</sup>.

<sup>237</sup> Não obtivemos dados junto à Secult referentes ao ano de 2013.

## APÊNDICE G

## Parte II da Construção da Tipologia das Ações Estratégicas dos Coletivos Culturais

Quadro 7 – Construção da Tipologia das Ações Estratégicas dos Coletivos Culturais

Categorização de primeira ordem		Ocorrências	%	Categorização de segunda ordem	Tipologias
1.	Defender os Direitos Humanos	2		1. Ativismo político amplo	<b>Ativismo Político Amplo</b>
2.	Fortalecer a Democracia	5			
3.	Defender o meio ambiente	4			
4.	Promover a sustentabilidade	1	9,37%		
5.	Promover a luta anticapitalista	2			
6.	Promover o ativismo político-social	21			
7.	Lutar contra a intolerância religiosa	1			
8.	Defender grupos economicamente vulneráveis	2		2. Promover pautas/agendas de minorias	
9.	Defender pautas/ agendas identitárias	1			
10.	Defender as minorias	1	1,57%		
11.	Lutar contra a subalternização	1			
12.	Dar voz aos invisíveis	1			
13.	Fortalecer a coesão social	3		3. Promover mudança de hábito, consciência e sociabilidade	
14.	Fortalecer a sociabilidade	1			
15.	Promover a participação	2			
16.	Promover a conscientização	1	2,60%		
17.	Promover a reflexão	1			
18.	Promover a cultura do bem viver	1			
19.	Valorizar subjetividades	1			
20.	Defender as pautas da comunidade	5		4. Defesa de pautas/agendas da comunidade/periferia	
21.	Defender as pautas/ temas da periferia	7	3,12%		
22.	Defender pautas/ agendas das mulheres	1		5. Defesa de pautas/agendas feministas	
23.	Defender as pautas/ temas do feminismo	10			
24.	Elevar a autoestima feminina	1	4,16%		
25.	Lutar contra a violência contra a mulher	3			
26.	Reivindicar melhoria na delegacia da mulher	1			
27.	Defender as pautas/ temas afro-brasileiros	16	4,95%		

28. Lutar contra o racismo	1				
29. Promover o conhecimento sobre a diáspora	1				
30. Defender as cotas raciais	1				
31. Defender as pautas/ temas LGBT	5				
32. Defender as pautas/ agendas de mulheres lésbicas	3	2,60%	7.	Defesa de pautas/agendas LGBT	
33. Lutar contra a LGBTfobia	2				
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>28,4%</b>			
34. Reivindicar políticas públicas	21				
35. Lutar contra a violência policial	1	6,25%	8.	Reivindicar políticas públicas específicas	
36. Reivindicar mobilidade urbana	1				
37. Promover inclusão digital	1				
38. Promover a educação	3				
39. Valorizar a educação	4				
40. Incentivar a leitura	1	2,60%	9.	Promover a educação não formal e esportes	
41. Promover a informação	1				
42. Valorizar os esportes	1				
43. Reduzir a delinquência juvenil	1				
44. Promover o protagonismo juvenil	4	1,56%	10.	Promover o protagonismo juvenil e redução da delinquência	
45. Promover o protagonismo	1				
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>10,4%</b>			
46. Promover o desenvolvimento social e econômico	7				
47. Promover a geração de emprego	1				
48. Promover a autonomia econômica	1				
49. Promover o empreendedorismo	20				
50. Promover o empoderamento econômico	1	9,63%	11.	Empreendedorismo, emprego e renda	
51. Promover a economia solidária	2				
52. Promover a economia criativa	1				
53. Divulgar a produção dos integrantes	1				
54. Promover o artesanato local	1				
55. Incentivar a produção e a venda de artesanato	2				
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>9,6%</b>			
56. Promover a qualificação artística	27	9,63%	12.	Qualificação e cooperação da classe artística	
57. Promover a cooperação de artistas	10				
58. Promover o teatro de forma sustentável	1				
59. Promover o mercado artístico	4	1,82%	13.	Promoção do mercado cultural	
60. Concorrer a editais	2				
61. Ocupar espaços artísticos	1	1,00%	14.	Consolidar espaços artísticos	

62. Adquirir espaço físico	1			
63. Fortalecer os espaços artísticos	1			
64. Promover a cidade como espaço artístico	1			
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>12,5%</b>		
65. Promover linguagens artísticas	9			
66. Promover a arte/ cultura	20			
67. Promover a literatura	3			
68. Realizar eventos de artes visuais	1			
69. Promover graffiti e pichação na cidade	1			
70. Promover a arte urbana	5			
71. Promover a dança	9			
72. Promover o forró	2	21,61%	15. Promover/realizar expressões artísticas	
73. Promover danças urbanas	1			
74. Realização de performance	1			
75. Promover a produção/ registro audiovisual local	11			
76. Promover expressões visuais nos espaços	1			
77. Promover o circo	4			
78. Valorizar a palhaçaria local	3			
79. Causar impacto público	12			
80. Realização de carnaval	1			
81. Promover festivais de teatro	1			
82. Realização de festas	1			
83. Realizar saraus	1			
84. Realizar de atividades no Ponto de Cultura	1			
85. Produzir eventos culturais	24			
86. Realizar projetos culturais	3			
87. Realizar a arte-educação	1	13,54%	16. Promover e/ou participar de eventos artísticos	
88. Participar/ organizar competição de Slam	1			
89. Criar espaços lúdicos/ lazer	5			
90. Promover o acesso à arte/ cultura	5			
91. Promover a difusão artística	1			
92. Promover oficinas	4			
93. Promover os ateliês	1			
94. Descobrir novos talentos	2			
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>35,2%</b>		
95. Realizar pesquisa	3			
96. Promover a literatura capixaba	1	3,9%	17. Defesa da memória, história e cultura local	<b>Memória e Cultura Local</b>

97. Preservar legado histórico local	2		
98. Fortalecer a identidade coletiva local	1		
99. Promover a cultura local	5		
100. Identificar expressões artísticas locais	1		
101. Promoção da identidade local	1		
102. Divulgar o saber local	1		
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>3,90%</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>384</b>		<b>100%</b>

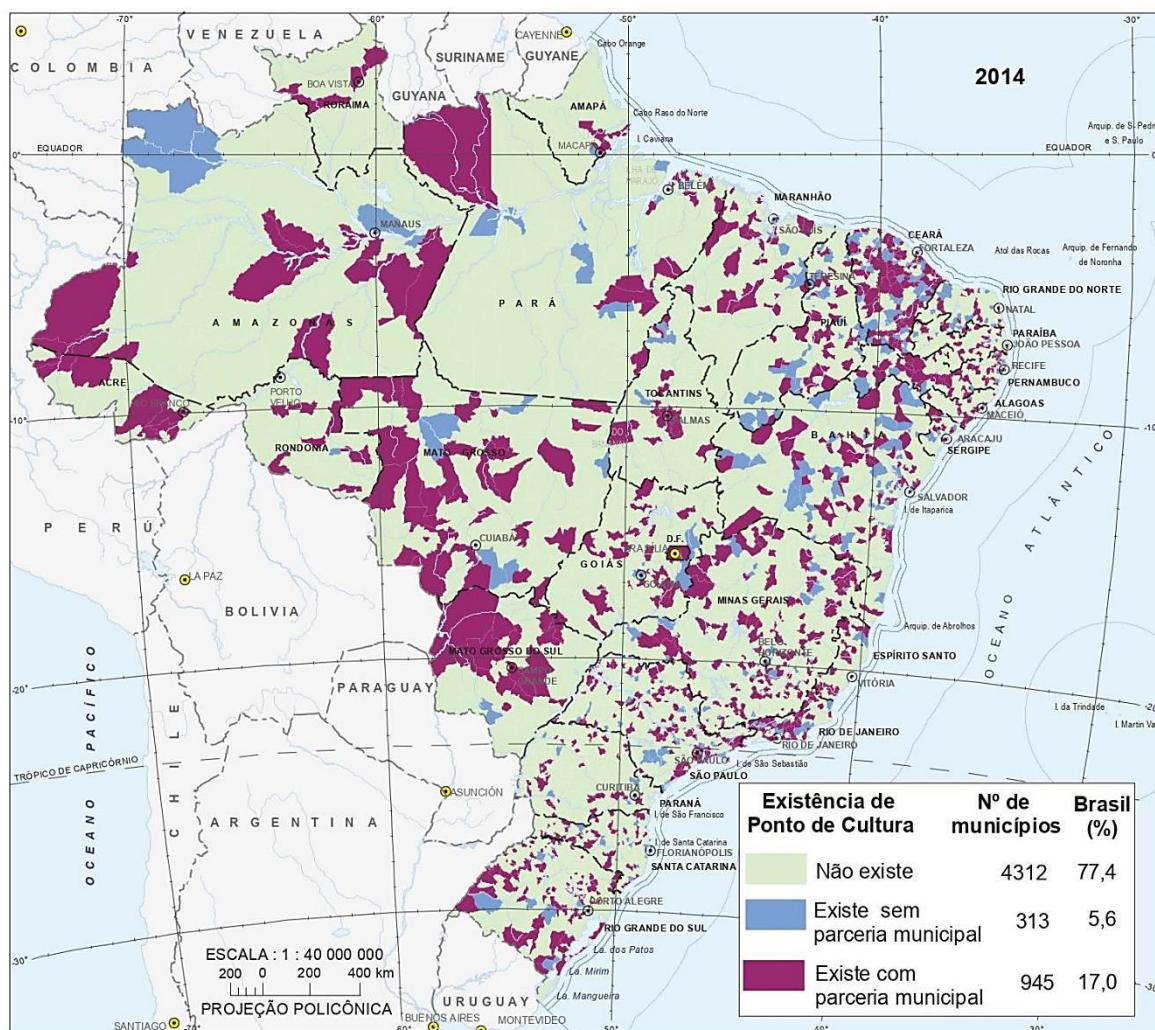
Fonte: elaboração própria.



## ANEXO

## Municípios com Pontos de Cultura – Brasil – 2014

Cartograma 2 - Municípios com pontos de cultura - Brasil - 2014



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.